

VÍTOR MANUEL FERNANDES PEREIRA

O SÍTIO ROMANO DA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)  
- POVOAMENTO, ESTRUTURAS E MATERIAIS  
ARQUEOLÓGICOS DE  
UMA PEQUENA *CIUITAS* LOCALIZADA  
NOS CONFINS OCIDENTAIS DO IMPÉRIO ROMANO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2012

VÍTOR MANUEL FERNANDES PEREIRA

O SÍTIO ROMANO DA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)  
- POVOAMENTO, ESTRUTURAS E MATERIAIS  
ARQUEOLÓGICOS DE  
UMA PEQUENA *CIUITAS* LOCALIZADA  
NOS CONFINS OCIDENTAIS DO IMPÉRIO ROMANO

Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia,  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,  
sob a orientação do Professor Doutor Vasco Gil Mantas

Coimbra, 2012

À Andreia  
Aos meus pais

# ÍNDICE

Volume 1

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>IX</b>
<b>RESUMO</b>	<b>XII</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>XIII</b>
<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>1</b>
<b>1. O TERRITÓRIO</b>	<b>9</b>
1.1 - LOCALIZAÇÃO E LIMITES DA ÁREA EM ESTUDO	9
1.2 - AS TRÊS UNIDADES GEOGRÁFICAS DA ÁREA EM ESTUDO E SUA CARACTERIZAÇÃO	10
1.2.1- A Serra da Estrela	11
1.2.2- A franja ocidental da Meseta	17
1.2.3- A Bacia de Celorico	21
<b>2. O POVOAMENTO ROMANO DO PLANALTO GUARDA-SABUGAL</b>	<b>23</b>
2.1 - O TERRITÓRIO DO PLANALTO NA ANTIGUIDADE	23
2.1.1 - As Descrições dos Geógrafos Antigos	25
2.1.2 - Aspectos da Romanização do Planalto	29
2.2 OS ASSENTAMENTOS	41
2.2.1 - Limites da <i>ciuitas</i> do Planalto Guarda-Sabugal	51
2.2.2 - Aglomerados Urbanos	54
2.2.2.1 - A capital de <i>ciuitas</i>	54
2.2.2.2 - <i>Castella</i> e <i>uici</i>	61
2.2.2.3 - <i>Castella</i> menores e Aldeias	70
2.2.3 - Aglomerados rurais	74
2.2.3.1 - As <i>Uillae</i>	75
2.2.3.2 - Quintas ou Granjas	81
2.2.3.3 - Os Casais	84
2.2.4 - Outros habitats	86
2.3 - PROPOSTA DE CRONOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	89
<b>3 O PLANALTO GUARDA SABUGAL NA ÉPOCA ROMANA</b>	<b>96</b>
3.1 - A ECONOMIA	96
3.1.1 - A agricultura	97
3.1.2 - A pecuária e a silvicultura	100
3.1.3 - A exploração mineira e metalurgica	102
3.2 - A SOCIEDADE	104
3.2.1 - A onomástica, a partir dos testemunhos da epigrafia	105
3.2.2 - Os diversos segmentos populacionais presentes nos testemunhos epigráficos	111
3.2.3 - Os suportes epigráficos	116
3.3 - A RELIGIÃO	122
3.3.1 - <i>Genii locorum</i>	124
3.3.2 - Divindades indígenas comuns a vários <i>populi</i>	125
3.3.3 - Divindades clássicas	127

3.3.4	- O Santuário do <i>Cabeço das Fráguas</i>	129
<b>4.</b>	<b>O SÍTIO ROMANO DA PÓVOA DO MILEU</b>	<b>132</b>
4.1	- A DESCOBERTA	132
4.1.1	- A descoberta do sítio arqueológico em 1951 e as escavações de Bairrão Oleiro, de 1951-1952	134
4.1.2	- Do abandono do sítio às campanhas de valorização dos Anos 80 e 90	152
4.2	- O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MILEU – ANO 2000 E SEGUINTE	160
4.2.1	- Metodologia de intervenção	161
4.3	- A ARQUITECTURA DO MILEU	163
4.3.1	- O Complexo Arquitectónico Construído do Mileu no contexto da arquitectura romana	163
4.3.2	Alguns aspectos da arquitectura romana	163
4.3.3	Uma abordagem da arquitectura conhecida do Mileu	166
4.3.3.1	- O Complexo Termal do Mileu	168
4.3.3.1.1	- As Termas no contexto da civilização e da arquitectura romana	169
4.3.3.1.2	- As Termas conhecidas da Póvoa do Mileu	179
4.3.3.1.2.1	- O hipocausto	180
4.3.3.1.2.2	- As fontes de calor: os <i>praefurnia</i>	186
4.3.3.1.2.3	- O <i>caldarium</i>	188
4.3.3.1.2.4	- O <i>tepidarium</i> 1	190
4.3.3.1.2.5	- O <i>tepidarium</i> 2	192
4.3.3.1.2.6	- O <i>frigidarium</i>	194
4.3.3.1.2.7	- Zonas de Serviço	201
4.3.3.1.2.8	- O pátio/palestra	203
4.3.3.1.2.9	- O esquema de circulação das termas do Mileu	208
4.3.3.2	O <i>edifício B</i>	213
4.3.3.3	- A <i>Colunata</i> ou alpendre	222
4.3.4	- Materiais e técnicas construtivas na arquitectura da Póvoa do Mileu	223
4.3.4.1	- O granito	224
4.3.4.2	- A cerâmica de construção	226
4.3.4.3	- A madeira	231
4.3.4.4	- <i>Opus caementicium</i> , <i>opus signinum</i> e materiais sumptuários	232
4.3.5	Considerações finais sobre a Arquitectura do Mileu	235
4.4	- A escultura no Mileu – O torso do Museu da Guarda	241
4.5	- AS DUAS FASES DE OCUPAÇÃO ROMANA DO MILEU	251
4.5.1	- Horizonte 1	251
4.5.2	- Horizonte 2	260

<b>5. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DO MILEU</b>	<b>262</b>
5.1 A CERÂMICA	265
5.1.1 - As Cerâmicas Finas	265
5.1.1.1 - <i>Terra sigillata</i>	266
5.1.1.1.1 - <i>Terra Sigillata</i> itálica	266
5.1.1.1.1.1 - Consp. 20	267
5.1.1.1.1.2 - Consp. 21	268
5.1.1.1.1.3 - Consp. 22	268
5.1.1.1.1.4 - Consp. 32	268
5.1.1.1.1.5 - Consp. 33	268
5.1.1.1.2 - <i>Terra Sigillata</i> sudgálica	268
5.1.1.1.3 - <i>Terra Sigillata</i> hispânica	270
5.1.1.1.3.1 - Formas lisas	273
5.1.1.1.3.1.1 - Ritt 8	274
5.1.1.1.3.1.2 - Drag. 15/17	275
5.1.1.1.3.1.3 - Drag. 18	276
5.1.1.1.3.1.4 - Drag. 24/25	277
5.1.1.1.3.1.5 - Drag. 27	279
5.1.1.1.3.1.6 - Drag. 33	282
5.1.1.1.3.1.7 - Drag. 35	283
5.1.1.1.3.1.8 - Drag. 36	287
5.1.1.1.3.1.9 - Drag. 35/36	289
5.1.1.1.3.1.10 - Ludowici Tb	290
5.1.1.1.3.1.11 - Hermet 13	291
5.1.1.1.3.1.12 - Hisp. 2	291
5.1.1.1.3.1.13 - Hisp. 4	292
5.1.1.1.3.1.14 - Hisp. 7	294
5.1.1.1.3.1.15 - Hisp. 10	294
5.1.1.1.3.1.16 - Formas indeterminadas	296
5.1.1.1.3.2 - As formas decoradas	296
5.1.1.1.3.2.1 - Drag. 29	297
5.1.1.1.3.2.2 - Drag. 30	299
5.1.1.1.3.2.3 - Drag. 37	300
5.1.1.1.3.2.4 - Fragmentos decorados	301
5.1.1.1.3.3 - Marcas de Oleiro	305
5.1.1.1.3.4 - Grafitos	306
5.1.1.1.4 - <i>Terra Sigillata</i> Hispânica Tardia	307
5.1.1.1.4.1 - As formas lisas	307
5.1.1.1.4.1.1 - Drag. 15/17t	307
5.1.1.1.4.1.2 - Hisp. 5	308
5.1.1.1.4.1.3 - Hisp. 6	308
5.1.1.1.4.2 - As formas decoradas	309
5.1.1.1.4.2.1 - Drag. 37t	309
5.1.1.1.4.2.2 - Fragmentos decorados	309
5.1.1.1.5 - <i>Terra Sigillata</i> Norte Africana Clara D	309
5.1.1.1.5.1 - Hayes 59	310
5.1.1.1.5.2 - Hayes 99	310
5.1.1.1.5.3 - Fragmento decorado	310

5.1.1.2 - Cerâmica de Paredes Finas	311
5.1.1.2.1 - Mayet VIII	314
5.1.1.2.2 - Mayet XXXIV	314
5.1.1.2.3 - Mayet XXXVII	315
5.1.1.2.4 - Mayet XXXVIII	317
5.1.1.2.5 - Mayet XLII	317
5.1.1.2.6 - Fragmentos decorados	318
5.1.2 – Lucernas	318
5.1.2.1 - As séries documentadas	324
5.1.2.1.1 - A Série de Volutas	324
5.1.2.1.1.1 - Forma Loes. IA	325
5.1.2.1.1.2 - Forma derivada de Dr. 3	325
5.1.2.1.1.3 - Forma Dr. 11/Loes. IV	326
5.1.2.1.1.4 - Forma derivada de Dr. 9	327
5.1.2.1.1.5 - Forma Deneauve VG	327
5.1.2.1.2 - A Série de Lucernas Tardo-Antigas	327
5.1.2.1.2.1 - Forma Deneauve XIB	327
5.1.2.2 - Fragmentos Decorados	328
5.1.2.2.1 - A Religião	328
5.1.2.2.2 - A Vida quotidiana	330
5.1.2.2.3 - A Fauna	332
5.1.2.3 - Marcas de Oleiro	333
5.1.3 – Ânforas	336
5.1.4 - Cerâmica comum do Mileu	337
5.1.4.1 - Questões metodológicas prévias	339
5.1.4.2 – Os Fabricos	343
5.1.4.3 - A tipologia morfológica	347
5.1.4.3.1 – Prato	347
5.1.4.3.2 - Prato covo	349
5.1.4.3.3 – Tacho	350
5.1.4.3.4 – Panela	351
5.1.4.3.5 – Tigela	355
5.1.4.3.6 – Terrina	360
5.1.4.3.7 – Potinho	362
5.1.4.3.8 – Púcaro	368
5.1.4.3.9 – Copo	369
5.1.4.3.10 – Jarro	370
5.1.4.3.11 – Bilha	371
5.1.4.3.12 – Almofariz	374
5.1.4.3.13 – Alguidar	375
5.1.4.3.14 – Pote	376
5.1.4.3.15 – Talha	379
5.1.4.3.16 – Tampas	380
5.1.4.3.17 – Unguentário	381
5.1.4.4 - - A caracterização morfológica dos fabricos	381
5.1.4.5 - - As categorias identificadas	388
5.1.4.6 - - O papel e o significado da cerâmica comum do Mileu	398

5.2 - OS VIDROS	401
5.2.1 – Formas identificadas	404
5.2.1.1 - Taça canelada	404
5.2.1.2 - Louça moldada	405
5.2.1.3 - Vidro soprado livremente	406
5.2.1.3.1 - Copos ou Cálices	406
5.2.1.4 - Formas de bordos polidos/engrossados ao fogo	406
5.2.1.5 - Frascos e Boiões	407
5.2.1.6 – Ungentos	407
5.2.1.7 – Cânula	408
5.2.1.8 – Garrafas	409
5.2.1.9 - Fragmentos com decoração	409
5.2.1.10 - Ficha de jogo	410
5.2.1.11 - Vidro de uso Arquitectónico	410
5.2.1.12 - Elementos de Adorno	412
<b>6. AS VIAS DE COMUNICAÇÃO E O COMÉRCIO NA ANTIGUIDADE</b>	<b>418</b>
6.1 - AS VIAS TERRESTRES NO PLANALTO GUARDA-SABUGAL	433
6.2 – O SISTEMA DE TROCAS E OS PRODUTOS EM CIRCULAÇÃO	442
6.3 - O LUGAR DA PÓVOA DO MILEU NAS REDES COMERCIAIS DO IMPÉRIO	445
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>466</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>471</b>



## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos anos que levámos a desenvolver este trabalho foram muitos os contributos muito generosos e qualificados que recebi de professores, colegas e amigos. A sua ajuda tornou possível a chegada a bom porto do presente projecto de investigação. Torna-se assim imprescindível dedicar a todos eles uma palavra de agradecimento nestas páginas.

Antes de mais não posso deixar de expressar o meu profundo agradecimento ao Professor Vasco Mantas, que uma vez mais assentiu em dirigir e acompanhar-nos na aventura em que se tornou este projecto de investigação. Pelos seus conhecimentos, pelos seus conselhos, pela sua orientação e pelo seu encorajamento, o meu muito obrigado.

Em seguida, cumpre expressar o meu profundo reconhecimento às autoridades do Município da Guarda, pelo apoio, pelas facilidades e pelo interesse que desde o início demonstraram no desenvolvimento do projecto de intervenção arqueológica no tão carismático sítio Mileu. Como tal, o nosso agradecimento é devido à Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Borges, ao Eng. Joaquim Dias Valente, ao Dr. Virgílio Bento e à Dr.<sup>a</sup> Alexandra Isidro.

Mas os meus agradecimentos vão também para todos os que partilharam os seus conhecimentos e as suas capacidades de investigação, de análise e de interpretação e o seu interesse pelo sítio do Mileu e pelo seu estudo. Com as suas informações e as suas propostas de interpretação todos eles contribuíram para que víssemos o Mileu com outros olhos e sob perspectivas muito mais clarificadoras e luminosas. Assim, um profundo agradecimento é devido à nossa colega e amiga Alcina Cameijo, pelas palavras amigas, pelos conselhos, pelas longas conversas sobre o sítio e o seu significado e ainda por todo o companheirismo manifestado durante tantos anos quer em escavações arqueológicas conjuntas, quer no estudo partilhados dos materiais recolhidos nas mesmas.

Do mesmo modo, não podemos deixar de expressar o nosso profundo agradecimento aos inúmeros amigos e colegas de trabalho que connosco partilharam,

durante a fase de preparação e de redacção deste trabalho, a alegria e mesmo a exaltação pela identificação de *novos* sítios arqueológicos e pela urgência na necessidade de criar condições para o seu estudo e para a sua indispensável salvaguarda, tantas vezes em condições muito adversas. Assim, uma palavra particularmente amiga e reconhecida é devida ao Professor Pedro Carvalho, pelo entusiasmo na partilha dos resultados de escavações nomeadamente em sítios muito importantes da Beira Interior e pela sua generosa disponibilidade para coordenar e integrar projectos de investigação e de divulgação de sítios arqueológicos tão relevantes mas tão difíceis como o do Mileu. Do mesmo modo, o meu reconhecimento vai também para todos os que, desinteressadamente, nos prestaram informações e nos disponibilizaram documentação sobre o sítio do Mileu, permitindo-nos a sua melhor compreensão: uma palavra de agradecimento é assim devida ao Dr. António Carvalho e ao Dr. Marco Relvas, assim como à Dr.<sup>a</sup> Carla Silva, ao Dr. Artur Côrte-Real, à Dr.<sup>a</sup> Dulce Helena Borges, Directora do Museu da Guarda e ao Sr. Cerdeira (presidente da Junta de freguesia de S. Vicente na altura que iniciámos o projecto), pelas facilidades concedidas e pelo generoso apoio institucional e pessoal dado a este projecto

Uma palavra especial de agradecimento e de profundo reconhecimento é devida ainda ao colega e amigo Hugo Faustino, pela partilha generosa dos resultados do seu excelente trabalho de identificação de novos sítios e pela conseqüente partilha de informações e mesmo de excelentes imagens, de sua autoria. Neste sentido, uma palavra de agradecimento é devida também aos colegas e amigos Arménio Bernardo e Paula Cunha.

Uma palavra de sincero agradecimento é devida também aos colegas e amigos da ARA - *Associação de Desenvolvimento, Estudo e Salvaguarda do Património da Beira Interior* - pelas facilidades concedidas e pelo apoio dispensado a este projecto de investigação. Assim, agradecemos aos colegas e amigos Maria do Céu Ferreira, António Marques, João Lobão, Ana Fazenda e Elisa Albuquerque. Pela partilha de informações e dos seus conhecimentos no domínio da arquitectura e das técnicas construtivas em particular, é também devida uma palavra ao colega e amigo Manuel Ferreira, que apoiou o trabalho de elaboração das propostas de reconstituição dos edifícios romanos já conhecidos do Mileu.

Agradecemos ainda a todos os que durante estes dez anos participaram connosco nas escavações arqueológicas no sítio do Mileu, desde os estudantes de Arqueologia da Universidade de Coimbra e da Universidade Nova de Lisboa, aos jovens do Instituto da Juventude, bem como aos trabalhadores indiferenciados do Município, que acabaram por demonstrar um genuíno interesse pela Arqueologia e pelos trabalhos em que participaram. Resta-nos agradecer, enfim, a todos os que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento e a conclusão desta dissertação, pois sem o seu contributo competente e amigável a mesma seria muito mais pobre, se não impossível. A todos, o meu bem haja!

## RESUMO

O sítio arqueológico em estudo na presente dissertação, contíguo ao adro da famosa capela românica da Senhora do Mileu, nos arredores da cidade da Guarda, foi descoberto acidentalmente em 1951 durantes as obras de construção de uma estrada. A importância dos achados fez com que os primeiros trabalhos de escavação, de preservação e estudo do sítio coubessem a Bairrão Oleiro, um nome grande da História da Arqueologia Portuguesa.

Nas páginas que se seguem procuraremos conhecer as principais características das comunidades que habitavam o Planalto Guarda-Sabugal em período romano e compreender a forma como se terá processado a respectiva Romanização. Pensamos que este território corresponderia a uma pequena *ciuitas* no limite Norte da Província da Lusitânia, a *ciuitas* dos *lancienses transcudani*, cuja capital pode ter sido proporcionada pelo assentamento urbano do sítio do Mileu.

A nossa abordagem da Romanização do Mileu e da região do Planalto Guarda-Sabugal incidiu em duas vertentes principais: o estudo do povoamento do território, definindo a área que pertenceria a esta *ciuitas* e criando um modelo, hipotético, que nos permitisse identificar e estabelecer a relação entre os diversos *habitats* detectados; o estudo dos resultados já conhecidos e em particular os resultantes dos últimos dez anos de escavações arqueológicas.

Neste sentido, abordámos sucessivamente as estruturas construídas e os materiais recolhidos no sítio romano da Póvoa do Mileu. Assim, propôs-se a identificação e a análise das estruturas e edifícios já descobertos, com particular incidência nos do complexo termal, dada a sua singularidade no contexto da Romanização da região das Beiras, quer pela sua própria presença num território tão periférico, quer pela sua monumentalidade quer até pelo seu relativo bom estado de conservação.

Por outro lado, estudaram-se os respectivos materiais arqueológicos, com particular incidência nos que foram recolhidos nas escavações arqueológicas desde 2000

a 2008. Consideraram-se quer os materiais importados, por vezes de terras longínquas, como a *terra sigillata*, a *cerâmica de paredes finas* ou as *lucernas*, quer os que foram produzidos localmente. Tendo por base o estudo dos materiais arqueológicos importados concluímos pela integração - cremos que relativamente intensa - do território do Planalto, e pela do Mileu em particular, nas rotas comerciais que cruzavam a Península Ibérica. Os padrões de consumo das comunidades residentes no território permitem a resposta a questões como a do seu grau de aculturação, a dos seus produtos preferidos, ou a das relações comerciais entre as populações do Mileu e as de outras áreas do Império.

A articulação dos dados conhecidos sobre o território do Planalto Guarda-Sabugal e em particular sobre o sítio do Mileu ajudam-nos a conhecer e a compreender melhor a forma como se terá processado a Romanização deste vasto território do interior Norte da Lusitânia e, sobretudo, a reforçar fortemente a hipótese de o sítio do Mileu ter correspondido ao centro político-administrativo de uma *ciuitas*.

## ABSTRACT

The archaeological site under study in this dissertation, churchyard adjacent to the famous Românica chapel of Our Lady of Mileu, the outskirts of the city of Guarda, was accidentally discovered in 1951 during the construction of a road. The importance of the findings led to the first excavation, preservation and study of the site would fit the Bairrão Oleiro, a big name in the history of Portuguese Archaeology.

In the pages that follow we seek to know the main characteristics of the communities that inhabited the Planalto Guarda-Sabugal in the Roman period and understand how they have processed their Romanization. We think this territory would correspond to a small *ciuitas* in the northern limit of the province of Lusitania, the *ciuitas* of *lancienses transcudani*, whose capital may have been provided by the urban settlement of Mileu.

Our approach to the Mileu romanization and of the Planalto Guarda-Sabugal focused in two main areas: the study of the settlement of the territory, defining the area

that belong to this *ciuitas* and creating a model, hypothetical, enabling us to identify and establish the relationship between different *habitats* detected; the study of the known results and in particular those resulting from the last ten years of archaeological excavations.

In this sense, we dealt successively built structures and materials collected at the Roman site of Póvoa do Mileu. Thus, we proposed the identification and analysis of structures and buildings discovered, with a particular focus on the thermal complex, given its uniqueness in the context of Romanization of the region of Beiras, either because of their presence in a peripheral territory, either by their monumentality or even by its relatively good condition.

Moreover, we investigated their archaeological materials, with particular emphasis on which they were collected in the archaeological excavations from 2000 to 2008. We considered whether the imported materials, sometimes from far land, such as *terra sigillata*, a ceramic de paredes finas or lucernas, or those produced locally. Based on the study of archaeological materials imported we conclude the integration - we believe that relatively intense – of the territory of the Planalto, and the Mileu particularly in trade routes that crossed the Iberian Peninsula. Consumption patterns of communities residing in the territory allow response to issues such as their degree of acculturation, those of their favorite products, or commercial relations between the peoples of Mileu and other areas of the Empire.

The articulation of the known data on the territory of the Planalto Guarda-Sabugal and in particular on the site of Mileu help us to know and understand the way as the romanization took place in this vast territory of north of Lusitania, and especially the strongly reinforce the hypothesis that the site of Mileu have corresponded to the political and administrative center of a *ciuitas*.

## NOTA INTRODUTÓRIA

Entre as suas jóias da época medieval, a cidade da Guarda detém – a par da Sé e dos restos monumentais das suas velhas muralhas, que ainda hoje cingem parcialmente uma malha urbana de origem também medieval – uma famosa ermida dedicada, “from immemorial times”, a Nossa Senhora do Mileu. Ignoramos a origem deste nome e também não sabemos se esta invocação da Virgem recebeu o seu tão bonito e tão pitoresco nome do sítio da capela ou se, pelo contrário, foi este que o recebeu da Senhora, tradicional objecto da devoção popular e durante séculos entronizada no retábulo principal da sua belíssima capela. Esta, pela sua antiguidade, pelas suas características arquitectónicas e pela sua raridade em terras da Beira mereceu a atenção dos visitantes célebres da cidade e, em particular, a dos curiosos, eruditos e historiadores que visitaram a cidade nos fins do século XIX, adiante recenseados.

Apesar de localizados no seu formoso adro e nos terrenos confinantes, os importantes restos romanos contíguos à capela românica foram, porém, ignorados por todos estes visitantes, como o tinham sido e continuariam a ser de todos os moradores das vizinhanças. Com efeito, só em 1951, com a abertura da estrada que liga a cidade à sua Estação Ferroviária, no que foi uma das grandes obras da Guarda na Época do Estado Novo, surgiram à luz, para surpresa de todos, importantes restos arqueológicos imediatamente identificados como datáveis da Época Romana. Os vestígios suscitaram então uma primeira campanha de escavações de emergência, a fim de se salvar e remover o que foi possível e a fim de se registar o que então se considerou mais importante, dada a premência da continuação das obras. Logo em seguida, no decurso do também histórico restauro da capela, empreendido pela DGEMN em 1953, é inumado do solo da mesma um notabilíssimo *torso* masculino de uma estátua monumental de mármore que, imediatamente posto a salvo, é desde então uma das peças-vedeta do Museu da Guarda.

Apesar de todos estes achados, a estação romana da Póvoa do Mileu só voltaria a ser notícia aquando de obras muito importantentes, posteriores já ao 25 de Abril, levadas a cabo num espaço contíguo ao adro da capela, para a construção de uma

estação de serviço e respectivos depósitos subterrâneos, obras estas infelizmente não acompanhadas e muito menos suspensas para a realização da mais pequena sondagem arqueológica. As destruições então ocorridas coincidiram, porém, com a emergência e o fortalecimento de uma consciência nova do valor patrimonial, histórico e cultural dos conjuntos monumentais e dos sítios arqueológicos em particular.

Esta nova consciência do inestimável valor patrimonial dos sítios arqueológicos coincidiu com a disponibilização generosa de fundos quase sempre de proveniência europeia, ao abrigo de diversos programas culturais, que permitiram, quase sessenta anos depois da sua descoberta, o lançamento de uma nova fase de escavações, realizadas agora a coberto dos mais rigorosos e mais modernos princípios teóricos e de acordo com os métodos científicos e os procedimentos hoje universalmente consagrados e em uso neste tipo de intervenções. Estas segundas campanhas arqueológicas, adiante também historiadas, permitiram já a exumação de importantes restos arquitectónicos, a par da revelação de um relevante espólio arqueológico. Estas segundas campanhas deram naturalmente origem a alguns estudos que, apesar de parcelares, permitiram pioneiras abordagens do sítio, nomeadamente em articulação com os resultados verificados noutras estações quer desta região quer, numa escala mais ampla, em sítios das margens ou dos limites orientais do que foi a Província Romana da Lusitânia.

Apesar dos importantes resultados já alcançados, deve dizer-se que o estado actual das escavações ainda só contempla uma parte do vasto sítio do Mileu. Com efeito, de uma simples visita ao sítio verifica-se que muito há ainda para escavar e que a escavação integral do mesmo está muito longe de ter um fim à vista. Apesar de já terem sido reveladas diversas áreas, muitos outros elementos da estrutura global do sítio continuam soterrados. Só o avanço das escavações nos permitirá caracterizar melhor o sítio e definir com segurança a sua tipologia no quadro do povoamento romano deste tão amplo território constituído pelo *Planalto Guarda – Sabugal*.

Desta circunstância decorre um conhecimento e uma leitura ainda necessariamente fragmentários do sítio, factor que poderia pôr em causa a razão de ser da presente dissertação. Porém, na actual conjuntura em que se move o poder local, no quadro das dinâmicas nacionais e internacionais em curso, de que decorre o difícil equilíbrio entre as instâncias de poder em presença, entre o nacional e o local, não sabemos o que o destino ditará para o sítio do Mileu no futuro próximo. Assim, enquanto prosseguem novas sondagens e novas campanhas, torna-se mais premente



uma primeira proposta de leitura que, embora necessariamente fragmentária, possa proporcionar uma primeira abordagem global do sítio. Com efeito, procurando articular e sintetizar o já de há muito conhecido com os resultados das escavações mais recentes, consideramos que é tempo já de se procurar captar algo da identidade funcional, institucional e até urbana do que foi o sítio do Mileu no contexto da romanização desta região tão carismática, localizada algures a caminho das fronteiras a Noroeste da Lusitânia.

No presente estudo apresentam-se os primeiros resultados globais e a discussão das hipóteses decorrentes da investigação arqueológica intensiva que se desenvolve desde o ano de 2000 no sítio romano da Póvoa do Mileu, orientados pelo autor da presente dissertação, enquanto técnico da Câmara Municipal da Guarda. Pensamos que estes novos resultados, obtidos no decurso destas recentes escavações arqueológicas, trazem um novo olhar sobre o conjunto dos vestígios detectados aquando da descoberta acidental do sítio, no início da década de 50 do século XX, e em particular sobre o notável conjunto termal do sítio.

A dissertação que agora apresentamos teve como objectivo principal contribuir para a resposta a diversas questões suscitadas pelo tão enigmático sítio romano do Mileu: como e quando se terá iniciado a sua Romanização? Como terá evoluído o povoamento na Beira Interior durante o século I d.C.? Terão as comunidades autóctones sido obrigadas a abandonar os seus *habitats* fortificados, em prol de novos povoados, implantados em áreas planas, sem capacidades defensivas, como foi durante muito tempo defendido pela historiografia ibérica tradicional? Teria sido aquele eventual abandono uma imposição das autoridades e da própria “ideologia” imperiais, ou, antes, a resposta pragmática das comunidades residentes a uma necessidade de aproximação aos campos de cultivo, visando uma maior produtividade ou até uma localização mais cómoda dos assentamentos?

Os dados que possuímos actualmente, relativos ao povoamento de áreas geográficas contíguas, têm permitido compreender melhor este fenómeno, a começar pelos recentes estudos realizados na região de Viseu, que demonstraram a continuidade de ocupação dos antigos povoados em período romano. Não obstante, com o advento do Império Romano e da Romanização, a cultura, a paisagem e os modos de vida das comunidades autóctones foram profundamente alterados. Daqui decorre nova questão:

qual o impacto da cultura romana na população que residia no território localizado e polarizado em torno das nascentes dos Rios Mondego, Zêzere e Côa, no extenso Planalto Guarda-Sabugal?

Com o presente estudo procurar-se-á compreender a paisagem romana, a forma como se terá processado a passagem de uma sociedade baseada num sistema tribal para um sistema estatal-imperial e apreender ainda o grau de domínio do Império sobre as Províncias, nomeadamente sobre as mais periféricas, recentemente conquistadas, num processo durante o qual o domínio das terras aráveis passa total ou parcialmente das mãos das comunidades indígenas (que estavam ainda na Idade do Ferro) para o Estado, processo esse em que se incute ou se impõe às populações locais a necessidade de pagamento de impostos ou a de prestar culto às divindades romanas ou ao próprio Imperador. Propõe-se o estudo do que seria o território da *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani*, cuja capital se localizaria algures no que seria a zona Sul do actual Distrito da Guarda, nas imediações da cidade ou mesmo no próprio sítio do Mileu<sup>1</sup>. Neste sentido, torna-se necessário alargar a área de estudo para zonas que – acreditamos – estariam já fora do território daquela *ciuitas*, nomeadamente o vale do Zêzere (já na Cova da Beira) e a bacia de Celorico da Beira, no sentido de comparar a tipologia de povoamento no interior do território desta *ciuitas* com o de outras áreas que poderiam ter pertencido ao território de outras *ciuitates* vizinhas, com o grande objectivo de tentar apreender alguma especificidade no povoamento local na época em estudo.

O início do período em análise nesta dissertação remonta à época do avanço da conquista romana para o interior do que seria a Lusitânia e à consequente organização político-administrativa da Província. Neste processo, o acontecimento central terá sido a fundação da capital da nova Província, *Emerita Augusta*, criada por Augusto no ano de 25 a.C. O termo do período em análise coincide com a decadência do Império Romano, algures no século IV d.C. Assim, em articulação com os objectivos e com o âmbito temporal deste projecto de investigação, tornava-se evidente no início do presente projecto de investigação, que teriam de coexistir três linhas de estudo: a análise do povoamento romano no Planalto Guarda-Sabugal, o estudo dos resultados conhecidos

---

<sup>1</sup> Esta análise do provável território dos *Lancienses Transcudani* e o estudo dos respectivos materiais arqueológicos terão como ponto de partida as escavações arqueológicas por nós dirigidas no sítio romano da Póvoa do Mileu desde 2000.

das antigas e das recentes escavações do sítio romano da Póvoa do Mileu e, em particular, a análise dos respectivos materiais arqueológicos.

A presente dissertação inicia-se com a análise do território em torno do sítio romano da Póvoa do Mileu, observando-o e interpretando-o como um espaço global, unificado e autonomizado, que faria parte de uma *ciuitas* de cuja capital continuamos à procura da respectiva localização. Ora, com a apresentação dos resultados da escavação do Mileu – ainda muito parciais, deve dizer-se – pensamos poder dar um contributo válido para conhecer a extensão, a natureza e a intensidade da romanização do Mileu e da região circundante, no fundo o grande objectivo do presente estudo. A análise pormenorizada dos restos dos edifícios que persistem no sítio romano do Mileu, bem como a descrição e análise dos materiais e das técnicas construtivas permitir-nos-ão traçar diversas hipóteses e conjecturas sobre a efectiva tipologia global deste *habitat*, o grau de romanização e o impacto do fenómeno dessa mesma romanização sobre a população que residia neste território e, enfim, apreender o seu grau de aculturação nesta época central da História da Península e da desta região em particular.

O estudo da respectiva cultura material vai incidir sobretudo nos materiais considerados de destaque no mundo romano, ou seja na dos que seriam *importados* doutras proveniências, como a *terra sigillata*, as ânforas, as lucernas, a cerâmica de paredes finas e os materiais de adorno. Esta análise permitir-nos-á definir pontos de contacto deste território com os locais de produção do material *importado*, compreender a importância das redes e rotas comerciais que se terão estabelecido na Península Ibérica, e qual a importância desses materiais para estas comunidades. Vai-nos permitir apreender também o modo como se terão processado os ritmos de consumo, as dinâmicas comerciais e os hábitos alimentares, no intuito de contribuir para um melhor conhecimento da economia antiga. Este estudo confirmará certamente a importância, já anteriormente por nós notada<sup>2</sup>, do papel da calçada que ligava *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta* no âmbito das trocas comerciais dos séculos I e II d.C., bem como o papel de Mérida como centro provincial de distribuição dos produtos de importação por toda a Lusitânia. Contudo, esperamos também perceber melhor até que ponto a *Via de la Plata* terá tido, aqui também, um papel fundamental na distribuição de produtos *importados* como as lucernas da oficina de *Copires*, ou os exemplares de *terra sigillata*

---

<sup>2</sup> Na dissertação de mestrado que desenvolvemos, intitulada *Terra Sigillata em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu*, procurámos contribuir para o conhecimento de três locais de consumo de *terra sigillata*, permitindo uma melhor percepção do Comércio Antigo e, por via deste, da Civilização Romana que o impôs, que o sustentou e que dele dependeu durante mais de oito séculos.

itálica, o que realçará, como pensamos, a importância das vias terrestres no papel de comercialização destes materiais.

Apesar de o sítio do Mileu ainda não ser reconhecido por alguns como um importante povoado urbano de período romano, consideramos que o mesmo suscita muitas interrogações que continuam por encontrar resposta. Pensamos que este estudo, analisando os materiais de escavação mas também o território, poderá dar um contributo para algumas das respostas mais prementes às interrogações da comunidade científica desde a descoberta deste sítio, há quase sessenta anos. Entre estes – como notou Jorge de Alarcão (1998b: 151) – um dos problemas de mais urgente resolução no quadro da investigação do período romano na Beira Interior prende-se com a identificação e localização da capital da *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani*, até agora impossível de determinar.

A escassez de referências documentadas ao território específico que agora analisamos, quer nas fontes literárias, quer nas epigráficas ou numismáticas, dificultam a análise deste território dos confins ocidentais do Império, circunstância que, em conjunto com o desconhecimento de outros contextos arqueológicos semelhantes nesta vasta região, torna a nossa tarefa ainda mais difícil. A esta dificuldade de base há que acrescentar a escassez de publicações sobre os materiais arqueológicos aí encontrados, o que dificulta a compreensão plena das rotas continentais – peninsulares, provinciais e regionais - de circulação de bens. Posto isto, tendo em conta os escassos elementos que possuímos para o estudo deste território, a cerâmica constitui uma excelente fonte de informação para a caracterização do sítio do Mileu que, a ser como pensamos, pode ter correspondido à sede da *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani*. Neste contexto, o estudo da cultura material detectada durante as escavações arqueológicas permitirá não só aferir da cronologia das diversas unidades estratigráficas representadas neste sítio romano, mas também estabelecer algumas hipóteses e algumas conclusões, por precárias que sejam, sobre os gostos artísticos da comunidade residente neste local, ou o seu grau de adaptação e adesão à cultura romana, quando se analisa, por exemplo, a decoração das lucernas. No seu todo, o estudo da cultura material permitirá conhecer tempos e ritmos de consumo de determinados produtos, ou mesmo as relações comerciais que se tenham estabelecido durante o Alto Império entre as diferentes Províncias. Todos estes elementos, conjugados, ajudam-nos a compreender melhor o quadro económico desta região e os distintos graus de aculturação das respectivas comunidades indígenas no Império.

Por outro lado, pretendemos também compreender, através do estudo da cultura material, qual o peso do fundo indígena em pleno século II d.C. – no que terá sido o período áureo desta estação, como mostraremos – isto é, num momento fulcral da história do Império Romano, quando a presença e a afirmação local das estruturas administrativas, organizativas e culturais estavam no auge, tendo por base uma economia de mercado à escala do Império. Pretende-se assim tentar compreender até que ponto as comunidades indígenas conseguiram manter as suas tradições e a sua cultura, num território secularmente “ocupado”, mas onde a presença de colonos romanos ou romanizados terá sido demograficamente diminuta e porventura pouco significativa.

A partir dos dados conhecidos, consideramos que a análise do sítio do Mileu e a da sua cultura material evidencia diversos elementos que permitem assinalar ou entrever um certo particularismo do sítio no quadro do povoamento romano da Beira Interior. Esta circunstância não nos permitirá ajustar esses dados para os sítios de implantação romana localizados no vasto território circundante. Todavia, consideramos que o estudo e a interpretação do conjunto arquitectónico já exumado permitir-nos-á compreender melhor a natureza do povoamento deste sítio e do território envolvente, constituindo – certamente – um contributo importante para um melhor conhecimento da romanização deste território localizado a Noroeste da Província da Lusitânia.

Dois mil anos passados, o tempo apagou não só da memória dos homens como da trama urbana das cidades a maioria dos edifícios monumentais que a civilização romana impôs por toda a parte. Mesmo em cidades romanas ou romanizadas da Península Ibérica onde a influência do Império teve maior impacto, como *Emerita Augusta*, desconhecem-se elementos essenciais da sua estrutura urbana antiga. Noutras regiões, apesar de conhecermos os elementos principais da velha arquitectura monumental das capitais das respectivas *ciuitates*, desconhecemos quase por completo as tipologias arquitectónicas patentes nos pequenos sítios, ou melhor, nos pequenos aglomerados habitacionais contíguos.

Tendo em conta o contexto urbano conhecido do Mileu, será nessa via que a presente dissertação irá incidir: mais do que procurar restos monumentais de edifícios de escala colossal (que não existem nem poderiam existir), procuraremos conhecer as

arquitecturas de pequena e de média escala, ao serviço de comunidades demograficamente pouco numerosas, periféricas e em vias de romanização ou muito recentemente romanizadas, porquanto essas arquitecturas de escala modesta e sensata proporcionaram, mesmo assim, o cenário construído à respectiva comunidade, que financiou, ergueu e usou um excepcional complexo termal, sumamente interessante, e as estruturas construídas anexas, mesmo se ainda nos escapam as respectivas tipologias e as suas efectivas funções. Do mesmo modo, em vez dos aspectos mais abrangentes do longo processo de aculturação, vivido numa vasta área, à escala provincial, incidir-se-á em questões e áreas de muito menor escala, no território contíguo à encosta Leste da Serra da Estrela, infinitamente mais limitado. Incidir-se-á, em suma, na análise do território de uma pequena *ciuitas* dos confins ocidentais deste vasto Império. Certos de que a História se faz não só do estudo e compreensão de vastos territórios, mas também da malha fina dos assentamentos de tamanho médio ou pequeno, pretendemos com a presente dissertação integrar e dar continuidade à importante linha de investigação dos pequenos territórios de *ciuitates* dos confins da Lusitânia Ocidental para contribuirmos para o conhecimento e a compreensão de como terá sido a sua inserção no seio do vasto império romano, nas suas mais diversas vertentes: da aculturação da sua população às alterações que se terão verificado nos seus modos de vida ou na sua religião ou, enfim, para tentarmos apreender, a partir de um sítio periférico e de pequena escala, a passagem de uma economia de subsistência para uma economia integrada nos circuitos do *mercado global*.

## 1. O TERRITÓRIO

### 1.1 - LOCALIZAÇÃO E LIMITES DA ÁREA DE ANÁLISE

Como referimos na Nota Introdutória, é nosso intuito analisar o povoamento da área em torno do sítio romano da Póvoa do Mileu, que integrava o território de uma das *ciuitates* da Província romana da Lusitânia e à qual proporcionaria muito provavelmente a própria sede, como esperamos poder mostrar na presente dissertação. Assim, a primeira fase do presente projecto de investigação passou pela definição dos limites geográficos do território em análise, tarefa complexa, não só pelas características geomorfológicas da área, mas sobretudo porque não temos elementos para estabelecer os limites dos territórios das antigas *ciuitates* confinantes, em especial as localizadas nos confins ocidentais da Meseta Ibérica. Sabemos apenas, *à priori*, que, como limite Oeste, teremos que contar com o conjunto montanhoso da Serra da Estrela<sup>3</sup>.

Uma vez que pretendemos estudar a área em torno da Póvoa do Mileu, optámos por considerar este sítio como o seu ponto central, fazendo uma proposta de delimitação do território a partir dos elementos hidrográficos e orográficos do mesmo. Assim, na tentativa de circunscrever o território a analisar – e que deverá ser mais abrangente que a *ciuitas* que nos propomos investigar – considerámos que o limite Norte da área de análise se insere na região percorrida pelos afluentes do Rio Côa (Ribeira da Pêga a Nordeste) e do Rio Mondego (a Noroeste). A Oeste traçámos o limite pelo Planalto de Videmonte até ao Rio Mondego, enquanto a Sudoeste a falta de elementos hídricos nos obrigou a efectuar o limite por uma linha de cabeços, algures no meio da Serra da Estrela. A Sul o traçado passa pelo Rio Zêzere (a Sudoeste) e pelos afluentes do Rio Côa (Rio Noéme) e, a Nascente, pelo sistema montanhoso da Serra da Gata, no seu prolongamento para Norte [Fig.<sup>a</sup> 4]<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A área em estudo insere-se na sua maioria nos actuais Concelhos da Guarda e do Sabugal, abrangendo ainda uma parte do de Celorico da Beira, delimitada pela inflexão do Rio Mondego. Como forma de localização da área de estudo poderemos mencionar que abrange, total ou parcialmente, as Cartas Militares de Portugal (à escala 1.25 000) n.ºs, 181, 182, 183, 192, 193, 194, 202, 203, 204, 205, 213, 214, 215, 216, 225, 226, 227, 237 e 238.

<sup>4</sup> Deve dizer-se que para esta área em concreto, alguns trabalhos de investigação recentes definiram os limites entre *ciuitates* pelas linhas de água – como é o caso das propostas de Marcos Osório (2006) ou de Pedro Carvalho (2007a) – embora nós consideremos que os respectivos elementos hídricos não

## 1.2 - AS TRÊS UNIDADES GEOGRÁFICAS DA ÁREA EM ESTUDO E SUA CARACTERIZAÇÃO

A área de estudo, embora não seja muito extensa, abrange diferentes realidades geomorfológicas<sup>5</sup>, o que nos levou a optar pela análise mais pormenorizada das três unidades consideradas neste território: Serra da Estrela, franja ocidental da Meseta e Bacia de Celorico da Beira. Como foi evidenciado por J. Cabral (1995: 23), “[...] a originalidade da região da Guarda [...] resulta da sua posição de contacto entre grandes unidades morfológicas [...]”. Assim, a área desde a cidade da Guarda até Linhares da Beira, bem como a área Sudoeste do território em análise, inserem-se no sistema das montanhas ocidentais, polarizadas em torno da Serra da Estrela, enquanto a zona a nascente da Guarda se insere na Meseta Ibérica<sup>6</sup>. Em cada uma delas consideraremos sucessivamente, embora de uma forma necessariamente sintética, os dados da morfologia, do relevo, da hidrografia e da vegetação. Em suma, no presente capítulo propõe-se o estudo da paisagem daquelas três zonas, fundamental para o conhecimento geográfico dos territórios, abrangendo as suas variadas vertentes, nomeadamente o estudo da sua estrutura geo-ecológica: elementos abióticos (relevo, clima, litologia), elementos bióticos (vegetação) e solos (Fernandes, 2002: 3). Esta análise permitir-nos-á compreender a forma como ao longo da História aqueles elementos influenciaram o povoamento deste território pelas sucessivas comunidades humanas que o ocuparam, em particular na Época Romana.

---

constituíssem barreiras físicas de referência neste território, em parte devido ao fraco caudal dos mesmos. No caso do Mileu consideramos que os limites do respectivo território deverão ser procurados no equilíbrio entre as afinidades e contrastes geomorfológicos envolventes ao sítio. Com efeito, os espaços do território do Mileu, apesar de muito díspares (integrando mesmo áreas dos confins da Meseta, cujas características orográficas constituem uma barreira à delimitação do respectivo território), parece poderem circunscrever-se e delimitar-se a partir dos dados orográficos dos sistemas montanhosos em presença [ver adiante mapa n.º 4].

<sup>5</sup> O território em estudo enquadra-se em distintas áreas geográficas, desde a zona setentrional da Cordilheira Central, ao sector Ocidental da Meseta Ibérica Setentrional, englobando ainda duas depressões, a Cova da Beira e a Bacia de Celorico da Beira.

<sup>6</sup> É certo que existem diferenciações genéricas mesmo dentro destes dois sistemas, como a bacia de Celorico da Beira ou a bacia hidrográfica do Rio Zêzere, no sítio em que este entra na Cova da Beira.



### 1.2.1 – A Serra da Estrela

No contexto do relevo da Península Ibérica, a Serra da Estrela faz parte da zona Centro Ibérica, complexa formação de diversos alinhamentos montanhosos, com configuração oblíqua, que tem início na *Somosierra* (a Norte de Madrid) e se prolonga até à *Serra da Lousã*, a Sul de Coimbra. Deste sistema fazem parte a *Serra da Estrela* e a *Serra da Gata*, bem como um imenso planalto que se separa do de Castela-a-Velha.

No actual território português, a Serra da Estrela – correspondente à parte oriental da Cordilheira Central, sistema com 115km de extensão, – faz a divisória entre as bacias hidrográficas dos rios Tejo e Mondego, tendo como altitude máxima 1990m.

Pierre Birot terá sido o primeiro investigador a chamar a atenção para o facto de a Serra da Estrela corresponder a um *horst*<sup>7</sup>, de origem tectónica, com cursos de água de traçado rectilíneo. Possui a configuração de um planalto, que se eleva de Sudoeste para Nordeste, classificada por Orlando Ribeiro como “montanhas de blocos em escadaria” (Nunes, 2001: 36), fisionomia moldada pelas grandes deslocções de orientação SW-SE. Assim surge, segundo Suzanne Daveau (1969: 195), a Serra da Estrela, como um bloco isolado, “[...] singulier, dominant l’ensemble de la marge atlantique du massif ancien ibérique”.

Na zona da Guarda, o complexo orográfico da Serra da Estrela (que detém uma inclinação para NE) liga-se à extremidade ocidental da Meseta. Neste ponto de confluência (de traçado muito difícil de estabelecer<sup>8</sup>), estes dois sistemas orográficos possuem como diferença altimétrica cerca de 150 metros. De facto, como refere Carlos Marques (1996: 34), “[...] a individualidade geográfica e geológica da Estrela e da Gardunha é marcada pelo acidentado relevo, pelos deslocamentos recentes dos vales do Mondego e do Zêzere, pelos vestígios da glaciação Würmiense, pela estrutura geral e ainda pelas zonas metalíferas”.

O encaixe profundo do Rio Mondego e seus afluentes, sobretudo no seu primeiro troço, até entrar na bacia de Celorico da Beira, deve-se à elevação da área central do actual território português. Em torno da trajectória destes rios a serra sofreu um acentuado processo de erosão, como se observa entre a aldeia dos Trinta (Guarda) e

---

<sup>7</sup> O *horst* corresponde a um maciço elevado em relação aos territórios vizinhos, formado pela acção de movimentos tectónicos. A citada classificação de *horst* é apoiada no traçado rectilíneo de diversas linhas de água, nas formas desniveladas, nas escarpas contínuas, nas fontes termais, entre outras características (Daveau, 1969: 42-43).

<sup>8</sup> Estes pontos de contacto entre a Serra e a Meseta podem observar-se a Sul de Celorico da Beira ou na zona de Vale de Estrela (Guarda).

Celorico da Beira, dando origem a um vale muito encaixado e orientado pela linha de fractura<sup>9</sup>. “Desde a nascente vem o Mondego contorcendo-se entre colinas e arredondados montes que lhe dão o leito sinuoso dos meandros encaixados” (Marques, 1996: 62). O Rio Mondego tem a sua nascente a 1.425m de altitude e percorre 227 km até atingir o Oceano. A área que agora abordamos, com orientação SW-NE, corresponde à primeira das suas quatro secções, definidas por Alfredo Martins (1940: 82) para o traçado do Rio Mondego. Este seu tramo inicial proporciona, desde a sua nascente até Porto da Carne (Concelho da Guarda, já em plena bacia de Celorico da Beira), um exemplo do denominado rio de montanha. A Sul, próximo de Videmonte (Guarda), tem 5m de largura por 0,5m de profundidade, enquanto que na bacia de Celorico da Beira possui 8m de largura e 0,75m de profundidade<sup>10</sup>.

Apesar de se considerar que as falhas não impedem o Rio Mondego de percorrer o seu traçado (ao contrário dos seus afluentes, que exibem percursos rectilíneos, orientados por fracturas), a análise da carta geológica (Ferreira; Vieira, 1999) permite-nos colocar a hipótese de se saber se, de facto, em alguns troços não se terá verificado um condicionalismo no percurso do rio, ou seja: tendo em conta que existem algumas sobreposições, será que não se terá verificado um aproveitamento do traçado das falhas? Apesar de não ser um rio que acompanhe a tectónica, sem dúvida que em alguns pontos aproveitou as fendas abertas no afloramento rochoso, que apresentam a mesma orientação da *Falha da Vilariça*, ou seja NNE-SSW. Nesta área o Mondego tem uma orientação SW-NE, como vimos, fazendo, a partir de Celorico, uma inflexão, passando a um percurso com direcção SW, percorrendo uma superfície aplanada, com uma direcção bastante regular, acompanhando novamente um conjunto de pequenas fracturas.

A Serra da Estrela é também percorrida pelo Rio Zêzere, que nasce a 1.640m de altitude, com uma primeira secção no vale glacial, quase em linha recta, de perfil acentuado, percorrendo um vale encaixado, sem dúvida um importante vale de fractura, resultante da *Falha Manteigas-Vilariça*. A partir de Manteigas o rio apresenta um perfil regular côncavo. A sua bacia superior apresenta um curso montanhoso, com um certo

---

<sup>9</sup> Pelo contrário, a bacia de Celorico da Beira e a da Cova da Beira têm tendência a alargar-se, em parte devido ao aplanamento proporcionado pelos aluviões e pelo acumular de sedimentos.

<sup>10</sup> Como refere António Ferreira (1978: 141), a plataforma do Mondego ou bacia de Celorico “[...] corresponde a uma ampla superfície de aplanamento, deprimida entre a Serra da Estrela e a Serra do Caramulo e entalhada pelo Mondego e seus afluentes”.

atenuamento na zona de Valhelhas (Guarda)<sup>11</sup>, quase no início da Cova da Beira. Tal como o Rio Mondego, também o Rio Zêzere não apresenta um traçado paralelo às falhas, salvo raras exceções de fracturas isoladas, difíceis de reconhecer.

Entre Manteigas e Valhelhas, o Rio Zêzere faz uma inflexão, passando a correr num leito largo, por entre território de xisto, alterando bruscamente a sua orientação por seis vezes, sem dúvida resultado de um traçado pelas linhas de fractura (Daveau, 1969: 171). A partir do Sameiro (Manteigas) o rio começa a alargar progressivamente, passando a correr numa bacia que inclui os vales dos seus afluentes: a Ribeira de Vale de Amoreira (Manteigas), a Ribeira de Beijames (Guarda) e a Ribeira de Famalicão (Guarda). Estes afluentes apresentam um traçado com orientação NNE-SSW, começando por apresentar traçado rectilíneo e com ligação ao rio feita de forma angulosa.

Tanto o Rio Mondego, como o Rio Zêzere apresentam traçados recentes nas regiões aplanadas de xisto, enquanto que nas de granito conservam traçados antigos. Com efeito, relativamente à geologia da Serra da Estrela, verificou-se a existência de dois conjuntos litológicos que nela se interceptam: o complexo xistograuváquico e o maciço granítico. Este domina a maioria da área agora analisada, enquanto que o xisto – caracterizado por formas mais baixas e arredondadas – é predominante na parte Sudoeste da área agora analisada.

O complexo xisto-grauváquico ante-ordovício, constituído, como a própria designação refere, por uma alternância de xistos e grauvaques, mas também por rochas meta-sedimentares e sedimentos depositados, foi descrito por Carlos Teixeira (1963: 9) como sistema onde “[...] predominam xistos micáceos, macios, xistos quartzo-micáceos e corneanas quartzo-pelíticas.” Este sistema foi possivelmente formado no Infra-Câmbrico ou Câmbrico Inicial<sup>12</sup>, pois sobre ele assentam os terrenos do Ordovício<sup>13</sup> (Ferreira, 1978: 16). Surge essencialmente na área Sudoeste da Serra e também entre Verdelhos e Videmonte, aqui composto igualmente por rochas meta-sedimentares e sedimentos.

---

<sup>11</sup> Onde existe acumulação fluvial.

<sup>12</sup> O Câmbrico é o primeiro de seis períodos da Era Paleozóica, abrangendo o período de 543 MA até 490 MA (Ferreira, Vieira, 1999: 8).

<sup>13</sup> O Ordovício corresponde ao segundo período geológico da Era Paleozóica, que teve início há 490 milhões de anos e terminou há 443 MA (Ferreira, Vieira, 1999: 8).

Na área em análise é possível observar duas formações do complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico: a de Malpica do Tejo e a de Rosmanihal (Idanha-a-Nova). A primeira surge essencialmente na área da Quinta da Taberna (Guarda) e é caracterizada por uma alternância de xisto e grauvaque (micaxistos biotíticos, grosseiros), enquanto a segunda formação surge na área de Videmonte, mas integrando uma faixa que se prolonga até à aldeia de Faia (Guarda), formada essencialmente por xistos e estabelece, em alguns locais, contacto com o granito. Nesta última formação predominam os xistos quartzo-micáceos, com xistos luzentos, de grão fino, muito duros, tendo uma formação de quartzo, biotite e sericite.

A área agora em análise é também marcada pelo complexo Gnaiss-Migmatítico, que surge na zona do planalto de Videmonte, caracterizado pela transição entre o xisto e o granito e outras manchas de aspecto de gnaiss. As áreas de contacto entre este e os granitos hercínicos jovens originaram auréolas metamórficas formando orlas de metamorfismo.

Existem ainda algumas manchas de xisto em Valhelhas (Guarda) e Manteigas, com ligação ao sistema de Sabugal-Quadrazais, desde Valhelhas até à Barroqueira, caracterizadas por xistos e grauvaques “[...] com leitos conglomeráticos, intercalados” (Teixeira *et al.*, 1981: 125).

Todavia, como já referimos, a maior parte do território da Serra da Estrela é composto por granitos hercínicos, divididos em cinco grupos, estabelecidos morfologicamente a partir da sua textura (Ferreira, 1978: 21). O *granito de Seia*, predominante na região, é caracterizado como biotítico, com moscovite, porfiróide de grão grosseiro<sup>14</sup>, dando origem a saibro, também grosseiro, explorado economicamente em diversas pedreiras da região. Abrange a área entre as aldeias de Gonçalo e Famalicão (ambas no Concelho da Guarda). O segundo grupo é o denominado *granito da Mizarela* (caracterizado como biotítico, porfiróide de grão médio a fino) e surge entre Linhares (Celorico da Beira) e Mizarela (Guarda), na área de contacto com o complexo de gnaisses e migmatitos. Por sua vez, o *granito de Mesquitela* surge na área do Planalto de Videmonte, caracterizado por possuir duas micas de grão grosseiro, não porfiróide. Surge junto de Vila Soeiro (Guarda), envolvido por xistos, com excepção do lado Norte, onde contacta com granito porfiróide de grão grosseiro. Apesar de

---

<sup>14</sup> É constituído por rochas leucimesocráticas, com cristais de feldspato de grandes dimensões e grão grosseiro. É um granito monzonítico, que contém frequentemente inclusões xistosas.

apresentar variações locais, a sua componente é igual aos outros granitos, embora por vezes apresente características alcalinas.

Por fim, na análise geográfica desta área não podemos deixar de referir o *Clima*, que sofre uma influência mediterrânea determinante, embora também seja fortemente influenciado pela altitude, pois na região há um incremento da precipitação e descida da temperatura à medida que avançamos para Sudoeste e para o cume da Serra da Estrela. Assim, apesar de podermos afirmar que os meses de Verão são relativamente secos e os de Inverno muito frios<sup>15</sup>, a área apresenta algumas singularidades uma vez que a influência atlântica alcança a bacia de Celorico (Nunes, 2001: 14). O perfil alongado e oblíquo da Serra da Estrela permite a penetração de massas de ar marítimo, provenientes do Atlântico, mas também de ar seco proveniente do interior da Península Ibérica (Mattoso, Suzane, Belo, 1997). Esta característica geológica condiciona o clima e levou à criação de distintos territórios, como a *Bacia de Celorico da Beira* ou a *Bacia da Cova da Beira*, ambas contrastando com os terrenos do vale do Rio Côa. Assim, na área ocidental da Serra da Estrela o *andar basal* é dominado pela influência atlântica, enquanto que na vertente oriental é de influência mediterrânica. Um dos melhores exemplos destas influências contrastantes é proporcionado pelas diferenças entre o vale do Mondego, com azinhais mesomediterrânicos, e o planalto de Videmonte, com moitas ou bosques mesotemperados de carvalho negral.

Torna-se desta forma evidente que, como por toda a parte, na Serra da Estrela o clima se encontra relacionado com a latitude, a longitude e o relevo, uma vez que por cada 100m de altitude a temperatura desce 0,6°C (Jansen, 2002: 15). À medida que a altitude aumenta há um progressivo incremento da precipitação e decréscimo da temperatura, sendo as vertentes ocidentais da serra as mais pluviosas (Nunes, 2001: 14).

É também o clima que influencia a vegetação pois, como refere Jan Jansen (2002: 15), “[...] o rico cenário da vegetação estrelense é também regulado por condições microclimáticas”. Desde a *Expedição Científica à Serra da Estrela*, em 1881<sup>16</sup>, que o complexo da serra foi dividida em três andares: o *basal* (desde o sopé da montanha aos 800/900m de altitude), o *intermédio* (entre os 900m e os 1600m) e o

---

<sup>15</sup> Como refere Abrantes (1996: 36): “[...] a região da Guarda é caracterizada por um clima temperado mediterrâneo, com estações bem contrastadas. A neve e a geada encontram-se relacionadas com a influência da altitude”.

<sup>16</sup> Para a Expedição Científica à Serra da Estrela, de 1881, ver Dulce Helena Borges, 2010: 30-33.

*superior* (entre os 1600m e o topo). Os investigadores puderam confirmar então que, também aqui, quer o relevo quer o clima influenciam fortemente o coberto vegetal.

O andar intermédio integra as áreas que delimitam os vales do Mondego e do Zêzere, na sua secção inicial<sup>17</sup>. Os estudos então efectuados demonstraram a existência de bosques *caducifólios* ou mistos, de *quercíneas caducifólias* e *perenifólias*, com *quercus pyrenaica* e *quercus rotundifolia*. Devido à acção humana e às alterações climáticas, o desaparecimento do coberto vegetal primitivo levou à instalação de espécies como os “urzais” e as giestas. No planalto de Videmonte, por exemplo, temos a *ulex minor* (tojo) e *erica umbellata* (urze), espécies características do sistema orográfico Galaico-Português, mas que surgem também nesta área específica. Em locais onde o nível de destruição foi muito acentuado assistiu-se muito cedo à instalação de prados artificiais (lameiros) ou a campos de feto-ordinário (*pteridium aquilinum*).

Uma das espécies autóctones, o carvalho negral (*quercus pyrenaica*), exemplar de floresta caducifólia, existe aqui, actualmente, em número muito reduzido. Surge neste andar, pois está adaptado a um clima de grande precipitação. Na área em estudo pode ser observado a Sul de Fernão Joanes (Guarda), na estrada de Trinta a Videmonte e nas proximidades da Corujeira (Guarda).

Outra espécie do *andar intermédio* é o castanheiro (*castanea vulgaris*). Como se pode ver na sua distribuição em Videmonte, surge sobretudo junto às povoações, denunciando a importância que deteve na economia das comunidades locais até tempos muito recentes. Com efeito, fontes dos anos 30 do século XX referem que existiam então em elevado número, embora actualmente os castanheiros surjam em número cada vez mais reduzido (Marques, 1996: 52).

Outra das espécies presentes ao longo dos rios é o salgueiro (*salix*, como o salgueiro chorão), observável na área a Norte da aldeia de Vila Soeiro (Guarda) e na Ribeira do Caldeirão. A presença destas espécies é comum em ambos os andares, o *intermédio* e o *basal*. Todavia, a sua fraca representatividade no *andar intermédio* prende-se ainda com as condições do terreno, que é muito acidentado, o que faz com que as mesmas surjam – uma vez mais – apenas junto às linhas de água. Esta situação é visível no Rio Mondego, na sua travessia a Norte de Videmonte, onde existe um bosque

---

<sup>17</sup> O Rio Zêzere percorre a Cova da Beira, vale de origem tectónica, com um clima de transição, com precipitação abundante e um Verão curto. Estas características permitem o tradicional desenvolvimento da policultura (árvores de fruto e cereais), com uma intensa ocupação do solo (Nunes, 2001: 53).

de amieiros e escassos freixos, enquanto que fora das áreas de inundação se observa a presença da azinheira e, no topo da elevação, o pinheiro. Nas encostas observam-se ainda formações arbustivas, como a urze.

Outras espécies foram introduzidas ao longo dos tempos, sendo uma das mais conhecidas o pinheiro bravo (*pinus pinaster*), amplamente difundido desde os anos 30 do século XX, principalmente nas áreas de baldio. De facto, verificámos que esta espécie é uma das mais difundidas na área em estudo, com maior incidência no *andar intermédio*, embora também esteja presente no *basal*.

O aproveitamento agrícola dos solos é também condicionado pelas características do relevo, registando-se que neste *andar intermédio*, ou seja, acima dos 800m (já considerado relevo de montanha), predominam os pastos e a floresta, típicos de uma área ocupada por aldeias de pastores (Mattoso, Daveau, Belo, 1997).

### 1.2.2 – A franja ocidental da Meseta

No limite Nordeste da Serra da Estrela localiza-se a cidade da Guarda, algures na confluência do respectivo sistema orográfico com um outro, o da Meseta Ibérica. De facto, o local de implantação urbana da cidade da Guarda marca o local de passagem entre as montanhas ocidentais e a Meseta, assinalado por um desnível, possivelmente de origem tectónica, de cerca de 150m de desnível (Ferreira, 1978: 85), sinalizado na aldeia de Vale de Estrela (Guarda), como já referimos.

A Meseta Ibérica corresponde a uma superfície de aplanamento que se formou no Cenozóico<sup>18</sup> e que possivelmente se estenderia por toda a Península Ibérica, tendo sido arrasada pela formação do Maciço Hespérico (Cabral, 1995: 60). Pode ser dividida em duas grandes áreas, Norte e Sul, enquadrando-se o território em estudo na Meseta Norte. Como refere António Ferreira (1978: 8), trata-se de uma “[...] superfície de aplanamento bem conservada, que atinge uma rigidez notável para oriente do Côa, com altitudes que decrescem nitidamente em direcção a Noroeste [...]”. O facto de na Meseta se ter verificado menor actividade tectónica, permitiu a manutenção de extensos

---

<sup>18</sup> Período com início há cerca de 65 milhões e 500 mil anos, estende-se até ao presente, dividindo-se nos subperíodos Paleogénico, Neogénico e Quaternário (do mais antigo para o mais recente) (Ferreira, Vieira, 1999: 8).

planaltos, que sofreram apenas a acção da erosão, em parte devido aos afluentes do Rio Côa, mantendo contudo uma altitude entre os 850/900m. (Ferreira, 1978: 84).

A monotonia do relevo é pontualmente interrompida por pequenas elevações, com diferença de cotas de cerca de 100/150m em relação aos terrenos circundantes da Meseta, como é o caso do *Monte do Jarmelo* (943m) e o *Monte das Fráguas* (1018m), ambos localizados no actual concelho da Guarda e correspondentes a *inselberg* (montes-ilha), pequenos relevos graníticos que resistiram ao aplanamento da superfície da Meseta, em parte devido à dureza da rocha<sup>19</sup>.

Relativamente às características geológicas, e como salientou José Abrantes (1996: 15), as “[...] relações entre as várias fácies graníticas, observadas ao longo dos seus contactos, permite-nos inferir a sua história geológica”. Assim no território em estudo existem dois grupos de granitos, sendo o primeiro denominado de antevestefaliano, caracterizado como alcalino, de duas micas e o segundo grupo – pós-estefaliano – como calco-alcalino, biotítico, geralmente porfiróide, considerado mais jovem, pós-tectónico, com cerca de 280±10 MA, pertencente ao limite Carbónico-Pérmico ou ao Pérmico Inferior. Ambos os tipos se encontram representados na área que agora estudamos<sup>20</sup>.

Esta área é também marcada pela existência de diversas falhas de origem tectónica, de que é exemplo, na zona Oeste dos planaltos da Meseta, a referida *Falha Manteigas-Vilariça-Bragança*, com orientação SSW-NNE. A região apresenta ainda outras falhas, como a localizada a Nascente da primeira, de menor dimensão, pois, a ter em conta os dados avançados por Narciso Ferreira e Gonçalo Vieira (1999), existe uma certa sobreposição com a primeira em alguns troços do Mondego. Para além destas duas falhas existem ainda outras, definidas por J. Cabral (1995: 20) como micro-falhas, que terão certamente influenciado o curso de alguns afluentes do Rio Mondego, como as Ribeiras de Prados, do Quêcere e do Caldeirão. Segundo o mesmo autor, “[...] no

---

<sup>19</sup> Os *inselberg* são “[...] verdadeiros relevos residuais [...]” (Ferreira, 1978: 55), sem dúvida uma das formas mais características do Maciço Hespérico.

<sup>20</sup> António Ferreira (1978: 21) divide os granitos hercínicos em cinco grupos, tendo em conta que apresentam uma grande variedade de textura. Na área agora abordada, destaca-se o grupo IV, disperso por toda a área central, caracterizado por granitos calco-alcalinos, biotítico, porfiróide, de grão grosseiro, com elevada quantidade de feldspato, de elevada granulometria e abundante biotite. Existem também granitos do grupo II e do Grupo III. O grupo II abrange uma área mais restrita, sobretudo na área Sul (Fráguas) e Noroeste (Salgueirais), caracterizados por granitos calco-alcalinos a alcalinos, não porfiróides, de grão médio a fino, biotíticos. O grupo III surge na área Norte (Jarmelo), caracterizado como granito calco-alcalino a alcalino, de grão médio a grosseiro, de duas micas, geralmente porfiróide.



conjunto do Neogénico e Quaternário, o território continental português sofreu essencialmente levantamento, embora a diferentes velocidades, em áreas diversas. No interior, ele é evidenciado pelo encaixe relativamente recente da rede de drenagem [...]”<sup>21</sup>.

A superfície da Meseta, a que pertence o território em estudo e suas imediações, é percorrida pelo Rio Côa e seus afluentes, integrados na bacia hidrográfica do Rio Douro<sup>22</sup>, correndo todos de Sul para Norte, acompanhando a inclinação do respectivo relevo. A sua bacia hidrográfica abrange uma área total de 2.521 km<sup>2</sup>, composta por vinte e três bacias elementares, percorrendo áreas dos actuais concelhos de Sabugal, Guarda, Pinhel, Almeida, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, e Vila Nova de Foz Côa.

Como se sabe, o Rio Côa nasce na *Serra das Mesas* (Sabugal), apresentando uma orientação E/W no primeiro troço e S/N no segundo, percorrendo 130 Km até confluir no Rio Douro. Entre os seus afluentes destacam-se as Ribeiras das Cabras e a de Pêga, o Rio Massueime e o Rio Noéme, este último com nascente acima dos 900m, em Vale de Estrela, com uma direcção W/E, e correndo num vale relativamente largo. A Ribeira das Cabras nasce nas proximidades de Pêra do Moço, acima dos 800m, ganhando um curso irregular, com passagem pela área do Jarmelo, enquanto a Ribeira de Pêga apresenta um longo percurso, com margens largas e caudal regular. O Rio Massueime, com nascente na cidade da Guarda, é o mais extenso afluente do Côa, embora percorrendo terrenos de relevo acidentado e geralmente pouco férteis.

A bacia hidrográfica do Rio Côa apresenta uma certa regularidade geológica<sup>23</sup>, sendo a maior parte da sua bacia constituída por granito, à excepção de manchas de xisto, argiloso, a Norte e Ocidente da Menoita (Guarda) (Marques, 1936: 8). É um rio de planalto, com um declive médio de 6,75m por 1000m (Marques, 1936: 20), com uma rede assimétrica, ou seja, com maior número de afluentes na margem esquerda, onde os vales são elevados e encaixados, e com um desnível de 800/700m.

---

<sup>21</sup> Nesta mesma área surge ainda um outro sistema, de orientação ENE-WSW, representado pelo *desligamento* que vai de Celorico da Beira até Pombal.

<sup>22</sup> A bacia do Douro cobre toda a Meseta Norte, entre os Montes Cantábricos, a Sierra de Urbión e a Cordilheira Central (Daveau, 1987: 505).

<sup>23</sup> Segundo Marques (1936: 13) o Rio Côa percorre um vale de fractura.

Ao nível do clima, a bacia hidrográfica do Rio Côa encontra-se incluída no sub-tipo climático “temperado com estação fria”, com elevadas oscilações térmicas diárias (Marques, 1936: 20), claramente filiável num clima de tipo mediterrânico, mas fortemente influenciado pelo clima continental. Foi sobretudo a partir de 1979 que os estudos científicos registaram o fraco índice de precipitação destes vales, caracterizados por temperaturas muito elevadas no período do Verão, uma elevada diferença entre a temperatura máxima do mês mais quente e a temperatura mínima do mês mais frio, com uma precipitação média anual inferior a 800mm e com fenómenos de redução acentuada de caudais nas linhas de água, considerando-se assim a bacia do Côa como uma região pobre do ponto de vista hídrico, em parte devido às secas, de uma severidade extrema.

Também ao nível florestal, a franja ocidental da Meseta considerada neste estudo corresponde a uma área de transição, sofrendo influência de factores diversos, como o clima ou o substrato granítico. Apresenta elevada diversidade agrícola e florestal, onde se destaca o pinheiro bravo (*pinus pinaster*), sobretudo nas encostas. Recuando, porém, aos anos 30 do século XX, o castanheiro (*castanea vulgaris*) e o carvalho negral (*quercus pyrenaica*) ainda ocupavam então elevadas áreas. Apesar de ainda muito presentes na actualidade, uma boa parte dos terrenos são agora ocupados por formações arbustivas, destacando-se a giesta branca (*cytisis multiflorus*) e o sargaço (*halimium alyssoides*), espécies que evidenciam a degradação dos bosques climáticos (Biodesing, 2006). De facto, a destruição dos bosques, no intuito de aumentar os campos de cultivo e pastoreio, as acções dos incêndios florestais e, numa fase mais recente, o abandono dos campos, levaram à propagação de matos, dominados pelas giestas. Nas áreas junto aos afluentes do Rio Côa destacam-se, porém, o freixo e o carrasqueiro (*quercus coccifera*). Entre a vegetação arbustiva salienta-se o rosmaninho (*lavanda stoechae*) e a giesta (*cytisis lusitanicus*).

Apesar da inexistência de uma *carta* pormenorizada da Bacia do Côa relativa à capacidade de uso dos respectivos solos, regista-se a existência de alguns terrenos com boas aptidões agrícolas nas respectivas margens, embora em áreas reduzidas, sobretudo planas ou de fraco declive (Nunes, 2008: 70).

### 1.2.3 – A Bacia de Celorico

O limite Noroeste da área agora analisada insere-se na *Bacia de Celorico da Beira*, que tem início, sensivelmente, nas proximidades da aldeia de Porto da Carne (Guarda). Segundo Suzanne Daveau (1969: 190), trata-se de uma depressão que sofreu com os movimentos tectónicos, que provocaram um desnivelamento da região, encontrando-se no prolongamento do *horst* da Serra da Estrela<sup>24</sup>. Ao nível geológico a área é marcada pela presença do granito de Celorico da Beira, caracterizado por apresentar duas micas, porfiróide, de grão médio, com uma tonalidade cinza e elevada homogeneidade granulométrica.

Este território, bem como o do vale do Zêzere, insere-se no *andar basal*, caracterizado por territórios mais ou menos planos, tendo sofrido fortemente a acção humana, devido à acção do fogo, da desflorestação, do corte e extração intensiva de madeira. Estas práticas, associadas ao pastoreio milenar e à agricultura, levaram ao progressivo desaparecimento da vegetação autóctone.

Pelos estudos efectuados nas turfeiras da Serra da Estrela pensa-se que este andar, previamente à acção do Homem, teria condições húmidas, sendo dominantes os bosques *perenifólios* ou mistos de *quercíneas perenifólias* e *caducifólias*, com predomínio do sobreiro (*quercus suber*). Deveria existir também a azinheira (*quercus rotundifolia*), onde as condições fossem menos húmidas. Actualmente estas duas espécies possuem uma representatividade muito baixa, e não estão extintas devido à sua adaptação ao macroclima mediterrânico (no final do Terciário). Assim, no território em estudo, de acordo com os dados da observação directa, verifica-se que o sobreiro surge essencialmente em ambientes mais húmidos, frequentes no sopé das montanhas, enquanto a azinheira surge numa extensão mais vasta, por exemplo, na Quinta da Taberna (Videmonte, Guarda).

Presente somente neste andar, uma das suas espécies hoje mais conhecidas é a oliveira (*olea*), que se desenvolve apenas até aos 800/900m, bem como as árvores de fruto, que surgem nas proximidades das aldeias. Pontualmente verificámos que em Videmonte existem algumas árvores de fruto, nomeadamente pereiras e cerejeiras – acima dos 900m! – embora em número muito reduzido.

---

<sup>24</sup> Esta autora coloca ainda a hipótese de a área ter sido modelada por uma bacia tectónica anterior, como no caso de Seia.

Uma das espécies características do *andar basal*, junto às linhas de água, são as formações edafófilas<sup>25</sup>, com espécies como os bosques ripícolas de amieiros (*alnus glutinosa*) e freixos, que surgem em terrenos de aluvião. Todavia, sendo terrenos agrícolas extremamente férteis e aptos para a agricultura, estes bosques sofreram uma destruição muito acentuada, libertando os terrenos para a actividade agrícola.

Actualmente o coberto vegetal que podemos observar com maior frequência é, todavia, composto por matagal e vastas áreas de matos rasteiros, de entre os quais a giesta é uma espécie extremamente abundante, pois prolifera devido à destruição dos bosques. A variedade mais característica desta área é a *cytissus multiflorus* (a conhecida giesta negral das serrainas e das colinas beirãs hoje abandonadas), que surge em ambos os andares, em solos pobres onde outrora se cultivavam cereais mas que actualmente se encontram abandonados. Não podemos deixar de referir, enfim, que a destruição do coberto vegetal por parte do Homem teve no passado diversas finalidades, destacando-se a criação de *lameiros*, que caracterizam as áreas de vale em ambos os andares. Existem dois tipos de *lameiros*, os de erva contínua e anual (irrigados) e os de feno, “sazonais”, ambos com uma importância fundamental para a pecuária e a economia locais.

Com base neste tão vasto e – hoje, como na Época Romana – tão complexo e variado território, tentaremos, na presente *dissertação*, verificar e estudar até que ponto as diferenças geo-morfológicas em presença terão influenciado as comunidades humanas em período romano. Com efeito, pensamos que um assentamento nos contrafortes da Serra teria uma base económica diferente da de um outro, localizado na bacia de Celorico da Beira, por exemplo. Mas dois povoados da Época Romana, localizados nas franjas da Meseta, teriam afinidades ou teriam contrastes entre si?

Assim, tendo como ponto de partida os dados de base deste complexo e tão singular mosaico geográfico, nos capítulos seguintes iremos analisar os dados históricos e arqueológicos disponíveis e tentaremos estabelecer um primeiro modelo relativo à ocupação do território em estudo – o Planalto Guarda-Sabugal em período romano e compreender as suas especificidades.

---

<sup>25</sup> Espécies que se desenvolvem em solos mais húmidos (edafó-higrófila) ou mais secos (edafó-xerófila).

## 2. POVOAMENTO ROMANO DO *PLANALTO GUARDA-SABUGAL*

### 2.1 - O TERRITÓRIO DO PLANALTO NA ANTIGUIDADE

A conquista da Península Ibérica pelos Romanos iniciou-se em 218 a.C., com o desembarque de duas legiões comandadas por *Cneu Cornélio Cipião* em Ampúrias<sup>26</sup>. Esta conquista decorreu ao longo de praticamente 200 anos, em parte devido à forte resistência dos povos indígenas, de entre os quais se destacavam os *Lusitani*, os povos peninsulares mais celebrados pela literatura clássica. Os autores antigos descreveram-nos como um povo de pastores aguerrido, hostil, perito em emboscadas, que saqueava as áreas mais férteis da *Baetica*, sob a liderança do seu célebre chefe, Viriato (Garcia y Bellido, 1978: 118).

Com o desembarque daquelas duas legiões no extremo Nordeste da Península Ibérica dá-se início a um longo processo de conquista do território mais ocidental do mundo conhecido na Antiguidade, no âmbito de uma política sistemática de conquistas empreendidas pelos Romanos<sup>27</sup> e que culminou na formação de um dos mais vastos impérios do mundo antigo. Trata-se do Império Romano, complexa formação territorial, militar, política, administrativa, económica e cultural, dominado pelos agentes de um poder “principesco” e uni-pessoal, sediado em Roma, Império este onde se aglutinavam povos, língua e falares muito diferentes num território política e administrativamente unificado<sup>28</sup>.

Durante este longo processo, que culmina na conquista e pacificação definitiva de todo o território da Península Ibérica, tornava-se necessária – aqui, como em todos os territórios recém-conquistados do Império – a criação e desenvolvimento de

---

<sup>26</sup> Cidade marítima da Antiguidade, fundada pelos Gregos e localizada no extremo Nordeste da Catalunha.

<sup>27</sup> A civilização romana surgiu no *Lacio*, por entre colinas e bosques, desde os Montes Apeninos até ao Mar Trirreno. Com a conquista de vastos territórios tornou-se o centro do mundo então conhecido e Roma “[...] se convierte en el centro de las finanzas y sede del comercio internacional” (García Garrido, 2001: 20).

<sup>28</sup> O quadro jurídico do Império Romano era muito complexo e diversificado, certamente adaptado à sua extensão e à diversidade dos povos que integrava e assimilava. Assim, os povos aliados dos romanos eram denominados os *socii*; os que assinavam um tratado (*foedus*) com os romanos eram os *foederati*, enquanto os derrotados seriam súbditos dos romanos, *dediticius*. Pelo contrário, as colónias gozavam plenamente do direito romano (Grimal, 2010: 20).

mecanismos que permitissem a sua plena integração no Império Romano. Este processo de organização do território<sup>29</sup> decorreu paralelamente à sua faseada conquista. Dado que esta se inicia na costa mediterrânica, a Província da Bética é o primeiro território da Península Ibérica perfeitamente romanizado numa época pouco posterior à a sua conquista.

Para a compreensão da romanização precoce desta região costeira não nos podemos esquecer dos seus anteriores contactos intensivos com os povos do Mediterrâneo Central e Oriental, destacando-se as feitorias púnicas, como é mencionado pelos geógrafos da antiguidade, como *Diodoro de Sículo*. Este autor refere que as minas da Península Ibérica foram exploradas pelos *cartagineses* (Blázquez Martínez, 2007: 51). Por outro lado, já *Estrabão* descrevia a Bética como a província onde o impacto da romanização fora mais intenso, de tal forma que no fim do período republicano os dialectos regionais tinham desaparecido quase por completo. A sua integração no seio do Império, para lá de precoce, foi intensa, sendo provenientes da Bética diversas figuras históricas que se destacaram no Império, de entre os quais o primeiro imperador nascido fora de Roma, Trajano, natural de *Italica*<sup>30</sup>. A região é descrita por Estrabão como extremamente fértil, com boas terras agrícolas, mas também rica em indústrias de salga (García y Bellido, 1978: 60-62). Na sua obra (III. 2. 6), aquele autor informa-nos de que produtos da Bética como o trigo, o vinho, o azeite, a cera, o mel e os preparados salgados integravam os circuitos comerciais de longo curso, abastecendo vastas regiões, marcando presença em portos marítimos como *Ostia* e *Puteoli*. Porém, de todos os produtos produzidos e exportados na Bética destacavam-se os preparados de peixe da região de *Carthago Nova*<sup>31</sup>, sem dúvida os preferidos em Roma (Blázquez Martínez, 2007: 81).

Esta precoce integração da Bética no seio do Império e a sua perfeita adaptação à cultura romana tinham como base a criação de estruturas e medidas administrativas conduzidas pelo eficiente funcionalismo romano, constituído nomeadamente por um

---

<sup>29</sup> As províncias mais antigas e já pacificadas eram administradas sob o controlo do Senado, que depositava o seu poder num antigo magistrado (*procônsul* ou *propretor*), enquanto as restantes províncias, cujo controlo exigia a presença das legiões, dependentes do Imperador, eram governadas por um *legatus* (lugar-tenente), com o auxílio de *procuratores* (com funções na gestão dos bens do Império ou na administração das Províncias) (Grimal, 2010: 58).

<sup>30</sup> Localizada nas proximidades de Sevilha, em Santiponce, *Italica* foi fundada por Cipião em 206 a.C.

<sup>31</sup> Apesar de a actividade principal desenvolvida em *Carthago Nova* ter sido a mineração, também a pesca e os preparados de peixe tinham uma elevada relevância na economia deste território, tendo em conta as elevadas quantidades de ânforas encontradas nas escavações do *Monte Testaccio*, provenientes da região entre *Hispalis* e Córdoba. A partir de estudos efectuados sobre este material calcula-se que em Roma tenham sido consumidas cerca de 1.700.000 toneladas de azeite (Blázquez Martínez, 2007: 81).

*praetor*, auxiliado por um *quaestor* e um *legatus*. Porém, no tempo longo da romanização da Península, recém-apaziguada, o resto do território peninsular, então muito menos romanizado, era pertença do Imperador, representado por dois *legati*, um *praetorianus*<sup>32</sup> e um *consularis* – sendo este responsável pelo território da Península Ibérica, à excepção da Lusitânia – tendo ao seu serviço três legiões e três *legati* (Garcia y Bellido, 1978: 164).

### 2.1.1 – As Descrições dos Geógrafos Antigos

Diversos autores clássicos da Antiguidade, e em particular os geógrafos, fizeram a descrição do território da Península Ibérica, seguindo a antiga tradição iniciada pelos gregos. Entre os geógrafos antigos destaca-se *Pomponius Mela*, que em meados do século I d.C., na sua obra “De chorographia” nos deixou a descrição mais antiga de período romano, composta por três livros (conhecidos apenas através de uma cópia do século X<sup>33</sup>). No período em que *P. Mela* escreveu a sua obra a Península Ibérica já se encontrava praticamente pacificada. Contudo, este autor, quando se refere à Província da Lusitânia, descreve *Emerita Augusta*<sup>34</sup> como a única cidade florescente da mesma (Garcia y Bellido, 1982: 29). A sua descrição incide especialmente nos territórios plenamente integrados no Império, sobretudo nas cidades localizadas na costa, embora descreva também pontos de referência incontornáveis, como os rios, destacando-se nomeadamente os rios *Munda* (Mondego) e o *Durius* (Douro), a cujas bacias hidrográficas pertence a área que agora abordamos.

Para além da descrição do território, este autor refere-se ainda aos recursos da Península Ibérica, dizendo que esta é “[...] abundante en hombres, caballos, hierro,

---

<sup>32</sup> “Legado jurídico”, responsável pela justiça perante os Lusitanos, juntamente com o governador, nomeado directamente pelo Imperador (Ozcáriz Gil, 2006-2007: 525).

<sup>33</sup> Para a Geografia antiga e o seu lugar na cultura romana ver a síntese “La Connaissance et L’Idée Impériale – La Géographie et L’Histoire à Rome” in Albert Grenier, *Le Génie Romain dans la Religion, la Pensée et l’Art*, 1925 (Bibliothèque de Synthèse Historique – L’Évolution de L’Humanité, N.º 17), p. 385 e seguintes.

<sup>34</sup> Na Lusitânia, Mérida simbolizava o poder de Roma, pois era o foco da administração provincial e, como tal, ponto de difusão e irradiação da organização administrativa, da civilização e da cultura romana. De facto, enquanto capital de Província, capital de um dos três *conventus* da Lusitânia e sendo uma das cinco *colónias* da Península, esta cidade partia uma vasta rede de vias de comunicação (Cerrillo, Fernández, Herrera, 1990: 59), destacando-se entre as nove mais importantes a *Via da Prata*, *Iter ab Emerita Asturicam*, ou seja em direcção a *Asturica Augusta*. Assim, Mérida cedo se transformou num centro aglutinador e pólo difusor de todas as correntes culturais inerentes ao fenómeno de aculturação a que chamamos de *Romanização* (Cerrillo, Fernández, Herrera, 1990: 69).

plomo, cobre, plata y oro [...]”, destacando a abundância metalífera, sem dúvida uma das motivações dos Romanos na conquista e domínio do território. O interesse dos Romanos na exploração destes recursos naturais encontra-se atestado também no *Livro XXXIII* de *Plínio*<sup>35</sup>, dedicado aos metais da Península, onde chama a atenção para a exploração, por exemplo, do ouro, recolhido em rios como o Tejo, ou em minas<sup>36</sup>. A exploração mineira era de tal forma rentável que o Estado concessionava a sua exploração a particulares, indicando mesmo os valores a afectar, no momento da respectiva contratualização (García y Bellido, 1982: 192-194). Exceptuava-se a exploração aurífera, possivelmente supervisionada directamente pelo Estado, como é mostrado por Estrabão, que nos informa que inicialmente as minas eram públicas, embora numa fase posterior tenham passado a privadas<sup>37</sup>, à excepção das minas de ouro<sup>38</sup> (García y Bellido, 1978: 94). O controle destas minas era atribuído aos *prefeitos* imperiais (no início do Império) e a *procuradores* (a partir de Vespasiano) (Carvalho, 2007a: 94), contando certamente com o apoio das legiões, que tinham aqui um campo fundamental de actuação no controlo social e *policial* destas minas e das populações envolvidas na respectiva exploração<sup>39</sup>.

A presença destas legiões encontra-se documentada posteriormente à época da pacificação da Península Ibérica, pois em 23 d.C. Tibério<sup>40</sup> para aí enviou as legiões *VI Victrix*, *X Gemina* e *IV Macedónica*, não só no intuito de manterem a pacificação deste

---

<sup>35</sup> *C. Plinius Secundus* foi, durante o principado de Vespasiano, *procurator* da Citerior, dedicando a sua obra ao imperador Tito. Ao longo dos 36 livros da sua obra, concluídos em 77 d.C., compilou notas e referências. Os livros são conhecidos quase na sua totalidade, uma vez que foram copiados inúmeras vezes entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média (García y Bellido, 1982: 71-87), sendo conhecidos mais de 200 manuscritos antigos dos mesmos.

<sup>36</sup> Também o *Livro XXXIV* é dedicado aos metais, mais concretamente ao cobre e ao chumbo.

<sup>37</sup> Algumas destas explorações teriam grandes dimensões, a acreditar nos autores clássicos, como *Políbio*, que refere a presença de 20000 escravos nas minas de *Carthago Nova* (Blázquez Martínez, 2007: 56).

<sup>38</sup> Algumas minas de ouro poderão ter sido entregues a particulares, como parece ser o caso testemunhado numa inscrição de Idanha-a-Velha de *Ti. Claudius Rufus*, que dedica um monumento a *Iuppiter Optimus Maximus* por ter encontrado 120 (?) libras de ouro (aproximadamente 40kg; Sá, 2007: 184). Por todo o Império era comum outorgar minas a particulares ou a sociedades (*societates publicanorum*), através de uma concessão administrativa, permitindo ao Estado libertar-se de determinadas funções, recebendo em contrapartida capital e rendimentos (García Garrido, 2001: 125).

<sup>39</sup> Após a pacificação da Península Ibérica, com Augusto, as legiões foram deslocadas para as fronteiras junto ao Reno, ao Danúbio e ao Eufrates, mantendo-se alguns contingentes na Península Ibérica e no Egipto (Grant, 1967: 115). Como refere Pedro Carvalho (2009b: 34), as legiões que permaneceram na Península após a sua conquista e pacificação, detinham funções de controlo social e de supervisão da construção de vias e edifícios públicos e ainda na demarcação do território das *ciuitates* e no controlo da exploração mineira.

<sup>40</sup> Tibério Cláudio Nerón, nasceu em 42 a.C., no seio da *Gens Claudia*. Foi *tribunus militum* na Hispânia, durante as Guerras Cantábricas (29-19 a.C.). Casou com Júlia, filha de Augusto, acedendo ao poder em 14 d.C. Exímio chefe militar, controlou sublevações na região do Danúbio e na Dalmácia e anexou a *Pannonia* (região da Hungria Ocidental) (Grimal, 2010: 86). Morreu a 16 de Março de 37 d.C., sendo seu herdeiro Gaio (Calígula), filho de Germânico (Grimal, 2010: 91).



território, garantirem o transporte dos produtos para Roma (ao serviço da *annona*<sup>41</sup>) e participarem na organização administrativa das Províncias, mas também para actuarem enquanto actores muito activos da difusão da cultura romana (Blázquez Martínez, 2007: 74)<sup>42</sup>. Com efeito, um velho historiador francês, Victor Chapot (1927: 186), nota que “En d’autres provinces, les Romains s’attachaient à briser, désunir les confédérations; en Espagne, ce souci leur fut épargné. **Ils voulurent plutôt tirer l’indigène de son existence étroite et mesquine, combattre chez lui la tendance à se replier, à ignorer le voisin.** L’unité politique, avant la conquête, n’était pas la grande tribu, comme chez les Celtes ou les Germains; **le clan ibérique, strictement local, restait lié à une agglomération, ville, château fort ou simple tour de guet (atalaia). Pays des mille cités, disait de l’Espagne un géographe ancien**”<sup>43</sup>.

Neste contexto, interessa-nos ainda referir os volumes III e IV da obra “Naturalis Historia”, de *C. Plinius Secundus*, vulgarmente conhecido como Plínio-o-Velho. Referindo-se a diversos lugares da Península Ibérica, este autor clássico apontou mais de 200 cidades, 70 entidades étnicas e 120 topónimos de teor físico-geográfico. Ao longo dos dois volumes acima referidos são mencionados 14 *conuentus* jurídicos, povos e cidades, a par da descrição das colónias e dos municípios de direito latino e romano (García y Bellido, 1982: 92), constituindo todas estas referências um manancial informativo precioso no âmbito da geografia histórica.

Todavia, para a área que nos diz respeito, as informações destes autores são muito escassas, quer quanto à identificação das cidades, quer mesmo quanto aos seus acidentes geográficos principais. Temos em consideração que determinadas zonas, como o Norte da Lusitânia, exibiam então fracos índices de aculturação e integração na estrutura do Império. Com efeito, nestes territórios o fundo indígena continuava a

---

<sup>41</sup> Os produtos *annonarios* obtinham-se pela via fiscal ou pela compra directa dos *procuratores*. No caso do azeite e cereais norte-africanos, os produtos recolhidos eram colocados nos *horrea* (armazéns) civis ou militares mais próximos, possivelmente nos *municipia* ou colónias, para posteriormente serem conduzidos para *mansiones* de *cursus publicus* e daí para portos em direcção às unidades militares ou a Roma (Pons Pujol, 2004: 1665). O velho historiador francês Léon Homo (1927: 395) informa-nos que, “Chargé de l’approvisionnement de la capitale, le préfet de l’annone avait sous sa surveillance les grands ports d’importation italiens, Ostie, Portus Trajani, Pouzzoles; il y entretenait un important personnel d’agents de toute espèce, chargés d’exécuter ses ordres et de faire appliquer ses décisions”.

<sup>42</sup> Torna-se evidente que a exploração de determinados produtos era de tal ordem relevante para o Império, que diversos autores clássicos se referiam à sua exploração intensiva. Era o caso, por exemplo, dos cristais de rocha extraídos das montanhas do território da *ciuitas ammaiensis*, obtidos através da abertura de minas ou poços.

Note-se que a *ciuitas ammaiensis* tinha como capital a cidade romana de Ammaia, localizada na actual freguesia de S. Salvador de Aramenha, Concelho de Marvão, Distrito de Portalegre, nas margens do rio Sever, estando as suas ruínas dispersas por uma área superior a 20ha.

<sup>43</sup> Sublinhados nossos.

possuir uma presença muito forte, como é evidente não só na toponímia referida por Plínio (García y Bellido, 1982: 97), como nos nomes que surgem nas epígrafes da região, como veremos mais adiante.

No seu *Livro IV*, Plínio inicia a descrição da Província da Lusitânia pelo Rio Douro, referindo-se então aos povos que habitavam os territórios contíguos, desde os *Celtici*, os *Turduli*, os *Vetões* (estes já no rio Tejo, segundo o autor) aos *Lusitanos* (García y Bellido, 1982: 141-143). Ao abordar a divisão administrativa da Lusitânia, descreve os três *conventus*: o *Emeritensis* (com capital em *Augusta Emerita*), o *Pacensis* (com capital em *Pax Iulia*) e o *Scalabitanus* (com capital em *Scalabis*). Neste vasto território refere ainda 45 *populi*, entre os quais cinco colónias (*Augusta Emerita*, *Metelliniensis*, *Pacensis*, *Caesarina* e a *Norbensis*) e ainda *Olisipo*, município com direito romano, três municípios com direito antigo do *Latium* (*Ebora*, *Myrtilis* e *Salacia*) e 37 estipendiários, isto é, municípios que não teriam privilégios, pelo que pagariam impostos, entre os quais os *Lanciensis* e os *Ocelensis* (García y Bellido, 1982: 143), os que aqui mais nos interessam, por terem ocupado a área geográfica que agora analisamos.

Também Estrabão<sup>44</sup> dedica o *Livro III* da sua *Geographiká*, escrita no reinado de Augusto, à Península Ibérica, utilizando informações de outros autores, uma vez que nunca aqui esteve. Refere-se aos Lusitanos como tribos que viviam entre o Tejo e o Guadiana, para aí deslocados após terem sido vencidos pelos Romanos (García y Bellido, 1978: 58).

Num momento posterior, no século II d.C., também Ptolomeu<sup>45</sup> apresenta uma listagem de cidades da Lusitânia Oriental, de entre as quais *Lancia Oppidana* e *Cottaobriga* (Salinas de Frías, 1990: 257). Para além do facto de estas cidades serem associadas com os Vetões, é interessante que, neste período, estas capitais surjam referenciadas como cidades.

---

<sup>44</sup> Estrabão nasceu em *Amáseia*, na cidade de *Pontos*, na Ásia Menor, no ano de 63 a.C. No seguimento das descrições de grandes geógrafos helenísticos, Estrabão, que nunca visitou a Península Ibérica, descreveu-a, entre 29 e 7 a.C., na sua grande obra, *Geographiká*. Entre as suas obras, as mais importantes foram a *Hypomnémata historiká* e *Geographiká*, esta composta por 17 livros. Na sua obra refere importantes manuscritos perdidos, que lhe serviram de base e que doutra forma seriam desconhecidos, nomeadamente as obras de *Polýbios* (de meados do século II a.C.), de *Poseidónios* e *Artemídeos* (do século I a.C.) e de *Asklepiádes* de *Mýrleia* (do século I a.C.) (García y Bellido, 1978: 27-35).

<sup>45</sup> Cláudio Ptolomeu nasceu provavelmente no ano 90 d.C., em Tolemaida, Hérnia (Egipto), e faleceu, por volta de 168 d.C., em Alexandria (Egipto). Escreveu várias obras, de entre as quais a *Geographia*, em 8 volumes, onde faz a descrição geográfica do mundo então conhecido, incluindo referências sobre a longitude e a latitude dos locais mais importantes.

Apesar de, como já referimos, não conhecermos a Geografia Antiga da maior parte da Península Ibérica, as informações constantes destes textos clássicos são, sem dúvida, de grande importância histórica, pois contêm descrições de valor verdadeiramente transcendente sobre o mundo antigo. Vejam-se, por exemplo, as referências aos rios navegáveis e ao comércio que neles se desenvolvia, verdadeiras redes de distribuição, não só de produtos, mas também de gentes e de cultura.

### 2.1.2 – Aspectos da Romanização do Planalto

No meio das convulsões políticas que se geraram no seio do mundo romano, em parte devido a graves conflitos políticos e sociais internos, inerentes à conquista daquele que seria o mais vasto império então conhecido, e graças à afirmação da cidade-estado de Roma e das cidades federadas da Itália Central, Caio Júlio César Octaviano (23 de Setembro de 63 a.C. a 19 de Agosto de 14 d.C.) recebeu em 39 a.C. o título de *Augustus*, fundando um novo sistema político, o *Império*, do qual seria o *Princeps*, isto é, o primeiro dos cidadãos. A partir deste momento tornava-se premente a necessidade de, para lá do incentivo à conquista de novos territórios, organizar administrativamente as regiões conquistadas, unificando-as sob o domínio de Roma e sob a protecção da *pax romana* (Hanoune; Sched, 2003: 25). Foram então criadas e organizadas 40 Províncias, desde Gibraltar (*Mauritania Tingitana*) ao Mar Negro, desde a Bretanha (Inglaterra) à Península da Arábia, fixando-se as fronteiras do Império, algures entre os fins do século I a.C. e os primeiros anos do século I d.C., no Reno, no Danúbio e no Eufrates (Hanoune; Sched, 2003: 31).

Na Península Ibérica é após a pacificação do território, a partir de 19 a.C., que Augusto<sup>46</sup> vai promover profundas reformas, com fortes impactos a nível político,

---

<sup>46</sup> Augusto era filho de Caio Octávio, proveniente de uma família da aristocracia romana do Lácio, e de Ácia e era sobrinho-neto de César, que o adoptou, legando-lhe em testamento uma parte considerável dos seus bens. A partir da morte de César passou a chamar-se *Caio Júlio César Octaviano* e formou um exército com veteranos para vencer António. Em 1 de Janeiro de 43 a.C., através de um *senatus-consulto*, tornou-se senador e recebeu o *imperium pro-pretoriano* e o cargo de antigo cônsul. Com a Batalha do Ácio (a 2 de Setembro de 31 a.C.), contra o Egipto, e a conquista de Alexandria (a 1 de Agosto de 30 a.C.) reunificou o *imperium romanum* (Grimal, 2010: 54), o que justificou a fidelidade dos povos do Império do Ocidente e lhe conferiu uma legitimidade incontestável (Grimal, 2010: 51). Com a instituição do *principado*, foi divinizado como *Augustus*, e assim considerado filho de um ser divino (Grimal, 2010: 60). Ao longo dos 41 anos da sua governação promulgou profundas reformas políticas, administrativas e sociais, visando assegurar nomeadamente a unidade política, administrativa e cultural dos povos do Império (Grimal, 2010: 85).

ideológico e económico, visando a plena integração deste território no Império (Alvarez Martinez; Nogales Basarrate, 2004: 259) e visando, em particular, “[...] submeter o conjunto de terras ao poder do povo romano [...]” (Grimal, 2010: 61). É no decurso deste processo que, entre 16 e 13 a.C., foram criadas três províncias: a *Baetica*, a *Tarraconense* e a *Lusitania*, instalando-se Augusto nesse período em *Narbona*, na Gália, onde procedeu ao recenseamento da população local e a um levantamento de impostos<sup>47</sup>.

No contexto desta organização administrativa do território, promoveu profundas alterações na rede de povoamento do mesmo. Apesar de ter sido César<sup>48</sup> o responsável pela criação de importantes cidades peninsulares *ex nouo* (Mantas, 1992: 10), foi a partir de Augusto que o sistema de estruturação do território, apoiado e polarizado em *ciuitates* autónomas, se generalizou, associado a profundas alterações nas estruturas produtivas, com uma intensificação da produção, quer pela implementação de novas tecnologias e de novos produtos agrícolas, quer pelo arroteamento e aproveitamento de vastas zonas até então incultas, nomeadamente as mais remotas e mais isoladas, isto é, mais inacessíveis da Península – as zonas planálticas, contíguas às montanhas do interior.

Uma das fundações que resultaram desta nova política administrativo-urbana, foi, sem sombra de dúvida, a da cidade de *Augusta Emerita* (Mérida), em 25 a.C., fundada no âmbito da campanha contra os *Astures* e os *Cantabrios*. Foi a base da colónia dos *emiriti de Augusto*, soldados das legiões que tinham servido a *res publica*, então generosamente recompensados com terras (Le Roux, 2004: 18). Sabe-se como, desde o momento da sua fundação, a cidade floresceu: foram agenciados espaços públicos monumentalizados e construídas estruturas e edifícios de grande escala como o fórum, os templos, os edifícios para a realização de espectáculos públicos ou as próprias pontes – estruturas monumentais que mostram bem a protecção, a promoção e o dinamismo das elites provinciais, responsáveis pela sua construção, tecnicamente tão difícil e financeiramente tão cara (Le Roux, 2004: 23).

Num contexto geográfico mais próximo do sítio objecto do presente estudo, a criação da velha Egitânia, possivelmente ainda na Época Republicana ou em certo momento da época augustiniana (que ainda não foi possível precisar), mereceu a

---

<sup>47</sup> Nesse mesmo período desenvolve incursões na Germânia (Grimal, 2010: 61).

<sup>48</sup> César tinha como intuito “[...] transformar a velha cidade republicana (de Roma) no centro de um poder capaz de administrar o mundo [...]”, iniciando para isso um amplo processo de reorganização dos territórios conquistados, acção posteriormente continuada por Augusto (Grimal, 2010: 33).

seguinte observação num conhecido embora muito recente estudo: “[...] a *ciuitas Igaeditanorum* assumiu-se como uma espécie de ponta de lança da administração imperial nos territórios que na actualidade integram a Beira Interior [...]” (Carvalho, 2009a). A datação da fundação dacapital da *ciuitas Igaeditanorum* poderá recuar ao período tardo-republicano, possivelmente como *uicus*, caracterizado, como veremos, por diversas casas em torno de um edifício público, como poderão atestar as fundações de paredes construídas em taipa, destruídas nos primeiros anos do século I d.C. para dar lugar à construção do fórum.

Após o longo período das Conquistas, foi Augusto<sup>49</sup> quem promoveu a organização político-administrativa da Península Ibérica – como atrás referimos. Esta organização incidiu na divisão da antiga Província da *Ulterior*<sup>50</sup>, nas Províncias da *Baetica* e da *Lusitania*, esta com o respectivo território delimitado a Norte pelo rio Douro e a Este pelo rio *Anas* (Guadiana), prolongando-se até à costa atlântica, com a capital em *Emerita Augusta* e englobando quatro distintas etnias: Lusitanos, Vetões, Celtas e Turdúlos. Estas províncias encontravam-se divididas em *conuentus iuridici*<sup>51</sup>, e estes, por sua vez, incluíam no seu território diversas *ciuitates*<sup>52</sup>, entidades jurídicas das quais fazia parte o núcleo urbano (cidade) e o território circundante. De facto, a organização administrativa de Augusto passou pela implementação de um sistema hierarquizado, baseado no escalonamento destes três elementos, político-jurídico-administrativos (Solana Sáinz, 1993: 152).

Estavam então criadas as condições para a integração destes territórios recém-conquistados e pacificados no seio do Império, visando a sua prosperidade e, no fundo, a sua romanização plena, para assim desempenharem o seu desígnio primordial: servir

---

<sup>49</sup> Após a conquista de tão vasto território, Augusto adoptou diversas medidas no sentido de promover a sua organização político-administrativa: escolheu entre a classe dos cavaleiros os *praefecit* (prefeitos) e *procuratores* (procuradores); criou uma *prefeitura do pretório* (comando da guarda imperial) e criou o cargo de *Prefeito da anona* com funções no abastecimento de Roma, entre muitas outras. Com estas medidas, Augusto tinha como intuito “[...] nomear quadros estáveis para assegurar a gestão dos serviços essenciais do Império [...]” (Grimal, 2010: 57).

<sup>50</sup> A primeira Província da Península Ibérica foi criada por *Cipião* e remonta a 206 a.C., Após um curto período, em 197 a.C. foi dividida em duas, a *Hispania Citerior* (a área Norte da Península) e a *Hispania Ulterior* (correspondente à região da Andaluzia / Vale do Guadalquivir, mais tarde denominada *Baetica*). O restante território, nomeadamente o Centro e o Oeste ainda não tinha sido conquistado e pacificado e, assim, ficou de fora desta primitiva organização (Grimal, 2010: 19).

<sup>51</sup> Os *conuentus iuridici* eram unidades administrativas, de âmbito interprovincial, onde se debatiam e resolviam questões e problemas de foro jurídico.

<sup>52</sup> Dentro de um *conuentus iuridici* existiam diversas *ciuitates*, com estatutos jurídicos diferentes: umas, embora poucas, eram colónias, outras *munecipia* e, na sua maioria, *ciuitates peregrinas* (Solana Sáinz, 1993: 164).

Roma. De facto, a expansão dos *povos do Lacio* era movida pela necessidade de estes conquistarem territórios que teriam como função abastecer Roma de produtos e bens essenciais<sup>53</sup>.

Para tal, foi estabelecido o serviço de *annona*<sup>54</sup>, cujo responsável, como referimos, era um pretor. A *annona*, enquanto sistema tributário de pagamento e recepção de tributos, permitia abastecer Roma a partir de várias regiões do Império com distintos produtos<sup>55</sup>, como o vinho e o azeite da *Campânia*, da *Emilia*, da *Galia Cisalpina* ou mesmo da Bética, pois “[...] o vinho e o azeite eram objecto de um comércio muito activo de uma extremidade à outra do Mediterrâneo” (Grimal, 2010: 125). Neste sentido, Augusto mandou efectuar recenseamentos, verdadeiros inventários da população e dos recursos do Império então conquistado, com o intuito de definir o valor do imposto que as *ciuitates* deveriam pagar a Roma, desde o taxamento das explorações agrícolas às taxas sobre o transporte de mercadorias (*portoria*, direito de passagem).

Bem informado e ciente das riquezas mineralíferas do território, Augusto incentivou e desenvolveu ainda a exploração mineira, que em determinadas regiões atingiu grande expressão, transformando alguns sítios em verdadeiras unidades *para-industriais* de exploração, de que serão um excelente exemplo os tão conhecidos casos de *Vipasca* (Aljustrel) ou as menos divulgadas explorações mineiras da área de Penamacor – Meimoa, nos vales dos rios Erges e Bazágueda (da bacia hidrográfica do Rio Tejo)<sup>56</sup> (actual concelho de Penamacor).

A inserção destas vastas regiões do interior da Península Ibérica no Império, para lá da enorme e inédita revolução urbana provocada pela criação de novas cidades ou pela “deslocalização” de povoações ancestrais, implicou também alterações na economia,

---

<sup>53</sup> Assim, neste contexto, a “[...] África e o Egipto eram, por excelência, celeiros do Império” (Grimal, 2010: 122). Segundo alguns estudos económicos, a região do Egipto poderia abastecer por si só os mercados de Roma em cereais durante quatro meses por ano (Grant, 1967: 24).

<sup>54</sup> A *Praefectura annonae*, cujo início recua a Augusto, era uma instituição do Império cuja função era, como vimos, a recolha e distribuição de alimentos, não só para Roma, mas também para o abastecimento às legiões: a *annona militaris* (Pons Pujol, 2004: 1663).

<sup>55</sup> Refira-se que Roma, no tempo de Augusto, tinha cerca de 800.000 moradores, o que implicava a necessidade de criar medidas para o fornecimento de cereais. O trigo, por exemplo, que numa primeira fase era proveniente da Sicília e da Sardenha, passou, numa segunda fase, a ser abastecida pelo Egipto e por outras regiões do Norte de África (García Garrido, 2001: 21). Leonardo Benevolo (2007: 163), referindo-se a Roma, informa-nos de que “[...]nesta cidade viveram, até o século III d.C., de 700.000 a 1.000.000 de habitantes, a maior concentração humana até agora realizada no mundo ocidental[...]”.

<sup>56</sup> Foram identificados locais de exploração de ouro na vertente meridional da Serra da Malcata, na cabeceira do Ribeiro da Queijeira e na margem direita da Ribeira de Valdedra, pertencentes à rede hidrográfica do Rio Bazágueda. Dessa época, destacam-se os cortes a céu aberto conhecidos como Lagos da Presa ou Covões do Urso (Sánchez Palencia; Pérez García, 2005: 268).

com a exploração agrícola intensiva de terras até então inexploradas, sobretudo com o aproveitamento dos terrenos no fundo de vales, com a introdução de novas culturas (como as árvores de fruto), ou com a produção inserida numa lógica de mercado e de *economia global*, cujos produtos circulariam por todo o Império, sobretudo a partir do século II (Dias, 1997: 329).

Foi também no reinado de Augusto que se implementaram medidas para um incremento da fundação de *uillae* na Península Ibérica, o que contribuiu para a intensificação das relações entre Roma e as Províncias. De facto, após a conquista de extensos territórios, era possível, com a utilização intensiva de mão-de-obra escrava, ampliar quase indefinidamente as áreas produtivas do Império, permitindo uma maior produtividade, pois, como se sabe, havia necessidade de abastecer, para além de Roma, as próprias legiões acampadas nas fronteiras do Império. Esta necessidade de produção exigia uma componente de força de trabalho intensiva, capaz de produzir em quantidades verdadeiramente inéditas os produtos integrantes da famosa tríade mediterrânica: trigo, vinho e azeite (Remensal Rodríguez, 2008: 51): só nesta base económica seria possível manter a paz social em Roma.

Apesar de as primeiras implantações de *uillae* se encontrarem documentadas em determinadas regiões da Península já em fins do século II a.C., como o testemunha a região da Catalunha (Revilla Calvo, 1995: 102), será sobretudo em fins do século I a.C. e no período subsequente que se estabelecem as bases para a instalação de uma nova vaga de colonos. Estes tinham conhecimento das técnicas agrícolas adaptadas aos férteis terrenos de aluvião, onde desenvolveriam uma produção vocacionada para o comércio, como o vinho da *Tarraconensis* (Revilla Calvo, 1995: 102). É a partir desse período que, nesta província, se vão instalar colonos responsáveis pela construção de estruturas monumentais em *uillae (pars urbana)*: átrios com colunas, grandes salas de recepção e pátios porticados (de que é exemplo a *Torre Llaude (Mataró, El Maresme)*). Estes colonos trazem consigo os obreiros responsáveis pela introdução e a aplicação sistemática de técnicas construtivas engenhosas, bem como por sistemas de aquecimento dos compartimentos ou de gestão da água, de que é exemplo maior a popularização da construção e do uso das termas (Revilla Calvo, 1995: 107).

Na região da Beira Interior, a instalação de *uillae* deverá ter ocorrido num momento ainda mais tardio, a ter em conta o exemplo da chamada *uilla I* de Centum Celas (Belmonte), datada da época de Cláudio ou inícios do reinado de Nero (entre o fim da primeira metade e o início da segunda metade do século I d.C.; Frade, 2005:

255). Esta hipótese encontra-se também de acordo com os resultados obtidos por Pedro Carvalho na Cova da Beira, que parece apontarem para a chegada de uma primeira vaga de colonos a este território no período júlio-claudiano<sup>57</sup> (Santos, Carvalho, 2008: 140).

Como atrás se disse, estas *uillae* estavam integradas em *ciuitates*, entidades administrativas e fiscais às quais estava afecto um território. Na realidade, as *ciuitates* são caracterizadas por Vasco Mantas como “[...] entidades políticas com fronteiras definidas e um centro urbano organizado à romana [...]” (Mantas, 1998a: 368), ou seja, integravam um território e a sua capital. O seu território, mais ou menos vasto, possuía autonomia administrativa e fiscal e as autoridades políticas, administrativas e fiscais da *ciuitas* estavam sediadas na respectiva capital, que podia estar localizada mais ou menos no centro do território da mesma. A extensão das *ciuitates* variava de acordo com a sua importância no seio da região, da Província e do Império (Solana Sainz, 1993: 152).

Este modelo organizativo do território definia como acção prioritária e tinha implícita a integração das elites indígenas no mundo urbano romano, assim contribuindo para a difusão da civilização e do modo de vida romanos. A sua implementação tinha como intuito enquadrar e integrar as populações autóctones num sistema global, civilizacional, cultural, económico e contributivo. Neste contexto, a criação de *uillae* desempenhava um papel activo no processo de aculturação das populações locais, sobretudo na área Norte da Lusitânia.

Mas as *ciuitates* tinham ainda uma outra função, igualmente importante para Roma, pois enquanto entidades jurídicas e tributárias, eram obrigadas a pagar o *stipendium* ou *tributum* a Roma, cujo montante era estabelecido de acordo com o território de cada *ciuitas* (Árbol Moro, 2001). Em contrapartida, às populações locais era-lhes permitido recuperar uma certa autonomia.

Torna-se assim evidente que os territórios que entraram na órbita do império foram então organizados em *ciuitates*, pelos agrimensores, funcionários imperiais<sup>58</sup>. As terras destes territórios, devidamente “cartografadas” e divididas pelos agrimensores e demais agentes imperiais, eram atribuídas a cidadãos romanos, a soldados veteranos ou,

---

<sup>57</sup> A dinastia Júlio-Claudiana, que reina entre o período de Augusto e o fim do reinado de Nero, em 68 d.C, foi a primeira dinastia do Império Romano. O seu nome deriva da família Júlia (à qual pertencia Augusto), e da família *Claudii*, de Tibério.

<sup>58</sup> Um dos melhores exemplos dessa organização administrativa chega-nos de *Emerita Augusta*. Como refere Patrick Le Roux (1999: 264), as anotações dos agrimensores, em articulação com os dados cartográficos da actualidade, possibilitam a reconstituição da geografia político/administrativa do seu território em período romano.



mais correntemente, às comunidades locais, que de há muito aí residiam. Leonardo Benevolo (2007: 193) conta-nos que, tendo em vista a partilha e a repartição equitativa das terras a atribuir, “[...]os traçados rectilíneos das estradas principais servem de linha de referência para a divisão racional do território cultivável (a *centuriatio*), onde este é atribuído aos colonos romanos ou latinos enviados aos territórios de conquista”<sup>59</sup>.

Enfim, após a definição do território da *ciuitas*, os agrimensores colocavam *termini augustales* nos seus limites e escolhiam o local de implantação da sua capital, se fosse uma fundação *ex nouo* ou, se fosse o caso, escolhiam um povoado de período anterior readaptado para esse efeito. De facto, o centro, a “cabeça” das *ciuitates* estava na “cidade”, no seu centro urbano, símbolo de poder, “[...] dotado de estatuto jurídico, de instituições políticas e religiosas, de um corpo de cidadãos e do equipamento apropriado ao desempenho das funções políticas, religiosas, e culturais [...]” (Mantas, 1993b: 470). Mas este centro urbano – como todos os centros urbanos – constituía simultaneamente um centro de consumo e de distribuição, íntima e directamente relacionado com a região circundante e em particular com o “domínio” territorial que lhe estava afecto<sup>60</sup>. Em torno da cidade capital de *ciuitas* gravitavam os aglomerados populacionais secundários e subsidiários da respectiva capital (Le Roux, 1992-93: 155).

No caso de uma fundação *ex nihilo*, o *agrimensor* poderia estabelecer os dois eixos principais da futura implantação urbana, o *cardus* e o *decumanus* – que conhecemos da generalidade das implantações urbanas romanas *novas*, criadas em

---

<sup>59</sup> Segundo este autor, “a *centuriatio* está baseada numa grade de estradas secundárias (também chamadas *limites*): os *decumani*, paralelos à dimensão maior do território ou à estrada principal; os *cardines*, perpendiculares a estes e mais curtos. Uns e outros têm entre si 20 *actus* de distância (o *actus* é a unidade de medida agrária, igual a cerca de 35 metros), isto é, uns 700 metros, e determinam outros tantos lotes quadrados chamados *centuriae*, que têm a superfície de 200 *jugeri*, cerca de 50 hectares. Cada uma pode ser atribuída a um único proprietário, a 2, a 4 ou a um número maior (...).

Esta operação é executada por técnicos especiais, os *agrimensori* ou *gromatici*, com um instrumento chamado *groma*. Os textos a relacionam com a ciência augural etrusca, e com a divisão do céu segundo as direcções dos pontos cardeais. Mas a orientação dos *decumani* e dos *cardines* não segue, normalmente, os pontos cardeais, e é inclinada para aproveitar da melhor maneira a forma do território. Da zona assim dividida, preparava-se uma planta de bronze, da qual uma cópia permanecia na capital do distrito da colónia e outra era enviada para Roma” (Benevolo, 2007: 193).

<sup>60</sup> “A cidade constitui um dos mais importantes contributos da romanização do Ocidente e, simultaneamente, um dos seus principais factores.” (Mantas, 1992: 8). De facto, as cidades romanas que – tal como as nossas – eram o centro do território e do poder, eram também centros de consumo e distribuição, para lá de centros culturais. Os seus grandes programas arquitectónicos impressionavam pela sua imponência, mostrando que a arquitectura era “[...] uma arte muito ligada ao serviço da sociedade, reflexo muito fiel dos seus interesses e do seu modo de ser” (Pereira, 2009: 441-442). Sabemos ainda que a formação das primeiras cidades peninsulares de estatuto romano recua a meados do século II a.C., e delas são exemplo cidades como *Tarraco* (Tarragona) ou *Corduba* (Córdova). Porém, na Lusitânia, as primeiras referências documentais recuam à primeira metade do século I a.C., como *Caecilia Metellinum* (Medellín, na Estremadura Espanhola), fundada por *Q. Caecilius Metellus*, em 80/79 a.C. (Mantas, 1992: 8).

contexto “colonial” ou melhor, provincial – e, a partir destes eixos, definir e “cordear” à vontade os alinhamentos urbanísticos subsidiários, tendencialmente ortogonais entre si, assim retomando o melhor da tradição urbanística helenística de matriz hipodâmica<sup>61</sup>. Esta acção de “cordeamento” do território a urbanizar proporcionava não só o espartilhar do território, visando a sua divisão e a optimização da sua gestão urbana, mas induzia também a divisão dos cidadãos da *ciuitas* de acordo com a sua origem, o seu poder, o seu estatuto e as suas funções (Grimal, 2003: 17). Existem, espalhados por todas as Províncias do Império, inúmeros exemplos deste sistema urbanístico, onde a *centuria* parece evidente, como em *Pax Iulia*<sup>62</sup> (Beja) ou na própria capital da *ciuitas Ammaiensis*<sup>63</sup> (S. Salvador de Aramenha).

---

<sup>61</sup> Hipódamo de Mileto (Mileto, c. 498 A.C. – c. 408 a.C.) foi o criador do chamado sistema urbanístico hipodâmico, caracterizado por planos urbanos ortogonais, verificáveis no Pireu, em Mileto e em Rodes, atribuíveis ao mesmo arquitecto urbanista, inventor da “divisão regular da cidade” (Aristóteles, *Política*, II, 1267b). Segundo Aristóteles, Hipódamo de Mileto, enquanto autor de uma teoria política, “imaginou uma cidade de dez mil habitantes, dividida em três classes, uma composta de artesãos, outra de agricultores, a terceira de guerreiros; o território deveria ser igualmente dividido em três partes, uma consagrada aos deuses, uma pública e uma reservada às propriedades individuais” (Benevolo, 2007: 113). Segundo este autor, nas cidades de traçado “hipodâmico”, “as ruas são traçadas em ângulo recto, com poucas vias principais no sentido do comprimento, que dividem a cidade em faixas paralelas, e um número maior de vias secundárias transversais; as secções das ruas são sempre modestas, sem pretensões monumentais (de 5 a 10 metros as principais, de 3 a 5 metros as secundárias). Daí resulta uma grade de quarteirões rectangulares e uniformes, que pode variar nos casos concretos para adaptar-se ao terreno e às outras exigências particulares; a dimensão menor desses quarteirões – isto é, a distância entre duas vias secundárias – é a necessária para uma ou duas casas individuais (muitas vezes 30-35 metros); a dimensão maior – isto é, a distância entre duas ruas principais – é a apropriada para uma fileira ininterrupta de casas (de 50 metros a cerca de 300 metros). As áreas especializadas, civis e religiosas, não comandam o resto da composição, mas se adaptam à grade comum e muitas vezes são dispostas em um ou mais quarteirões normais; deste modo, as ruas principais não entram em tais áreas, e correm tangentes [a elas]. O perímetro da cidade não segue uma figura regular, e os lotes terminam de maneira irregular perto dos obstáculos naturais como os montes e as costas. Os muros não correm rentes aos lotes, mas unem as alturas mais defensáveis, mesmo a uma certa distância do povoado, razão por que têm costumeiramente um traçado todo irregular” (Benevolo, 2007: 114).

No sistema hipodâmico, “a constância da grade – fixada pelas exigências das casas, não pelas exigências excepcionais dos templos e dos palácios – confirma a unidade do organismo urbano e a uniformidade de todas as áreas e das propriedades particulares perante a regra comum, imposta pelo poder público. A elasticidade da relação entre os lados dos lotes rectangulares permite que cada cidade seja diferente das outras, não vinculada a um modelo único. A complicação do perímetro e a distância a que os muros estão dos quarteirões respeitam o equilíbrio entre a natureza e a obra do homem, e diminuem, em grande escala, o contraste entre a cidade e a paisagem.

Deste modo, a ‘regularidade’ não é levada até comprometer a hierarquia entre o homem e o mundo; permite conceber e padronizar a cidade, mesmo quando esta é grande, e permite aumentar em certa medida uma cidade já formada. Estas possibilidades serão exploradas mais tarde na idade helenística” (Benevolo, 2007: 114).

<sup>62</sup> Sobre esta temática veja-se Conceição Lopes, 2003: 286 e ss.

<sup>63</sup> As ruínas da cidade romana de Ammaia localizam-se na freguesia de S. Salvador de Aramenha, Concelho de Marvão, Distrito de Portalegre, implantadas nas margens do rio Sever. Urbanisticamente, a cidade encontrava-se ordenada segundo um sistema ortogonal, em função do *cardus* e do *decumanus*, numa área plana, mas afastada de linhas de água, aproveitando as características orográficas do terreno, como a elevação na área Oeste onde se supõe a existência de um teatro (Mantas, 2000: 415).

Todavia, no caso das implantações urbanístico-administrativas adaptadas ou improvisadas em povoados já existentes, a respectiva organização e gestão urbanística tornava-se mais complexa, embora viável, indiciando que os romanos, com todo o seu pragmatismo, adaptavam o seu modelo e o seu sistema urbano e sobretudo as estruturas construtivas inerentes em espaços já ocupados e povoados anteriormente. No Império são conhecidos diversos exemplos de cidades implantadas em povoados indígenas, que, por isso, não apresentam a ortogonalidade características das cidades romanas, de que, afinal, é exemplo maior a própria cidade de Roma, modelada constante e continuamente, ao sabor das gerações e das sucessivas conjunturas políticas e urbanas, a partir dos dados de base, assentes num obscuro povoado primordial, mítico e mesmo sacralizado – em torno da *cabana* de Rómulo, implantada num enquadramento natural único e singularmente carismático, o Palatino, para se expandir nas colinas e nos vales circundantes, cujos nomes e cujas ocupações institucionais, religiosas, funcionais, sociais e arquitectónicas a história de Roma regista.

O pragmatismo dos romanos fez com que fosse frequente a ocupação e a consequente romanização de povoados pré-romanos e arcaicos, conhecendo-se numerosas situações de implantações romanas *sobre* povoados anteriores. Um exemplo deste urbanismo “irregular” e como que “orgânico” de origem pré-romana é proporcionado na Península, pela cidade de *Tongobriga* (sob a actual aldeia de Freixo, em Marco de Canaveses) onde o declive acentuado do terreno não permitiu a definição de arruamentos ortogonais (Dias, 1997: 29). Porém, também aqui foi possível observar uma implantação urbana das estruturas construtivas típicas da cidade romana. Outro caso que poderemos mencionar de assentamentos arcaicos readaptados pelos Romanos é o de *Aeminium* (Coimbra) onde foram introduzidas, no reinado de Augusto, profundas reformas urbanísticas no *oppidum* da Proto-História, visando a implantação das mesmas estruturas construtivas (Carvalho *et al.*, 2010: 70). Como referem Patrick le Roux e Alain Tranoy (1984: 199), “[...] l’inexistence d’un modèle romain bien construit et prêt à être appliqué quelles ou quels que soient les circonstances et le lieu”, levou a que fosse necessário repensar a construção destes núcleos urbanos em determinados territórios, como parece ter sido o caso – já mencionado - de *Tongobriga*.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Todavia, não devemos considerar este fenómeno como unicamente peninsular, uma vez que também em Itália, nas imediações de Roma, se encontram documentados centros capitais com prerrogativas jurídicas, localizados no topo de elevações, já na presente Era, como parece ser o caso das cidades dos *Pelignos* ou dos *Vestinos*, povos etruscos que viviam nas suas ancestrais aldeias (Grimal, 2003: 27). Um dos melhores exemplos deste tipo de cidades romanizadas de origem pré-romana é proporcionado pela

Apesar da necessidade de se readaptar um povoado fortificado da Idade do Ferro ou de se improvisar uma “capital” em povoados de origem pré-romana, tal facto não impediu o Império de criar e de impor nesses povoados as novas estruturas urbanísticas e institucionais características das capitais de *ciuitates*. Estas constituirão doravante pontos estratégicos para a reorganização do território circundante, controlando todas as actividades económicas que aí ocorriam e cujos produtos passavam pela capital enquanto local de trocas (Le Roux; Tranoy, 1983-1984: 204). Ora, os dados que possuímos sobre as diferentes áreas geográficas do Império permitem-nos concluir que os Romanos souberam adaptar e integrar as realidades locais na sua organização administrativa<sup>65</sup>. É assim que as *ciuitates* variam de região para região e certamente nem todos os aglomerados centrais, capitais de *ciuitates*, foram “cidades”, no sentido corrente de implantação urbana com certa expansão e com certo grau de desenvolvimento. Com efeito, ainda na Época do Império se verifica a continuidade e a sobrevivência da realidade tribal em certas regiões, como na Gália ou no Norte de África, regiões onde algumas capitais eram centros urbanos pouco relevantes em termos urbanísticos<sup>66</sup>.

Isto não significa que estas cidades, apesar da sua pequenez e fraco desenvolvimento, não possuíssem os elementos típicos do urbanismo romano, nomeadamente os três elementos construtivos de base do complexo urbano tipicamente romano (e já reconhecidos como tipicamente romanos na Antiguidade): o *fórum*, o *templo* e a *basílica*, ao qual se juntavam as *termas*, nisto seguindo de perto a sistematização de Vitruvius. Muito frequentemente surgem também estruturas arquitectónicas complementares como o *teatro*, o *anfiteatro* ou o *circo* – de que é um bom exemplo entre nós a Bobadela romana. Com efeito, como notou o historiador do Urbanismo Leonardo Benevolo (2007: 184), “[...]o funcionamento do Império Romano requer uma série de intervenções sobre o território, notáveis não pela novidade das técnicas, mas por sua aplicação regular e uniforme em larguíssima escala”.

---

cidade de *Cuicul* (actual Djemila, na província africana de Constantina, hoje na Argélia), implantada num esporão, onde o *decumanus* não passa de um esboço e cujo plano global não exhibe o rigor geométrico que encontramos nas cidades “novas”.

<sup>65</sup> Dados recentes têm mostrado que nem sempre se terá verificado uma situação de imposição autoritária e instantânea ou linear da parte dos Romanos. De facto, “[...] o objectivo pretendido por Roma é o estabelecimento de uma ordem idealmente pacífica, não o aniquilamento do vencido ou a sua espoliação, mas a coexistência [das comunidades conquistadas] com Roma, a sua sobrevivência no quadro das suas próprias leis, desde que estas não sejam incompatíveis com a ‘paz romana’” (Grimal, 2010: 13).

<sup>66</sup> Este foi certamente o caso de *Calleva Atrebatum* (Silchester, Grã Bretanha), um dos exemplos de assentamento pré-romano promovidos a capital de *ciuitas* (Hanoune; Schel, 2003: 50).

A cidade romana, que é uma marca do poder do Império Romano, de que é uma componente essencial, detém um forte simbolismo e um forte poder de atracção para residentes, visitantes e populações autóctones. A imagem da cidade é associada às ideias de conforto, comodidade e bem-estar “urbanos”, bem como às ideias de paz e de segurança e estabilidade social, política e administrativa. Mas o simbolismo da cidade perpassa ainda por valores associados à boa gestão e administração da *coisa pública* e pelo bom, eficiente e mesmo virtuoso exercício do poder sobre o respectivo território – valores que se reflectiam na ordem e na organização urbana interna das cidades. Desta capacidade de *ordenar* os diversos elementos em presença na cidade e na sua malha urbana, fosse esta de matriz orgânica ou de modelo rigorosa ou tendencialmente ortogonal, desta “ordem” urbana, decorria um dos atributos do melhor urbanismo clássico (bem como do urbanismo de matriz classicizante do Renascimento e do Pós-Renascimento) pois o “[...] sentido da ordem revelou-se na capacidade de planear para grandes multidões, como é o caso do forum, onde estão centradas numa vasta área as principais actividades (religiosas, administrativas, judiciárias e comerciais, na atenção dada ao abastecimento de água e às ruas, na complexidade da planta das termas, cujo traçado se efectua “num sistema organizado [...]” (Pereira, 2009: 441).

Enfim, as cidades, mesmo as de criação recente, posterior à conquista dos territórios circundantes, possuíam um estatuto próprio e uma certa autonomia enquanto centros administrativos, proporcionando naturalmente uma certa primazia social aos seus moradores em relação aos dos campos dos arredores e nesta diferença de nível social e mesmo vivencial entre as populações urbanas e as populações rurais assentava certamente um dos ascendentes maiores da cidade romana ou romanizada sobre as “massas” populacionais autóctones, embora estas fossem demograficamente dominantes.

Mas como seriam vistas as cidades romanas ou recém-romanizadas pelas populações indígenas? Para lá da sua singular organização religiosa, social e administrativa, o urbanismo das cidades romanas, o “decoro” e sobretudo a monumentalidade dos espaços colectivos e a da generalidade dos edifícios públicos certamente se tornaram num poderoso motivo de surpresa, encantamento e mesmo atracção para as populações autóctones. Naturalmente, para a imagem da cidade contribuíam igualmente as singularidades e requintes da vida pública e privada, com o luxo, o exotismo dos banhos públicos, o ócio, uma alimentação distinta. Enfim, apesar

da aguerrida resistência dos *Lusitani*, após a pacificação definitiva da Península Ibérica, em 19 a.C., a excelência da tecnologia e a genialidade dos construtores ao serviço do Império, de que resultou, por exemplo, o rasgamento das calçadas lajeadas, fruto da melhor engenharia romana, terão surpreendido e encantado as comunidades autóctones, rendidas à admiração destas marcas tão espectaculares de transformação do território. Como sabemos, a construção de calçadas e pontes denunciava a técnica, o engenho e a eficiência da civilização romana, pelo que a própria instalação de miliários ao longo destas calçadas assumiria, sem sombra de dúvida, um carácter de propaganda imperial (Alvarez Martinez; Nogales Basarrate, 2004: 264)<sup>67</sup>. Do mesmo modo, os indígenas ter-se-ão rendido certamente à beleza das peças importadas de uso quotidiano, como a *terra sigillata*, ou os novos e exóticos sabores (como os preparados de peixe e o famoso *garum*) e sobretudo com o agenciamento dos espaços urbanos e a figuração monumental e naturalista de deuses, heróis e tribunos, celebrados em mármore e colocados sobre plintos de grande escala no centro das praças novas ou nas fachadas dos equipamentos estatais ou colectivos de prestígio, uma vez que estes monumentos preservam a memória do Homem e dos seus actos (Pereira, 2009: 390). Ora, para lá de dever ter havido uma admiração sincera pelos grandes monumentos, para a população indígena a imagem de poder da cidade seria também baseada no ideal do *otium cum dignitate*, baseado em conceitos como a ordem, o decoro e a *dignitas*, ou a paz, tranquilidade, *honor* e *gloria*, preceitos ligados à arquitectura e à ética romanas.

Apesar de diversas áreas, como a Província da Bética, estarem perfeitamente romanizadas e inseridas no mundo romano, na maior parte da área do *conventus emeritenses* apenas a partir do fim do século I a.C. se vão desenvolver as condições necessárias à perfeita integração desta vasta região no seio do Império Romano. É neste contexto e neste momento que se dá início à organização dos territórios do interior da

---

<sup>67</sup> Sobre a “assombrosa e ampla rede de excelentes estradas que se estendem por toda a Itália e a todas as províncias do Império”, ver Michael Grant, 1967: 45. Este autor faz notar que “por sólidas e bem construídas estradas (...), feitas inicialmente para movimentos de tropas, César percorreu 800 milhas em oito dias, Galba, em Espanha, a 332 milhas de Roma, recebeu a notícia da morte de Nero em 36 horas”, Grant, 1967: 45. Ainda em relação às estradas romanas, um velho historiador francês pôde escrever que “Le réseau routier fut activement poussé dès l’origine; Mommsen l’a justement remarqué, l’Espagne est la seule province d’Occident où l’ont ait retrouvés des bornes milliaires remontant à la fin de la République (...). De Carthagène, Auguste conduisit une route sur Cadix, par Cordoue et Séville; ces deux dernières cités, ainsi que Saragosse et Merida, étaient bien plus de carrefours; il partait jusqu’à huit grands chemins du chef-lieu de la Lusitanie. Cette province avait aussi sa ligne côtière, interrompue seulement sur la rive cantabrique, où suffisaient les relations par l’eau” (Chapot, 1927: 187, 188). Para a construção de estradas romanas ver “As Estradas e as Pontes” in Benevolo, 2007: 186 e ss.

Península, apoiada na rede das capitais de *conuentus*. Com efeito – e como nos ensina a História – na Lusitânia foram criados três *conventus iuridici*. Para a organização e integração dos territórios a Norte – o território objecto do presente estudo – a cidade de *Emerita Augusta* (Mérida) desempenhou certamente um papel crucial, enquanto centro do *Concilium prouvinciae Lusitaniae* (Le Roux, 2004: 28).

Fundada ainda em período republicano, possivelmente em 25 a.C., por Augusto, no âmbito da sua intervenção nas Guerras Cantábricas, Mérida foi local de assentamento dos veteranos que serviram nas legiões *V Alaudae* e *X Gemina* (Garcia y Bellido, 1978: 165; Edmondson, 2004: 322). Foi certamente a partir desta cidade, tornada capital da Lusitânia, que se deu início à organização administrativa e cultural promovida por Augusto, com a fundação de núcleos urbanos como *Norba Caesarina* (Cáceres) ou a capital da *Ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha)<sup>68</sup>, bem como a demarcação dos territórios das respectivas *ciuitates*, unidades com funções políticas, administrativas e jurídicas, como vimos, em que assentava o novo modelo de organização dos territórios circundantes. Esta reorganização do território recém-conquistado teve como objectivo a plena inserção das comunidades indígenas no seio do Império Romano, mas também o de criar as condições para a exploração dos recursos naturais e o consequente desenvolvimento de uma eficiente política tributária.

## 2.2 - OS ASSENTAMENTOS

O nosso conhecimento sobre o processo de romanização da região considerada neste estudo é ainda muito diminuto, como vimos. Para além do número reduzido de investigações programadas e sistemáticas, o panorama dos estudos publicados, contendo informações completas, associando estruturas arqueológicas, estratigrafia e cultura material, ainda é muito *circunscrito*.<sup>69</sup>

Uma recensão geral dos primeiros estudos efectuados sobre a região não pode deixar de incluir Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), intelectual que integrou,

---

<sup>68</sup> A organização do território continuou após Augusto, com a fundação de novas capitais de *ciuitates* em períodos posteriores como *Capara* (Cáparra, Cáceres) fundada durante o reordenamento flaviano (Alonso Sánchez; M. de Cáceres; Fernández Corrales, 1994: 69) ou *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses; Dias, 1997: 326), esta criada no âmbito das políticas de fomento e desenvolvimento económico na região Noroeste da Península Ibérica.

<sup>69</sup> Um dos objectivos das intervenções arqueológicas deve ser o da publicação e divulgação dos resultados, da forma mais completa possível, tendo em conta que a memória dos sítios será perpetuada pelo seu registo científico (decorrente da escavação arqueológica) e pela sua adequada divulgação.

enquanto *arqueólogo*, a equipa da *Primeira Expedição Científica à Serra da Estrela*, realizada em 1881. De facto, nos fins do século XIX a Serra despertou o interesse da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, que promoveu uma famosa e pioneira visita de estudo de duas semanas que integrou o seu estudo, sob as mais diversas vertentes científicas: geologia, fauna, flora ou “arqueologia”, ao cuidado de 36 participantes, entre especialistas e pessoal auxiliar. Esta expedição pioneira constituía, nos fins do século XIX, um “[...] irrevogável marco científico no reconhecimento dos valores naturais da Serra da Estrela.” (Nunes, 2001: 50).

Em data mais recente, o atento olhar de três investigadores locais sobre o património desta região, levou a novos estudos, permitindo o seu melhor conhecimento. De entre eles, pela perspicácia da observação e pelo cuidado com o registo, destaca-se Manuel Ramos de Oliveira, com a obra *Monografia de Celorico da Beira*, de 1939, onde faz uma resenha histórica das freguesias do Concelho de Celorico da Beira, deixando-nos relevantes informações e referências muito úteis para a investigação arqueológica<sup>70</sup>.

Com um persistente trabalho de recolha e inventariação, Adriano Vasco Rodrigues, natural da Meda (n. em 1928) dedicou mais de 40 anos da sua vida a *olhar* o património arqueológico e histórico da Guarda e sua região, publicando diversos artigos sobre variados períodos históricos. Para além de inúmeras referências a sítios arqueológicos em monografias locais (destacando-se a da Guarda e a de Celorico da Beira<sup>71</sup>), salientam-se as suas publicações de âmbito científico, que descrevem a realização de sondagens arqueológicas ou contemplam estudos em diversos sítios de período romano, tais como o sítio da Póvoa do Mileu, a Quinta de S. Domingos (Benespera; Guarda) ou o sítio de Ferrarias (Marmeleiro; Guarda)<sup>72</sup>.

Por fim, não podemos deixar de mencionar o trabalho de Fernando Patrício Curado, pelo seu contributo para publicação de epígrafes da região, fontes de um valor inapreciável para o nosso conhecimento da respectiva população em período romano.

Para além dos *habitats*, também as *calçadas* aguçaram a curiosidade de investigadores. Assim, recuam à década de 40 do século XX os primeiros estudos sobre a *calçada romana* que fazia a ligação entre *Emerita Augusta* e *Bracara Augusta*, com

---

<sup>70</sup> Foram estas que em 2003 nos conduziram a um conjunto de materiais de um povoado da Proto-História, *Pedra Aguda*, (Guarda) que se encontravam no *Museu Santos Rocha* (Figueira da Foz), cujo estudo nos permitiu contribuir para um melhor conhecimento do respectivo povoado, com vestígios desde o Calcolítico ao Período Romano (Pereira, 2003).

<sup>71</sup> A primeira, editada em 1977, intitulada *Monografia Artística da Guarda* e a segunda, editada em 1992, sob a denominação *Celorico da Beira e Linhares – Monografia Histórica e Artística*.

<sup>72</sup> *As ferrarias do Marmeleiro. Subsídios para o estudo da metalurgia na região da Guarda*.



inventário e a descrição dos miliários encontrados no seu traçado. Destacam-se os contributos de Mário Saa (1960), Ricardo Belo (1964), Vasco Mantas (1992; 1993a) e – em período mais recente – José Ruivo e Pedro Carvalho (1996). Para além das referências aos locais onde foram encontrados os miliários, estes autores descreveram o difícil traçado da via na região dominada pela Serra da Estrela.

Nas duas últimas décadas a prioridade foi para a sistematização, publicação e compilação de informações soltas. Neste sentido, em 1993, Jorge de Alarcão publica a *Carta Arqueológica da Serra da Estrela*, com uma descrição e um catálogo-síntese de todas as estações arqueológicas e achados conhecidos na Serra e vales adjacentes. Mais recentemente, a publicação das *Actas das I Jornadas da Beira Interior* (2000) e, sobretudo, as das *II Jornadas*, subordinadas ao tema *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia* (2005), promovidas pela ARA (Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior) em parceria com o Município da Guarda e o *Centro de Estudos Ibéricos*, da Guarda, deram a conhecer diversas estações inéditas, apresentar trabalhos arqueológicos em curso e visitar velhas problemáticas relativas ao passado mais remoto, romano e pré-romano, da região.

Foi, porém, a numismática a área científica que mais despertou a atenção dos investigadores e da comunidade científica. Refira-se o estudo publicado pelo Museu da Guarda e o Instituto Nacional de Museus, com a descrição pormenorizada das moedas romanas do Museu, provenientes de Menoita (Guarda), Numão (Vila Nova de Foz Côa) e Póvoa do Mileu (Guarda), da autoria de João Parente. Após a publicação de António Faria (1985), foi publicado posteriormente um Catálogo, *As Moedas Romanas do Museu da Guarda* (Parente, 2002).

Também o *Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra* chamou a si a tarefa de contribuir para um melhor conhecimento da região, pois no seu seio foram promovidos diversos trabalhos académicos que proporcionaram importantes contributos para a *Carta Arqueológica da Beira Interior*. Entre estes destacam-se o artigo de João Lobão, António Marques e Dário Neves *Povoamento romano na área da Torre de Almofala (ciuitas Cobelcorum)*, de 2005, onde aqueles autores abordam o povoamento de período romano em torno da capital de *ciuitas* dos *Cobelci*, em Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo e o artigo *Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira, Subsídios para o seu inventário e estudo* (2006), ou o seu estudo, com António Marques, *A ocupação Romana na Bacia de Celorico* (2011), onde estes autores propõem uma notável resenha do povoamento deste território.

Por fim, não podemos deixar de referir três dissertações para o período clássico, duas de mestrado e a última de doutoramento, todas elas abrangendo parte do território agora estudado, com projectos baseados em prospecção arqueológica e escavação. O primeiro, *A romanização na bacia do rio Côa*, da autoria de Sabino Perestrelo (2003), aborda a área Nordeste do território por nós delimitado, e nele se faz uma importante alusão à Póvoa do Mileu. A segunda dissertação, *O Povoamento romano do alto Côa*, de Marcos Osório (2006), reporta-se à área Sudoeste do Planalto Guarda / Sabugal, destacando-se as referências ao Cabeço das Fráguas e à Quinta de S. Domingos (Benespera, Guarda). Por último, a dissertação de doutoramento de Pedro Carvalho (2007), *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)*, que abrange o território da Cova da Beira, contemplando os *territoria* de três *ciuitates*: a *ciuitas Igaeditanorum*, a *ciuitas dos lancienses oppidani* e a pretensa *ciuitas* que o autor defendeu pertencer aos *Ocelenses Lancienses*.

Embora saibamos que a investigação arqueológica nesta região ainda se encontra numa fase algo embrionária, alguns passos têm sido dados, contribuindo para a identificação e para um melhor conhecimento dos sítios de época romana. Neste sentido, salientamos as referências que têm saído no *Ficheiro Epigráfico*, a publicação promovida pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Suplemento da revista *Conimbriga*, onde se dá a lume notícia detalhada dos novos achados epigráficos, destacando-se os trabalhos de Marcos Osório: *Ara dedicada a Vordo Talaconio de Sortelha (Sabugal)*, em 1999; *Estela funerária de Vila do Touro (Sabugal)*, no mesmo ano; em 2002 a publicação de três epígrafes: *Duas aras da Quinta de São Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal)*, *Estela funerária da Quinta da Erva (Santana da Azinha, Guarda)* e *Ara votiva encontrada no Sabugal; Placa funerária de Aldeia de Santa Madalena (Guarda)* em 2006; e numa data mais recente, em 2009, *Uma nova ara votiva do Sabugal* e *Duas Aras da Aldeia Nova (Ramela, Guarda)*, este último em parceria com António Sá Rodrigues; de Manuel Sabino Perestrelo, que em 1998 publica três epígrafes: *Inscrição rupestre de Santa Eufémia (Pinhel)*, *Fragmento de placa de Cidadelhe (Pinhel)*, *Marca de oleiro do Manigoto (Pinhel)*; e, por último, da autoria destes autores e de Maria do Céu Ferreira *Ara votiva a Amma, de Vale de Azares*.

Ao nível da publicação de estudos arqueológicos baseados em escavações, salientamos – nas proximidades do limite da área em estudo neste trabalho – a

importante intervenção, sob a orientação de Helena Frade, em *Centum Celas* (Belmonte), dada à estampa em 2005 com o título *A Torre de Centum Celas, uma villa, uma família, quatro séculos*, e, numa área mais afastada, os trabalhos realizados pela mesma investigadora na capital da *ciuitas Cobelcorum* (Torre de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), sob o tema *Novos elementos sobre o templo romano de Almofala* (1990) e *Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorum* (1998). Destacam-se ainda os trabalhos promovidos por António de Sá Coixão, na área de Freixo de Numão, apresentados em diversas publicações, das quais salientamos as mais recentes *O sítio Arqueológico de Rumansil I* (Coixão; Silvino (2006) ou *Vale de Mouro (Coriscada - Mêda) - Intervenção Arqueológica do ano de 2007* (Coixão, Silvino, 2008).

Reconhecendo-se desde já que o capítulo “a Romanização do Planalto Guarda-Sabugal” será um dos capítulos mais difíceis de escrever de uma futura *História da Romanização do Actual Território Português*, nas páginas que se seguem pretendemos apresentar um balanço do que hoje se conhece sobre o povoamento romano de uma pequena parte desse território, a correspondente a um importante segmento da Beira Interior. Consideraremos naturalmente os sítios já conhecidos e apresentaremos outros inéditos. Tentaremos estabelecer e compreender melhor o modelo de ocupação que se terá verificado nos primeiros séculos da nossa Era. Procuraremos encontrar uma primeira resposta, por provisória que seja, à questão que tão insistentemente se nos põe: - como terá ocorrido a romanização do muito variado e complexo território do Planalto Beirão? Pensamos que o nosso entendimento do modo como se terá estruturado o povoamento romano nesta região exige que consideremos o território em questão como um todo geográfico e cultural, ou seja, que se deve analisar o território da hipotética *ciuitas* na sua globalidade.

Como por toda a parte, também aqui a primeira operação conducente ao conhecimento da *ciuitas* do Planalto diz respeito à prospecção e ao levantamento dos sítios arqueológicos, abrangendo duas situações. Por um lado, o reconhecimento e identificação dos sítios arqueológicos referidos na bibliografia e, por outro, o trabalho de observação e análise do território, visando a descoberta e a identificação de estações arqueológicas inéditas. Como metodologia de base optámos por cartografar os primeiros – os sítios conhecidos – no sentido de verificar a sua implantação geográfica, de modo a observar as áreas com maior concentração ou com maior dispersão de vestígios. Num segundo momento, prevíamos efectuar prospecção nas áreas até aqui menos

prospectadas, visando definir questões como a dispersão de vestígios, a sua tipologia, estruturas e materiais arqueológicos, verificando as suas características, definindo paralelos e cronologias. Todavia, a prospecção projectada suscitou o problema da enorme extensão a percorrer e a investigar. Dado que seria impossível prospectar intensamente toda a área de estudo, pelas suas dimensões e distâncias envolvidas, e pela morfologia do relevo e pelas dificuldades e limitações operacionais próprias de um estudo desta natureza, optámos por efectuar uma prospecção extensiva, direccionada para determinadas áreas. Na definição destas tivemos em consideração diversos factores, com especial destaque para locais onde ainda não tinha sido efectuada uma prospecção intensa, como as secções iniciais dos vales do Zêzere, do Mondego ou a área dos afluentes da margem esquerda do Alto Côa. Optámos ainda por prospectar zonas cuja toponímia pudesse evidenciar a existência de vestígios, tendo em conta a proximidade de cursos de água, características dos solos e certas características topográficas<sup>73</sup>. Tentámos incluir e identificar o maior número de sítios possível, de forma a conhecer e compreender esta rede de povoamento e as relações que se estabeleceram entre os respectivos sítios (Carandini, 1997).

Os estudos recentes sobre o povoamento romano na Beira Interior permitiram definir *distintos tipos de assentamentos* para além dos que eram descritos pelos autores clássicos, como *Catão*, *Columela*<sup>74</sup> ou *Varrão*, que – como forma de assentamento rural – apenas reconheciam as *uillae*, que descrevem e tipificam nas suas diversas variantes. De facto, a realização de prospecções intensivas em diversos territórios tem permitido observar realidades díspares no âmbito dos assentamentos de Época Romana, não só em termos de extensão de vestígios, mas também na tipologia de materiais identificados. Estas observações levaram à hipótese de não existir um modelo uniforme no povoamento das distintas regiões da Península Ibérica, como se pode confirmar nos contrastes entre o povoamento da região da Bética, por oposição à Lusitânia, ou mesmo, no actual território português, entre o povoamento das regiões do actual Alentejo e o da Beira Interior.

---

<sup>73</sup> Como forma de criarmos uma tipologia foi organizada uma ficha individual para cada sítio, com as informações essenciais ao estudo do território, que apresentamos em anexo, como “Inventário de Sítios Arqueológicos”. As fichas integram a identificação do sítio e as referências geográficas mais importantes, incluindo uma descrição geográfica do território onde se insere, seguindo-se as informações relativas aos materiais arqueológicos e a proposta inerente de atribuição de uma cronologia e uma tipologia de povoamento a cada estação.

<sup>74</sup> Escritor romano, *Lucius Junius Moderatus*, nascido em Gades, nos primórdios do século I d.C., faleceu em Tarento, em 70 d.C. Esteve no exército romano e foi Tribuno na Síria no ano de 35 d.C. Após esta data mudou-se para Roma, onde se dedicou à escrita de autênticos tratados agronómicos, destacando-se as obras *Res rustica*, escrita no ano 42 d.C. e *Liber de arboribus* (Livro das árvores). Todavia, foi a sua obra *Res rustica*, dedicada à agricultura, pecuária e apicultura que maior impacto teve.

Para a classificação dos sítios detectados recorreremos à tipologia de sítios romanos proposta por Jorge de Alarcão (1998a). Com efeito, o ilustre autor considera as seguintes formas de povoamento: *uillae*, quintas, casais e *tuguria*, para o povoamento rural. Para o povoamento urbano, o mesmo autor propôs a seguinte classificação, que reteremos: *capital* de *ciuitas*, *uicus*, *castella* e *aldeia*. A tipologia de cada povoamento em análise é definida pela área de dispersão de vestígios arqueológicos detectados à superfície, bem como pela presença ou ausência de determinados elementos considerados de luxo, cuja proveniência é alheia a esta região<sup>75</sup>. A definição da tipologia da forma de povoamento dos sítios, decorrente da realidade observada, evidencia a existência de uma hierarquia que seria certamente “[...] un reflejo del orden social y la estructura de la propiedad.” (Revilla Calvo, 1995: 112).

Por outro lado, consideramos que um determinado assentamento instalado de raiz numa região, tendo como intuito a exploração económica de um ou vários recursos naturais, possui tendencialmente uma malha regular. O seu *fundus* estará relacionado com uma das distintas tipologias de *habitat*, havendo todavia algumas distorções, resultantes das características geomorfológicas do território (Cerrillo; M. Fernández; G. Herrera, 1990: 62), como a orografia ou as características dos solos. Assim, por exemplo, os terrenos de aluvião suscitam a existência de um maior número de assentamentos, diminuindo as áreas de *fundi* dos mesmos.

As distinções no tipo de povoamento das regiões e as diferenças entre os assentamentos no seu seio levaram Jorge de Alarcão (1998a) a propor um modelo em que estabeleceu critérios que permitiriam o tratamento uniformizado da informação disponível<sup>76</sup>. Contudo, a sua proposta de tipificação pioneira, que estabelece critérios rigorosos, tendo por base as diferenças regionais e materiais, foi seguida por muitos outros investigadores no estudo de povoamento romano. Esta definição de hierarquias de sítios através da prospecção teve a sua confirmação por diversas vezes, quando, através de escavação arqueológica, foi possível confirmar as propostas definidas anteriormente, de que é exemplo o caso do sítio de Montalto (Celorico da Beira) identificado em

---

<sup>75</sup> Todavia, não podemos deixar de referir que a aplicação destes critérios deve contemplar excepções: veja-se o surgimento de um exemplar de *terra sigillata* hispânica no casal romano do Relengo (Sabugal, n.º 113 do Inventário de Sítios Arqueológicos).

<sup>76</sup> O facto de a identificação destes vestígios se reportar maioritariamente à acção de prospecção de superfície dificulta a sua análise.

prospecção como uma quinta romana e comprovado pelos resultados da escavação do sítio<sup>77</sup>.

Entre os aglomerados urbanos, as fontes escritas referem os *primários* (as capitais de *ciuitates*) e os secundários (*castella* e *uici*). Já os aglomerados terciários, como os *castella* menores e as *aldeias* raramente surgem referenciados nas fontes. O território era também pontuado por assentamentos classificados por Jorge de Alarcão como aglomerados rurais, que as fontes escritas referem como *uillae*. Todavia, outros existiam. Apesar da utilização de termos distintos para a classificação dos sítios rurais, diferentes dos apresentados pelos autores clássicos – que apenas fazem referência ao termo *uilla* – Jorge de Alarcão propõe a utilização de velhos termos de origem medieval, nomeadamente *granjas* ou *quintas* e *casais*.

Por outro lado, verificou-se que as áreas de dispersão de vestígios arqueológicos nas áreas rurais diferiam de região para região, mesmo no interior da Lusitânia. Veja-se o caso das *uillae* do Alentejo e o povoamento rural do território circundante (Alarcão, Etienne, 1990) ou a pretensa *uilla* de Centum Celas. As distinções surgem não só em termos de dispersão, mas também na tipologia de materiais detectados, quer construtivos (como a presença, por exemplo, de colunas ou mosaicos), quer móveis (*terra sigillata*, cerâmica de paredes finas, lucernas, ...).

Para além de termos organizado a nossa pesquisa apoiados nos critérios e na tipologia proposta por Jorge de Alarcão, optámos ainda por definir e adoptar esses mesmos critérios para áreas com zonas de exploração mais reduzidas, onde os territórios de exploração seriam de menores dimensões que os de outras regiões. Temos a noção de que estes parâmetros possuem diferenças relacionadas com a geomorfologia, não sendo possível aplicar neste território os mesmos critérios doutras áreas geográficas. Vejam-se, por exemplo, os critérios utilizados na área de Chaves, onde as *uillae* teriam propriedades de 75ha (verificando-se a ausência de casais e *tuguria*), por oposição às *uillae* do território da *Ciuitas Igaeditanorum*, com 100ha<sup>78</sup> (Alarcão, 1998a). Assim, optámos por estabelecer como tipologia-padrão que os *casais* corresponderiam a sítios com uma área de dispersão de vestígios arqueológicos entre os 600m<sup>2</sup> e os 3.000m<sup>2</sup>, enquanto uma dispersão entre os 3.000m<sup>2</sup> e os 10.000m<sup>2</sup> representaria uma *quinta* ou *granja*; as *uillae* seriam representadas por uma dispersão entre os 10.000m<sup>2</sup> e os

---

<sup>77</sup> Confira-se Pedro Carvalho, 2009b: 41.

<sup>78</sup> Sendo o território envolvente ao centro urbano pontuado por granjas e casais.

15.000m<sup>2</sup>, podendo ter no seu *fundus* outros sítios (mais pequenos), correspondentes aos *tuguria*, com área de dispersão de vestígios entre os 100 e os 900m<sup>2</sup>.

Cumprе ainda referir que os resultados agora apresentados correspondem a dados obtidos pela prospecção que, apesar de toda a sua importância, apresenta naturalmente algumas lacunas, pois não permite alcançar a dimensão e a própria natureza dos sítios<sup>79</sup>. Por outro lado, outras dúvidas persistem, como o facto de o edificado principal destas propriedades não se situar no centro do seu *fundus*, especialmente se tivermos em atenção a irregularidade orográfica dos sítios ou os dados sobre a produção dominante nas diversas propriedades. Enfim, definir quais seriam os terrenos dedicados à produção agrícola, aos pastos e à pastorícia, tendo em conta a sua rentabilidade económica são elementos difíceis de apreender, numa pesquisa baseada apenas na prospecção. Mesmo com os dados resultantes de escavações arqueológicas, por vezes não é possível conhecer a realidade destes espaços. Torna-se assim evidente a necessidade de desenvolver estudos interdisciplinares, de que é exemplo a realização de estudos polínicos durante as escavações, como decorreu em Terlamonte (Teixoso, Covilhã), onde, no âmbito de um projecto multidisciplinar, foi possível conhecer as espécies de flora presentes nas proximidades da *quinta* romana, destacando-se nas análises arqueobotânicas a presença de oliveira, árvores de fruto e produtos hortícolas (Carvalho, 2007b: 491).

Tudo indica que o povoamento romano neste território se enquadre num modelo de ocupação e exploração do território que seria comum ao de algumas das vastas regiões contíguas. Do que se sabe, assentaria na presença de núcleos populacionais agrupados em distintas tipologias, de acordo com a localização, as dimensões e a ocupação dominante dos respectivos habitantes.

Destacamos desde já – e como seria de esperar – a elevada presença dos *aglomerados rurais*, dispersos por toda a região, implantados em sítios com as mais diversas características naturais. Com efeito, de uma primeira análise do povoamento romano do território do Planalto parece poder dizer-se que este se aproxima do de importantes zonas de algumas das regiões contíguas: a da *ciuitas* dos *Igaeditani* (com sede na actual Idanha-a-Velha) e a da *ciuitas* à qual pertenceria a actual área da Cova da

---

<sup>79</sup> As condicionantes da prospecção não nos permitem apercebermo-nos da correcta dispersão dos vestígios nem compreender a contemporaneidade de ocupação dos sítios, sobretudo em áreas como a Beira Interior, onde os materiais fósseis directores são escassos.

Beira – segundo Pedro Carvalho, o território dos *Ocelenses Lancienses*<sup>80</sup> (Carvalho, 2007a: 118-119) – aproximando-se mesmo do modelo de povoamento do território em torno de Ciudad Rodrigo<sup>81</sup> (Sastre Prats; Árbol Moro, 2005: 143). Ao contrário do que se passava com a ocupação de outros territórios como o da *ciuitas* cuja capital seria *Vissaium* (Viseu)<sup>82</sup> – tudo indica que nas regiões acima referidas o povoamento romano se estruturava e apoiava sobretudo em *quintas* ou *granjas*, isto é, em *unidades de exploração de média dimensão*.

A reorganização dos distintos territórios do Império levou à adopção de distintas formas de ocupação. Vejam-se as diferenças de áreas profundamente romanizadas, como a Bética por oposição à área do Planalto Guarda-Sabugal, onde as formas de povoamento são marcadamente indígenas, o mesmo se verificando no Norte da Lusitânia, em áreas afastadas de *Salmantica*, onde foram identificadas distintas áreas, umas marcadas pela paisagem das *uillae* e outras marcadamente indígenas, caracterizadas pela sobrevivência das estruturas pré-romanas, denunciando um processo de aculturação menos intenso (Árbol Moro, 2005: 218).

De facto, estas diferenças de ocupação dos distintos territórios encontram-se relacionadas com o desenvolvimento diferenciado dos sistemas de organização e exploração dos recursos naturais do Império (Árbol Moro, 2005: 218).

Estas alterações do modelo de ocupação e administração dos distintos territórios podem observar-se também, a um nível mais regional, por exemplo na tipologia dos aglomerados urbanos terciários, nomeadamente a existência de *aldeias romanas* na área do Planalto Guarda-Sabugal, de *castella* na área do Médio Côa e na quase inexistência

---

<sup>80</sup> A análise do povoamento da região do Planalto Guarda-Sabugal permitiu-nos confirmar aquilo que Pedro Carvalho (2007a: 477) já tinha defendido para a região da Cova da Beira, nomeadamente que o povoamento se apoia na criação de quintas, que “[...] representam – ainda que a outra escala – o sistema romano de ocupação do *ager provincial* e de exploração agro-pecuária”. Uma vez mais confirma-se que Roma adaptou o seu modelo de colonização às características geográficas e etnográficas das Províncias, não havendo a imposição de um modelo rígido. Veja-se o caso de *Pax Iulia* (Beja), por oposição ao território da Beira Interior, onde não se verificou a aplicação do modelo de centurição, certamente devido às condições geo-morfológicas da região, optando-se pela definição da área das *ciuitates*, delimitadas por *termini augustalis* e estipulando a carga fiscal que cada uma delas deveria pagar a Roma. Também na região da *ciuitas Collipponensis* não existem vestígios de centurição, sendo os limites das *ciuitates* definidos pelos alinhamentos dos vales e montes mais destacados (Bernardes, 2002: 200).

<sup>81</sup> A ocupação da área de Ciudad Rodrigo estava relacionada com a exploração agrícola (Árbol Moro, 2001: 490).

<sup>82</sup> Segundo Jorge de Alarcão, no território de Viseu os *casais* e as *uillae* são escassos, sendo o tipo de povoamento mais comum o que se adaptou nos castros (Alarcão, 1996: 8). Ainda segundo este autor, a mesma situação parece ter-se verificado nas regiões do Alto Paiva e do Alto Dão, não se verificando profundas alterações na tipologia do povoamento da Proto-História (Alarcão, 1996). O mesmo terá ocorrido também na região da Lusitânia Oriental, onde os Castros pré-romanos mostram uma ocupação até ao fim do Império, de que são exemplos o Castro de las Merchanas ou Yecla de Yeltes (província de Salamanca) (Salinas de Frias, 1990: 262).



destes aglomerados na Cova da Beira, em prol de aglomerados rurais, dominados pelas *quintas* romanas, das quais Terlamonte é exemplo.

### 2.2.1 - Limites da *ciuitas* do Planalto Guarda-Sabugal

Começaremos a nossa análise do povoamento romano com a definição dos limites da *ciuitas* do Planalto Guarda-Sabugal que, como já referimos, corresponderia ao território dos *Lancienses Transcudani*, comunidade que integra, como também já sabemos, a lista das que financiaram a construção da Ponte de Alcântara. Assim, para lá da recolha da informação disponível, analisámos também os vários métodos, aplicados noutras regiões em estudos mais ou menos recentes, para a definição dos limites de *ciuitates* e tentámos aplicá-los a esta região.

Certas metodologias de definição de territórios de *ciuitates*, como os *polígonos de Thiessen*<sup>83</sup>, colocam o Mileu sempre nas proximidades dos respectivos vértices<sup>84</sup>. De facto, segundo este modelo, os aglomerados urbanos ficariam localizados no centro dos respectivos polígonos, enquanto nos vértices se localizariam os aglomerados secundários. Veja-se, por exemplo, o estudo desenvolvido por Marcos Osório (2006) para a região do alto Côa, apoiado nos *polígonos de Thiessen*, que lhe permite localizar um aglomerado urbano no Sabugal (no centro de um polígono), enquanto o Mileu, segundo o mesmo método, estaria no polígono contíguo.

Consideramos, porém, que a aplicação do *método de hexágonos*, tendo como ponto central um núcleo urbano, apresenta nesta região algumas dificuldades de implementação. Desde logo pelo acidentado do terreno que, no caso do Mileu, tem que contar com a própria Serra da Estrela, que ocupa parte do seu território de exploração e que lhe serve de limite ocidental. A mesma situação se regista, aliás, para o caso do sítio

---

<sup>83</sup> A aplicação deste método a *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canavezes), com aplicação de um raio de 13km, permitiu verificar que nos seus vértices estavam implantados *uici* e *castella* e nas suas proximidades passavam as vias romanas. Todavia, a aplicação deste método continua a suscitar reservas, pois certamente as vias mais importantes ao serviço do Império influenciariam a distribuição do povoamento (Alarcão, 1995) e ainda porque, segundo Jorge de Alarcão, o território daquela *ciuitas* deveria ser de maior extensão.

<sup>84</sup> Essa é uma das razões que levam Jorge de Alarcão a duvidar da hipótese de o Mileu corresponder a uma capital de *ciuitas*. Todavia, este autor admite também que dentro do hexágono não se conhece qualquer outro sítio que mostre a riqueza material ou construtiva que o leve a ser classificado como tal (Alarcão, 1998b: 156).

da Senhora das Luzes (Orjais, Covilhã), que Pedro Carvalho identifica como sede dos *Ocelenses Lancienses*, uma vez mais nas vertentes da Serra da Estrela.

No estabelecimento dos limites da *ciuitas* que teria a sua capital no Mileu ou num assentamento algures nas suas proximidades, temos que ter em presença diversos factores, a começar pelos territórios das *ciuitates* contíguas, como a *ciuitas* dos *Lancienses Oppidani*, uma vez mais contando com a delimitação orográfica proporcionada pela Serra e o da *Ciuitas Igaeditanorum*, que detinha igualmente um extenso território desde a sua fundação (*vide* Carvalho, 2007a: mapa 4, p. 118-119).

Pela análise que efectuámos do território parece-nos que, pelo menos nesta região da Lusitânia, tendo em conta a sua irregularidade, as autoridades ao serviço do Império optaram pela manutenção de algumas fronteiras e delimitações pré-romanas, simplesmente baseadas nos grandes acidentes naturais em presença. Assim, acreditamos que no Planalto, a *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani*, da qual o sítio do Mileu seria o centro urbano, prolongar-se-ia para lá da actual vila do Sabugal, alcançando as faldas montanhosas da Serra da Gata e o seu prolongamento para Norte [mapa 7]. Nesta matéria discordamos de Marcos Osório, quando propõe o limite desta *ciuitas* no percurso do rio Côa. Com efeito, apesar de ser comum no Império a rede hidrográfica constituir o limite de um território, consideramos que tal só se verifica quando se trata de linhas de água com elevado caudal, como o caso do rio Tejo que separa, por exemplo, os territórios de *Caurium* e *Norba*. No caso do Côa – e nesta região em concreto, então como hoje de baixa densidade populacional – por se tratar de uma linha de água com um caudal irregular e pouco profundo, consideramos que o rio dificilmente constituiria uma barreira física do território de uma *ciuitas*. Consideramos, assim, que as linhas de fraco caudal não constituiriam verdadeiros limites geográficos, uma vez que as duas margens partilhavam as mesmas características geo-morfológicas, pelo que os limites entre *ciuitates* parece deverem ser antes traçados pelas linhas das cumeadas dos sistemas montanhosos contíguas, hipóteses e limites já anteriormente defendidos por Jorge de Alarcão (1998b: 145)<sup>85</sup>.

Assim, consideramos que a Norte o limite da *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani* passaria na zona de Argomil (Pomares, Pinhel), onde foi encontrada uma inscrição que

---

<sup>85</sup> Jorge de Alarcão (1988: 41) considera que a *ciuitas* dos *Transcudani* se prolongava para Leste do Rio Côa.

poderia ter correspondido a um marco territorial<sup>86</sup>, correspondente a um *trifinium* (limite entre três *ciuitates*) entre os territórios dos *Lancienses Transcudani*, dos *Araui* e da *ciuitas Cobelcorum*. A Este a fronteira com os *Mirobrigenses* (ou *Urunienses*), possivelmente localizados em Iruña (limite ocidental da actual Província de Salamanca), passaria na linha de cumeada do prolongamento da Serra da Gata para Norte. A Sul, a *ciuitas* do Planalto teria como limite a fronteira natural divisória das bacias hidrográficas do rio Zêzere e do rio Côa, marcado por uma linha de cumeada do Cabeço das Fráguas, João Antão / Penalobo, S. Cornélio, Mosteiros e Serra da Malcata [mapa 7]. Trata-se de uma linha de elevações que – para quem vem de Sul – corresponde, ainda hoje, a uma imponente barreira visual e orográfica que proporcionaria a provável fronteira com os *Lancienses Oppidani* e os *Ocelenses Lancienses*<sup>87</sup>. Pela mesma razão geo-morfológica, consideramos que a Poente o limite passaria na cumeada da Serra da Estrela e pelo seu prolongamento para Norte, ao longo do Planalto de Videmonte<sup>88</sup>.

Parece assim evidente que o território da *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani* deveria coincidir basicamente com o Planalto Guarda-Sabugal, uma extensa área que, do ponto de vista de quem viesse de Sul, Nascente ou Poente constituía uma região elevada, bem acima dos terrenos envolventes. Porém, para quem viesse do Norte aparentava ser um espaço delimitado por barreiras físicas consideráveis, com vales profundos, como o vale da Ribeira de Massueime. Assim, esta *ciuitas* encontrava-se implantada e *protegida* numa área orograficamente muito favorável, razões pelas quais a cidade da Guarda, séculos mais tarde, se fundou e prosperou, enquanto um dos centros políticos e económicos mais relevantes da Beira Interior.

---

<sup>86</sup> Apesar de, durante muito tempo, se ter defendido que a inscrição de Argomil (Pinhel), datada de 23 ou 20 a.C., ter sido um *terminus augustal* de delimitação de territórios de *ciuitates* contíguas, recentemente Jorge de Alarcão defendeu que se tratasse de uma inscrição ligada a um território militar (Alarcão, 2006). Todavia, apesar de numa fase um pouco anterior aquela inscrição poder ter marcado um limite militar, poderia posteriormente passar a marcar o limite de duas ou de três *ciuitates*.

<sup>87</sup> Confira-se Pedro Carvalho, 2007a, mapa 4.

<sup>88</sup> Consideramos que os territórios da bacia de Celorico da Beira poderiam pertencer a uma outra *ciuitas* (ainda não identificada), hipótese recentemente defendida por Pedro Carvalho (2009b: 35).

## 2.2.2 - Aglomerados Urbanos

### 2.2.2.1 - A Capital de *ciuitas*

Na malha de povoamento romano do território do actual Planalto Guarda-Sabugal e regiões limítrofes o assentamento mais relevante seria o núcleo urbano que, grande ou pequeno, desempenhava as funções de capital da respectiva *ciuitas*. Aí se desenvolveriam as importantes actividades inerentes a essa função e a esse estatuto político-administrativo e, ricas ou pobres, muito ou pouco povoadas, de grande ou de pequena escala, essas cidades, ou melhor, esses focos urbanos passariam a ser encarados, como refere Vasco Mantas (1993b: 467), “[...] sobretudo como comunidades morais, políticas e culturais, ambiente por excelência destinado à realização das potencialidades do homem, enquanto homem e cidadão”.

Como foi mostrado pela historiografia tradicional, as capitais de *ciuitates* eram cidades caracterizadas por possuírem programas arquitectónicos monumentais, como *fora*, templos e basílicas, em parte devido à acção do Estado, mas também graças ao patrocínio mecenático (*evergetismo*) de famílias ou personalidades importantes dessas cidades<sup>89</sup>. Entre estas destacavam-se os magistrados locais, que – quando tomavam posse das suas funções – ofereciam à comunidade a *summa honoraria*, isto é, um agradecimento aos *eleitores*, contribuindo para o embelezamento das cidades, promovendo e financiando parcial ou totalmente a construção de templos ou a erecção de estátuas para decorarem o *forum* ou promovendo mesmo a distribuição de dinheiro (Grimal, 2010: 118). Disso é um claro exemplo o pavimento de mosaico dos Oceanos, encontrado em *Ossonoba* (Faro), com a representação do deus Oceano, oferta de quatro magistrados<sup>90</sup> (Viegas, 2009: 84). Essa prática de *evergetismo* poderia traduzir-se também na promoção de um combate de gladiadores ou de um espectáculo que poderia envolver animais, músicos e gladiadores (Hanoune; Schel, 2003: 50)<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> As despesas do Império eram elevadas e é a partir dos Flávios, período de grande desenvolvimento urbanístico, que se difunde a prática da participação de famílias abastadas não só no urbanismo, mas também, por exemplo, na promoção e realização de grandes eventos (Grimal, 2010: 127).

<sup>90</sup> No caso dos magistrados de *Ossonoba*, certamente um grupo privilegiado da sociedade local, o seu poder sócio-económico deveria advir da sua actividade profissional: dedicavam-se ao comércio marítimo, que exerciam a partir do porto de *Ossonoba* (Viegas, 2009: 84).

<sup>91</sup> Desta prática é exemplo uma inscrição encontrada em *Balsa* (Quinta da Torre de Ares) que refere a oferta de um combate de barcas e de um combate de pugilismo, num claro e evidente testemunho de *evergetismo* de alguns grupos sociais (Viegas, 2009: 86). Com efeito, era comum a existência nas cidades romanas de teatro (reservado a comédias, tragédias e mímicas) e algumas tinham até anfiteatro (reservado ao combate de gladiadores, caçadas na arena – *venationis* – e sacrifícios sangrentos), pois os jogos

Era essa elite de notáveis das cidades, geralmente ligada à posse da terra, ao comércio ou à exploração mineira, que financiava a construção de grandes monumentos nas cidades. Cada cidade do Império era construída à imagem de Roma, recriando a metrópole<sup>92</sup>. De facto, a cidade foi uma das marcas da presença do Império no Ocidente, onde ganhou um papel fundamental enquanto foco de cultura e de centro difusor da civilização romana. Com efeito, os Romanos “[...] serviram-se do seu urbanismo como de um poderoso instrumento político” (Grimal, 2003: 10), mas também enquanto plataforma urbana e administrativa de cobrança de impostos.

Apesar de constituírem elevados encargos, a construção dos monumentos e equipamentos urbanos de prestígio era um investimento que realçava o poder e a glória das grandes famílias (Hanoune; Schel, 2003: 50). Um exemplo é proporcionado pela capital da *ciuitas Igaeditanorum*, onde, para lá da imponência de pelo menos alguns dos seus monumentos, temos os testemunhos aduzidos pela própria epigrafia. Assim, chegou-nos a epígrafe de um *C. Cantius Modestinus*, responsável pela promoção da construção de dois templos na *Ciuitas Igaeditanorum* (Mantas, 1988: 434) e de outros dois em Bobadela, num claro e evidente testemunho de “evergetismo” (Mantas, 1998a: 375)<sup>93</sup>.

Os magistrados imperiais tinham como funções efectuar a divisão do *ager publicus*, território que – após a sua conquista – passava a ser considerado como pertença do Império, e definir quais os tributos dos seus proprietários (Carvalho, 2007a: 94). Desempenhavam também funções religiosas, pois eram responsáveis pelo cumprimento de rituais em nome do Estado<sup>94</sup>, propiciatórios do bom relacionamento com as divindades, o que, uma vez mais, lhes garantia um ascendente sobre a comunidade e o reconhecimento público (McMullin, 2004: 12). O poder que estas tão importantes funções, simultaneamente económico-administrativas e religiosas, davam aos magistrados era a base da integração destes no topo das elites locais. Do exercício

---

podiam deter um carácter religioso, uma vez que podiam ser dedicados a divindades (Grimal, 2003: 69). São conhecidos alguns destes eventos, novamente pelos dados fornecidos pela epigrafia, como aquele a que acima aludimos, em *Balsa*, que comprova a existência de um circo (Viegas, 2009: 86). Para a tipologia arquitectónica de base de teatros, anfiteatros e circos, ver Muller, Vogel, 1992.

<sup>92</sup> “[...] Roma funcionou sempre segundo os princípios da cidade. Difundiu-os pelo mundo inteiro e codificou o seu espírito nas regras do direito romano.” (Hanoune; Schel, 2003: 66).

<sup>93</sup> *C. Cantius Modestinus* era membro de uma elite com elevado estatuto económico e social, sendo mencionado em cinco inscrições, duas em Bobadela e três em Idanha-a-Velha, todas elas testemunhando a construção de edifícios monumentais (Sá, 2007: 275).

<sup>94</sup> Estes magistrados desempenhavam diversos ritos, como o sacrifício e a adivinhação, sendo no primeiro sacrificado um animal doméstico a uma divindade. Metade deste animal era queimado no altar da divindade enquanto a restante era consumida num festim (Hanoune, Scheil, 2003: 75).

continuado dessas funções e em particular da atribuição de terras<sup>95</sup> e da repartição fiscal (Carvalho, 2007a: 94), decorria uma das formas de manterem o seu poder sobre a comunidade. As terras, fonte e símbolo de riqueza e de poder social<sup>96</sup>, eram *ager publicus ciuitatis* e mediante o pagamento do *uectigal* (renda) eram concedidas aos indígenas (Carvalho, 2007a: 486). Era desta forma que as elites locais, autóctones – que desejavam manter o poder sobre as suas comunidades – viam na sua própria participação na organização dos territórios um ascendente social e uma forma de domínio. Segundo Vasco Mantas (1998a: 366), na região do Douro existiria um sistema semelhante ao detectado na *Vetonia* onde o índice de desenvolvimento era débil, em parte devido ao fraco sucesso do processo de aculturação e à continuidade das comunidades indígenas, sobrevivendo possivelmente um *conselho de anciãos* que apoiasse os magistrados indígenas. O seu desempenho como magistrados, gerindo a *ciuitas* de acordo com a *lex romana*, poderia levar estes homens a atingirem a cidadania romana no fim do mandato e a respectiva *ciuitas* poderia igualmente ascender à dignidade de *munecipio* latino (Mantas, 1998a: 369).

Uma das componentes urbanas existente em qualquer cidade romana era o *forum*, localizado no centro urbano do respectivo assentamento, sempre com a forma de praça de desenho mais ou menos formal, na qual se concentravam os três emblemáticos poderes em presença na cidade romana: religioso (representado pelo templo), administrativo e judicial (com sede na basílica, que abrigava funções judiciais) e político (sediado na Cúria, onde se desenrolavam as reuniões do *senado* local). Era também nos *fora* que se desenrolavam as actividades comerciais e o essencial da vida pública, proporcionando excelentes lugares de mercado, onde as mercadorias, algumas de longínquas proveniências, eram comercializadas por mercadores locais e forasteiros, em troca de mercadorias locais, de origem agrícola, mineira ou mesmo artesanal (Grimal, 2003: 51).

---

<sup>95</sup> Esta acção permitia-lhes a manutenção do seu estatuto social no seio da nova sociedade que o Império impôs, constituindo uma forma de continuarem a exercer o seu prestígio social, as suas relações políticas e a manutenção do seu capital, de origem fundiária (Veyne, 2001: 153). Possuíam também competências nos domínios da jurisdição civil e judicial (Weber, 1994: 48).

<sup>96</sup> A terra e a sua posse tinham, no seio do Império Romano, uma elevada relevância, constituindo a garantia de segurança económica dos seus proprietários, quer numa vertente de auto-subsistência, quer de lucro através da produção intensiva de excedentes e das inerentes trocas comerciais (Veyne, 2001: 136). Nas fontes escritas este poder de posse de terras encontra-se patente, por exemplo, na obra de Virgílio, *As Bucólicas*, onde o poeta relata os conflitos que ocorreram em Mântua (sua terra natal) entre proprietários e veteranos a quem aquelas terras tinham sido doadas por serviços prestados (Veyne, 2001: 216).

Entre os edifícios públicos mais emblemáticos das cidades romanas, destacavam-se, sem sombra de dúvida, as termas. Segundo uma tradição helenística, as termas foram dos equipamentos monumentais que mais terão provocado a admiração das comunidades indígenas.

A arquitectura romana era caracterizada ao mesmo tempo pela sua função utilitária e pela sua monumentalidade, objecto da admiração dos povos, bem como pela eficiência e o virtuosismo técnico dos seus engenheiros, arquitectos e construtores. Destas características decorre a solidez e a imponência dos edifícios romanos, em parte devido às suas dimensões, em parte devido às ousadas formas construídas como os arcos e as arcadas ou como as próprias abóbadas<sup>97</sup>, uns e outros só possíveis mediante a utilização de novas técnicas construtivas e de materiais inovadores, como o *later*, isto é, o tijolo, ou, no caso das técnicas, o recurso aos diversos tipos de *opus*<sup>98</sup>, aos diferentes tipos de aparelho, ou mesma à utilização intensiva de materiais nobres, de entre os quais se destaca o mármore<sup>99</sup>, uma das marca da arquitectura do Império.

Presença também comum nos *fora* seriam as estátuas do Imperador reinante<sup>100</sup>, dos membros da sua família ou das elites locais. Apesar de muitas terem desaparecido ainda na Época Clássica, devido a mudanças da dinastia imperial respectiva ou removidas pela atitude política consciente ou vandálica dos exércitos antagonistas de imperadores e seus agentes, entretanto depostos, algumas chegaram até nós. Na Península destacam-se os exemplares de Mérida ou a magnífica estátua de mármore do Mileu, adiante analisada, que apresenta marcas de encaixe da cabeça, o que poderá indicar que na mudança de reinado a cabeça poderia ser substituída, mantendo-se a restante componente escultórica. Este tipo de estátuas apresentava um grande realismo

---

<sup>97</sup> A utilização dos arcos permitiu a realização de construções de maior altura e sobretudo o rasgamento de aberturas de vão cada vez maior. O arco constituiu um dos elementos fundamentais na arquitectura romana e sobretudo na construção de determinados monumentos conhecidos por todo o Império, como pontes e aquedutos (Pereira, 2009: 445).

<sup>98</sup> Feitos a partir de fragmentos de telhas e misturados com cal; a sua importância na arquitectura romana levou à sua menção pelos autores clássicos nas suas obras. É o caso da *História Natural* de Plínio ou o de Vitruvius, cujo *Livro II* do seu *Tratado* é dedicado aos materiais de construção e às técnicas construtivas, como os *lateres* (tijolos) (capítulo III), o *opus* (capítulo IV), a pedra (capítulo VII) ou mesmo o corte de árvores (capítulo IX). Para mais informações veja-se a tradução de M. Justino Maciel (2006) da obra de Vitruvius, *Tratado de Arquitectura* e as respectivas notas do tradutor.

<sup>99</sup> O mármore era considerado um elemento nobre na construção, transportado ao longo de grandes distâncias, desde os seus locais de extracção, como S. Brissos e Estremoz, até *Emerita*, Conimbriga ou outros locais como *Italica* (Sevilha), *Hispalis* ou *Corduba*. Estudos recentes têm demonstrado que nas cidades da Lusitânia o mármore da Bética era utilizado em casas e jardins de cidades e *uillae* (Pastor Muñoz, 2005: 221).

<sup>100</sup> Por todo o Império são conhecidos numerosos retratos imperiais, como os de Tibério na Hispânia, feitos de mármore de excelente qualidade. Ainda na Hispânia, destaca-se a estátua de mármore de *Vipsania Agripina Maior* encontrada em *Baetulo* (Badalona; Blázquez Martínez, 2007: 76).

na figuração da individualidade representada, sobretudo na cabeça, cujo rosto estava marcado pela representação de pormenores fisionómicos identificativos, máscara facial, aspectos particulares, rugas, etc., de forma a serem facilmente reconhecidos (Pereira, 2009: 471)<sup>101</sup>. Destas características representativas resultava o grande realismo destes retratos. De facto, estas estátuas, dispersas por todo o Império, colocadas em pódios monumentais, tinham uma grande imponência, que ganhava ainda mais impacto nas regiões menos romanizadas do Império. De qualquer modo, onde quer que elas fossem colocadas, constituíam sempre uma promoção e uma forma de propaganda política do poder imperial.

Ora, apesar de algumas capitais de *ciuitates* já terem sido identificadas na Beira Interior – como as capitais das *ciuitates* dos *Cobelci* (Torre de Almfala), dos *Igaeditani* (Idanha-a-Velha), ou dos *Araui* (Marialva) – outras continuam por identificar. E este parece ser o caso da capital da *ciuitas* que estaria localizada no território do Planalto Guarda-Sabugal.

Desde já deve dizer-se que, na rede de povoamento agora analisada, o local que evidencia um maior número de elementos que poderiam permitir a sua classificação como capital da respectiva *ciuitas* é o sítio romano da Póvoa do Mileu, actualmente inserido na malha sub-urbana da cidade da Guarda. Tendo por base a descoberta das termas, o sítio foi, à época da sua descoberta, identificado inicialmente como uma *uilla* romana. Porém, à luz do que hoje se conhece, torna-se necessária uma nova interpretação do mesmo. Diversos autores têm considerado o Mileu como uma das capitais de *ciuitates* da região do Interior Norte. Assim, Sabino Perestrelo (2003: 134) salientou a importância dos vestígios arqueológicos já então conhecidos e a relevância do sítio no conjunto do território confinante ou vizinho da bacia hidrográfica do Rio Côa. Este investigador avançou então com a hipótese de o Mileu ser identificado como uma das capitais de *ciuitates* na Beira, no que foi seguido por Marcos Osório (2006: 95) e posteriormente por Pedro Carvalho, no seu estudo sobre o povoamento romano da Cova da Beira, em que reforçou a hipótese de o Mileu ter sido a capital dos *Lancienses Transcudani* (Carvalho, 2005: 169; Carvalho, 2007a; Carvalho, 2010: 132), hipótese também partilhada por Amílcar Guerra (2007: 177).

---

<sup>101</sup> Note-se que este modo de produção deixa entrever uma autêntica cadeia de produção quase “industrial” de estatuária: o corpo das esculturas, previamente esculpido, em série, de acordo com as convenções representativas, iconográficas, simbólicas e celebratórias correntes, previa a sua conclusão com a inserção ou a justaposição da cabeça, esta individualizada e decorrente da vontade e dos propósitos do encomendante.



Ora, para lá dos importantes elementos conhecidos de anteriores escavações e intervenções, nomeadamente o conjunto termal e a estátua *loricata* (com semelhanças a uma outra identificada em Mérida), adiante estudada, os dados revelados em escavações recentes confirmam o destaque do sítio do Mileu no amplo território romanizado em que se integra. Com efeito, a imensa quantidade de materiais arqueológicos até ao momento recolhidos e identificados, muitos deles importados e provenientes de distintas origens, entre os quais se destacam o elevado número de exemplares de *terra sigillata*, sobretudo de origem hispânica<sup>102</sup>, mas proveniente também das oficinas de La Graufesenque ou das do Norte de África, confirmam a importância e o relativo cosmopolitismo do sítio romano do Mileu.

Perante a proposta acabada de fazer, justificar-se-ão certamente opiniões discordantes, apoiadas na falta (ou no desconhecimento actual) de outros elementos de carácter arquitectónico monumental, tão comuns noutras cidades conhecidas, a começar pela própria capital da *ciuitas Igaeditanorum*, com o seu fórum. Todavia, há motivos para pensar que a urbanização e as formas de urbanismo presentes na Beira Interior seriam certamente muito distintas das de outras regiões, mesmo vizinhas, como Idanha-a-Velha. Uma vez mais teremos de referenciar a *ciuitas Cobelcorum* (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), delimitada pelos Rios Douro, Côa, Águeda e, a Sul, pelo paralelo que passa pela Serra da Marofa (Frade, Caetano, 2002: 229), em que as importantes escavações arqueológicas recentes têm demonstrado escassos vestígios de urbanização e de monumentalidade, à excepção do templo. A mesma situação ter-se-á verificado na região fronteiriça de Castela, pois Ciudad Rodrigo<sup>103</sup> – apesar de capital de *ciuitas* – não exhibe vestígios arquitectónicos monumentais de época romana que a evidenciassem como tal (Árbol Moro, 2001: 501). O mesmo se passa nas implantações urbanas galegas da Época Romana, sempre de modestas dimensões, de projecção meramente local, caracterizadas sobretudo por um ambiente marcadamente rural (Le Roux, 1996: 368). De facto, já em 1990 Manuel Salinas de Frias (1990: 262) mostrava

---

<sup>102</sup> Numa análise comparativa entre os exemplares de *terra sigillata* hispânica da Póvoa do Mileu e a dos exemplares provenientes de capitais de *ciuitates* como a *ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha) ou a *ciuitas Ammaiensis* (Ammaia, Marvão) não deixa de ser surpreendente que os índices de importação destes materiais, considerados de luxo, sejam muito semelhantes (Pereira, 2006). Já em 2005 defendemos que o Mileu teria uma função de centro redistribuidor destes materiais pelo vasto território circundante (Pereira, 2005).

<sup>103</sup> Estas diferenças de ocupação do espaço e de grau de romanização, com fracos índices de aculturação e de assimilação registam-se também na área de Ciudad Rodrigo, por entre as terras dos *Lancienses Oppidani*, que não evidenciam sinais da opulência urbanística, característica das cidades romanas (Árbol Moro, 2001: 528).

que as cidades dos Vetões, implantadas em território predominantemente rural, apresentavam um menor desenvolvimento urbanístico do que, por exemplo, as cidades do litoral da Lusitânia. Patrick le Roux (1992-93: 159) mostra também que no interior da Lusitânia as cidades teriam poucos habitantes, vivendo a maioria da população no espaço rural, dispersas pelos escassos *uici* e *castella*, mas sobretudo em “quintas” e *uillae* e, no caso da região do Planalto Guarda-Sabugal, também em “aldeias”, a ter em conta a tipologia de povoamento atrás referida, proposta por Jorge Alarcão.

Todavia, apesar de algumas *ciuitates* possuírem territórios de reduzidas dimensões, como parece ser o caso da *ciuitas Cobelcorum*, com centros político-administrativos também eles de pequenas dimensões e consequentemente com poucos habitantes (Le Roux, Tranoy, 1983-84: 200), elas desempenhavam e preenchiam - apesar da sua pequena dimensão e do reduzido número dos seus moradores - os critérios jurídicos e políticos inerentes à definição ou à categoria institucional de “cidade capital”. Nesta, por definição, encontrava-se representado o poder estatal romano, sediado e sinalizado num ou em vários edifícios públicos de localização mais ou menos central e de configuração mais ou menos monumental.

A reduzida dimensão urbana de algumas capitais de *ciuitates* estava porventura relacionada com o contexto político e hierárquico, ou melhor, com a divisão e a função administrativa do respectivo território, num quadro geral marcado por escassos moradores, romanizados ou não, mas também pelos escassos recursos agrícolas e metalíferos da região. Como refere Pedro Carvalho (2010a: 135), estas *ciuitates*, que possuíam “[...] *territoria* relativamente reduzidos, parecem sugerir que as suas capitais, pouco populosas, não dispunham de toda a série de equipamentos urbanos e monumentais que habitualmente preenchiam o espaço de uma cidade romana.” De facto, no Império são conhecidos diversos exemplos de cidades de reduzidas dimensões, definindo-se não como um aglomerado numeroso de habitações, mas sim como uma entidade urbana, pontuada por equipamentos e edifícios colectivos, muitas vezes de empresa estatal ou “municipal” como santuários, edifícios oficiais, chafarizes públicos, ou outros (Grimal, 2003: 11).

No caso da Póvoa do Mileu existe um outro elemento que dificulta a análise do sítio. O facto de, actualmente, o sítio arqueológico se encontrar plenamente integrado na malha urbana da cidade da Guarda fez com que muitos vestígios tenham desaparecido. Por outro lado, com uma ocupação também em período medieval (como o comprovam as fontes escritas e a presença da capela românica do Mileu), os materiais dos edifícios

romanos, abandonados, devolutos e arruinados, foram certamente reaproveitados e reutilizados em novas construções. Deste reaproveitamento é exemplo um silhar almofadado detectado por Alcina Cameijo no pano da muralha dionisina da cidade<sup>104</sup>. A mesma situação tivemos oportunidade de confirmar em construções abandonadas do lado Sul da estrada contígua ao sítio arqueológico, onde detectámos grandes silhares almofadados, reaproveitados na época medieval ou em épocas posteriores, silhares aqueles que só por si evidenciam o carácter monumental de pelo menos um ou alguns dos edifícios do Mileu em período romano [Fig. 53].

#### 2.2.2.2 - *Castella* e *uici*

O território circundante do Mileu era pontuado por outros *aglomerados urbanos*, em muito reduzido número, mas aparentemente integráveis no grupo dos aglomerados urbanos secundários – *castella* e *uici*<sup>105</sup>. Estes aglomerados – nomeadamente os *uici* – desempenhavam funções de controlo administrativo e fiscal, mas também de apoio aos viajantes que percorriam as calçadas da região<sup>106</sup> e, entre as suas diversas funções que teriam, salienta-se o seu papel na construção e reconstrução de vias ou mesmo na recolha dos *munera municipalis* (Carvalho, 2007a: 356), apoio a santuários religiosos ou a estabelecimentos termais ou *industriais* (Cortijo Cerezo, 1993: 207). Mas estes aglomerados poderiam também ter funções mais específicas, de carácter produtivo, como centros de exploração de pedra<sup>107</sup> ou centros mineiros (como parece ter ocorrido na Quinta de S. Domingos, no sopé do Cabeço das Fráguas). Todavia, implantados em meios naturais de aptidões agrícolas muito interessantes, os seus povoadores dedicar-se-

---

<sup>104</sup> A quem agradecemos a informação.

<sup>105</sup> Estes *uici*, localizados junto de importantes vias de comunicação, tinham um papel fundamental de apoio aos viajantes. Assim, a sua criação inseria-se certamente num programa mais vasto, empreendido pelas autoridades romanas, que para lá da construção de vias de ligação entre os diversos pontos do Império, impunham também a construção de estações viárias que apoiassem os viajantes e comerciantes. É possível que a organização administrativa do território que impôs estas vias e estes núcleos possa recuar a Augusto, reinado durante o qual se delimitaram as *ciuitates*, se construíram as vias, os equipamentos e edifícios oficiais de apoio às vias (Carvalho, 2007a: 378).

<sup>106</sup> Com importantes funções no apoio aos viajantes, os *uici* encontravam-se dispersos ao longo das vias, com distâncias regulares de 8 a 9 milhas. Tendo em conta essa função, uma das características dessas implantações é a sua localização geográfica, sempre nas proximidades de importantes vias (Alarcão, 1995).

<sup>107</sup> Veja-se o caso do sítio da Manhosa (Leiria), na *ciuitas Collipponensis*, onde, para lá das funções de apoio à rede viária, justificada pela sua localização, ocorreria também a exploração de pedra (lá funcionou uma oficina de lapicida), bem como a metalurgia, como o comprovam as escórias de fundição (de ferro) encontradas na área (Bernardes, 2002: 212).

iam sobretudo a funções no aproveitamento agrícola da região (Cortijo Cerezo, 1993: 207).

Instalados em áreas de implantação indígena, seriam caracterizados por habitações modestas, embora também pudessem integrar alguns edifícios públicos de carácter monumental, como veremos. Uma das características comuns a estes povoados era o facto de estarem integrados em espaços afastados da capital, proporcionando assim “[...] as condições ideais para funcionarem como uma extensão do poder local [...]” (Bernardes, 2002: 211), acabando por atrair habitantes, provenientes das regiões vizinhas.

Os núcleos populacionais destes assentamentos urbanos, tendo atraído a população indígena, apresentam geralmente 3 a 5ha de dispersão de vestígios, sendo comum nesta área encontrar-se um número razoável de inscrições, votivas e funerárias, de distintas famílias (Alarcão, 1995), bem como elementos arquitectónicos de destaque. De facto, a existência de inscrições, sobretudo honoríficas, em contexto rural, poderá ser um forte indício de identificação de um *uicus*. Paralelamente, deverá ser necessário observar também a localização do respectivo sítio, face às vias e às estações de apoio a viajantes, certamente elementos identificadores deste modelo de povoamento.

Nestes assentamentos realizavam-se mercados periódicos, em que participavam artesãos e comerciantes e onde as populações rurais poderiam trocar os seus bens excedentes (gado e produtos agrícolas) por produtos artesanais por vezes importados (Carvalho, 2007a: 495). Estes mercados eram caracterizados pela presença de tendas (*tabernae*) onde eram vendidos os mais diversos produtos locais, como peixe do rio e frutas e onde padeiros vendiam pão. Perante estes produtos de base, produzidos ou extraídos localmente, haveria que contar, pelo menos nos mercados organizados em locais mais abastados, com tendas com objectos de luxo, desde perfumes a jóias (García Garrido, 2001: 28)<sup>108</sup>, ou mesmo cerâmica importada como *terra sigillata*. Como por toda a parte e como em todas as épocas anteriores à Revolução Industrial, estes mercados rapidamente se tornaram em focos de animação económica e de manifestação e difusão da civilização, da cultura e dos modos de viver romanos pelos territórios circundantes.

---

<sup>108</sup> Estes mercados seriam organizados também em capitais de *ciuitates*, como *Tongobriga*. Lino Tavares Dias (1997: 342) defendeu recentemente que para essas capitais se deslocavam vendedores e compradores de distâncias correspondentes a 3 ou 4 horas, de carro.

O recente desenvolvimento de diversos estudos sobre o povoamento na Lusitânia Romana tem permitido algumas considerações importantes sobre estes sítios. Apesar de os dados ainda serem escassos, sobretudo os provenientes de escavações arqueológicas, parece comumente aceite que estes *uici* se localizariam nos limites dos territórios das *ciuitates*, longe das capitais, desempenhando certas funções administrativas, em resultado de um vasto programa oficial de ordenamento do território, num período de rasgamento e de construção de vias e de criação de *ciuitates*. Por isso, considera-se que estes *uici* resultarão de uma fundação oficial *ex nihilo* (Carvalho, 2007a: 379). Pela sua localização, em ambiente rural, são denominados *uici rurais*<sup>109</sup> por Patrick Le Roux (1992-93: 156), embora se encontrem sob o domínio de uma capital, pelo que desempenhavam determinadas funções, de controle e de apoio, por exemplo, a um santuário ou a uma estação de águas termais localizada na sua vizinhança.

Diga-se desde já que na região da Beira Interior são conhecidos alguns sítios arqueológicos atestados como *uici*. Entre eles, refiram-se o *uicus* de Santo Estêvão (Sabugal; Osório, 2006: 97), o *uicus* da Bemposta (Penamacor; Carvalho, 2007a: 376) e o *uicus* que estaria situado na Torre dos Namorados (Fundão; Ângelo; Ribeiro, 2008). Estes dois últimos deveriam integrar uma *statione*, isto é, uma estação viária de apoio a viajantes. Na região destacam-se ainda o *vicus Arbaria*<sup>110</sup> (Fundão) localizado nas proximidades de uma via e de um povoado indígena, onde foram detectadas quatro inscrições funerárias e duas votivas, a partir das quais conhecemos o seu topónimo (Carvalho, 2007a: 359). Pedro Carvalho refere ainda o *uicus Venia* (Meimosa, Penamacor), no centro de um conjunto alargado de assentamentos rurais, onde foram detectadas cinco epígrafes, entre as quais uma votiva e outra honorífica. Este último *uicus*, localizado sobre uma via imperial que possivelmente detinha espaços ou edifícios monumentalizados, teria sido fundado por Augusto, enquanto implantação oficial (Carvalho, 2010a: 128).

Intui-se ainda a existência de outros *uici* na região, como os dos sítios de Moradios<sup>111</sup> (Malhada Sorda, Almeida) e Quinta do Campo (Coriscada, Meda) – sendo

---

<sup>109</sup> Por oposição aos *vicus-rua*, que correspondem a um quarteirão no interior de uma cidade.

<sup>110</sup> Que Pedro Carvalho (2007a: 359) localiza na actual aldeia de Capinha ou na Tapada de S. Pedro, Fundão.

<sup>111</sup> Com uma dispersão de vestígios na ordem de 6ha, destacando-se uma inscrição e uma cornija, entre outros materiais; N.º 86 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

este sítio atestado por uma inscrição que refere explicitamente o *uicus Sagoabonca*<sup>112</sup> (Alarcão, 1998: 150).

Recentemente Pedro Carvalho defendeu que também Centum Celas (Belmonte) poderia corresponder a um *uicus*, pertencendo o edifício central à *domus* de um representante imperial, prefeito ou *procurator*, apoiado-se para tal na tipologia construtiva do conjunto e na inscrição aí encontrada, que faz referência a um *uicus*<sup>113</sup>. Este autor defende ainda que a construção deste núcleo urbano e a presença de colonos – a família dos *Caecilli* – fariam parte de uma estratégia de Roma no controle dos territórios afastados de capitais de *ciuitates* (Carvalho, 2010a). Poderia proporcionar assim um apoio ao correio oficial que percorria a via imperial de *Emerita a Bracara*, mas desempenharia sobretudo o controle da exploração estanhífera e aurífera da bacia do Zêzere.

Na área a Sul do Planalto Guarda-Sabugal, Marcos Osório mostrou a existência de um outro *uicus*, localizado na Tapada de Santa Maria – Mosteiros (Santo Estêvão, Sabugal), onde foram encontradas cinco epígrafes, uma das quais dedicada à divindade indígena *Valentia*. Este sítio foi descrito por Marcos Osório (2006: 120) como “[...] uma estação arqueológica importante. Pela extensão e natureza dos vestígios, associada ao numeroso conjunto de inscrições encontradas e pela definição de um alinhamento circular na foto interpretação[...]”. Questionamo-nos até que ponto este alinhamento não seria semelhante a um outro identificado na *mutatio* de *Mauriturri* (Álava)<sup>114</sup>, indiciando que ambos teriam uma função de recinto para a recolha e abrigo de animais, e de apoio a viajantes. Não queremos com isto afirmar que Santo Estêvão fosse uma *mutatio*, pois os vestígios que apresenta parecem corresponder a um *uicus*, desde logo devido a uma inscrição votiva dedicada a Vitória e a outras duas inscrições funerárias. Todavia, este *uicus* poderia ter na sua estrutura interna uma área cuja função fosse o apoio aos viajantes enquanto *mutatio*, situação análoga à identificada no *uicus* referido na região de Álava. Trata-se de um *uicus* que consideramos já fora do Planalto, possivelmente relacionado com a *ciuitas* dos *Ocelenses Lancienses* (Carvalho, 2007a: 118-119).

---

<sup>112</sup> Esta inscrição proporciona um dos raríssimos exemplares de inscrições da Beira Interior dedicadas a Júpiter. Neste local foram ainda identificados fragmentos de *terra sigillata*, mós, escória, silhares almofadados, elementos de coluna e elementos de cantaria possivelmente pertencentes a um pequeno templo (Fernandes *et al.*, 2006: 185).

<sup>113</sup> Todavia, para além desta interpretação, desde a sua escavação foi interpretado como uma *uilla* romana (Frade, 2005). Outras leituras apontam este sítio como uma mansio (Mantas, 2008-09: 254) ou a capital de uma *ciuitas* (Guerra, 2007).

<sup>114</sup> Confira-se capítulo 6 da presente dissertação.

Na *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani*, no Planalto Guarda-Sabugal, que é o que mais directamente nos interessa, parece dever incluir-se neste grupo de aglomerados urbanos secundários o sítio da Quinta de S. Domingos (Benespera), no sopé do Cabeço das Fráguas, interpretado por Marcos Osório como um *uicus*, tendo em conta a elevada área de dispersão de vestígios arqueológicos<sup>115</sup>. Entre estes salientam-se uma ara encontrada por Leite de Vasconcelos, catorze monumentos epigráficos, identificados por Adriano V. Rodrigues (1959: 122-123), e outros seis, descobertos em período mais recente, três dos quais dedicados a *Laepus*, e um dos outros três fazendo referência ao *uicus Ocellonia* ou *Ocelona* (Osório, 2006: 157)<sup>116</sup>. De facto, localizado nas proximidades de uma calçada que se dirigia à Póvoa do Mileu (Carvalho, 2007a: 377) e fundado em período romano (embora evidenciando ainda um cariz preponderantemente indígena), este sítio poderia – enquanto *uicus* – englobar na sua área urbanizada edifícios administrativos e religiosos com uma certa monumentalidade, dos quais certamente fariam parte notáveis silhares almofadados, como o que foi encontrado no local [fig. 27] e que poderia ter pertencido a um templo, por exemplo. A presença destas estruturas, de pequenas ou de grandes dimensões, encontra-se atestada por todo o Império. Um dos exemplos mais próximos é o templo de Orjais, onde a divindade cultuada poderia ser Júpiter, cuja invocação é atestada numa inscrição encontrada em Vale Formoso (Covilhã). Estes monumentos recebiam a estátua da divindade e as oferendas dos fiéis (McMullin, 2004: 9), que podiam ser *ex votos* ou ofertas de outra natureza. Na Quinta de S. Domingos, no sopé do Cabeço das Fráguas, como já dissemos, poderia existir uma estrutura com estas características, tendo em conta o elevado número de aras e o silhar almofadado aí encontrados.

Com efeito, as seis aras votivas encontradas neste sítio poderão denunciar a existência de um importante local de culto, bem como a própria presença de uma oficina epigráfica, atestada não só pela elevada quantidade de aras encontradas neste local, como pela circunstância de algumas delas serem, segundo Adriano V. Rodrigues (1959), anepígrafas<sup>117</sup>. Destes exemplares resta apenas um, actualmente depositado no

---

<sup>115</sup> Recentes escavações arqueológicas na mesma área da Quinta de S. Domingos, junto à capela, apresentaram resultados pouco elucidativos, aguardando-se a realização de novas campanhas de escavações na grande área de dispersão de vestígios (Santos; Schattner, Pereira, 2008).

<sup>116</sup> Sobre esta leitura não podemos deixar de referir a interpretação de Blanca Prósper, que refere que poderá corresponder à capital da *ciuitas* dos *Lancienses Ocelences*. Também Jorge de Alarcão se refere a este *uicus* como *Ocellonia* (Alarcão, 2001: 315).

<sup>117</sup> Saliente-se que no território da Beira Interior, à excepção de Idanha-a-Velha, não são conhecidas outras concentrações de monumentos epigráficos como a que ocorre neste sítio, apesar de a maioria das epígrafes referidas por Adriano Vasco Rodrigues se encontrarem indisponíveis à observação e estudo.

Museu da Guarda. Esta hipótese da existência de uma oficina poderá estar também atestada na inscrição n.º 7 do Catálogo de Epígrafes: LAIPO / . V(*otum*) . S(*olvit*) . / BASSV/S VIRIA/TI . F(*ilius*)<sup>118</sup>, que, ao contrário da maioria dos exemplares conhecidos, apresenta a fórmula final no início, logo a seguir à referência da divindade, facto interpretado por Fernando Curado (1984) como uma ara que estaria pronta com duas linhas gravadas, isto é, a divindade e a fórmula final, e que apenas esperava comprador para depois ser gravado o resto da inscrição – neste caso, encomenda de Basso, filho de Viriato, confirmando-se assim dois momentos distintos de produção e de gravação.

Considera-se assim que a existência do *uicus* de S. Domingos poderá estar directamente relacionada com o santuário rupestre vizinho (Santos, 2010: 140), com o centro de mineração e aparentemente com a provável existência de uma oficina lapidar. Note-se que esta implicava um elevado grau de romanização, dado que pressupõe conhecimentos técnicos específicos do lapicida, não só no aparelhamento e afeição do suporte<sup>119</sup>, mas também conhecimentos práticos na organização “gráfica” da inscrição, passando pelo desenho das letras e pelo conhecimento do Latim e das fórmulas finais, tão comuns na epigrafia latina.

Não obstante, no caso das inscrições da Quinta de S. Domingos, verificamos que geralmente apresentam um tratamento tecnicamente pouco cuidado, com “paginação” desorganizada e assimétrica, à semelhança de outras inscrições da região, onde surgem alguns indícios de erros do lapicida, como na inscrição de Benespera<sup>120</sup>, onde surge *Meiduerus*, quando o normal seria *Meiduenus* (Ferreira, epigrafia funerária na B.I.: 187), ou na inscrição de Vila Boa (Sabugal)<sup>121</sup>, onde surge *monimentum* e *feicit*, quando o correcto seria *monumentum* e *fecit*, respectivamente (Ferreira, 2004: 195). Isto poderá

---

Todavia, actualmente são conhecidas sete epígrafes. Também no *uicus* da Manhosa (*ciuitas Collipponensis*) foram detectadas diversas estelas, algumas das quais anepígrafas, denunciando a existência de uma oficina de lapicida, como já vimos (Bernardes, 2002: 212). Um outro exemplo de oficina lapidar foi o do sítio onde foram produzidas as “estelas de Picote” (Bragança), tendo em conta as semelhanças entre diversos exemplares conhecidos, desde a forma, ao tipo de material e à decoração, em termos formais e estéticos (Tranoy, 1984: 271). Recentemente, para a região da *ciuitas Igaeditanorum*, Ana Sá (2007: 200) propôs a existência de uma oficina, tendo por base o tipo de material de suporte e o elevado número de inscrições encontrado. A mesma situação foi descrita para o santuário dedicado a Endovélico (Alandroal). Aqui as inscrições denotam uma má qualidade de execução, não só ao nível dos monumentos de suporte, mas também ao nível da epigrafia (Dias, Coelho, 1995-1997: 238).

<sup>118</sup> Basso, filho de Viriato, cumpriu o seu voto a Lepo; Curado (1984).

<sup>119</sup> Lembramos que, neste caso, as aras tinham de ser esculpidas pelo lapicida em granito, material duro de moldar.

<sup>120</sup> Inscrição n.º 3 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>121</sup> Inscrição n.º 29 do Catálogo de Epígrafes.



estar relacionado com o já mencionado fraco índice de aculturação, sobretudo neste período – segunda metade do século I d.C. ou inícios da segunda centúria.

Penso que também não nos podemos esquecer da elevada quantidade de escórias detectadas nesta área e, apesar de não ser possível determinar a sua exploração em período romano, pensamos que este sítio da Quinta de S. Domingos terá sido um centro mineiro de alguma importância. As evidências conhecidas são ainda muito escassas, mas deve registar-se que deste local provém uma das poucas inscrições do Planalto a referir um *liberto*, inscrições geralmente presentes em ambientes urbana e tecnologicamente evoluídos, como veremos, consubstanciando a hipótese de a exploração mineira neste *uicus* ter sido uma das actividades aqui desenvolvidas.

Como salienta Manuel Salinas de Frías (2010: 50) (embora, na nossa opinião, com base em escassas evidências), parece existir uma associação entre *uici*, povoados fortificados, um elevado número de inscrições e entre explorações mineiras, talvez vigiadas por militares, o que também poderia estar atestado por inscrições dedicadas a *Vitoria*, encontrando-se pelo menos dois testemunhos votivos com esta invocação na região do Planalto.

Com uma localização privilegiada, nas imediações do famoso Cabeço das Fráguas (possivelmente o *ocellum* referido na inscrição de Ferro, Covilhã, onde são mencionadas as divindades indígenas *Arentio Ocelaeco* e *Arentiae Ocelaecae*; Carvalho, 2007a: 367), no limite Sul do território da *ciuitas* do Planalto, o *uicus* da Quinta de S. Domingos ficaria nas proximidades de uma via, que Pedro Carvalho identifica como a que se dirigia ao Mileu. A sua proximidade a esta via permitir-lhe-ia o escoamento da produção de metais que, a ter em consideração o elevado número de conheiras<sup>122</sup>, teriam sido produzidos em larga escala<sup>123</sup>, possivelmente servindo para o abastecimento dos mercados regionais. Por tudo isto, consideramos que este poderá ser um dos melhores exemplos de um *uicus* no território da Beira Interior.

No Planalto existiria um outro *uicus*, actualmente sob a vila medieval do Sabugal. Os recentes trabalhos de Marcos Osório têm trazido ao nosso conhecimento diversos elementos que não só comprovam a romanização deste espaço, mas também a existência de um núcleo urbano cujos vestígios nos permitem referenciá-lo como o

---

<sup>122</sup> Amontoado de materiais resultantes da exploração mineira.

<sup>123</sup> No *ager collipponense* foram detectados diversos escoriais (terreno onde existem concentrações de escórias, resultante da actividade metalúrgica), associados tanto a *uillae* como a casais, denunciando que a actividade minero-metalúrgica teria, nesta região, como certamente noutras, elevada relevância na economia regional (Bernardes, 2002: 248).

*uicus Equotule* ou *Equotole*, tal como é indiciado por uma inscrição votiva dedicada a *Arentia Equotulaicense*<sup>124</sup> (Osório, 2006: 90). Neste local, na sua vertente virada a nascente, foram ainda encontradas bases de coluna, moedas, uma pedra almofadada, pesos de lagar, entre outros vestígios, dispersos por uma área de 5,2ha (Osório, 2006: 89). De facto, o sítio do Sabugal, com vestígios da Idade do Ferro<sup>125</sup>, está localizado num dos meandros do Rio Côa, ponto de passagem de uma via romana, comprovada pela existência de um miliário encontrado nas proximidades e que faria a ligação entre o vale do Zêzere (por onde passaria a via *Emerita a Bracara*) e Salamanca, ou seja, a *Via da Prata*. Este assentamento, implantado no limite nascente da *ciuitas* do Planalto, desenvolveria, certamente, importantes funções enquanto núcleo urbano secundário, com elevado dinamismo económico, administrativo e religioso, testemunhado pela inscrição dedicada à divindade *Arentia*. A sua localização suscitaria também a possibilidade de neste assentamento ter funcionado uma *mutatio* ou *statione*, como apoio aos viajantes que percorriam a calçada – via esta que tinha certamente a maior relevância para a região, uma vez que nela se fazia a ligação entre duas vias imperiais, a *Via da Prata* e a *Via entre Emerita e Bracara* [mapa 9].

Também no Vale do Mondego, na nossa área de estudo, foi identificado o *uicus* de Açores<sup>126</sup> localizado nas proximidades de uma pequena linha de água, junto à actual aldeia de Açores (Celorico da Beira), com vestígios dispersos por uma área superior a 65.000m<sup>2</sup>, detectando-se material de construção, cerâmica comum, um *pondus* (peso de tear), dois pesos de lagar e *terra sigillata* hispânica, entre outros. O elevado número de sítios identificados em seu redor parece evidenciar o seu carácter de pólo agregador de moradores e de população, constituindo-se à sua volta pequenos núcleos habitacionais, de que são exemplo a *quinta romana* do Aral (Açores, Celorico da Beira)<sup>127</sup> ou mesmo uma *aldeia*, o Olival do Clergo (Açores, Celorico da Beira)<sup>128</sup>. Todavia, tendo em conta os vestígios encontrados neste último sítio, questionamo-nos até que ponto não

---

<sup>124</sup> Inscrição n.º 23 do Catálogo de Epígrafes. Outras denominações têm sido propostas para este sítio: assim, Fernando Curado identifica este sítio como *Equustulaicum* e Inês Vaz como *Equottullaicensium* (Osório, 2006: 90).

<sup>125</sup> Para mais informações sobre os vestígios da Idade do Ferro encontrados no Sabugal confira-se Osório, 2005.

<sup>126</sup> N.º 40 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>127</sup> N.º 46 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>128</sup> N.º 45 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizado numa área com elevada irrigação, nas proximidades do Rio Mondego, numa suave encosta. Registe-se a elevada quantidade de materiais arqueológicos, entre os quais cerâmica de construção, cerâmica comum, *terra sigillata* hispânica e cerâmica alto-medieval, dispersos por uma considerável área de dispersão, com aproximadamente 22.000 m<sup>2</sup> (Marques, 2011).

correspondem ao mesmo assentamento, que poderia dispor de distintas áreas e edifícios no *fundus*.

No território do Planalto registam-se também outros tipos de aglomerados urbanos, como os designados de *castella*. Tratar-se-ia de povoados fortificados, com uma ocupação na Proto-História, e cuja readaptação em período romano levou à continuidade de ocupação<sup>129</sup>. Seriam assentamentos modestos, desprovidos das características de lugar central, quer ao nível dos monumentos arquitectónicos, quer relativamente à malha de povoamento envolvente, uma vez que não possuíam autonomia territorial (Le Roux, 1992-93: 157-158). Embora apresentassem algumas adaptações aos novos conceitos e às novas práticas arquitectónicas, verifica-se que muitas vezes estas se encontram reduzidas à utilização de materiais de cobertura tipicamente romanos, de modo a formar típicos telhados, cujas telhas têm sido recorrentemente identificadas nestes sítios de altura.

Um dos melhores exemplos de *castella* conhecidos na região corresponde ao Castelo dos Mouros (Cidadelhe, Pinhel). A sua escavação arqueológica, promovida por Manuel Sabino Perestrelo (2005: 84), permitiu compreender melhor os escassos dados conhecidos relativamente a esta modalidade de povoamento. Neste sítio observa-se uma ocupação desde o Bronze Final até ao início da ocupação romana. Deste período conhecem-se pedras almofadadas, fragmentos de coluna e cornijas, bem como um fragmento de placa de granito com inscrição. A intervenção arqueológica veio demonstrar que a ocupação romana se cingiu ao topo da colina e à vertente Oeste, onde se recolheram escassos vestígios, destacando-se os fragmentos de *tegulae*.

Outro exemplo sobejamente conhecido na região é o Castro de São Romão (Seia), cuja ocupação recua à Idade do Bronze, perdurando pelo menos até ao século III d.C., certamente readaptado a novas funções. Durante as escavações arqueológicas foi encontrada uma epígrafe, datada de 217 d.C., indiciando uma certa relevância na rede de povoamento neste período, uma vez que a mesma é referente a uma consagração ou

---

<sup>129</sup> A inexistência da publicação de resultados de escavações de povoados fortificados nesta região em concreto coloca-nos perante a dúvida quanto ao período de abandono destes sítios, pois nenhum dos documentados no território do planalto Guarda-Sabugal apresenta elevada quantidade de vestígios. É possível que apesar de exibirem indícios de ocupação ainda durante a primeira metade do século I d.C. tenham sido abandonados sob os Júlios-Cláudios ou já sob os Flávios, período no qual, noutras regiões, este fenómeno terá ocorrido, no âmbito de um novo quadro social e de ocupação territorial. Não obstante, noutras regiões os testemunhos mostram que alguns povoados não foram abandonados, como é o caso do Castro da Cárcoda, em S. Pedro do Sul (Guerra, Fabião, 1996: 145).

invocação a uma entidade desconhecida, promovida por um edil (Guerra, Fabião, 1996: 134).

No território do Planalto Guarda-Sabugal um bom exemplo de *castella* é proporcionado pelo Castro de Barrelas (Famalicão da Serra, Guarda)<sup>130</sup>, cujo nome poderia ser *Castellum Berecum*, a ter em conta a inscrição encontrada nas suas imediações. Trata-se de um povoado da Proto-História, posteriormente romanizado, que apresenta uma reduzida área de dispersão de vestígios arqueológicos. De entre estes, destacam-se dois fragmentos de inscrições romanas, das quais a primeira é dedicada a uma divindade local, *Aelua*<sup>131</sup>. Localizado nas proximidades da calçada romana que ligava as duas capitais de *conuentus*, *Emerita Augusta* (Mérida) e *Bracara Augusta* (Braga), no início da difícil travessia da Serra da Estrela – cujo traçado na região é testemunhado pelos diversos miliários encontrados nesta área – este sítio foi interpretado por Vasco Mantas (1992: 171) como tendo sido uma possível estação viária de apoio à via imperial<sup>132</sup>. Mas a relevância de Barrelas decorre também de nos chegarem importantes testemunhos de uma contínua ocupação multi-secular que chegou à Idade Média<sup>133</sup>.

### 2.2.2.3 – *Castella* menores e Aldeias

No território do Planalto Guarda-Sabugal existem também sítios que classificaríamos como aglomerados urbanos terciários, nomeadamente *castella menores* e “aldeias”, a ter em conta a tipificação proposta por Jorge de Alarcão, atrás referida.

No levantamento efectuado foram identificados alguns povoados fortificados, ocupados em período anterior à romanização mas que, a partir deste período, deixam de

---

<sup>130</sup> Sítio n.º 12 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>131</sup> Inscrição n.º 20 do Catálogo de Epígrafes. Sobre esta inscrição veja-se Curado, 1987. Recentemente Jorge de Alarcão propôs uma nova leitura para o monumento epigráfico, admitindo que *Aelua* poderia corresponder ao dedicante (Alarcão, 2001: 315).

<sup>132</sup> A mesma funcionalidade é defendida por José Ruivo e Pedro Carvalho (1996: 80). De facto, a adaptação de povoados de períodos cronológicos anteriores a estações viárias surge em diversos locais, como é o caso do povoado da Senhora do Bom Sucesso, no Alto Dão (Chãs de Tavares, Mangualde), que correspondia a uma *mansio* (Alarcão, 1996: 15).

<sup>133</sup> Com efeito, o povoado de Barrelas surge referido no foral da cidade da Guarda, datado de 1199 (Coelho, 1999: 71) e a sua igreja matriz é referida no documento “Divisão das igrejas e rendas da diocese da Guarda entre o bispo D. Rodrigo Fernandes I e o cabido egitaniense em 19 de Julho de 1260” (Castro, 1902: 498), o que testemunha a relevância e a extraordinária continuidade deste povoado de origem tão remota.

evidenciar vestígios de ocupação<sup>134</sup>. De facto, como refere Pedro Carvalho (2007a: 380), é possível que o abandono destes *povoados de altura* nesta região da Beira Interior em concreto, tenha ocorrido apenas na Época de Augusto, em prol de *habitats* localizados em áreas mais planas ou mais abrigadas, de vale, nas proximidades de eixos viários, dando origem a *aldeias*. Todavia, outros povoados de origem pré-romana parecem indiciar uma continuidade de ocupação na Época Romana, sendo então certamente integrados, romanizados e adaptados a novas funções no amplo processo de reorganização territorial desta vasta faixa periférica do Império Romano<sup>135</sup>. Veja-se, por exemplo, o caso do *Castro do Tintinholho*<sup>136</sup> ou os exemplos dos povoados conhecidos no território dos *Lancienses Oppidani*<sup>137</sup>, onde *castella* e *uillae* pontilhavam o território durante o período alto-imperial e onde os terrenos menos férteis para a prática da agricultura levaram à continuidade de um povoamento marcadamente indígena, em que a criação de gado continuaria a ser a actividade principal (Árbol Moro, 2005: 217). Mesmo no território onde se verificou uma maior exploração agrícola, nomeadamente os terrenos em torno do Rio Águeda, nas proximidades da actual Ciudad Rodrigo<sup>138</sup>, os núcleos rurais eram de pequenas dimensões e extremamente dispersos pelo território (Árbol Moro, 2001: 494).

---

<sup>134</sup> Para mais informações confira-se Pereira (2003) e Osório (2008). Não podemos aqui deixar de mencionar o Cabeço das Fráguas, cujo abandono num período prévio ou contemporâneo à romanização parece atestado pela recente intervenção arqueológica, em que se verifica a detecção de escassos elementos romanos (Santos, 2010: 140). Apesar de a presente intervenção arqueológica incidir apenas na área do santuário e não na zona onde estaria localizada a área habitacional, a Norte da primeira, registe-se que também aqui a prospecção não permitiu identificar vestígios de materiais romanos. Neste sentido, parece-nos que o abandono do povoado terá ocorrido ainda no século I d.C., embora o santuário, que evidencia escassos vestígios de período romano, continuasse a ser utilizado enquanto tal.

<sup>135</sup> Na região de Viseu, por exemplo, os castros continuam ocupados durante o Alto-Império, sendo raros os *casais* e *uillae* romanos nas imediações da capital de *ciuitas*. A mesma situação parece ter-se verificado na região do Alto Paiva e no Alto Dão, onde o fenómeno da romanização parece traduzir escassas alterações no povoamento (Alarcão, 1996: 8).

<sup>136</sup> Localizado na margem direita do Rio Mondego, a Noroeste dos Castelos Velhos, o povoado do Tintinholho (n.º 9 do Inventário de Sítios Arqueológicos) foi implantado num cabeço que faz parte de uma cadeia montanhosa, embora independente, de que resultou um cerro isolado. De facto, este sítio não se localiza no ponto mais elevado do sistema montanhoso, mas sim numa área com uma defensibilidade natural extraordinária, considerado como um sítio inexpugnável, a 920m de altitude.

<sup>137</sup> Segundo Maria Árbol Moro (2001: 494), a área que este *populus* ocupava corresponderia à zona entre Penamacor e Vale de Valverde, confinando a ocidente com a *ciuitas* dos *Ocelenses Lancienses* (Carvalho, 2007a: 118-119) e a Noroeste com a *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani*. Neste território destacam-se dois núcleos “urbanizados” que poderiam ter assumido o papel de capital de *ciuitas*, nomeadamente Valdelosozos e Meimoa (Penamacor), pois ambos detiveram funções administrativas (Árbol Moro, tese: 495). Também no território da *ciuitas Zoelarum* (área que abrange a região de Trás-os-Monte oriental e Zamora), a capital – centrada no Castro de Avelãs – desempenharia funções administrativas, embora existissem vários centros que controlavam a produção e a sua comercialização (Sastre Prats, 1999: 350).

<sup>138</sup> Apesar das dúvidas e das dificuldades na identificação e na localização de *Mirobriga* ou mesmo de qualquer outra capital de *ciuitas* na actual Ciudad Rodrigo, esta povoação desempenhou certamente um papel central nesta rede de povoamento, enquanto capital, no âmbito da administração e organização do território envolvente (Árbol Moro, 2001: 500).

O abandono progressivo dos povoados fortificados, atrás referido, terá levado também à constituição de *aldeias* novas – assentamentos então criados de raiz, caracterizados pela sua implantação em terras baixas e planas, denunciando uma lógica de ocupação do espaço completamente distinta dos povoados de períodos anteriores e revelando, também por isso, uma nova forma de exploração dos recursos naturais das áreas envolventes. Todas estas *aldeias* romanas correspondem também a aglomerados urbanos, embora apresentem diferenças significativas relativamente aos *uici*. Antes de mais, registe-se a sua implantação no território, afastada das grandes vias de comunicação que cruzavam a região. Outro sinal de distinção é proporcionado pela inexistência de epígrafes e sobretudo pelo desconhecimento de elementos arquitectónicos indiciadores de padrões mínimos de monumentalidade (Carvalho, 2007a: 387). Diga-se ainda que, no caso das “aldeias”, os estudos de povoamento têm indicado uma ampla dispersão de vestígios, entre 3 a 4,5ha (Alarcão, 1995), o que poderá estar relacionado com as suas características urbanísticas, pois constituiriam povoados sem qualquer estrutura defensiva, caracterizados pela existência de 10 a 15 casas, de características comuns e simples, afastadas de qualquer forma urbanística que se aproximasse, por pouco que fosse, de qualquer centralidade ou de qualquer resquício de ortogonalidade, tão característica do urbanismo romano.

As diversas investigações sobre povoamento romano da Beira Interior permitiram verificar que a existência de *aldeias* se concentra em determinadas áreas, enquanto que noutras aparentemente se encontram ausente. Estas aldeias suscitam a questão da presença de modelos de ocupação diferentes – e até mesmo contrastantes – em territórios praticamente contíguos nesta ampla região da Província da Lusitânia. Assim, em certas regiões do Interior Norte – como na Cova da Beira (Carvalho, 2007a: 388), no Médio Côa (Perestrelo, 2003) ou na *ciuitas* com capital em *Vissaium* (Alarcão, 1996: 12) – não são conhecidos assentamentos com características de *aldeias*. Pelo contrário, estas encontram-se bem representadas na plataforma Guarda-Sabugal, bem como na área da bacia hidrográfica do Rio Mondego (Marques, 2011). Assim, no Planalto Guarda-Sabugal, identificaram-se dez aldeias romanas, enquanto na bacia de Celorico da Beira se identificaram quatro aldeias.

Na tipologia de assentamento parece ser de incluir o sítio de Ferrarias (Marmeleiro, Guarda)<sup>139</sup>, de há muito identificado por Adriano Vasco Rodrigues (1957)

---

<sup>139</sup> N.º 15 do Inventário de Sítios Arqueológicos. Localizada no vale da ribeira do Gorgolão, freguesia de Marmeleiro (Guarda), é possível observar *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum, fragmentos de mós

e classificado por Marcos Osório (2006) como uma *aldeia*, tendo por base a elevada área de dispersão dos vestígios arqueológicos e a sua respectiva localização, num vale inserido na bacia hidrográfica do Rio Côa, com uma forte vocação agro-pecuária, mas – como sugere o próprio topónimo – relacionado também com a exploração mineira. Com efeito, este sítio, localizado numa área com elevados recursos mineiros, ostenta, conjuntamente com materiais de construção romanos, uma elevada concentração de escórias. A presença destes materiais, dispersos por uma vasta área de terrenos actualmente cultivados, suscita a questão da eventual existência de uma *aldeia* romana vocacionada prioritariamente para a exploração mineira<sup>140</sup>.

Ainda no Planalto Guarda-Sabugal registe-se, enfim, o que pensamos ser a *aldeia romana* de Alcaria (Casal de Cinza, Guarda)<sup>141</sup>, implantada nas margens da Ribeira das Cabras, um dos afluentes do Rio Côa, também ela evidenciando elevada dispersão de vestígios arqueológicos, ou o sítio de *Aldeia Velha 1* (Pêra do Moço, Guarda), também localizado nas margens da Ribeira das Cabras, mas mais a montante que o anterior, numa área com ligeira inclinação para Sul, onde surgem escassos vestígios arqueológicos, resumindo-se a *tegulae* e dois fragmentos de *dolia*, dispersos por uma área de 18.235m<sup>2</sup><sup>142</sup>.

Ainda neste território do Planalto, outros assentamentos exibem áreas de menores dimensões, embora com idênticas características, desde logo implantações de montanha (com uma clara vocação ligada à pastorícia), como a *aldeia romana* de Pardieiros (Fóios, Sabugal)<sup>143</sup>, ou na encosta cavada pelos afluentes da Bacia do Côa, como Aldeia da Ponte (Sabugal)<sup>144</sup>. A primeira, localizada na Serra das Mesas, nas proximidades da nascente do Rio Côa, apresenta vestígios arqueológicos dispersos por uma área de 32.500m<sup>2</sup>, compreendendo cerâmica de construção, cerâmica comum, um

---

circulares e escória (Osório, 2006: 76). Existe ainda uma referência bibliográfica a uma estrutura com cinco bases de colunas (Rodrigues, 1957a). Nas proximidades, Marcos Osório refere ainda o sítio de Vilares (Pêra do Moço, Guarda; n.º 19 do Inventário de Sítios Arqueológicos), localizado na área de *fundus* da *aldeia romana* de Ferrarias, que interpreta como uma possível necrópole da mesma (Osório, 2006: 76).

<sup>140</sup> Refira-se, contudo, que não existem escavações arqueológicas ou análises das escórias que comprovem uma exploração mineira em período romano neste local.

<sup>141</sup> N.º 23 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizado na freguesia de Casal de Cinza (Guarda), identificando-se elevada presença de vestígios arqueológicos, destacando-se materiais de cobertura em número elevado. Sabino Perestrelo (2003: 44) refere que neste local surgiram diversas moedas, de entre as quais uma de Vespasiano, do ano 71 d.C.

<sup>142</sup> N.º 29 do Inventário de Sítios Arqueológicos. A área de dispersão de materiais poderá ser maior. Contudo, a zona apresenta actualmente vegetação rasteira abundante, dificultando a visibilidade do terreno.

<sup>143</sup> N.º 106 do Inventário de Sítios Arqueológicos. Registe-se que a localização deste sítio e o facto de ter surgido uma ara suscitam a dúvida de se tratar de um povoado efectivamente romanizado.

<sup>144</sup> N.º 97 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

*pondus*, um elemento arquitectónico (de tipologia não referenciada) e uma ara (Osório, 2006: 61). O segundo, implantado nas proximidades do Rio Cesarão, sob a actual aldeia, apresenta uma área de dispersão de vestígios arqueológicos, com 36.000m<sup>2</sup>, resumindo-se a cerâmica de construção, cerâmica comum e moedas, entre as quais uma de Honório (reinado entre 395-423).

Fora da área do Planalto, no Vale do Mondego, um bom exemplo de *aldeia* romana parece ser proporcionado pelo sítio com o curioso topónimo de *Aldeia Nova* (Aldeia Viçosa, Guarda)<sup>145</sup>. Localizado na margem esquerda do Rio Mondego, apresenta elevada dispersão de vestígios arqueológicos, de entre os quais se destacam um peso de lagar, fragmentos de *dolia* e de *tegulae*. A proximidade entre esta aldeia romana e os Castros do Tintinholo (Guarda)<sup>146</sup> e o da Pedra Aguda (Aldeia Viçosa, Guarda) (Pereira, 2003), parece sugerir, para o período em estudo, o abandono progressivo destes povoados da Proto-História em prol de uma concentração na *aldeia* romana vizinha, localizada numa área mais plana, junto a terrenos de inegável vocação agrícola e, por tudo isso, com diferentes condições de habitabilidade<sup>147</sup>.

### 2.2.3 - Aglomerados rurais

Como seria de esperar, no quadro do povoamento romano do Planalto Guarda-Sabugal, os sítios romanos que surgem em maior número são os aglomerados rurais isolados. As respectivas formas de povoamento assentavam na formação quer de *uillae*, quer de *quintas* ou de pequenos *casais* – aquelas normalmente com superfícies de ocupação maiores, estes com superfícies menores.

A análise do povoamento rural da região do Planalto permite-nos desde já destacar algumas características que, no contexto da romanização distinguem esta região de outras áreas. De facto, uma das considerações a fazer desde já prende-se com o número reduzido de casais detectados neste território, na sequência do que já Marcos Osório tinha mostrado para a região do Alto Côa. Desta forma, dentro da rede de assentamentos rurais da região dos *Lancienses Transcudani*, as “quintas” eram, sem

---

<sup>145</sup> N.º 5 do Inventário de Sítios Arqueológicos. Localizado na freguesia de Aldeia Viçosa, Guarda.

<sup>146</sup> Com fraco índice de vestígios para este período.

<sup>147</sup> Apesar de o único testemunho de aproveitamento agrícola destes campos, em período romano, se resumir à implantação desta “aldeia”, não podemos deixar de registar que o Vale do Mondego foi, pelo menos desde a Idade Média, fonte de abastecimento de produtos agrícolas da cidade da Guarda (Gomes, 1987).



sombra de dúvida, o assentamento mais comum, com maior presença na encosta Noroeste da Serra da Gata, geralmente afastada das áreas mais férteis para a agricultura (estas ocupadas pelas *uillae*) ou nas proximidades de aldeias.

As mesmas conclusões foram obtidas pela análise de povoamento desenvolvida por Maria Árbol Moro (2001: 534) no território da *Sierra de Francia* (Salamanca), mais concretamente na região de Ciudad Rodrigo, caracterizado pela existência de habitats de carácter rural de pequenas dimensões, onde a ocupação romana parece estar relacionada com a actividade agrícola; a paisagem é marcada por pequenos núcleos de carácter rural e onde os núcleos urbanos monumentais e as *uillae* se encontram ausentes (Árbol Moro, 2005: 217).

### 2.2.3.1 – As *Uillae*

De acordo com a descrição clássica, a *uilla* romana correspondia a uma unidade de exploração auto-suficiente, exibindo uma elevada área de dispersão de vestígios arqueológicos, uma vez que para além do edifício do proprietário haveria que contar também com outros edifícios e espaços anexos, com distintas funções de apoio à actividade agro-pecuária, desde os currais e cabanas dos pastores, aos celeiros, arrecadações e outras dependências, denominadas *tuguria*<sup>148</sup> (Alarcão, 1998: 95). Na *uilla* do Prazo (Gonçalo, Guarda)<sup>149</sup> foi possível identificar o resto de uma dessas estruturas, localizada no topo de uma pequena elevação, observando-se à superfície cerâmica de construção romana, dispersa por uma área reduzida.<sup>150</sup> Os autores clássicos referem-se a estes espaços sugerindo outras denominações, como *casa repentina* ou *aedificium*, possivelmente devido a representarem distintas actividades ou realidades. Assim, considera-se que estes termos latinos diferenciados poderão representar usos diferentes, desde espaços de armazenamento temporário ou de actividade produtiva (Revilla Calvo, 2004: 196) até a formas de residência ou mesmo lugar de trabalho de uma população humilde. Encontram-se identificadas diversas estações com estas

---

<sup>148</sup> Segundo a análise de Pedro Carvalho (2007a: 400), os *tuguria* são as estruturas mais numerosas no povoamento da Cova da Beira, sendo uma das características desta rede de povoamento a elevada concentração destes pequenos sítios. São caracterizados por uma escassa dispersão de vestígios, maioritariamente *tegulae* e escassa cerâmica comum, características relacionadas com a utilização destes espaços enquanto apoio às actividades produtivas. Os *tuguria* são ligeiramente referenciados por *Columela*, quando faz alusão à cabana para os criadores de abelhas (Revilla Calvo, 2004: 196).

<sup>149</sup> N.º 17 do Inventário de Sítios Arqueológicos. Sítio localizado na freguesia de Gonçalo (Guarda), nas margens do Rio Zêzere, apresenta elevada dispersão de vestígios de período romano.

<sup>150</sup> N.º 31 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizada na freguesia de Gonçalo, o sítio arqueológico que denominámos Quinta do Prazo 2, localiza-se no topo de uma pequena elevação.

características no Vale do Mondego, como o sítio da Quinta de S. António (Aldeia Viçosa, Guarda)<sup>151</sup>, a Quinta da Machada (Lageosa, Celorico da Beira)<sup>152</sup> ou Forca (Açores, Celorico da Beira)<sup>153</sup>.

Ao longo do *fundus* das *uillae* existiam diversos edifícios com distintas funções, integrando quer o *torcular* (lagar), a *cella olearia* (espaço de acomodar *dolia* com azeite) ou a *tecta* (espaço de armazenamento de ferramentas e forragens de gado), entre muitos outros<sup>154</sup>. A investigação desenvolvida têm permitido compreender que existiam numa propriedade diversos edifícios, dependentes de diversas tipologias, de acordo com a vontade e as necessidades do proprietário, com distintas funções, sobretudo com as ligadas às infraestruturas de produção e de armazenamento (Revilla Calvo, 2004: 195). Os dados provenientes destes sítios permitem-nos compreender melhor as descrições de Columela, que refere a *uilla urbana* (a habitação do proprietário), a *uilla rustica* (habitação dos trabalhadores e escravos) e a *uilla fructuaria* (área de processamento e armazenamento de vinho, azeite e cereais)<sup>155</sup>. Esta última surgia, por vezes, integrada na *uilla rustica*, como se pode confirmar na Quinta da Fórnea (Santos, 2009), onde foram identificadas as fundações de um celeiro, um conjunto termal e a área de residência dos trabalhadores (Santos, 2009).

Será escusado acentuar que seria a *pars urbana*, como a própria denominação indica, a que teria mais elegância e imponência arquitectónica (Ackerman, 1990: 42<sup>156</sup>). De acordo com James Ackerman (1990: 9), uma *uilla* “[...] is a building in the country

---

<sup>151</sup> N.º 37 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>152</sup> N.º 39 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>153</sup> N.º 41 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>154</sup> Um dos exemplos mais bem conhecidos de *uillae* na Península Ibérica é o sítio de *El Moré* (Sant Pol de Mar, Barcelona), onde foi possível identificar uma *uilla* com distintos espaços arquitectónicos e funcionais, implantados na vertente de uma colina, destacando-se quatro sectores construídos, cada qual com a sua funcionalidade: produção de vinho, forja e armazenamento de *dolia* e, nas proximidades, uma olaria para fabrico de ânforas. Neste amplo conjunto edificado, activo durante os séculos I e II d.C., foram também detectados outros espaços ligados à actividade agrícola (Revilla Calvo, 1995: 112).

<sup>155</sup> Seguindo a nomenclatura dos autores antigos (constante nomeadamente em *De re rustica*, de Columella), James Ackerman (1990: 42) regista as variáveis incluídas na tipologia villa: *villa urbana*, *villa rustica* e *villa fructuaria*: “the *villa urbana* is the dwelling of the proprietor (...). The *urbana* is elegant, with separate winter and summer apartments, baths and promenades. James S. Ackerman (1990: 42) notou que os autores latinos distinguem entre *villa rustica* e *villa frumentaria*: “the *villa rustica* contains the dormitory of the foreman and slaves (with an underground prison for chained slaves) and the stables and pens, while **the *villa fructuaria* is the structure for processing and storing wine, oil and grain** (functions which in most excavated villas are incorporated into the *villa rustica*) (sublinhados nossos).

<sup>156</sup> James Ackerman reconhece a importância da *uilla* enquanto tipologia muito específica de povoamento, de óbvia origem romana, onde se cruzam a organização social e económica, a ideologia, a estética e a história da arquitectura: “the villa draws our attention because through the centuries it has articulated concepts and feelings of different cultures with respect to the dialog between city and country, artifice and nature, formality and informality. The villa gives shape to universal human concerns” (Ackerman, 1990: 34).

designed for its owner's enjoyment and relaxation. Though it may also be the center of an agricultural enterprise, the pleasure factor is what essentially distinguishes the villa residence from the farmhouse and the villa estate from the farm. The farmhouse tends to be simple in structure and to conserve ancient forms that do not require the intervention of a designer. The villa is typically the product of an architect's imagination and asserts its modernity"<sup>157</sup>.

A implantação de *uillae* na Península Ibérica tinha como intuito principal a exploração dos territórios envolventes às capitais de *ciuitates*. De facto, o Império assentou na implementação de *uillae* como elemento determinante no povoamento de amplas regiões de vocação agrícola, não só como factor essencial nas transformações do mundo rural provincial, na sua aculturação e *urbanização* (da qual o expoente máximo seria a *pars urbana*), mas também enquanto vector principal do seu desenvolvimento económico (Gorges, 1989: 92)<sup>158</sup>.

Um dos casos de exploração vocacionada para um produto aproveitando as características geofísicas dos seus *fundi* é a *uilla* romana de Torre Águila (Barbaño, Badajoz)<sup>159</sup>, com uma produção industrial de azeite, cujo destino seria o abastecimento de *Emerita*<sup>160</sup>.

Numa área mais próxima do Mileu, as escavações arqueológicas da *uilla* romana do Prado Galego (Valbom, Pinhel) têm permitido identificar as imponentes estruturas arquitectónicas que fariam parte da *pars urbana* desta *uilla*, destacando-se uma sala pavimentada com mosaicos, o uso de capitéis jónicos e a presença do edifício termal

---

<sup>157</sup> Para uma ideologia da "country life" ver James Ackerman (1990: 35, 36).

<sup>158</sup> Como refere James Ackerman (1990: 15) a *uilla* "[...] frequently appears in a colonial context, where a powerful empire controls distant territories from whose produce it gains sufficient profit to offset the expense and burden of providing defense and communications. Colonial villas tend to differ in type and scale from those in the homeland: being isolated, they must function as social and administrative units in themselves, often serving as substitutes for towns. Their economy is typically dependent on the production of their estate. The grander villas on the periphery of the Roman Empire – in Gaul, Pannonia, Africa, and elsewhere – mostly built from the second to the fifth century, where more complex establishments than those on the Italian peninsula; some, like the villa at Anthée near Namur in Belgium were effectively small villages, containing community baths".

<sup>159</sup> A produção de azeite está documentada desde meados do século I d.C. até meados do século III, entrando em decadência neste período, possivelmente devido à crise da comercialização de azeite. A partir do século IV verificou-se um investimento na produção vitivinícola, produção também ela de carácter industrial (Rodríguez Martín, Gorges, 2001: 409).

<sup>160</sup> Como outras *uillae* do Império, a *uilla* de Torre de Águila, dispunha de uma implantação em zona de vale, onde a produção de cereais, oliveira e vinha e outros produtos permitiam a subsistência do proprietário, da família e da população afectada às actividades produtivas da mesma. Todavia, em escavação arqueológica foram detectados dois *lacus torcularium* (tanques de lagar), sendo a produção de azeite não só para consumo local, mas também para o abastecimento dos mercados de *Emerita* (Rodríguez Martín, Gorges, 2001: 407). Supõe-se a existência de uma estrutura semelhante em Monte da Fareleira (Pedrógão, Vidigueira), tendo em conta os 20 pesos de lagar aí detectados (António Carvalho, 1984: 384).

com duas salas sobre hipocausto (Reis, Santos, 2006: 81). Segundo estes autores, os resultados da escavação têm dado a conhecer uma *uilla* datável já do Baixo Império, pertencente certamente a uma fase de ocupação avançada de povoamento romano neste território, desconhecendo-se se nele existiu uma ocupação no período do Alto Império, como seria de esperar, uma vez que, tal como nas regiões vizinhas, a ocupação dos solos deveria recuar ao século I d.C.

Relativamente à implantação geográfica das *uillae* no território do Planalto Guarda-Sabugal verificámos que ela apresenta algumas características comuns: localização em encostas suaves, entre os 700 / 800 m de altitude, na proximidade de importantes linhas de água e na proximidade também de terrenos de vocação agrícola<sup>161</sup>, cujo aproveitamento parece testemunhado pelo surgimento de pesos de lagar, por exemplo.

Todavia, no Planalto parece existir uma diferença de implantação, não tanto ao nível da altitude, mas mais relacionada com a proximidade ou com o afastamento das vias terrestres. De facto, neste território parecem existir duas situações: um conjunto de *uillae*, que surgem na margem direita do rio Côa, dispersas ao longo de uma possível calçada, de que são exemplo a *uilla* de Linteiros (Rendo, Sabugal)<sup>162</sup>, com abundantes vestígios arqueológicos, dispersos por uma área de 17.000m<sup>2</sup>, destacando-se a cerâmica de construção, a cerâmica comum, mas também um *pondus*, um fragmento de *terra sigillata* e um cossoiro<sup>163</sup>; a *uilla* de Vila Boa (Sabugal)<sup>164</sup>, implantada nas proximidades da Ribeira do Freixial, sob a actual aldeia, onde foram identificados diversos materiais arqueológicos, sobretudo elementos reaproveitados nas habitações, entre os quais se destaca um silhar almofadado e duas inscrições, ambas já do século II d.C., uma das quais refere um liberto<sup>165</sup>; ou a *uilla* de Nabal do Teixeira (Sabugal)<sup>166</sup>, implantada nas proximidades da Ribeira do Freixial, na margem oposta às duas estações acima referenciadas, com vestígios arqueológicos dispersos por uma área de 20.000m<sup>2</sup>,

---

<sup>161</sup> Por outro lado, alguns assentamentos, de que é exemplo a Quinta do Prazo (Gonçalo, Guarda), no Vale do Zêzere, localizam-se nas proximidades de áreas de exploração mineira, como o vale subjacente à actual aldeia de Gonçalo (Guarda), associado à exploração mineira durante muitos séculos. Não sabemos contudo se aquela exploração remontaria já ao período romano.

<sup>162</sup> N.º 90 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>163</sup> Os cossoiros, *verticilli*, também conhecidos como “fusaiolas”, podem exibir diferentes formas, lisos ou decorados, fabricados a partir de argila, colocados na área inferior do fuso, fornecendo-lhe o equilíbrio necessário para a fiandeira enrolar o fio.

<sup>164</sup> N.º 91 do Inventário de Sítios.

<sup>165</sup> Inscrição n.º 29 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>166</sup> N.º 93 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

observando-se cerâmica de construção, cerâmica comum, moedas e uma ara votiva dedicada a Vitória<sup>167</sup>.

O segundo grupo de *uillae* no Planalto, em menor número, encontra-se afastado de vias e é constituído por um conjunto de assentamentos dispersos pelo território, mas agora nas proximidades de linhas de água, de que são exemplo a *uilla* de Lameiro das Casas (Pousafoles do Bispo, Sabugal)<sup>168</sup>, onde Marcos Osório detectou vestígios numa área de 13.500m<sup>2</sup>, destacando-se cerâmica de construção e cerâmica comum, uma pedra almofadada e uma placa funerária, ou a *uilla* de Merouços<sup>169</sup>, próxima da Ribeira do Pequeno Adão, onde surgiram fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, cerâmica comum, fragmentos de *dolia*, fragmentos de mós circulares, moedas e colunas, dispersos ao longo de 15.916m<sup>2</sup> [Fig.7].

Assim, conclui-se que a concentração de *uillae* no primeiro grupo, para lá da sua relação com o aproveitamento agrícola dos terrenos de vale, parece dever-se à proximidade da via que ligava a calçada *Emerita - Bracara* à *Via da Prata*, permitindo desta forma o escoamento dos seus produtos, o que parece atestado pela presença de moedas que indiciam a participação numa economia de mercado global<sup>170</sup>.

Na nossa área de estudo, mas já fora da área do Planalto, regista-se a Quinta do Prazo<sup>171</sup>, *uilla* localizada nas proximidades do Rio Zêzere, onde se observa uma elevada dispersão de vestígios arqueológicos, sobretudo *tegulae*, ao longo de 10.622m<sup>2</sup>. Junto ao acesso à quinta existe um peso de lagar e um outro nas proximidades. Segundo o proprietário deste sítio, foram extraídas pedras aparelhadas, duas inscrições (actualmente no Museu da Guarda<sup>172</sup>) e uma base de coluna. Todavia, nesta *uilla* verifica-se uma situação pouco comum no quadro do povoamento romano da região, nomeadamente o facto de os *fundi* de uma *uilla* e de uma *quinta* se sobreporem, nomeadamente a *uilla* da Quinta do Prazo e a *quinta* romana de N. Sr.<sup>a</sup> da Misericórdia (Gonçalo, Guarda)<sup>173</sup>. A falta de intervenções arqueológicas não nos permite confirmar com segurança esta situação, sendo também possível que a Quinta de N. Sr.<sup>a</sup> da Misericórdia pudesse integrar os domínios da *uilla* da Quinta do Prazo, de que poderia ter constituído a respectiva *pars urbana*, se tivermos em atenção os testemunhos orais

---

<sup>167</sup> Inscrição n.º 22 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>168</sup> N.º 111 do Inventário de Sítios Arqueológicos; inscrição n.º 33 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>169</sup> N.º 6 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>170</sup> A mesma situação foi confirmada na *ciuitas Collipponensis*, onde a maioria das *uillae* detectadas estava implantada a menos de 2 km de vias (Bernardes, 2002: 288).

<sup>171</sup> N.º 17 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>172</sup> Confirma-se Carvalho, 2007a: 280.

<sup>173</sup> N.º 14 do Inventário de Sítios.

da população, segundo os quais aí teriam sido descobertos artefactos em ouro, de há muito extraviados.

Apesar de se considerar que os vestígios arqueológicos relativos a uma *uilla* romana se podem encontrar dispersos por uma área de 200ha (área de exploração), para a Beira Interior Jorge de Alarcão (1996: 11; 1998: 102) considera que esta teria um *fundus* mais reduzido, possivelmente de 50 a 100ha, resultante de uma romanização mais ténue desta região. Este parece o caso de sítios como a *uilla* de Merouços (Adão, Guarda), sítio com elevada dispersão de materiais arqueológicos de período romano, destacando-se os materiais de construção.

De facto, a superfície das unidades rurais de produção da Época Romana suscita a difícil questão da distinção entre as *uillae* e as *quintas*, em parte porque em alguns casos as áreas de dispersão de vestígios são muito semelhantes<sup>174</sup>. Assim, verifica-se a existência de *uillae* com propriedades reduzidas, como, por exemplo, a do sítio de Merouços ou a de S. Domingos<sup>175</sup>, face a *quintas* com mais de 10.000m<sup>2</sup>, como a do sítio de Moradia (Carvalho Meão, Guarda)<sup>176</sup>. Para superar esta dificuldade, a distinção entre aqueles dois modelos de ocupação – *uillae* e *quintas* – deverá naturalmente ser efectuada a partir dos respectivos vestígios materiais. Com efeito, apesar de identificados ainda em pequeno número, pensamos que estes podem contribuir para identificar a efectiva tipologia dos sítios em presença. Assim, a *uilla* de Vilar Maior (Sabugal)<sup>177</sup>, com apenas 9.000m<sup>2</sup> de dispersão de vestígios arqueológicos, parece deter elementos arquitectónicos relevantes, contribuindo para que o respectivo sítio fosse considerado como *uilla*, apesar da sua dimensão aparentemente diminuta. De facto, a presença de elementos arquitectónicos de destaque, como silhares almofadados, colunas ou epígrafes permite-nos ainda afirmar que os seus proprietários, apesar de muitas vezes

---

<sup>174</sup> Noutras áreas, onde a influência romana foi mais profunda, essas distinções são mais evidentes, facilitadas por exemplo pela presença de mosaicos. Todavia, na Beira Interior, a presença desses elementos apresenta um carácter excepcional, sendo conhecidos até ao momento apenas dois casos onde surgiram painéis de mosaicos: Prado Galego (Pinhel) e Coriscada (Meda). Destaca-se a fraca presença de edifícios termiais, a reduzida frequência de inscrições ou a de cerâmica importada. Acresce ainda o facto de poucos sítios arqueológicos terem sido escavados, desconhecendo-se as características do respectivo povoamento. Por tudo isto, a tarefa de distinguir *uillae* e *quintas* torna-se muito mais complexa.

<sup>175</sup> Sítio n.º 13 do Inventário de Sítios Arqueológicos, implantado nas margens da Ribeira do Vale da Teixeira (S. Domingos, Guarda), destacando-se o elevado número de materiais de cobertura romanos. A escavação arqueológica permitiu detectar uma construção quadrangular, de 6x5m de dimensão, feita de alvenaria de granito miúdo sem argamassa, escavada na rocha. Trata-se de um tanque, associado a materiais arqueológicos de época romana, empregue para abastecimento de água às populações ou no regadio agrícola (Osório 2006, 75). Na aldeia de Benespera (Guarda) era já conhecida uma inscrição romana embutida na fachada principal da Igreja Matriz, provavelmente proveniente deste sítio romano (Curado, 1985: 645/646, Osório, 2006: 144).

<sup>176</sup> Sítio n.º 18 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>177</sup> Sítio N.º 87 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

serem identificados como indígenas, eram detentores de poder económico e estavam integrados no sistema económico e cultural do Império Romano.

Pela mesma razão, a inexistência destes elementos arquitectónicos excepcionais levou-nos a classificar como *quintas* sítios que Marcos Osório (2006) havia classificado como *uillae*. É o caso de Malhadinha (Águas Belas, Sabugal)<sup>178</sup>, implantado numa encosta de suaves colinas, onde foram detectados vestígios arqueológicos por uma área considerável, aproximadamente 10.500m<sup>2</sup>, identificando-se apenas cerâmica de construção e cerâmica comum.

Quando comparamos os vestígios conhecidos de *uillae* do território do Planalto com os de outras *uillae* já estudadas da Beira Interior, não podemos deixar de referir que, para o período do Alto Império, os elementos arquitectónicos, decorativos, ou importados surgem em número reduzido. De facto, tudo indica que o *fundus* destas *uillae* da Beira Interior fosse não só de menores dimensões como exibisse menores sinais de opulência em comparação com o de outras regiões da Lusitânia. Além disso, deve dizer-se que, do que conhecemos do povoamento romano da região, parece deduzir-se o carácter algo residual do número de *uillae*.

#### 2.2.3.2 – Quintas ou Granjas

Face ao reduzido número de *uillae* conhecidas – e à semelhança do que, segundo Pedro Carvalho (2007a: 395), se passava no vizinho território da Cova da Beira – no território do Planalto Guarda-Sabugal a maioria dos sítios romanos conhecidos insere-se na tipologia de *quinta* ou *granja*, com uma área de dispersão de vestígios entre os 3000m<sup>2</sup> e os 5000m<sup>2</sup>. Estas formas de povoamento e de exploração dos recursos correspondem, com efeito, à maioria dos sítios romanos identificados entre nós. Também por isso, parece-nos, uma vez mais, que o modelo de ocupação deste território apresenta maiores semelhanças com o da região da Cova da Beira do que com o da região de Viseu, por exemplo.

Graças a recentes intervenções arqueológicas em diversos sítios inseridos no que se tem chamado de tipologia “quinta romana”, é hoje possível conhecermos um pouco melhor estes assentamentos nesta região da Lusitânia. Todos eles se caracterizam pela escassez de elementos importados (como a *terra sigillata*, a cerâmica de paredes finas

---

<sup>178</sup> Sítio N.º 75 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

ou lucernas). Em contrapartida, encontram-se bem atestados os elementos relacionados com a auto-subsistência em todos estes sítios, vocacionados sobretudo para a exploração agro-pastoril, destacando-se os pesos de lagar (evidenciando a produção de vinho ou de azeite), os pesos de tear (testemunhando a produção de tecidos), escória (demonstrativo da actividade mineira e metalúrgica) e cerâmica comum de produção regional e, sobretudo, local, a atestar as respectivas formas de produção, por incipientes que fossem.

Entre os sítios integrados nesta tipologia salientam-se, na região da Beira Interior, o sítio de Terlamonte, onde a escavação arqueológica permitiu identificar para além do edifício do proprietário<sup>179</sup>, a área vocacionada para a prática da tecelagem (marcada pela elevada concentração de pesos de tear), a área do lagar, bem como evidências da prática de mineração. Assim, pelo resultado destas intervenções, concluiu-se que na estrutura interna das demais quintas romanas coexistiam distintas áreas produtivas visando o aproveitamento de todos os recursos naturais. Destaca-se ainda a presença de escassos fragmentos de *terra sigillata*, por oposição à presença abundante de cerâmica comum local e regional (Carvalho, 2007a: 408)<sup>180</sup>.

Pensamos que este modelo de povoamento, assente no predomínio das *quintas* sobre as *uillae*, decorre das próprias desigualdades patentes no estatuto social da população do território em estudo, pois tudo indica que as *quintas* pertencessem sobretudo a uma população de base indígena. De facto, como refere Pedro Carvalho (2007a: 472), a *quinta* era a resposta indígena à romanização, registando-se na região uma maior presença destes assentamentos, nos quais a população indígena é maioritária. Este parece ser o caso do Planalto Guarda-Sabugal, tal como se pode intuir a partir da epigrafia, que – por contraste – nos permite concluir que a presença de colonos romanos (como adiante veremos) foi um fenómeno de que nos chegaram escassos testemunhos, pois num total de 32 epígrafes conhecidas no Planalto, apenas se registam três indivíduos originários de uma região mais distante.

Quanto à implantação da *quinta romana* no território, verificámos que é muito variada, ao contrário das *uillae*, que obedecem a um modelo mais ou menos estável e comum. Com efeito, as *quintas* apresentam distintos modelos de implantação, o que

---

<sup>179</sup> Este edifício compreendia diversos compartimentos em torno de um pátio central descoberto, que incluíam nomeadamente arrumos, alojamento do pessoal doméstico, uma cozinha, um quarto de dormir (*cubicula*) e sala de recepção (*exedra*) (Carvalho, 2007b: 212).

<sup>180</sup> Esta *quinta* romana teve uma ocupação a partir da segunda metade do século I d.C. e foi abandonada em finais do século II ou inícios do III (Carvalho, 2007b: 220).



certamente se encontra relacionado com a sua origem, a proveniência dos seus ocupantes e o tipo de exploração predominante. No entanto, detectam-se algumas características comuns e típicas da implantação destes sítios, nomeadamente a proximidade de terrenos com aptidão agrícola, servidos por linhas de água, como parece ser o caso de Vilares<sup>181</sup>, localizado numa encosta virada a Sul, nas proximidades da Ribeira dos Vilares, um dos afluentes do Rio Côa, onde se destaca maioritariamente a cerâmica de construção, ou Moradia<sup>182</sup>, também nas proximidades de um dos afluentes do Rio Côa, ou mesmo a Quinta da Erva (Santana de Azinha, Guarda)<sup>183</sup>, localizada junto à nascente da Ribeira do Freixial, onde se detectaram fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e uma mó circular, dispersos por uma área de pequenas dimensões, de aproximadamente 7 125m<sup>2</sup>.

Porém, existem alguns assentamentos que podemos aproximar da tipologia de *quinta romana* mas que apresentam uma implantação diferente destas. É o caso dos sítios da Quinta dos Bacelos (Seixo Amarelo, Guarda)<sup>184</sup> e da Senhora Velha (Codeceiro, Guarda)<sup>185</sup>, este no Planalto Guarda-Sabugal, o primeiro no Vale do Zêzere, ambos localizados a meia encosta e, por isso, dotados de elevado domínio visual sobre os territórios circundantes. Todavia, apesar de ambos estarem também nas imediações de linhas de água, a sua implantação sugere que a actividade principal dos seus povoadores não fosse a agricultura, mas muito provavelmente a pastorícia. Porém, numa lógica de auto-suficiência e de aproveitamento dos recursos naturais, também na Quinta dos Bacelos vamos encontrar testemunhos da existência de um lagar. Com efeito, deve acentuar-se o carácter de auto-subsistência destas *quintas romanas*, que a escavação arqueológica em Terlamonte veio confirmar (Carvalho, 2007a: 322).

As mesmas características se registam nas quintas localizadas no vale do Mondego, embora aqui com um elemento diferenciador. Para lá da sua implantação, em

---

<sup>181</sup> Sítio n.º 25 do Inventário de Sítios Arqueológicos. Área com elevada dispersão de materiais arqueológicos (aproximadamente 8.386m<sup>2</sup>), localizada num terreno com pequena inclinação, sobranceiro à Ribeira dos Vilares. Entre os materiais encontrados distingue-se cerâmica de construção, cerâmica comum e um *pondus*, em material cerâmico, com grafito.

<sup>182</sup> Sítio N.º 18 do Inventário de Sítios Arqueológicos. Próximo da Ribeira de Carvalhal Meão; Marcos Osório (2006) detectou *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e fragmentos de mós circulares, dispersos por uma área de 10.450m<sup>2</sup>, aproximadamente.

<sup>183</sup> Sítio N.º 8 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>184</sup> Sítio N.º 3 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizado numa área de encosta, virada a Oeste, sobre a Ribeira do Seixo Amarelo, em área de socacos, onde se podem observar fragmentos de *tegulae* e *dolia*. Nas proximidades, na margem oposta, localizam-se dois núcleos de sepulturas antropomórficas, escavadas no afloramento rochoso.

<sup>185</sup> Sítio N.º 22 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizado no vale da Ribeira de Massueime, com vestígios dispersos ao longo de 9.766m<sup>2</sup>, destacando-se sobretudo o material construtivo e uma base de coluna.

terrenos mais férteis para a prática da agricultura, a *quinta* de Aral (Açores, Celorico da Beira)<sup>186</sup> apresenta fragmentos de *terra sigillata* hispânica, tal como outros sítios detectados na bacia de Celorico da Beira<sup>187</sup>.

### 2.2.3.3 – Os Casais

Também os assentamentos que identificámos como *casais* evidenciam distintas implantações geográficas, certamente relacionadas com o tipo de exploração de recursos efectuada. Assim, há sítios localizados nas margens de cursos de água particularmente propícios para a agricultura, de que é testemunho o caso do *casal romano* com o topónimo de Albardo (Guarda)<sup>188</sup>, nas margens do Rio Noéme, entre terrenos com aproveitamento agrícola. Neste sítio observam-se materiais de construção, nomeadamente *tegulae*, dispersos por uma reduzida dispersão de materiais, com aproximadamente 1.200m<sup>2</sup>. Na aldeia com o mesmo topónimo é possível observar dois pesos de lagar de período romano. O mesmo tipo de implantação parece ser evidente em sítios como Souto Concelho (Quadrazais, Sabugal)<sup>189</sup>, implantado nas proximidades do Rio Côa, com vestígios arqueológicos dispersos por uma extensão de 3.600m<sup>2</sup>, ou Senhora da Granja (Alfaiates, Sabugal)<sup>190</sup>, localizado em encosta, com vestígios arqueológicos dispersos por uma área de 4.500m<sup>2</sup>, ou mesmo Fontelas 1 (Soito, Sabugal)<sup>191</sup>, localizado em área de plataforma planáltica, com vestígios arqueológicos dispersos por uma área de, aproximadamente, 2.000m<sup>2</sup>, todos eles com escassos vestígios arqueológicos, resumindo-se a cerâmica comum e cerâmica de construção.

No entanto, noutros *casais* as actividades produtivas dominantes deveriam ser muito diferentes destas. Era o que se passava na Quinta do Pinal (Benespera, Guarda)<sup>192</sup> ou em Sobral da Serra (Guarda)<sup>193</sup>, sítios que constituíam certamente *casais*, ambos

---

<sup>186</sup> Sítio N.º 46 do Inventário de Sítios Arqueológicos, implantado nas proximidades do Rio Mondego, numa suave encosta, onde foram detectados materiais de construção (*tegulae* e *imbrices*), observando-se elevada quantidade de cerâmica comum e *terra sigillata* hispânica, vestígios dispersos por uma área aproximada de 8 000m<sup>2</sup>.

<sup>187</sup> Confira-se Lobão, Marques, Neves (2006); Marques (2011).

<sup>188</sup> Sítio N.º 28 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>189</sup> Sítio N.º 94 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>190</sup> Sítio N.º 103 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>191</sup> Sítio N.º 105 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>192</sup> Sítio N.º 4 do Inventário de Sítios Arqueológicos, implantado numa elevação sobranceira à Ribeira do Vale da Teixeira, que levou Marcos Osório a associá-lo à mineração de estanho (Osório, 2006: 75).

<sup>193</sup> Sítio N.º 36 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

com escassa área de dispersão de vestígios arqueológicos, mas com uma implantação relacionada predominantemente com a exploração de recursos mineiros, no primeiro caso e, no segundo, possivelmente com a pastorícia.

Apesar de ainda não estarem suficientemente estudados os assentamentos inseridos nesta tipologia<sup>194</sup>, com as recentes escavações do sítio romano do Relengo (Sabugal)<sup>195</sup> foi possível conhecermos melhor os respectivos habitats. Assim, neste *casal romano* detectou-se um edifício com três compartimentos, de pavimento em terra batida, tendo sido recolhidos escassos materiais arqueológicos, de entre os quais se destacam dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica (Osório *et al.*, 2008)<sup>196</sup>. A construção deste edifício recua a finais do século I d.C., sendo o mesmo reocupado numa fase mais tardia, entre os séculos IV / V.

Verificámos ainda que, tanto no Planalto da Guarda-Sabugal como no Vale do Mondego, os *casais romanos* têm uma certa tendência a instalar-se nas proximidades de núcleos de maiores dimensões, de que são exemplo Fontelas 1<sup>197</sup> e Senhora da Granja<sup>198</sup>, nas proximidades de *quintas* e de uma *aldeia romana*, situação que também se verificou na Bacia de Celorico da Beira, com os *casais* de Quintã 2 (Vale de Azares, Celorico da Beira)<sup>199</sup> e Quintã 3 (Vale de Azares, Celorico da Beira)<sup>200</sup>, nas proximidades da *villa* Casa da Fonte Arcada 2 (Vale de Azares, Celorico da Beira)<sup>201</sup>. Outros ainda ficariam nas proximidades da capital de *ciuitas*, de que são exemplo três sítios que classificaríamos como “casais”, descontadas as devidas reservas, inerentes a informações orais relativas a sítios cujos vestígios materiais o tempo e a acção do Homem fizeram desaparecer, nomeadamente os casos dos sítios do Rio Diz (São

---

<sup>194</sup> Nesta região em concreto parece haver um número reduzido de casais, sendo identificados apenas seis no Planalto Guarda-Sabugal.

<sup>195</sup> Sítio N.º 113 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>196</sup> Localizado na margem esquerda do Rio Côa, o único edifício identificado apresenta uma construção frágil, composta por três compartimentos, formando uma planta em L, com um pátio (Osório *et al.*, 2006: 101).

<sup>197</sup> Sítio n.º 105 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizado em área de plataforma planáltica, com vestígios arqueológicos dispersos por uma área de, aproximadamente, 2.000m<sup>2</sup>, resumindo-se a cerâmica comum e cerâmica de construção.

<sup>198</sup> Sítio N.º 103 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizado em encosta, com vestígios arqueológicos dispersos por uma área de 4.500m<sup>2</sup>, resumindo-se a cerâmica de construção e cerâmica comum.

<sup>199</sup> Sítio n.º 48 do Inventário de Sítios Arqueológicos, localizado em suave encosta, na margem esquerda do Rio Mondego, apresentando reduzida área de dispersão de materiais arqueológicos (500m<sup>2</sup>), resumindo-se estes a materiais de construção e de cerâmica comum, mas onde se encontrou um fragmento de *terra sigillata* hispânica.

<sup>200</sup> Sítio N.º 49 do Inventário de Sítios Arqueológicos, implantado na margem esquerda do Rio Mondego, em área de suaves encostas, com materiais arqueológicos dispersos por uma área de 2.500m<sup>2</sup>, destacando-se materiais de construção (*tegulae*) e cerâmica comum.

<sup>201</sup> Sítio N.º 50 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

Vicente, Guarda)<sup>202</sup>, Cabeço do Miranda (São Vicente, Guarda)<sup>203</sup> ou Bento Menni (São Vicente, Guarda)<sup>204</sup>. Trata-se de uma situação recorrente nas proximidades de capitais de *ciuitates*, como é o caso do território da *Ciuitas Igaeditanorum* ou o da *ciuitas Collipponensis*, onde os respectivos *casais* possivelmente pertenciam a cidadãos que residiam nas cidades vizinhas ou usufruindo da sua proximidade, em termos económicos, mas também defensivos.

#### 2.2.4 – Outros Habitats

Dependente de dados resultantes de prospecção arqueológica, o levantamento que agora se apresenta dos sítios romanos do território do Planalto Guarda-Sabugal não se encontra, naturalmente, ainda completo, pois alguns sítios já identificados não estão ainda suficientemente caracterizados. Provavelmente existiriam neste território outras formas de *habitat* que aguardam a respectiva identificação, estudo e caracterização, dificultada pelas suas reduzidas dimensões ou por processos pós-depositivos desenvolvidos ao longo dos séculos. Assim, e só para dar um exemplo, continuam por identificar formas de *habitat* associadas à comprovada exploração de recursos naturais tais como a exploração mineira, a exploração de pedreiras ou mesmo a exploração de argilas. Estas foram usadas no fabrico da cerâmica utilizada tanto no dia-a-dia pelas comunidades, como no próprio fabrico de materiais de construção, de entre os quais o tijolo e a telha, que se tornaria num dos mais intensos sinais da romanização. Apesar de, até ao momento, não se terem identificado vestígios de olarias entre nós, à excepção dos testemunhos orais relativos ao sítio Junta das Águas 1<sup>205</sup>, estas estruturas de produção estariam presentes no território, nas proximidades da capital de *ciuitas*<sup>206</sup>, ou antes, nas

---

<sup>202</sup> Sítio N.º 59 do Inventário de Sítios Arqueológicos, identificado por Sabino Perestrelo, com reduzida área de dispersão de vestígios arqueológicos, localizado a 1Km da Póvoa do Mileu, mas destruído durante a construção de uma urbanização, tendo nele sido recolhidos alguns fragmentos de *tegulae*.

<sup>203</sup> Sítio n.º 7 do Inventário de Sítios Arqueológicos, identificado por Marcos Osório, detectando-se alguns fragmentos de *tegulae*. O acompanhamento arqueológico que realizámos no local permitiu verificar elevado nível de destruição, provocado por alterações ao longo dos tempos, tendo em conta que o espaço já foi campo de tiro e campo de futebol.

<sup>204</sup> Sítio n.º 110 do Inventário de Sítios Arqueológicos, identificado apenas a partir de testemunhos orais.

<sup>205</sup> Sítio n.º 73 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>206</sup> Como parece ser o caso de *Tarraco*, encontrando-se as olarias num raio de 4 a 5km, sendo elementos fundamentais na implantação destes centros oleiros a existência abundante de água, de argila e de lenha para os respectivos fornos. Estes centros oleiros permitiam o fornecimento de cerâmica utilitária e de cerâmica de construção aos assentamentos rurais e à capital de *ciuitas*, sobretudo a partir do período flaviano (Revilla Calvo, 1995: 87-88). Estas olarias serviam-se dos mesmos fornos para a produção de

proximidades dos barreiros. Com efeito, as olarias, certamente de produção local<sup>207</sup>, não-de ter desempenhado um papel relevante no fornecimento de tijolo e sobretudo no de telha e de cerâmica utilitária de uso comum. Muito possivelmente a produção destas oficinas asseguraria uma distribuição de âmbito local e regional<sup>208</sup>.

Apesar de os assentamentos respectivos serem de difícil identificação – pois pela sua própria natureza não-de ter continuado a ser explorados em épocas posteriores, assim se perdendo os sinais da sua ocupação na Época Clássica – existem pequenos indícios que nos fazem suspeitar da existência de barreiros explorados na época romana e na conseqüente existência de olarias “industriais”. Pense-se apenas na comparação dos materiais de cobertura recolhidos em diferentes assentamentos da região, uma vez que as *tegulae* encontradas no Mileu apresentam uma marca de oficina que também foi identificada em sítios como Merouços<sup>209</sup> ou no *casal romano* de Albardo<sup>210</sup>, ou mesmo no casal do Relengo<sup>211</sup>.

Do mesmo modo, o facto de no Mileu encontrarmos uma *tegula* com a inscrição “[...] TA” [fig. 158] leva-nos a considerar que esta – possivelmente tal como a inscrição publicada por Adriano Vasco Rodrigues, *Vila Bi* (Rodrigues, 1962: 12) - corresponderiam a marcas de oleiro de produção local<sup>212</sup>. A análise dos materiais de construção do Mileu permitiu-nos, enfim, definir distintos tipos de cerâmica de construção, o que nos leva a ponderar a presença neste território de artesãos especializados, conhecedores quer das técnicas de fabrico, quer da aplicação em obra destes materiais tão tipicamente romanos.

---

ânforas, cerâmica comum, *dolia*, *terra sigillata* e materiais de construção (Revilla Calvo, 2007: 92). Estes fornos estavam vocacionados para abastecer o consumo de produtos de uso diário das comunidades, mas também para a produção de material excedentário, capaz de integrar uma economia de mercado (Revilla Calvo, 2007: 104).

<sup>207</sup> Veja-se o caso dos fornos detectados no sítio do Rumancil (Murça do Douro, no Concelho de Vila Nova de Foz Côa), que produziam diferentes tipos de produtos (Coixão, Silvino, 2006:123).

<sup>208</sup> Existem casos documentados de uma única oficina poder abastecer de materiais construtivos vastas áreas, tendo por base as marcas de oficina que surgiram em sítios tão distantes como *Tongobriga* e outras localidades da área litoral (Dias, 1997: 342). À mesma conclusão chegaram os autores que analisaram os materiais de construção produzidos nas oficinas de Conimbriga, detectados em locais como a *uilla* do Rabaçal (Penela) ou em Alhadaz (Figueira da Foz), mas também em *Aeminium* e *Seilium*, entre outros, como o comprovam as marcas de oleiro da família dos *Allii Aviti* ou de *Maelo* presentes nestes sítios (Correia *et al.*, 2004: 302).

<sup>209</sup> Sítio n.º 6 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>210</sup> Sítio n.º 28 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>211</sup> Sítio n.º 113 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>212</sup> Identificámos ainda outras marcas em *tegulae* e em tijolos mas, desta vez, meramente informais, resultantes do tipo de produção, uma vez que, ao serem expostos ao sol para secarem, os materiais cerâmicos de construção podiam ser *pisados* ou alterados por animais, mas também por pessoas, como testemunham alguns exemplares, que detêm gravadas as marcas das respectivas passadas [fig. 163].

No território romanizado do Planalto Guarda-Sabugal deparamo-nos também com alguns vestígios romanos para os quais, para já, não nos é possível definir uma tipologia. É o caso dos tão enigmáticos silhares almofadados das fundações monumentais do Convento de Famalicão da Serra (Guarda)<sup>213</sup>, que mostram um aparelho semelhante ao dos silhares encontrados no Mileu e na Quinta de S. Domingos. Diga-se que a escassez de vestígios arqueológicos nas imediações e a monumentalidade evidente destas fundações, sobre as quais parece assentar uma parte importante do pequeno convento, levantam sérias dúvidas não só sobre a efectiva natureza *romana* destes silhares, para não falarmos da natureza do edifício ou do complexo de edifícios romanos que neles assentariam.

Apesar de algumas reservas, consideramos que este complexo monumental poderia corresponder a uma *mansio*, edifício de apoio no *cursus publicus* e aos viajantes nos longos percursos e que teriam aqui um ponto de apoio, essencial no sítio em que se iniciava o difícil percurso de transposição da Serra da Estrela desde a vertente oriental até à ocidental, em direcção a *Vissaium* ou à *ciuitas Igaeditanorum*. Pelos estudos efectuados noutras regiões, sabemos que entre as cidades existiam “áreas de serviço” e edifícios que permitiam aos viajantes descansar e pernoitar. Estas estruturas, de fundação pública e imperial, localizadas a distâncias regulares de 30 milhas, teriam termas e alojamento para os viajantes, permitindo-lhes ainda a muda ou o descanso de cavalos. Apesar de terem um elemento comum, nomeadamente a sua proximidade às vias, o facto de serem conhecidos escassos assentamentos com estas características e a heterogeneidade construtiva dos exemplares conhecidos dificulta a sua identificação. Por outro lado, são conhecidos alguns exemplares de *mansiones*, por vezes associadas a cidades (como *Emerita* ou *Capara*), a povoados indígenas (como o exemplo de *Castra Caecili*<sup>214</sup>), a *uillae* (como *Ad Sorores*<sup>215</sup>) ou aparentemente isoladas (como *Lacunis*) (Cerrillo; Fernández; Herrera, 1990: 70). Implantadas a distâncias regulares de 20 a 24 milhas (29,6 km a 35,5Km), a sua distribuição regular denuncia uma implantação planeada relacionada com a construção das vias e, neste sentido, se aceitarmos a identificação das estruturas romanas do sítio do convento de Famalicão como uma

---

<sup>213</sup> Sítio n.º 34 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>214</sup> Cáceres.

<sup>215</sup> Cáceres.

*mansio*, consideramos que a sua construção deverá estar relacionada com a construção da via *Emerita – Bracara* ou com a própria construção da Ponte de Alcântara<sup>216</sup>.

Todavia, com o aumento da circulação nas vias ter-se-á verificado a necessidade de construção de *mutationes*, a distâncias mais reduzidas que as *mansiones*, entre as 5 e as 10 milhas (7,4km a 14,8km; Cortijo Cerezo, 1993: 209). Para além destas estruturas, existiam ainda as *stationes*, geralmente isoladas e distribuídas ao longo das calçadas e que serviam apenas para muda de cavalos, descanso e abastecimento de viajantes e cavalgaduras (Alarcão, 1995). Seriam estruturas menos monumentais que as referidas anteriormente, das quais poderá ser exemplo a Quinta da Taberna (Videmonte, Guarda)<sup>217</sup>, localizada na margem direita do Rio Mondego, numa pequena plataforma, em área muito acidentada, nas proximidades do local apropriado para a passagem da via sobre o Rio Mondego, com ligação a Folgosinho ou Linhares, pertencente à via *Emerita a Bracara*.

### 2.3 – PROPOSTA DE CRONOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS

A organização administrativa das regiões a Norte de Idanha-a-Velha continua a suscitar muitas dúvidas, quer em termos dos limites das respectivas *ciuitates*, quer até quanto ao momento histórico em que essa organização terá ocorrido. Apesar de o início desta organização parecer recuar a Augusto, a forma como foi efectuada leva ainda a grandes incertezas e a distintas interpretações. Tendo em conta as datações presentes nos monumentos epigráficos de Pêrovisseu (Fundão), de Ui (Oliveira de Azeméis), de Salvador (Penamacor) e de Guardão (Tondela), Jorge de Alarcão (2006: 132) recuou a datação do início desta organização administrativa, caracterizada pela delimitação dos territórios das respectivas *ciuitates*, aos anos 4 ou 5 d.C. A ser assim, estes anos parece marcarem o momento da organização deste território Norte da Lusitânia, que incluiu o

---

<sup>216</sup> A inscrição que comemora a construção da Ponte de Alcântara, em 105 d.C., refere a natureza jurídica dos *populi* referenciados. É possível que a criação destes *municipia* seja o resultado das promoções municipais flavianas, com início no principado de Vespasiano (Mantas, 1998a: 369). Na ponte de Alcântara o local de assentamento dos *lancienses transcudani* é referido como *municipium*. Assim, é possível que esta construção da época de Trajano, na qual participaram os povos mencionados, tenha resultado na promoção municipal dos mesmos (Tranoy, 1990: 18).

<sup>217</sup> Sítio n.º 16 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

território de Ciudad Rodrigo, Salamanca e da Beira Interior<sup>218</sup>, a acreditar nos *termini augustales* (Árbol Moro, 2001: 483)<sup>219</sup>.

Estes dados parecem comprovados pelos recentes resultados das escavações arqueológicas dirigidas por Pedro Carvalho na capital da *Ciuitas Igaeditanorum*, que confirmaram que a acção do Império na organização destes territórios recua a inícios do século I d.C., quando este núcleo urbano, que poderia ter correspondido a um *uicus* numa fase anterior<sup>220</sup>, foi transformado em capital de *ciuitas* (Carvalho, 2009a). Estes resultados decorrem dos dados provenientes das escavações na zona do fórum, onde foi possível verificar a existência de habitações em taipa, destruídas em época augustana, quando todo este espaço foi reformulado urbanisticamente, com a construção do fórum<sup>221</sup>. Esta hipótese parece comprovada pela cultura material, com especial destaque para a *terra sigillata* itálica e os fragmentos de cerâmica de paredes finas tardo-republicanas ou alto-imperiais encontrados (Carvalho, 2009a: 121)<sup>222</sup>. Será naquele momento que Idanha-a-Velha ascende a capital de *ciuitas* de um vasto território<sup>223</sup>, facto de que decorre o início da construção do seu fórum monumental.

Todavia, para os territórios a Norte de Idanha-a-Velha, onde se insere o Mileu, onde o efeito da romanização parece ter sido mais ténue, o processo de organização e aculturação levou um certo tempo a ser introduzido e plenamente adoptado. O nosso conhecimento do modo como este território foi ocupado e desenvolvido é ainda, repetimos, muito deficiente e parcelar, pelo que o estudo da sua respectiva romanização mostra-se muito complexo, pois não só as referências nas fontes escritas são muito

---

<sup>218</sup> Esta delimitação territorial foi acompanhada pela criação de novos assentamentos e a reafirmação de outros (Árbol Moro, 2005: 477).

<sup>219</sup> Os dados que possuímos parecem registar que a organização administrativa desta vasta área da Lusitânia teve por base as *ciuitates*.

<sup>220</sup> Possivelmente fundada como *uicus* (ao qual pertenceriam as habitações em taipa), em 35 a.C. por C. *Norbanus Flaccus*, tudo indica que o centro populacional da Idanha-a-Velha depressa se integrou (provavelmente a partir ainda das últimas décadas do século I a.C.) nas grandes rotas de comércio terrestre que percorriam o Império, afirmando-se como “[...] um dos primeiros centros político-administrativos da recém-criada província da Lusitânia [...]”, então uma das bases mais avançadas de *Emerita Augusta* na região a Norte do Tejo (Carvalho, 2009a: 127).

<sup>221</sup> O recinto forense teria 76 x 34m e a sua construção remontaria provavelmente aos anos 4-6 d.C. (Carvalho, 2010: 127).

<sup>222</sup> Todos os exemplares foram recolhidos num possível nível de circulação associado às habitações existentes no local onde mais tarde foi construído o fórum, sendo este período marcado pela predominância da forma *Mayet XIV*, de cerâmica de paredes finas, produzida entre o ano 20 a.C. e 15-20 d.C., marcando o *terminus post quem* destas habitações. Por outro lado, a data da construção do fórum deverá recuar ao período augustano, tendo em conta os exemplares de *terra sigillata* itálica, as lucernas e os fragmentos de ânforas (Carvalho, 2009a: 122-123).

<sup>223</sup> O território desta *ciuitas* abrangia uma área muito extensa, desde o Rio Tejo até às Serras da Gardunha e da Malcata (Carvalho, 2010).



escassas, como tem que ser considerado muito pobre o número de epígrafes romanas conhecidas.

Recenseados os sítios romanos presentemente conhecidos no território do Planalto – que parece atestarem uma romanização relativamente intensa do mesmo – cumpre questionarmo-nos sobre a cronologia da respectiva rede de povoamento. Para lá de ainda desconhecermos os contextos artefactuais dos sítios mencionados, à excepção do Mileu e de outros sítios intervencionados, como o *casal* do Relengo ou o *casal* de Sobral da Serra (Guarda), torna-se por enquanto praticamente impossível comprovar se a ocupação dos mesmos terá sido coetânea.

Apesar de este “reordenamento” romano do território em estudo recuar a inícios do século I d.C., tendo em conta a datação dos *termini augustales* (Árbol Moro, 2001: 483), consideramos que a criação de novos assentamentos e a plena adopção da cultura romana pelas comunidades indígenas no território do Planalto Guarda-Sabugal deverá remontar apenas a meados do século I d.C. De facto, apesar de o programa político augustano ter levado a uma profunda reestruturação do povoamento da área a Norte da *ciuitas* dos *Igaeditanos*, com a criação de diversas *ciuitates*, como nos é indicado pelos *termini augustalis*<sup>224</sup>, a datação das primeiras instalações romanas de carácter rural e a consequente exploração fiscal da região e a respectiva integração plena no Império deverá avançar para um período mais tardio que o registado na região de Idanha-a-Velha<sup>225</sup>.

Assim, podemos apenas afirmar – tendo por base os materiais arqueológicos resultantes dos últimos anos de escavações arqueológicas no Mileu – que a fundação desta rede de assentamentos romanos e a respectiva integração activa no Império deverá remontar já a meados do século I d.C.<sup>226</sup>

Apesar de noutras áreas da Península Ibérica se intuïrem profundas alterações na estrutura de povoamento no último terço do século I a.C. e inícios do século I d.C., baseadas na implantação de *uillae*<sup>227</sup>, na região do Planalto, a ter em conta os dados que

---

<sup>224</sup> Onde surge uma referência aos *Lancienses*, mais concretamente no de Pêroviseu (Fundão). O *terminus augustalis* de Salvador (Penamacor) foi datado do ano 5 ou 6 d.C., ou seja, do mesmo período (do ano 4 a 6 d.C.) dos dois de Ciudad Rodrigo e dos de Ledesma, Traguntia, Guardão (Tondela) e Ui, todos eles correspondentes ao processo de delimitação territorial promovido por Augusto (Guerra, 2007: 178).

<sup>225</sup> De facto, apesar de possuímos escassos indicadores cronológicos para a ocupação romana no território da Guarda, tendo em conta os dados que possuímos do Mileu, consideramos que apenas poderemos afirmar a sua plena integração e participação no Império Romano nesta fase, como iremos ver.

<sup>226</sup> A mesma cronologia para este fenómeno é apontada para a Cova da Beira (Carvalho, 2007a: 395).

<sup>227</sup> Para a região do espaço rural do litoral central da Catalunha, a *uilla* representa um novo modelo de organização e hierarquização do espaço, com uma nova estrutura de povoamento, com especial destaque

possuímos para o território do Mileu, parece-nos que será num momento já avançado da Romanização da Península Ibérica que se vão fundar novos assentamentos romanos numa lógica organizativa e civilizacional completamente distinta da verificada no longo período histórico anterior.

Não pretendemos com isto afirmar que antes da sua Romanização o território não sofresse influências de outras culturas, nomeadamente da romana, certamente resultantes de contactos esporádicos, quer com elementos das legiões, quer sobretudo com comerciantes. Todavia, parece-nos que até meados do século I d.C. nesta região as comunidades locais permaneciam fiéis aos seus modos de vida tradicionais, continuando refugiadas em povoados fortificados de altura, no quadro de padrões económicos e culturais ancestrais. De facto, numa primeira fase de romanização da Lusitânia a intervenção das autoridades imperiais incidiu sobretudo nas cidades do Vale do Tejo, tendo a organização e integração das cidades do interior ocorrido ao longo do século I d.C. (Tranoy, 1990: 20). Esta acção terá sido desenvolvida com maior incidência após a construção do eixo viário *Emerita – Bracara*, com maior incidência no período dos júlio-claudianos (Tranoy, 1990: 19). Para esta área interior da Lusitânia, a que pertence o Planalto Guarda-Sabugal, é a partir deste período avançado do século I d.C. que se vão intensificar as trocas, servindo a *Via da Prata* (a *via IV ab Emerita Asturicam*), bem como a via *Emerita a Bracara*, como principais percursos de escoamento de materiais e mercadorias, surgindo nos *sítios* ao longo do seu percurso cerâmicas de paredes finas, lucernas e *terra sigillata* de origem hispânica (Quaresma, 2010-11).

Um excelente exemplo da complexidade, das dificuldades e dos diferentes tempos e ritmos deste tão longo processo parece proporcioná-lo a própria romanização do Planalto Guarda-Sabugal. Com efeito, apesar de o reordenamento do território polarizado em Mérida recuar a inícios do século I d.C., – a ter em conta a datação dos *termini augustales* (Árbol Moro, 2001: 483) – tudo indica que, no território da Guarda, a datação da criação de novos assentamentos e a plena (ou, pelo menos, mais intensa) adopção da cultura romana pelas comunidades indígenas deverá avançar para meados do século I d.C.

Tendo em conta os dados resultantes da epigrafia, torna-se evidente que esta organização do território, tal como em períodos anteriores, foi efectuada em distintas

---

nas áreas mais férteis e portanto mais vocacionadas para a prática agrícola – no sopé de montanhas e vales de aluvião – sobretudo para cultivo intensivo da vinha (Revilla Calvo, 1995: 105).

etapas, certamente partindo de Sul para Norte. É assim que se pode observar a fundação de capitais de *ciuitates* a partir de *Emerita Augusta*, como *Norba Caesarina* (Cáceres) durante o reinado de Augusto ou *Capara* (Cáparra, Cáceres) fundada no período dos Flávios (Alonso Sánchez; M. de Cáceres; Fernández Corrales., 1994). Estas três fundações marcam diferentes momentos de implantação romana, correspondentes a uma cronologia muito específica, intimamente relacionada com a necessidade de instituir um sistema tributário muito dependente de uma organização administrativa, que foi implementada ao longo do *tempo longo* que foi o da Romanização da Península e, em particular a desta região. A mesma situação ter-se-á verificado na área a Norte do Douro, nomeadamente em *Tongobriga*, onde a construção dos edifícios públicos é datada do período julio-claudiano (final do século I d.C.), período em que poderá também ter sido organizado o território em *ciuitates*, promovendo o seu desenvolvimento urbanístico e económico (Dias, 1997: 324-326). Esta nova organização foi mais intensiva em determinados espaços e, mais uma vez, um dos melhores exemplos desta nova organização é *Tongobriga*, onde os romanos instalaram uma “nova” cidade servindo-se de uma implantação “urbana” arcaizante, bem conhecida de período anterior, mais concretamente num povoado de altura, para onde teriam sido deslocadas populações, no intuito de criar um novo centro, isto é, uma capital político-administrativa (Dias, 1997: 326) servindo como ponto de apoio ao povoamento regional e de divulgação da cultura romana.

De facto, para além das políticas de ordenamento territorial e político-administrativas promovidas por Augusto<sup>228</sup>, também em período flaviano foram implementadas medidas com impacto no desenvolvimento urbanístico, traduzidas num forte investimento na criação e implementação de estruturas urbanas que, como refere Lino Dias (1997: 334) “[...] serviam para evidenciar o novo poderio económico e administrativo”. A esta nova atitude perante as províncias não será alheio o *Édito de Vespasiano* (73-74 d.C.), que atribuiu o *Ius latti* a toda a Península Ibérica, permitindo às cidades ascenderem à categoria de *Municipium*, de que resultaram profundas alterações urbanísticas, atestadas pelo incremento construtivo de grandes monumentos (forma de estas comunidades exibirem o seu novo estatuto) e a promoção do comércio (Blázquez Martínez, 2007: 83), de que é exemplo a presença de *terra sigillata* de

---

<sup>228</sup> Como já referimos, após a pacificação de toda a Península Ibérica, Augusto promoveu a urbanização e a exploração económica das regiões ocupadas, salientando-se a exploração dos recursos mineiros e agrícolas, medidas que foram promovidas também nos séculos seguintes, com a mesma finalidade.

distintas proveniências: sud-gálica, hispânica e Clara A em sítios como *Balsa*, *Ossonoba* e *Baesuri* (Viegas, 2009: 581), ou em Ammaia e Idanha-a-Velha (Pereira, 2006), entre muitas outras que aqui se poderiam enumerar.

Esta mesma conclusão tem sido defendida para a região Sudoeste da Península Ibérica, verificando-se que no período júlio-claudiano se verificou grande prosperidade, sobretudo durante o reinado de Cláudio<sup>229</sup>, quando Faro (*Ossonoba*) evidencia a ocupação de uma nova área habitacional e é construída a principal necrópole da região (Viegas, 2009: 17)<sup>230</sup>.

Relativamente ao Planalto Guarda-Sabugal, com base nos dados que possuímos, uma das primeiras considerações que poderemos avançar prende-se com a inexistência, até ao momento, do registo de materiais importados, que surjam em assentamentos dos inícios do século I d.C., nomeadamente cerâmica campaniense e ânforas Dr. 1, 2 e 3<sup>231</sup> – materiais estes que têm sido detectados na zona de Cáceres, embora alguns destes assentamentos tenham sido, numa primeira fase de ocupação, acampamentos militares, como Cáceres el Viejo ou Castillo del Puerto (Calderón Fraile *et al.*, 2000: 63). Por outro lado, para além dos dados que iremos apresentar da Póvoa do Mileu, também os resultados obtidos através das escavações arqueológicas em Terlamonte parecem corroborar a hipótese que avançámos para a romanização e ocupação do território a Norte da *ciuitas Igaeditanorum*, verificando-se a existência de materiais arqueológicos de meados do século I d.C., nomeadamente fragmentos de cerâmica de engobe vermelho pompeiano e fragmentos cerâmicos de paredes finas de meados do século I d.C. (Carvalho, 2007b: 237). Perante estes dados, consideramos que, apesar da implementação do processo organizativo de *ciuitates* recuar a inícios do século I d.C. na Beira Interior e na região de *Salmantica*<sup>232</sup> (Árbol Moro, 2001: 489), a alteração do

---

<sup>229</sup> Sucedeu a Calígula, após o seu assassinato, em 24 de Janeiro de 41 d.C. Foi aclamado pelo povo e pelos soldados, tendo reinado durante treze anos. Entre as medidas promulgadas destaca-se a concessão de cidadania romana a diversas províncias do Ocidente (Grimal, 2010: 92-94).

<sup>230</sup> É a partir da segunda metade do século I d.C. que a vertente atlântica da Península se afirma no comércio interprovincial, com o desenvolvimento da rota atlântica, transportando produtos da Bética para a *Britannia*, levando ao desenvolvimento dos três núcleos na região do actual Algarve. Este desenvolvimento teria incidido ao nível urbano, mas também do povoamento rural e sobretudo na constituição de novas unidades de produção de preparados piscícolas e de ânforas (Viegas, 2009: 581).

<sup>231</sup> No Planalto da Guarda-Sabugal foram identificados dois tesouros, o primeiro em Aldeia do Bispo (Guarda; n.º 61 do Inventário de Sítios Arqueológicos) e o segundo em Menoita, n.º 62 do Inventário de Sítios Arqueológicos). Todavia, estes poderão justificar-se mais com o encobrimento destes tesouros durante os saques de lusitanos a romanos, uma vez que ainda entre o período 49-40 a.C. a região foi palco de guerrilha (Árbol Moro, 2001: 496), do que propriamente com uma ocupação indígena ou com a presença de acampamentos militares.

<sup>232</sup> Também na região de *Salmantica* e de Ciudad Rodrigo parecem ter sido implantados sistemas organizativos idênticos aos da Beira Interior, pautados pela definição dos limites de *ciuitates*, o abandono

sistema de povoamento, ou seja, a datação do abandono dos povoados de altura em prol das *aldeias* ou outros tipos de *habitat* deverá avançar para um momento posterior. De facto, pelos dados que possuímos actualmente, é ao longo da primeira metade do século I d.C. que se implantaram *quintas* e *uillae* nestes territórios<sup>233</sup> e apenas a partir da segunda metade desta centúria é que estes povoados se integraram na ampla rede de trocas comerciais que cruzavam todo o Império (como o comprovam os escassos exemplares de *terra sigillata* itálica) mantendo-se – embora numa escala mais reduzida, até ao século IV – como o comprovam os exemplares de *terra sigillata* africana *Clara D*, tipologias estas encontradas na Póvoa do Mileu.

De facto, com a implantação e desenvolvimento dos diversos núcleos de povoamento a partir da primeira metade do século I d.C., na região da Beira Interior só num período mais avançado, possivelmente na segunda metade da centúria existiria uma rede urbana a funcionar como pólo de atracção populacional e económico, reunindo à sua volta uma densa malha de povoamento rural (Osório, 2006: 81).

Desta forma, consideramos que foi sob o domínio dos Flávios (segunda metade do século I d.C.) – período em que são criados novos centros urbanos e se intensifica o papel da aculturação – que, a partir de *Emerita*, a romanização plena vai atingir o Planalto Guarda-Sabugal e as terras do Douro. A construção da Ponte de Alcântara desempenhou certamente um papel crucial naquele fenómeno, permitindo a exploração e escoamento dos materiais e produtos extraídos e transformados nesta região mineira<sup>234</sup>.

---

de alguns povoados de altura e a criação de novos assentamentos, logo numa primeira fase de organização, ou seja, nos primeiros anos do século I d.C., levando à integração destes territórios nos sistemas provinciais (Árbol Moro, 2001: 489).

<sup>233</sup> Também na *ciuitas Collipponensis* a implantação das *uillae* recua à primeira metade ou a meados do século I d.C., período a partir do qual a região indicia dinamismo económico, sobretudo a partir de época flávia. Este período de prosperidade encontra-se patente nas epígrafes e estatuária encontradas em algumas *uillae* da região, indiciando o papel relevante que os seus proprietários detinham no tecido económico. João Pedro Bernardes (2002: 153) salienta uma placa funerária em mármore branco, importado, encontrada na *uilla* romana de Torre.

<sup>234</sup> Esta datação encontra paralelos noutras regiões, como veio mostrar o estudo desenvolvido por Catarina Viegas (2009: 580-581) para a região do Algarve. Esta autora mostrou que também só a partir da segunda metade do século I d.C. é que os três núcleos por si analisados, *Ossonoba* (Faro), *Baesuri* (Castro Marim) e *Balsa* (Quinta da Torre de Ares) revelam um maior desenvolvimento urbanístico e que os núcleos rurais apresentam elevado dinamismo e maior produtividade, aos quais certamente não será alheio o papel de relevo da rota atlântica na dinâmica do comércio interprovincial.

### 3 – O PLANALTO GUARDA-SABUGAL NA ÉPOCA ROMANA

#### 3.1 - A ECONOMIA

Tendo em conta o panorama de povoamento romano apresentado e a análise da dispersão dos vestígios, levantam-se algumas questões relativamente à implantação dos sítios e à economia no mundo antigo. De facto, de há muito que nos questionamos sobre as actividades produtivas que permitiam aos habitantes do Mileu não só a sua sobrevivência como, em particular, a sua participação nas rotas comerciais que percorriam a Península (e as demais províncias do Império), nas quais o território do Planalto Guarda-Sabugal estava integrado.

Para compreendermos quais os produtos e bens económicos de que esta rede de povoamento usufruía, optámos por traçar os limites prováveis das áreas dos territórios de exploração de cada um dos assentamentos atrás tipificados. Temos noção de que estes limites são meramente hipotéticos, pois noutras implantações geográficas, os seus habitantes teriam explorado os respectivos territórios de forma distinta e, como tal, as suas áreas de exploração teriam também dimensões diferentes. Todavia, à falta de referências escritas, marcos de divisão de propriedade ou de outros elementos (que efectivamente permitem e facilitam a história da propriedade agrícola na Idade Média e em épocas posteriores), optámos por estabelecer limites-padrão comuns para cada tipologia de assentamento. Optámos ainda por seguir de perto os valores recolhidos na análise do povoamento na Cova da Beira (Carvalho, 2007a), embora com as cautelas necessárias, pois neste último território os terrenos eram mais aptos para a actividade agrícola e a rede de povoamento apresenta diferenças significativas em relação à do território em estudo. Todavia, por se tratar de realidades próximas, os dados recolhidos na Cova da Beira podem permitir um melhor conhecimento da área Norte da Lusitânia, permitindo desta forma estabelecer critérios comparativos.

Assim, de acordo com a nossa hipotética rede de povoamento do território em análise, os espaços de exploração dos assentamentos rurais teriam distintas áreas, de acordo com o tipo de propriedade. Neste sentido, para os *casais* foi definido um *fundus* de 5ha, enquanto que as *quintas* teriam 25ha e as *uillae* teriam *fundi* de 100ha.

Relativamente aos núcleos urbanos, optámos por estabelecer como território de exploração da população residente, quer fosse em *uici*, *aldeias* ou *castella*, um território de 150ha.

### 3.1.1 – A Agricultura

Pensamos que as actividades produtivas dos povoadores romanos ou romanizados do Planalto estavam ao serviço de uma economia de subsistência, marcada por actividades principais e secundárias. Com base nos dados resultantes das escavações e das prospecções, existem elementos comuns que parece marcarem presença nos diversos sítios, nomeadamente os *pesos de lagar*. Segundo os autores clássicos, a produção de azeite era – sempre que as condições naturais o permitissem – uma constante, pois seria uma das actividades mais lucrativas no Império Romano<sup>235</sup>. Ora, a produção de azeite verificou-se neste território, pois são comuns os vestígios dessa produção. Com efeito, para lá da produção para abastecimento e consumo local, os excedentes seriam certamente escoados nos mercados dos centros urbanos de maiores dimensões, como as capitais de *ciuitates* ou os *uici* (Carvalho, 2007a: 495).

Do exposto, podemos deduzir que, nesta região, a produção e comercialização do azeite – e do vinho – foi uma realidade. Lembramos que, tal como hoje, também na Época Romana o azeite e o vinho eram “[...] dois produtos fundamentais na economia agrária da Europa mediterrânica [...]” (António Carvalho, 1999: 165).

Não podemos deixar de registar, porém, os escassos vestígios anfóricos recolhidos no Mileu (Pereira, 2005: 240). De entre eles, note-se um fragmento de uma *Dressel 20*, proveniente da Bética<sup>236</sup>, transportando azeite. Introduzido o hábito de consumo de azeite junto da população indígena, pensamos que a sua produção rapidamente se generalizou, como o atesta o estudo de pólenes e a identificação de um lagar na quinta romana de Terlamonte (Carvalho, 2007b: 235), bem como o surgimento de pesos de lagar em diversos sítios da região do Planalto Guarda-Sabugal. A presença

---

<sup>235</sup> Veja-se por exemplo o caso da *uilla* de Torre de Águila (Badajoz), cuja elevada produção de azeite tinha como objectivo o abastecimento dos mercados de *Emerita Augusta* (Rodríguez Martín, Gorges, 2001: 413).

<sup>236</sup> As evidências de produção de azeite no Planalto são reduzidas, mas consideramos a sua produção possível, enquanto a produção intensiva do azeite da Bética poderá estar relacionado com a necessidade de consumir um produto considerado de luxo, situação análoga por exemplo à Tingitânia (Pons Pujol, 2006: 67).

destes pesos é um forte testemunho daquela actividade produtiva, embora ainda não nos seja possível determinar qual dos dois produtos – uvas ou azeitonas – era transformado ou mesmo que tipo de estrutura de produção estes pesos integravam. De facto, as escavações na *pars frutuaria* de *uillae* e de *quintas* nesta região ainda são raras, não sendo ainda possível a restituição credível e documentada destas estruturas e engenhos<sup>237</sup>. Felizmente, em áreas mais afastadas, existem excepções, entre as quais S. Cucufate (Vidigueira), onde foi escavado um lagar de vinho, detectando-se dois pesos de lagar *in situ*, pias forradas a *opus signinum* e grainhas de uva. Todavia, apesar de alguns investigadores considerarem possível que aquelas estruturas servissem também para a transformação de azeitona, tal parece absolutamente improvável pois, embora esses produtos possuam épocas de colheita distintas, a sua produção nos mesmos lagares e nas mesmas prensas é perfeitamente incompatível. Com efeito, a produção de azeite inviabilizaria qualquer outro uso dos respectivos lagares, como qualquer camponês sabe<sup>238</sup>.

Não podemos deixar de referir que os elementos de lagar que temos detectado no território do Planalto Guarda-Sabugal correspondem aos segundos *contrapesos*, ou seja, às peças que não estavam fixas, geralmente mais pequenas que os primeiros, com cerca de 70/80cm de diâmetro, com os característicos canais laterais e um orifício central. Pelos dados que possuímos actualmente, considera-se que estes pesos têm uma longa diacronia de utilização, recuando a sua generalização na Península Ibérica ao século I d.C. (Rodríguez Martín; Gorges, 2001: 422).

Assim, partindo dos escassos vestígios detectados (e da própria ocupação agrícola tradicional deste território), é provável que os campos das áreas de vale fossem ocupados por hortas, enquanto nas vertentes envolventes eram produzidos cereais<sup>239</sup>, olival e vinha<sup>240</sup>. De facto, os autores clássicos descrevem e tipificam as diversas componentes que faziam parte de cada unidade agrária, nomeadamente o campo de

---

<sup>237</sup> Poderíamos aqui também abordar a questão dos lagares escavados na rocha, tendo sido possível identificar várias destas estruturas no Planalto Guarda-Sabugal, algumas das quais em áreas de dispersão de vestígios romanos. Todavia, os dados que possuímos de momento ainda não nos permitem relacioná-las inequivocamente com o período romano ou com o medieval.

<sup>238</sup> Refira-se que na *uilla* da Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais) foram identificados dois lagares, um para o vinho e o outro para azeite (António Carvalho, 1999: 387).

<sup>239</sup> Como refere Adélia Nunes (2010: 168) quando se reporta a este território num período histórico mais próximo, “[...]a pobreza natural dos solos, as flutuações meteorológicas, em especial da precipitação, determinaram o uso de centeio, por ser menos exigente face a outros cereais, como a principal cultura[...]”.

<sup>240</sup> Ainda nos anos 50 do século XX a economia da região era marcada por uma actividade agro-silvo-pastorícia, com pastagens naturais em áreas junto às cabeceiras de vale (Ferreira, 2010: 152).



cultivo (*aruum satum*), a vinha (*vinea*), o olival (*olivae*) e as pastagens (*pascua*<sup>241</sup>), entre muitas outras. Um dos melhores exemplos destes espaços no meio rural corresponde ao estudo que Pedro Carvalho desenvolveu em Terlamonte, como já referimos.

Segundo a *carta de solos*, os terrenos do Planalto são terras *pobres* e assim, certamente a produção não poderia estar centrada na vinha e na oliveira<sup>242</sup>. A produção de azeite e de vinho neste território corresponderia apenas, tal como hoje, às necessidades de auto-consumo, embora não seja de afastar a hipótese de os excedentes serem comercializados em mercados regionais ou na capital de *ciuitas*, não sendo contudo possíveis maiores considerações sobre a sua eventual comercialização.

Verificámos que as *uillae*, embora tenham sido reconhecidas em número reduzido no território analisado, foram implantadas em áreas de vales de aluvião, destacando-se as do Vale do Zêzere. Assim, de acordo com as recomendações dos agrónomos romanos, as *uillae* implantaram-se nas proximidades de linhas de água e em terrenos férteis para a prática da agricultura, embora em zonas de encosta, evitando desta forma problemas relacionados com a humidade, as inundações e os pântanos, deixando os terrenos de vale livres para a prática da actividade agrícola. Estas questões, sobretudo a implantação destes assentamentos rurais, mostram que a agricultura teria uma elevada importância na região.

Uma vez mais salientamos as semelhanças com a Província de Salamanca, onde – para além de ser identificada uma malha de povoamento apoiada sobretudo em pequenas unidades de exploração agrícola – a investigação detectou ainda que a partir de meados do século I d.C. se verificaram profundas alterações na economia destas sociedades, traduzidas na substituição de uma economia baseada na pastorícia por uma outra, que teria na exploração agrícola a sua base de sustentação (Salinas de Frías, 1992-93: 185).

Tendo presente a hipótese de implantação da capital de *ciuitas* no Mileu e o facto de escassearem sítios romanos nas suas vizinhanças, colocamos a questão de os respectivos terrenos serem explorados pelos próprios habitantes da hipotética capital ou

---

<sup>241</sup> A palavra “Pascua” parece ter sobrevivido na toponímia rural beirão. Sinaliza-se um “Chão da Páscoa” na freguesia de Granja (Trancoso), correspondente a terrenos muito férteis e planos.

<sup>242</sup> Esta actividade produtiva ter-se-á mantido nos séculos seguintes, como o parecem atestar as diversas lagaretas escavadas no afloramento rochoso e detectadas ao longo deste território, como a do *uicus* Quinta de S. Domingos (Benespera, Guarda; n.º 35 do Inventário de Sítios Arqueológicos) ou a do Marmeleiro, próximo da *aldeia romana* de Ferrarias; n.º 15 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

pelos que residiam no povoado vizinho dos Castelos Velhos<sup>243</sup>. Assim, em torno do Rio Diz poderia desenvolver-se uma interessante produção hortícola, apoiada por pequenos *tuguria* e *casais*, de que poderão ser exemplo o Cabeço do Miranda<sup>244</sup>, o casal do Rio Diz<sup>245</sup> ou o casal romano de Bento Menni<sup>246</sup>.

### 3.1.2 - A Pecuária e a Silvicultura

Para além da agricultura, outras actividades económicas haveria que considerar no Mileu e no território circundante. Assim, na Época Romana também a pecuária e, em particular a pastorícia, seguindo uma antiga tradição da região,<sup>247</sup> deveriam possuir uma grande relevância na vida económica destas comunidades romanizadas ou em vias de romanização plena. Com a pastorícia estas comunidades seguiam uma muito antiga e intensíssima tradição que remontava a períodos muito anteriores<sup>248</sup>.

Tendo por base as referências dos autores clássicos, que descrevem os Lusitanos<sup>249</sup> como pastores, é possível que os rebanhos, a criação e a comercialização de gado tivessem um papel fundamental na economia destas sociedades. Assim, a criação de gado ovi-caprino teria um papel relevante e a lã daí proveniente, utilizada no fabrico de tecidos, actividade atestada pelos *pondera* detectados em diversos sítios deste território, poderão confirmar a presença de uma prática comum nas sociedades antigas e nas sociedades tradicionais, a *tecelagem*. De facto, a lã desempenhou um papel relevante na economia antiga, sendo por vezes referenciada pelos autores clássicos como Plínio, que menciona a lã de *Salacia* (Faria, 2002: 65). Num território onde até há bem pouco tempo os rebanhos possuíam uma relevância extrema, se não exclusiva, na

---

<sup>243</sup> Sítio n.º 56 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>244</sup> Sítio n.º 7 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>245</sup> Sítio n.º 59 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>246</sup> Sítio n.º 110 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>247</sup> Como refere Adélia Nunes (2010: 168), “[...] os lameiros, também com uma reduzida expansão territorial, localizavam-se, preferencialmente, junto às linhas de água ou nos topos mais planos, devido à elevada exigência em humidade.” Estes lameiros tiveram uma elevada relevância na criação de gado, produzindo feno para utilização no Inverno e erva fresca no período estival.

<sup>248</sup> Recordamos que para o fim da Idade do Bronze e da Idade do Ferro têm-se estabelecido alguns modelos teóricos sobre a relação entre o espaço dos povoados e as suas áreas de influência, áreas essas que permitiam suportar um determinado número de animais e que, por sua vez, permitiam alimentar e sustentar um determinado número de indivíduos (sobre esta questão confira-se, por exemplo, Davidson, Bailey, 1984 ou Arruda, 2001: 233).

<sup>249</sup> A criação de gado seria também a actividade principal de outros povos peninsulares, como os seus vizinhos Vetões, cujo território e economia seriam semelhantes aos dos Lusitanos, (Salinas de Frias, 2001: 101).

economia regional, será que no Planalto Guarda-Sabugal esta actividade não seria uma das mais relevantes, com escoamento dos excedentes para mercados mais longínquos?

A atestar esta ancestral prática temos de evidenciar os materiais arqueológicos detecados no Mileu, como as fusaiolas ou contrapesos, peças relacionadas com a tecelagem. Fabricadas a partir de cerâmica, por vezes decoradas com incisões, podem assumir distintas formas: anulares, cilíndricas, esféricas ou bitronco-cónicas, com orifício central.

A par destas surgiram também pesos de tear, fabricados manualmente em argila, cozidos em forno oxidante, muito comuns na maior parte dos sítios. Estes pesos tinham distintas tipologias, que lhes davam formas variadas, embora geralmente mais ou menos próximas da de pirâmide truncada. Estes pedos tinham ainda orifícios circulares para a sua suspensão, que os atravessavam de uma face à sua face oposta.

As actividades têxteis eram sobretudo atribuídas às mulheres, em contexto doméstico, através da utilização de rocas e fusos, atestados pelas fusaiolas encontradas, também conhecidas como pesos de fuso. O fio era posteriormente tecido nos teares, atestados pelos pesos de tear, ou *pondera*, colocados e determinados fios como forma de os esticar a fim de criar a respectiva trama.

A pecuária seria outra das principais actividades deste *populus*, à qual poderiam estar associados sítios como Aldeia do Bispo (Guarda)<sup>250</sup> ou mesmo a actividade dominante da população de algumas aldeias, como é o caso da de Pardieiros (Fóios, Sabugal)<sup>251</sup>.

A área da Serra da Estrela, embora erma em termos de povoamento – e onde não são conhecidos vestígios de ocupação acima dos 1000m de altitude – teria um papel fundamental na economia desta região, não só no fornecimento de madeira excelente e de lenha abundante<sup>252</sup>, mas também como região de caça (javali, coelho e lebre) e permitia durante os meses quentes do ano pasto para os animais, bem como a recolha de

---

<sup>250</sup> Sítio n.º 64 do Inventário de Estações.

<sup>251</sup> Sítio n.º 106 do Inventário de Estações.

<sup>252</sup> Embora não documentado, merece referência o uso abundante e sistemático da madeira enquanto excelente e barato material de construção, usado abundante e exclusivamente em soalhos, nas cumeieiras e traves e nas portas e portadas de janelas e outras aberturas das casas e dos mais diversos tipos de construção, quase todos desprovidos de vidraças na Época Romana e em épocas bem posteriores.

Do mesmo modo, a lenha fornecia a fonte exclusiva de alimentação de fornos, lareiras, braseiras de todo o tipo, bem como das fogueiras que amenizavam os ambientes domésticos, os ambientes de trabalho e mesmo os ambientes de recreio e descanso, em Época Romana como também em épocas posteriores.

frutas silvestres e de mel. A importância da floresta encontra-se também referenciada nos autores clássicos através dos termos utilizados para a descrição dos recursos florestais que eram explorados, nomeadamente *silvae caeduae* (mata) por oposição ao *saltus* (pastos) (Veyne, 2001: 134). Refira-se, enfim, que a floresta era considerada por aqueles autores, bem como pelos residentes, como um bem inestimável num território, uma vez que exigia pouco trabalho e dela se poderiam explorar diversos bens não só do maior valor económico, como indispensáveis para o dia-a-dia das comunidades<sup>253</sup>.

### 3.1.3 – A Exploração mineira e metalurgia

Tudo indica que uma parte importante da população residente nas novas *aldeias*, criadas de raiz durante o Alto Império, tivesse como actividade dominante a agropecuária, frequentemente associada à exploração mineira. Apesar de esta ser apenas uma hipótese a necessitar de confirmação, é possível que no Planalto Guarda-Sabugal, onde estão documentadas diversas aldeias romanas, o recurso à exploração mineira se possa dever ao tipo de solos, agricolamente pobres (com a consequente escassez de *uillae*), mas com recursos mineiros dignos de referência e que, como tal, atraíram a atenção das autoridades imperiais e moradores, numa escala que permitiu a fundação de novos núcleos populacionais. É possível que a exploração mineira, como a que se terá verificado na aldeia de Ferrarias<sup>254</sup>, possa ter sido desempenhada por esta população, enquadrada e sob o domínio das autoridades da capital de *ciuitas*. De facto, verifica-se uma elevada concentração de testemunhos de mineração, como salientou Marcos Osório (2006: mapa VI), sendo comum a presença de escórias de fundição entre os vestígios arqueológicos de diversos sítios da região. Noutras áreas, como a Cova da Beira, cujo povoamento é dominado pelas *quintas*, as *aldeias* são inexistentes, enquanto no Médio Côa também se verifica a ausência de *aldeias*, desta vez em prol da continuidade de ocupação dos *castella* (Perestrelo, 2003), indiciando que o modelo de exploração e os recursos explorados fossem de uma natureza distinta daquela que se terá verificado no Planalto.

---

<sup>253</sup> Ainda na Idade Média, durante o Verão, a Serra da Estrela era o centro dos movimentos de transumância, praticada por grandes rebanhos (Daveau, 1995).

<sup>254</sup> Sítio n.º 15 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

Assim, entre as actividades económicas das comunidades romanizadas haveria que considerar a prática da *exploração mineira* e a da *metalurgia*, prática atestada na toponímia, como vimos.

Pelos actuais dados da investigação arqueológica sabe-se que o momento de maior incremento da exploração mineira ocorreu a partir dos Flávios, naquilo que Macarena Bustamante Álvarez, Juan Aurelio Pérez Macías e Artur Martins (2008: 168) designaram de “exploração industrial” dos recursos mineiros, com especial destaque para a *prata* e o *cobre*, visando a extracção de matéria-prima nomeadamente para a cunhagem de moeda<sup>255</sup>.

Mesmo em épocas muito recentes, a associação entre povoamento e a exploração de metais como o estanho e o volfrâmio, foi uma realidade, como se verificou nomeadamente na região dos Trinta (Guarda), como adiante se dirá. A zona Centro Ibérica é uma das áreas com potencial para a ocorrência de mineralizações de estanho e volfrâmio, minérios associados ao granito tardi-hercínico e às auréolas de metamorfismo (que, como já mostrámos, se forma com o contacto com o complexo xisto-grauváquico). Certamente desde o Bronze Pleno que a exploração das minas de estanho foi uma realidade, sendo este minério um importante elemento nas trocas comerciais.

De facto, como já referimos, a exploração estanhífera e aurífera levou o Império a fundar assentamentos, como *uici*, cuja função seria o controle desses territórios e o da respectiva exploração mineira. Apesar de possuímos escassas evidências nesse sentido, supõe-se que a riqueza que alguns habitantes de Idanha exibiam, como *C. Cantius Modestinus*, estaria baseada não tanto na exploração agropecuária, mas sobretudo na exploração mineira, nomeadamente na das minas de ouro do Rosmanihal (Idanha a Nova; Mantas, 1988: 434).

Na área da Guarda são comuns as mineralizações de cassiterites (minerais tratados para fazer concentrados de estanho) e volframites (utilizados para fazer concentrados de cobre), com numerosas explorações mineiras conhecidas e exploradas ao longo dos tempos. A presente área de estudo apresenta diversos exemplares, como a zona entre Maçainhas de Baixo (Guarda) e Vila Soeiro (Guarda), onde o volfrâmio foi intensamente explorado entre finais do século XIX e o século XX, ou a Quinta da

---

<sup>255</sup> Um dos maiores e mais bem conhecidos centros produtores de cobre na Lusitânia foi *Vipasca* (Aljustrel), recuando o início da respectiva exploração ao tempo de Augusto. Neste sítio é possível observar elevado número de escoriais (Bustamante Álvarez; Pérez Macías; Martins, 2008: 171).

Ribeira, próxima de Maçainhas (Guarda), onde foi explorado estanho, ou mesmo a mina dos Cravos, a Norte dos Trinta (Guarda), que produziu entre 1951 e 1960 cerca de 5 000 toneladas de volframite, mas onde também se extraiu estanho na mesma época. Perto de Pousafoles do Bispo (Sabugal), nas serras de Benespera (Guarda) e na região da Vela (Guarda) também houve exploração mineira. Ainda com índices de produção mais elevados, o estanho também foi explorado na área de Vila de Touro (Sabugal), Quinta da Erva (Santana de Azinha, Guarda), Adão (Guarda), Santana de Azinha (Guarda), Ramela (Guarda) e Trinta (Guarda) (Teixeira, 1963: 21).

Por outro lado, consideramos que durante a Época Romana ocorreu a exploração sistemática e intensiva de pedreiras de granito de grão fino e a de lajes de xisto, bem como a de barreiros – umas e outras alimentando a actividade da construção e ainda, esta última, a produção de cerâmica comum.

### 3.2 - A SOCIEDADE

Ao abordarmos os diferentes assentamentos romanos do Planalto Guarda-Sabugal não podemos deixar de mencionar os homens e mulheres que aí residiam, numa primeira tentativa de dar resposta à questão: quem eram estes *Lancienses Transcudani*<sup>256</sup>, mencionados na inscrição da Ponte de Alcântara e noutros testemunhos?

Os únicos testemunhos escritos que possuímos para o estudo desta população continuam a ser os monumentos epigráficos que esses romanos deixaram no território, fruto da sua aspiração a serem lembrados e perpetuados, mesmo muito depois da sua passagem por esta vida. Um dos melhores exemplos desse sentimento encontra-se patente na fórmula final utilizada nas epígrafes funerárias romanas: “a ti que passas, rogo-te que digas *Sit Tibi Terra Levis* (que a terra te seja leve)”. Sendo as inscrições votivas, nomeadamente as funerárias, testemunhos de um desejo de que a memória dos nomes dos dedicatários e dos encomendantes se perpetuasse no tempo – desígnio que foi plenamente conseguido – passados dois mil anos voltamos aqui a relembrar os nomes de uns e de outros.

---

<sup>256</sup> Apesar de existirem diversos estudos publicados com base nas epígrafes detectadas na região, uma vez mais salientamos que esses estudos focaram apenas parte do território agora em análise. Assim, é preciso discutir se, de facto, as conclusões daqueles estudos se confirmam no estudo global da *ciuitas* do Planalto Guarda-Sabugal.

Através das fontes escritas sabemos que a sociedade romana estava dividida em três grupos distintos, baseados no estatuto de homens livres: os *cidadãos de pleno direito* (que viviam em Roma e nas colónias) e que ocupavam o topo da hierarquia, seguidos dos *cidadãos de direito latino* (com apenas alguns privilégios) e os *perigrini* (peregrinos), ou seja, os que eram considerados estrangeiros. Existiam ainda os *escravos*, que poderiam ser públicos ou privados, sem direitos políticos ou jurídicos (Hanoune; Scheil, 2003: 34).

### 3.2.1 – A onomástica, a partir dos testemunhos da epigrafia

A análise dos monumentos epigráficos ajuda-nos a compreender o processo de aculturação da população indígena. Todavia existem certas condicionantes que deverão ser tomadas em conta, uma vez que esta análise é perfeitamente parcelar, não só pelas escassas epígrafes conhecidas na região, mas também por geralmente serem encontradas fora do seu contexto arqueológico, (permitindo por isso propostas de cronologia baseadas apenas no tipo de letra e no formulário), pelas distintas tipologias dos monumentos, pelas suas fracturas, dificultando a sua leitura e interpretação (em parte devido ao tipo de material utilizado, o granito). Mesmo os cognomes constantes das epígrafes, que no passado foram considerados como tipicamente latinos, oferecem hoje determinadas reservas relativamente ao contexto do seu uso, tendo em conta, por exemplo, os termos homófonos, ou seja, aqueles que poderiam possuir algumas semelhanças com nomes indígenas, levando a uma fácil adaptação ou tradução, como parecem ser os casos de *Annius*, *Fuscus*, *Amoena* ou *Maternus* (Albertos Firmat, 1976: 65). Por todas estas questões se torna ainda mais difícil esta tarefa de descortinar e conhecer este *populus*.

Assim, no meio de um sem número de incertezas e reservas, cumpre referir que no território em estudo foram já identificadas 48 inscrições, datadas de um período que vai do século I d.C.<sup>257</sup> até aos fins do século II<sup>258</sup>, distribuídas de forma muito desigual, destacando-se 34 inscrições no Planalto Guarda-Sabugal, duas na Bacia de Celorico da Beira e doze no limite Norte da Cova da Beira. Entre as distintas tipologias de

---

<sup>257</sup> De que são exemplo as inscrições número 33 do Catálogo de Epígrafes, de Pousafoles do Bispo ou o número 31 de Outeiro Alto.

<sup>258</sup> Como os números 29 de Vila Boa (Sabugal), do Catálogo de Epígrafes ou o número 24, da Fonte da Tigela (Aldeia da Ponte, Sabugal), correspondente a uma inscrição rupestre.

monumentos epigráficos, duas correspondem a inscrições rupestres face a 25 aras<sup>259</sup>, nove estelas, sete placas funerárias, sete miliários, duas colunas (que poderão ser miliários ou padrões militares) e um cipo funerário. Neste conjunto contamos com dezasseis inscrições votivas, quinze funerárias e sete viárias, no conjunto das quais se dão a conhecer catorze divindades e 68 indivíduos.

Começaremos esta recensão com a indicação dos três *lancienses transcudani* talvez mais conhecidos pela via da epigrafia. Trata-se de uns cidadãos que emigraram ou que, por qualquer outro motivo, se encontravam em *Emerita* na segunda metade do século I d.C. É então que, perante a morte de *M. Arrius Reburros*, os seu filhos *M. Arrius Laurus* e *Paccia Flaccilla* lhe dedicam um memorial consistente numa estátua dedicada a Júpiter Augusto (Edmondson, 2004: 326). Estes indivíduos, emigrantes ou residentes em *Emerita* possuíam certamente um elevado poder económico, uma vez que mandaram erigir um memorial em mármore, assim denunciando uma imagem de grande piedade e amor filial, a par de uma certa ostentação, pois encontraram uma forma dispendiosa de exibição dos seus sentimentos e do seu poder económico e social<sup>260</sup>. O elevado poder económico destes *transcudani* seria talvez baseado na exploração agrícola ou mineira (Ferreira, 2000: 165).

Pelos monumentos epigráficos, sabemos que desde a sua fundação, *Emerita* começou a receber povoadores e emigrantes de diversas proveniências, sendo os *transcudani* dos primeiros a serem documentados, juntamente com os *Tapori*. Num período posterior, outros *populi* da região da actual Beira Interior serão também mencionados em inscrições de Mérida, como os *Araui*, os *Cobelci*, os *Tapori* ou os *Lancienses Oppidani*<sup>261</sup>.

A presença de cidadãos *lancienses transcudani* em *Emerita* coloca duas questões. A primeira prende-se com a necessidade de alguns indivíduos mencionarem a sua *origo* nas inscrições, o que só se compreende quando falecem fora do seu local de origem, de que constitui testemunho a inscrição do Mileu, que refere Frontão, filho de Lauro, da *ciuitas* dos *Tapori*<sup>262</sup>. Por outro lado, a presença destes indivíduos em *Emerita*

---

<sup>259</sup> Não contabilizámos aqui as catorze aras referidas por Adriano Vasco Rodrigues (1959a), por se encontrarem em paradeiro desconhecido ou por não sabermos se todas as catorze ou se alguma delas não poderão corresponder a algumas das actualmente conhecidas.

<sup>260</sup> O número de emigrantes e residentes em *Emerita* era de facto elevado, o que se devia possivelmente às oportunidades de negócio que a cidade proporcionava a residentes e a forasteiros

<sup>261</sup> Epígrafes já atribuídas ao século II d.C. (Edmondson, 2004: 326).

<sup>262</sup> Veja-se o caso das epígrafes de Idanha-a-Velha, recentemente estudadas por Ana Sá (2007: 276), num notável trabalho de identificação e estudo dos monumentos epigráficos desta *ciuitas*. Entre o elevado número de emigrantes referenciados destacam-se seis provenientes de Clunia (sede do *conuentus*



está relacionada com o facto de esta ser a capital de *conventus* e da própria província da Lusitânia, pelo que certamente atraía população de outras regiões. Essa movimentação de populações era comum no Império e, analisando uma vez mais a inscrição do Mileu, comprova-se a presença de um emigrante/forasteiro no respectivo território, o que terá de ser apreciado num contexto mais vasto, sendo comum a presença de cidadãos *tapori* noutras paragens, como Conimbriga, Viseu, Foz Côa, Idanha-a-Velha e Mérida (Ferreira, 2000: 167).

Todavia, temos referências a outros destinos eleitos pelos *lancienses*. Apesar destas inscrições não referirem quais os *lancienses*, (*transcudani*, *ocelensis* ou *oppidani*) eles surgem em inscrições de *Olisipo*, *Norba* e no território de *Turgalium* ou *Lacimurga* (Edmondson, 2004: 326).

Estudos epigráficos efectuados em diversas áreas da Península Ibérica têm permitido compreender que existem distintas fases de aculturação e que a análise dos cognomes permitiria estabelecer os distintos graus desse processo. Assim, através da análise das epígrafes é possível compreender o grau de aculturação da população indígena, definindo-se três fases nesse processo. A primeira, quando o processo se encontrava numa fase inicial, na qual a população indígena começava a utilizar os hábitos funerários e votivos dos romanos, com a gravação de epígrafes em pedra, identificando-se o destinatário pelo seu nome, seguido do patronímico, ambos perfeitamente enquadrados no ambiente indígena, de que é exemplo a estela encontrada em Vila do Touro (Sabugal)<sup>263</sup> ou a placa de Benespera (Guarda)<sup>264</sup>, inscrições onde surgem nomes como *Sunua*, *Tongius*, *Tanginus* ou *Tritius*<sup>265</sup>, o que aparentemente denota a latinização de nomes claramente pertencentes à onomástica de origem pré-romana.

Numa segunda fase, mais avançada, de aculturação, terá ocorrido uma alteração não só dos costumes e hábitos dessa população, mas também uma alteração da própria onomástica, que passa a adoptar os nomes latinos. À medida que avançava o processo de aculturação os costumes da população indígena alteravam-se. Assim, não só os seus nomes, mas “[...] pouco a pouco, os cognomes pré-romanos são abandonados para darem lugar a outros que seriam mais comuns entre os elementos não-indígenas”

---

*cluniensis*, Burgos), quatro *lanciensis Oppidani*, dois indivíduos de *Emerita Augusta* e de dois *Tapori*, entre outros, num total de 23 emigrantes.

<sup>263</sup> Inscrição n.º 35 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>264</sup> Inscrição n.º 3 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>265</sup> Na primeira fase de aculturação, patente nas epígrafes, os indivíduos identificam-se com o nome seguido do patronímico, sendo ambos de origem indígena (Ferreira, 2000.: 170).

(Encarnação, 1986: 456). Disso são exemplo uma inscrição proveniente do *uicus* da Quinta de S. Domingos<sup>266</sup>, no sopé do Cabeço das Fráguas ou a inscrição da *uilla* que se situava em Vila Boa<sup>267</sup>, em que surgem os nomes *Lucio Butius* (curiosamente o seu filho surge referido à maneira indígena) e Gaio Tatúcio<sup>268</sup>, respectivamente. Noutros casos, os indivíduos surgem identificados com um só nome, latino, seguido pelo patronímico (geralmente indígena), de que é exemplo a inscrição proveniente da aldeia de Fóios (Sabugal)<sup>269</sup>, onde *Rufus* (nome latino), coloca um ex-voto a *Paramaeco*.

A terceira fase de aculturação é descrita pela introdução do gentilício, sendo os indivíduos identificados com *praenomen*, *nomen* e *cognomen*, surgindo também referência à tribo em que estavam inseridos, indiciando que possuíam estatuto de cidadania romana de pleno direito. Na região do Planalto Guarda-Sabugal não existem referências a indivíduos que se identifiquem com *tria nomina*, à excepção de dois indivíduos que, não obstante, pelas características e cronologia das inscrições, indiciam ser emigrantes, como iremos ver.

Quando se coloca a questão da cronologia deste processo de aculturação, devemos salientar que este fenómeno terá ocorrido de forma mais célere noutros territórios romanizados, como na capital da *ciuitas Igaeditanorum*<sup>270</sup>. Por outro lado, parecia que as inscrições da primeira fase de aculturação poderiam ter ocorrido ao longo da segunda metade do século I d.C. e inícios do século II<sup>271</sup>. No entanto, ainda surgem em momentos mais avançados da romanização indivíduos identificados à maneira indígena. De facto, as inscrições da Quinta de S. Domingos, no sopé do Cabeço das Fráguas, apesar de apresentarem distintas cronologias de fabrico, indiciam já cognomes romanizados (Basso, Firmo, Avita, Cito e Plácida), embora alguns ainda evidenciem um cariz indígena (Fernandes *et al.*, 2006).

Os mesmos resultados parece terem sido detectados também na actual Província de Salamanca. O estudo das respectivas epígrafes parece denunciar uma sociedade pouco romanizada (ao nível social e económico), tendo sido detectados – num universo

---

<sup>266</sup> Inscrição n.º 6 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>267</sup> Inscrição n.º 29 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>268</sup> Este nome não se conhece em qualquer outro local (Ferreira, 2004: 195).

<sup>269</sup> Inscrição n.º 25 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>270</sup> Noutros locais, como o litoral algarvio, logo a partir de fins do século I d.C. começa a rarear a indicação de elementos indígenas, o que denota a presença da onomástica latina fortemente enraizada (Viegas, 2009: 584).

<sup>271</sup> Devemos ter em atenção que a cronologia atribuída às inscrições é baseada nas suas características, desde os caracteres às fórmulas presentes. Todavia, não havendo uma referência material concreta, estas datações serão sempre hipotéticas.

de 560 epígrafes – apenas dois indivíduos identificados com *tria nomina* (Salinas Frias, 2010: 46). Verifica-se assim uma grande afinidade entre o território do Planalto da Guarda-Sabugal e o de Salamanca que, apesar de deter indícios de uma comunidade já latinizada culturalmente, ainda seria pouco romanizada ao nível social e económico (Salinas Frias, 2010: 46). Assim, parece-nos que para esta região em concreto deverá haver um certo cuidado na aplicação dos modelos interpretativos baseados na mera latinização da onomástica, pois como refere Ana Paula Ferreira (2004: 22), na redacção e composição das epígrafes haveria que contar com “[...] outras regras que passariam essencialmente pelo gosto pessoal ou pela homenagem aos antepassados, ainda hoje tão comum.”<sup>272</sup>

No universo das 34 epígrafes encontradas no Planalto Guarda-Sabugal entre os nomes indígenas melhor representados salientam-se *Tanginus*<sup>273</sup>, referenciado 7 vezes, *Sunua*<sup>274</sup>, *Butius*<sup>275</sup> ou *Tritius*, cognome muito difundido desde a Celtibéria até à Lusitânia (Lourdes Firmat, 1985: 185)<sup>276</sup>, mas também *Ambatus*<sup>277</sup>, *Arantia/us e Aranta*<sup>278</sup>, *Cilius*<sup>279</sup>, *Camala/us*<sup>280</sup> ou *Caturo*<sup>281</sup>.

Na região do Planalto surgem também outros nomes, extremamente raros ou perfeitamente desconhecidos noutros territórios romanizados, como é o caso de *Malgeinus*<sup>282</sup>, ou os que aqui se encontram documentados pela primeira vez, como *Talacio*, *Peinuca*, *Telco*, *Tatucio* ou *Madureo*<sup>283</sup>

---

<sup>272</sup> De facto, torna-se evidente que apesar de se encontrarem patentes neste território em análise, logo no século I d.C., alguns elementos dos rituais e formalismos funerários clássicos, como as fórmulas finais ou os elementos decorativos das epígrafes, parece-nos que na onomástica registada nas mesmas o processo de aculturação não será tão evidente. Como refere Ana Paula Ferreira (2004: 44), “[...] esta sociedade pouco receptiva à onomástica romana assimilou facilmente ideias religiosas e práticas funerárias romanas [...]”

<sup>273</sup> Nome indígena, de tradição indo-europeia, típico da área lusitana e da Vetónia (Ferreira, 2004: 23).

<sup>274</sup> Antropónimo indígena raro, presente na Beira Interior e no interior de Castela (Albertos Firmat, 1976: 84), de tradição indo-europeia, mas com características célticas (Ferreira, 2004: 23).

<sup>275</sup> Nome indígena, típico dos vetões, que habitavam na área entre Salamanca e Cáceres (Lourdes Firmat, los antropónimos indígenas Penamacor, 53) e um dos mais bem representados na Lusitânia (Ferreira, 2000: 168).

<sup>276</sup> Veja-se o caso do oleiro de *terra sigillata* de *Tritium Magallum*.

<sup>277</sup> Muito comum na área da Meseta, desde Mérida ao Atlântico Norte (Albertos Firmat, 1976: 72).

<sup>278</sup> Antroponímia indígena comum ao longo do Rio Tejo, desde *Emerita* a *Olisipo* (Albertos Firmat, 1976: 72), mais comum entre os *Igaeditani*, *Tapori* e *Lancienses Transcudani* (Alarcão, 1990a: 148).

<sup>279</sup> Antroponímia indígena com maior presença na área centro / Meseta (Albertos Firmat, 1976: 79).

<sup>280</sup> Nome indígena, de origem galaico-bracarense, comum entre lusitanos e vetões (Lourdes Firmat, 1982: 53).

<sup>281</sup> Nome de origem galaica (Ferreira, 2004: 23).

<sup>282</sup> Antropónimo indígena raro, com presença na área central da Península Ibérica (Albertos Firmat, 1976: 79).

<sup>283</sup> Ver as inscrições n.ºs 34, 1, 2 e 30, respectivamente, do Catálogo de Epígrafes.

Surtem também nomes tipicamente latinos, embora em menor número, como *Avitus/a*, cognome latino comum na fase de transição, ou os mencionados na inscrição do Mileu, como *Quinta* ou *Frontão*<sup>284</sup>. De facto, num total de 68 nomes identificados no Planalto, apenas 21 são latinos, proporção que já Ana Paula Ferreira (2004) tinha salientado para a Beira Interior<sup>285</sup>.

Verificámos ainda que nas epígrafes do Planalto da Guarda-Sabugal a identificação dos indivíduos é efectuada regra geral apenas com o nome, seguido da filiação, ou seja, à maneira indígena, situação que se regista mesmo nos exemplares mais tardios. Esta circunstância torna problemática para o território do Planalto Guarda-Sabugal a hipótese de as distintas fases de aculturação estarem cronologicamente relacionadas com as práticas onomásticas mais comuns.

As epígrafes conhecidas permitiram ainda verificar que raramente é mencionada a idade do encomendante ou do homenageado e, quando surge, refere-se normalmente apenas aos indivíduos mais jovens, pois contempla Fusco, filho de Severo, com 22 anos<sup>286</sup>, Tangino, filho de Talávio, de 20 anos<sup>287</sup> ou Plácida, filha de Cito, com 4 anos<sup>288</sup>. Apenas em dois casos surgem referidas as idades de pessoas mais idosas: Caturão, filho de Valuto, de 70 anos<sup>289</sup> e Tangino, filho de Talávio, de 70 anos<sup>290</sup>. Como é comum nestes casos, os números correspondentes a estas idades estarão possivelmente arredondados.

---

<sup>284</sup> Num exaustivo estudo sobre Epigrafia Romana da Beira Interior, concluiu-se que nomes latinos como *Amoena*, *Avita*, *Rufus*, *Rufinus*, *Fronto*, *Fuscus* e *Modestus* são os mais comuns na região (Ferreira, 2004: 24).

<sup>285</sup> Note-se, porém, que, referindo-se à população urbana da Península Ibérica, um antigo historiador francês pôde escrever que “les villes amalgamaient une population cosmopolite, don’t le latin fut forcément la langue commune, langue apprise par beaucoup comme une langue étrangère, correctement parlée (car le latin des inscriptions est plus pur en Espagne que dans la généralité des provinces), où les termes vulgaires ne s’introduisirent qu’à la longue et qui garda des traces d’archaïsme, grâce à la haute ancienneté de nombreux établissements romains datant de la République” (Chapot, 1927:193).

<sup>286</sup> Inscrição n.º 31 do Catálogo de Epígrafes, possivelmente proveniente de uma *uilla*, referindo um indivíduo proveniente de Castelo Arcuce.

<sup>287</sup> Inscrição n.º 35 do Catálogo de Epígrafes, encontrada em Vila de Touro (Sabugal), estela talvez proveniente de uma *aldeia* Romana.

<sup>288</sup> Inscrição n.º 33 do Catálogo de Epígrafes, proveniente da *uilla* Lameiro das Casas (Pousafoles do Bispo, Sabugal); n.º 111 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>289</sup> Inscrição n.º 30 do Catálogo de Epígrafes, encontrada em Baraçal (Sabugal), possivelmente proveniente da aldeia de Vilares (Baraçal, Sabugal); n.º 76 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>290</sup> Também referido na inscrição n.º 35 do Catálogo de Epígrafes, encontrada em Vila de Touro (Sabugal), estela talvez proveniente de uma *aldeia*, indiciando tratar-se de uma estrutura familiar.

### 3.2.2 – Os diversos segmentos populacionais presentes nos testemunhos epigráficos

Os elementos relativos à população constantes das fontes epigráficas, apesar de serem pequenos indícios, são, porém, extremamente valiosos para nós pois, complementados com a leitura das outras fontes escritas, poderão trazer informações preciosas sobre a sociedade indígena do Planalto em pleno domínio romano.

Um dos aspectos captáveis na epigrafia é surpreendentemente o do lugar e o papel que as mulheres desempenhavam nesta sociedade. De facto, se por um lado as mulheres surgem representadas em mosaicos com funções domésticas, ligadas à casa, como a tecelagem, ou o transporte de cântaros ou com ligação à cultura, como executantes de música, por exemplo (Albertos Firmat, 1977: 181)<sup>291</sup>, outras mulheres havia na sociedade que desempenhavam papéis de outro relevo. Para além das conhecidas *flaminicae*, outras, como Sabina<sup>292</sup> atestada numa inscrição do *uicus* da Quinta de S. Domingos (Benespera, Guarda), desempenhariam funções ou deteriam estatutos bem diferentes do que seria habitual, pois no caso da inscrição referida, esta possuía um escravo e é o nome dela que surge no voto deste indivíduo a Laebo. Outras ainda – como a referida na inscrição do Mileu<sup>293</sup>, Quinta, uma liberta – mandaram colocar inscrições aos seus entes mais queridos, neste caso ao seu marido, Frontão, um *Taporo*. Assim, para além do destaque que estas mulheres atingiam na sociedade, que poderia dever-se ao seu ascendente patronímico ou obtido por via do casamento, por vezes surgem referências à fórmula “*de suo*”, ou seja, a expensas suas (Encarnação, 2001: 120), ou seja, estas mulheres mandaram construir monumentos epigráficos, denunciando um estatuto sócio-económico de destacar, sobretudo numa sociedade tão periférica como o era a do Planalto.

Por outro lado, como já foi confirmado noutras áreas, também aqui foi possível verificar que raramente as mulheres surgem referenciadas nas epígrafes ou apresentam *duo nomina*, quer como dedicantes quer como homenageadas, a quem é dirigida uma dedicatória, excepção feita a jovens, como parece ser o caso de uma estela encontrada

---

<sup>291</sup> Pense-se no exemplo do *Mosaico das Musas* da *uilla* romana de Torre de Palma, em Monforte, que proporciona uma figuração excepcional da mulher na Península Ibérica, a pretexto de uma representação de inspiração mitológica e de teor meramente iconográfico e decorativo.

<sup>292</sup> Inscrição n.º 8 do Catálogo de Epígrafes. Segundo José d’Encarnação (2001: 73) o cognome Sabina poderá estar relacionado com a região itálica de *Sabinum*, surgindo também na Quinta da Freiria (Cascais) e em Idanha-a-Velha.

<sup>293</sup> Inscrição n.º 2 do Catálogo de Epígrafes.

na Quinta da Rasa (Arrifana, Guarda)<sup>294</sup>, ou outra, da *uilla* romana em Pousafoles do Bispo (Sabugal)<sup>295</sup>. Mesmo quando surgem com nome latino, geralmente são representadas à maneira indígena.

Verificou-se ainda que as mulheres aparecem geralmente com nomes indígenas, seguidos do patronímico<sup>296</sup>, como é o caso do exemplar encontrado na *uilla* romana identificado em Pousafoles do Bispo<sup>297</sup>, que refere o nome da mãe, *Avita*, filha de *Quadratum*. O nome *Avitus/a* corresponde a um cognome latino, muito difundido e comum na fase de transição, verificando-se ainda que todos os indivíduos referidos nesta inscrição são indígenas.

Compreender, com os escassos indícios que possuímos, quais os indivíduos que seriam emigrantes no Planalto é uma tarefa difícil, sobretudo num território onde os indícios de aculturação são pouco evidentes ou esclarecedores. Assim, existe menção a um indivíduo – Fusco, filho de Severo – proveniente de outro local, mais concretamente um *Limico*, identificado com o Castelo Arcuce<sup>298</sup>. Trata-se de um indivíduo com nome latino, mas apresentado à maneira indígena, com indicação do patronímico, também ele com nome latino. O monumento epigráfico é uma estela, possivelmente proveniente de uma *uilla* romana (próxima do local de achado<sup>299</sup>), que apresenta uma informação pouco comum nas epígrafes funerárias, nomeadamente que o pai mandou fazer este monumento, mas por intermédio de um terceiro indivíduo, que é indicado apenas pelo nome, Tauroco. Poderia tratar-se do lapicida que fez a inscrição. Todavia parece-nos mais lógico que – tratando-se de um indivíduo de outra proveniência – o seu pai, possivelmente instalado no castelo Arcuce pediu a Tauroco que tomasse a iniciativa de colocação daquele memorial. Outra questão que esta inscrição pode levantar é a razão pela qual se encontraria um indivíduo de Castelo Arcuce numa *uilla* romana do Planalto? É possível que pelas mesmas razões que faziam com que os *transcudani* ou os

---

<sup>294</sup> Inscrição n.º 1 do Catálogo de Epígrafes, dedicada a Coria e a Peinuca, filhas de Trítio.

<sup>295</sup> Inscrição n.º 40 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>296</sup> Mesmo quando o seu patronímico apresenta já um nome latino, ou mesmo em situações nas quais as mulheres apresentam duplo nome, o segundo é geralmente indígena (Albertos Firmat, 1977: 183).

<sup>297</sup> Inscrição n.º 33 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>298</sup> O *castellum Arcuce* era um dos *castella* dos *limici*, mencionados por Plínio, localizados na Galiza. Estes surgem mencionados em diversas inscrições, entre as quais se destaca uma de Rio Tinto, que associa um limico com o *castellum* de Talabriga (Luján, 2009: 235).

<sup>299</sup> Inscrição n.º 31 do Catálogo de Epígrafes, possivelmente proveniente do sítio de Moradia (Carvalhal Meão, Guarda), sítio n.º 18 do Catálogo de Sítios Arqueológicos.

*tapori* se deslocassem para outras regiões, como é o caso dos *transcudani* que se encontravam em *Emerita Augusta*.

Pelos nomes que constam das epígrafes podemos ainda intuir a presença de outros imigrantes, como será o caso do que consta da inscrição encontrada na *uilla* romana de Vila Boa (Sabugal)<sup>300</sup>, que refere um indivíduo que poderá ser proveniente doutro local, Talacio, filho de *Coporico*<sup>301</sup>.

Também o nome latino *Valente*, do indivíduo que, na primeira metade do século I d.C., dedicou uma ara votiva a uma divindade indígena, poderá corresponder a um emigrante<sup>302</sup>. Nas vizinhanças, um outro indivíduo identifica-se com *tria nomina* e dedica uma ara a *Vordio Talaconio* (Sortelha, Sabugal; Osório, 2006).

Assim, temos a referência à presença de quatro indivíduos no Planalto que poderiam ser provenientes de outras áreas, embora da Lusitânia, à excepção do indivíduo referido na inscrição de Talácio, que poderia ser um colono doutra área do Império. Curiosamente duas destas inscrições, a que correspondem os números 1 e 47 do Catálogo de Epígrafes, são datadas da primeira metade do século I d.C., o que poderá ser mais um indício da proveniência alheia destes indivíduos e, de facto, apesar de não possuímos comprovação cabal desse facto, poderemos pelo menos colocar como hipótese que *Marco C(ornelio?) O.* poderia ser um colono. Por outro lado, as três inscrições mencionadas são provenientes de *uillae* e de um *uicus*, o que torna muito viável a hipótese de os indivíduos emigrantes serem colonos que vieram para esta região no intuito de explorarem os recursos naturais de um território que estava então a ser integrado no Império.

No *uicus Ocelona*, no sopé do Cabeço das Fráguas, uma das inscrições faz menção a uma mulher, Sabina, que possuía um escravo, agora liberto. Como já referimos, trata-se de um caso excepcional no Planalto Guarda-Sabugal, pois indicia que no seio do Império Romano as mulheres que possuíam escravos detinham uma situação de elevada relevância, quer social, quer financeira. Por outro lado, esta referência a um liberto indica-nos também um ambiente social muito romanizado pois, como sabemos, a posse de escravos era comum em Roma, constituindo um indicador de vida económica

---

<sup>300</sup> Inscrição n.º 34 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>301</sup> Como refere Ana Paula Ferreira (2004: 195-196), *Coporicus* é derivado do étnico *Copori*, localizado no *Conventus Lucensis*. Refira-se ainda que o monumento foi colocado por indicações do liberto Cílio, possivelmente um escravo que, por este acto, recebeu a liberdade, segundo indicação testamentária constante da mesma epígrafe.

<sup>302</sup> Inscrição n.º 47 do Catálogo de Epígrafes.

abastada (Mantas, 1988). Vejam-se as epígrafes encontradas em *Bracara Augusta*, capital do *conventus Bracaraugustano*, onde o número de escravos mencionados em epígrafes é elevado, representando 26% de população servil, por oposição a 23% de cidadãos romanos e 51% de peregrinos (Le Roux, 1996: 373). De facto, como mostram estes dados, torna-se evidente que o número de indivíduos de condição social servil era elevado na sociedade e os escravos possuíam um elevado poder económico, sobretudo em contexto urbano, tendo em conta o número de epígrafes por si encomendadas ou colocadas. O seu poder económico encontra-se atestado, por exemplo, em Idanha-a-Velha, onde uma inscrição mandada fazer pela liberta Amoena<sup>303</sup> indica que ela comprou a sua liberdade e a do seu filho (Sá, 2007: 275). No caso do Planalto Guarda-Sabugal temos referência a quatro libertos<sup>304</sup> e suspeita-se que outros dois terão recebido a sua liberdade em troca da colocação de inscrições em nome dos seus antigos proprietários, como parece ser o caso de Tureo, filho de Madureu, que segundo indicações testamentárias colocou uma placa funerária a Caturão<sup>305</sup>, ou o caso de Severo, que mandou colocar uma estela ao filho Fusco por intermédio de Tauroco<sup>306</sup>. Pelo patronímico supõe-se que também Boloseia seria uma liberta ou *ingenua* (filha de libertos), pois o seu pai, chamado Simate, poderá ter sido um escravo grego<sup>307</sup>.

São conhecidas algumas referências, sobretudo epigráficas, ao relevante papel que determinados libertos desenvolveram na sociedade<sup>308</sup>. Um dos casos mais conhecidos na História de Roma foi sem dúvida *P. Hélvio Pertinax*, um *ingenuo*<sup>309</sup> que atingiu o cargo de prefeito da cidade de Roma aquando da morte de Cómodo<sup>310</sup> (Grimal, 2010: 129). Outro caso sobejamente conhecido é o da personagem do *Satyricon*<sup>311</sup>,

---

<sup>303</sup> Trata-se de um dos cognomes latinos mais divulgados na Hispânia, com particular destaque para a região de Entre o Douro e o Tejo, inserido geralmente em contextos indígenas romanizados, uma vez que surge associado a antropónimos indígenas (Mantas, 1982: 11). Todavia, não podemos deixar de referir que é um dos casos mais complexos de analisar, uma vez que pode corresponder a um nome latino homófono de um nome indígena.

<sup>304</sup> Inscrições número 2, 8, 29 e 34 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>305</sup> Inscrição n.º 30 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>306</sup> Inscrição n.º 31 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>307</sup> Inscrição n.º 40 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>308</sup> Era comum no Império os escravos e os libertos terem papéis relevantes na sociedade, o que é atestado nas fontes escritas. Quando um imperador tomava o poder rodeava-se de libertos da sua confiança, como sucedeu no caso do Imperador Cláudio. Quando este ascende ao poder são os seus libertos, “[...] isto é, a gente da sua casa privada, que se ocupa de muitos dos grandes negócios [...]” (Grimal, 2010: 93).

<sup>309</sup> Os ingenuos, filhos de libertos, poderiam atingir carreiras de destaque na sociedade romana, como a nobreza municipal, a ordem dos decuriões ou a ordem equestre (Veyne, 2001: 47).

<sup>310</sup> Filho de Marco Aurélio, foi associado ao trono pelo seu pai, recebendo o poder tribunicio. Reinou desde a morte de seu pai, em 180 d.C., até ao seu assassinato, em 192, sendo o último dos imperadores da dinastia Antonina (Grimal, 2010: 104).

<sup>311</sup> Esta obra deve-se a Petrónio, o senador *Caius Petronius Arbiter*, e foi escrita no tempo de Nero. Proporciona um retrato da sociedade romana do século I d.C. Trata-se de uma narrativa cuja personagem



Trimalcião, escravo asiático, posteriormente liberto, que herdou a fortuna do seu mestre e que quando atingiu o estatuto de nobre entregou os seus negócios aos seus próprios libertos (Remensal Rodríguez, 1995: 52). Este liberto investiu o seu dinheiro no comércio marítimo, nomeadamente na compra de um carregamento, e depois usou o lucro no empréstimo a libertos, sob elevados juros. Tinha mais de 400 escravos e um elevado património, avaliado em 300 milhões de sestércios (García Garrido, 2001: 27).

Também na Hispânia temos notícias de libertos, sobretudo dos que desempenharam papéis relevantes, como os da família dos *Aelii Optati*, uma importante família de libertos ligada à exportação de azeite da Bética (Mantas, 1982: 25).

Também os libertos públicos (que enquanto escravos tinham desempenhado funções ao serviço da *ciuitas*) tinham um papel relevante na sociedade, pois mencionavam sempre a sua condição social nas epígrafes que encomendavam ou que lhes eram dedicadas, uma vez que esta seria um motivo de orgulho, como o parece comprovar uma das inscrições de Idanha, identificando *Chryseros*, um *Igaeditanorum libertus* (Sá, 2007: 42).

De facto, no contexto das sociedades antigas, a escravatura surgia “[...] como uma necessidade económica, ou mesmo uma comodidade na vida quotidiana [...]” (Grimal, 2010: 121). Deve notar-se que na produção da tríade mediterrânica trigo, vinho e azeite havia uma necessidade de muitos trabalhadores agrícolas, recrutados naturalmente entre os escravos.

Apesar de as informações serem provenientes apenas de epígrafes, pois são escassas as referências nas fontes escritas, os dados conhecidos parecem atestar que existia na sociedade romana uma distinção entre os escravos que trabalhavam em grandes domínios e os que trabalhavam no âmbito doméstico, ganhando estes uma relação mais pessoal com o seu amo ou com a família que serviam, enquanto os primeiros eram regidos de uma forma impessoal e por uma rígida disciplina. As fontes escritas mencionam ainda que existiam escravos que tomavam conta de propriedades dos seus amos, sendo obrigados a entregar a *pensio*, presentes simbólicos ao proprietário (Veyne, 2001: 219). Conhecemos mal o modo de vida de escravos e libertos, pois as fontes escritas, como as *Bucólicas* de Virgílio, dão-nos a conhecer como era a vida de apenas alguns libertos. Estes, após a sua libertação, continuavam por

---

principal é um escravo vendido num mercado de Roma e escolhido para *dispensator* (tesoureiro), sendo assim obrigado a aprender a ler e escrever. Após herdar a fortuna do seu mestre, dedicou-se ao comércio e, mais tarde, tornou-se um grande latifundiário, agricultor e usurário. Era um *princeps libertinorum* (Veyne, 2001: 37).

vezes a trabalhar para os seus antigos proprietários, nas mesmas actividades que desempenhavam anteriormente, na sua condição servil<sup>312</sup>. Assim, podemos perguntar até que ponto alguns dos *casais* identificados no Planalto Guarda-Sabugal, nas proximidades de quintas e *uillae*, referidas anteriormente, não seriam exemplos desta mesma situação.

No caso dos escravos mencionados nas epígrafes do Planalto Guarda-Sabugal, é possível que estes tivessem uma relação muito estreita com os seus antigos proprietários, levando-os a dedicar-lhes um memorial ou a referi-los nas mesmas. Outros, contudo, não mencionam a sua origem e, por vezes, é pelo nome apresentado que poderemos associá-los a libertos ou, no caso de filhos de libertos, a ingénuos. É o caso dos *cognomina* de origem grega, como parece ser o caso do pai de Boloseia, Simate ou Simatis, possivelmente relacionado com o termo grego Simas ou Simatates, presente na inscrição da Aldeia de Santa Madalena (Vila Fernando, Guarda)<sup>313</sup>. Enfim, os dados que possuímos nesta fase da investigação ainda são muito incipientes, não nos permitindo responder a esta e outras questões.

### 3.2.3 – Os Suportes epigráficos

A tipologia dos monumentos onde foram gravadas as inscrições poder-nos-á auxiliar no conhecimento da população que residia no Planalto. Assim começamos a nossa recensão com um dos suportes mais comum na região, as *estelas*. Num passado recente, considerava-se que as estelas pudessem caracterizar ambientes indígenas ou pouco romanizados<sup>314</sup>. Porém, tendo por base a tipologia dos monumentos epigráficos ou o esquema de apresentação tipicamente indígena, na região do Planalto Guarda-Sabugal, parece-nos que este fenómeno deverá ser equacionado não só em termos cronológicos (pois na sua maioria as estelas do Planalto Guarda-Sabugal são do século I

---

<sup>312</sup> É o caso de *Tutyre*, um dos libertos de Octávio (ainda na sua época de magistrado, muito antes de ser imperador), e que continuou a trabalhar nas terras que outrora tinham sido suas e que lhe foram posteriormente confiscadas (Veyne, 2001: 232).

<sup>313</sup> Inscrição n.º 42 do Catálogo de Epígrafes. Também em S. Romão (Seia) foi encontrada uma inscrição, do século II d.C., relativa a um indivíduo com um cognome de origem grega, identificado com *tria nomina* e proveniente de *Caesaraugusta* (Saragoça). É possível que fosse um liberto que, embora não identificando a sua filiação, construiu um jazigo familiar (Ferreira, 2004: 196).

<sup>314</sup> Como foi defendido por José de Encarnação para a região do *conventus pacencis* (Encarnação, 1986: 461).

d.C.<sup>315</sup>, isto é, dos primeiros momentos de contacto com a nova cultura), mas também em termos culturais, pois certamente os elementos da população indígena que sinalizavam os seus sepulcros com estes monumentos seriam indivíduos com um proeminente estatuto social e com os recursos económicos inerentes<sup>316</sup>. De facto, para a região do Planalto não nos devemos esquecer que – como refere Alan Tranoy (1984: 271) – não se deve relacionar a estela com os segmentos da população de recursos mais modestos, pois aqueles, ao colocarem monumentos epigráficos, denotavam a posse de recursos económicos e uma óbvia assimilação dos valores do Império, pois imitavam explicitamente as dedicatórias votivas e funerárias, próprias dos Romanos. Por outro lado, algumas estelas apresentam elementos que evidenciam uma execução elaborada, denotando um ambiente que está longe de poder ser classificado como indígena<sup>317</sup>, como parece ser o caso da inscrição CIPPV / M . FILL / I [sic] S(ui). STAT(uerunt)<sup>318</sup> ou o de uma estela com a gravação de uma estrela na cabeceira<sup>319</sup>.

Neste sentido, parece-nos que a distinção entre estas estelas e as aras ou placas funerárias surge mais ao nível da tipologia do monumento epigráfico do que da onomástica, o que parece comprovar que aquela distinção não corresponde à descrição de um ambiente tipicamente indígena, mas constitui antes um fenómeno de apego à tradição e à sua cultura, pois – como iremos ver e, como é sabido – no seio do Império Romano havia plena liberdade de culto para todas as comunidades integradas no mesmo, sendo uma das maiores provas a própria inscrição do Cabeço das Fráguas. Como Pedro Carvalho (2007a) já tinha defendido para a região da Cova da Beira, a colocação de epígrafes, tornando-se um bem de prestígio, está intimamente ligada às elites indígenas, surgindo também como uma forma de estas exibirem a sua projecção social, porquanto, como nota Inês Sastre, “[...] el uso de la escritura se identifica con la cultura de los dominantes y los nuevos poderosos locales recurren a ella como manera de mostrar su connivencia con la nueva ideología de poder” (Sastres Prats, 2007: 377).

---

<sup>315</sup> Noutras áreas têm sido detectados exemplares mais tardios, com o recurso a estelas de diferentes tipologias em relação às do território que agora analisamos. É o caso dos exemplares provenientes de uma oficina que existia em Segóbriga, que produziu estelas entre o reinado de Antonino Pio e o final do século II d.C. (Abascal Palazón, 1992: 335).

<sup>316</sup> Como refere Inês Sastre Prats (2007: 377) “El uso de la epigrafía por parte de algunos grupos sociales, urbanos y rurales, forma parte de la expresión de estas nuevas identidades sociales que son reflejo, en último término, de las nuevas relaciones de poder.”

<sup>317</sup> Gravadas em latim, eram usadas por uma população que sofreu um maior impacto de aculturação, que incluía certamente as elites indígenas, sob influência do esplendor cultural romano (Blázquez Martínez, 2007: 162).

<sup>318</sup> Inscrição n.º 32 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>319</sup> Inscrição n.º 28 do Catálogo de Epígrafes.

A partir do “Catálogo de Epígrafes” da região, que integra a presente dissertação, torna-se evidente que apesar de a ara ser a tipologia de monumento epigráfico mais frequente – ou mesmo o único no caso das inscrições votivas<sup>320</sup>, o que denota um elevado grau de aculturação – as estelas<sup>321</sup> estão também muito bem representadas, com um total de nove exemplares, que surgiram em *uillae* ou quintas. Apesar de aparentemente possuírem uma função idêntica às aras, as estelas – sempre de contexto funerário – destinavam-se a serem cravadas e fixadas no solo, assim sinalizando enterramentos. Com uma forma rectangular, a sua cabeceira é geralmente semicircular e nela foi gravada a iconografia (geralmente rosetas<sup>322</sup>, com eventual simbologia cósmica, como a representação do sol e da lua<sup>323</sup>), sobreposta ao campo epigráfico. Um bom exemplo é a estela encontrada na necrópole do Outeiro da Fonte (Sabugal)<sup>324</sup>, onde surge a representação de uma estrela na cabeceira. Destaca-se ainda a estela da Quinta da Rasa (Arrifana, Guarda)<sup>325</sup>, por possuir um nicho onde poderia ser colocado um busto ou qualquer outra pequena figura tridimensional (Ferreira, 2004: 188).

Enquanto as estelas foram construídas para serem cravadas no chão, assim sinalizando sepulturas, as aras poderiam ter outra finalidade. Como já referimos, na Quinta de S. Domingos (Benespera, Guarda) poderia ter existido um templo, tendo por base o elevado número de inscrições (aras) e os silhares almofadados encontrados no sítio. Poderia tratar-se de um edifício religioso, eventualmente muito pequeno, construído ao estilo e ao gosto romano, embora dedicado a uma divindade indígena, *Laebo*, referida e invocada em diversas epígrafes. Assim, estas aras teriam como lugar de destino um antigo local de culto que, em período romano, se deslocou do Cabeço das Fráguas (onde o culto a esta divindade também está atestado) para o sopé do santuário indígena primitivo<sup>326</sup>.

---

<sup>320</sup> As aras eram maioritariamente associadas ao culto de divindades.

<sup>321</sup> Apesar de por vezes se referir que as estelas estão relacionadas com contextos indígenas, não se pode negar que estes monumentos também são conhecidos na Península Itálica (Encarnação, roteiro cascais: 121). Também em Idanha-a-Velha estes monumentos se encontram bem representados, tendo aí sido identificados 28 exemplares (Sá, 2007: 195).

<sup>322</sup> Com distintas interpretações, destaca-se a associação com o sol (Blázquez Martínez, 2007: 162).

<sup>323</sup> Apesar de estes monumentos epigráficos representarem uma elite indígena que adoptou as práticas funerárias romanas, tornou-se evidente que os membros daquela elite continuavam ligados às suas antigas ideologias e crenças, como o testemunham os símbolos cósmicos (Blázquez Martínez, 2007: 162).

<sup>324</sup> Inscrição n.º 28 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>325</sup> Inscrição n.º 1 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>326</sup> Também para a *uilla* romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais) os investigadores colocam a hipótese de aí ter existido um pequeno templete, dedicado a *Trebarunnis*<sup>326</sup>, divindade identificada com a *Trebaruna* indígena.

Por outro lado, não deixa de ser sugestiva a existência de um santuário rupestre no Cabeço das Fráguas, um templo na vizinha Quinta de S. Domingos e a comprovação da existência de libertos neste último local. Estas três evidências colocam-nos perante a possibilidade muito forte da existência de um culto local organizado, onde sacerdotes<sup>327</sup> organizassem o culto a *Laebo*. Ao contrário da ara de Talaíde (S. Domingos de Rana, Cascais), que refere apenas os *magistri* (sacerdotes), pois a divindade cultuada não é referida, o que indicia ser o seu local de culto (Encarnação, 2001: 122), na Quinta de S. Domingos (no sopé das Fráguas) existem duas situações distintas: quatro inscrições referem a divindade, enquanto outras duas não lhe fazem qualquer menção. No entanto, uma destas duas refere o *Deo Sancto*<sup>328</sup>, situação também documentada no Santuário de Endovélico no Alandroal<sup>329</sup>. A continuação da investigação arqueológica no sítio da Quinta de S. Domingos poderá um dia vir a esclarecer ou mesmo a trazer contributos para a identificação deste local como um santuário e ainda eventuais sinais materiais das respectivas formas de culto.

A provável existência destes edifícios de carácter religioso leva-nos à menção de outros edifícios de carácter funerário, atestados pelo elevado número de placas funerárias encontradas na região do Planalto Guarda-Sabugal. Como podemos verificar no “Catálogo de Epígrafes”, a maioria destas placas surge em contextos de *uillae* e ainda na Póvoa do Mileu, sítios que apontam para um estatuto social elevado e para o correspondente poderio económico dos respectivos proprietários e de pelo menos alguns residentes desta vasta região<sup>330</sup>.

São sobejamente conhecidos no Império grandes estruturas arquitectónicas funerárias proporcionando túmulos monumentais pertencentes a famílias abastadas<sup>331</sup>.

---

<sup>327</sup> As evidências da organização do culto de divindades indígenas são muito ténues. Todavia, uma inscrição dedicada a *Trebarunne*, encontrada em Penha Garcia (Idanha-a-Nova), faz referência a uma sacerdotisa (Sá, 2007: 190), o que parece contribuir para reforçar a hipótese da existência de um culto organizado na Quinta de S. Domingos. A existência de sacerdotes encontra eco na literatura peninsular, de que é exemplo um vaso cerâmico encontrado em Numância, com a representação de figuras junto a um altar e identificadas como sacerdotes (Solana Sáinz; Hernández Guerra, 2000: 198).

<sup>328</sup> Também José d’Encarnação (1985b: 306) defende que quando não são mencionados os teónimos nas inscrições ou quando surgem em siglas, esta situação poderá significar que o sítio da sua descoberta era o *temenos*, o recinto habitual do culto de uma divindade de todos conhecida, não havendo necessidade de a referir explicitamente nas epígrafes que lhe fossem consagradas.

<sup>329</sup> Este santuário é um dos mais documentado actualmente e pelo número de ex-votos conhecidos seria um dos mais concorridos em período romano, a ele se deslocando indivíduos dos mais distintos estratos sociais (Encarnação, 2004: 295).

<sup>330</sup> No caso de Idanha-a-Velha os blocos faziam parte de edifícios, possivelmente colectivos, do cemitério da capital. À medida que falecia um outro indivíduo da família era colocada mais uma placa (Ferreira, 2004: 38).

<sup>331</sup> As famílias mais abastadas recorriam à utilização de altares ou estelas funerárias, enquanto que os restantes eram colocados em columbários, amplos cemitérios colectivos com nichos onde eram colocadas

Este tipo de estruturas arquitectónicas é praticamente desconhecido no contexto da Beira Interior, à excepção do mausoléu da Quinta da Fórnea<sup>332</sup> (Belmonte) ou de um outro que estaria localizado na Quinta da Caneca (Salgueiro, Fundão) onde foi encontrado um *pulvinius*, testemunho de um mausoléu<sup>333</sup>, possivelmente mandado construir por um colono que se instalou nas férteis terras da Cova da Beira. Noutros locais, apesar de estes edifícios serem desconhecidos, intui-se a sua existência, como em *Pax Iulia* onde existiria um jazigo familiar, do qual restou a monumental placa funerária em mármore, ou como na capital da *ciuitas Igaeditanorum*, onde algumas placas indiciam a existência de jazigos colectivos ou familiares, pela referência a diversos nomes nas respectivas inscrições (Sá, 2007: 194). Também no território que agora analisamos, embora as evidências sejam escassas, não podemos deixar de mencionar as duas placas funerárias do Mileu<sup>334</sup>, que poderiam estar integradas em monumentos arquitectónicos de carácter funerário, ou a de Benespera (Guarda)<sup>335</sup>, onde a referência a três indivíduos, cujas eventuais ligações familiares entre si desconhecemos, deixa intuir um indício muito forte de existência de um edifício de carácter funerário colectivo na *uilla* da Quinta de S. Domingos (Benespera, Guarda)<sup>336</sup>.

Apesar de todas as reservas e dúvidas, torna-se evidente que estes monumentos funerários sinalizam ambientes intensa e plenamente romanizados, que poderiam surgir quer em ambiente urbano quer rural, tendo estes últimos certamente menores dimensões que os primeiros. Pedro Carvalho identificou ainda um outro *pulvinius* na aldeia de Monteiros (Gagos, Guarda)<sup>337</sup>, já inserido na área do Planalto Guarda-Sabugal, possivelmente proveniente da *quinta romana* de Vilares (Gagos, Guarda)<sup>338</sup> e que apresenta uma pátera estilizada com dois círculos concêntricos (Carvalho; Encarnação 2009: 93).

---

as urnas, de que são exemplo os *columbários* escavados em *Emerita Augusta* ou o de Tróia de Setúbal. Existiam ainda as sepulturas modeladas ou construídas a partir de telhas e ânforas, como os exemplos de *Bracara Augusta*. Vejam-se ainda as sepulturas detectadas na Quinta da Fórnea 2 (Belmonte), onde – junto a uma estrutura arquitectónica monumental – foram identificadas três sepulturas de incineração, pequenas fossas escavadas no saibro, datadas de período alto-imperial (Santos, Carvalho, 2008: 131).

<sup>332</sup> Identificado como Quinta da Fórnea II (Belmonte), este mausoléu estaria inserido numa necrópole associada à Quinta da Fórnea I e à *uilla* das Marradas (Belmonte). Apesar de muito destruído, o mausoléu teria a forma de altar com *pulvini*, decorados com rosácea e uma possível pátera, em baixo relevo. A presença deste e de outros monumentos funerários em forma de altar na Beira Interior, construídos no I d.C., seria devida a colonos provenientes da Península Itálica (Santos, Carvalho, 2008).

<sup>333</sup> Estes grandes monumentos seriam típicos de ambientes urbanos, sobejamente conhecidos em Mérida a partir do período júlio-claudiano (Carvalho, Encarnação, 2009: 194).

<sup>334</sup> Inscrições n.º 1 e 5 do Ficheiro Epigráfico.

<sup>335</sup> Inscrição n.º 3 do Ficheiro Epigráfico.

<sup>336</sup> Sítio n.º 13 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>337</sup> Sítio n.º 27 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>338</sup> Sítio n.º 25 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

Dos testemunhos conhecidos, verificámos ainda que não se encontram documentados na região do Planalto monumentos epigráficos como as *cupae*<sup>339</sup>. Seria que o processo de aculturação do Planalto não fosse tão intenso como noutras regiões ou porque fosse marcado por uma tendência menos refinada? Apesar de parecer não ter sido frequente a sua difusão pela região da Beira Interior, pois encontram-se também ausentes do território da Cova da Beira, a sua aparente ausência nesta região é de facto de estranhar, uma vez que em Idanha-a-Velha se encontram representadas.

Também na região do Planalto Guarda-Sabugal o monumento epigráfico mais utilizado foi a *ara*, tendo-se identificado já 25 exemplares, na sua grande maioria dedicados a divindades. Assim, parece lícito concluir que a *ara* foi o monumento preferido para a celebração de actos votivos, dedicados às mais diversas divindades, desde as do panteão clássico às indígenas.

O *cipo* é outro tipo de monumento funerário romano também com a característica de ser cravado no chão, de que nos chegou um exemplar, encontrado em Valhelhas (Guarda), (Ferreira, 2004: 189). Este exemplar, datado da segunda metade do século II d.C., exhibe elementos clássicos como frontão e onomástica latina (o nome *Amabilis*, extremamente raro; Ferreira, 2004: 190),

Cabe-nos ainda referir o tipo de material com o qual os monumentos epigráficos do Planalto foram construídos. Das 47 epígrafes do território Guarda-Sabugal quase todas são construídas em suportes de granito, o material existente na região que, apesar de difícil de trabalhar, permitia não só a construção destes monumentos, como contribuiria para a sua conservação. Apenas se conhece um exemplar gravado numa placa de mármore. Trata-se de um fragmento de inscrição encontrado na escavação arqueológica do Mileu, em 2006, gravado numa placa de mármore branco, matéria-prima proveniente doutras paragens, possivelmente do mesmo local ou até da mesma oficina de onde fosse proveniente a estátua ou o mármore da estátua couraçada encontrada no Mileu. Se tivermos em atenção que na *ciuitas Igaeditanorum* num total de 273 inscrições conhecidas, apenas dez são gravadas em mármore (Sá, 2007: 196), o

---

<sup>339</sup> A *cupa* era um monumento funerário de suporte epigráfico. Embora de menores dimensões que os grandes monumentos funerários da Península Itálica e do Norte de África, teria a mesma tipologia (Encarnação, 2001: 121).

fragmento do Mileu denota o seu carácter de excepção<sup>340</sup>. Facilmente se percebe que a presença de epígrafes gravadas em mármore, escassamente representadas na região da Beira Interior, é um indicador de um elevado grau de poderio sócio-económico dos encomendantes<sup>341</sup>, uma vez que eram realizadas em materiais provenientes de longínquas proveniências. De facto, o mármore, que em si não era uma matéria-prima muito cara, tornava-se – no contexto do interior da Lusitânia – apenas acessível às elites municipais devido às longas distâncias que tinha que percorrer desde as pedreiras de origem ou desde os respectivos postos de distribuição (Pastor Muñoz, 2005: 219).

As fórmulas finais ou as expressões utilizadas nas epígrafes poderão também dar-nos algumas indicações sobre o grau de evolução do processo de aculturação. Veja-se o caso da utilização do grau superlativo na inscrição do Mileu, em que Quinta se refere ao seu falecido marido. Este tipo de expressões indica-nos, para além de um elevado grau de aculturação, os laços e os níveis de ternura patentes na encomenda da inscrição (Sá, 2007: 178).

Verificámos ainda que na sua maioria as inscrições dedicadas a divindades surgem com as comuns fórmulas finais, nomeadamente *A(nimo) L(ibens) V(otum) S(olvit)*, ou seja, *cumpriu de boa vontade o seu voto*, enquanto nas inscrições funerárias as fórmula mais comuns são *H(ic) S(itus) E(st) T(ibi) T(erra) L(evis) F(aciendum) C(uravit)*, havendo algumas que referem que a inscrição foi mandada fazer pelo pai de inumado, acentuado o papel do *pater familias*<sup>342</sup>, segundo indicações testamentárias.

### 3.3 - A RELIGIÃO

A temática da religião no território do Planalto Guarda-Sabugal no período da Antiguidade Clássica<sup>343</sup> é também muito complexa, uma vez que os elementos que

---

<sup>340</sup> Entre os escassos exemplares de inscrições de mármore da Beira Interior salientamos ainda um exemplar proveniente do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo), de fins do século I d.C. ou de inícios do século II.

<sup>341</sup> Como refere Ana Paula Ferreira (2004: 39), “[...] o custo do mármore era elevado, ultrapassando de longe as capacidades económicas da classe média”.

<sup>342</sup> Na estrutura familiar romana, o pai de família assumia o papel da autoridade, com vínculos jurídicos e religiosos, pois era o sacerdote dos cultos familiares (Salinas de Frías, 2001: 163).

<sup>343</sup> Uma vez mais teremos de referir que todas as epígrafes aqui apresentadas se encontram já publicadas e já foram alvo de estudos na sua globalidade (por exemplo, Osório 2006). Todavia, para além das epígrafes recentemente publicadas, e como já referimos, a análise que agora pretendemos apresentar diz respeito à totalidade do território em estudo, que incluiria, a nosso ver, a *ciuitas* dos *Lancienses Transcudani*, visando definir melhor quem seriam estes homens e quais as suas crenças.



possuímos são muito escassos, baseados quase exclusivamente nos dados que podemos retirar das epígrafes. Poderíamos ainda mencionar aqui certos elementos figurativos ou simbólicos, como os presentes nas lucernas onde se incluem alguns motivos religiosos como a representação de *Vitória* ou o culto a *Diana*. Todavia, dado o número tão reduzido destas figurações no conjunto de lucernas analisado, parece-nos que não deveremos considerá-los como representativos da religiosidade desta comunidade, pois a esmagadora maioria das lucernas encontradas neste território não exhibe qualquer carácter votivo.

A presente abordagem começa com o reconhecimento da importância das vias na circulação não só de gentes e mercadorias, mas também de ideias e cultos. Parece certo, porém, que desde o início do processo de aculturação se deverá ter implementado um sistema de sincretismo religioso<sup>344</sup>, como parece testemunhar uma inscrição proveniente de Monsanto (Idanha-a-Nova) que refere a divindade *Marti Boro* (Salinas de Frias, Rodriguez Cortês, 2004: 280).

Por outro lado, como já mostrámos atrás e como é sabido, a integração deste território no Império Romano não implicou a imposição obrigatória de uma religião ou de divindades do panteão latino, pois todos os testemunhos comprovam a existência de liberdade de culto, que permitia aos indígenas a continuidade do culto às suas antigas divindades locais. Para tal, não nos podemos esquecer que os romanos, como politeístas, acreditavam que os deuses e os espíritos se encontravam em todo o lado. E, assim, cultuavam diversas divindades, nas diversas instâncias da sua prática religiosa, desde o culto público de Estado ou da sua cidade, ao das corporações, passando pelo culto da família. As comunidades de direito latino prestavam culto aos deuses tutelares de Roma (a tríade capitolina: Júpiter, Juno e Minerva), bem como aos imperadores divinizados (Hanoune; Scheil, 2003: 70), enquanto nas Províncias cada cidade possuía os seus *dii patrii*, divindades que poderiam ser as tradicionais, por vezes resultantes do fenómeno de *interpretatio* (Grimal, 2003: 65).

Em casa – no larário<sup>345</sup> - eram adoradas as divindades familiares (*Lares Familiaris*), onde poderiam estar representadas três entidades divinas: os *Lares* (os

---

<sup>344</sup> Isto é, a associação de divindades romanas com divindades indígenas. Algumas divindades latinas poderão estar associadas à sua assimilação com divindades indígenas, fenómeno apelidado de *interpretatio*, manifestado “[...] quer pela anteposição do vocábulo deus ao teónimo indígena, quer pela justaposição dos dois teónimos (o indígena e o romano) referentes à mesma realidade divina, quer ainda pela aposição de epítetos indígenas às divindades clássicas” (Encarnação, 1986: 454).

<sup>345</sup> Tributo ou altar aos deuses da casa, encontrando-se referências a uma estrutura com esta tipologia em Centum Celas (Belmonte), construída com tijolos, com a sua lareira cultual. Estrutura datada da quarta

espíritos dos antepassados), *Penates* (os que guardavam a taça) e *Vesta* (a guardiã da terra da casa).

Na religião romana existiam três categorias de deuses: *Numina* (deuses com determinados atributos), *Olympios* (os grandes deuses da religião oficial, que tinha um paralelo evidente com os deuses gregos, mas com nomes latinos) e *Estrangeiros* (adoptados pelos romanos, sobretudo quando não existiam no panteão latino com essas funções ou resultando mesmo da adopção de divindades locais) (McMullin, 2004: 7-8). Todavia, nas Províncias, para além destas divindades, existiriam muitas outras, sobretudo de carácter tónico. De facto, um dos melhores exemplos de liberdade de culto, quer de divindades, quer de tipo de culto prestado, é a inscrição do Cabeço das Fráguas, como iremos ver.

Assim, num total de dezasseis epígrafes votivas<sup>346</sup> encontradas no Planalto Guarda-Sabugal, quinze são dedicadas a divindades indígenas. Todavia, como já referimos, o grau de aculturação dos que mandaram colocar monumentos epigráficos era elevado, tendo em conta que praticamente todas as inscrições votivas são gravadas em aras, geralmente contendo os elementos clássicos: base, fuste com molduras e capitel com fúculos (por vezes com toros).

Na abordagem da religião no Planalto Guarda-Sabugal iremos seguir de perto os critérios definidos por Jorge de Alarcão (1990a: 152) relativas à tipificação das divindades presentes neste território, nomeadamente a divisão por quatro grupos: as *genii locorum*, as adoradas por um único *populi*, as divindades indígenas comuns a vários *populi* e as divindades clássicas.

### 3.3.1 - *Genii locorum*

No grupo das divindades denominadas *genii locorum*, ou seja, as divindades indígenas adoradas num único local, teríamos referência a três divindades, das quais a mais representada é Laebo, presente em cinco inscrições, quatro<sup>347</sup> das quais

---

fase de ocupação, do século IV, aí foram encontradas as oito aras, uma das quais do século I d.C. Era o local de culto familiar aos antepassados e aos deuses protectores da casa (Frade, 2002a: 189).

<sup>346</sup> Refira-se que, embora numa dimensão mais reduzida, o número de inscrições votivas é mais elevado que as de carácter funerárias na região do Planalto, ao contrário da região da actual Província de Salamanca onde, num universo de 560 epígrafes, 86% apresentam um carácter funerário, sendo as votivas em muito menor número (Salinas Frias, 2010: 45).

<sup>347</sup> Inscrições n.º 6 a 9 do Catálogo de Epígrafes.

concentradas na Quinta de S. Domingos e uma no vizinho Cabeço das Fráguas<sup>348</sup>. Segundo Witczak (1999: 68), esta divindade estaria associado ao termo latino *Laribus*. Todavia, outras interpretações e atributos têm sido propostos, como o de Guyonvarc’h, que associa o termo com “laibos”, com o significado de *falso, torcido*, associado a uma função de *combate* (Fernández Albalat, 1990: 330). Recentemente, Blanca Prósper considerou que a forma original seria *Laipo*, que significa “fluir” (Prósper, 2002: 51), passando assim aquela divindade a ser interpretada como um elemento hídrico, possivelmente um pântano, “*LAĒBO* o *LABBO*, teónimo, talvez de \**loipo* – “pântano” (ai. *lépa*- “suciedad”, gót. *laiba* “resto”, aesl. *lěpu* “pagamento”). Lectura e interpretación por desgracia inseguras” (Prósper, 2010: 66).

Também a divindade *Trebopala*, identificada apenas na inscrição do Cabeço das Fráguas, se enquadraria neste grupo, tendo sido interpretada como um elemento hídrico importante para a comunidade, neste caso a *charca do povoado* (Prósper, 2002: 44).

*Aelua*, referida numa inscrição encontrada no Castro de Barreiras (Famalicão da Serra, Guarda)<sup>349</sup>, é desconhecida no ambiente Peninsular. Tem sido muito difícil compreender as suas características e atributos<sup>350</sup>. A maior semelhança poderá proporcioná-la o teónimo *Alva*, mencionado numa inscrição em Mouriscas (concelho de Abrantes; Encarnação, 1987: 15).

### 3.3.2 - Divindades indígenas comuns a vários *populi*

Entre as divindades indígenas comuns a vários *populi* encontram-se atestadas na região do Planalto *Trebarune* e *Reve*<sup>351</sup>, devendo dizer-se que esta última era a principal divindade do panteão lusitano. Surge noutros locais, com um carácter tópico, assumindo epítetos locais, registada do Minho ao Guadiana<sup>352</sup> e, na região da Beira Interior, com dispersão entre Santa Eufémia (Pinhel) e Proença-a-Velha (Encarnação, 1985a: 188). Os atributos desta divindade têm sido interpretados ou relacionados a elementos hídricos,

---

<sup>348</sup> Inscrição n.º 19 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>349</sup> Inscrição n.º 20 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>350</sup> Recentemente Jorge de Alarcão (2001: 315) pôs em dúvida a leitura corrente desta inscrição, considerando ser também possível que *Aelua* fosse a dedicante e *Bereco* a divindade.

<sup>351</sup> Inscrição n.º 19 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>352</sup> HEp 1042.

possivelmente como “o rio do povoado”<sup>353</sup>. Só na área da *ciuitas Igaeditanorum* foram identificadas três inscrições dedicadas a esta divindade indígena, uma das quais com a expressão de “hostia deliganda” que poderá estar associado a sacrifícios rituais de animais (Sá, 2007: 189), como o que se encontra documentado no Cabeço das Fráguas. Cultuados em amplas áreas da Hispânia, este culto seria originário do *conventus emeritensis*, mais concretamente da área de Castelo Branco, com uma ampla difusão geográfica, encontrando-se actualmente documentado desde a *Callaecia Bracarensis* até aos confins a Sul da Lusitânia (Blázquez Martínez, 2007: 132). A recente publicação de uma ara proveniente do *uicus* do Sabugal, apesar de possuir apenas o nome do dedicante, é um dos raros casos onde surgem elementos decorativos nas faces laterais da inscrição, nomeadamente um touro e objectos litúrgicos associados a rituais sacrificiais, levando Marcos Osório (2009) a levantar a hipótese desta ara votiva ser dedicada a *Reve*.

Para além de surgir no Cabeço das Fráguas, o culto a Trebarune encontra-se também atestado na Cova da Beira, em sítios como o Fundão, Lardosa e Penha Garcia (Idanha-a-Nova; Encarnação, 1975: 188), embora surja grafada com algumas variantes, nomeadamente *Trebaronna*, *Trebaronne* e *Trebarone*. Uma vez mais existem diferentes interpretações face ao seu lugar e à sua função no panteão lusitano, sendo a mais consensual a sua associação também a um elemento hídrico, nomeadamente a *fonte do povoado*<sup>354</sup>, embora Blánca Prosper defenda a interpretação segundo a qual seria o *campo do povoado* (Prósper, 2002: 44).

No território do Planalto encontram-se ainda representadas outras divindades, menos conhecidas, mas também comuns a dois ou mais *populi*, entre as quais se destaca *Laneana*, divindade feminina, comum a dois *populi*, atestada em inscrições no Planalto Guarda-Sabugal<sup>355</sup> e Fuente de la Higuera (Torreorgaz, Cáceres; Alarcão, 1990a: 149). Mas também *Aetio*<sup>356</sup>, uma vez mais uma entidade indígena de características desconhecidas, que surge referenciada em Covão (Alcaria, Fundão; Encarnação, 1987: 16).

Como refere José d’Encarnação (1975: 105), “[...] é dominante o carácter local-tópico ou étnico das divindades”. Entre estas, outra divindade representada no território

---

<sup>353</sup> Existem outras interpretações, como a de WITZAK (1999: 69-71), que a associa a *Iovi*, nome formal e etimologicamente muito próximo do romano Júpiter (Jove), o Zeus do panteão grego.

<sup>354</sup> HEp. 1042.

<sup>355</sup> Inscrição n.º 24 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>356</sup> Inscrição n.º 47 do Catálogo de Epígrafes.

da Beira Interior é *Banda*, divindade sobejamente presente e conhecida das epígrafes peninsulares, comum a diversos *populi*, à qual se juntam distintos epítetos, de referência tutelar. Esta divindade surge em diferentes contextos de povoamento, com uma área de dispersão considerável, desde Capinha<sup>357</sup> (Fundão), Longróiva<sup>358</sup> (Meda), Fornos de Algodres, entre outros (Encarnação, 1987: 19), ultrapassando os limites da Lusitânia, pois é atestada na *Callaecia* (donde seria originário) e nos *conventus Lucensis e Bracarensis* (Blázquez Martínez, 2007: 139). Uma vez mais a sua função foi interpretada com a natureza, mais concretamente como *caminho* ou *passagem*, sendo associado aos *lares viales* por María Blanca Prósper (Blázquez Martínez, 2007: 141). No território do Planalto Guarda-Sabugal encontra-se atestada numa inscrição encontrada em período mais recente, nos Castelos Velhos (Guarda)<sup>359</sup>, dada à estampa por José d'Encarnação e Adriano Vasco Rodrigues (2009).

Também *Arentio* é uma divindade tutelar, neste caso encontrada numa ara proveniente do *uicus Equotulle* (Sabugal)<sup>360</sup>, com um culto delimitado na Cova da Beira, sendo a inscrição encontrada mais a Norte. Surge também em Chão do Touro (Monsanto, Idanha-a-Nova), em Ninho do Açor (Castelo Branco) e em Moraleja del Peral, associado a divindades romanas como *Jupiter Solutorius* (Salinas Frias, 2010: 48). Segundo Patrício Curado (FE 27) teria um carácter geográfico, associado ao esporão onde este *uicus* estava implantado, possuindo esta divindade um carácter tutelar, como também se poderá observar noutras inscrições.

*Paramaeco* foi outra divindade cultuada no Planalto Guarda-Sabugal, tal como em Riosas (Astúrias) e em Lugo (Alarcão, 1990a: 149), embora se desconheçam os seus atributos e características.

### 3.3.3 - Divindades clássicas

No quadro de uma grande e muito prolongada fidelidade aos cultos pré-romanos<sup>361</sup>, torna-se ainda evidente que as divindades clássicas são as que se encontram

---

<sup>357</sup> Onde surge sob a designação de *Banda Arbariaicus* (Alarcão, 1998b: 147).

<sup>358</sup> A referência a *Bandi Longobricus* revela o topónimo deste núcleo urbano, que seria um *uicus* (Alarcão, 1998b: 147).

<sup>359</sup> Inscrição n.º 46 do Catálogo de Epígrafes. Sítio n.º 56 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>360</sup> Inscrição n.º 23 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>361</sup> Um velho historiador francês, Victor Chapot (1927: 123), notava há muito que “les simples, paysans, ouvriers, restèrent très fidèles aux antiques fétiches du terroir, qui, même affublés d’oripeaux latins,

menos representadas neste território do Planalto Guarda-Sabugal, com apenas uma inscrição<sup>362</sup>, dedicada a *Vitoria*, divindade romana que surge referenciada entre os *Igaeditani* e *Tapori*. A deusa alada era objecto de um culto muito antigo, recuando à Grécia Arcaica. A sua representação na escultura e na arquitectura é antiga, e dela são exemplos os arcos do Triunfo, que enaltecem os valores nos quais a sociedade romana se fundou: *virtus, honor e gloria*<sup>363</sup>.

Jorge de Alarcão sugere um fenómeno de *interpretatio* ou mistura entre os atributos de *Vitoria* e *Trebaruna*, sobretudo tendo em conta a dispersão geográfica dos dois cultos<sup>364</sup>. Só em Idanha são conhecidas três epígrafes, sendo dois dos dedicantes de origem grega (Sá, 2007: 186)<sup>365</sup>. Curiosamente na região entre o Planalto e a Cova da Beira são conhecidas outras três inscrições, sendo uma delas mandada colocar por um indivíduo que se identifica como soldado veterano signífero da *Coorte II* dos Lusitanos (Carvalho, 2007a: 285).

Na Província de Salamanca foram também detectadas duas inscrições dedicadas a *Vitoria*, em *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo?), a primeira dedicada por um indivíduo que se identifica com *tria nomina, L. Marcius*, da tribo Galeria (Salinas Frias, 2010: 46) e a outra de *Boutius*, filho de *Ambati* (Salinas Frías, 2004: 285), destacando-se a proximidade geográfica destas com a área do Planalto Guarda-Sabugal.

Verificou-se ainda que duas das inscrições funerárias na área de estudo são dedicadas aos *Deuses Manes*, uma entidade divina colectiva, a quem eram conduzidos os defuntos numa procissão, cujo culto se generaliza na Meseta apenas a partir dos primeiros Antoninos (Abascal Palazón, 1992: 335)<sup>366</sup>. A primeira é uma placa encontrada no Mileu<sup>367</sup> e a segunda um cipo encontrado nas proximidades da aldeia de Valhelhas<sup>368</sup>.

---

conservaient leurs caractères indigènes; l'épigraphie a mieux traduit que l'art le sentiment profond des foules".

<sup>362</sup> Inscrição n.º 22 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>363</sup> É o caso do Arco de Tito, onde estão representados três valores abstractos *Vitoria, Honos e Virtus*, naturalmente divinizados, "[...] política, sociedade e religião se harmonizavam num único todo, que se exprimia através destes conceitos." (Pereira, 2009: 350).

<sup>364</sup> Uma vez mais esta questão não é consensual. Veja-se Mantas (2002c: 114), tendo em conta que existia liberdade de culto.

<sup>365</sup> A dispersão das epígrafes dedicadas a *Vitória* parece estar associada ao culto a *Marte* e ao Imperador, como se pode constatar na área da *ciuitas Igaeditanorum* (Salinas de Frías, 2004: 285).

<sup>366</sup> Também na *ciuitas Igaeditanorum* estas divindades são referenciadas, encontrando-se a expressão em onze monumentos epigráficos.

<sup>367</sup> Inscrição n.º 2 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>368</sup> Inscrição n.º 4 do Catálogo de Epígrafes.

### 3.3.4 – O Santuário do *Cabeço das Fráguas*

É no Cabeço das Fráguas, numa inscrição já de período romano<sup>369</sup>, possivelmente no século I d.C. (Santos, Schattner, 2010: 101) que, numa inscrição já atrás repetidamente referida, se vai gravar uma das maiores concentrações de divindades indígenas da região, atestando a existência de um santuário. Encontra-se em língua indo-europeia, fazendo a listagem dos animais oferecidos em sacrifício a diversas divindades indígenas, ritual conhecido como *suovetaurilium*<sup>370</sup>, isto é, o triplo sacrifício de um porco, uma ovelha e um touro<sup>371</sup>. Trata-se de um santuário pré-romano, mas cujo culto sobrevivia ainda durante o Alto Império, período durante o qual o recinto sagrado sofreu algumas alterações, desde logo marcadas pela gravação da famosa e enigmática inscrição num afloramento central do povoado. De facto, são conhecidos alguns exemplares de santuários indígenas remodelados, que apresentam indícios de adaptação do ancestral ritual às novas tendências religiosas do Império. Disso poderá ser exemplo um pequeno edifício detectado nas proximidades da inscrição, de menores dimensões que os de período anterior e que os investigadores associam ao culto mencionado (Santos, Schattner, 2010: 101).

Segundo M. Koch (2010: 57) o santuário do Cabeço das Fráguas será mais antigo que outros, como Postoloboso (Ávila)<sup>372</sup>, este já do século II d.C. ou inícios do III, contemporâneo das aras encontradas na Quinta de S. Domingos, no sopé do Cabeço das Fráguas.

A interpretação da função e dos atributos das divindades mencionadas continua a suscitar muitas dúvidas, não havendo um consenso entre os investigadores sobre o seu significado, estatuto religioso e linguístico. A última leitura, de Blanca María Prósper, defende uma interpretação destas divindades com elementos naturais envolventes ao

---

<sup>369</sup> Segundo recentes intervenções neste local, tudo indica que a inscrição foi gravada numa terceira fase de utilização do santuário, que decorreu entre o século I a.C. e o século I d.C., fase marcada pela reestruturação do santuário e pela gravação da inscrição, num contexto em que a presença de vestígios romanos é escassa (Santos, Schattner, 2010: 101).

<sup>370</sup> Trata-se de um ritual sacrificial, de raiz indo-europeia, conhecido no mundo antigo em diversos locais como Roma ou na Índia, aqui sob a denominação de *Sautramani* (María Prósper, 2010: 63). O ritual tinha a função de lustração e purificação, contendo um elevado carácter expiatório e de apaziguamento das divindades, que aplacava em caso de ofensa (Schatter, 2010: 109).

<sup>371</sup> Nestes santuários a oferenda aos deuses deveria ser valiosa. Para os povos pastoris era frequente a oferta de animais domésticos em sacrifício (Solana Sáinz, Hernández Guerra, 2000: 203).

<sup>372</sup> Santuário localizado na Província de Ávila, nas proximidades do Castro El Raso de Candeleda, dedicado a *Vaelicus*, onde foi encontrado um conjunto de inscrições votivas (Salinas de Frias, 2001: 190).

povoado e que, certamente, possuiriam para a comunidade uma extrema relevância, como *Trebopala* interpretada como a *charca do povoado* ou *Trebaruna* como o *rio ou campo do povoado*, ou mesmo *Reve*, a divindade mais relevante do panteão lusitano, que seria o *rio do povoado*<sup>373</sup>.

Posto isto, torna-se evidente que – a aceitarmos as últimas interpretações para as funções destas divindades – nas sociedades pré-romanas desenvolveu-se um culto aos elementos naturais, personificando as entidades que eram relevantes para essas comunidades, identificando-se assim como cultos naturalistas, desenvolvidos em santuários ao ar livre. É assim que a interpretação das divindades mencionadas na inscrição do Cabeço das Fráguas se dirige para elementos hídricos, como o *rio do povoado* ou a *charca*, consideradas vias para chegar ao transcendente (Solana Sáinz; Hernández Guerra, 2000: 154). Outras divindades peninsulares estariam também associadas a elementos hídricos, como *NAVIA*, Nabia, mencionada numa inscrição encontrada em El Tedejo (León), ou num contexto mais próximo, *Munidis*, mencionado numa inscrição do castelo de Celorico da Beira<sup>374</sup>, divindade feminina relacionada com charcas e fontes ou, uma das mais conhecidas, *Matres*, relacionada com a terra mãe, protectora da abundância, da fertilidade e da fecundidade, associada a epítetos relacionados com a água, os rios ou as fontes (Solana Sáinz; Hernández Guerra, 2000: 157).

É possível que no Santuário do Cabeço das Fráguas pudesse confluir a peregrinação de distintos *populi* e classes sociais, tendo em conta o número de divindades mencionado. É comum estes santuários indígenas serem lugares de peregrinação aos quais acorriam devotos, por vezes de proveniência longínqua (Solana Sáinz; Hernández Guerra, 2000: 201), como foi atestado no Santuário dedicado a Endovélico<sup>375</sup>.

Também a nascente do Planalto, já em território actualmente espanhol, encontram-se atestados santuários rupestres, como a divinização da Serra de Jálama, na vertente Sul da Serra da Gata (próximo de Villamiel), onde o deus *Optimus Salama* foi cultuado (Salinas Frias, 2010: 48). Torna-se assim evidente a existência de distintos

---

<sup>373</sup> Da mesma opinião partilha José María Blázquez Martínez (2007: 126).

<sup>374</sup> HEp. 792.

<sup>375</sup> Este Santuário, localizado em São Miguel da Mota, Terena, Alandroal, onde se conhecem muitos vestígios epigráficos e material escultórico, é caracterizado pela devoção de fiéis que apresentam na sua maioria nomes romanos, de estatuto sócio-económico médio-alto, muitos deles ligados às grandes famílias da Bética Ocidental e da Lusitânia, quer por relações sociais, quer por laços familiares (Dias; Coelho, 1995-1997: 238).



tipos de santuários, uns ligados a elementos aquáticos, outros a bosques e mesmo a cumes de montanha, de que é exemplo este último caso, identificado em Jalama, comprovado através de duas inscrições. Comum a todos os santuários era a ideia de que o “[...] simbolismo de centro caracteriza a un espacio en el que, a través de rituales, se articulan el macrocosmos y el microcosmos social” (Solana Saínz; Hernández Guerra, 2000: 201).

Apesar de os santuários conhecidos se localizarem em sítios destacados na paisagem, outros existiam, como o que Fernando Curado regista a partir da inscrição rupestre dedicada a *Laneana*, encontrada em Aldeia da Ponte (Sabugal)<sup>376</sup>, divindade que surge também numa inscrição em Fuente de la Higuera<sup>377</sup> (Torreorgaz, Cáceres). Com distintas implantações, correspondiam a santuários ligados ao culto da água, sobretudo a nascentes termais, com um papel importante na cura de determinadas doenças. Como refere María Blázquez Martínez (2002: 21) a “[...] água na religião ibérica, como na Sardenha, era um meio terapêutico e mágico, no qual se manifestava a acção dos numes protectores do santuário através da água”. Disso são exemplo sítios como as termas de ValdelaTeja (Burgos) ou o Santuário de Postoloboso, atrás referido, mostrando que a localização destes santuários nas proximidades de fontes, nascentes ou cursos de água é um “[...] fenómeno bem documentado na religiosidade dos povos mediterrânicos [...]”.

Posto isto, tendo em conta a onomástica e as divindades mencionadas no território do Planalto Guarda-Sabugal, parece-nos licito concluir que, também neste aspecto da vida espiritual e religiosa a população que aqui residia sofreu (embora provavelmente de uma forma ténue e tardia) o impacto da Romanização. No entanto, como pano de fundo, confirma-se a manutenção das divindades e da onomástica indígena, mesmo em períodos avançados e a conseqüente escassez de culto às divindades do panteão latino.

---

<sup>376</sup> Inscrição n.º 24 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>377</sup> HEp. 800.

## 4. O SÍTIO ROMANO DA PÓVOA DO MILEU

### 4.1 A DESCOBERTA

A discussão em torno da pretensa ocupação romana da cidade da Guarda é muito antiga, pois remonta à própria historiografia barroca. Com efeito, apesar de as evidências arqueológicas conhecidas serem muito escassas, desde cedo a tradição erudita identificou a Guarda como a cidade *Lancia Oppidana*, registando-se ainda diversas referências a um extenso povoamento romano na cidade (Almeida, 1945). As escassas evidências levaram Carlos Alexandre de Aguiar, um estudioso local, a publicar uma série de artigos na revista *Altitude*<sup>378</sup>, na década de 40 do século XX, onde aborda diversas temáticas relacionadas com as “Origens da cidade da Guarda”. Nesses artigos apresenta as várias teorias relativas à fundação da cidade. Embora este autor incida e valorize os elementos de período medieval da cidade e arredores, incluindo a Capela do Mileu, nesses artigos, Carlos de Aguiar faz-se eco das teorias mais tradicionais, que atribuíam à cidade da Guarda uma fundação mais antiga. Assim, informa-nos de que o historiador barroco Frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuário Mariano*, fora o primeiro a afirmar que nas proximidades da Capela do Mileu existira uma grande cidade romana, tendo por base sobretudo a tradição oral, registando a existência de monumentos emblemáticos que a memória e a lenda identificaram como os de uma grande cidade. Todavia, apesar deste testemunho, o desconhecimento de vestígios de período romano na época em que escrevia, Anos 40 do Século XX, levou Carlos Alexandre de Aguiar a afirmar que a ocupação da cidade da Guarda e das suas imediações recuavam apenas à Idade Média.

Escrevendo em 2001, num artigo evocativo da passagem dos cinquenta anos da descoberta accidental das ruínas tomanas do Mileu, em Agosto de 1951, Adriano Vasco Rodrigues pôde escrever que:

---

<sup>378</sup> Publicação da Federação de Municípios da Beira Serra, administrado pela Comissão Administrativa, sob a responsabilidade editorial do Eng. Leopoldo Faria Gouveia, com sede no edifício do Governo Civil da Guarda. Durante várias décadas a revista *Altitude* foi a única publicação de carácter regional existente na região, desempenhando um papel de relevo na publicação de notícias e artigos relacionados com a história e o património local e a sua salvaguarda e divulgação. A edição do seu primeiro número recua a 1941. Actualmente da propriedade da Assembleia Distrital da Guarda, encontra-se sob a direcção de José Luís Lima Garcia.

“Até Agosto de 1951, desconheciam-se vestígios de povoamento romano no local e imediações da cidade da Guarda. Se os houve, até então deles não nos ficara testemunho histórico. A tradição localizava ali a *Lancia Opidana*, mas a ausência de dados arqueológicos aliada às dificuldades apresentadas no *Antonini Augustio Itinerarium* sobre a exacta posição da cidade, obrigava a dar à Guarda uma origem genuinamente portuguesa. Fundara-a D. Sancho I para guarda da fronteira. Portanto, sua origem romana só se podia apresentar como conjuntura mais ou menos hipotética. O General João de Almeida esforçou-se por identificar a Guarda com a *Lancia Opidana*, mas não conseguiu apresentar uma só prova visível dessa identificação. Todos os documentos materiais que referiu haviam sido destruídos pelo tempo”<sup>379</sup>.

Hoje pode considerar-se haver algo de verdade nas duas teorias sobre a fundação – *antiga ou apenas medieval* – da cidade. Por um lado, as deduções de Carlos de Aguiar têm uma certa lógica, pois, como o próprio autor refere, no momento em que foram escritos aqueles artigos a “[...] história e suas ciências auxiliares, nada disseram ainda á-cêrca das origens pré-romanas da Guarda. Deve, portanto, esperar-se pela sua palavra [...]” (Aguiar, 1942: 5). Ora, nas diversas intervenções arqueológicas realizadas nos últimos anos<sup>380</sup> na cidade actual, implantada sobre o burgo medieval, não foram até ao momento identificados quaisquer vestígios de ocupação romana. A verdade, porém, é que, alguns anos depois da publicação dos artigos de Carlos de Aguiar, no princípio da década de 50 do Século XX, surgiram importantes vestígios da Época Romana, nas proximidades da Capela Românica dedicada a Nossa Senhora do Mileu, imediatamente identificados como romanos.

---

<sup>379</sup> Rodrigues, 2011: 58.

Este autor, num texto publicado em 1962, sintetizava a questão das origens da cidade nos seguintes termos: “Até há poucos anos discutiam-se as origens da Cidade da Guarda. Para Alexandre de Aguiar a cidade era de fundação nacional, devendo-se unicamente a D. Sancho I. Para o General João de Almeida a urbe assentava num antigo castro romanizado. No entanto, os vestígios que o Herói dos Dembos afirmava ter visto quando ainda jovem, haviam desaparecido. Frei Agostinho de Santa Maria escreveu no *Santuário Mariano* ‘A Guarda já seria grande em tempo dos Romanos’ e ainda, a propósito da igreja românica do Mileu: - ‘É este santuário na opinião de todos, o mais antigo da Beira, porque se afirma que antes que os mouros entrassem em Espanha, já esta casa da Senhora era muito frequentada’. Frei Agostinho de Santa Maria vai mesmo ao ponto de considerar a igreja do Mileu como derivando de um templo romano, no que foi em 1941 criticado asperamente por Carlos Alexandre de Aguiar. Um certo descrédito acompanha algumas fontes do século XVII e XVIII. Frei Agostinho disse basear-se em documentos históricos existentes na Sé da Guarda. Ora, actualmente não se conhecem esses documentos. Isso levou a considerar como falsa a afirmação do Santuário Mariano, atribuindo a excesso de devoção a remota antiguidade dada ao templo de Nossa Senhora da Póvoa do Mileu, na Guarda.

Ora a verdade, porém, é ter em 1951 sido comprovada a afirmação de Frei Agostinho quanto à antiguidade do Mileu em tempo dos romanos. Também em 1957, achados cerâmicos e moedas vieram comprovar a romanização na cidade da Guarda, dando razão ao General João de Almeida” (Rodrigues, 1962.

Nota: nesta como nas transcrições seguintes, actualizou-se a grafia, quando necessário, e faz-se uso das demais convenções gráficas correntes.

<sup>380</sup> Para mais informações veja-se Pereira, 2003 ou, mais recente, Pereira, Cameijo, Marques, 2011.

#### 4.1.1 – A descoberta do sítio arqueológico em 1951 e as escavações de Bairrão Oleiro, de 1951-1952

Tal como tantas outras estações arqueológicas, também o sítio romano da Póvoa do Mileu foi descoberto por acaso. Com efeito, em 1951, durante as obras de construção da *Estrada Nacional (E.N.) 16-7*, que liga a cidade ao Bairro da Estação, surgiu aquela que se tornaria numa das mais relevantes e, ao mesmo tempo, numa das mais enigmáticas estações arqueológicas da Beira Interior, a do Mileu, nos arrabaldes a Leste da Guarda.

O desenvolvimento e crescimento urbanístico da cidade da Guarda suscitou na década de 50 do século XX a construção de uma estrada de ligação entre a estação de caminhos-de-ferro, ponto de chegada e partida de viajantes e mercadorias, e a cidade, implantada no cerro altaneiro desde o século XII. Foi durante esta obra que, em 1951, a passagem das máquinas nas proximidades da Capela Românica da Póvoa do Mileu levou à descoberta de importantes vestígios arqueológicos de período romano.

Ao contrário do que por vezes ocorria e ocorre, foram então feitos todos os esforços visando a salvaguarda dos importantes vestígios do nosso passado longínquo então encontrados. Assim, para lá da interrupção dos trabalhos de construção da estrada, foi solicitado parecer e auxílio à Junta Nacional da Educação e à antiga Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (DGESBA), na tutela do então Ministério da Educação Nacional, no sentido de se promover a investigação urgente deste núcleo histórico e de se encontrar uma alternativa para o traçado da estrada junto ao sítio arqueológico, visando a necessária continuação das obras de construção da via.

A elaboração de um parecer técnico sobre a relevância dos vestígios arqueológicos da Póvoa do Mileu e a sua preservação ficaria a cargo do então muito jovem arqueólogo João Manuel Bairrão da Silva Oleiro (1923-2000) e levou a sucessivas deslocações do mesmo à cidade da Guarda. Destas deslocações e do inerente trabalho de campo resultaram uma *notícia-relatório* circunstanciada, novos relatórios e dois *Pareceres* e respectivos anexos<sup>381</sup>, todos eles assinados pelo ilustre arqueólogo

---

<sup>381</sup> O processo geral, embora incompleto (pois está desprovido dos anexos originais, plantas, fotografias e desenhos) é encabeçado por uma página de rosto onde consta o respectivo “ASSUNTO – Dr. Alberto Diniz da Fonseca – Delegado da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção / Guarda / Comunica que foram encontrados, junto à Capela do Mileu, restos de uma antiga povoação romana, com todas as probabilidades de ser a célebre Lancia Oppidana”. O processo conserva-se no Arquivo Histórico do actual Ministério da Educação e Ciência – Direcção de Serviços de Informação e Documentação / Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência, no fundo documental **Ministério da Educação Nacional** –

enquanto “Vogal da 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção” da Junta Nacional da Educação. Trata-se sucessivamente do relatório “OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)”, datado de Coimbra, de 10 de Outubro de 1951<sup>382</sup>, de novo relatório “OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)”, datado de Coimbra, de 10 de Outubro de 1951<sup>383</sup>, não datado e do “Aditamento aos relatórios sobre os ‘Achados arqueológicos na Póvoa do Mileu (Guarda)”, de 26 de Novembro de 1951. A estes relatórios sucedem-se o “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS DA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)”, datado de Coimbra, de 14 de Janeiro de 1952<sup>384</sup>, e de novo “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS DA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)”, datado de Coimbra, de 30 de Março de 1952<sup>385</sup>.

No relatório “OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)”, de 10 de Outubro de 1951<sup>386</sup>, Bairrão Oleiro historia a descoberta e o seu conhecimento dos achados, informando que, enquanto vogal da Junta Nacional da Educação, no âmbito do “plano para os reconhecimentos das vias romanas na região de Castelo Branco à Guarda”, escrevera aos Delegados Concelhios da 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção da Junta Nacional da Educação do antigo Ministério da Educação Nacional, prevenindo-os da sua visita aos respectivos concelhos. O Dr. Alberto Diniz da Fonseca, presidente da Câmara e delegado concelhio da 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção da Junta Nacional da Educação da Guarda, a 28 de Agosto de 1951 manda o seguinte telegrama a Bairrão Oleiro, então em Abrantes: “favor dizer se pode vir hoje ver sarcófago romano

---

**Junta Nacional da Educação – 2.<sup>a</sup> Sub-Secção da 6.<sup>a</sup> Secção / Ano de 1951 / Livro n.º A-10 / Processo n.º 52/383.**

<sup>382</sup> Que no MEN ganhou o registro de entrada “L.º A-10 – N.º 52/383, de 30-X-51”.

<sup>383</sup> Que não tem registro de entrada no MEN.

<sup>384</sup> Registado no MEN com a referência “L.º A-10 – N.º 52/383”, não datada. O *Parecer* integra o seguinte averbamento: “Aprovado pela 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção da J.N.E., em sessão de 26 de Janeiro de 1952. Propõe-se o envio de cópia, com urgência, à Junta Autónoma das Estradas e à Câmara Municipal da Guarda. O Vice-Presidente, (a) João Pereira Dias. Despacho: “‘À consideração de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas.’ Em 29-1-952” (a) Veiga de Macedo. Na Secção de Coimbra do IPPAR existe cópia da cópia oficial autenticada deste mesmo *Parecer sobre os Restos Romanos...* de 14 de Janeiro de 1952, feita na “Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, em 4 de Fevereiro de 1952”.

<sup>385</sup> A *Cópia do Parecer sobre os Restos Romanos...* de 30 de Março de 1952 integra o seguinte averbamento, numa folha à parte: “Aprovado, nos termos da decisão da 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção [da Junta Nacional da Educação], em sessão de 15 de Março [sic] de 1952. O Vice-Presidente – (a) João Pereira Dias. DESPACHO MINISTERIAL: ‘Homologo’ – 31.3.52 [sic]. – (a) Veiga de Macedo”.

Na Secção de Coimbra do IPPAR existe cópia da cópia oficial autenticada deste mesmo *Parecer*, feita igualmente na “Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, em 9 de Abril de 1952”.

<sup>386</sup> A notícia, tem o seguinte averbamento a vermelho: “A Subsecção tomou conhecimento e resolveu que o Dr. Bairrão continue a orientar os trabalhos. 20-X-51. Pelo Presidente, (a) E. B. Tamagnini de Matos Encarnação”.

agora descoberto perto cidade Diniz Fonseca”. Bairrão Oleiro informa-nos que logo no dia seguinte, 29 de Agosto, vem pela primeira vez à Guarda, no âmbito deste processo e, no *relatório* em apreço, descreve os achados então a descoberto e as suas deduções, de que a seguir se transcrevem apenas as referências à estação arqueológica do Mileu (cópia da *Notícia-relatório* integral em anexo):

“Junto à capela do Mileu, ao abrir-se uma variante da estrada que liga a cidade à estação, haviam-se encontrado restos de construções, uma inscrição funerária, cerâmica de construção e fragmentos de placas de calcário.

Nada vi que pudesse comparar-se a um sarcófago [referido no telegrama do presidente da Câmara de 28 de Agosto], e se houvera simples sepultura esta já fora destruída.

Mas, indubitavelmente, tratava-se de restos romanos: a cerâmica, os poucos fragmentos de vidro, a inscrição, o tipo de construções e o achado de uma fivela circular de bronze com botões cónicos, não deixavam lugar a dúvidas quanto à época em que deviam colocar-se aqueles restos.

Os achados verificaram-se quando os trabalhos de construção do ramal atingiram o terreiro a Sul da capela do Mileu, onde morre em suave declive a colina que tem o sugestivo nome de ‘Castelos Velhos’.

Apareceram, além da inscrição e da fivela, mais tijolos, blocos de formigão, fragmentos de canos de barro de pequeno diâmetro, etc.

A terra extraída tinha uma grande camada de cinzas e algumas pedras acusavam sinais de fogo violento.

Os restos encontravam-se a pouca profundidade, não indo além de 1 metro e 50, altura a que se encontrava o pavimento de um compartimento quadrangular com muros de tijolo.

Assentando sobre a rocha natural podia ver-se uma espécie de cano largo, orientado na parte visível, de Norte para Sul, e construído com muretes de tijolo suportando grandes lages de granito.

No interior desse cano (?) apareceu terra húmida, com alguns carvões, ‘tegulae’ e fragmentos de tijolos.

Por não ter poderes para interromper os trabalhos, pedi ao Sr. Presidente da Câmara (que é ao mesmo tempo o delegado da Junta [Nacional da Educação]) que solicitasse a interrupção das obras naquele local, para evitar-se a destruição e perda de outros vestígios que deviam aparecer para os lados Norte e Oeste.

Fotografado o local e examinados os materiais, pedi ao encarregado das obras, Sr. Carlos António Lopes, que tivesse o maior cuidado e a preocupação de guardar tudo o que surgisse, para se transferir ao Museu.

Pedi também, ao Sr. Dr. Diniz da Fonseca que me fosse pondo ao corrente do que se passasse.

(...)

Bastante depois dessa minha visita à Guarda surgiram nos jornais as notícias dos achados, dizendo-se que fora pedida ao Ministério da Educação a ida de um técnico e lamentando-se a falta de gente competente para acompanhar as escavações.

Escrevi então ao Sr. Dr. Diniz da Fonseca, manifestando a minha estranheza pelo facto de nas notícias se falar do pedido da ida de um técnico, quando ali estivera já um vogal de um organismo técnico do Ministério da Educação, e pela aparente contradição que parecia haver entre o urgente pedido da minha presença no local e o silêncio que sobre ela se fazia, ao relatar-se a história dos achados e as providências já tomadas.

Obtive como resposta, no passado dia 5, um novo telegrama em que o Delegado da Subsecção me anuncia carta sua e participa a minha nomeação para a orientação das escavações.

Até hoje não recebi mais notícias directas, mas vi pelos jornais ‘A Guarda’ e ‘Novidades’, respectivamente de 28 de Setembro e de 7 de Outubro, que esteve no local o Dr. Russel Cortez, que verificou ‘nitidamente’ a existência de uma basílica cristã, católica e não ariana, anterior ao século VI, cujas ruínas, na opinião daquele arqueólogo e sob o ponto de vista nacional, são mais importantes do que as de Conimbriga.

Ignoro que razões terá o Sr. Dr. Russell Cortez para se pronunciar desta forma quanto às ruínas da Póvoa do Mileu. É possível que no lapso de tempo decorrido entre a minha visita e a do Dr. Cortez novos elementos tenham aparecido e que eles justifiquem as suas conclusões.

No entanto, não quis deixar de dar conhecimento a esta Subsecção do que vi e do que se passou. Vossas Excelências verão pela descrição feita e pela documentação fotográfica, o que me foi dado apreciar. Com os elementos que tive para estudo, na altura da minha visita, não quis pronunciar-me de maneira categórica.

Ignoro também quais as razões que levaram o Sr. Dr. Alberto Diniz da Fonseca a comunicar-me que fora eu encarregado das escavações. Seja, ou não, parece-me que deviam ir, pelo menos, dois vogais da secção de arqueologia, ao local.

O achado de restos romanos na zona periférica da cidade da Guarda, a relação que podem ter com a discutida questão da localização da Lancia Opidana, e a importância que o arqueólogo Dr. Russell Cortez lhe atribui, creio que justificam bem essa medida.

Coimbra, 10 de Outubro de 1951  
a) João Manuel Bairrão Oleiro”.

A este primeiro *relatório* seguiu-se outro, com o mesmo título, “OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA PÓVOA DO MILEU (Guarda)”, posterior a 20 de Outubro de 1951, embora a respectiva cópia não contenha qualquer data. Este segundo relatório correspondeu à segunda visita de Bairrão Oleiro ao Mileu, numa altura em que, face à importância então atribuída aos achados, as obras da estrada estavam interrompidas naquele sítio. A interrupção das obras prosseguiria, nomeadamente graças ao mau tempo (referido no relatório de 26 de Novembro, adiante transcrito), mas a grande preocupação de Bairrão Oleiro e das autoridades que tutelavam as escavações na época, a saber, a Junta Nacional da Educação, passava a ser a eventual conservação das ruínas. Esta conservação suscitava alterações no traçado da estrada, que começa a ser a grande preocupação das autoridades dependentes do então Ministério da Educação Nacional. Dada a sua relevância, transcreve-se integralmente o referido segundo relatório de Bairrão Oleiro sobre os achados do Mileu:

“OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA PÓVOA DO MILEU  
(Guarda)

De acordo com a resolução tomada na reunião desta Subsecção, celebrada em 20 de Outubro passado, fiz nova visita à Guarda para ajuizar da importância dos restos romanos encontrados na Póvoa do Mileu, por ocasião da construção da variante da estrada que liga aquela cidade à estação de caminho de ferro que a serve.

Num relatório aqui apresentado na última reunião, já tive oportunidade de esboçar a história dessa descoberta e de, sobre ela, tecer algumas considerações.

Por ocasião desta segunda visita ao local, não encontrei as coisas da mesma maneira, pois grande parte do que havia visto tinha sido destruída e outros compartimentos foram postos a descoberto.

A hipótese de se tratar de uma basílica cristã, proposta pelo Dr. Russell Cortez, torna-se mais viável em face do que fui encontrar agora a descoberto, embora, na minha opinião, só possa fazer-se um juízo certo e definitivo quando o edifício estiver totalmente escavado.

Como as descobertas feitas tinham levado a uma paralisação dos trabalhos da estrada e havia a maior urgência em tomar-se uma resolução, indiquei o nome do Sr. Engenheiro Coutinho de Vilhena ao Presidente da Câmara, que é, também, o delegado-concelheiro desta Subsecção.

Por este Senhor foi pedido à Junta Autónoma das Estradas que se fizesse um desvio da variante, no local onde haviam aparecido as ruínas romanas, no intuito de salvar estas da destruição total, inevitável, no caso de estas continuarem.

Por meu lado, enviei ao Sr. Doutor Sacramento Monteiro, uma carta em que comunicava o meu parecer favorável ao desvio da variante, para o caso de ser feita qualquer consulta por parte da Junta Autónoma das Estradas.

Em 7 do corrente mês, enviei ao Exm.º Sr. Engenheiro Amílcar Barros da Costa, Director dos Serviços de Conservação da Junta Autónoma das Estradas, uma carta nestes termos:

Exm.º Senhor

‘Por sugestão do Sr. Engenheiro Coutinho de Vilhena, e com o desejo de contribuir para a rápida solução do problema levantado pela suspensão dos trabalhos na variante da estrada que da Guarda vai à estação do caminho de ferro da mesma cidade, venho trazer ao conhecimento de V. Ex.ª a minha opinião sobre o assunto, como Vogal da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação e relator do processo em questão.

Das duas visitas que fiz ao local, a última das quais já depois da suspensão dos trabalhos, ficou-me a convicção de que seria conveniente solicitar à Junta Autónoma das Estradas o desvio da estrada naquele local, para salvar os restos ali aparecidos da sua total destruição, inevitável se não houver uma alteração, embora pequena, dos planos originais.

Creio que bastaria um desvio de alguns metros para a esquerda (de quem sobe) na zona onde apareceram restos de construção.

Os problemas que esses restos levantam e a importância que podem ter para um melhor conhecimento das remotas origens da cidade da Guarda, justificam, a meu ver, essa alteração.

O meu relatório sobre esta questão deve ser apresentado à consideração dos outros membros da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção, na reunião que deve celebrar-se no próximo dia 17.

Não posso, por conseguinte, dizer se o meu parecer será aprovado.

A minha opinião pessoal, como relator deste processo, é a que tive a honra de expor acima, apenas com o intuito de esclarecer V. Ex.ª e de contribuir para a resolução do problema que a paralisação dos trabalhos levantou.

Aproveito esta oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os meus respeitosos cumprimentos.’

Não recebi, ainda, qualquer resposta a esta carta, mas o Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Alberto Diniz da Fonseca, comunicava-me há dias: ‘Da J. A. E. escreveram para a Direcção de Estradas d’aqui perguntando se era possível fazer a variante. Conforme já esperava responderam que não. Resta agora que alguém venha ver in loco e estudar o caso;’



São estes os factos que, com o meu parecer, posso trazer ao conhecimento da Junta. Não sei se ainda será possível tentar qualquer coisa que evite a destruição daqueles restos romanos.

Mas se for viável um último esforço, parece-me que devia insistir-se. É pena ver desaparecer estes elementos de estudo, quando já dispomos de tão poucos.

O Vogal da 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção  
João Manuel Bairrão Oleiro”

Datado de 26 de Novembro de 1951, chegou-nos ainda a cópia de um importante aditamento aos dois relatórios anteriores, onde se propõe nomeadamente a eventual alteração do traçado da estrada no sítio contíguo ao Mileu e o prosseguimento das escavações até à parede Sul do cemitério contíguo à capela românica, a cargo da Câmara Municipal da Guarda. Transcreve-se igualmente, dada a sua importância para a história das escavações do Mileu:

“URGENTÍSSIMO – Aditamento aos relatórios sobre os ‘Achados arqueológicos na Póvoa do Mileu (Guarda), apresentados a esta 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção, em 20 de Outubro e 17 de Novembro de 1951<sup>387</sup>.

Para tomar conhecimento de certas particularidades técnicas que permitissem ajuizar acerca das possibilidades de salvar os restos arqueológicos romanos aparecidos na Póvoa do Mileu, desviando o traçado da variante da E. N. n.º 16-7, entre a Guarda-Gare e a Póvoa do Mileu, fui novamente àquela cidade.

Visitei o local na companhia do Sr. Presidente das Câmara e Delegado-Concelhio desta Subsecção – Dr. Alberto Diniz da Fonseca –, e do Director de Estradas do Distrito da Guarda, Eng.º Miguel de Macedo da Cunha Coutinho.

Em face das informações prestadas por este último Senhor, verifiquei que o prosseguimento dos trabalhos de construção da variante em questão, a serem continuados de acordo com o projecto, implica a destruição dos restos de edifícios ali encontrados.

A única forma de evitar essa destruição será desviar o traçado da variante de 15 metros para o sul das ruínas, para um terreno em que as sondagens, levadas a efeito com a colaboração da Câmara Municipal da Guarda e da Direcção de Estradas do Distrito, nada revelaram, além de escassíssimos fragmentos de cerâmica grosseira de construção.

Sob o ponto de vista técnico creio que não será impossível efectuar-se esse desvio, embora a rampa ofereça maior declive, e tenham de ser alteradas certas condições do contrato n.º 1.762, celebrado com a firma Construtora do Tâmega, Lda.

Cabe portanto, e em última análise, à Junta Autónoma das Estradas pronunciar-se sobre a questão.

Mas, como os trabalhos estão suspensos, em virtude do mau tempo, e como a provável utilização do edifício descoberto não está ainda, a meu ver, completamente esclarecida, sugeria o seguinte:

1.º) que, por parte da Junta Autónoma das Estradas, se estudassem as possibilidades que há, sem grande prejuízo para as partes contratantes, de efectuar esse desvio de 15 metros para sul, na zona das ruínas e paralelamente a estas;

2.º) que a Câmara Municipal da Guarda, interessada na conservação e estudo dos vestígios encontrados, proceda a escavações no local e na zona confinante, para norte, até ao muro do cemitério anexo à capela românica da Póvoa do Mileu.

---

<sup>387</sup> À margem, em letra de máquina, consta o seguinte averbamento: “Aprovado pela 2.<sup>a</sup> Subsecção da 6.<sup>a</sup> Secção da J.N.E. em sessão de 15 de Dezembro de 1951. Deverá enviar-se cópia à Junta Autónoma das Estradas. O Vice-Presidente (a) João Pereira da Silva Dias. DESPACHO MINISTERIAL: ‘Homologo. 31-12-51. (a) Veiga de Macedo’”.

É para esse lado que o edifício posto a descoberto parece prolongar-se e como os trabalhos da estrada estão suspensos, poderia aproveitar-se esta ocasião e essa circunstância para colher novos elementos de estudo e apreciação.

Em face deles se poderia modificar, de qualquer forma, o problema. Se se reconhecesse a necessidade absoluta de conservar os restos romanos, far-se-ia o desvio, cujo estudo proponho no n.º 1.

Se, pelo contrário, se verificasse não ser isto necessário, não se perderiam os novos elementos obtidos e haveria tempo para se fazer uma planta e um estudo rigoroso do edifício posto a descoberto.

Creio ser intenção do Município da Guarda solicitar autorização para se fazerem as escavações a que acima me refiro. Na minha opinião essa autorização deve ser concedida rapidamente, com a condição de que os trabalhos se efectuem com toda a urgência e sejam imediatamente comunicados os resultados à Junta Nacional da Educação, a fim desta elaborar um parecer definitivo.

Coimbra, 26 de Novembro de 1951.

O Vogal da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção  
João Manuel Bairrão Oleiro”.

O Relatório de 26 de Novembro de 1951 foi remetido de Coimbra por Bairrão Oleiro a 27 de Novembro de 1951, a ter em conta o registo de correio do envelope que aparentemente o remetia para o Dr. António do Sacramento Monteiro, enquanto Secretário da Educação Nacional. Este mesmo relatório foi enviado, enquanto “parecer”, ao Ministro das Obras Públicas, por Ofício do Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 4 de Dezembro de 1951<sup>388</sup> cujo teor era o seguinte:

“Senhor Ministro das Obras Públicas  
Excelência

Tenho a honra de submeter à esclarecida atenção de Vossa Excelência o parecer do Vogal da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação, Dr. João Manuel Bairrão de Oliveira e Silva Oleiro, no qual se contêm sugestões para solução do problema da estrada que atravessa a estação arqueológica da Póvoa de Mileu (Guarda)

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais distinta consideração.

A bem da Nação

Lisboa, 4 de Dezembro de 1951

O Subsecretário de Estado da Educação Nacional”.

O “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS DA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)”, datado de 14 de Janeiro de 1952, começa logo por referir, no seu primeiro parágrafo, as circunstâncias e objectivos da missão que deu origem à produção do mesmo, que a seguir se transcrevem:

“de acordo com a deliberação tomada na última reunião desta Subsecção [da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação] estive novamente na Guarda, com o fim de

---

<sup>388</sup> Aparentemente, foi este mesmo *Parecer* que foi também enviado ao Presidente da Junta Autónoma das Estradas, a coberto do Ofício do Secretário da J.N.E. com a referência L A-10 52/383 / 175, de 16 de Janeiro.

efectuar trabalhos de escavação na Póvoa do Mileu a fim de procurar outros elementos para a solução do problema em causa: isto é, se devem ou não conservar-se os restos romanos ali aparecidos, desviando o traçado da variante à E.N. N.º 16-7, entre a Guarda-Gare e a Póvoa do Mileu”.

Dos parágrafos iniciais do *Parecer...*, em seguida transcritos, ficamos a saber algo das circunstâncias da produção do mesmo e do material de apoio que o integrava (e que não consta do processo conservado no Ministério da Educação), e sobretudo do decorrer das escavações e até do impacto público que as mesmas provocaram na cidade:

“Do resultado desses trabalhos levados a efeito com a colaboração de pessoal cedido pela Câmara Municipal, falarão sobretudo os desenhos e fotografias que apresento à consideração de V. Excelências, pois quanto a mim o problema do fim a que se destinava o edifício posto a descoberto não está ainda resolvido.

Por razões de tempo, financeiras e técnicas, não foi possível escavar, como se projectara, todo o terreno para o lado norte das ruínas, até ao muro do cemitério da capela do Mileu.

O telegrama do Sr. Presidente da Câmara com a notícia de que podia seguir para a Guarda, só me chegou às mãos no dia 19 de Dezembro, pela noitinha. Parti, pois, a 20 e os trabalhos, interrompidos com a aproximação dos dias festivos do Natal, foram levados a cabo em 21 e 22.

Por outro lado, a Câmara Municipal não dispunha de verba para pesquisas demoradas e o emprego de grande número de trabalhadores não industriados neste género de tarefas, seria altamente prejudicial, não só por me impossibilitar de exercer uma vigilância eficaz, mas também por todos os inconvenientes que tem uma escavação apressada.

Apesar disso, alguma coisa de proveitoso resultou do trabalho feito: radicou-me, pelo menos, na convicção (de resto já aqui formulada) de que **o local deve ser poupado para estudo e como documento de um período histórico de que na cidade da Guarda não se conhecem outros vestígios.**

Talvez seja esse o motivo que explica o interesse que há pela questão. As visitas ao local pelo menos enquanto duraram os trabalhos, eram frequentes. Lembrome de, em dado momento, ter contado cinco automóveis ali estacionados!

E, pelo que toca às referências da imprensa, já contei um mínimo de doze, entre descritivas, interrogativas e polémicas” (sublinhados nossos).

O “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 14 de Janeiro de 1952, terminava com os dois parágrafos que em seguida se transcrevem:

**“De qualquer forma, o meu parecer é de que as ruínas sejam conservadas, se bem que isso signifique um aumento de despesa,** creio que de 198 mil escudos, com a alteração do traçado da variante. Esta opinião, dada a urgência do caso, foi transmitida alguns dias depois do meu regresso de férias do Natal, ao Sr. Engenheiro Coutinho de Vilhena, nosso ilustre colega.

Como a Câmara Municipal não pode, segundo creio, subsidiar os trabalhos de escavação, proponho que esta Subsecção dê parecer favorável a qualquer pedido de verba para esse fim, e que se officie às autoridades egitanenses recomendando a vigilância do local, a fim de evitar a destruição do que está à vista e impedir as pesquisas não autorizadas” (sublinhados nossos).

Por sua vez, o “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 30 de Março de 1952<sup>389</sup>, descreve, nos seus parágrafos iniciais, as circunstâncias da campanha seguinte (e última) das escavações de 1951-52, que continuavam a cargo de Bairrão Oleiro:

“Em 9 de Fevereiro de 1952 deu entrada na Junta Nacional da Educação um ofício do Exmo. Senhor Presidente da Junta Autónoma das Estradas, em que se comunicava que até fins de Março podia, sem inconvenientes para o regular andamento da obra de construção da E. N. N.º 16-7, na zona que atravessa a estação arqueológica da Póvoa do Mileu, aguardar-se que fosse tomada qualquer deliberação.

Esse ofício terminava com as seguintes palavras, que transcrevo: ‘Conviria, portanto, que até lá fossem efectuadas as escavações necessárias para a Junta Nacional da Educação se pronunciar em definitivo sobre a solução que convenha adoptar’.

Procurando satisfazer ao que lhe era solicitado, a 2.ª Subsecção entrou em negociações com a Câmara Municipal tendentes a conseguir desta os meios necessários para se efectuarem as escavações.

Com uma prontidão que só merece elogio e agradecimento, a Câmara Municipal da Guarda acedeu ao pedido formulado.

Em virtude da instabilidade do tempo, a oportunidade de efectuar o trabalho em boas condições só surgiu no passado dia 25 [de Março], em que segui para a Guarda, na companhia do Exm.º Senhor Professor Doutor João Pereira Dias, ilustre Vice-Presidente desta Subsecção, que àquela cidade se deslocou, não só para agradecer às autoridades egitanienses a colaboração várias vezes prestada, como também para examinar a estação arqueológica em questão.

Às 9 horas da manhã do dia 26 foram os trabalhos iniciados ao fundo da 2.ª ala (a contar de poente) perpendicular ao compartimento principal, no local onde as minhas anteriores escavações tinham posto a descoberto um arco de tijolo, tombado mas conservando a forma, mercê da terra que o envolvia e protegera”.

Este “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952, conclui com as seguintes considerações, recomendações e conclusões – as últimas conhecidas, devidas a Bairrão Oleiro, relativamente a esta estação arqueológica – e que por isso se transcrevem:

---

<sup>389</sup> Este *Parecer* é remetido à JNE em anexo ao ofício manuscrito de João Pereira Dias, Vice-Presidente da 2.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação (em papel timbrado da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra), datado de Coimbra, de 30 de Março de 1952, com o seguinte teor:

“Exmo. Senhor Dr. Sacramento Monteiro,  
meu muito prezado Amigo

Junto envio o Parecer sobre a Póvoa do Mileu, elaborado pelo Dr. Oleiro por decisão da 2.ª Subsecção na sua última sessão.

Para que a Junta Autónoma das Estradas salve o monumento, desviando a estrada que o ia cortar, é indispensável que o Parecer chegue lá imediatamente. Se não for assim, o empreiteiro continuará a obra. Peço, pois, o favor de colher imediatamente o despacho do nosso Ministro ou Sub-Secretário, e providenciar para que a cópia, que envio a mais, siga logo para a Junta das Estradas [sic].

O Processo, que está em poder do Dr. Oleiro, segue pelo correio de amanhã, para aí chegar na Terça-feira.

Cumprimentos do amigo grato

a) João Pereira Dias”.

**“O local deve ter sido remexido profundamente, assim se explicando que apareça quase tudo em fragmentos, que os ossos surjam dispersos e confundidos alguns materiais de épocas diferentes.**

De uma coisa, porém, parece não haver dúvidas: de que a estação é de época bastante tardia.

Notámos que de Dezembro para agora, parte do que fora descoberto se encontrava destruído, embora parcialmente.

Conviria, portanto, que o que está à vista fosse consolidado e se efectuassem algumas restaurações, que a existência de materiais no local e a planta, desenhos e fotos, permitem fazer sem perigo de erro.

Terminado este trabalho urgente, devia construir-se uma vedação em redor do local, com postes de cimento e arame, de modo a permitir a visão aos visitantes. Mas impõe-se, como é óbvio, que o local seja eficazmente vigiado e defendido da excessiva curiosidade dos que já contam que apareça no local um carneiro de ouro...

Tomadas todas estas precauções e as que adiante proponho, poderá então ser esta estação estudada com todo o cuidado que o seu interesse bem merece, e sem precipitações de qualquer espécie.

**A sua conservação impõe-se; pois embora o espólio tenha sido, até agora, relativamente pobre, não pode deixar de notar-se que ele é curioso. Por outro lado, a enigmática planta do edifício parcialmente descoberto, é outro motivo que justifica bem a sua conservação. Só assim poderá ser estudado com calma e com tempo.**

Embora a Póvoa do Mileu não fique dentro da Guarda, o facto de no local da cidade nunca se terem encontrado restos romanos, é outra razão forte, tanto mais que está junto a uma interessante capela românica (já classificada como monumento nacional) e possivelmente abrangida pela sua zona de protecção, a respeito da qual já solicitei elementos à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 27 de Outubro de 1951.

#### Conclusões:

Considerando não só o que consta deste relatório, mas também aquilo que nos anteriores submeti à apreciação desta Subsecção, é meu parecer e proponho

**I) Que a 2.ª Subsecção da 6.ª Secção proponha definitivamente a alteração do traçado da E. N. 16-7, na zona da estação arqueológica da Póvoa do Mileu, de acordo com a variante ultimamente estudada pela Direcção de Estradas do Distrito da Guarda.**

**II) Que se classifique como imóvel de interesse público a zona compreendida entre o limite sul das ruínas, o muro do caminho que passa pelo lado Oeste, o muro do caminho paralelo à vedação do cemitério da capela, e o limite leste das ruínas.**

Assim se abrange o pequeno plaino contíguo às ruínas, para o lado da capela, onde parecem continuar os vestígios de construção.

Como a nova variante deve passar nos terrenos que ficam para Oeste, entre as ruínas e a actual estrada da Guarda à Estação, **convirá que, no caso de surgirem novos restos que o traçado não destrua, estes possam vir a ser incorporados na classificação.**

A propriedade destes terrenos, segundo me informaram na Guarda, pertence à Exm.ª Senhora Dona Ana Albertina Patrício Gil” (sublinhados nossos).

Os principais achados encontrados nestas primeiras campanhas de escavações foram um edifício “parcialmente descoberto”, cuja “enigmática planta” se considerou ser “outro motivo que justifica bem a sua conservação. Só assim poderá ser estudado

com calma e com tempo”<sup>390</sup>, a par dos diversos materiais arqueológicos, que mereceram a seguinte apreciação: “embora o espólio tenha sido, até agora, relativamente pobre, não pode deixar de notar-se que ele é curioso”<sup>391</sup>. Entre este espólio merecem referência fragmentos arquitectónicos como “algumas pedras graníticas lavradas e uma base de coluna”<sup>392</sup>, bem como “uma pedra de granito, almofadada, na base de um dos pilares que limitam, pelo norte, a suposta ‘nave’”<sup>393</sup>, ou as “várias pedras lavradas e uma base de coluna, assim como um pequeno tubo de barro, com o diâmetro interno de 3,5cm”<sup>394</sup>. Adiante especificam-se alguns destes achados, precedidos da consideração já citada:

“O espólio recolhido foi pobre. Além do que já foi referido apareceu o seguinte: vários pregos de ferro; uma asa de sítula em bronze, sem qualquer ornato e com orifício de fixação, por meio de cravo, à vasilha (Desenho V); uma coluna de granito (fragmento) com 26 cm. de diâmetro; raros fragmentos de cerâmica doméstica grosseira; alguns fragmentos de placas marmóreas de revestimento; muita cerâmica de construção; escórias de fundição; e vários pedaços de canos de barro de pequeno diâmetro (...)”<sup>395</sup>.

No “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952, referem-se os materiais achados na remoção das terras “no local onde as minhas anteriores escavações tinham posto a descoberto um arco de tijolo, tombado mas conservando a forma, mercê da terra que o envolvia e protegera”, onde “foram encontrados os seguintes objectos: uma escápula de ferro; uma argola do mesmo metal, muito oxidada; uma fíbula anular de bronze, de botões cónicos (do mesmo tipo da que foi referida no primeiro relatório), já sem o fusilhão e sem um dos botões; e um ‘exagium’ de bronze, a que adiante nos referiremos com detalhe”<sup>396</sup>.

Mais adiante, no mesmo *Parecer*, Bairrão Oleiro refere, a jeito de síntese, a par dos “elementos secundários” achados, aqueles que considera “como elementos de maior importância”:

a) uma inscrição funerária pagã, com a fórmula tradicional de consagração aos Deuses Manes, gravada numa pedra partida em dois pedaços, e de que não conhecemos as circunstâncias exactas do seu achado.

b) duas fíbulas circulares, de bronze, com botões cónicos, de que encontramos paralelos em muitas escavações arqueológicas peninsulares;

<sup>390</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952.

<sup>391</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952, p. 9. Já no “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952, se considerava explicitamente que “o espólio recolhido foi pobre”.

<sup>392</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>393</sup> Representada na “foto VI”: “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>394</sup> Representadas na “foto VIII”: “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>395</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>396</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952.

c) um médio bronze de Theodosius I (375-395).

d) o ponderal ultimamente aparecido.

De bronze, com patina verde clara, tem a forma de esfera truncada, com a altura de 27 milímetros. O diâmetro da parte superior é de 20 mm. Pesa aproximadamente 163 gramas. Na parte superior, tem gravada a marca, já sem as incrustações de prata, que geralmente apresentam.

Segundo cremos, trata-se de um exemplar único no país<sup>397</sup>.

De todos os testemunhos o que merece maior atenção ao ilustre arquólogo é o *ponderal*, referenciado com a maior erudição e que suscita as seguintes informações adicionais ao ilustre arqueólogo:

“Direi apenas que eram pesos-padrões, baseados no sistema libral e uncial, e que levavam quase sempre a marca de valor gravada com incrustações de prata, e expressa por dois sinais.

Neste caso, os sinais são duas letras gregas: ómicron minúsculo e digamma. Estamos, pois, frente a um peso-padrão romano-bizantino, com base no sistema uncial, com o peso teórico de 163,68 gramas e correspondendo a 6/12 da libra ou a 6 onças: trata-se de um ‘semis’<sup>398</sup>.

As escavações permitiram, como é natural, o lançamento de hipóteses, por vezes contraditórias, pois o avanço das mesmas levou por vezes ao abandono das hipóteses iniciais e à emergência de outras, alternativas. Assim, num primeiro momento, considerou-se a hipotética “‘nave’ de uma hipotética ‘basílica’<sup>399</sup>, à qual pertenceria certo arco já destruído no momento da chegada de Bairrão Oleiro:

“O arco do primeiro plano [que] foi destruído pelos trabalhadores da estrada, e a sua reconstituição é conjectural, baseando-se em informações de pessoas que ainda o viram. Ao fundo, a ábside cortada por um muro”.

Assim, a hipotética “basílica” depressa se tornou numa das primeiras referências tipológicas do sítio arqueológico então conhecido: “parcela de terreno compreendida entre o que foi chamado ‘nave’ de suposta ‘basílica’ e uns conjuntos de blocos prismáticos de granito<sup>400</sup>.

Outra hipótese, suscitada pelos fragmentos de ossadas encontrados, associada a “uma pequena galeria abobadada, fechada ao fundo por muro de pedra”, levou o arqueólogo a considerar poder “tratar-se de um sepulcro<sup>401</sup>, tal como a apreciação geral

<sup>397</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952.

<sup>398</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952.

<sup>399</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952. Esta informação faz parte da seguinte referência: “No Desenho I (da autoria, como os outros, do Sr. Eduardo Tavares Cardoso), pode ver-se um aspecto do que foi considerado como ‘nave’ da ‘basílica’”.

<sup>400</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>401</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

segundo a qual “se trata de construções de época tardia”<sup>402</sup>. Face às hipóteses mais estimulantes, deve dizer-se que no mesmo “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952, e a jeito de conclusão, Bairrão Oleiro escreve:

“Para terminar direi que não considero, de forma nenhuma, resolvido o problema arqueológico da Póvoa do Mileu. Cada vez me parece menos tratar-se de uma basílica cristã, opinião esta que o Reverendo Padre Pierre David (em face dos desenhos e fotos (...)) confirma. Várias hipóteses podem aventar-se (e os jornais foram eco de algumas bastante disparatadas) mas creio que só a continuação das escavações poderá esclarecer-nos em definitivo”<sup>403</sup>.

Assim, no “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952, considera-se que:

“Este achado [do ponderal], sumamente interessante, poderia trazer nova força à hipótese do Dr. Russell Cortez (basílica cristã), pelo facto de se conhecerem decretos imperiais ordenando que o peso-padrão se guarde na mais importante igreja de Constantinopla, e de se saber que até Constantino os pesos-padrões estavam depositados no Capitólio. (Ver Palol).

No entanto, se este é um argumento a considerar, ele não nos parece decisivo, pois certamente haveria pesos de controle em muitos outros locais onde a sua utilização fosse necessária.

Se, por um lado, o aparecimento de escórias de fundição e dos pequenos tubos de barro (que já foram comparados aos actuais canos de sangria dos fornos de minério) nos levam a pensar numa instalação de tipo industrial; por outro, a existência de elementos arquitectónicos e placas de revestimento de mármore, não parece coadunar-se com esta hipótese.

É difícil, por outro lado, aliar a hipótese de basílica cristã com a planta do edifício, sobretudo com a parte que se estende para norte do compartimento principal, uma vez que não parece haver nítida separação entre uma coisa e outra.

Parece-me, pois, prematura, qualquer afirmação categórica sobre a natureza do edifício. Estudem-se algumas das hipóteses propostas e espere-se o aparecimento de novos elementos de estudo.

Muito mais seguro será este caminho, do que fazer afirmações ‘a priori’<sup>404</sup>.

Dos dois *Pareceres* parece poder deduzir-se que as escavações empreendidas nos fins de 1951 e nos começos de 1952 não foram fáceis. As expedições foram raras, as jornadas foram muito curtas e agravadas pelo mau tempo (época do Natal e sobretudo uma Primavera muito chuvosa) e pela notória falta de meios e recursos humanos especializados. Porém, as autoridades da época acolheram as propostas de Bairrão Oleiro e o traçado da estrada então em construção conheceu mesmo uma variante, de forma a conservar o que na época foi considerado como o núcleo mais importante a preservar. Porém, da leitura atenta dos dois *Pareceres* parece intuir-se um certo

---

<sup>402</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>403</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>404</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952.



desapontamento do arqueólogo face ao mau estado geral de conservação da estação arqueológica, já muito revolvida antes das próprias obras de construção da estrada, a que haveria que acrescentar as destruições provocadas pelas obras então em curso e, sobretudo, com a relativa pobreza de resultados das escavações feitas no âmbito das intervenções de recurso então levadas a cabo. Todos estes motivos levaram ao fim das prospecções e ao abandono do sítio pelos arqueólogos e pela própria comunidade científica em geral. Por isso, ignora-se se se concretizaram as peritagens aos “ossos dispersos em péssimo estado de conservação e que pedi fossem enviados ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto”<sup>405</sup>.

Sabemos que nas prospecções ou trabalhos de escavação arqueológica então empreendidas e levadas a cabo em dias indeterminados após a primeira visita de Bairrão Oleiro ao Mileu, no dia 29 de Agosto de 1951 e sobretudo nos dias 21 e 22 de Dezembro de 1951 e nos dias 26 e 27 de Março de 1952<sup>406</sup> participaram o Major Luciano Cardoso<sup>407</sup> e o então jovem Adriano Vasco Rodrigues, segundo informação, muito posterior do próprio. Com efeito, num artigo evocativo da passagem dos cinquenta anos do achado dos vestígios romanos do Mileu, já atrás referido, Adriano Vasco Rodrigues escreve explicitamente: “Trabalhei e acompanhei estas escavações, sendo o único participante vivo” e recorda as circunstâncias da descoberta da estação arqueológica:

“Ora, em Agosto de 1951, procedendo a Junta Autónoma das Estradas à abertura da Avenida de ligação entre a Guarda Central e a Guarda-Gare, próximo da capela românica da Senhora do Mileu, apareceram importantes restos arqueológicos que foram de início um quebra-cabeças para os arqueólogos. O rompimento da avenida veio mostrar a existência de uma vasta área de povoamento, comprovada não só pela abundância de *tegullae*, mas ainda pelos alicerces e fundamentos de habitações. Mostrou, também, que uma forte camada de cinza se estende pelo local. Esta cinza será

---

<sup>405</sup> “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, datado de 14 de Janeiro de 1952.

<sup>406</sup> “As escavações não puderam prosseguir devido ao mau tempo, mas na minha opinião, que creio ser a mesma do Senhor Professor Pereira Dias, não são necessários mais elementos para a Junta dar o seu parecer definitivo acerca do problema da conservação dos restos aparecidos”, “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952.

<sup>407</sup> “Durante o período em que as escavações foram efectuadas, fui auxiliado pelo Sr. Major Luciano Cardoso, que tem sido um precioso colaborador e sempre manifestou o maior interesse por esta questão.

A Câmara Municipal da Guarda, reconhecendo este facto, acaba de o nomear para a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, e em boa hora o fez”, in “PARECER SOBRE OS RESTOS ROMANOS...”, de 30 de Março de 1952, p. 4.

Adriano Vasco Rodrigues, no seu testemunho “Há Cinquenta Anos Foram Descobertos os Testemunhos Arqueológicos do Mileu mas Persistem Interrogações...”, afirma explicitamente que “durante o período que decorreram as escavações, isto é, em 1951 e 1952”, a “direcção destas ficou ao cuidado do Major Luciano Cardoso, que ia informando o Dr. Oleiro”, entretanto designado pela Junta Nacional de Educação “como delegado para fiscalizar os trabalhos” (Rodrigues, 2011: 57).

produto de uma queimada feita para aproveitamento agrário numa época posterior ao desaparecimento da povoação, ou será coeva, provindo de um violento incêndio? Restos humanos, fortemente calcinados pelo fogo, apareceram no interior de um edifício, entre montões de cinzas de madeiras, tijolos enegrecidos pelo fumo e fragmentos líticos vidrados pelo fogo. O edifício principal constituía uma das incógnitas propostas pela escavação. Em frente das picaretas e dos ferros dos obreiros da avenida, surgiu um pavimento de betão, um arco de tijolo e um muro de cantaria”<sup>408</sup>.

Os trabalhos então realizados passaram pela abertura de valas, no sentido Sul / Norte, ou seja, desde a estrada até ao muro do cemitério, naquilo que inicialmente se pensou ser a nave de uma basílica. Adriano Vasco Rodrigues foi o primeiro a mostrar que esta área correspondia ao *hipocaustum* do que se viria a confirmar ser o *caldarium* e o *tepidário* de um complexo termal. Com efeito, segundo as suas próprias palavras,

“Inicialmente, a ábside circular do edifício sugeriu poder tratar-se de uma basílica paleo-cristã. Tivemos de retirar esta hipótese ao alargar-se a área das escavações. Em face dos elementos observados, defendi e comprovei tratar-se de um *hipocaustum*, um edifício aquecido. Foi o primeiro identificado em Portugal. Anos depois, as escavações de *Conimbriga* revelaram outro. Qual a finalidade deste edifício? (...)”<sup>409</sup>.

Durante estes trabalhos pioneiros, que incidiram na área que já tinha sido ou que poderia vir a ser afectada pela construção da estrada, foi possível confirmar que o pavimento do *hipocaustum* foi construído com recurso a *opus signinum* e que por todo o espaço existiam diversos pilares construídos com tijolos, de apoio a arcos, também de tijolo, sobretudo na área Norte do *hipocaustum*. Entre o material construtivo recolhido nesta área destacam-se um silhar almofadado, uma coluna de granito e alguns fragmentos de placas de mármore e canos de barro. Entre os demais materiais arqueológicos, embora tenham surgido em escasso número, destacava-se uma asa de sítula. No testemunho que vimos citando, Adriano Vasco Rodrigues recorda que

“A área das escavações foi muito restrita. Limitou-se apenas ao aludido edifício e a alguns anexos. O que estava por explorar era muito vasto. A edificação principal mostrou uma espécie de ábside semicircular com aspiradores no interior dos muros e um corpo principal, rectangular, pavimentado de betão (mistura de cal hidráulica e *tegullae*), sobre o qual se elevavam quatro ordens de colunatas de tijolo, terminadas em arcos de volta inteira. A altura dos arcos, que lembravam as naves de um pequeno templo, pouco ultrapassavam um metro. Anexo ao edifício central havia vestígios das abóbadas de dois fornos. Um sistema de canalização, feita por grandes blocos, estendia-se em várias direcções. Sondagens posteriores revelaram uma zona de estuques pintados. Junto dos alicerces de outra habitação apareceram fragmentos de um vaso de *terra-sigilatta*, decorado com pequenas figuras humanas. Foram encontrados ali restos de colunas, ponderais, fusaiolas, mós de moinho manual, machados de pedra polida,

---

<sup>408</sup> Rodrigues, 2011: 57-58.

<sup>409</sup> Rodrigues, 2011: 58.

objectos de ferro, escórias, fragmentos de lucernas e de cerâmica vária, vidros, ornamentos de mármore, etc.

Digno de nota é o facto de a escavação apresentar, ao lado de elementos romanos, elementos indígenas, sobretudo de proveniência lusitana. Um dos achados mais curiosos foi o de uma belíssima *fíbula* hispânica de bronze, de que fiz a classificação. Foi encontrada no interior de uma das condutas do *hypocaustum*. Dada a sua raridade, escrevi uma nota para a revista *Nvmvs* da Sociedade Portuguesa de Numismática”<sup>410</sup>.

Um segundo espaço intervencionado neste período foi a *sala de planta circular*, onde foram detectados diversos vestígios osteológicos, sobretudo fragmentos de crânios e ossos longos. Adriano Vasco Rodrigues (1962: 8) diz-nos ainda que foi então escavada uma estrutura anexa ao edifício central, com vestígios de abóbadas que pertenciam a dois fornos, como vimos.

Enfim, o *Parecer...* de 30 de Março conclui com uma listagem dos vestígios mais relevantes que surgiram neste sítios, como a inscrição funerária<sup>411</sup>, hoje depositada no Museu da Guarda (anterior à intervenção de Bairrão Oleiro), duas *fíbulas* circulares de botões cónicos e uma de folha de loureiro<sup>412</sup>, um médio bronze de Teodósio I (379-395) e outros numismas<sup>413</sup>, um *exagium* romano-bizantino (306-337), fragmentos de *terra sigillata* hispânica e lucernas<sup>414</sup>.

Todos os materiais recolhidos nas escavações de 1951-1952 foram então recolhidos e cedidos pelo Município da Guarda, a entidade promotora das escavações, ao Museu da Guarda, por doação.

Como foi possível confirmar através dos dados obtidos através destas escavações arqueológicas, os materiais arqueológicos então recolhidos apresentam uma elevada diacronia de ocupação, desde os materiais da Proto-História à Idade Média, embora com uma natural e esmagadora incidência na Época Romana (séculos I-II d.C.).

Assim, esta primeira recensão dos materiais do Mileu contempla apenas os recolhidos em 1951-52 e inicia-se com os materiais da Proto-História recente, de entre os quais se destaca uma peça em bronze, uma *fíbula* anular hispânica, classificada como

---

<sup>410</sup> Rodrigues, 2011: 59-60. Ilustrando o seu artigo-testemunho Adriano Vasco Rodrigues publica uma excelente fotografia com a seguinte legenda e a seguinte nota: “O sítio arqueológico do Mileu com a escavação do ‘hypocaustum’, em 1952”.

<sup>411</sup> Inscrição n.º 2 do Catálogo de Epígrafes.

<sup>412</sup> Publicadas por Adriano Vasco Rodrigues (1962: 13). Uma delas foi classificada por Salete da Ponte como exemplar da tipologia Ponte 17b (Cuadrado 12), com uma cronologia da segunda metade do século VII a finais do século VI a.C. (Ponte, 2001: 153).

<sup>413</sup> Foram recolhidos nove numismas, dois do século I d.C., sendo um deles do período de Trajano e os restantes do século IV (Parente, 2002: 110).

<sup>414</sup> Exemplares estudados por José Carlos Caetano e apresentados nas *I Jornadas do Património da Beira Interior*.

*variante tipo Quadrado 12*, com folha de loureiro, datado da segunda metade do Século VII a finais do VI a.C., inventariada pelo Museu da Guarda com o número 445 ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)).

Deu ainda entrada no Museu da Guarda, um bracelete identificado pelo Dr. Adriano Vasco Rodrigues, inventariado com o número 449 do Museu da Guarda. Trata-se de uma *viria lusitana*, datada de 350 a 250 a.C. (Ponte, 2004: 31), em bronze, com um diâmetro de 11cm, de secção circular, que serviu secularmente como argola de uma das portas da capela do Mileu. Todavia, como realça Sabino Perestrelo (2005: 87) e segundo Sanz Minguenz (*apud*, Perestrelo, 2005: 87), braceletes com estas características “[...] abundam, também, na I Idade do Ferro e inícios da II Idade do Ferro, podendo o seu uso balizar-se entre o fim do século VI e a primeira metade do século IV a.C.

Deu entrada no Museu da Guarda uma fíbula com o número de inventário 3330 ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)), proveniente do sítio dos Castelos Velhos. Correspondente a uma fíbula anular de aro interrompido, datada de finais do Século V e inícios do IV a.C. (Ponte, 2004: 30), em bronze, com 1.5cm de diâmetro, de aro decorado numa das faces por meias-esferas, com vinco para apoio do fuzilhão e rebaixamento para encaixe da charneira. O fuzilhão, em forma de espigão, apresenta secção circular com diminuição progressiva de espessura.

Já de período romano foi recolhido um maior número de materiais, destacando-se os fragmentos de lucernas, *terra sigillata* e fíbulas. Quanto aos exemplares de *terra sigillata* recolhidos nos Anos 50, foram estudados e apresentados em poster pelo Dr. José Carlos Caetano nas *1.ªs Jornadas de Património da Beira Interior*<sup>415</sup>, com a denominação *Lucernas e sigillatas da Póvoa do Mileu no Museu da Guarda*<sup>416</sup>. Tinham então sido recolhidos dois fragmentos de *terra sigillata*, o primeiro inventariado com o número 468 e o segundo com o número 466 do Museu da Guarda. Ambos se inserem na produção hispânica, com um fabrico caracterizado por pastas de coloração clara e engobe castanho<sup>417</sup>, inserindo-se o primeiro exemplar na forma *Drag. 29* decorada, com uma produção entre os anos 50 a 70 d.C., apresentando motivos decorativos inéditos

---

<sup>415</sup> Estas Jornadas decorreram na cidade da Guarda, entre os dias 1 a 3 de Outubro de 1998. Apesar da publicação das actas deste encontro ter ocorrido em 2000, este poster não foi publicado, encontrando-se esta informação inédita.

<sup>416</sup> Apesar de não termos tido acesso ao poster, a informação encontra-se no site [www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt).

<sup>417</sup> Corresponde ao fabrico 5 do estudo que efectuámos no capítulo 5 da presente dissertação, com proveniência do Vale do Douro, cujo centro oleiro continua por identificar.

nesta produção<sup>418</sup>. A peça apresenta dois frisos, enquadrados por molduras, sendo o primeiro composto por motivos vegetais e o segundo por Vitórias ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)), encontrando-se junto ao pé decoração bifoleada. O segundo exemplar insere-se na forma *Drag. 27*, com uma produção balizada entre os anos 50 e 100 d.C. ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)).

Foram ainda recolhidos três exemplares lucernários, correspondentes a fragmentos de orla e disco, inventariados com os números 497, 498 e 499, respectivamente. O primeiro exemplar insere-se no grupo de volutas de bico triangular, com volutas duplas, engobe castanho acinzentado, da forma *Deneauve IVA*, datada do Século I d.C. Dado apresentar motivos decorativos pouco perceptíveis o autor considerou a hipótese de corresponder a uma remodelagem. O segundo exemplar foi classificado como pertencente à forma *Deneauve VIIA / Conimbriga BII3*, de bico redondo, exemplar já tardio, possivelmente do Século II / III d.C. O terceiro exemplar insere-se no grupo de lucernas de volutas de bico redondo, da forma *Deneauve VA*, com engobe espesso e irisado, semelhante a outras que iremos apresentar, datadas por José Carlos Caetano da primeira metade do Século I d.C. ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)).

Com estes três exemplares de lucerna foi identificado também um *suporte de lucernas*, com o número de inventário 507 do Museu da Guarda. Trata-se de uma peça em ferro, descrita como uma barra vertical com argola numa das extremidades e gancho na outra, interceptada por dois ferros horizontais com terminação em gancho para suspensão de lucernas ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)).

Para além destes elementos foram ainda recolhidos dois elementos de adorno, nomeadamente fíbulas. A primeira, com o número de inventário 446 do Museu da Guarda, corresponde a uma fíbula anular<sup>419</sup>, tipo *Fowler B2*, em bronze, com aro de secção circular, com terminação em botões decorativos e com fuzilhão, possuindo como dimensões 4.7 x 5.4 cm, datada do Século I d.C. ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)). O segundo exemplar, com o número 447 do inventário do Museu da Guarda, apresenta menores dimensões, com apenas 3.2 x 3.4 cm, inserida no tipo *Fowler B1*, com aro de secção circular terminando as extremidades em botões cónicos, datada do Século I ao III d.C., em bronze ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)).

---

<sup>418</sup> Estes motivos são em tudo semelhantes aos apresentados na nossa peça número 06.1941, resultante de escavação arqueológica, sendo possível tratar-se da mesma peça.

<sup>419</sup> Semelhante à fíbula anular número Mil06.3258, que iremos apresentar.

Destacam-se ainda três elementos metálicos, em bronze, cujas reduzidas dimensões dificultam a respectiva caracterização tipológica, mas exibindo um cuidado extremo de fabrico, com elementos decorativos, correspondentes a decoração vegetal ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)). Refira-se ainda um pé de candelabro, com o número de inventário 511, em bronze, proveniente das escavações arqueológicas na Póvoa do Mileu.

Foi ainda recolhido um *exagium* ou peso-padrão romano-bizantino (que mereceu a maior atenção a Bairrão Oleiro, como atrás vimos), inventariado com o número 448 do Museu da Guarda, datado do período entre 306 e 336 d.C. Trata-se de uma peça em bronze, com gravação das siglas que indicam o seu valor, nomeadamente as letras gregas Ómicron minúsculo e Digama. Teria um peso teórico de 136,168 gramas e equivale a 6/12 da libra ou 6 onças ([www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)).

A preservação dos vestígios arqueológicos então encontrados só foi possível graças à congregação de esforços de diversas personalidades e entidades públicas. Desde logo, a Junta Antónoma das Estradas, que permitiu e assegurou a interrupção dos trabalhos nesta área após a descoberta dos vestígios, o que permitiu a realização de trabalhos arqueológicos. A outra entidade envolvida foi a própria Câmara Municipal da Guarda, pois as autoridades concelhas da época manifestaram todo o apoio e interesse pelos achados arqueológicos desde a descoberta deste sítio à sua escavação. Merece referência o então Presidente da Câmara, Dr. Alberto Diniz da Fonseca, que apoiou a intervenção arqueológica mediante a disponibilização de trabalhadores e de meios logísticos. Por fim, há que referir a intervenção empenhada na direcção e condução dos trabalhos arqueológicos da própria Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, então tutelada pelo Ministério da Educação Nacional.

#### 4.1.2 - Do abandono do sítio às campanhas de valorização dos Anos 80 e 90

O interesse gerado em torno da intervenção arqueológica no sítio romano da Póvoa do Mileu foi muito elevado e teve impacto na imprensa local da época<sup>420</sup>. O órgão de intervenção do Município era a própria *Comissão Municipal de Arte e*

---

<sup>420</sup> Para mais informações sobre o impacto da descoberta do sítio na imprensa local da época, confira-se Alcina Cameijo, 2009.

*Arqueologia*,<sup>421</sup> que apoiou directamente as escavações e cujo responsável na época era o Major Luciano Cardoso (Rodrigues, 1989).

No entanto, apesar da reconhecida relevância do sítio arqueológico do Mileu, as escavações de Bairrão Oleiro não tiveram continuidade e não são conhecidos os resultados dos exames ou perícias cuja realização se referia, solicitava ou recomendava nos seus dois *Pareceres* de 1952. Assim, aparentemente “esgotado” o tema “sítio romano do Mileu”, passou quase despercebido o importantíssimo achado de uma *estátua romana* monumental, em mármore, durante as obras de restauro efectuadas no interior da Capela, coordenadas e empreendidas pela Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais em 1953. Com efeito, a estátua – um *torso romano* couraçado, em mármore, do século II, do período de Tibério (Souza, 1990: 71) – foi encontrada sob o pavimento da capela românica contígua (Rodrigues, 1962: 14). A estátua, muito mutilada e desgastada, é porém muito importante a todos os níveis, a começar pelo contexto histórico e geográfico em que surge. No entanto, parece não ter merecido na altura a atenção da comunidade científica nem da comunidade local. As informações sobre o sensacional achado são escassas, não chegando sequer a ser referido no boletim da DGEMN alusivo à Capela do Mileu.

O silêncio sobre o sítio arqueológico do Mileu nos anos seguintes à sua descoberta parece ter sido quebrado apenas pela publicação de algumas notícias-estudos de um erudito originário da região, Adriano Vasco Rodrigues. Com efeito, nos anos seguintes às primeiras escavações arqueológicas, Adriano Vasco Rodrigues publicou diversos artigos de divulgação em revistas da especialidade, como: “Um bracelete lusitano da estância arqueológica do Mileu” (Rodrigues, 1957), “A propósito de uma lápide do Mileu (Guarda)”, (Rodrigues, 1957-1958) e “Elementos para o estudo da romanização nos Montes Hermínios. I – As escavações de Póvoa do Mileu – Guarda” (Rodrigues, 1962). Nestes artigos pioneiros propunha-se quer a leitura da inscrição que tinha surgido durante as escavações arqueológicas do edifício principal, quer a interpretação das estruturas então escavadas, defendendo-se, pela primeira vez – com base na opinião do Dr. Alberto Souto – que as ruínas do edifício principal

---

<sup>421</sup> Segundo a “Acta da sessão da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do dia 23 de Maio de 1938”, a referida *Comissão Municipal de Arte e Arqueologia* fora nomeada “em sessão da Câmara Municipal de doze de Janeiro do corrente ano” e integrava o seu presidente, Dr. Alberto Diniz da Fonseca, Vereador do Pelouro da Cultura da C.M. da Guarda, e os vogais Dr. Carlos Martins, “representante do professorado liceal”, Eng.º Rodrigo Querós de Sousa Pinto, “membro da Casa da Beira e representante das Associações Culturais” e Dr. Messias Gonçalves Marques, “cónego da Sé da Guarda e representante do respectivo Cabido”.

corresponderiam ao *hipocaustum* do conjunto termal de uma *villa* romana. Para tal, Adriano Vasco Rodrigues apoiou-se não só nos pilares de *lateres* que terminavam em arco, mas também nos fragmentos de pavimento superior surgidos durante as escavações (Rodrigues, 1962).

Entretanto, o abandono e o relativo desinteresse das autoridades locais e centrais pelo sítio arqueológico do Mileu após as intervenções pioneiras de Bairrão Oleiro, em 1951-1952; a falta de uma vedação apropriada e até a grande expectativa popular no achado de materiais em ouro, levaram à vandalização do que tinha sido intervencionado em 1951 e 1952, pelo que, em 1954, o sítio arqueológico conhecia já uma profunda destruição (Rodrigues, 1989:12). Neste mesmo ano, este estado de abandono é testemunhado pelo próprio Bairrão Oleiro, no âmbito de uma visita, a título estritamente pessoal, à Guarda e ao Mileu, a 3 de Março de 1956. O estado de abandono suscitou a produção de novo relatório, datado de 17 de Março de 1956, que a seguir se transcreve integralmente, quer pelas notícias relativas ao sítio do Mileu, quer pelas importantes considerações de Bairrão Oleiro nomeadamente sobre a necessidade de conservação dos sítios arqueológicos e do desmazelo de que muitos sítios eram vítimas em Portugal nessa época :

“RUÍNAS ROMANAS DA PÓVOA DO MILEU (GUARDA)<sup>422</sup>

Em virtude de não terem sido recebidos pelo Ministério da Educação, até este momento, quaisquer elementos fornecidos pela Direcção de Estradas do Distrito da Guarda, ou pela Câmara Municipal da mesma cidade, e relativos a novos achados que se tivessem verificado na área das ruínas da Póvoa do Mileu, por ocasião das obras de construção da variante da estrada, **procurámos informar-nos particularmente, sobre se havia ou não necessidade de alterar os limites propostos para a área a classificar como imóvel de interesse público.**

Quer pelas informações recebidas, quer pelo que pudemos verificar recentemente no próprio local, parece-nos que eles continuam a ser os indicados.

Mas a nossa recente visita, em 3 do corrente mês, à Póvoa do Mileu permitiu-nos verificar que a estação arqueológica se encontra praticamente abandonada (com excepção, talvez, dos que dela se servem como sentina pública e dos que a vão destruindo), e que foram barbaramente destruídos vários elementos, arrancadas algumas pedras, destroçados alguns muros de tijolo, etc.

Já em Março de 1952 fizéramos a esse respeito algumas considerações, que passamos a transcrever:

‘Notámos que de Dezembro para agora, parte do que fora descoberto se encontrava destruído, embora parcialmente.

Conviria, portanto, que o que está à vista fosse consolidado e se efectuassem algumas restaurações, que a existência de materiais no local e a planta, desenhos e fotos, permitem fazer sem perigo de erro.

---

<sup>422</sup> À margem tem o registo de entrada “L.º A-10 N.º 52/383 / 17 de Março de 1956” e o seguinte averbamento: “Aprovado em sessão da 2.ª Sub-Secção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação / 17 de Março de 1956 / O Vice-Presidente a) João Pereira da Silva Dias”. Ainda ao lado, o despacho ministerial “HOMOLOGO / 30/3/1956 / a) Baltasar de Sousa”.



Terminado este trabalho urgente, devia construir-se uma vedação em redor do local, com postes de cimento e arame, de modo a permitir a visão aos visitantes. Mas impõe-se, como é óbvio, que o local seja eficazmente vigiado e defendido da excessiva curiosidade dos que já contam que apareça no local um carneiro de ouro...

Tomadas todas estas precauções e as que adiante proponho, poderá então ser esta estação estudada com todo o cuidado que o seu interesse bem merece, e sem precipitações de qualquer espécie. A sua conservação impõe-se; pois embora o espólio tenha sido, até agora, relativamente pobre, não pode deixar de notar-se que ele é curioso.

Por outro lado, a enigmática planta do edifício parcialmente descoberto, é outro motivo que justifica bem a sua conservação. Só assim poderá ser estudado com calma e com tempo.

Embora a Póvoa do Mileu não fique dentro da Guarda, o facto de no local da cidade nunca se terem encontrado restos romanos, é outra razão forte, tanto mais que está junto a uma interessante capela românica (já classificada como monumento nacional) e possivelmente abrangida pela sua zona de protecção.....’

No processo não há elementos que nos permitam concluir se a Câmara Municipal da Guarda tomou conhecimento das recomendações que se faziam, como convinha. Mas, mesmo que elas não tivessem sido comunicadas, bastaria olhar o local para ver que se apresentava com péssimo aspecto, e que havia que pôr cobro a abusos e desmandos.

Depois do interesse que a Câmara Municipal parecia dedicar à estação; depois de tantos trabalhos e cansaças; do dinheiro que ali se gastou nas escavações e sondagens, e do que custou o desvio da estrada; depois de sabermos que a Guarda não possui outros restos arqueológicos da época a que se atribuem as ruínas, que lhe foram reveladas, seria pena deixar perder os documentos que ali foram descobertos.

O que ali se passou recorda-nos outros casos verificados por esse Portugal fora; lembra-nos a falta de respeito e de carinho pelos testemunhos inermes do remoto passado, apesar de todas as tentativas oficiais para a criação de uma mentalidade diferente; faz-nos pensar na necessidade absoluta e urgente de defender imóveis não classificados (que praticamente, segundo julgo, não têm qualquer defesa legal), de castigar responsáveis, reprimir abusos e selvejarias, de fiscalizar periodicamente os nossos monumentos e estações; e, ainda, a vantagem de todas as entidades serem chamadas a colaborar activamente na defesa e protecção do que nos resta do nosso património arqueológico e artístico.

Neste caso particular, ainda será possível reconstituir grande parte do que foi destruído ou destroçado, com o auxílio da documentação por nós, e por outros, recolhida durante os trabalhos e, em grande parte, junta a este processo.

Mas de nada servirá essa tarefa se ela não for acompanhada pela construção de uma vedação, pela fiscalização do local, e pelo castigo exemplar de quem for apanhado a praticar desacatos e vandalismos.

Proponho, nesta ordem de ideias, que a estação arqueológica da Póvoa do Mileu **seja classificada como imóvel de interesse público, de acordo com as recomendações feitas no parecer de 1952**, tanto mais que ela fica dentro da zona de protecção de um monumento nacional (a capela românica do Mileu, sob cujo pavimento foi descoberta uma interessante escultura romana); **que se reconstrua, sob a orientação da J.N.E., o que for possível; que a estação seja verdadeiramente defendida e fiscalizada**; e, finalmente, **que se chame a atenção das autoridades da Guarda para o estado em que actualmente se encontra.**

17 de Março de 1956

O relator

J. M. Bairrão Oleiro”

Aparentemente, algumas das propostas de Bairrão Oleiro de 1956 tiveram seguimento. Assim, regista-se uma tentativa de requalificar a então degradada estação arqueológica, empreendida pela *Comissão de Arte e Arqueologia* da Câmara Municipal da Guarda. Com efeito, por iniciativa desta *Comissão* voltaram a reconstruir-se os pilares de tijolo do hipocausto (Corte-Real, Abrunhosa 1994). Por outro lado, preocupadas com o futuro do sítio arqueológico e as condições da sua protecção, as autoridades deram início ao processo da sua classificação como *Imóvel de Interesse Público*, como havia sido sugerido por Bairrão Oleiro, processo que culminou no Decreto n.º 41191 de 18 de Julho de 1957. Muito mais tarde, as preocupações com a área de dispersão de vestígios arqueológicos (maior do que se pensava em 1951-1952) levariam à definição de uma *Zona Especial de Protecção*, que corresponde, sensivelmente, ao largo em torno da capela, processo esse que apenas foi concluído em 21 de Setembro de 1972, com o Decreto n.º 221/1972.

Entretanto, face ao abandono do sítio arqueológico do Mileu, temos conhecimento de um *Requerimento* de dois investigadores locais, Manuel Luis (?) Proença e de João de Castro Nunes, de 21 de Maio de 1969, dirigido ao Ministro da Educação Nacional e solicitando autorização para fazerem e dirigirem escavações no sítio<sup>423</sup>. Dado o ineditismo da situação e o *Parecer* inerente envolver personalidades maiores da Historiografia e da Arqueologia portuguesas transcreve-se o referido *Requerimento*:

“Senhor Ministro da Educação Nacional,

Pretendendo o Centro de Actividades Circum-Ecolares da Escola Industrial e Comercial da Guarda promover, sob a direcção do signatário e do Senhor Doutor João de Castro Nunes, Director da Escola Industrial de Gouveia, o estudo e a valorização do complexo arqueológico das ruínas do Mileu, nas imediações desta cidade, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência autorização para, nas condições habituais, ali proceder a escavações de natureza arqueológica, a efectuar sob o alto patrocínio de Sua Excelência o Governador Civil da Guarda.

Com este empreendimento, perfeitamente enquadrado nas directrizes pedagógicas que tão esclarecidamente norteiam o labor ministerial de Vossa Excelência, propõem-se estes Centros, para além do interesse das investigações em si, tomar à sua conta a protecção e conservação do referido imóvel, descoberto quando do rompimento da Avenida da Estação e dos subsequentes trabalhos de reconhecimento arqueológico nessa altura efectuados por iniciativa e sob a orientação de quem de direito.

---

<sup>423</sup> Este *Requerimento* teve o seguinte despacho “À D.G.Ensino Superior e das Belas Artes para informação 26.5.69” e deu origem ao seguinte processo no Ministério da Educação Nacional / Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: “1.ª SEC – L.º OC – 11 / Proc. N.º 85 / Entrada 29 de 5 de 1969 / PROCEDÊNCIA: Centro de Actividades Circum-Ecolares da Escola Industrial e Comercial da Guarda / ASSUNTO: Autorização p.ª proceder a escavações arqueológicas nas ruínas do Mileu”.

Sem necessidade de encarecer o alcance cultural e pedagógico da iniciativa em causa, que por certo haverá de contribuir eficazmente para despertar na gente moça dos nossos estabelecimentos de Ensino Secundário o gosto e o interesse pelo conhecimento objectivo do legado das gerações passadas,

Muito respeitosamente peço a Vossa Excelência deferimento.

Guarda, 21 de Maio de 1969

a) Manuel Luís (?) Proença”.

O *Requerimento* do Centro de Actividades Circum-Escolares da Escola Industrial e Comercial da Guarda foi objecto da seguinte “Informação” manuscrita e assinada por Bairrão Oleiro<sup>424</sup>:

“Ministério da Educação Nacional  
Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes  
INFORMAÇÃO

Julgo que este processo deverá ser submetido à 1.<sup>a</sup> Subsecção da 2.<sup>a</sup> Secção da J.N.E., fazendo-o acompanhar do processo n.º [ilegível], da 3.<sup>a</sup> Secção, dado o despacho ministerial de 17 de Maio de 1967 que homologou um parecer daquela subsecção.

28.6.969

a) J.M.Bairrão Oleiro”.

Despachado para o Dr. Jorge de Alarcão, em 30 de Junho de 1960, o *Requerimento* dos responsáveis pelo Centro de Actividades Circum-Escolares da Escola Industrial e Comercial da Guarda mereceu do ilustre historiador o seguinte *Parecer*, que a seguir se transcreve:<sup>425</sup>

“PARECER

O Centro de Actividades Circum-Escolares da Escola Industrial e Comercial da Guarda solicita autorização para proceder a escavações na Póvoa do Mileu, estação romana nas vizinhanças daquela cidade – e indica como arqueólogo responsável o Senhor Doutor João de Castro Nunes.

Tendo em atenção que esta Subsecção, em 10 de Abril de 1967, foi de parecer que ao Senhor Doutor João de Castro Nunes fosse negada sistematicamente qualquer autorização para proceder a escavações enquanto não apresentasse relatório dos trabalhos a que tinha procedido; não tendo posteriormente o Senhor Doutor João de

---

<sup>424</sup> Registo de entrada da *Informação* de Bairrão Oleiro, ao lado: “Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação / L.º A-25 N.º 2132/694 / Em 30 de Junho de 1969 / OC-11/85”. O documento tem ainda dois averbamentos:

- “Parece de remeter ao Governo Civil da Guarda, para informação / 29-5-69 / a) M.<sup>a</sup> de Lourdes”

- “À 4.<sup>a</sup> Subsecção da 2.<sup>a</sup> Secção da J.N.E. / Designo para Relator o Ex.mo Dr. Jorge Alarcão / 30 / VI 71969 / a) [ilegível]”.

<sup>425</sup> O *Parecer* de Jorge de Alarcão é feito em papel timbrado com as seguintes referências: “Universidade de Coimbra / Instituto de Arqueologia / Faculdade de Letras / Coimbra-Portugal”.

O *Parecer* contém o seguinte averbamento: “Aprovado em sessão da 1.<sup>a</sup> Sub-Secção da 2.<sup>a</sup> Secção da Junta Nacional da Educação em 11 de Julho de 1969 / O PRESIDENTE / a) João de Almeida”. O *Parecer* foi objecto do DESPACHO MINISTERIAL: “Homologo – 18/VII/1969 – a) [ilegível: Justino Mendes de Almeida]”.

No processo do Ministério da Educação Nacional / Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, já referido, consta uma cópia autenticada deste *Parecer* de Jorge de Alarcão feita no “Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação / PARECER”, com o averbamento ao lado: “CÓPIA / 06-11/85”.

Castro Nunes apresentado nenhum relatório: esta Subsecção é de parecer e propõe que se informe o Centro de Actividades Circum-Ecolares da Escola Industrial e Comercial da Guarda de que o Ministério da Educação Nacional não pode autorizar que o Senhor Doutor João de Castro Nunes oriente aquelas escavações, devendo aquele Centro indicar o nome de outro arqueólogo que se proponha dirigir os trabalhos projectados.

Lisboa, 11 de Julho de 1969.

a) Jorge de Alarcão”

Do teor do *Parecer* referido foi dado conhecimento ao Director do Centro de Actividades Circum-Ecolares da Escola Industrial e Comercial da Guarda<sup>426</sup>, pelo que as escavações projectadas, a orientar pelo Dr. João de Castro Nunes, não tiveram então lugar e o sítio do Mileu ficaria entregue à sua sorte por mais umas décadas, abandonado e em vias de progressiva degradação. A situação começa a modificar-se alguns anos depois do 25 de Abril, quando, no princípio dos Anos 80, começam a surgir artigos na imprensa local e nacional alertando para o abandono do sítio. Assim, como refere Alcina Cameijo (2009: 30): “Apesar da classificação do sítio e da posterior delimitação da área de protecção, nada se fez para travar a sua degradação. Esta situação mantém-se por um longo período de tempo, apesar dos alertas dados pelos órgãos de comunicação social. Títulos como “Mileu ao abandono” (*Diário de Notícias*, 5 de Junho de 1982), “Estação Arqueológica do Mileu votada ao abandono” (*Viseu Informação*, 23 de Junho de 1982) e “Estação arqueológica do Mileu: a imagem para recordar ou preservar” (*Notícias da Guarda*, 16 de Janeiro de 1981) são alguns exemplos suficientemente esclarecedores quanto ao depauperado estado da estação[...]”.

Enfim, apesar do achado da estátua romana, durante as obras de restauro da Capela do Mileu, em 1953, que só vinha confirmar a importância arqueológica do sítio, durante décadas não se voltaram a realizar investigações no Mileu, embora se registassem intervenções pontuais, desenvolvidas pelas autoridades locais, visando sobretudo a sua salvaguarda e protecção, no sentido de permitir que este sítio fosse apreciado por todos. Assim, foi num contexto cultural e político totalmente novo que, a 31 de Julho de 1984, foi criado um grupo de trabalho que envolveu diversas entidades e personalidades cientes da necessidade de desenvolver um projecto capaz de dignificar o conjunto arquitectónico e arqueológico do Mileu, então completamente esquecido e abandonado pelas autoridades. Tal como no passado, pretendia-se salvaguardar este sítio arqueológico, sentindo-se então a necessidade de envolver técnicos de distintas

---

<sup>426</sup> Ofício com a referência OC-11/85, do Inspector das Belas-Artes pelo Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, de 21 de Julho de 1969.

formações e o contributo de diversas entidades, como forma de se desenvolver um amplo programa de valorização e investigação do mesmo. Foi elaborada uma proposta de requalificação do sítio envolvendo técnicos da Câmara Municipal da Guarda, da Junta de Freguesia de S. Vicente e do Instituto Português do Património Cultural (IPPC). De entre os diversos objectivos do projecto, destacavam-se a realização de um estudo prévio no âmbito do paisagismo, limpeza e conservação das estruturas arqueológicas; desativação do cemitério anexo à pequena capela românica e consequente remoção das festividades religiosas (de forte cunho popular) deste local.

Das medidas então propostas algumas foram então concretizadas, o que permitiu a dignificação do sítio. Assim, em 1991 o Dr. Artur Corte-Real, técnico do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), coordenou os trabalhos de limpeza da estação arqueológica, acção integrada num projecto entre IPPAR / Câmara Municipal, no sentido de valorizar o sítio arqueológico. Entre as acções então desenvolvidas salienta-se o levantamento topográfico da estação, a recolocação de alguns silhares no local, recorrendo a documentação fotográfica dos anos 50 e o estabelecimento de uma quadrícula de escavação (a mesma que adoptaríamos nas intervenções por nós dirigidas).

Por outro lado, empenhada na preservação deste núcleo histórico, a Câmara Municipal da Guarda efectuou uma permuta de terrenos com o proprietário do local onde se encontravam os vestígios, possibilitando assim a garantia da sua preservação e estudo.

Entretanto, começavam a surgir com insistência novas notícias e avisos relativos à necessidade de protecção destes vestígios arqueológicos. Para lá dos artigos publicados em periódicos locais, destaque-se o número 8 do Boletim Municipal *Oppidana*, de Março de 1989, dedicado em grande parte à necessidade de promover a salvaguarda e a preservação do sítio arqueológico do Mileu e à consciencialização das populações para esse desígnio.

Mas este sítio conhecia entretanto problemas novos. Com efeito, paralelamente ao longo processo de abandono e de má utilização do espaço arqueológico, o sítio do Mileu iria polarizar a criação de um novo e muito denso bairro típico dos arredores de uma cidade em grande expansão demográfica e urbana nas últimas quatro décadas do século XX. Assim, as profundas alterações sofridas pelo espaço envolvente da área arqueológica fizeram com que o Mileu deixasse de ser uma empobrecida e decadente zona rural dos arrabaldes da cidade para passar a ser um dos bairros mais populosos da

cidade nova, localizado estrategicamente entre a cidade velha e o novo e progressivo Bairro da Estação – importantíssimo fenómeno urbano local afinal proporcionado e acelerado pelo próprio rasgamento da estrada que, em 1951, permitira a descoberta do sítio arqueológico do Mileu! Enfim, na década de 80 do século XX o sítio estava já plenamente integrado na malha urbana da cidade, sofrendo, conseqüentemente, de uma elevada pressão urbanística. A zona rural pontuada pela capela e por poucas e bem rústicas casas e quintas tornava-se então plenamente descaracterizada e completamente rodeada de habitações. Restava apenas um pequeno espaço por urbanizar, o largo fronteiro à capela de Nossa Senhora do Mileu, que proporcionava o adro da mesma, contíguo e integrado na *Zona Especial de Protecção* da estação arqueológica e da própria capela, de há muito classificada como monumento nacional, como vimos. No meio da descaracterização própria do urbanismo e da arquitectura dominantes no actual bairro, um dos atractivos do sítio – e que fazem dele um dos mais belos e dos mais pitorescos dos arredores da cidade – está precisamente no complexo da zona arqueológica e na capela românica, com o seu pequenino cemitério adjacente e o seu vasto adro contíguo.

#### 4.2- O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MILEU – ANO 2000 E SEGUINTE

Para travar e remediar de vez este longo processo de abandono, cinquenta anos após a descoberta do Sítio Arqueológico do Mileu, a Câmara Municipal da Guarda, enquanto promotora e o A., enquanto Coordenador de Projecto, apresentaram no ano de 1999 ao Instituto Português de Arqueologia (IPA) e ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) o projecto *Investigação e valorização da estação arqueológica da Póvoa do Mileu*. Procurava-se já então a requalificação e a necessidade urgente de preservar os respectivos vestígios arqueológicos, bem como o seu estudo mediante padrões científicos actualizados. Deu-se assim início a um longo processo de escavação e consolidação das estruturas, bem como de investigação e estudo das mesmas, no quadro de um ambicioso projecto que procurava dar resposta a uma das maiores incógnitas da investigação arqueológica da Beira Interior: a que tipo de assentamento corresponderiam estas estruturas arqueológicas?

Com efeito, a intervenção arqueológica da Póvoa do Mileu permitir-nos-á obter dados seguros sobre a natureza, ou melhor, sobre o tipo de povoamento deste local em época romana. Será possível falarmos de um sítio que polarize, enquanto sede da respectiva capital, um território circundante mais ou menos vasto?

Tal como referimos no capítulo anterior, acreditamos que sim, a ter em conta os dados recolhidos. Esses dados, que agora se apresentam, correspondem à segunda linha de investigação desta dissertação, que consiste na apresentação e discussão dos dados resultantes da escavação arqueológica a decorrer na Póvoa do Mileu desde o ano de 2000 até à actualidade – naturalmente em articulação com os dados resultantes dos trabalhos pioneiros de Bairrão Oleiro, em 1951-1952, e com os resultados das prospecções e estudos posteriores, a cargo de eruditos locais, visando contribuir para a compreensão global do sítio e para a divulgação dos resultados das diversas intervenções.

#### 4.2.1 Metodologia de intervenção

Quando iniciámos a nossa intervenção nesta estação arqueológica os serviços do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) já tinham efectuado o levantamento topográfico da estação e o desenho global da mesma. Esta intervenção prévia – a primeira intervenção “moderna”, que precedeu a nossa – foi da responsabilidade do Dr. Artur Côrte-Real, enquanto técnico ao serviço do IPPAR. Como atrás se referiu, aquela intervenção ocorreu no âmbito dos trabalhos realizados em 1991, quando foi estabelecida uma malha de quadrículas, visando a prevista intervenção sistemática no sítio num futuro próximo. O Dr. Artur Côrte-Real prestou-nos todo o apoio necessário para o retomar, em 1999-2000, da organização de todo o processo de escavação, fornecendo nomeadamente uma planta com o levantamento topográfico da estação e alguma da documentação atrás referida, relativa às escavações já históricas de Bairrão Oleiro. Após a análise da planta, tornou-se necessária a orientação da *malha* no terreno, com a marcação das respectivas quadrículas, tendo como referência a implantação da capela do Mileu, sendo o eixo Norte-Sul marcado a partir da sua fachada principal e o eixo longitudinal (Este-Oeste) a partir do muro sul do cemitério contíguo. As *quadrículas*, que tinham sido definidas com 4mx4m, foram agora distribuídas por 7 *sectores*, cada um dos quais com 100 quadrículas, abrangendo uma área total de 1600m<sup>2</sup>.

Cada quadrícula recebeu uma letra e um número árabe identificativos, enquanto os sectores foram marcados com numeração romana<sup>427</sup>.

Optámos, todavia, por efectuar algumas alterações na referenciação desta malha, dando continuidade à numeração das quadrículas de forma sequencial, não interrompendo a numeração quando termina um sector.

A primeira fase do projecto decorreu de 2000 a 2002 e teve como objectivos a abertura de quadrículas dispersas, como forma de nos apercebermos da existência, ou não, de uma estratigrafia segura e credível. Neste sentido, foram deixadas banquetas entre quadrículas, permitindo e valorizando a leitura estratigráfica. Após três anos de abertura de sondagens de diagnóstico, demos início à realização de escavação em área, com a remoção das banquetas entre as quadrículas, valorizando a análise de planos e estabelecendo as relações entre as unidades, de forma a compreender a sequência estratigráfica e cronológica do sítio.

A metodologia inerente às intervenções em curso ao longo destes anos de escavação pautou-se pela remoção dos depósitos naturais de deposição. Esta decapagem sucessiva de estratos permitia-nos uma descrição pormenorizada de cada um, possibilitando a reconstituição do desenvolvimento histórico deste espaço. Como refere Carandini (1997: 32), a análise da estratigrafia implica a observação dos processos naturais e/ou antrópicos, no sentido de reconhecer as condições históricas e paleoambientais que levaram à sua formação.

Às unidades estratigráficas foi atribuído um algarismo árabe, sendo feita a sua descrição, que integra a identificação dos respectivos materiais arqueológicos, permitindo aferir a cronologia aos mesmos, numeradas de cima para baixo, seguindo a ordem inversa à sua deposição.

A distinção das unidades durante a escavação teve por base as suas diferenciações, ao nível da coloração, textura e composição. Posteriormente, em gabinete, a cada unidade, bem como a cada estrutura, foi atribuída uma *Unidade Estratigráfica*, como forma de permitir uma descrição facilitada de todos os elementos do sítio arqueológico, possibilitando uma imagem de conjunto.

---

<sup>427</sup> Confira-se Planta 2, em anexos.



## 4.3– A ARQUITECTURA DO MILEU

### 4.3.1 - O Complexo Arquitectónico Construído do Mileu no contexto da arquitectura romana

Apesar do muito que se perdeu no Mileu, nomeadamente durante as obras de construção da estrada e em momentos posteriores; apesar do muito que falta escavar, podemos dizer que os elementos construídos já conhecidos são filiáveis na arquitectura romana. Com efeito, pelas suas características gerais, pelos materiais e técnicas utilizadas, pela morfologia geral do construído e em particular pelas tipologias construtivas e funcionais já identificadas, os restos arquitectónicos do Mileu filiam-se de pleno direito no *corpus* e na maneira de fazer e de construir próprios da arquitectura romana. O entendimento do complexo construído do Mileu exige uma breve sistematização do que se conhece sobre a arquitectura dos Romanos. Sem qualquer preocupação de exaustão, para lá dos dados de alguns autores mais antigos, incidiremos em particular nas sínteses mais recentemente publicadas.

### 4.3.2 - Alguns aspectos da arquitectura romana

Como se sabe, à arquitectura romana devemos alguns dos monumentos maiores não só da Antiguidade como de toda a história da arquitectura do Mundo Ocidental. Seja qual for o aspecto por que se encare, a arquitectura dos Romanos é um dos expoentes máximos, não só construtivos mas culturais e mesmo civilizacionais do Ocidente. Repositório inesgotável de tipologias e de formas arquitectónicas verdadeiramente modelares e “canónicas”, a arquitectura romana, plasmada nas ruínas imponentes da cidade de Roma, mas também nas ruínas mais ou menos monumentais que sobrevivem nas diversas províncias do Império, foi fonte de inspiração de artistas, de arquitectos e sobretudo dos sucessivos “Renascimentos” que a História da Civilização e a História da Arte e da Arquitectura registam.

A arquitectura romana, que recolhe, acolhe e aglutina influências díspares, já no fim do Período Republicano estava plenamente estruturada e preparada para os grandes desenvolvimentos e os grandes programas construtivos a empreender nos séculos seguintes. Plena e intrínsecamente entrosada no modo de viver e de agir típico dos romanos, os historiadores, comentadores e eruditos consideram que a arquitectura é não

só uma das principais realizações dos Romanos como um dos símbolos maiores do que tem sido sistematicamente chamado de *gênio romano*. Assim, um velho historiador considera que “Il est juste de dire q’aucun aspect de l’expérience romaine, **du génie romain**, ne peut être étudié sans se reporter à la structure architecturale où la rigoureuse raison n’écrasait pas cependant l’imagination créatrice”<sup>428</sup>.

A arquitetura romana, na complexidade das suas fontes, das suas constituintes, das suas tipologias e da sua própria evolução, é um dos melhores “retratos” da sociedade que a idealizou e concebeu, que a ergueu, que a financiou e que a utilizou. É sabido que esta sociedade conheceu, num quadro político e militar muito dinâmico, uma grande evolução, que não podia deixar de se traduzir arquitetonicamente. Com efeito, nos fins do I milénio a.C., com a emergência do Império, “Había surgido **una sociedad compleja que exigía nuevas formas arquitectónicas: los romanos se convirtieron en los constructores más prodigiosos de la antigüedad**. Su **auténtico genio** no se demostraba en un edificio, o asentamiento o incluso una tipología en particular, sino en la brillante forma com que **el arquitecto romano satisfacía las necesidades de una sociedad de múltiples facetas que perduró mil años bajo una variedad de formas, abarcando un Imperio durante la mayor parte de su historia**”<sup>429</sup>.

Produto cultural e construtivo único, sumamente coerente e qualificado, à arquitetura romana devemos o uso de novos materiais e novas técnicas de construção – ou pelo menos o seu uso num contexto, numa dimensão e numa escala historicamente inéditas – para lá da invenção de programas construtivos e das bases teóricas e dos modelos arquitectónicos mais influentes de toda a história da arquitetura ocidental. Mas o mais vinculativo da experiência histórica da construção e da arte de construir dos Romanos, isto é, a arquitetura romana, parece ser apenas uma componente, embora particularmente estruturante, de uma civilização extremamente coerente, de que o historiador de arquitetura David Watkin (2011: 58) propõe uma excelente síntese, muito recente, que se transcreve: “The **Roman genius** for organization and planning is **demonstrated in the Roman Empire** in the Lex Romana, the system of laws from which the subsequent codes of the western world derive; in the Pax Romana, the peace which reigned for a century and a half, thanks to wise administration; **and, especially, in the architecture and planning of its great cities**. With their public buildings, basilicas and temples formally set in monumental squares or fora, their wide streets lined with apartment blocks, shops and offices,

---

<sup>428</sup> Wheeler, 1965: 10; sublinhados nossos.

<sup>429</sup> Trachtenberg; Hyman, 1990: 133.

and their warehouses and elaborate drainage systems, **these cities marked a wholly new departure in urban architecture. The systematization of the construction industry and the introduction of new building techniques facilitated these great programmes of development and renewal** which included bridges and aqueducts as well as new roads, linking the cities.

This new range of building types called for **an architecture of greater variety and flexibility than that which had existed in the Greek and Hellenistic cultures**".

Ora, esta arquitetura existe e materializa-se no contexto do extraordinário urbanismo romano, plasmado numa infinidade de cidades com as localizações mais longínquas e com as dimensões e estatutos mais díspares, marcado e pontuado pela imponência e beleza dos seus ordenamentos urbanos globais e dos seus edifícios, públicos e privados, tornados em símbolos e sinais de prestígio, poder, ordem e bom governo da coisa pública. Por isso, um autor espanhol (Castro Villalba, 1996: 48) pôde escrever recentemente que **"En todo el ámbito del imperio se van a cometer trabajos parecidos en su intención: acueductos, termas, circos, baños, basílicas, templos, etc., situados a miles de kilómetros de distancia, y resueltos dentro de un mismo nivel de calidad a pesar de las diferentes circunstancias de todo tipo que condicionan cada uno de ellos. Ello es posible dada la sorprendente y eficaz unidad que los romanos logran imponer en todas las áreas en las que dominan. Se unifican técnicas y sistemas sin por ello renunciar a las ventajas de los medios locales. Las vías de comunicación se manifiestan fundamentales en ese proceso de universalización de la cultura, que no sólo se circunscribe a la técnica. También es importante el desarrollo de la organización de las obras. En tiempos que aún hoy son sorprendentes, acometen y acaban construcciones de una gran complejidad. El Coliseo se construye con ocho equipos en tres años, tiempo similar al empleado en el Panteón de Adriano"**<sup>430</sup>.

Mas a arquitetura romana manifesta-se também em ambiente rural, nomeadamente na *pars urbana* das *villae*, que integravam os edifícios, estruturas e

---

<sup>430</sup> Outra passagem desta obra, o seu autor nota que "los romanos construyen de todo y en proporciones gigantescas. La tipología arquitectónica es similar a la que se pudiera definir hoy en un entorno cultural avanzado, con unas mínimas limitaciones propias de la época. Edificios públicos y privados, obras de ingeniería civil y militar, programas de viviendas sociales, centros comerciales, auditorios, baños, estadios en los que es posible celebrar batallas navales, palacios, residencias de veraneo, algunas de lujo legendario como las de Lúculo y Hortensio, cercanas a Nápoles, en las que se instalaron acuarios gigantescos, etc. Cualquier tipo arquitectónico está representado en el repertorio romano. El salto cualitativo sobre la inmediata construcción griega es de tal magnitud que apenas es posible explicar la pervivencia de los modelos formales que inspiraron todo esse desarrollo" (Castro Villalba, 1996: 49).

tipologias arquitectónicas inerentes ao *modo de vida* rústico dos romanos abastados, que de algum modo simbolizavam.

#### 4.3.3 – Uma abordagem da arquitectura conhecida do Mileu

Apesar do muito que se perdeu no sítio do Mileu e de o espaço escavado ser ainda muito parcial em relação ao muito que há ainda para explorar e para escavar sistematicamente e apesar de, conseqüentemente, o nosso conhecimento do sítio ser ainda muito fragmentário, o que vamos conhecendo do Mileu mostra que estamos num sítio muito relevante em termos arqueológicos. Se aos testemunhos arqueológicos acrescentarmos o inegável carisma do lugar e o da sua implantação geográfica, do seu destino e do seu uso colectivo multissecular ao serviço de um culto popular muito enraizado a nível local e regional, já atrás referido, podemos concluir pela grande importância histórica do local do Mileu, quer enquanto sítio arqueológico relevante, de época romana, nomeadamente no quadro da Romanização da Beira Interior, quer numa perspectiva diacrónica, que abarca a utilização continuada do sítio até aos nossos dias.

Do exposto, e em particular da natureza das estruturas arquitectónicas já conhecidas, parece podermos deduzir desde já que as respectivas funções em época romana transcenderiam a sua mera utilização rural, ao serviço de uma *villa* rústica, qualquer que fosse a riqueza do seu proprietário ou a escala das respectivas estruturas construtivas, como já Jorge de Alarcão considerara, ao referir-se à “suposta *villa* de Mileu, hoje na área urbana da Guarda”, defendendo, ao contrário das classificações tradicionais, a integração do sítio do Mileu no mundo urbano da Lusitânia Romana (Alarcão, 2004: 270). Assim, apesar de as escavações arqueológicas iniciadas em 2000 continuarem a decorrer, foi já possível colocar a descoberto diversos espaços correspondentes a programas arquitectónicos que evidenciam a grandeza, se não a própria monumentalidade construtiva do conjunto. Assim, iremos apresentar os resultados de dez anos de escavações e os dados já disponíveis sobre as estruturas descobertas e já identificadas, bem como os elementos já recolhidos relativos ao rico e original espólio material também recolhido e cujo estudo e interpretação integra a parte final da presente dissertação.

Tendo em conta os elementos resultantes das escavações é possível estabelecermos algumas considerações sobre a organização do espaço, as tipologias presentes no conjunto já escavado e algumas linhas arquitectónicas dominantes.

Embora nas proximidades passe uma linha de água, o assentamento populacional romano não foi implantado nas suas margens, mas sim afastado das áreas com elevado índice de humidade. Escolheu-se uma pequena plataforma mais elevada das suas vizinhanças, que dispunha da vantagem suplementar de um bom domínio visual da área envolvente.

O conjunto construído adaptou-se ao terreno, não só mediante a escavação do afloramento rochoso de base, quando necessário, mas também mediante o enchimento das reentrâncias do mesmo.

Confirmámos ainda que as estruturas se desenvolvem em duas plataformas desniveladas, uma superior (do lado da capela, do cemitério e do adro contíguos) e outra inferior (do lado da estrada)<sup>431</sup>. O sector intervencionado em período mais recente corresponde ao superior, do lado da capela. O sector ocidental do sítio arqueológico já conhecido (correspondente às termas), que se desenvolve numa plataforma inferior, devido ao acentuado desnível do terreno, foi inicialmente intervencionado em 1951 e 1952. Nestes mesmos anos – e em particular em 1951, com a construção da estrada – foi destruída toda a zona Sul do sítio arqueológico, sendo raríssimos os vestígios encontrados a Sul e a Sudeste da zona que detém um tanque de lazer, no centro do que adiante classificaremos como “área ajardinada”. A Sul desta área, que determina o limite Sul do sítio arqueológico *tudo* foi destruído nas diversas fases da construção do primitivo lanço da estrada, que avançava inicialmente na direcção da esquina do cemitério. Os restos encontrados nas primeiras terraplanagens devem ter sido de tal modo importantes que suscitaram certamente a surpresa e sobretudo todas as iniciativas, atrás referidas, das autoridades – locais e centrais – no sentido da suspensão das obras, na procura de uma variante para o traçado da estrada de modo a contornar e salvar o sítio arqueológico e na escavação sistemática do mesmo.

Apesar das muitas dúvidas que permanecem por esclarecer, as estruturas arquitectónicas já vindas à luz do dia parece poderem integrar as dependências típicas de uma componente residencial ou talvez mesmo cívica de uma pequena cidade

---

<sup>431</sup> Confira-se planta 3 em anexos.

provincial da Lusitânia. Assim, foram já postas a descoberto as importantes componentes de um extraordinário *complexo termal*, de grandes dimensões, bem como uma série de estruturas arquitectónicas de tipologia algo imprecisa, onde se integram o que parece ser um *edifício distintos compartimentos*, uma *área ajardinada* e uma *colunata*. Destas estruturas, as diversas componentes das termas ocupam a faixa Oeste do sítio arqueológico, integrando os *compartimentos 4, 5 e 17* e muito provavelmente também os *compartimentos 1 e 2* e ainda o espaço sinalizado como *compartimento 6*.<sup>432</sup>

As outras componentes do conjunto arqueológico correspondem a tipologias arquitectónicas muito mais difíceis de estabelecer. Assim, o que classificamos como *edifício B* integra os *compartimentos 3, 9, 10, 12, 14 e 15*.

Sucedem-se, a sul o espaço classificado como *compartimento 13*, que consideramos constituir a *área ajardinada* do conjunto, que parece integrar um pequeno tanque de recreio.

No extremo Leste do conjunto surgiram as bases de uma *colunata ou alpendre*, de funções ainda indeterminadas, mas sobrepostas – em parte – pelo *edifício C* e por muros já de Época Medieval.

Embora estas estruturas proporcionem e correspondam a espaços de dimensões relativamente pequenas, estas estruturas construtivas parece integrarem as componentes típicas de um *centro urbano* provincial de que ainda desconhecamos as dimensões globais e, sobretudo, a sua própria identificação e conseqüentemente o seu estatuto institucional, no complexo quadro da administração romana provincial.

#### 4.3.3.1 – O *Complexo Termal* do Mileu

No sítio arqueológico do Mileu, o complexo termal constitui a parte mais importante de toda a área já escavada. Com efeito, quer pelo tamanho, quer pelo relativo bom estado de conservação, quer ainda pela clareza tipológica das respectivas estruturas, o complexo termal do Mileu constitui um dos mais importantes encontrados até à data na Beira Interior. Dada, porém, a relevância destas termas e, em particular, o lugar das termas e do seu uso no modo de vida e mesmo na civilização romana, convém reter alguma da muita informação disponível relativa às termas romanas, pois esse

---

<sup>432</sup> Confira-se Planta 5, em anexos

enquadramento prévio ajudará a compreender melhor as termas e, em particular, o próprio sítio romano do Mileu.

#### 4.3.3.1.1 – As Termas no contexto da civilização e da arquitectura romana

Conhecida a importância dos banhos<sup>433</sup> para o modo de vida dos Romanos, é só com o Império que as termas se tornam símbolo da vida social civilizada, tornando-se então a construção de *termas públicas* recorrente, passando a ser encaradas como espaços de higiene, de convívio e até de cultura. Segundo os autores clássicos, após o fim do dia de trabalho, pelas quatro horas da tarde, os romanos deslocavam-se para as termas, onde lhes seria possível fazer exercício, massagens ou promoverem encontros de negócio e de convívio (Grimal, as cidades romanas: 84). Assim, tornam-se um símbolo da arquitectura, mas também da civilização e mesmo das formas de sociabilidade romanas, pelo que “[...] os edifícios mais característicos das cidades romanas são sem dúvida as termas, ou seja, os banhos públicos” (Grimal, 2003: 79). Presentes em todo o mundo romano, Max Le Roy (1965: 46) regista as múltiplas funções dos complexos termais: **“les ‘thermes’ ne sont plus de simples bains publics mais une réalisation tout à fait originale** qui groupe dans un immense ensemble architectural non seulement les formes de bains les plus variées (sudation à sec, bains froids, bains chauds, piscines, baignoires), mais également des jardins, des promenades, des portiques, des stades, des salons de repos, des salles de culture physique et de massage, des pièces pour toutes espèces de jeux et d’exercices, des bibliothèques, des galeries d’art, etc.” (sublinhados nossos). Tornadas locais de encontro e de sociabilidade, as termas e o seu uso permitem-nos “[...] compreender o tipo e o grau de civilização que esse povo atingiu. São ao mesmo tempo um testemunho de elegância, de saúde, de requinte, de convívio e de cultura.” (Silva, 2002: 12).

Por outro lado, a especificidade da sua tipologia arquitectónica torna-os facilmente reconhecíveis: “La singularidade de los edificios termales, así como de los

---

<sup>433</sup> “*Balnea* ou *balinea*: banhos, termas. Singular: *balneum*”, Maciel, 2006: 195, nota 86.

Manuel Martín-Bueno *et al.* (2007: 224) distinguem, porém, entre *balneum* y *thermae*: “En primero lugar debemos hacer una precisión entre *balneum* y *thermae* ya que ambos conceptos pueden aplicarse en el ámbito doméstico. El uso del primer término debiera aplicarse en sentido restringido, al oponérsele el de *thermae*, al disponer éstas de un sistema de calefacción por *hipocaustum* del que el *balneum* carece”.

elementos de sus sistemas de calefacción, acometida y evacuación de aguas, hace de ellos construcciones fácilmente caracterizables y, quizá por ello, relativamente abundantes en todos los yacimientos romanos” (Núñez Hernández, 2008: 183). También el historiador de arquitectura Marvin Trachtenberg (Trachtenberg e Hyman, 1990: 149-150) nota bem a importância e o lugar das termas quer no modo de vida dos romanos quer na sua arquitectura: “La arquitectura más espectacular que inventaron los romanos para el placer de sus ciudadanos no servía ni para carreras, combates ni para hacer representaciones. Las necesidades sensuales del público romano no estaban limitadas al deporte o los espectáculos. La vida diaria, a pesar del sustancial tiempo de ocio, era agotadora. Los romanos, que habían crecido acostumbrados a dar rienda suelta a sus sentidos, sentían la necesidad del ejercicio vigorizante, del baño y de la relajación. La palestra griega proveyó un modelo que los romanos adoptaron a finales del período republicano y lo desarrollaron, con la minuciosidad que les era característica, en una forma compleja de baños públicos. **En los baños romanos se hacía bastante más que simplemente nadar o lavarse**; implicaba un modelo de exposición del cuerpo a varios niveles de aire y agua caliente, además de otros estímulos. Lo que empezó como una zambullida ocasional en un río o un estanque se convirtió en una parte significativa de la vida diaria romana. **Durante el Imperio, el elaborado procedimiento del baño se convirtió en una práctica diaria cuando era posible** y se dice que los romanos tomaban más en serio sus baños que a los dioses” (sublinhados nossos).

Tornadas num dos pólos maiores da civilização romana, como repetidamente temos dito, as termas são também um sinal, uma marca e um índice do nível e do âmbito geográfico do Império e em particular da *romanização* das Províncias de há muito ou recém-integradas no Império. Da presença constante das termas são testemunho as seguintes considerações de Max Le Roy (1965: 43): “ce sont surtout les établissements de bains qui nous étonnent par leur nombre, leur diversité et l’ampleur qu’ils ont pris sous l’Empire”. Por sua vez, o historiador Ricardo Mar (2002: XXV), num pequeno estudo sobre “El Origen de las Actividades Termales”, enquadrando as termas no contexto do urbanismo e da vida urbana romana, considera que “[...] en el siglo II d.C. el equipamiento [urbano] por excelencia pasara a ser el edificio termal caracterizado por su capacidad para estructurar el tejido urbano [...]”. Este autor propõe-nos ainda uma cronología genérica do aparecimento e estabilização da respectiva tipologia, informando-nos de que: “la aparición de los edificios termales en el mundo romano fue paralela com ele desarrollo de los valores cívicos de las ciudades.



Los primeros ejemplos termales nos aparecen en Italia en el siglo II a.C. procedentes del mundo griego. Se trata de pequeños establecimientos formados por tres ó cuatro habitaciones conectadas entre sí que carecían de sistemas de calefacción sofisticados. Con el tiempo, estos edificios fueron adquiriendo mayor complejidad arquitectónica” (Mar, 2002: XVI).

Em busca da origem da tipologia arquitectónica das termas romanas, Ricardo Mar parte da evolução das pequenas termas de Stabia, de Pompeia, considerando, na origem dessas mesmas termas (e na sequência do historiador que acabámos de citar, Marvin Trachtenberg) o precedente da tipologia *palaestra* dos gregos<sup>434</sup>. Também o historiador Marvin Trachtenberg (Trachtenberg e Hyman, 1990: 150), embora de uma forma muito sintética, o historiador Marvin Trachtenberg (1990: 150) historia a origem das termas e a das suas componentes e das suas variantes tipológicas essenciais. Este autor informa-nos de que: **“Los ciudadanos ricos instalaban baños privados en sus casas y en las villas de los emperadores a menudo se construían baños com la habitual atención a la complejidad y ornamentación imperiales. Los baños más grandes, sin embargo, eran construidos para el populacho. Existen dos categorías: los baños comerciales, o comunales, y las grandes empresas imperiales.**

Entre los establecimientos mejor conservados del modelo antiguo están los Baños del Foro en Pompeya, de principios del siglo I a.C. **Adyacente a los edificios del baño había un pátio peristilo para ejercicios, que se deribaba claramente de la palestra griega. Pero aquí no era el patio sino los edificios del baño los que predominaban.** Además, **mientras que la manera de calentar griega en los servicios atléticos se limitaba a braseros de carbón abiertos, los romanos desarrollaron un elaborado sistema de calentamiento apenas igualado hasta los tiempos modernos. Había hornos (hipocaustos) que funcionaban debajo del suelo y que estaban** construidos sobre una serie de tubos huecos por los que se llevaba el calor en diversos grados a las diferentes habitaciones. La más caliente, el *caldarium*, estaba más cerca del horno, a menudo directamente encima de él, y el *tepidarium* era el siguiente en

---

<sup>434</sup> Com efeito, nas primitivas termas de Stabia, “una *palaestra* de tipo griego, que disponía de un pequeño *balaneion* [*balneum*, em Grego] anexo, vio crescer progresivamente el edificio de baño hasta convertirse en un conjunto termal com una zona deportiva anexa. Se había invertido la relación entre la *palaestra* originaria y la zona de baño. Un origen que explica de modo magistral el proprio Vitrubio. Para él, la palestra no era de origen italiano (*non italicae consuetudines*), mientras que en cambio el *balneum* si que lo era (Vitr.V, 2 y V, 10). El desarrollo de los baños públicos (las termas) implicará su concepción como zonas no estrictamente deportivas, sino como parte de un termino mucho más amplio: lugares de ocio (*amoenissimi loci*) que incluían además jardines y avenidas para paseos, bibliotecas, auditorios, etc.” (Mar, 2002: XVII).

proximidad. Se transmitía el calor a las habitaciones a través de conductos de baldosas, que calentaban los suelos y también las paredes. El sistema, en otras palabras, se parecía a uno de los mecanismos más espléndidos de la ingeniería termal moderna – la calefacción radiante. También había calderas para agua caliente e incluso para vapor, que se transportaban por tuberías hasta las salidas en el *caldarium*. El diseño de estas calderas era con frecuencia de una precoz eficiencia que ha asombrado los ingenieros modernos” (sublinhados nossos)<sup>435</sup>.

Se a *palaestra* esteve na origem da evolução arquitectónica e tipológica das termas romanas, a palestra ou um pátio afim, dela derivado, normalmente porticado, incorporará a respectiva tipologia. Assim, segundo o Professor M. Justino Maciel, a *Palaestra*, “significando à partida o exercício da luta, **é dentro do contexto das termas o lugar onde se praticava a luta ou outros jogos atléticos** (*Gymnasium*”, nota 111 a Vitruvius; Maciel, 2006: 197). Porém, escrevendo nas décadas finais do século I a.C., Vitruvius ainda sente necessidade de reconstituir a sua tipologia (Livro V, Cap XI.1), pois algo dela sobrevivía na componente lúdica e exterior das termas romanas: “Se bem que a construção das palestras não seja de costume itálico, parece-me contudo que devo falar delas e explicar como são formadas entre os Gregos. Nelas os peristilos serão planeados com forma quadrada ou oblonga, de modo que tenham um circuito deambulatório de dois estádios, circuito a que os Gregos chamam *diaulos*, com pórticos simples em três dos seus lados e um pórtico duplo no quarto, virado a Sul, a fim de que, havendo ventosas intempéries, não possa a água chegar à parte interior” (Maciel, 2006: 198)<sup>436</sup>.

Chamados ou não de “palestras”, os espaços abertos e exteriores, contíguos às termas, ganharão o maior desenvolvimento no futuro, quer nas grandes termas imperiais de Roma quer nas termas provinciais de pequena escala, construídas um pouco por todo o Império – e de que temos um excelente exemplo nas termas de Mérida construídas no arrabalde da cidade romana, perto do circo local (Fig.<sup>a</sup> 7). Com efeito, por todo o mundo

---

<sup>435</sup>. Max Le Roy (1965: 45) informa-nos de que “Le chauffage était assuré par un système très ingénieux appelé *hypocauste*, constitué par un sol en tuiles, légèrement incliné vers le foyer, sur lequel on posait des piliers de briques destinés à soutenir le pavement de la salle.

L’air chaud et même les flammes circulaient d’abord sous les pièces qui demandaient un gros apport calorifique (étuve, piscines chauffées), puis passait sous le tepidarium. Pour faciliter la diffusion d’air chaud, on établissait également des cloisons creuses, en communication avec le sous-sol, ce qui permettait de chauffer les murs. L’hipocauste permettait de chauffer non seulement les salles et les piscines mais également des chaudières destinées à fournir l’eau chaude et tiède des baignoires”.

<sup>436</sup> Dois estádios: cerca de 368 metros: ver a nota 113 em Maciel, 2006: 197.

romano as termas tornaram-se um elemento comum, sempre presente quer em contexto urbano, quer rural.

A sua construção, em grande ou em pequena escala, exhibe sempre dois princípios básicos da arquitectura romana, a *regularidade* geométrica verificada no todo e nas partes do edifício e a *ortogonalidade* na distribuição e na relação entre essas diversas componentes. A estes dois princípios haverá que acrescentar, por vezes, a simetria, que em casos particularmente evoluídos, se regista na disposição geral das mesmas componentes. Assim, a partir de estruturas e compartimentos comuns – fornalhas, espaços e estruturas de aquecimento e de condução de calor – aqueles princípios orientadores e reguladores básicos dominam a distribuição espacial das componentes constantes e das componentes facultativas das termas.

Muito cedo estabilizadas<sup>437</sup>, as componentes essenciais das termas correspondem a diversas funções: *apodyterium* (que permitia a troca de roupa), a que há que acrescentar a *natatio* ou *frigidarium* (banhos frios), o *tepidarium* (banhos mornos) e o *caldarium* (banhos quentes). Como já vimos, as termas mais importantes dispunham de *palaestra* (que permitia a realização de exercício físico). Estes edifícios poderiam ainda ter outros espaços distintos, como salas de massagem (*unctorium*), jardins, “restaurantes” ou bibliotecas (Pereira, 2009: 452).

Da importância verdadeiramente central das termas na arquitectura romana dirá o facto de Vitruvius lhe dedicar algumas páginas no *Livro V* (Capítulo X) do seu famoso *Tratado de Arquitectura*, redigido algures “entre os anos 35 e 25 a. C.” (Introdução a Vitruvius; Maciel, 2006: 12)<sup>438</sup>. Com a sua típica vontade de sistematização<sup>439</sup>, Vitruvius começa por se preocupar com a localização das termas. O tratadista romano considera (Livro V, Cap X.1) que, “Em primeiro lugar **deve escolher-se o lugar mais quente possível, ou seja, protegido do setentrão e do aquilão** [vento nordeste]. Os próprios caldários e tepidários deverão ter de Inverno luz do poente e se por acaso a natureza do

---

<sup>437</sup> Com origem no ginásio helénico, as termas romanas mais antigas são as termas de *Stabia*, em Pompeia. Embora sejam anteriores à ocupação romana, sofreram diversas remodelações, tornando-se cada vez mais luxuosas e confortáveis (Grimal, 2003: 79). Nas termas do Fórum de Pompeia, cuja construção recua, sensivelmente ao ano 80 a.C., é possível observar as suas componentes e respectiva disposição, com quatro espaços essenciais na área dos homens: *apodyterium* (vestiário), *frigidarium*, *tepidarium* e *caldarium* (Grimal, 2003: 81).

<sup>438</sup> Relativamente a Vitruvius e ao seu *Tratado*, são de M. Justino Maciel as seguintes palavras: “quanto às cronologias (...) se poderá concluir que a redacção e a publicação do *De Architectura* se deverão reportar a um âmbito temporal que englobará a primeira fase do governo de Octávio César Augusto”, Introdução a Vitruvius; Maciel, 2006: 12.

<sup>439</sup> “**Escrevi circunstanciadamente sobre as coisas que parecem ser necessárias dentro dos muros das cidades e sobre o modo como devem ser convenientemente dispostas**” (Livro V, Cap XI.4 – Maciel, 2006: 197) (sublinhados nossos).

lugar tal impedir deverão então, de toda a maneira, ser virados a sul, porque o tempo dos banhos é sobretudo desde o meio-dia até à tarde” (Maciel, 2006: 196).

Para lá da localização, Vitruvius preocupa-se com as “Dimensões destes edifícios” (Livro V, Cap X.4): **“Quanto às dimensões dos banhos, convém que sejam proporcionais à quantidade de pessoas**, sendo o seu ajustamento o seguinte: a sua largura terá dois terços do comprimento, excluído o recesso do tanque e da banheira. Recomenda-se que o tanque seja sempre disposto com luz directa, a fim de que os que estão em volta não perturbem a iluminação com as suas sombras. Além disso, convém que os recessos dos tanques sejam de tal maneira espaçosos que, ocupando os primeiros que chegarem os lugares em volta, os outros que esperam possam ali estar comodamente. A largura da banheira entre a parede e o parapeito não deverá ser inferior a seis pés, para que, em relação a ela, o degrau inferior e as costas da banheira possam afastar-se dois pés” (Maciel, 2006: 197).

Enunciando as principais componentes das termas, *caldário*, *tepidário* e *frigidário*, Vitruvius refere a sua relação com o *hipocausto*, a típica estrutura subterrânea de apoio ao aquecimento e à circulação do calor nas diversas componentes das termas (Livro V, Cap X.1): **“Sobre o hipocausto deverão ser colocadas três banheiras de bronze, uma como caldário, outra como tepidário e uma terceira como frigidário**, de tal maneira dispostas que, à medida que a água quente vá saindo do tepidário para o caldário, do mesmo modo vá fluindo do frigidário para o tepidário. As abóbadas dos alvéolos serão aquecidas pelo hipocausto comum” (Maciel, 2006: 196).

Para lá destas componentes principais, Vitruvius considera ainda “o lacónico e as estufas” (Livro V, Cap X.4), informando que: **“O lacónico e as estufas deverão estar junto do tepidário. A sua largura deverá ser igual à sua altura até ao arranque da abóbada. No topo central desta deixar-se-á um óculo**, do qual penderá por correntes um escudo de bronze, através de cujas elevações ou abaixamentos se atingirá a desejada temperatura da estufa. **Convém que o lacónico seja delineado a compasso**, para que a força do calor e do vapor percorra uniformemente, a partir do centro e através da curvatura, os espaços circulares” (Maciel, 2006: 197).

A produção, conservação e boa circulação do calor exigem um grande domínio dos materiais e da tecnologia disponível. Assim, relativamente à “construção dos pavimentos suspensos”, Vitruvius (Livro V, Cap X.2) considera que: **“Os pavimentos suspensos dos caldários serão construídos de modo que a estrutura seja coberta com tégulas de pé e meio inclinadas para o hipocausto**, de tal maneira que, se nelas

pusermos uma bola, ela não possa correr para dentro, mas volte por si à boca da fornalha. Assim, a chama mais facilmente se espalhará sob a estrutura de suspensão. **Em cima montam-se pilhas de ladrilhos de oito polegadas de tal modo dispostas que sobre elas possam ser colocadas tégulas de dois pés.** Essas pilhas terão dois pés de altura. Deverão ser confeccionadas com argila amassada com cabelo<sup>440</sup> e **cobertas com tégulas de dois pés que sustentem o pavimento**” (Maciel, 2006: 196).

Para lá dos materiais de construção e de pormenores construtivos, Vitruvius preocupa-se com as grandes soluções e as grandes estruturas arquitectónicas. Assim, a “Construção das abóbadas” – que já vimos que cobrem nomeadamente o lacónico, onde ganham um óculo a cobrir por um tampo ou escudo de bronze móvel e regulável – merece-lhe as seguintes considerações (Livro V, Cap X.3): “As abóbadas (...) serão melhores se forem construídas em obra cimentícia. Se, todavia, se fizerem madeiramentos, revestir-se-ão com barro. E far-se-á da seguinte maneira [...]” (Maciel, 2006: 196<sup>441</sup>).

A relevância das termas e do seu uso enquanto padrão civilizacional e enquanto objecto de realizações arquitectónicas da maior monumentalidade, tornaram-nas num dos tópicos maiores da cidade de Roma na época do Império. David Watkin (2011: 80) historia a evolução das principais termas da cidade de Roma, a partir das Termas de Tito (c. 80 d.C.), nas vizinhanças do Esquilino: “Much that was to be characteristic of the planning of the great imperial baths had been established in the early days of the Empire in the Baths of Tito (c. AD 80)”. A evolução – em tamanho, em complexidade morfológica e em refinamento estético – prossegue com as Termas de Trajano (século II d.C), devidas a Apolodoro de Damasco, culminando nas Termas de Caracala (212-216

---

<sup>440</sup> Paula Araújo Pereira da Silva (2002: 136) na sua tradução do Cap. X do Livro V do *Tratado* de Vitruvius, traduz por “crinas”.

<sup>441</sup> Fazendo-se eco de Vitruvius, Paula Araújo Pereira da Silva sintetiza assim o lugar e os aspectos principais das termas: “Cada cidade do império possuía inúmeros estabelecimentos públicos termais, o que leva a que existam situações diversificadas urbanas e de implantação muito diferenciadas por este tipo de estabelecimentos.

Ou se adaptavam aos terrenos sobrantes de uma *insula*, ou eram construídos para ordenar o espaço da cidade, como elementos marcantes do território.

Os edifícios das termas não obedeciam a uma métrica rigorosa, caracterizando-se essencialmente pela sucessão de espaços criados, ou seja, pelo percurso que o utilizador fazia (...).

Apesar da aparente hereogeneidade dos diferentes exemplos termais, existem, contudo, princípios compositivos similares.

Um desses princípios é sem dúvida a localização, com as salas quentes viradas a sul ou a poente, e as salas com hipocausto organizadas em bloco, por evidentes razões de funcionalidade, *concomerato sudatio*, permitindo concentrar o calor mais facilmente. Caracterizam-se também, por uma tecnologia construtiva comum que se repete de igual modo em todo o mundo romano: hipocaustos, paredes aquecidas, drenagens, piscinas, etc.” (Silva, 2002: 98).

d.C.) e nas de Diocleciano (298-308 d.C.), ambas “among the most impressive surviving monuments of Roman antiquity, though their architects added little to what had been achieved at the Baths of Trajan” (Watkin, 2011: 81)<sup>442</sup>. Mas David Watkin (2011: 80), o autor que vimos citando, enfatiza a importância histórica das Termas de Tito: “The Baths of Titus popularized the double circulation plan in which a large rectangular groin-vaulted frigidarium (cold room) with a cold plunge in each corner is the central point around which is symmetrically disposed a series of smaller rooms so as to duplicate facilities on each side of the building: e.g.: caldarium (hot room), apodyteria (changing-rooms) and palaestra (exercise yards)”.

Igualmente desaparecidas e pouco conhecidas hoje, as Termas de Trajano afiguram-se muito importantes para a fixação da respectiva tipologia: “The Baths of Trajan were not merely twice the size of those of Titus, but were disposed in an aesthetically more imaginative and imposing manner. The frigidarium was now placed near the center of the whole complex where it could act as a visual pivot of the two axes running through the baths from the entrance on the north to the caldarium on the south, and from the palaestra on the west, to the balancing palaestra on the east. **The Baths of Trajan are of immense significance in the history of monumental interior planning for the way in which the architect exploited the vistas through this great series of related and interlocking spaces.** The construction of these interiors, like those of the Baths of Titus, was made possible by the use of concrete for the high, wide vaults”<sup>443</sup>.

Mas a tipologia arquitectónica das termas, irá materializar-se, como vimos, em edifícios monumentais e de escala verdadeiramente inultrapassável, onde se exibem, de uma forma modelar e no âmbito de um desenho virtuosístico ímpar, os princípios de axialidade e simetria, tão caros à maneira romana de encarar e projectar a arquitectura e até o urbanismo. Por isso, e referindo-se em particular às Termas de Caracala, de Roma, um dos historiadores já citados (Trachtenberg, Hyman, 1990: 153) pôde escrever que: “lo más notable de **estas simetrías** [dos eixos estruturantes das Termas de Caracala] es que **ordenan el edificio de manera tan elaborada** que era improbable que el bañista se

---

<sup>442</sup> Max Le Roy (1965: 46-47) informa-nos de que as Termas de Diocleciano “[...] couvraient plus de treizes hectares (376x361 m). Trois mille personnes pouvaient, dit-on, s’y baigner en même temps et d’une seule de ses salles, longue de 90 m. et haute de 28, Michel Ange a fait une des plus grandes église de Rome: Sainte Marie des Anges.

Quand on visite cette magnifique salle et que l’on en contemple les huit énormes colonnes de granit rose de 12 m. 80 hauteur et de plus de 5 m. de circonférence, on se rend facilement compte de ce que pouvait être l’édifice original où les architectes ne ménageaient ni le marbre, ni le stuc, ni les mosaïques, ni les oeuvres d’art les plus variées”.

<sup>443</sup> Watkin, 2011: 80-81.

diera cuenta de la simetría global con un solo vistazo. **Aquí, más que en ningún otro lugar de la arquitectura romana, se demuestra la pasión romana por ordenar rigurosamente el mundo**, por superponer sobre el ambiente (ya fuera natural o hecho por el hombre) los estándares de la burocracia del Imperio”<sup>444</sup>.

Face à ordenação tão racionalizada e estruturada das diversas componentes das termas romanas, para a apreciação global desta arquitectura verdadeiramente monumental haveria, porém, que contar, pelo menos nas termas mais luxuosas (e de algum modo certamente também nas mais modestas) com o contraponto proporcionado pelos efeitos visuais decorrentes do uso dos luxuosos materiais de cobertura (placas de mármore, mosaicos, estuques, pinturas...) e com os diversos e complexos recursos decorativos que, na sua justaposição e na sua aglutinação e interacção, proporcionavam uma atmosfera única que parece poder antecipar de algum modo o melhor da experiência visual barroca tal como vivenciada, muitos séculos depois, nomeadamente em igrejas, palácios e teatros europeus dos séculos XVII e XVIII. O autor que vimos citando presentiu bem o carácter compósito e como que barroco dos espaços interiores das turmas, tal como captadas pelos seus privilegiados utentes: “las superficies murales se disolvían en el color, luz y fantasía de las incrustaciones de mármoles exóticos, estuco y mosaico. Aunque estaban llenos de miles de bañistas y asistentes, los espacios seguían siendo abrumadores”<sup>445</sup>.

Mas a relevância das termas construídas em contexto urbano ou rural (ao serviço das inúmeras *villas* rústicas de toda a natureza e de todos os tamanhos) nas cidades ou nos campos das mais diversas e mais próximas ou mais longínquas Províncias, está

---

<sup>444</sup> También o historiador Ricardo Mar, destacando os valores de simetria e axialidade da arquitectura e do urbanismo romanos, considera que **“El recurso a la simetría para desarrollar la planta del edificio, por ejemplo en los complejos de culto y las axialidades o las concepciones de las fachadas constituirán el núcleo conceptual del modo de proyectar los edificios, sin embargo la cualidad de los espacios interiores y sobre todo la descomposición de los edificios en un sistema de piezas autónomas interrelacionadas, serán los hilos conductores de la evolución de la arquitectura romana.**

La arquitectura romana (...) quedará fijada en la **combinación consciente de simples formas geométricas que se situarán en escala y contenido en correspondencia a la idea general del edificio.** El principio de simetría no se abandonara, si no que se trasladara al diseño de los espacios internos reservando para las composiciones generales los sistemas de recorridos y los ejes visuales un conjunto de formas sutiles de perspectiva, en definitiva los nuevos términos de una nueva gramática de las formas arquitectónicas” (Mar, 2002: XIX)

<sup>445</sup> Trachtenberg, Hyman, 1990: 154.

Ricardo Mar (2002: XXIV) assinala, na tipologia das termas, a própria importância e mesmo o carácter tipológico das chamadas *janelas termas*: “grandes ventanales pasan a iluminar los interiores de las salas modificando las deficientes condiciones de iluminación de las termas republicanas”, Ricardo Mar, “La Construcción de Edificios Termas”.

também no facto de a sua construção impor não só novas morfologias construtivas, mas também por impor a utilização intensiva de novos materiais e técnicas de construção: **“The popularity throughout the Empire of the institution of the Roman bath led to numerous imitations** from Lepcis Magna and Tingad in North Africa to Trier in Germany. **This ensured the spread not only of Roman habits but of the techniques of Roman monumental architecture**, though the lack of a sand comparable to pozzuolana<sup>446</sup> prevented the full adoption of Roman practices in the provinces. **The sumptuous interiors of the baths, providing a remarkably palatial setting for their function, must made a special appeal to the masses of ordinary Roman subjects** who were unlikely to see the interiors of actual palaces”<sup>447</sup>.

Equipamento básico ao serviço dos particularismos do modo de vida romano, as termas são também um marco civilizacional de cada comunidade e, em particular, um índice infalível do processo de romanização em cada assentamento ou implantação urbana. Por isso, Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 41) puderam escrever, referindo-se a Conimbriga e às primitivas termas locais, da época de Augusto, que **“Pour chanter la gloire du nouvel Empire, l’architecte romain ne pouvait se contenter d’installer un centre monumental et de proposer au *populus* de l’*oppidum* les seules habitudes religieuses, civiques et commerciales du conquérant. Sans parler encore d’une civilization de loisirs, il ne pouvait le priver du prestige dont se pare l’hygiène du corps. Il installa au sud [de Conimbriga] des thermes, qui aidèrent aussi à la romanisation de la cité”**. Noutra passagem da sua obra notável, estes autores, em jeito de síntese, encerram o seu estudo das tão actualizadas e monumentais *Termas de Trajano* de Conimbriga considerando que **“Dans la ville ‘neuve’ [de Conimbriga], les audaces sont permises et sont bien accueillies; la romanisation s’exprime au travers de créations grandioses où se modèlent les corps par la pratique de l’hygiène et des sports, et les âmes, para la jouissance de la nature dans un espace savamment mesuré”**<sup>448</sup>.

Marca maior do modo de vida romano e, mais do que isso, da própria civilização romana, a construção de termas torna-se assim um sinal explícito da romanização de todos os territórios do Império. Esta ideia é bem sublinhada, para lá dos autores anteriormente citados, por Maria Pilar Reis (2004: 162) quando escreve que a

---

<sup>446</sup> Areia de origem vulcânica extraída nos arredores de Roma. Ver David Watkin, 2011: 59.

<sup>447</sup> Watkin, 2011: 81-82.

<sup>448</sup> Alarcão, Étienne, 1977: 133.



construção de termas constitui “[...] un fenómeno arquitectónico que consideramos **símbolo por excelencia de la romanidad** y del enraizamiento de la colonización de un território tan alejado, en tantos aspectos del centro del Império”.

#### 4.3.3.1.2 – As Termas conhecidas da Póvoa do Mileu

Como já referimos, a intervenção arqueológica de 1951 e 1952 incidiu maioritariamente no conjunto termal, embora este não fosse então identificado como tal, como vimos. Não restando actualmente qualquer nível arqueológico preservado e sendo relativamente escassos os registos documentais sobre a intervenção realizada nesse período, optámos pela realização de uma intervenção nos distintos espaços do conjunto termal, pois para além do facto de se pretender efectuar uma campanha de restauro e consolidação das estruturas arqueológicas sobreviventes, pretendia-se obter também o máximo de informação sobre a natureza geral e sobre as técnicas construtivas do conjunto.

Como já Pilar Reis (2004) tinha notado no seu levantamento dos edifícios termais da Lusitânia, a análise do conjunto termal do Mileu é muito difícil. Com efeito, uma parte importante das estruturas postas a descoberto nos Anos 50 desapareceu e o que resta é tão fragmentário que não nos permite reconstituir com a segurança desejável o edifício original na sua integralidade e sobretudo não nos permite restituir plenamente os espaços adjacentes que fariam parte deste conjunto termal. Apresentar-se-ão, todavia, os dados e as conclusões possíveis neste momento pois, como atrás se disse, elas proporcionarão uma primeira síntese dos elementos já conhecidos desta componente tão importante deste sítio arqueológico, verdadeiramente relevante no quadro da romanização da Beira Interior. Apresentar-se-ão ainda duas propostas de reconstituição, alternativas, pois da discussão das suas eventuais virtualidades e das suas limitações poderão surgir interpretações novas do conjunto termal do Mileu, que chegou até nós irremediavelmente mutilado, como se sabe.

O conjunto termal do Mileu apresenta seis compartimentos distintos, já atrás referenciados, a saber, os *compartimentos 4, 5 e 17* e muito provavelmente também os *compartimentos 1, 2 e 6*<sup>449</sup>. Cada um destes espaços evidencia características arquitectónicas próprias. Assim, e avançando de Norte para Sul, se o *compartimento 1* é

---

<sup>449</sup> Confira-se planta 5.

aparentemente um espaço rectangular muito vasto (atravessado por uma conduta e pelo traçado interrompido de uma outra, mas onde se integram estruturas aparentemente mais antigas, adiante assinaladas) o espaço contíguo, *compartimento 4*, tem uma planta extremamente definida: é um círculo de cerca de 6,60m de diâmetro, que comunica por dois vãos definidos por muito sólidos silhares de granito, com o *compartimento 5*, vasta sala quase quadrada que comunica, por sua vez, e sempre na direcção do Sul, com o que classificámos como *compartimento 17*, de planta rectangular a que se justapõe uma inesperada superfície semicircular na sua frente Oeste, que lhe confere o aspecto de uma espécie de abside. Já o *compartimento 2*, em ângulo, tem a configuração de uma espécie de corredor em L e, finalmente, o *compartimento 6* é o de mais difícil classificação. Localizado a Sul do “corredor” anterior e parcialmente a nascente dos *compartimentos 4* e *5*, desconhecem-se os seus limites originais a Leste, embora pareça deter um muro de desenho muito irregular a Sul. Anexo ao complexo termal, parece deverem também ser integrados o espaço muito irregular a Sul do *compartimento 6* (o *compartimento 18*) e eventualmente o espaço muito estreito a Sul do *compartimento 17* (sem proposta de numeração).

#### 4.3.3.1.2.1 - O hipocausto

Numa primeira descrição destes espaços, deve dizer-se que o *compartimento 4* detém os pilares de suporte de um piso superior, que também existiam no *compartimento 5* à época da sua descoberta, devidamente registados em fotografia histórica (fig.<sup>a</sup> 56) e desenho nas escavações da década de 50 do Século XX, embora se tenham perdido posteriormente, devido ao vandalismo de moradores e de visitantes. Idênticos pilares teriam existido também no *compartimento 17*, contíguo aos anteriores, embora estes se tenham perdido integralmente, não tendo ficado sequer registo gráfico dos mesmos. Como atrás vimos, Adriano Vasco Rodrigues identificou estes três compartimentos contíguos como a área do *hipocaustum* do edifício cujo piso principal assentava nos arcos erguidos sobre os referidos pilares. Recorde-se que – como explica Maria Pilar Reis (2004: 55), “[...] el *hypocaustum* es la cámara calentada por los gases procedentes de un horno o *praefurnium*, es decir, toda la zona construida para favorecer la circulación del aire caliente”.

Na análise destes espaços e compartimentos deve referir-se, em primeiro lugar, que este conjunto foi implantado em dois níveis distintos, ou seja, o nível de implantação do *hipocaustum* (o mais bem conservado) encontra-se numa plataforma inferior em relação ao resto dos compartimentos contíguos. De facto, a intervenção no *compartimento 6* permitiu verificar que a construção do *hipocaustum* implicou a escavação do afloramento rochoso, permitindo obter uma cota inferior de base para a construção do edifício, como nos foi possível confirmar com a escavação das quadrículas D11 e D13<sup>450</sup>. Aqui verificámos que o afloramento rochoso foi desbastado de forma a permitir efectuar a construção do *muro 10*, limite nascente do *hipocaustum* das termas. Possivelmente após a construção dos muros o espaço exterior a estes, criado com a fractura do afloramento rochoso, foi preenchido com terra e pedras, envolvendo alguns materiais arqueológicos que poderão datar a construção deste conjunto arquitectónico.

Por outro lado, consideramos que o desbaste e fractura do afloramento rochoso parece evidenciar a existência de um amplo projecto construtivo global visando a construção do *hipocaustum* das termas num nível inferior ao do conjunto arquitectónico circundante.

Do exposto, deduz-se que a construção do *hipocaustum* mostra que previamente à construção deste conjunto termal foi estabelecido um programa de arquitectura estruturado, tendo em conta que previamente à colocação do pavimento de *opus signinum* foram instaladas as pedras que formariam a parede divisória entre o *compartimento 17 (caldarium)* e o *compartimento 5 (tepidarium)*. Foi ainda possível notar que alguns dos silhares desta parede se apresentam almofadados, indiciando um possível reaproveitamento de material proveniente de estruturas mais antigas.

Desta parede de divisão entre os *compartimentos 17 e 5* restam apenas as fundações, constituídas por três poderosos pilares, de altura muito rasante, construídos com silhares de granito, alinhados transversalmente e ditribuídos regularmente, de modo a constituírem quatro aberturas de vão sensivelmente igual [fig. 69]. Estes vãos eram naturalmente vencidos por quatro arcos, que integravam o *hipocaustum* comum permitindo desta forma a passagem de ar quente. Estes arcos seriam construídos com aduelas de granito e seriam em tudo semelhantes aos arranques de arcos que ainda se observam entre os *compartimentos 4 e 5*, onde os dois pilares apresentam os silhares

---

<sup>450</sup> A área escavada no âmbito destas quadrículas limitou-se à zona Este, uma vez que a restante correspondia ao pavimento de *opus signinum* existente no interior do *hipocaustum*.

superiores aparelhados em bisel. Este corte visava a implantação das aduelas de granito (ou de tijolo), que formariam os dois arcos de separação entre estes dois últimos compartimentos.

Com efeito, assentes e correspondentes à cota inferior do edifício teríamos *três* compartimentos sobre *hipocaustum*. Este detém uma área global de, sensivelmente, 180m<sup>2</sup>, tendo o seu pavimento sido construído em *opus signinum*.

Na área Sudeste do *compartimento 17* (que identificámos como o *caldarium* do complexo termal) efectuou-se ainda a limpeza do *muro 15*, onde – uma vez que as pedras da fachada tinham sido retiradas – foi possível observar a estrutura construtiva do respectivo aparelho, em *opus signinum* usado no pavimento do *hipocaustum*. Assim, observámos que previamente à colocação de *opus signinum*, a primeira camada foi preenchida com saibro, ao qual se seguiu uma unidade de pedras de pequena dimensão que certamente serviu de enrocamento na construção da unidade de *opus signinum*. Após esta unidade surge uma camada de argamassa de coloração branca, seguida finalmente do *opus signinum*<sup>451</sup>.

Sobre este pavimento assentariam os *lateres*, que sobrevivem no *compartimento 5*, dispostos de modo a formarem um total de oito colunas ou pilaretes, dispostos transversalmente, com quatro ordens de arcos [fig. 57]. O conjunto proporcionaria assim um sistema de aquecimento obtido pela *suspensurae*, isto é, por pilares de tijolo que suportavam o pavimento do edifício, permitindo a circulação do ar quente, proveniente de uma ou duas fornalhas contíguas, para aquecimento do pavimento das termas e do próprio edifício<sup>452</sup>.

---

<sup>451</sup> Como se sabe, este típico aparelho romano é formado com pedras de pequena dimensão e fragmentos de cerâmica moída, misturados com argamassa de coloração branca.

<sup>452</sup> Justino Maciel, na sua nota 94 à sua tradução do *Tratado* de Vitruvius, dá a seguinte definição para “*Suspensurae*: sistema de elevação dos pavimentos das termas sobre pilares de *tegulae*, *laterculi* ou até pedras conjugados com arcos, coberturas de *opus caementicium* e *opus signinum* e vãos para circulação de ar quente por baixo e em torno de todas as zonas quentes dos *balnea*. A construção fica como que suspensa sobre essa estrutura de aquecimento e circulação de ar, e daí o nome de *suspensura* e de *suspensio*”, in Maciel, 2006: 196.

Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 50) informam-nos de que “l’invention de Sergius Orata des *balnea pensiles* a été adoptée au cours du I.er siècle avant Jésus-Christ”.

No seu estudo *Las Termas y Balnea Romanos de Lusitânia*, Maria Pilar Reis (2004: 162) regista, a título de conclusão, “La utilización de las *suspensurae* en arco en casi todos los edificios catalogados, independientemente del momento en que fueron construidos. Las diferencias taxonómicas se detectan en el tipo de ladrillo utilizado, con variantes interesantes como el semicircular y pentagonal. Los arcos de las *suspensurae* apoyan, en la mayor parte de los casos, en *pilae*.”

El empleo de *pilae* sencillas se documenta en las fases ‘primitivas’ de algunos establecimientos termales, pero posteriormente van siendo progresivamente sustituidas por arcos. Sin embargo, su utilización fue más que frecuente como soporte de los *alvei* de agua caliente.

Los pavimentos de uso de las zonas calientes generalmente reposaban sobre un nivel de *imbrices*, que señalaban la separación entre los arcos de las *suspensurae*”.

Como seria de esperar, as salas mais quentes seriam as que se situavam junto às fornalhas, correspondentes ao *caldarium*, aí localizado como iremos ver.

Segundo o relatório de Bairrão Oleiro (*Parecer* de 14-1-1952), que ainda observou e fotografou estes pilaretes em tijolo aquando da sua escavação, o conjunto detém as seguintes:

“Dimensões:  
comprimento total das alas – 6,30 metros  
largura “ “ “ , de parede a parede – 7,40 metros  
largura da ala da esquerda – 1,35 metros  
“ “ “ do centro – 1,28 metros  
“ “ “ da esquerda [*sic*, por “direita”] - 1,20 metros  
altura presumível dos arcos de tijolo – 1,40 metros  
largura das bases dos pilares de tijolo – 30 cm  
comprimento “ “ “ “ “ “ - 53 cm  
largura da parte superior dos pilares – 17 cm”.

Actualmente todas estas estruturas de suporte desapareceram, tal como as que, como vimos, deveriam existir no *compartimento 17* – estas provavelmente ainda arrasadas pelos operários das obras da estrada, no momento da sua descoberta. Sobrevivem, porém, as que identificámos no *compartimento 4*, que começámos por identificar como *laconicum*, mas cuja proposta merece ser discutida, dada a falta de fornalhas nas proximidades deste compartimento<sup>453</sup>. Aqui o *hipocaustum* apresenta três fiadas de *lateres*, uma central e duas laterais, apostas ao muro circular do compartimento, formando duas sequências de arcos<sup>454</sup>. Estas estruturas, organizadas longitudinalmente, no sentido N-S, estão também alinhadas transversalmente, no sentido E-W.

Apesar de o espaço já ter sido escavado em 1951 e 1952 (pelo que os muros-pilaretes sobreviventes podem corresponder, pelo menos parcialmente, à reconstrução de algumas estruturas, então realizada), era importante tentar obter algumas informações sobre a tipologia construtiva deste espaço e registar as respectivas estruturas arqueológicas.

A *sala 4*, compreendida entre as quadrículas C7, C9, D7 e D9, apresenta uma área total de 21.70m<sup>2</sup><sup>455</sup>. Verificámos ainda que o derrube de *lateres* dos pilares, se

---

<sup>453</sup> Embora não surja em todos os complexos termais, o *laconicum* surgiu, por exemplo, em Timgad (termas do Norte de África), onde a temperatura atingia um grau elevado (Grimal, 2003: 81).

“*Laconicum*: o mesmo que *sudatorium* ou *sudatio*. Estufa, compartimento de planta circular e abóbada com óculo e tampa de bronze, para banhos de vapor”, nota 108 em Maciel, 2006: 197.

<sup>454</sup> Num dos muros de tijolo foi possível observar que um dos *lateres* apresenta marcas de sandália, de um possível trabalhador da olaria que produzia estes materiais de construção.

<sup>455</sup> Foi possível detectar uma primeira unidade de terras que se depositou ao longo dos tempos, possivelmente desde a limpeza efectuada pelo IPPAR em 1991, correspondente à [U.E. 5] da quadrícula C7, e a [U.E. 1] das quadrículas D7, D9 e C9, exibindo materiais recentes, como plásticos.

encontrava envolto numa camada de terra de coloração castanha escura, com cinzas e saibro<sup>456</sup>. A unidade de derrube é composta essencialmente por *lateres*, que sustentavam os arcos emparelhados acima referidos. Com efeito, a escavação deste compartimento permitiu a identificação de 20 muros-pilaretes compostos por *lateres*, de diferentes dimensões, formando distintos alinhamentos, longitudinais e transversais, como vimos, de modo a constituírem dois corredores paralelos longitudinais, ambos com 1.20m de largura, sensivelmente, rodeando o alinhamento de pilaretes centrais que, no sentido Norte-Sul, assegura o rigoroso eixo de simetria deste compartimento – o mais regular detectado até agora no sítio arqueológico do Mileu. Dado que a sala é rigorosamente circular, os muros-pilaretes laterais são progressivamente menos profundos à medida que nos aproximamos dos seus extremos Norte e Sul, que apresentam menores dimensões<sup>457</sup>. Finalmente, note-se que no alinhamento longitudinal central do compartimento encontram-se em falta dois pilares.

A teoria de pilares, organizada transversal e longitudinalmente, era travejada transversalmente por pares de arcos contíguos, orientados também transversalmente, assentes nos pilares centrais comuns, num total de catorze arcos, emparelhados dois a dois. Quanto aos arcos deste compartimento, eram construídos (tal como provavelmente os do *compartimento 5*) utilizando *lateres* de diferentes dimensões.

Ao contrário do que acontece no *caldarium* e no *tepidarium* (os espaços contíguos, localizados a Sul) no pavimento desta sala circular não detectámos nenhum nível de *opus signinum*. Contudo, detectámos, em alguns pontos, um empedrado formado por pedras de pequena dimensão, colocado entre o afloramento de base. Nos locais onde este apresentava maior desnível, evidenciava traços de desbastamento visando o respectivo nivelamento. Corresponderia este empedrado e o afloramento rochoso ao pavimento inferior original deste compartimento?

Confirmámos ainda que o nível base de construção deste compartimento corresponde às [U.E. 4] da quadrícula D7 e [U.E. 9] das quadrículas D9 e C9. Contudo, a inexistência ou o desconhecimento de materiais arqueológicos nestas unidades não nos permite qualquer conclusão sobre a construção do conjunto arquitectónico. No entanto, é sobre esta unidade que assentam os diversos pilares de *lateres*, como vimos.

---

<sup>456</sup> Desta unidade de derrube fazem parte as [U.E. 6] da quadrícula C7, a [U.E. 2] e a [U.E. 3] da quadrícula D7, as [U.E. 7] e a [U.E. 8] das quadrículas D9 e C9. Apesar de surgirem alguns elementos recentes e raízes no início destas unidades, consideramos que poderão corresponder a elementos interfaciais entre a unidade de superfície e estas.

<sup>457</sup> Com uma média de 0.20m e 0.30m.

Entre os muros do *compartimento 4* salienta-se um deles pelas dimensões que apresenta, o *muro 48* das quadrículas C7 e D7. Trata-se de uma estrutura com *lateres* de diferentes dimensões e com enchimento em *opus signinum*. As suas dimensões levam-nos a pensar que teria a função de suportar qualquer estrutura de maior peso, como uma provável banheira de alvenaria ou de metal, instalada no piso superior.

Enfim, entre a unidade de derrube foram detectados escassos fragmentos de *tegulae*, mas nenhum fragmento do pavimento superior, que se apoiava nos arcos do hipocausto.

O estudo do *hipocaustum* das termas do Mileu suscita naturalmente a difícil questão dos sistemas de aquecimento das salas superiores. Com efeito, há todos os motivos para se considerar que o ar quente provindo das fornalhas que aqueciam o hipocausto circulava também por um sistema de canalização mais ou menos sofisticado, entrosado nos muros das referidas salas. Maria Pilar Reis (2004: 124) refere que no Museu da Guarda se “destacam dos clavijas de cerâmica que pertencían al sistema de *concameratio*” das termas do Mileu<sup>458</sup>, elementos semelhantes aos que nós recolhemos em escavação nos mais diversos contextos.

Apesar da evidente sofisticação desta técnica de aquecimento patente nas termas – lembre-se que os gregos usavam simples braseiras para o efeito, bem como os romanos, nas suas termas mais primitivas<sup>459</sup> – a verdade é que os testemunho do recurso à técnica de aquecimento que os romanos conheciam como *concameratio* se registam por toda a Lusitânia. No seu levantamento das termas desta Província do Império, Maria Pilar Reis pôde concluir que: “Los restos cerámicos que revelan su existencia [da *concameratio*] están bien presentes entre el material recuperado en las intervenciones arqueológicas: *tegulae mamatae*, *tubuli* y ladrillos recortados. Aparentemente, las *tegullae mamatae* fueron la solución constructiva más difundida en Lusitania, seguida de un método muy semejante que consistía en colocar unos carretes de cerámica como separadorees entre las *tegulae* y la pared maestra (clavijas cerámicas). Otro método utilizado fue la colocación de *tubuli* o piezas cerámicas con forma de tubo de sección rectangular, formando verdaderos canales de circulación de aire. En la mayor parte de

---

<sup>458</sup> Esta mesma autora (Reis, 2004: 55) lembra-nos que “Se identifica como *concameratio* la construcción de una pared doble que permite la circulación del aire caliente a través de los muros”.

<sup>459</sup> Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 50) informam-nos de que “à Pompéi la présence d’un brasero offert par Nigidius Vaccula n’excluait nullement les hypocaustes des *caldarium* et *tepidarium*, connus dans les bains de Stabies”.

los casos, los *tubuli* también funcionaban a modo de respiraderos, como si de pequeñas chimeneas se tratase, siendo un elemento frecuente en las construcciones termales. En Lusitania son escasos los registros de utilización de *tubuli* (...). Uno de los elementos preferidos en la arquitectura termal lusitana para la construcción de *concameraciones* fue, sin duda, el llamado ladrillo recortado<sup>460</sup>.

No caso do Mileu, dados os níveis de destruição dos muros das salas apoiadas no hipocausto, não foi possível identificar sinais da aplicação da técnica ou do sistema de *concameratio*. Porém, assinalam-se paredes em alvenaria de granito forradas interiormente a tijolo no chamado *edifício B*. Por outro lado, o *compartimento 4*, de planta circular e construído sobre o hipocausto, apresenta quatro rasgos laterais muito grandes [fig. 65] e distribuídos regularmente, adiante analisados, que parece poderem estar associados ao sistema de *concameratio*.

#### 4.3.3.1.2.2 – As fontes de calor: os *praefurnia*

A existência do *hipocaustum* suscita finalmente a questão do seu aquecimento e, conseqüentemente, a dos fornos respectivos e a da sua localização, pois os *praefurnia* são um “elemento esencial para el funcionamiento termal”, como nota Maria Pilar Reis (2004: 57). Uma vez mais, dado que a área contígua aos compartimentos que temos vindo a analisar apresenta um estado de degradação muito elevado, teremos de recorrer aos dados presentes nos relatórios de Bairrão Oleiro e aos artigos de Adriano Vasco Rodrigues. Com efeito, este investigador refere explicitamente, como vimos, a existência de *duas* fornalhas: “Anexo ao edifício central havia vestígios das abóbadas de dois fornos<sup>461</sup>”.

---

<sup>460</sup> Maria Pilar Reis, 2004: 55 e 57. A autora lembra que o “ladrilho recortado” é conhecido pelos arqueólogos portugueses como “tijolo de cunha”.

Noutro passo da sua obra, a autora (2004: 162) conclui afirmando que “El empleo de *tubuli* en detrimento de las *tegulae mamatae* es un hecho poco aclarado en este universo lusitano (...). Según los datos obtenidos tras las intervenciones arqueológicas, las *tegulae mamatae* fueron **poco frecuentes** en la provincia, con predominio de los ladrillos recortados, con o sin el recurso a las clavijas de cerámica o a un sistema de encaje que creaba canales internos para la circulación de aire. Este último sistema también se aplicó a la construcción de bóvedas dobles, a la vez que los frecuentes *tubuli* eran empleados con el mismo objetivo” (sublinhados nossos). Deve dizer-se, porém, que a utilização de *tubuli* ou mesmo de simples *cântaros* ou *ânforas* na construção das abóbadas romanas e nas bizantinas (aplicadas regularmente, em camadas e por fiadas no seio do *opus* de construção das mesmas) visava também – e sobretudo – aligeirar e aliviar o respectivo peso.

<sup>461</sup> Rodrigues, 2011: 59-60. Ilustrando o seu artigo-testemunho Adriano Vasco Rodrigues publica uma excelente fotografia com a seguinte legenda e a seguinte nota: “O sítio arqueológico do Mileu com a escavação do ‘hypocaustum’, em 1952”.



A primeira fornalha, a que chamaremos *forno 1*, estaria localizada na área a Nascente do *caldarium*, onde foi possível observar o que parece ser o *praefurnium*<sup>462</sup>, isto é, a boca ou a base da fornalha, onde identificámos alguns fragmentos de *tegulae*. Com efeito, a limpeza da área permitiu verificar que um dos fornos ficaria localizado na zona sudeste do conjunto, numa área inferior, com ligação da fornalha para o *hipocaustum*, localizada sob o *caldarium*, o *compartimento 17*. Aqui foi possível registar aquilo que poderia corresponder à boca de uma fornalha com provável abóbada de canhão, com aproximadamente 0.60m de vão<sup>463</sup>.

A ter em conta o testemunho de Adriano Vasco Rodrigues relativo à existência de dois fornos, tudo indica que o segundo estaria localizado a Sul do *compartimento 17*, num espaço que, embora acanhado, podia acomodar a respectiva fornalha. Esta segunda fornalha é-nos indicada num desenho do Major Luciano Cardoso<sup>464</sup>.

O espaço de serviço da mesma seria um espaço estreito mas comprido localizado entre a parede Sul do edifício termal e um afloramento rochoso fronteiro, que subsiste ainda hoje. Os níveis de destruição neste sítio são particularmente sensíveis, pelo que materialmente nada se poderá confirmar. Porém, tendo em conta o clima rigoroso da região e em particular o citado testemunho de Adriano Vasco Rodrigues relativo à existência de dois fornos, tudo indica que o segundo só poderia ser localizado neste espaço, apostado à parede Sul das termas, contíguo ao *compartimento 17*, que certamente

---

<sup>462</sup> *Praefurnium*: boca de fornalha, nota 96 in Maciel, 2006: 196. Para as *praefurnia*, ver Paula Araújo Pereira da Silva, 2002: 88.

<sup>463</sup> Maria Pilar Reis (2004: 57), no seu estudo sobre as termas da Lusitânia, restituiu *onze* tipologias de *praefurnia*: ver a Fig.<sup>a</sup> 9, “Tipología de los *praefurnia* de las termas y *balnea*”.

Face ao termo *praefurnia* – que aparentemente considera como sinónimo de *forno*, a ter em conta o sub-título “*praefurnium* u horno”, esta autora, no seu estudo, prefere o termo “forno”: “hemos optado por utilizar el término actual de ‘horno’ (Reis, 2004: 57).

Esta autora considera ainda que “El estudio realizado sobre la construcción de hornos reveló que existían diversas formas de abordarla. Hemos encontrado hasta 11 tipos diferentes, desde los más sencillos com una abertura hacia el *hypocaustum* (Tipo 1 – caño simple), hasta los de caño externo elíptico que sirven también como soporte para la caldera. Pero el tipo de horno más difundido en Lusitânia es, sin duda, el de caño externo (Tipo 5), presente en cerca del 66% de los casos analizados. Conviene señalar que la tipología del horno está directamente relacionada com el sistema de calentamiento del agua, es decir, com la caldera (...)”.

<sup>464</sup> Também Maria Pilar Reis (2004: 124) considera a existência, no Mileu, de “dos hornos, uno localizado al E (**pr**) de caño externo, enmarcado por estructura cuadrangular, y outro (**pr**) ubicado al N que no se presenta bien definido”. Certamente por lapso, esta autora localizou o segundo forno a Norte (“N”), quando o devia ter localizado a Sul do complexo termal. Com efeito, a abertura de um forno a Sul consta na planta do complexo termal do Mileu que Maria Pilar Reis publica em anexo à *ficha 076*, relativa ao Mileu.

Ainda relativamente a fornos dos complexos termais da Lusitânia, merece referência a nota com que Maria Pilar Reis (2004: 162) conclui o seu levantamento, segundo a qual na Lusitânia “Predominam los hornos de caño externo – tipo 5 – e caño externo com alas – tipo 6 – lo que señala la utilización de calderas horizontales. Sin embargo, los datos a nuestra disposición no permiten saber si este sistema de calentamiento de agua exterior permaneció inalterable a lo largo de los siglos o si, por ele contrario, se trató de un cambio producido durante las últimas fases de los edificios termales”.

correspondia ao *caldarium* das termas. A ser assim, como pensamos, a boca da fornalha poderia estar no alinhamento do *compartimento 4*. Esta proposta decorre da localização da boca do que chamaremos de forno 1, localizada sensivelmente no alinhamento da ábside ocidental do *compartimento 17* (caldário).

Mas o funcionamento regular das termas e a própria existência de fornalhas, fosse qual fosse o seu número, suscitava a existência de uma área de apoio, que poderia ser parcialmente descoberta. Esta zona de serviço deveria ser suficientemente ampla, pois teria que prever espaços de armazenamento de lenha, que aqui era consumida em grandes quantidades. Além, disso, deveria prever a entrada e a manobra dos carros que transportariam essa mesma lenha.

Ora, contígua ao *compartimento 17*, na sua face nascente, regista-se um espaço (a que ainda não foi atribuído número de série) cujos limites a Leste e a Sul se ignoram, mas que detém uma configuração muito recortada na sua face Norte. Entre as funcionalidades detectáveis neste espaço merece referência uma depressão localizada à direita da boca do forno, cuja função poderia ter sido a de pequeno depósito de lenha para alimentar a fornalha contígua ou, mais provavelmente, de depósito provisório de cinza. Uma vez que esta zona apresenta um elevado grau de destruição, possivelmente associado à construção da estrada, nos anos 50, não conseguimos perceber como era efectuado o acesso ao espaço de apoio da fornalha ou das fornalhas, bem como a natureza efectiva das dependências de apoio ao regular funcionamento das mesmas.

#### 4.3.3.1.2.3 – O *caldarium*

Sobre o *hipocaustum* do edifício termal do Mileu assentavam pelo menos dois dos principais compartimentos estruturantes das termas romanas: o *caldarium* e o *tepidarium*.

Tudo indica, a ser correcta a localização dos fornos atrás proposta, que o *caldarium* das termas do Mileu correspondesse ao *compartimento 17*, localizado na área Sul do edifício das termas, na sequência da proposta de identificação de Maria Pilar Reis.

Com uma área de 34m<sup>2</sup>, o compartimento tem uma planta tendencialmente quadrangular com um inesperado perfil semi-circular na sua face Oeste que, como

vimos, levou a que, num primeiro momento, este espaço fosse identificado como basílica paleocristã. Sendo possível observar as fundações deste segmento circular da parede, consideramos possível que esta espécie de ábside correspondesse a um pequeno alvéolo, semelhante ao que foi encontrado no conjunto termal da *uilla* romana da *Quinta da Fórnea* (Belmonte)<sup>465</sup>, em cuja base poderia estar localizado uma banheira ou pequeno tanque, cuja água seria aquecida<sup>466</sup>.

Do mesmo modo, consideramos que existiria uma banheira, agora com uma configuração diferente, de secção rectangular, na base da face oposta do caldário, que poderia dispôr de um ou mais degraus de acesso, à semelhança do que se verifica em casos semelhantes. A ser assim, esta banheira localizar-se-ia directamente sobre a boca do que chamámos de *forno 1*, de modo a captar o máximo do calor da respectiva fornalha.

Não sabemos como seria o pavimento original deste compartimento, uma vez que nos Anos 50, aquando da sua escavação, já não existiam quaisquer restos do mesmo. Do mesmo modo, ignoramos a estrutura global da sala, que provavelmente consistia num paralelepípedo muito regular, em cuja parede ocidental se integrava um *nicho* ou *exedra* – a chamada ábside atrás referida - de secção semicircular, rasgada a praticamente quase a toda a largura do compartimento, mas cuja altura máxima não deveria chegar ao topo dessa face do caldário.

Na fachada Sul deste compartimento rasgar-se-ia – a uma altura competente (provavelmente na empena triangular inerente a um telhado de duas águas) – uma janela com a típica configuração que justamente se designa de “termal”, isto é uma janela de lintel em arco segmentado, de três lumes, separados por duas travessas verticais.

Na parede Norte deste compartimento rasgava-se a passagem para a divisão contígua, provavelmente localizada sobre o segundo arco do *hipocaustum* (contado da direita para a esquerda, olhando na direcção do Norte), que assim ficaria alinhada pela

---

<sup>465</sup> Confira-se Santos, 2009.

<sup>466</sup> Em termas monumentais, nichos de configuração semelhante podiam enquadrar elementos decorativos ou figurativos, como estátuas, por vezes de grande escala.

Igualmente comum era a localização, em nichos semelhantes, presentes em caldários, de um *labrum*, isto é, uma fonte com bacia gigante muito ampla, de secção circular, apoiada num pé isolado e esculpido ou torneado ou num simples bloco de alvenaria, localizada normalmente num espaço interior das termas. Com efeito, Ángel Morillo Cerdán e Javier Salido Domínguez (2010: 170) informam-nos de que “El desarrollo tecnológico y constructivo de las termas durante el siglo I d.C. reorganiza paulatinamente el espacio interior, asignando al *labrum* una posición centrada en los ábsides que se abrían en el *caldarium*, sustituyendo o acompañando a los *alvei* o bañeras. Esta posición tenía la ventaja de permitir a los bañistas moverse alrededor de la pila, facilitando la circulación y el acceso al agua fría”.

Para o termo latino *labrum* ver Ángel Morillo Cerdán e Javier Salido Domínguez, 2010: 168-169.

passagem entre o *compartimento 5* e o *compartimento 4*, contíguos ao caldário. A localização desta passagem, a ser correcta a nossa proposta, seria assim a única nota dissonante e assimétrica num espaço extremamente regularizado e arquitectonicamente controlado.

Ignoramos também como seria a cobertura original do caldário. Provavelmente era coberto com um telhado de duas águas, orientado longitudinalmente, no sentido Sul-Norte, comum à divisão contígua. Esta disposição do telhado proporcionaria assim uma ampla empena no topo da parede Sul do caldário, onde devemos intuir a *janela termal*, já referida. Quanto ao ninho semi-circular do caldário, tudo indica que tivesse uma cobertura abobadada, como era costume verificar-se na cobertura de nichos semelhantes<sup>467</sup>. Com efeito, no caso do *alveolus* do *caldarium* temos evidências de que a cobertura corresponderia a uma estrutura abobadada, construída com *opus caementicium*, como se pode observar na parede Sudoeste do conjunto, contígua ao nicho, onde subsiste, *in situ*, um imponente bloco de *opus caementicium*.

#### 4.3.3.1.2.4 – O *tepidarium 1*

O *caldarium* comunicava a Norte com o *tepidarium*, o espaço que definimos como *compartimento 5*. Tratava-se de um espaço rigorosamente rectangular, orientado transversalmente, cuja área seria de 37.8m<sup>2</sup>. Mais afastado das fornalhas, seria um espaço com ambiente tépido, dispondo muito provavelmente de uma banheira com água à temperatura correspondente, provavelmente localizada num alvéolo ou nicho de secção rectangular adaptado numa das faces menores do compartimento, a face da direita ou a da esquerda, para quem olhasse na direcção do Norte. À semelhança de banheiras idênticas, também o acesso a esta se faria mediante um ou dois degraus. A existir, como pensamos, o nicho de enquadramento da banheira, de secção rectangular, teria muito provavelmente uma cobertura em abóbada de berço, embora muito pouco profunda (ver desenho com proposta de reconstituição), assim monumentalizando o

---

<sup>467</sup> Por facilidade e comodidade de desenho, representou-se a cobertura exterior desta “ábside”, que pensamos tivesse sido telhada, como sendo contígua à cobertura do corpo rectangular do caldário, que também pensamos que fosse telhado. Na realidade, este corpo deveria ser mais alto cerca de quatro ou cinco pés, de modo a que a armação do telhado, muito provavelmente de duas águas, do corpo rectangular do caldário, não inteceptasse o alinhamento do perfil do arco frontal da ábside, pelo qual esta comunica com a parede Oeste do mesmo caldário.

Nos desenhos e perspectivas com propostas de reconstituição usou-se o pé (29,3<sup>cm</sup>) como medida padrão para as medidas e dimensões das diversas componentes do complexo.

compartimento, que, com este nicho ou sem ele, seria arquitectonicamente muito regular e rigorosamente simétrico, sendo o respectivo eixo de simetria proporcionado pela mediana paralela aos lados maiores do rectângulo de base da sala, orientada transversalmente, como vimos.

Assim, à sua esquerda e à sua direita rasgavam-se as aberturas para as duas divisões confinantes, cremos que rigorosamente alinhadas uma pela outra, a Sul para o caldário e a Norte para o compartimento de planta circular, reforçando a natureza rigorosamente simétrica deste tepidário. Adiante analisaremos e procuraremos restituir o sistema de comunicação interna destas termas, que tinham neste *tepidário 1* o seu elemento central, como vemos.

Tal como em relação aos dois outros compartimentos, ignoramos a natureza do pavimento deste tepidário, muito provavelmente resolvido com o recurso a uma aplicação de *opus signinum* aplicado sobre as placas de pavimento cerâmico ou *tegulae*, sabiamente dispostas sobre a estrutura arqueada do hipocausto. Ignoramos igualmente a natureza da cobertura deste compartimento. Provavelmente, dadas as relativamente pequenas dimensões deste conjunto termal, seria comum a cobertura dos dois compartimentos que vimos analisando (*compartimento 17* e *compartimento 5*, correspondentes respectivamente ao caldário e ao tepidário). Assim, as estruturas de madeira de apoio à cobertura de um compartimento seriam simplesmente replicadas no compartimento seguinte e as duas águas do respectivo telhado prolongavam-se sobre o telhado do tepidário. Porém, este compartimento poderia ter um telhado autónomo, o que pode parecer ter a seu favor o facto de as respectivas fundações transversais serem os pilares de granito extremamente reforçados que separam, ao nível do hipocausto, o tepidário dos dois compartimentos com ele confinantes, a Norte e a Sul. Neste caso, a altura do tepidário poderia ser igual ou mesmo ser maior que a do caldário, e o seu telhado, também de duas águas, orientar-se-ia também transversalmente<sup>468</sup>. Fosse qual fosse a altura deste telhado “transversal”, na empena criada pelas duas águas do mesmo – na sua face virada a poente – abrir-se-ia uma nova janela “termal”, que jorraria luz muito abundante a esta divisão<sup>469</sup>, de outro modo muito sombria, uma vez que poderia

---

<sup>468</sup> No desenho de reconstituição da cobertura do complexo termal considerou-se que os dois corpos, caldário e tepidário 1, tinham rigorosamente a mesma altura. Do mesmo modo, também os respectivos telhados se representaram com a mesma inclinação.

<sup>469</sup> Também por comodidade de desenho, representou-se o arranque da empena do telhado deste corpo, lançada sobre a parede Leste do complexo termal, directamente sobre o topo desta parede. Com efeito, a empena de enquadramento da *janela termal* poderia assentar sobre um corpo cerca de 4 ou 5 pés acima do topo da parede Leste do complexo.

mesmo ser desprovida de luz directa. Deve dizer-se, porém, que a falta de iluminação directa se conciliava com o carácter tépido e abrigado do tepidário, tendo em conta a sua funcionalidade no seio do complexo termal. Este carácter abrigado e sumamente confortável desta divisão deveria ainda ser reforçado com as bancadas e os encostos de madeira que certamente se aplicavam nas paredes disponíveis do compartimento.

#### 4.3.3.1.2.5 – *O tepidarium 2*

Como já vimos, o tepidário dava passagem para o *compartimento 4*, um espaço de planta circular, com 6.60m de diâmetro. Dada a forma da sua planta, trata-se do espaço mais elaborado da estação arqueológica do Mileu. Tendo em conta a função de espaços com configurações semelhantes e ainda o apoio do respectivo piso nos pilares de *lateres* do hipocausto, pareceria não haver margem para dúvidas quanto à função original: localizado sobre hipocausto, tudo indicaria tratar-se de um espaço muito aquecido, correspondente ao *laconicum* ou sala de vapores do complexo termal. Todavia, o afastamento da fornalha ou das fornalhas de aquecimento do *caldarium* parece inviabilizar esta hipótese. Por outro lado, não há quaisquer sinais de abertura de uma fornalha para o espaço do hipocausto correspondente a este compartimento, cujos muros estão, nesse seu primeiro nível, térreo, muito bem conservados. Com efeito, o “corredor” correspondente ao *compartimento 2*, poderia permitir o acesso a uma fornalha contígua ao primeiro nível da sala redonda, que aqueceria o hipotético *laconicum*. Não há, todavia, quaisquer sinais de quaisquer aberturas no nível térreo do muro circular do compartimento, muito bem conservado, como acima se disse. Assim, não se conhecendo a fonte directa de aquecimento deste compartimento, não parece sustentável a proposta de que o mesmo proporcionasse o lacónico deste conjunto termal, assim se mantendo as reservas levantadas por Maria Pilar Reis (2004: 124) no seu já citado estudo, quanto a essa sua função hipotética. Com efeito, esta autora considera que “La función de este espacio es hasta hoy desconocida, incluso si queremos ver en él un *laconicum* la distancia de los hornos no permite aceptar tal interpretación”.

Este compartimento apresenta como característica a existência de quatro rasgos ou micro-nichos abertos nas paredes, regularmente dispostos e equidistantes entre si e sensivelmente abertos à mesma altura. Estes rasgos poderiam ter como função a passagem do ar aquecido do *hipocaustum* para o referido compartimento. Maria Pilar

Reis (2004: 124) interroga-se se estas quatro “concauidades en la pared” “Serán las marcas de los *tubuli*” de aquecimento da pequena sala circular.

Partilhamos plenamente das reservas de Maria Pilar Reis quanto ao não acolhimento da hipótese de um lacónico neste espaço circular. Assim, cumpre avançar com nova hipótese para a função original deste pequeno compartimento circular sobre hipocausto: salvo melhor opinião, este espaço poderia proporcionar uma aparatosa e quase luxuosa extensão do tepidário do compartimento contíguo, tornando-se assim no *tepidario 2* das termas do Mileu, que, embora afastado das fornalhas, dispunha de um plano de aquecimento que não pode deixar de ser considerado muito sofisticado, a ter em conta os quatro referidos rasgos abertos no muro circundante em quatro direcções opostas.

Não podemos, porém, deixar de referir que estes rasgos, existentes no muro circular da sala, poderiam ter também como função permitir o assentamento de uma estrutura de reforço, de perfil cruzado, que poderia ter como função suportar uma banheira, por exemplo. Esta hipótese parece confirmada pelo reforço dos muros-pilares contíguos à secção fundeira do hipocausto, no seu extremo Norte, no lado oposto à respectiva abertura de ligação para o compartimento contíguo.

A ser assim, como pensamos, este *tepidario 2* disporia de uma banheira, eventualmente circular, disposta no meio da sala ou, em alternativa, de uma banheira semi-circular colocada na secção Norte da sala, no lado oposto ao da abertura para a mesma<sup>470</sup>.

Uma outra hipótese haveria a considerar para o destino deste compartimento circular: *a de o mesmo constituir o pequeno frigidário destas termas*. Com efeito, tendo em conta o clima muito frio da região, justificava-se que o frigidário, enquanto componente obrigatória das termas do Mileu, estivesse não só localizado contiguamente ao tepidário (do compartimento 5), como seria normal, mas ainda *localizado sobre hipocausto*. Deste modo amenizava-se de uma forma substancial a frialdade glacial e inóspita que, de outro modo, afectaria esta componente das termas do Mileu, tornando-a praticamente impraticável durante a maior parte do ano.

Fosse qual fosse a sua função, desconhecemos, também aqui, o tipo de cobertura desta divisão (compartimento 4). Dado porém o desenho tão formal e mesmo tão

---

<sup>470</sup> Neste caso, a hipotética banheira semi-circular deste *tepidario 2*, a existir, como pensamos, ocuparia apenas um segmento circular relativamente pequeno no fundo da sala, estando o resto dos muros da mesma providos de bancos de madeira e respectivos encostos, concêntricos à linha do perímetro da sala.

erudito da sua planta, parece poder deduzir-se que o mesmo fosse abobadado, sendo a respectiva abóbada (muito provavelmente lançada à altura de 3,30 metros, o raio da circunferência da planta de base) realizada em *opus caementicium*. A ser assim, como pensamos, o topo da abóbada poderia dispor de um óculo aberto, provido de um dispositivo amovível que controlasse a abertura variável do mesmo ou a sua vedação completa, visando a conservação da temperatura aquecida ou temperada do seu interior. Dada a configuração da sala, parece poder deduzir-se, finalmente, pela não existência de janelas. A ser assim, o efeito do ambiente tépido (ou controladamente frio, no caso de constituir o frigidário das termas) da sala, seria reforçado pela sua relativa obscuridade, sem dúvida propiciatória à meditação e sobretudo ao relaxamento que se esperava da frequência das termas.

#### 4.3.3.1.2.6 – *O frigidarium*

Abstrainda da hipótese da localização do frigidário no compartimento 4, deve dizer-se que ainda não foi possível localizar *outro* frigidário no complexo termal do Mileu, dado o muito mau estado de conservação dos espaços contíguos ao *hipocausto*, totalmente revolidos em 1951 e 1952, como atrás se disse. Assim, permanece a dúvida se o mesmo teria sido destruído aquando da construção da estrada em 1951 ou se de facto existiria efectivamente no edifício primitivo, dado o micro-clima do Mileu e da região circundante, que poderiam tornar dispensável na fria região da Guarda uma componente termal justamente conhecida como “*frigidarium*”. Com efeito, a circunstância de o frigidário não ser conhecido ou a de o mesmo não ter chegado até nós, poderia fazer pensar, num primeiro momento, na hipótese da não existência desta componente neste sítio arqueológico tão particular, muito frio no Inverno.

Porém, como se sabe e já atrás se recordou, o complexo termal, tal como codificado e usado pelos Romanos, exigia a presença de uma última – ou de uma primeira – componente: o frigidário, compartimento destinado ao refrescamento dos utentes. Esta divisão estava normalmente provida de uma piscina ou de uma banheira, tão grande quanto possível, para os banhos frios, que faziam parte do ritual a seguir pelos frequentadores das termas.

Assim, a interpretação das estruturas contíguas ao edifício das termas é mais complexa, uma vez que os compartimentos detectados já tinham sido escavados até ao



afloramento rochoso, detectando-se nas recentes campanhas de escavações apenas as fundações dos muros circundantes. É o caso do *compartimento 6*, no qual já era visível o afloramento rochoso previamente à nossa intervenção. Segundo Pilar Reis, uma das hipóteses da função deste compartimento, com 55.60m<sup>2471</sup>, seria a de abrigar o *frigidarium* das Termas do Mileu, uma vez que não possuía *hipocaustum* e se encontrava na contiguidade das restantes salas. Diga-se que esta localização do frigidário no *compartimento 6* integra efectivamente a proposta de *planta* das termas publicada por esta investigadora (Reis, 2004: 124).

A ser correcta a proposta de Maria Pilar Reis, o frigidário do Mileu ficaria contíguo aos espaços onde localizámos o *tepidário 1* e o *tepidário 2*. Embora adiante analisemos os esquemas de circulação nestas termas, diga-se desde já que pensamos que o acesso ao frigidário – a ser verdadeira esta hipótese – se faria pelo espaço a que chamaremos de *pátio* e que ainda conserva os restos do tanque de recreio e, por este, far-se-ia o acesso aos demais compartimentos das termas. Neste caso, haveria que contar com uma abertura no muro Leste do *compartimento 5*, correspondente ao *tepidário 1*. Tendo em conta que este tepidário tem uma organização rigorosamente simétrica, a sua ligação ao hipotético frigidário (e por via deste para o exterior das termas) far-se-ia por uma porta rasgada rigorosamente sobre o citado eixo de simetria. Nada mais se poderá avançar sobre o frigidário das Termas do Mileu a não ser conjecturas: a de uma banheira de água fria, eventualmente localizada no centro do mesmo e a de uma abertura para o pátio exterior que, provido de um tanque de recreio, poderia proporcionar algo como a *palaestra* das termas, componente muito frequente mas não obrigatória, recenseada em algumas termas da Lusitânia.

A proposta de localização do frigidário do Mileu no *compartimento 6* não esgota o tema, a ter em conta os dados das escavações. Assim, face a um primeiro frigidário, a que chamaremos de *frigidário 1*, localizado no *compartimento 6* da estação arqueológica, parece ser de considerar a hipótese da localização alternativa de um outro frigidário, a que chamaremos de *frigidário 2*, em alternativa ou em substituição do anteriormente citado, e que localizaremos no *compartimento 1*.

Torna-se, com efeito, muito difícil definir uma funcionalidade para este *compartimento 1*, o grande compartimento Norte da estrutura das termas (se aceitarmos que pertencia às mesmas). Pilar Reis também encontra alguma dificuldade para a

---

<sup>471</sup> O compartimento encontra-se enquadrado pelas quadrículas D9, E9, F9, D11, E11 e F11.

identificação deste espaço e para a interpretação da sua funcionalidade. Certamente estas decorrem de o mesmo ter sido escavado até ao substrato rochoso em 1951 e 1952, pelo que os dados arqueológicos são pobres e obscuros sendo, por isso, de interpretação muito difícil.

Porém, praticamente tangente ao *muro 1*, sobrevive o envasamento de uma estrutura circular que parece poder interpretar-se como a base de uma piscina ou banheira de perfil circular. Esta piscina, muito vasta, pois o seu diâmetro aproximar-se-ia dos seis metros e meio (sensivelmente igual ao diâmetro do *compartimento 4*) levanta algumas interrogações: estaria localizada num espaço exterior, a céu aberto? Se sim, poderia ser o elemento central de um pátio exterior ou palestra afecta ao complexo termal. Mas esta piscina poderia estar num espaço coberto, pois está rodeada por uma sapata muito reforçada que tudo indica fosse a base de um muro de um compartimento fechado. Esta hipótese levanta uma dificuldade: a de o perfil exterior desta sapata desenhar um ângulo agudo (embora de grande amplitude, com cerca de 80°) em relação ao *muro 1*. A ser assim, este muro não respeitava o *princípio da ortogonalidade*, patente em todos os compartimentos do complexo termal já considerados.

A existência da estrutura circular que pensamos poder associar a uma piscina, exterior ou interior, suscitou o desvio do traçado da conduta que, no sentido SW-NE, atravessa diagonalmente o *compartimento 1* e que faz um nítido desvio como que visando o contorno da citada piscina arredondada.

A presença deste tanque ou piscina, a ser coberta, levanta a questão da sua integração no *frigidário 2*, atrás considerado conjecturalmente. Este hipotético *frigidário 2* poderia ter duas configurações, uma mais pequena, de modo a constituir a hipótese de um *frigidário 2a*, e uma maior, a constituir um hipotético *frigidário 2b*. O primeiro, mais pequeno, consistiria num espaço trapezoidal contíguo e a Norte do *compartimento 4*. O seu acesso far-se-ia por uma abertura rasgada num muro que ligasse a sapata contígua à estrutura circular da hipotética piscina, atrás referida ao extremo NE da estrutura de enquadramento do *compartimento 4*. A ser correcta esta proposta – meramente conjectural, como se deve repetir – restaria um espaço confinante, localizado a Leste deste hipotético *frigidário 2a*. Dada a existência de muros muito reforçados, tudo indica que este espaço fosse coberto, o que pode suscitar nova conjectura, a de o mesmo espaço proporcionar a *primeira* divisão das termas do Mileu, onde haveria que localizar o chamado *apoditerium*, isto é, a câmara que, precedendo as

três componentes das termas propriamente ditas, servia de apoio aos seus utentes, nomeadamente enquanto vestiário.

Os dados arqueológicos recolhidos no terreno podem, porém, suscitar a hipótese de um frigidário com uma configuração alternativa, o *frigidário 2b*, que ocuparia a integralidade do nosso *compartimento 1*. Nesta hipótese o frigidário seria muito maior e integraria não só a piscina de planta circular, atrás referida e localizada no seu extremo NW, como serviria, ao mesmo tempo, de *apoditerium*, situação que se verifica em várias termas nas quais o espaço do frigidário acumulava as suas funções com as de vestiário ou de *apoditerium*.

Apresentam-se em seguida os dados arqueológicos obtidos relativamente a este *compartimento 1*<sup>472</sup>, de que praticamente apenas restam as fundações dos muros circundantes. Com efeito, o compartimento é delineado a Norte pelo *muro 1* (um dos que apresentam maiores dimensões no conjunto), pelo *muro 7* a Este, pelo *muro 11* a Sul e pelo *muro 2* a Oeste. Contudo, deste último, no qual encosta o *muro 1*, apenas resta um pequeno troço na área Noroeste do compartimento, não tendo sido possível verificar a sua existência para Sul, nem mesmo a dos seus eventuais “negativos”, cavados no afloramento rochoso). Considerando a sua continuidade para Sul, fechando, desta forma, o compartimento a Oeste, o seu espaço interno seria de 107.88m<sup>2</sup>.

A análise estratigráfica das quadrículas realizadas neste compartimento permitiu-nos concluir da existência de unidades com elevada semelhança, relacionando-se as duas primeiras com a intervenção realizada pelo IPPAR nos anos 90 (cf. Corte Real, Abrunhosa, 1994), quando foi efectuada a primeira requalificação moderna do espaço. Detectámos então a presença de gravilha e saibro, num sedimento obviamente moderno, pois já integrava plásticos. Esta unidade assenta quase integralmente no saibro resultante da desagregação do afloramento rochoso.

Confirmámos ainda que a única estrutura arqueológica detectada neste compartimento foi uma estrutura de drenagem de águas, de grandes dimensões, como foi possível confirmar na sequência estratigráfica da quadrícula D5. A sua entrada neste compartimento é efectuada na área SW, ladeando o conjunto que integra o *hipocausto*, passando depois pela área central do compartimento e, a Norte, na quadrícula E3, passa

---

<sup>472</sup> Encontra-se delimitado pelas quadrículas C3, C5, D3 (intervencionada em 2000), D7, D5, E3, E5, E7, F3 e F5, do sector 4.

sob o *muro 1*. Trata-se de uma estrutura com dois muros laterais, de percurso muito irregular, no sentido SW-NE.

Verificámos ainda que o afloramento rochoso apresenta sinais de desbaste em três locais deste compartimento. Na área Oeste do *compartimento 1* o afloramento foi desbastado de forma a permitir o encaixe da conduta e, na área Leste, no local onde foi construído o *muro 7*, limite a Nascente deste compartimento, observando-se ainda sinais de desbaste do afloramento na área nascente, onde se nota a presença de marcas de cunhas de pedreiro. Apesar de não ser possível determinar o período de realização destas cunhas, é certo que o afloramento rochoso foi escavado na área da conduta, sendo possível que o material extraído tenha sido reaproveitado na construção do conjunto arquitectónico circundante.

Por outro lado, consideramos que durante o período de construção da conduta de drenagem de águas é possível que se tenha efectuado uma alteração do seu traçado, não prevista inicialmente, uma vez que o afloramento rochoso foi desbastado e cavado na direcção NNE, como verificámos na quadrícula C5, embora o rosso então cavado não contivesse nem suportasse qualquer estrutura, pois o respectivo espaço foi logo depois preenchido com saibro<sup>473</sup>. As dimensões que apresenta são semelhantes ao desbaste efectuado no local onde foi instalada a conduta, como se verificou na quadrícula E5.

Assim, na quadrícula C3 foi possível confirmar que o afloramento rochoso foi desbastado, no sentido Norte/Sul, com a abertura de cavidade cujas dimensões serão muito semelhantes àquelas onde foi implantada a conduta de drenagem de águas. Neste sentido, consideramos que na fase de abertura desta vala haveria a intenção de fazer com que a conduta, localizada a Sul, passasse por este local. Contudo, no momento da construção da mesma, este plano inicial terá sido abandonado, tendo a conduta passado na área a Sul.

Foi com a escavação da quadrícula C5 que confirmámos que o afloramento rochoso foi desbastado de forma a permitir a instalação da conduta de drenagem de águas. Na área Norte da quadrícula foi possível confirmar a mesma situação que já tínhamos observado na quadrícula C3, isto é, que o afloramento rochoso foi desbastado, apresentando uma vala de 1.70m de largura, possivelmente para implantação da conduta de drenagem de águas. Contudo, devido a uma alteração do projecto construtivo, a conduta foi desviada do seu provável traçado inicial, passando a ter, neste segmento do

---

<sup>473</sup> A [U.E. 3] da quadrícula C3 e a [U.E. 5] da quadrícula C5.

seu traçado, uma orientação para Este, e não para Norte, como parece que se previa inicialmente.

Não restou qualquer vestígio do piso original do *compartimento 1*. Apesar de as pedras da conduta serem muito regulares e de o próprio afloramento rochoso apresentar sinais de desbaste e regularização, verificámos que as pedras da conduta se encontram a uma cota inferior (com uma diferença aproximadamente de 0.60m em relação ao afloramento) o que inviabilizava a sua utilização como pavimento. Neste sentido, consideramos que o afloramento rochoso foi nivelado de forma a permitir o assentamento de um pavimento, do qual não restaram vestígios. É possível que do piso deste compartimento fizesse parte a pedra detectada na quadrícula E5, com um orifício central circular, com cerca de 20cm de diâmetro, possibilitando a entrada de água ou de resíduos líquidos na conduta.

Relativamente à técnica construtiva dos muros foi possível verificar duas situações distintas. Por um lado, a construção do *muro 7* implicou o desbaste do afloramento rochoso de implantação, visando obter uma base nivelada e regular para apoio das estruturas de sustentação do mesmo. A partir deste ponto foi construída uma sapata formada com aparelho de *opus caementicium*, que assenta directamente no afloramento rochoso e sobre a qual se ergueria o muro<sup>474</sup>. A mesma tipologia construtiva foi detectada no aparelho do *muro 1*, que delimita o compartimento a Norte, que também assenta numa sapata de *opus caementicium*<sup>475</sup>. Verificámos ainda que esta estrutura de *opus* fazia parte do mesmo programa construtivo e foi construída no mesmo período que o muro 1, encostando à estrutura de planta semicircular atrás considerada<sup>476</sup>.

Confirmámos ainda que o *muro 1* encosta ao *muro 2*, denunciando uma vez mais a antiguidade deste em relação ao primeiro, embora pudesse fazer parte do mesmo programa construtivo.

A escavação das quadrículas D7 e E7 permitiu-nos verificar as técnicas construtivas do *muro 11a*, que delimita o *compartimento 1* a Sul. Apesar de inicialmente classificarmos esta estrutura como pertencente ao *muro 7*, a observação das técnicas construtivas levou-nos a individualizá-lo. De facto, a escavação do

---

<sup>474</sup> Esta fundação corresponde à [U.E. 6] da quadrícula F3.

<sup>475</sup> Corresponde à [U.E. 6] da quadrícula C3.

<sup>476</sup> A [U.E. 4] da quadrícula C3, pré-existente.

*compartimento I* permitiu verificar que o afloramento rochoso se encontrava a uma cota superior que na restante área do compartimento e que o muro assentava directamente no afloramento rochoso, não apresentando indícios de sapata.

De facto, apesar de os vestígios encontrados serem muito pobres, podemos todavia tecer algumas considerações sobre os mesmos. Por um lado, tendo em conta a passagem da conduta de drenagem de águas neste compartimento, podemos considerar duas fases distintas de construção desta parte do conjunto arquitectónico, pois quando a conduta foi construída os compartimentos assentes no *hipocausto*<sup>477</sup> já existiam, uma vez que o primeiro segmento da conduta ladeia os respectivos compartimentos; todavia o muro Norte do *compartimento I* (que então ainda não deveria existir) assentou directamente sobre as pedras da conduta, evidenciando desta forma uma sequência construtiva evidente, embora a não possamos datar por falta de elementos cronológicos relativos aos diversos momentos da respectiva construção.

Por outro lado, estas duas fases construtivas sucessivas parecem também evidentes se tivermos em atenção a estrutura de planta tendencialmente circular já acima referida. Esta estrutura chegou-nos muito destruída, em parte devido à construção da referida conduta de drenagem de águas. Trata-se de uma estrutura que se encontra sob o muro Norte do *compartimento I*, indiciando a sua maior antiguidade. Poderá corresponder a uma estrutura directamente relacionada com as salas construídas sobre o hipocausto ou mesmo a um período anterior, pois terá sido praticamente destruída aquando da construção das termas. Poderá, por outro lado, corresponder a um *frigidarium* primitivo das termas, como também acima se aventou, totalmente remodelado num momento indeterminado, que não foi possível datar.

Por fim, falta-nos abordar a questão da cobertura deste edifício<sup>478</sup>. Com efeito, se a falta de elementos torna muito difícil a identificação da sua função original, torna também muito difícil a resposta a esta questão. Tratar-se-ia de uma estrutura com apenas um piso, com cobertura em *tegula* e *imbrex*?

Relativamente aos muros do edifício, confirmámos possuírem *três pés de grossura* (cerca de 0.87,9/0.90m), dimensões semelhantes às *Termas I* de Tongobriga, uma outra capital de *ciuitas*. Consideramos que estas dimensões, ou melhor, estes

---

<sup>477</sup> Para os “pavimentos com hipocaustos”, ver Paula Araújo Pereira da Silva, 2002: 87. Para os pavimentos na arquitectura romana em geral ver “Pavimentos” in Antonio Castro Villalba, 1996: 74.

<sup>478</sup> Para os “Acabados de cubiertas”, ver in Antonio Castro Villalba, 1996: 75.

valores para a construção das paredes são típicos de espaços telhados e não abobadados, pois as abóbadas de argamassa à romana suscitariam não só paredes muito mais grossas e resistentes como a presença de contrafortes ou de outro tipo de reforços suplementares dos respectivos muros, estruturas de apoio que aqui não se vislumbram.

#### 4.3.3.1.2.7 – Zonas de Serviço

Como já atrás se disse, o *compartimento 6*, que já tinha sido intervencionado nos anos 50, não nos forneceu mais elementos nem nos permite maiores conclusões quanto à sua funcionalidade original. Assim, não temos a certeza absoluta de que o mesmo tenha pertencido ao conjunto termal, apesar de, pelos motivos atrás expostos, podermos conjecturar que nele se poderia ter localizado o respectivo frigidário, como vimos.

Previamente ao início da intervenção era possível observar um elevado desnível entre a área Norte e Sul. Na sua escavação não detectámos estruturas arqueológicas, comprovando-se que o afloramento se encontrava quase à superfície e o registo arqueológico era reduzido. Contudo, foi possível recolher algumas informações sobre a tipologia construtiva do *muro 9*, verificando-se que assentava numa *sapata* assente no afloramento rochoso, que exibia as mesmas características do *muro 8*, ou seja, assentava numa base construída com *opus caementicium*<sup>479</sup>.

A Norte deste *compartimento 6* localizava-se o *compartimento 2*, de planta em L, com 45.84m<sup>2</sup>. Este compartimento tem a forma de um estreito corredor, cujo acesso poderia ser efectuado através do compartimento a Leste, o *compartimento 3*. A função deste “corredor” é difícil de interpretar, podendo proporcionar – como referimos acima – um hipotético acesso a uma eventual fornalha, ou, como defendeu Artur Côrte-Real, um corredor de acesso a um segundo piso que o edifício tivesse. Caso aceitemos a primeira hipótese, num determinado período, que não podemos precisar por falta de elementos, a parede do compartimento que designámos de *tepidarium 2* foi reconstruída e a abertura de uma hipotética fornalha de apoio seria então entaipada, não sendo actualmente perceptíveis quaisquer vestígios da mesma.

A configuração do espaço, a sua estreiteza e pequenez, bem como a proximidade com as demais componentes das termas parece poder permitir localizar neste espaço as

---

<sup>479</sup> Argamassa de coloração branca, misturada com pedras de pequena dimensão.

*latrinas* do complexo termal. Com efeito, em todas as termas haveria que contar com esta componente, localizada sempre num espaço periférico e esguio<sup>480</sup>.

Relativamente ao pavimento deste espaço, não existem quaisquer elementos ou vestígios que nos permitam restituir ou compreender a sua natureza e composição originais. É possível que estivesse à mesma cota da do *compartimento 3*, local onde, no seu extremo Norte, foram detectadas as pedras de cobertura de um segmento de uma conduta de drenagem de águas. Ora, estas pedras poderiam pertencer ao pavimento original deste compartimento, como foi possível confirmar com a escavação da quadrícula F5. A serem correctas as nossas deduções, todo o pavimento do compartimento alinharia e se nivelaria pelas faces superiores das pedras de cobertura do fragmento da referida conduta.

Após a escavação da quadrícula foi possível confirmar que o *compartimento 2* também foi intervencionado nos anos 50 do século XX, uma vez que apenas detectámos uma camada de terra, com fragmentos de cerâmica de construção romana e sem outros materiais arqueológicos. O afloramento rochoso encontrava-se a aproximadamente 0.50m de profundidade.

Confirmámos ainda que a conduta apresenta uma técnica construtiva semelhante à que foi detectada na quadrícula G5, ou seja, era constituída por dois muros laterais, encostando o *muro 70* ao *muro 1*, exibindo apenas uma fiada de pedras, de média dimensão, enquanto o *muro 69* apresenta dupla face, com pedras de maiores dimensões. A diferença deste em relação à quadrícula G5 prende-se com o facto de o *muro 69* na quadrícula F5 possuir apenas uma fiada de pedras e assentar numa camada de terra, enquanto que a estrutura anterior possuía pedras de pequena dimensão, em maior número, também elas assentes numa camada de terra. Ambos os muros se encontram sensivelmente à mesma cota, pois sobre ambos seriam colocadas as pedras de cobertura, possivelmente lajes de granito de grande dimensão, situação algo semelhante à detectada no *compartimento 3*.

Por fim, será de referir que a pedra de cobertura da conduta localizada sob o *muro 7* se encontra a uma cota muito superior em relação à conduta, estabelecendo

---

<sup>480</sup> Para a palavra “latrina”, o seu uso, o seu significado e a sua evolução tipológica ver Manuel Martín-Bueno *et al.*, 2007: 227, nota 15.

Para a configuração e a localização das latrinas nas termas augustanas de Conimbriga ver as Pranchas XXI e XXVI em Jorge Alarcão e Robert Étienne, 1977.



ligação com o *compartimento 1*. Por outro lado, verificámos ainda que o *muro 8* possuía um aparelho muito irregular, assentando numa camada de *opus caementicium*<sup>481</sup>.

Foi ainda possível confirmar que tanto o *muro 1*, como o *muro 7* e todos os muros deste período construtivo (classificados como pertencentes à segunda fase construtiva) apresentam *opus caementicium* apenas num dos lados, neste caso do seu lado Oeste, encontrando-se a outra face assente numa camada de terra ou directamente no afloramento rochoso.

Por outro lado, verificámos ainda que a conduta é posterior à construção do *muro 8*, pois os *muros 69* e *70* encostam ao primeiro. Contudo, ambos terão feito parte da mesma fase construtiva, uma vez que a sua construção será contemporânea, dado que tanto o *muro 7*, como o *muro 8* apresentavam já incluídas na sua estrutura as pedras de cobertura da conduta.

#### 4.3.3.1.2.8 - O pátio/palestra

Durante a campanha de 2003 estabelecemos como *compartimento 13* uma área localizada a Leste do conjunto termal, mas contígua ao mesmo. Com o avanço da intervenção, em 2005 e em 2006, foi possível confirmar que esta área se encontrava originalmente ao ar livre, pois não foram detectados na mesma quaisquer vestígios de derrube de cobertura. Dada a descoberta posterior de um pequeno tanque e de uma conduta de drenagem de águas, consideramos que esta área corresponderia a uma zona de *pátio*<sup>482</sup>, provida de um tanque de recreio localizado na área poente.

A existência deste pátio, a Sul e Nascente do complexo construído conhecido do Mileu suscita uma óbvia poposta quanto às suas funções originais. Com efeito, fica por esclarecer se este pátio tinha ligação com as termas ou se constituía uma unidade distinta e isolada. Contudo, sabendo-se que são muito frequentes os conjuntos termais mais ou menos monumentais e de grande ou pequena escala com pátios e jardins contíguos, localizados na sua área de implantação<sup>483</sup>, parece ser de considerar que este pátio estivesse afecto às Termas do Mileu. Com efeito, localizado junto às mesmas,

---

<sup>481</sup> A [U.E. 4] da quadrícula F5.

<sup>482</sup> Esta área é definida pelas quadrículas F11, F13, G11, G13, H11, H13 e uma parte da quadrícula I13.

<sup>483</sup> Note-se que a presença de tanques e fontes, com a função de embelezamento e de refrescamento do ambiente, se registava também nas cidades romanas, mesmo nas Províncias, como é o caso da identificada no fórum de *Aeminium*, onde, na área inferior, surgiu uma fonte monumental (Carvalho *et al.*, 2010).

pensamos que este pátio proporcionasse a *palaestra* às Termas do Mileu. A ser assim, o seu acesso originalmente far-se-ia ou por um dos “corredores” localizados a Norte (*compartimento 2* ou *compartimento 3*) ou, mais provavelmente pelo espaço aparentemente porticado a Leste, que designamos de colunata (entre os *muros 76* e *82*) [fig. 121].

Nada sabemos das dimensões originais deste pátio-palestra. A serem verdadeiras as nossas deduções relativamente aos *frigidários 1* ou *2*, acima expostas, o seu espaço terá sido ampliado aquando da demolição do *frigidário 1* e, em particular da do seu muro Leste (*muro 8*). A demolição deste muro teria permitido não só a ampliação da palestra para Ocidente como a criação do tanque de recrio numa zona mais central do pátio-palestra.

Do mesmo modo, também nada sabemos da natureza das vedações, mais ou menos aparatosas do *pátio-palestra* nem do piso original do mesmo. Com efeito, tratando-se de uma área exterior, o espaço em torno do pequeno tanque de recreio central deveria ter possuído um pavimento, possivelmente em toda a sua área envolvente e que poderia corresponder a uma camada de argamassa, de coloração branca, como a detectada na quadrícula H13. Contudo, esta é apenas uma hipótese, uma vez que não foi possível verificar a sua dispersão por toda a zona.

Resta saber se em torno desta área teria sido colocado pavimento de lajes de pedra. Se sim, elas foram de há muito removidas, pois delas não restam quaisquer vestígios – como não restam quaisquer vestígios de ajardimento total ou parcial do hipotético pátio-palestra, nomeadamente mediante a implantação muito provável de canteiros ou de simples alegretes para roseiras ou quaisquer outras plantas ornamentais.

Os dados arqueológicos dizem-nos, como vimos, que em nenhuma das quadrículas em torno do tanque foi detectada nenhuma camada associada a um nível de derrube de cobertura de *tegulae*, o que indicia que esta área se encontrava ao ar livre. Os mesmos dados dizem-nos que este pátio-palestra, virado a Sul, estaria limitado a Norte pelo *muro 12* e a Poente pelo *muro 8* – duas das estruturas arquitectónicas de delimitação das termas detectadas na intervenção dos Anos 50. A Sul, esta área é delimitada pelo afloramento rochoso, que se encontra a uma cota superior em relação à área central do pátio, que fora parcialmente desbastado de forma a criar uma plataforma nivelada. Enfim, no limite Sul do afloramento assim desbastado, restam vestígios,

embora ténues, de um muito provável muro que estabeleceria o limite do pátio em apreço.

É possível que o limite Leste deste pátio corresponda à zona definida pela quadrícula I13, local onde o afloramento não foi desbastado, e onde se encontravam grandes blocos graníticos e grandes blocos de *opus signinum* o que poderá evidenciar a presença de um muro construído em *opus signinum*, delimitando o espaço a Sul e Nascente.

Na área Norte do pátio detectámos uma conduta de drenagem de águas, sendo a cobertura desta estrutura constituída por pedras de grande dimensão, algumas das quais encontradas ainda *in situ*. Pontualmente, a conduta teria também cobertura com blocos de *opus signinum*<sup>484</sup>.

Entre as quadrículas F11, G11, F13 e G13 detectámos uma estrutura, de planta tendencialmente quadrangular, com 2.10m no sentido Oeste/Este e 2.36m no sentido Norte/Sul, localizada na área Oeste do que definimos como uma área aberta, exterior. A estrutura referida é construída em *opus signinum*, adossado a uma estrutura murária lateral construída com *lateres*. Interpretámos esta estrutura como sendo o pavimento original e o início do arranque das paredes laterais do que pensamos ser um pequeno *tanque de recreio* cuja profundidade original ignoramos, mas que presumimos ser muito alto, a ter em conta as cotas máximas dos afloramentos circundantes.

No interior do tanque – de que é exemplo a estratigrafia encontrada na quadrícula F11 – não foram detectados materiais arqueológicos, mas apenas uma elevada quantidade de fragmentos de estuque, alguns dos quais exibindo restos de pintura, a azul e vermelho<sup>485</sup>.

Como acima se disse, o fundo do tanque é constituído por *opus signinum*, de coloração branca, de composição fina, mas compacta. Apenas restou a base do mesmo, bem como o arranque da sua parede Nascente. Esta estrutura, construída em *opus signinum*, encosta-se por todos os lados a uma estrutura circundante, construída em *lateres*. A Norte e Oeste esta estrutura apoia-se a dois muros construídos com alvenaria de granito, de média dimensão, e enchimento com uma argamassa de coloração

---

<sup>484</sup> A cobertura desta estrutura apresenta algumas diferenças. Na quadrícula H11 foram detectados dois blocos graníticos *in situ*, bem como um bloco de *opus signinum*. Na quadrícula I11 foram detectados apenas três blocos graníticos *in situ*, não tendo sido detectados os restantes, que se presume terem existido, dada a disposição métrica do conjunto. Estes apresentam elevadas dimensões, toscamente aparelhados.

<sup>485</sup> Mesmo no interior da conduta de drenagem de águas surgiram fragmentos de estuque, resultante da destruição do mesmo. Observem-se as figuras 164 e 165.

amarela, medianamente compacta, com pedras de pequena dimensão. O muro localizado a Norte da estrutura apresenta maior largura e apresenta pedras toscamente aparelhadas no exterior. Contudo parece tratar-se de um fragmento de um simples pano de muro, contíguo à face Norte do tanque, mas cuja função (nem cuja datação) não conseguimos esclarecer, pois, pela sua orientação, não tem aparentemente solução de continuidade com qualquer outra estrutura conhecida no sítio.

O muro localizado a Poente do tanque, classificado como *muro 8*, foi construído com pedras de granito de média dimensão, toscamente afeiçoadas e com menor espessura que o anterior, com argamassa de coloração amarela, compacta. Salientamos que esta estrutura, com orientação Norte / Sul, tem continuidade para Norte, no muro que separa os corredores a que se resumem os *compartimentos 2 e 3*, embora hoje se encontre apenas ao nível das fundações, de que resta apenas a sapata, em argamassa. Aparentemente, este muro seria anterior à construção do tanque. Pensamos que a implantação deste no pátio-palestra poderia ter levado à demolição do muro 8.

Na área a Sul do tanque foi possível verificar a existência de afloramento rochoso a uma cota elevada, sendo o espaço entre o muro de *lateres* e a rocha preenchido com argamassa de coloração branca, muito consistente. O afloramento parece apresentar indícios de desbaste, tendo sido aproveitado como apoio do fundo do tanque, como pudemos confirmar na quadrícula F13.

A mesma situação terá ocorrido na área Leste, sendo a área entre o muro de *lateres* e o afloramento preenchida com argamassa, de coloração amarela e pedras de pequena dimensão, formando também aqui uma camada muito compacta.

A área do interior do tanque encontrava-se preenchida por uma camada de coloração amarela, muito compacta, correspondente ao derrube da argamassa que se encontrava nas paredes do tanque, composta por cal e pedras de pequena dimensão. Foram encontrados também alguns fragmentos de tijoleira, bem como fragmentos de estuque, um dos quais com frisos em relevo.

Apesar de não termos identificado o local de entrada de água no interior do tanque – nem, como já vimos, o esquema de circulação da mesma nas termas contíguas – verificámos que esta seria escoada pelo seu lado Nordeste, onde a base do tanque apresenta um certo rebaixamento, directamente para a conduta de drenagem de águas, através da aplicação de um imbrex invertido. Neste local – na quadrícula G11 – a conduta apresenta uma cobertura com *lateres*, com espessuras entre os 0.03m e os 0.25m.

A conduta de drenagem de águas localizada à saída do tanque, a *conduta 3*, bem como o tanque, parecem corresponder a estruturas mais tardias, cuja construção poderá ter sido efectuada numa *segunda fase construtiva*<sup>486</sup>, tendo em conta que a conduta Norte (*conduta 1*) foi desactivada quando uma laje de grandes dimensões, que pertencia originalmente à sua cobertura, foi colocada em posição vertical, barrando o fluxo da mesma, sendo as pequenas aberturas tapadas com terra e pedras de pequena dimensão, colocadas em cunha. Esta situação parece indiciar que num determinado período a conduta que provinha de Norte foi desactivada. Esta pedra encostava à pedra de cobertura da conduta, que se encontra sob o *muro 12*, exibindo as mesmas características. Esta acção terá ocorrido no século II d.C., pois recolheram-se materiais arqueológicos correspondentes a este período no seu interior.

Como referimos, a conduta do tanque desaguava na conduta de drenagem de água detectada nas quadrículas G11/H11/I11, formada por dois muros paralelos entre si, construídos com pedras de média e grande dimensão, aproveitando em algumas secções do seu traçado o próprio afloramento rochoso. O desnível que apresenta, no sentido Oeste / Este, foi escavado no afloramento, encontrando-se na área Oeste (quadrícula G11) aproximadamente 0.30m mais elevado em relação à área Este (quadrícula I11). Estas estruturas não apresentam ligante entre as pedras que a compõem, que apenas estão envoltas numa camada de terra de coloração castanha.

Apesar de grande semelhança construtiva, o muro Norte da conduta de drenagem de águas, detectado na quadrícula H11, apresenta uma melhor construção, com pedras de granito de grandes dimensões, aparelhadas na sua face exterior.

Toda a área do pátio apresentava elevada quantidade de materiais arqueológicos, não só presentes no interior das condutas de drenagem de águas, mas também na última unidade presente sobre o afloramento rochoso, embora a dispersão de materiais se concentre sobretudo nas proximidades da conduta, quer para Norte, quer para Sul.

---

<sup>486</sup> Confirma-se a segunda fase construtiva, abordada em Pereira, 2005: 233.

O entendimento do complexo termal do Mileu suscita uma última discussão: a da *sequência* seguida nas termas pelos seus utentes, desde a sua chegada à sua saída<sup>487</sup>. Esta sequência, decorrente da distribuição espacial das diversas componentes no complexo termal, deu origem a uma tipologia específica para estudar e analisar o *corpus* arquitectónico constituído pelas termas, nomeadamente pelas termas urbanas mais monumentais<sup>488</sup>. Como lembra Maria Pilar Reis (2004: 53), os trajectos “**que el bañista realiza en el interior del edificio** (...) constituyen uno de los elementos más característicos del estudio termal”.

Assim, Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 49), estudando as *Termas Augustanas* de Conimbriga, recordam a funcionalidade que deveria existir no arranjo espacial das mesmas, na distribuição planimétrica das suas componentes mais importantes, e ainda na necessidade de aquela distribuição dever respeitar as prescrições e as orientações medicinais da época. Assim, referindo-se ao esquema de circulação daquelas termas, estes autores consideram que: “Si la circulation de l’eau est marquée par une certaine rationalité, celle des hommes doit répondre également à plusieurs objectifs, ce qui entraîne **des circuits logiques de circulation**. Elle doit obéir à plusieurs impératifs: il s’agit pour les usagers de pouvoir se déshabiller, se baigner, s’exercer dans la cour-palestre, se rhabiller et sortir. L’autre vise les opérations mêmes du bain. Depuis Antonius Musa, médecin d’Auguste, **il faut passer du bain chaud au bain froid en faisant une station dans une atmosphère tiède**. Les médecins insistèrent dans l’Antiquité sur les vertus vaso-dilatatrices et vaso-constrictrices de l’eau chaude et de l’eau froide. Donc l’architecte doit faciliter les cheminements obligatoires; enfin les services doivent pouvoir rester invisibles mais présents, et disposer de tout le bois nécessaire pour entretenir les fournaies”.

---

<sup>487</sup> Esta questão suscita também a difícil questão da *circulação da água* – matéria-prima essencial – nestas termas. Nada sabemos do acesso da água às Termas do Mileu, captada porventura em fontes localizadas no sítio dos Castelos Velhos ou em fontes mais distantes, algures na encosta da colina onde se localizaria a futura cidade da Guarda. Dessas fontes, a água seria facilmente conduzida para o sítio do Mileu mediante um sistema de encanamento em pedra, provavelmente a céu aberto, como os usados até há bem pouco tempo nos sistemas de rega pelos camponeses das vizinhanças. Dadas as características orográficas do percurso, sempre inclinado, a condução da água para o Mileu seria muito fácil e dispensava o aparato arquitectónico e a despesa inerente à construção de aquedutos.

<sup>488</sup> Trata-se da “tipologia de Krencker, publicada em 1929 y basada fundamentalmente en el **recorrido que el bañista realiza en el interior del edificio**” (sublinhados nossos): Maria Pilar Reis, 2004: 53.

Maria Pilar Reis sistematiza esta tipologia na Fig.<sup>a</sup> 8, “Esquemas funcionales de las termas y balnea”, onde constam sete diagramas com os sete “Esquemas funcionales” de ligação entre as diferentes componentes das termas: “lineal axial”, “Lineal angular”, “Lineal angular duplo”, “Lineal angular triple”, “anular” “lineal paralelo” e “lineal duplo”.

Tendo em conta estes princípios de utilização e de circulação nas termas, fundamentados teoricamente pela própria Medicina da Antiguidade<sup>489</sup>, como vimos, Jorge Alarcão e Robert Étienne estudam a circulação dos utentes nas *Termas Augustanas* e nas *Termas de Trajano*, a partir das respectivas plantas<sup>490</sup>. Estes autores, referindo-se às *Termas Augustanas* – tendo em conta que não existia nas mesmas um percurso privativo para os homens e outro para as mulheres<sup>491</sup> – consideram ainda que nestas termas “on peut envisager des itinéraires rationnels pour que s’accomplissent dans l’ordre les diverses opérations du bain et leur complément gymnique”<sup>492</sup>.

Ora, face à pertinência ou até à utilidade de uma tipologia baseada nos esquemas de circulação nas termas romanas, na qual encontrássemos “una correspondencia entre el esquema del desarrollo interno y la planta del edificio”<sup>493</sup>, prevalece a grande variedade de soluções planimétricas proporcionada pelos inúmeros complexos termais conhecidos, que está longe, afinal, de se encaixar em tipologias mais ou menos rígidas e abstractas e sobretudo erguidas *a posteriori*. Com efeito, face a modelos tipificados rigidamente, deve reconhecer-se antes a infinita diversidade de composição arquitectónica e sobretudo de distribuição das diversas componentes das termas, nomeadamente na modelação, caso a caso, da sequência de base frigidário-tepidário-caldário – diversidade aquela causada e decorrente dos mais diversos factores. Por isso, no seu estudo que vimos citando, Maria Pilar Reis (2004: 53) nota que: “En realidad, **en Lusitania la división tipológica de los balnearios privados se reduce casi exclusivamente a dos tipos básicos: lineal y angular**. Si pretendemos buscar una relación entre ambos tipos y su evolución cronológica, no obtendremos una división clara, ni siquiera podremos atribuir um mismo esquema a una época determinada, puesto que la tipologia lineal del balneario pervive durante los cinco siglos documentados por nosotros en la provincia”

---

<sup>489</sup> Les préceptes du médecin du premier empereur avaient commandé, nous l’avons vu, la disposition tripartite des opérations thermales”: Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 50).

Estudando as Termas de Trajano de Conimbriga, Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 131) notam que “D’Auguste à Trajan, les préceptes médicaux n’avaient pas changé: ils resteront en usage jusqu’au V.e siècle, et donc les circuits à définir doivent là encore tenir compte de la nécessaire succession: bains chauds, salle tiède, bains froids”.

<sup>490</sup> “Schémas de Circulation – I. – A l’époque augustéenne; - II. A l’époque trajanienne”: “Plancha XXVI” in Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977).

<sup>491</sup> “Le bain est unique, chaque sexe avait sans doute ses heures réservées”: Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 49).

<sup>492</sup> Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 49).

<sup>493</sup> Maria Pilar Reis, 2004: 53.

Do mesmo modo, estudando as termas públicas da *Bacia do Douro*, Sara Isabel Núñez Hernández (2008: 187) informa-nos de que também aí: “**Los esquemas de circulación empleados en los conjuntos** que se han podido documentar **son, en general, muy sencillos; entre ellos, el más abundante es el tipo más simple y funcional, el esquema lineal**”.

Como se processava a circulação dos utentes nas termas do Mileu? Tudo indica que se seguiriam as vias convencionais, a partir de um *apoditerium*, não identificado, como vimos, até ao núcleo funcional mais central das mesmas, o *caldário*. Entre um e outro, o utente passava sucessivamente pelo frigidário e pelo tepidário. O regresso far-se-ia usando o circuito inverso.

Ignoramos a localização da porta de acesso às Termas do Mileu. Dadas as hipóteses acima levantadas da existência *sucessiva* de *dois frigidários* (dos quais o primeiro, demolido, daria lugar à construção ou adaptação de um segundo, mais moderno, como atrás propusemos) localizados em sítios muito afastados um do outro, o esquema global destas termas evoluiu muito fortemente no decurso da sua história. Assim, a considerar-se o *frigidário 1* no *compartimento 6* (contíguo ao pátio/palestra), o acesso às termas far-se-ia por este pátio aberto, que fazia as vezes de palestra do complexo termal, que iria deter inclusivamente uma piscina ou pequeno tanque de recreio, como vimos. Neste caso, o esquema de composição das termas corresponderia ao modelo “angular” referido por Maria Pilar Reis. O conjunto termal ganharia, porém a configuração de um *T* e não de um *L*. Com efeito, a partir do pátio-palestra exterior – e no sentido E-W – acedia-se ao edifício das termas pelo frigidário (o *frigidário 1* da nossa primeira hipótese, que poderia acumular funções com as de apoditério ou vestiário), a partir do qual se acedia ao *tepidário 1*. A porta de acesso a este tepidário estaria rigorosamente centrada, dada a composição formalmente muito rigorosa e simétrica desta divisão. No *tepidário 1* o eixo E-W articulava-se com o eixo N-S, que ligava o *tepidário 2* (a sala circular, a Norte) com o *caldário*, a Sul. Note-se que neste esquema haveria que contar com o espaço da “palestra” localizado no espaço correspondente ao *Compartimento 1*, que detinha, como vimos, uma vasta piscina ou tanque, de planta circular, que inicialmente poderia estar ao ar livre.

A existência de dois tepidários e a articulação de dois eixos perpendiculares entre si de modo a configurarem uma composição arquitectónica mais difusa e até ambígua parece deixarem entrever algumas oscilações na concepção do projecto inicial.



Com efeito, pensamos que num segundo momento, este modelo pode ter sido substituído por um segundo, induzido pelo que chamámos de *frigidário 2*, localizado a Norte do complexo termal.

A aparente evolução, tão radical, a registar hipoteticamente nas Termas do Mileu parece não dever estranhar-se. Com efeito Sara Isabel Núñez Hernández, no seu estudo já citado “Conjuntos Termales Públicos en Ciudades Romanas de la Cuenca del Duero” (2008: 190), afirma explicitamente (sublinhados nossos) que: **“Las termas son quizá uno de los edificios en donde más habituales son los cambios y refacciones.** A las lógicas reparaciones de edificios de largo uso, hay que sumar también aquellas inherentes a los problemas de funcionamiento de los sistemas de calefacción y los de la adecuación a las nuevas modas y necesidades que se fueron imponiendo poco a poco”.

O dinamismo registado por Sara Isabel Núñez Hernández na configuração global das termas pareceria insuspeitado numa área geográfica tão periférica como a da Bacia do Douro. Com efeito, nesta área a autora (2008: 190) regista (sublinhados nossos) que: **“Sin embargo, la acomodación de las termas a las nuevas necesidades urbanas, al crecimiento económico, urbanístico y, presumiblemente, demográfico, de la segunda mitad del siglo I y, al menos, de la primera mitad del siglo II d.C., produjo remodelaciones y ampliaciones, que se detectan en casi todos los edificios: *tepidaria* que pasan a ser *frigidaria* y viceversa; estancias de servicio que son reducidas para crear nuevas habitaciones termales; palestras que son amortizadas por nuevas estancias de funcionalidad diversa...”**.

Ora, a verificar-se no Mileu um tal dinamismo construtivo e evolutivo (ainda que num grau muito inferior ao registado na vizinha Bacia do Douro), haveria que contar com remodelações mais ou menos importantes na configuração global de pelo menos algumas componentes das respectivas termas. Assim, a localização de um *novo* frigidário no extremo Norte do conjunto termal pode ter provocado o abandono e mesmo a demolição do anterior, nomeadamente por motivos climatéricos, pois a sua localização a Leste do conjunto ensombra de algum modo parte importante do corpo arquitectónico dos dois tepidários, ou antes, de dois *Compartimentos*, 4 e 5, contíguos. Esta demolição (arqueologicamente não comprovada, dado o estado de degradação dos sedimentos históricos e arqueológicos do sítio de implantação do mesmo) permitia, porém, a ampliação da área do *pátio/palestra* que pode só então ter ganhado a sua piscina/tanque de recreio, localizado mais ou menos a meio do espaço agora disponível.

Mas a hipotética construção de um novo frigidário em substituição e provavelmente à custa do antigo trouxe uma configuração totalmente nova ao complexo termal. Assim, o acesso ao mesmo passaria a fazer-se pelo novo *frigidário 2* a partir de uma entrada que também não foi possível localizar. Dada a nova axialidade global do novo arranjo planimétrico do complexo termal, poderia propor-se a localização da entrada no muro mais a Norte do conjunto. Porém, a existência do *pátio/palestra* a Leste do mesmo pode fazer deslocar a entrada para uma porta rasgada provavelmente no *muro 7*, uma vez passado o segmento N-S do “corredor” do *compartimento 2*. A ser assim, por este corredor aceder-se-ia directamente ao hipotético “pátio-palestra”, agora ampliado com a demolição do chamado frigidário 1. Por este corredor aceder-se-ia igualmente às latrinas do complexo termal, provável mas, repetimos, hipoteticamente localizadas no segmento W-E do mesmo “corredor” do *compartimento 2*.

A existência, a Norte do complexo termal, de um *frigidário 2* (que podia desempenhar, também aqui, as funções de vestiário) levanta a difícil questão da sua ligação com as divisões erguidas sobre o hipocausto e, em particular, com a da sala redonda (*compartimento 4*). Pensamos que essa ligação se faria por uma abertura (ou até por duas) rasgada no muro circular do que chamámos de *tepidário 2*. Assim, a abertura poderia fazer-se, muito logicamente, no segmento do muro circular oposto à entrada da respectiva sala, assim se reforçando a axialidade N-S do complexo termal, pois criava-se um eixo de ligação e ao mesmo tempo uma sensacional “fuga” visual que alcançava e unificava rectilaneamente todo o conjunto termal, desde o muro Norte do *frigidário 2* ao muro Sul do *caldário*. Com efeito, se a ligação do *frigidário 2* com o *tepidário 2* estivesse no alinhamento da ligação deste *tepidário 2* com o *tepidário 1*, estaria também no mesmo alinhamento visual e compositivo da ligação do *tepidário 1* com o *caldário*.

Porém, a ligação entre estas quatro divisões do complexo termal, sendo essencialmente axial e longitudinal, poderia ser menos formal e sobretudo menos directa. Com efeito, poder-se-ia encarar a ligação do *frigidário 2* com um corredor de comunicação, de sentido N-S, localizado entre o muro mais ocidental do conjunto e o paredão ocidental exterior do *compartimento 4* (a sala circular sobre hipocausto que classificámos como *tepidário 2*). A ligação entre o pequeno corredor e a pequena sala circular far-se-ia neste caso por uma abertura rasgada no segmento mais ocidental do respectivo muro, mediante um ângulo recto. Uma vez no compartimento circular, a circulação far-se-ia linearmente, de modo a atingir os compartimentos seguintes, *tepidário 1* e *caldário*. A ser assim, o hipoteticamente novo esquema de circulação das

Termas do Mileu processar-se-ia segundo um modelo aparentado a um *S* ou a um duplo *L*, embora no contexto de uma axialidade básica que inspirava, modelava e racionalizava o sistema de comunicação do complexo termal do Mileu.

#### 4.3.3.2 – O edifício B

Durante as campanhas de 2006 a 2010 foi possível concluir a escavação de um novo e vasto corpo arquitectónico. Este edifício, contíguo ao limite Norte da secção central da área escavada, tem a mesma orientação global que as demais estruturas descobertas e, em particular, que as do complexo termal acabado de analisar. O edifício, que tem uma planta quase quadrada (14m x 13m) e como área total 182m<sup>2</sup>, tem o seu lado maior paralelo ao *muro 1* e ao *muro 27*, contíguos e que, unidos, formam a longuíssima estrutura rectilínea que delimita a Norte toda a área conhecida e que parece ser o elemento ordenador de todo o conjunto.

Este edifício [Fig.<sup>a</sup> 92] integra cinco espaços interiores distintos, a saber, os *compartimentos 10, 16, 12, 14 e 15*. Todo o edifício é contornado por uma espécie de corredor em forma de U, a que atribuímos a designação de *compartimento 9*<sup>494</sup>.

Os diversos compartimentos surgem parcialmente dispostos em torno de uma área mais ou menos central, o *compartimento 10*, que tudo indica estivesse ao ar livre e que, dada sua localização, a sua configuração e as suas dimensões, bem como os testemunhos arqueológicos inerentes, levanta inúmeras interrogações, tendo mesmo suscitado a proposta da sua identificação como um *peristilo*<sup>495</sup> do edificio em que se integra.

Por outro lado, a existência de um compartimento exterior (o *compartimento 9*), que funciona como “corredor” externo do edifício, parece deixar entrever a existência de uma “varanda” exterior, corrida, protegida muito provavelmente por uma colunata ou por um alpendre contínuo, adiante referidos.

Ignoramos a verdadeira configuração do edifício e, em particular, as suas funções originais. Com efeito, a sua planta afasta-se, ao que sabemos, de quaisquer modelos ou variantes de uma tipologia arquitectónica mais ou menos identificável ou

---

<sup>494</sup> Confira-se Planta n. 11.

<sup>495</sup> “*Peristylia*: quaisquer zonas rodeadas por colunas. Pórticos”, nota 112 a Vitruvius; Maciel, 2006: 197.

reconhecível. Assim, dos dados arqueológicos recolhidos no local, e em particular da sua planta, apenas poderemos conjecturar, no estado presente da investigação, que o edifício integrasse o complexo termal, como apoio ao mesmo, proporcionando uma espécie de apoditério monumental e autónomo das termas, eventualmente com divisões para homens e mulheres, bem como a eventual residência do responsável pela gestão, pelo pessoal e pelo funcionamento das mesmas. A ser correcta esta hipótese, o edifício poderia articular-se com o edifício das termas, dada a relativa situação de continuidade e contiguidade entre o *muro 9* e o *muro 12* [ver planta 6] apesar de todas as diferenças registadas na sua construção, quanto ao rigor do traçado, às alvenarias, à grossura ou aos próprios materiais de construção usados.

Outra função, provavelmente mais plausível, seria a residencial, a ter em conta as características do edifício, embora a sua planta escape ao que se conhece sobre a casa romana.

Os dados das intervenções arqueológicas dizem-nos que se trata de um edifício de que apenas restam as fundações e fragmentos das paredes, com 1.50m de altura em alguns locais. Neste edifício foi possível notar uma característica de algum modo comum aos espaços termais vizinhos. Com efeito, também aqui o pavimento dos compartimentos se situava num *piso artificial*, aqui provavelmente sobradado, implantado a cerca de 1m de altura do chão, o que é comprovado pela soleira de uma porta localizada a essa altura, entre os *compartimentos 12* e *14*. Esta circunstância mostra-nos, uma vez mais no Mileu, um edifício com um corpo térreo muito baixo, no qual três dos minúsculos compartimentos que o compunham comunicavam entre si através de aberturas ou portais, muito solidamente construídos, que possuíam apenas cerca de 1m de altura (Fig.<sup>a</sup> 92), o que permitia nomeadamente a passagem de ar e a inerente ventilação dos mesmos e do edifício que se lhe sobrepunha, provavelmente de apenas um andar.

Esta espécie de “cave” ou de “criptopórtico” poderá estar associada à tipologia específica do edifício, uma vez que, certamente associado com o mesmo, detectámos ainda um muro circundante que envolve toda a sua área, à excepção da sua fachada Oeste. Com efeito, este muro em forma de U, como vimos, envolve as faces Norte, Este e Sul do edifício e corre paralelo às mesmas.

Dado tratar-se de uma estrutura semelhante a um *podium*, pensamos que este muro exterior teria a função de suporte de uma espécie de terraço, de eirado ou de

varanda corrida em torno do edifício. Tendo por base a estrutura que identificámos como arranque da escadaria, a Leste (fig.<sup>a</sup> 99), este terraço estaria colocado a cerca de 1.50m de altura em relação ao nível original do arruamento contíguo, ele próprio definido pelo arranque da escadaria e, em particular, por um empedrado detectado na quadrícula M5. Deve referir-se a presença de uma pedra aparelhada, de grandes dimensões, localizada na área Leste da quadrícula e a existência de um muro no canto Sudeste da mesma, o *muro 72*, o que nos leva a considerar possível que estas duas unidades se encontrem associadas a uma área de plataforma ou sapata da escadaria que daria acesso ao edifício.

A proposta de identificação da funcionalidade dos muros exteriores, paralelos aos muros do edifício compartimentado que vimos analisando, enquanto eventual pódio de uma varanda circundante ao edifício central, decorre do facto de o espaço entre os muros exteriores e os muros interiores, paralelos aos primeiros, ser preenchido por unidades de enchimento, de coloração amarela, compacta, sem materiais arqueológicos. Sobre este fundo compactado assentariam silhares aparelhados, formando o pavimento da hipotética varanda circundante. O corredor (*compartimento 9*), formado pelos *muros 38 e 71*, apresenta uma camada, a [U.E. 13], que assenta directamente no afloramento rochoso e sobre a qual assentam os muros interior e exterior referidos. Assim, consideramos que esta unidade poderá corresponder ao nível de construção deste conjunto arquitectónico, onde merece reparo a presença de uma elevada quantidade de pregos, espalhados pela respectiva área.

Já numa fase posterior, o derrube de pedras, a [U.E. 9], marca o abandono e ruína destes compartimentos. Os materiais arqueológicos detectados nesta unidade, bem como na [U.E. 7] (também ela uma unidade de derrube), marcam o período de abandono, remetendo para a segunda metade do século II d.C.

Confirmámos ainda que o *muro 38* (na área Norte da quadrícula) possui um remate da mesma forma que a esquina Sudeste do edifício (na quadrícula J11), ou seja, apresenta um perfil arredondado e, portanto, desprovido de canto ou aresta.

Verificámos ainda que os silhares do *muro 71* (localizado na área central da quadrícula), a [U.E. 6], ao contrário de todas as outras situações, foi desmontado na sua secção Norte, local onde formaria a esquina com o *muro 27* (quadrícula J5). Com efeito, dessa esquina restam apenas indícios da argamassa de assentamento dos silhares de grandes dimensões desta estrutura (de há muito removidos) e pedras de pequena dimensão.

Por outro lado, foi possível verificar a existência de uma conduta de drenagem de águas sob o *muro 20*, o que mostra que a construção deste foi posterior à construção da conduta, num período que considerámos da *segunda fase* de construção do conjunto.

Na fachada virada a Oeste, a estrutura de suporte do “terraço” parece ter exibido contornos distintos. Embora nesta fachada a estrutura também contemplasse um terraço, sob o muro Oeste encontrava-se uma conduta de drenagem de águas (a *conduta 1*), sendo o espaço entre esta e a fachada do edifício preenchida com uma unidade de saibro muito compacta.

Consideramos que a porta de acesso ao interior do edifício estaria localizada na fachada virada a Nascente, no seguimento da escadaria já atrás referida. Esta entrada dava acesso ao interior de uma área com cinco espaços distintos, possuindo aproximadamente 63m<sup>2</sup>. Consideramos ainda que tendo em conta o derrube do material de cobertura detectado nos *compartimentos 14 e 15*, o edifício teria apenas um registo (um piso) sobre o nível térreo em que se apoiava, uma vez que as respectivas *tegulae* de cobertura, após o seu derrube, assentaram sobre a cave e encontravam-se pouco fracturadas [fig. 89].

Da porta de entrada ao interior do edifício tinha-se acesso ao primeiro compartimento (*compartimento 16*), com 11.65m<sup>2</sup>, de planta rectangular e com um pavimento empedrado<sup>496</sup>. Ao contrário dos restantes, este compartimento estaria a um nível intermédio relativamente à cota de pavimento dos *compartimentos 12, 14 e 16*, em relação ao *compartimento 10*.

A escavação da quadrícula J7 permitiu-nos confirmar a existência de um derrube de muro [U.E. 6], formado pela presença de pedras de média e grande dimensão, de entre as quais um fragmento trabalhado (a base de uma coluna de pequenas dimensões). A elevada quantidade de argamassa presente nesta camada fornece-lhe uma coloração amarela. Apresentava também alguns *lateres* fragmentados, correspondentes ao derrube da estrutura que delimitava a Sul este compartimento, ou seja o revestimento parietal com lateres. Foi ainda possível detectar a existência de uma unidade de derrube de cobertura, a [U.E. 9], essencialmente na área Norte da quadrícula, verificando-se a existência de *tegulae* fracturadas (mas de que se conservaram praticamente todos os fragmentos), fragmentos de *imbricis*, bem como a existência de pedras de pequena dimensão.

---

<sup>496</sup> Compartimento detectado na quadrícula J7 e J9. Delimitado a Norte pelo *muro 16*, a Poente pelo 23, a Sul pelo 17 e a Este pelo *muro 39* (construído com *lateres*).

Os restantes compartimentos, que a seguir descrevemos, são construídos sobre uma espécie de *hipocaustum*, ou melhor, de criptopórtico, como vimos, sendo o eventual acesso a este espaço inferior possivelmente efectuado através de alçapão. Os três compartimentos térreos – que classificámos como 12, 14 e 15 – comunicavam entre si através de pequenos portais/aberturas rectangulares, com ombreiras e lintéis de pedra muito sólidos, com apenas 1m de altura, permitindo desta forma a passagem do ar, o que lhes poderia conferir uma função de arejamento. É também possível que esta “cave” tivesse como função a guarda ou o depósito de materiais ou produtos indeterminados, embora a escassez de vestígios não nos permita concluir da sua natureza.

Ao nível da “cave”, o primeiro compartimento – a que atribuímos o número 15 – comunicava com compartimento 14, que exibia as mesmas características construtivas, de entre as quais se destaca a presença de muros interiores construídos inteiramente com *lateres*, adossados aos muros exteriores, de alvenaria de granito<sup>497</sup> [fig. 91]. Possui 8.15m<sup>2</sup> e é delimitado a Norte pelo *muro 17*, a Poente pelo 31, a Sul pelo *muro 32* e pelo *muro 18*, e a Este pelo *muro 39* (construído em *lateres*). O pavimento deste compartimento corresponde ao afloramento rochoso, desbastado para o efeito, como verificámos na sequência estratigráfica da quadrícula J9.

Deste compartimento teríamos acesso ao *compartimento 14*, detectado na quadrícula I9, com 5.80m<sup>2</sup>, delimitado a Norte pelo *muro 17*, a Oeste pelo *muro 24*, a Sul pelo *muro 26* (construído em *lateres*) e a Leste pelo *muro 31*. Ambos os muros que delimitam o compartimento, a Oeste e a Este, exibem os portais, já acima referidos, com aproximadamente 1m de altura. O pavimento deste compartimento correspondia também ao afloramento rochoso, que foi desbastado para o efeito, denunciando contudo o respectivo piso alguma irregularidade.

Por outro lado, confirma-se a existência do revestimento interior construído em *lateres*, adossado ao *muro 18*.

Neste compartimento foi possível verificar, em 2005, a existência do derrube da cobertura do compartimento, constituído por *tegulae* quase inteiras, como verificámos na sequência estratigráfica da quadrícula I9.

---

<sup>497</sup> Encontra-se entre as quadrículas I9 e J9.

Por outro lado, os *muros* 26 ([U.E. 6]) e 18 ([U.E. 7]), anteriormente detectados na quadrícula H9, exibem a mesma técnica construtiva, encostando o revestimento interior de *lateres* (o primeiro) ao de granito [fig. 92].

Verificámos ainda que o *muro* 32 ([U.E. 11]) parece corresponder à sapata do *muro* 26 ([U.E. 6]), como forma de preencher a área onde o afloramento rochoso seria mais irregular, recurso técnico anteriormente registado também nas termas.

O *compartimento* 14 comunicava a Poente com o *compartimento* 12, inserido na quadrícula H9, delimitado a Norte pelo *muro* 17, a Leste pelo *muro* 24, a Sul pelo *muro* 18 e a Oeste pelo *muro* 19. Apresenta uma planta quadrangular, com 21.16m<sup>2</sup> (4.60m de cada lado). Também o *muro* 18 se encontrava revestido interiormente com um muro de *lateres*, correspondente a provável aquecimento parietal, e dispõe, na sua área Sudoeste, de uma conduta de drenagem de água (que classificámos de C1). Neste compartimento detectámos *tegulae* quase completas, indiciando que a cobertura não deveria ser muito elevada, pois quando a mesma ruiu a fractura das telhas foi amortecida pelo pavimento de madeira existente ao nível do segundo registo. Não obstante, após a remoção do nível de derrube de cobertura também não detectámos outros materiais arqueológicos que nos pudessem elucidar sobre a funcionalidade destas “caves”, como se pode verificar na sequência estratigráfica da quadrícula H9<sup>498</sup>.

Assim, demos início à escavação do lado Sul da quadrícula, onde detectámos a continuidade de um muro que já era visível antes do início do projecto (sendo evidente no levantamento efectuado pelo IPPAR, em 1989), a [U.E. 93]. Este muro foi construído em alvenaria de pedra de pequena/média dimensão, em granito medianamente aparelhado, ligado por argamassa muito compacta, com enchimento de pedras de pequena dimensão. Apresenta uma orientação NW/SE, com 0,80m de espessura e com 1m de profundidade máxima (no perfil Leste) até atingir o afloramento rochoso. Este muro formava o limite Sul de um compartimento do edifício e o limite Norte de um possível corredor.

Na área central da quadrícula, delimitada por três muros, foi possível identificar uma sequência estratigráfica com camadas de derrube de muros, nomeadamente da [U.E. 106] e [U.E. 107], seguida por uma camada de derrube de estrutura de cobertura,

---

<sup>498</sup> A escavação desta quadrícula englobou a escavação de três compartimentos distintos, desde o *compartimento* 15, ao 9 (a Sul) e o 3 (a Poente). Deste último foi possível detectar apenas duas camadas arqueológicas, uma correspondente ao coberto vegetal e a segunda ao derrube do muro, sendo composta por terras de coloração amarela escura, com grandes quantidades de argamassa muito compacta, integrando pedras de média/pequena dimensão. Parece corresponder ao derrube do muro que se encontra a Este, a [U.E. 96].



caracterizada por *tegulae* quase inteiras, a [U.E. 107], e tijolos, associados possivelmente à [U.E. 94], muro construído em tijolo. Foi nesta camada que foram detectadas *tegulae* com marca de oficina, adiante analisadas.

Sob esta camada surgiu uma camada de terra castanha escura, a [U.E. 108], podendo corresponder ao nível de ocupação, tendo em conta o surgimento de materiais arqueológicos associados. Esta é seguida por uma camada compacta, *beige*, que poderia ter servido de pavimento ou de assentamento de um lajeado, posteriormente removido.

O que foi identificado como [U.E. 94] corresponde à construção de um revestimento interior totalmente em *lateres*, colocados aleatoriamente, adossados ao muro anterior, possuindo ligação a este através de uma camada de argamassa de coloração amarela muito compacta, pelo que entre os dois muros existe uma compactação muito consistente. Com excepção de alguns exemplares, a maioria dos tijolos/tijoleira encontram-se fracturados.

Este revestimento interior suscita ainda duas questões. Por um lado, este muro encontra-se interrompido para Oeste no local de confluência com o muro [U.E. 96], não demonstrando vestígios, o que parece induzir a hipótese de que o seu traçado seria suspenso no sítio assinalado.

O muro classificado como [U.E. 96] apresenta uma orientação Norte/Sul, tendo sido identificado em 2001 nas quadrículas H5 e H7. Apresenta a mesma técnica construtiva, formado, principalmente na parte superior, por grandes blocos graníticos, toscamente aparelhados. Alguns dos blocos foram colocados transversalmente, em perpianho (atravessando e sendo visíveis nas duas faces exteriores do muro), como forma de travamento da estrutura. O interior da estrutura exhibe argamassa, de coloração amarela, muito compacta, misturada com pedras de pequena dimensão e fragmentos de *lateres*. Assenta directamente no afloramento rochoso, adaptando-se a este, pois no sítio onde o afloramento se encontra mais elevado é utilizado como base da construção do muro. Com efeito, verifica-se que o afloramento não foi desbastado, encontrando-se uma saliência com desnível considerável na secção/área central do mesmo.

A análise desta estrutura permite colocar a hipótese da existência de dois momentos construtivos, salientando-se que a parte inferior apresenta pedras mais pequenas e aparelhadas, de secção rectangular, pertencentes à condução de drenagem de águas. Esta parte é separada da superior por uma fiada de tijolos, sobre a qual assentam pedras irregulares de maiores dimensões, afeiçoadas apenas na face exterior.

A limpeza do perfil Leste permitiu identificar a existência de outro muro, a [U.E. 95], com orientação NE/SW e que se encontra adossado ao muro principal desta quadrícula, a [U.E. 93] e mais concretamente à [U.E. 94], o muro de tijolo que reveste interiormente e na íntegra o primeiro.

Por fim, a Norte encontrava-se o *espaço 10* [fig. 84], onde não detectámos a presença de derrube de cobertura e que inicialmente associámos a uma área de peristilo. Trata-se de uma área de planta rectangular, enquadrada pelas quadrículas H5, H7 e I7, delimitada pelos *muros 19* a Oeste, *M16* a Norte, *M17* a Sul e *M23* a Este, dos quais o *M16* foi revestido com um muro em *lateres*, correspondente a revestimento parietal interior. A espessura destas estruturas corresponde a 0.80m (muros 19 e 16). O compartimento possui 20.4m<sup>2</sup> [fig. 93]. No interior deste espaço foi detectado um segmento muito importante do fuste de uma coluna, com 1.70m de comprimento e 0.24m de secção. Não parecendo verosímil a existência de uma coluna isolada neste contexto arqueológico, o achado de uma coluna suscita a hipótese de outras colunas, de há muito perdidas, em evidente articulação com a primeira, todas elas ligadas entre si mediante uma arquitrave de pedra ou mesmo de um muito mais modesto travejamento de madeira.

A presença da coluna pode suscitar a existência de um alpendre, exterior, com colunas viradas em todas as direcções, e que circunscreveria e abrigaria provavelmente todas as quatro fachadas do edifício.

O pavimento original deste espaço interior encontrava-se a um nível inferior aos restantes, 1m abaixo do pavimento do *compartimento 16*. Trata-se de um pavimento construído com pedras de granito de pequena e média dimensão, formando um empedrado. Sobre este pavimento foram detectados alguns fragmentos de *tegulae*, muito fracturadas e apenas do lado Noroeste. Não foram detectados outros vestígios sobre este pavimento, como podemos verificar na sequência estratigráfica da quadrícula I7<sup>499</sup>.

---

<sup>499</sup> Após a retirada do coberto vegetal foi possível identificar um nível de derrube de pedras, associado possivelmente ao período de abandono/ruína das estruturas, tendo em conta que é seguido por um nível de derrube de telhado, a [U.E. 81], composto maioritariamente por telhas de meia cana, alguns exemplares de *tegulae*, tijolos e pedras de dimensão grande/média, especialmente na área Sul, junto ao muro [U.E. 82]. Nesta camada de derrube foram ainda identificados fragmentos de argamassa de coloração amarela, possuindo a mesma textura da que se encontra no interior do muro referido, o que comprova tratar-se do derrube desta estrutura. As [U.E. 80] e [U.E. 81] estão relacionadas, pois correspondem ao período de abandono/ruína do edifício.

A [U.E. 88] corresponde ao pavimento, acima mencionado, apresentando um grau de destruição maior, sobretudo na área SW. Muito regular, com uma cota de 99,66m é, porém, uma estrutura frágil, tendo em conta os seus aspectos construtivos, pelo que se encontrava muito destruído. É constituído por pedras de pequena dimensão (como se pode observar no perfil Leste), possuindo como ligante uma simples camada de terra de coloração castanha, solta mas com alguma consistência, preenchendo o interior do pavimento.

Verificou-se que sob o pavimento foi detectada uma camada, a [U.E. 89], de coloração *beige*, muito compacta, contendo grande quantidade de pedras de pequena dimensão, e que parece corresponder ao nível de compactação do piso prévio à construção do empedrado do pavimento definitivo.

No perfil Oeste é possível verificar que este pavimento assenta em determinados pontos sobre o afloramento rochoso, sendo este desbastado pontualmente para o efeito. Após a retirada desta estrutura foi identificada a [U.E. 90], que assenta directamente sobre o afloramento rochoso, servindo como forma de nivelar a superfície superior do mesmo. Apresenta alguns materiais arqueológicos, muito fragmentados.

Este **Edifício B** é ladeado a Norte por uma conduta de drenagem de águas, a *conduta 4*, detectada em 2006 na quadrícula J5, coberta por pedras de granito de grande dimensão (planta 8). Já em 2006, optámos por efectuar o levantamento de uma das pedras deste pavimento, o que permitiu observar a existência de uma conduta de drenagem de águas, delimitada, a Norte e a Sul, por muros construídos com pedras de pequena dimensão. A largura interna desta conduta era de 0.52m e a mesma tinha 0.44m de altura. Salientamos ainda que sobre as pedras de cobertura da conduta, em 2002 foi detectado um nível de derrube de cobertura, constituído por *tegulae* e *imbrici*, sob o qual foi detectado um fragmento de *terra sigillata* hispânica do século II d.C. (confira-

---

Por outro lado, a [U.E. 86] parece corresponder, também ela, a um nível de derrube, relacionado com a ruína do edifício. Para além de escassos materiais arqueológicos, surgiram associados a esta camada o fuste da coluna de granito já atrás referida e fragmentos quase integrais de *tegulae*.

Se aceitarmos a hipótese de duas ocupações nesta área, estas são representadas pelas [U.E. 80] e a [U.E. 83], que parecem corresponder a níveis de ruína, enquanto a [U.E. 84] corresponde ao nível de ocupação. A primeira ocupação do espaço poderá corresponder à [U.E. 88], que define um pavimento, enquanto as camadas que se encontram sobre esta poderão corresponder a níveis de derrube.

Neste sentido, as [U.E. 85] e [U.E. 86] podem corresponder à ruína dos muros, à queda da estrutura de cobertura e à queda de uma coluna, cuja localização original, todavia, não foi possível determinar. A [U.E. 87] corresponde ao derrube da estrutura de cobertura, sendo visível grande quantidade de *imbrex* e alguns fragmentos de *tegulae*. De salientar que na área NW surgiram *tegulae* que nos parecem *in situ*, quase completas.

se Pereira, 2005: 239), como se pode confirmar na sequência estratigráfica da quadrícula L5.

#### 4.3.3.3 - A Colunata ou alpendre

O avanço das escavações na secção nascente do sítio arqueológico pôs a descoberto uma nova estrutura arquitectónica, embora aparentemente quase tão enigmática como o edifício acabado de analisar. Assim, tendo em conta os resultados das escavações das quadrículas M11, M13, N11 e N13, foi possível definir a planta de um novo corpo arquitectónico, formado pelo *muro 76* a Oeste e pelo *muro 82* a Leste. Inseridas, ou melhor, enquadradas parcialmente nestes dois muros, paralelos entre si, registámos a existência de lages de grande dimensão, aparelhadas, alinhadas entre si e dispostas regularmente, 5 do lado poente e duas no nascente. Tudo indica que estas pedras tenham servido de base para assentamento de *colunas* ou de *esteios* de um alpendre mais ou menos monumental. Distanciadas entre si ignoramos o tipo de travejamento – em madeira, ligando os esteios respectivos; ou em pedra, formando neste caso duas arquitraves corridas e paralelas entre si, assentes sobre as colunas. Porém, a presença de fragmentos abundantes de *tegulae* no sítio, parece fazer intuir um espaço coberto, telhado, cujas verdadeiras dimensões e cujas funções originais desconhecemos. Este vasto e muito comprido “telheiro” longitudinal poderia corresponder a uma galeria ou pórtico coberto mais ou menos monumental de acesso ao complexo arquitectónico que acabámos de analisar (termas e edifício contíguo) [fig. 121; planta 13]. Mas este hipotético pórtico poderia proporcionar o acesso a um corpo arquitectónico ou mesmo urbano localizados a Norte do conjunto arquitectónico já conhecido, que se poderia materializar num edifício monumental da maior centralidade ou então numa praça ou fórum, de configuração e de dimensões desconhecidas mas que se espalharia pela vasta plataforma de há muito polarizada em torno da Capela da Senhora do Mileu.

Consideramos que estas estruturas se encontram associadas ao *primeiro nível de ocupação* deste local, correspondente a um período situado algures entre os meados e os fins do século I d.C., tendo em conta os materiais arqueológicos detectados.

A *segunda fase* de ocupação deste segmento do sítio arqueológico do Mileu é marcada pela construção de um edifício, assente sobre as estruturas de período anterior, da qual fariam parte os *muros 76* e *77*, bem como um pavimento em saibro. Tendo em

conta os escassos materiais arqueológicos recolhidos, poderemos apenas colocar como hipótese tratar-se de uma estrutura do século III d.C./IV, de funcionalidade indeterminada.

Concluimos ainda que o *muro 74* [fig. 123] corresponde a uma estrutura de uma *terceira fase de ocupação*, tendo em conta que assenta sobre as [U.E. 8] e [U.E. 9]. Consideramos que deverá apresentar a mesma cronologia que o *muro 81* [fig. 123; planta 9], localizado a Oeste, fazendo parte do mesmo programa construtivo, embora possivelmente datado já de período medieval.

#### 4.3.4 – Materiais e técnicas construtivas na arquitectura da Póvoa do Mileu

Como já atrás notámos, o complexo construído do Mileu adaptou-se às características orográficas do sítio. Para isso, recorreu-se quer à escavação e ao desbaste do afloramento rochoso tão presente e tão abundante no sub-solo do sítio, quer, quando necessário, ao enchimento das reentrâncias e dos vãos do mesmo afloramento. Por outro lado, a implantação das estruturas construídas conhecidas tirou um sábio partido quer dos desníveis do terreno de implantação, quer da orientação e da exposição solar do sítio.

A construção foi efectuada de uma forma sólida e resistente. Como materiais de construção, recorreu-se principalmente ao granito, ao tijolo e à telha e, tal como hoje, à madeira. Naturalmente, num contexto e em vias de progressiva romanização do território destes confins da Lusitânia, recorreu-se a outros materiais, quer por necessidades construtivas, quer por uma necessidade de dignificação ou até de ostentação de encomendantes e utentes.

Do que já se conhece pode deduzir-se que a construção das diversas fases do conjunto arqueológico do Mileu parece ter sido realizada ou coordenada por alguém que dominava as principais técnicas construtivas romanas. Com efeito, a par dos materiais locais, regista-se o uso do tijolo e de telha, de produção regional em escala tipicamente pré-industrial. Regista-se finalmente o recurso a diversos tipos de *opus* tipicamente romanos e mesmo mediterrânicos, *o opus caementicium* e *o opus signinum*, para lá do uso, muito mais raro, do estuque decorativo e até do mármore. A utilização de todos estes materiais e o domínio das respectivas técnicas pressupõem a presença, nos

diversos períodos de romanização e ocupação romana do Mileu, de técnicos especializados, recrutados noutras regiões da Província e até na própria Itália.

#### 4.3.4.1 – O granito

Dadas as características geo-morfológicas do terreno, o granito foi o material mais usado<sup>500</sup>, quer na construção dos muros, quer na construção de suportes (colunas e arquitraves), quer no revestimento dos solos, mediante empedrados, calçadas ou mesmo mediante lajeados feitos com lages aparelhadas.

Usado em peças de todos os tamanhos, aparelhados ou não, no sítio arqueológico do Mileu usaram-se dois tipos de granito. Nas alvenarias mais comuns e nos empedrados correntes usou-se o granito extraído no próprio sítio. Trata-se de um granito claro, de grão relativamente mole e de fraca resistência. Muito fraco e quebradiço, muito difícil de extrair em blocos de grandes dimensões, e muito difícil de aparelhar, este granito local era manifestamente impróprio para usos nobres como silhares, colunas, arquitraves ou lintéis. Por isso, este granito local foi o material de base da generalidade dos empedrados, bem como das pedras, quase sempre irregulares e de média dimensão, das diversas condutas do sítio arqueológico. Este granito foi, finalmente, o material de eleição da generalidade das alvenarias comuns das paredes dos edifícios. Com efeito, a maioria dos muros encontrados na intervenção foi construída em alvenaria de pedra, de que decorre a solidez geral da construção. Não nos podemos esquecer que um deles (segmentos do *muro 1* e do *muro 27*) possui 31m de extensão e 0,90m de espessura, evidenciando-se como um dos muros estruturantes do conjunto. Na sua construção utilizou-se a pedra local, o granito, como matéria-prima. A extração local do mesmo encontra-se comprovada com as escavações pontuais do maciço rochoso (na zona onde foi implantado o *hipocaustum* do edifício termal, mas também na área nascente do conjunto arquitectónico), de que decorrem elevados desníveis, artificiais, entre espaços contíguos, evidenciando a escavação de segmentos importantes

---

<sup>500</sup> Referindo-se a Braga, Paula Araújo Pereira da Silva (2002: 73) também considera que “o material de construção principal em *Bracara Augusta* era o granito, que era utilizado nas suas múltiplas possibilidades construtivas. Trata-se de uma pedra dura, de grande resistência e, por isso, difícil de trabalhar, que exige tecnologia e materiais adequados e que se encontra abundantemente em toda a região.

Os muros construídos em granito eram sempre assentes no terreno firme, isto é, na rocha talhada de forma a que a parede ou o silhar que se pretende construir fique solidamente assente, havendo casos de escavação no próprio maciço rochoso que, por vezes, se encontra em desagregação – formando saibro”.

do sítio. Naturalmente a pedra então extraída era imediatamente utilizada na construção das estruturas arquitectónicas circundantes.

Face a este granito local, no Mileu usou-se também granito de melhor qualidade, mais resistente, mais bonito e mais afeiçoado à produção de silhares aparelhados, por vezes “rusticados”, e de outros elementos de construção. Ignoramos a localização das excelentes pedreiras de onde foi extraído. Porém, essa comunidade tinha muitas pedreiras à escolha, pois a região circundante ao sítio arqueológico do Mileu dispunha, como continua a dispor, de excelentes afloramentos graníticos, onde era fácil extrair o granito mais adequado, a uma cota suficientemente elevada que tornasse fácil e cómodo o seu transporte para o sítio da sua utilização, mediante um caminho de inclinação favorável, sempre descendente no sentido do Mileu.

Este granito de grão mais ou menos fino, forneceu a matéria-prima ideal para os silhares de aparato, belamente aparelhados (fig.<sup>a</sup> 122) e mesmo almofadados, encontrados no sítio e nas suas imediações. Este mesmo tipo de granito foi usado nas inscrições celebratórias ou votivas (como a descoberta em 1951-52 e então depositada no Museu da Guarda). Foi também neste mesmo tipo de granito que se afeiçoaram as colunas usadas no sítio, como a que encontrámos no compartimento 10 (fig.<sup>a</sup> 84). Do mesmo modo, neste tipo de granito foram realizadas e afeiçoadas as respectivas *bases de colunas*, como as que sobrevivem no sítio, junto à casinha rústica contígua ao adro da capela. Enfim, neste belo granito se afeiçoariam os capitéis destas mesmas colunas, de que ainda não foi encontrado nenhum exemplar no local.

Paralelamente às colunas, haveria que considerar a realização, sempre no excelente granito das redondezas, de frisos e outros elementos e ornatos arquitectónicos como arquitraves, cornijas, molduras e até aduelas de arcos mais ou menos monumentais, embora ainda não detectados nas campanhas já realizadas no sítio. Em granito enfim, seria a mísula ou o pódio monumental que, a seu tempo, sustentaria e exibiria a sensacional estátua de mármore, adiante estudada, encontrada em 1953 no sítio, sob o próprio piso da Capela do Mileu, como sabemos.

No belo granito da região, resistente e difícil de trabalhar, mas de uma resistência extrema, foram enfim afeiçoados elementos construtivos tão importantes como a soleira de uma porta, a que haveria que associar os demais elementos construtivos: ombreiras e lintéis; os silhares regulares aparelhados, as lages também aparelhadas dos pavimentos de luxo (de que rareiam os exemplares, certamente

removidos posteriormente à decadência e ao abandono destas estruturas, visando o seu reaproveitamento noutra sítio) e ainda uma pedra de vedação de conduta, caracterizada por um furo de grande secção.

#### 4.3.4.2 – A cerâmica de construção

Entre os materiais de construção usados no sítio arqueológico do Mileu não poderiam faltar os materiais cerâmicos típicos da arquitectura romana e, em especial, o tijolo e a telha. Com efeito, os materiais de construção (produzidos com o barro dos *barreiros* da região) foram amplamente utilizados na construção do Mileu. Para lá dos pilares do *hipocaustum* das termas, maioritariamente construídos com lateres, e da cobertura dos edifícios, construídas com *tegulae* e *imbrex*, também nos restantes edifícios do Mileu foram utilizados distintos tipos de materiais produzidos em barro, como foi possível comprovar em escavação.

Sabemos que a par do granito, nas construções do Mileu recorreu-se, ainda que frequentemente, a *lateres*, de entre os quais salientamos os mais comuns, de formato prismático, ou, muito mais raros, os de formato em cunha, certamente relacionados com a montagem de colunas de tijolo<sup>501</sup>. Com efeito, com o passar do tempo, para lá do fabrico dos materiais de cobertura e de lateres comuns, rapidamente se difundiu pelo Império o fabrico de maior variedade de peças, de que são exemplo os ladrilhos de colunas<sup>502</sup>. A rapidez e facilidade no fabrico destas colunas com estes materiais de base, as famosas colunas em quarto de círculo, tão típicas da arquitectura romana, terão constituído certamente uma vantagem em relação às colunas de granito. A sua utilização na construção de colunas é comum por todo o Império, com as mais distintas dimensões, recebendo depois uma camada de revestimento em estuque branco, criando por vezes a aparência de mármore.

Assim, a produção dos tijolos para a construção de colunas ter-se-á difundido rapidamente por todo o território da Lusitânia, como o comprovam os exemplares

---

<sup>501</sup> Paula Araújo Pereira da Silva (2002: 77) considera que, em Braga, “O tijolo maciço servia para construir paredes mas, no caso deste estabelecimento termal [de Braga], serviu também para construir as abóbadas das salas quentes. Os elementos cerâmicos de diferentes tamanhos e feitios eram também abundantemente utilizados na construção dos edifícios termais, nomeadamente na construção dos hipocaustos e como revestimento de pavimentos”.

<sup>502</sup> Um dos exemplos mais antigos de utilização de peças cerâmicas no fabrico de colunas provém das colunas da Basílica de Pompeya, construída em 120 a.C., revestidas com estuque branco (Adam, 1989: 67).



encontrados no Mileu. De facto, a utilização do *opus testaceum* é comum por todo o Império, quer utilizado na construção de edifícios, em simples colunas, em arcos, ou mesmo no revestimento, interno e externo, de paredes.

As dimensões destes exemplares não são regulares, pois apesar das medidas “standard”, como os *bessales* (19.7cm), *sesquipedales* (44.4cm) e *bipedales* (19.7cm), as dimensões destes materiais variava de acordo com a oficina de produção ou a região, surgindo diversas variáveis às medidas apresentadas, como confirmámos no Mileu, com os ladrilhos rectangulares e os triangulares<sup>503</sup>.

Não tendo ainda sido detectados pavimentos realizados em tijolo, o uso deste material regista-se nomeadamente na construção de muros, pelo menos nas estruturas de aquecimento mural de alguns deles (assinalados também em Conímbriga<sup>504</sup>). No Mileu, as estruturas murárias de tijolo acabaram por ruir numa fase já de abandono do edifício, assentando o derrube do muro de tijolo e da cobertura numa fina camada de terra que se sobrepõe ao afloramento rochoso<sup>505</sup>.

O uso de tijolo e telha em grande quantidade suscita a questão da sua produção em moldes que poderíamos quase considerar de pré-industriais, a ter em conta os modos, os meios e a quantidade da produção, bem como os equipamentos e a própria especialização dos trabalhadores envolvidos nas olarias. No entanto, o processo de fabrico destes materiais – tijolo e telha – seria semelhante ao dos restantes materiais em barro, embora com um processo de fabrico mais simples, pois após a preparação da argila e a criação do formato pretendido, seriam colocados a secar, ao sol. No fabrico destas peças foram utilizados *moldes* construídos com madeira, sem fundo. Segundo Vitrúvio, a melhor altura do ano para a sua produção seria o Outono e a Primavera, de forma a que a argila não secasse demasiado rápido, levando à sua fissuração.

Após a secagem ao sol, os materiais de construção fabricados em argila eram cozidos em fornos de cerâmica, de que ficou o testemunho na tonalidade escura do interior de muitas peças. Enfim, este processo de produção, que culminava na cozedura de telhas e tijolos, muito engenhosamente dispostos nos fornos de telha, espalhados um pouco por todo o território da Lusitânia, proporcionava peças pré-fabricadas, formatadas e sólidas para a construção, permitindo rapidez e a maior resistência na construção.

---

<sup>503</sup> Para o uso do tijolo (ladrillo) e do *Opus testaceum* em particular, ver Antonio Castro Villalba, 1996: 60-63.

<sup>504</sup> Confira-se Triães, Correia, Coroado, 2002: 158.

<sup>505</sup> De facto, na maior parte dos compartimentos não foram identificados pavimentos sob os níveis de derrube da cobertura, o que nos leva a supor que as lajes de pedra que os constituíam tenham sido removidas num período de abandono do espaço, anterior à queda das respectivas coberturas.

Como já referimos, o sítio de Junta das Águas 1<sup>506</sup>, identificado como habitat – embora apenas com base em informação oral – poderia ter correspondido a uma *figlinae* (olaria), que poderia ter produzido não só cerâmica comum<sup>507</sup>, mas também materiais de construção a usar nos mais diversos tipos de edifícios, destacando-se na sua produção neste domínio *lateres*, *tegulae* e *imbrices*. Disso parecem ser testemunho os exemplares de *tegulae* com marca, identificados em três locais distintos: Mileu, Merouços<sup>508</sup> e Casal do Relengo<sup>509</sup>. De facto, no caso do Mileu verificámos que num total de 250 exemplares analisados, sete apresentam *tegulae* com a mesma marca.

Identificámos ainda outras marcas em *tegulae* e em tijolos, mas desta vez, resultantes do tipo, ou melhor, de defeitos de fabrico, uma vez que, ao serem secos ao sol, os materiais cerâmicos de construção, ainda frescos, podiam ser pisados por animais, como parece testemunhar o exemplar n.º 08.11077, ou um outro encontrado no tanque, na área do pátio/palestra, também com marca de pegada de animal. Mas os exemplares de *tegulae* postos ao sol previamente à sua cozedura, também podiam ser pisados por pessoas. É o caso do exemplar com o número 08.10124<sup>510</sup> e o de um outro, encontrado nas *pilae* do *hipocaustum*, que apresentam pegadas de sandália [fig. 79].

Questionamos-nos ainda se esses fornos “da telha” – tal como os “de ânforas”, detectados noutras regiões do Império – poderiam ser propriedade das capitais de *ciuitates* e se, como tal, seriam geridos pelas respectivas autoridades “municipais”, como forma de fomentarem e difundirem as técnicas construtivas romanas<sup>511</sup>.

Os produtos das olarias e dos fornos desta hipotética oficina seriam comercializados não só na capital de *ciuitas*, mas também em mercados realizados em *uici*, de que poderia ser exemplo o de S. Domingos. Consideramos também que esta hipotética oficina teria um mercado alargado, abastecendo todo o território da *ciuitas* do Planalto com os diversos materiais nela produzidos, tornando-se a sua utilização frequente, de tal forma que, por exemplo, as *tegulae* surgem mesmo nos sítios de mais

---

<sup>506</sup> Número 73 do inventário de sítios arqueológicos.

<sup>507</sup> Veja-se a oficina de *Maelo*, em Conimbriga, com produção de materiais de construção e cerâmica comum, como o atestam os grafitos gravados antes da cozedura das peças (Correia *et al*, 2004: 309).

<sup>508</sup> Sítio número 6 do inventário de sítios arqueológicos.

<sup>509</sup> Sítio número 113 do inventário de sítios arqueológicos.

<sup>510</sup> Esse exemplar surgiu na [U.E. 3] da quadrícula M11, na zona da colunata, numa unidade de derrube.

<sup>511</sup> Apesar de serem conhecidos exemplos de *figlinae* que dependiam de *uillae*, encontram-se documentados centros produtores implantados nas periferias de cidades, cuja função seria o abastecimento da cidade e do território circundante, com maior actividade sobretudo ao serviço dos programas construtivos monumentais, como será o caso de Munigua ou *Italica*, entre a segunda metade do século I d.C. e a primeira metade da centúria seguinte (Roldán Gómez, 2008: 761).

pequena dimensão, de que são exemplo os *tuguria*. Tratar-se-ia, enfim, de uma produção local cuja finalidade seria abastecer o mercado regional e sobretudo os locais<sup>512</sup>.

Com um mercado para abastecer e com uma certa variedade produtiva, que contempla as diversas tipologias de materiais de construção, torna-se evidente que nestas oficinas deveriam existir operários especializados, conhecedores das técnicas construtivas e dos modelos de produção romanos.

Para podermos compreender o grau de especialização destes operários, que no fundo sustentaram a introdução da arquitectura romana, quer laborassem numa oficina “estatal” ou noutra, simplesmente “privada”, optámos por analisar diversos materiais construtivos do Mileu, sobretudo os recolhidos em contexto de derrube ou os que se encontram ainda *in situ*. Tendo em conta a elevada quantidade de materiais recolhidos, optámos por analisar materiais da intervenção de 2008 e, quando necessário, materiais de anos anteriores. Assim, analisámos 331 exemplares dos quais/e registámos/tipificámos aproximadamente 250 exemplares, entre *tegulae*, *imbrices*, *lateres* e *tubuli*, destacando-se 5 *tijolos em quadrante*, 4 *tegulae* com marca de prego, 2 *imbrices* com forma completa, uma marca com pegada de animal, 15 *lateres* pequenos, 3 *imbrices* com decoração ondulada, 22 *tegulae* com marca, uma outra com marca de sandália e 2 *tubuli*. Registe-se desde já o elevado estado de fragmentação em que se encontram estes materiais, que não nos permite concluir das dimensões totais das peças originais. Todavia, dada a sua importância, consideramos a sua análise uma mais-valia para o nosso conhecimento global do sítio do Mileu.

Assim, numa primeira análise, verificámos que a utilização de cerâmica de construção ocorre em primeiro lugar nos edifícios termais, com especial destaque para as zonas aquecidas das termas (Roldán Gómez, 2008: 750). Mas, no Mileu, a cerâmica de construção foi também utilizada no chamado *edifício do peristilo* e no chamado pátio/palestra, como iremos ver.

Iniciando a análise pelos testemunhos ainda *in situ*, verificámos que o material *latericia* foi utilizado no *hipocaustum* das termas do Mileu. Após a escavação do que

---

<sup>512</sup> Noutros locais foi possível confirmar que, para lá das produções locais, chegaram também aos mercados produtos provenientes de longínquas proveniências, como alguns dos materiais detectados em *Baelo* (Belo) com selos de oleiros do Norte de África (Roldán Gómez, 2008: 752). Em situações mais próximas, destacamos as oficinas de olaria instaladas em Conimbriga, que produziam cerâmica de construção, abastecendo a cidade e o território circundante (Correia *et al.*, 2004: 299). Materiais produzidos nestas oficinas foram detectados em diversos sítios das periferias, mais ou menos próximas, como a *uilla* do Rabaçal (Penela) ou o sítio de Alhadas (Figueira da Foz), onde foram encontrados materiais nomeadamente da oficina da família *Allii Aviti* (Correia *et al.*, 2004: 304).

designámos de *tepidarium* 2 foi possível verificar que as respectivas *pilae* foram construídas com *lateres* sobrepostos, de forma a sustentarem os arcos de suporte do pavimento superior. Os *lateres* inferiores tinham como dimensões 0.30mx0.32mx0.08m, sobrepostos por outros, de menores dimensões, com 0.20mx0.20mx0.08m (*bessalis*). Embora existam distintos materiais na construção das *pilae*, como tijolos ou tijoleiras<sup>513</sup>, no Mileu verificámos a utilização de tijolos de distintas dimensões na composição dos referidos pilares de sustentação<sup>514</sup>. Com efeito, recorrendo às fotografias e à documentação gráfica e escrita conhecida, proveniente das primeiras escavações do sítio do Mileu, em 1951 e 1952, é possível verificarmos que também as *pilae* do *caldarium* e *tepidarium* eram construídas com *lateres*, sendo os de base de maiores dimensões (fig. 81).

Verificámos ainda que os materiais cerâmicos foram também utilizados no edifício do peristilo, pois todos os muros circundantes do edifício possuem como revestimento interno *opus testaceum*, ou seja um revestimento de *lateres*, com um núcleo de argamassa. Também aqui foram utilizados materiais com distintas dimensões<sup>515</sup>.

Pontualmente foi possível observarmos a utilização de tijolos em muros de alvenaria de granito, que serviam para a respectiva regularização, nivelamento e reforço, no que constituía uma típica prática construtiva romana, identificada por toda a parte, a começar por Mérida<sup>516</sup>. Também no pátio/palestra, na área do tanque de recreio, foram identificados muros de tijolo servindo como muros de sustentação da estrutura do tanque (fig. 110).

Na área da *colunata* ou *alpendre* encontrámos tijolos de quadrante, ou seja em quarto de círculo, que serviriam para a construção de colunas, situação comum na arquitectura romana, de que há exemplos em diversos sítios escavados, como Conimbriga. Assim, destacam-se os números 08.9138 ou 08.9216, ambos encontrados na quadrícula L15, o primeiro na [U.E. 8] e o outro na [U.E. 9]; nas suas proximidades foi encontrado um outro, na quadrícula J13: o número 08.8054, que surgiu na [U.E. 4].

---

<sup>513</sup> Como em Munigua (Sevilha) onde tinham como dimensões 60x38x6, ou em *Baelo*, construídas com *bipedalis* e *sesquipedalis* (Roldán Gómez, 2008: 754).

<sup>514</sup> Tratar-se-ia do reaproveitamento de materiais usados previamente noutras estruturas, entretanto demolidas?

<sup>515</sup> Os tijolos mais comuns utilizados em *opus testaceum* possuíam 27-30 x 20-23 x 5-7cm (Roldán Gómez, 2008).

<sup>516</sup> Esta velha técnica romana de encaixe de fiadas horizontais de tijolo entremeadas nas alvenarias deixaria raízes muito intensas na arquitectura peninsular e, em particular, na arquitectura popular castelhana, como o mostra uma simples visita por cidades, vilas e aldeias da região de Castela e Leão.

Todas estas unidades correspondem a níveis de derrubes, como é o caso deste último, resultante do abandono do sítio, possivelmente no século III / IV d.C.

No mesmo local, em níveis possivelmente associados ao abandono do espaço no século III/IV d.C., encontramos 5 tijolos que associamos às formas 7A ou 7B de *Tongobriga* (Dias, 1997: 133-134). Trata-se de exemplares (de entre os quais destacamos os números 08.3837, 08.7626 ou 08.10287) que, embora muito fragmentados, apresentam comprovadamente forma trapezoidal, cuja função seria a de servirem de aduelas na construção dos arcos do *caldarium*.

Verificámos ainda um elevado número de tijolos rectangulares, de pequenas dimensões (*laterculi*), no caso do Mileu geralmente com 7cm de largura por 4cm de espessura (n.º 07.3396), embora ainda não tenha sido identificado nenhum completo<sup>517</sup>. Identificados noutros locais, como *Munigua* ou *Italica*, em contexto de edifícios termais, com eles era possível construir pavimentos classificados como *opus spicatum*. No caso do Mileu, para além do registo arqueológico, surgem também em estruturas construídas, nomeadamente nos muros de *opus testaceum*.

No registo arqueológico do Mileu detectámos ainda alguns exemplares de *tubuli latericii*, com a função de permitirem a condução do ar quente. Estes materiais substituíram, sobretudo a partir do século II d.C., o sistema de *tegulae mammatæ*, (Roldán Gómez, 2008: 759).

#### 4.3.4.3 – A Madeira

Embora tenham desaparecido os vestígios do uso da madeira no sítio arqueológico do Mileu, há todos os motivos para pensar que a madeira foi abundantemente usada enquanto material de construção. Assim, tal como a lenha era o grande combustível usado no complexo termal, também a madeira era abundantemente usada na construção de alpendres, de sobrados e madeiramentos dos telhados, em cumeeiras e em vigas das mais diversas dimensões e dos mais diversos calibres, usadas em grande abundância, tendo em conta o tamanho e o grande peso das telhas romanas<sup>518</sup>. Mas, tal como hoje, a madeira usava-se ainda no fabrico de portas, janelas,

---

<sup>517</sup> Num total de quinze exemplares encontrados durante a escavação.

<sup>518</sup> Paula Araújo Pereira da Silva (2002: 77), referindo-se às termas de Braga, considera que “A madeira constitui o material estrutural fundamental para a construção das coberturas de duas ou quatro águas, que

cancelas e portões, para lá das mobílias e dos mais diversos equipamentos dos moradores, usados como apoio ao seu labor quotidiano.

Nada sabemos das técnicas de extracção da madeira nem dos tipos de madeira usados nesta região na Época Romana. Porém, a grande riqueza da região em moitas e matagais de carvalho, castanheiro e freixo deverão ter permitido um grande uso das excelentes madeiras destas árvores, ainda hoje tão abundantes entre nós.

#### 4.3.4.4 – *Opus caementicium*, *opus signinum* e materiais sumptuários

Uma das características técnicas mais importantes da arquitectura romana foi o uso intensivo de diversos tipos de aglomerados ou argamassas, como ligante ou como isolante, tipificadas essencialmente em dois tipos de *opus*, o *opus caementicium* e o *opus signinum*.

O uso do *opus caementicium*<sup>519</sup> foi certamente uma das maiores novidades trazidas pelos Romanos para a Península e em particular para este território tão periférico. Com efeito, o *opus caementicium* constituiu um dos materiais e mesmo uma das marcas mais emblemáticas e identitárias da arquitectura romana. Tratava-se de uma argamassa constituída essencialmente à base de areia, cal e pequenos fragmentos de pedra e saibro, caldeados em determinadas proporções. Devidamente seca, a argamassa ou *cimento* daí resultante<sup>520</sup> tornava-se verdadeiramente petrificado e como que

---

são depois revestidas exteriormente com telha (*tegulae*), encontradas abundantemente [em Braga] durante as escavações”.

<sup>519</sup> De “*Caementa*: pequenas pedras ou calhaus que, misturados com cal, areia e água, originam o *opus caementicium*”, M. Justino Maciel, Nota 126 a Vitruvius, Maciel, 2006: 200.

<sup>520</sup> Os autores e tradutores espanhóis usam a palavra “hormigón” e Bairrão Oleiro usou a palavra “formigão”, como vimos, na sua primeira *Notícia-relatório*, datada de 10 de Outubro de 1951: “Apareceram, além da inscrição e da fivela, mais tijolos, blocos de formigão, fragmentos de canos de barro de pequeno diâmetro, etc.”.

Os autores e tradutores ingleses usam a palavra “concrete”, ambas designando o que em Português contemporâneo conhecemos como “cimento”, palavra pouco do gosto de autores e tradutores portugueses que parece preferirem o termo latino, a começar por Justino Maciel, nas notas à sua tradução de Vitruvius.

Para o uso e o lugar do “concrete” na arquitectura romana ver David Watkin (2011: 59): “It is important to remember that Roman architects of all periods never made the mistake of modern architects of exposing the actual surface of the concrete. Realizing that concrete adds to its initial visual crudity the subsequent disadvantage of staining disagreeably rather than weathering beautifully, the Romans always took care to conceal it internally by plaster, marble or mosaic, and externally by brick or stone facings, of which the three principal types are known chronologically as *opus incertum* (second and early first centuries BC), a random facing composed of small stones; *opus reticulatum* (first century BC and first century AD), small square stones set diagonally; and *opus testaceum* (mid-first century AD onwards), a facing of flat bricks or tiles. While concrete was used extensively for foundations, walls and vaults, a varied range of stones and marbles was adopted for other structural and decorative parts”.

monolítico, como o atestam os blocos gigantesco de *opus caementicium* patentes no Teatro Romano de Mérida. As suas qualidades construtivas, a sua plasticidade extrema, adaptável às mais diversificadas moldagens e “cofragens”, decorrentes de cada programa construtivo, tornaram o *opus caementicium* particularmente apto para a construção intensiva e em escala monumental<sup>521</sup>, sendo usado em todas as Províncias do Império<sup>522</sup>, quer na edificação de muros, por vezes de uma grossura impressionante, quer para a edificação de abóbadas excepcionalmente resistentes, independentemente do respectivo vão, que podia ser gigantesco, como sabemos<sup>523</sup>.

No Mileu, surgiu um fragmento importante de *opus caementicium* que ainda se conserva, num espaço contíguo ao que pensamos ter sido o *caldário* do complexo termal. Dada justamente a sua particular aptidão para as coberturas abobadadas, o fragmento de *opus caementicium* do Mileu pode ter integrado uma eventual abóbada que tenha cobrido pelo menos parcialmente a componente como que absidial contígua e integrante do *caldário* das termas, ou mesmo o próprio *caldário*, se este foi abobadado, o que desconhecemos, dado o nível de destruição dos seus muros, de que só resta a capa interior, em alvenaria, do arranque inferior dos mesmos. Porém, tudo indica que pelo menos a cobertura da *abside* ocidental da respectiva sala, o *compartimento 17*, fosse abobadada, a ter em conta o importante fragmento de *opus caementicium* conservado junto às suas fundações.

---

<sup>521</sup> O uso das “cofragens” enquanto elementos definidores das massas construtivas de muros, abóbadas e outros elementos construtivos dá origem ao chamado “opus emplectum”, que mereceu a seguinte nota a Antonio Castro Villalba: **la gran aportación de la técnica romana al arte de construir (...) es la adopción sistemática del opus emplectum, su divulgación y la resolución práctica de los problemas que plantea su ejecución.** Quizás sea la mejor herencia que deja el imperio a los constructores del medioevo (...). A partir del momento en el que se descubren las ventajas de mezclar la puzolana al mortero de cal, en el inicio del S. II adC., **los muros dejan de ser una superposición de mampuestos o sillares recibidos con mejor o peor mortero, y se convierten en un núcleo resistente al que hay que dotar de unas superficies que faciliten su construcción y que a la vez sirvan de acabado.** Este esquema va a llegar hasta el s. XIX con variaciones, en algunos casos notables, y se compone esencialmente de **dos capas exteriores de recubrimiento, una por cada cara, y un núcleo central de relleno a base de trozos de ladrillo o de mampuestos recibidos con argamasa o mortero de cal.** Esta mezcla recibe el nombre de *opus caementicium*, derivado del nombre de los áridos que se utilizan, los llamados *caementa*” (Castro Villalba, 1996: 53).

Noutro passo da sua obra, este autor nota que “las ventajas de la argamasa en la construcción de arcos, bóvedas y cúpulas no sólo se manifiestan en el terreno puramente arquitectónico. Gran parte de la capacidad constructora de Roma se basa en este material. **Encofrar y verter es en general, cuando se dispone de madera y de mano de obra, mucho más simple y barato que trazar y tallar dovelas o piezas similares,** a las que hay que definir en las tres direcciones del espacio” (Castro Villalba, 1996: 66).

<sup>522</sup> Note-se, porém, que entre os materiais de construção das termas romanas de Braga, pedra, madeira e tijolo, não consta o “opus caementicium” pelo menos na sua “versão 2”, a estudada por Paula Araújo Pereira da Silva. Ver Paula Araújo Pereira da Silva, 2002: 73-76.

<sup>523</sup> Lembre-se que o diâmetro da cúpula do Panteão de Roma mede 43,30 metros, dimensão que nunca foi ultrapassada com as tecnologias tradicionais: “Se trata de la cúpula de mayor luz jamás construida y su diámetro de 43,30m es ligeramente superior al de San Pedro” (Castro Villalba, 1996: 68).

Também o *opus signinum* se regista no sítio arqueológico do Mileu. Com uma composição essencialmente semelhante à do *opus caementicium*, o *opus signinum*<sup>524</sup> destaca-se, porém, por uma ainda maior finura dos elementos constituintes da respectiva argamassa que, visando uma ainda maior resitência e impermeabilidade, integrava pó de telha e de tijolo moídos. Dessa finura decorria quer a sua extrema longevidade, quer o seu excepcional poder de vedante e isolante, o que o tornava particularmente apto para o revestimento de tanques, piscinas, lagares e demais recipientes do género, sempre de dimensões apreciáveis e por vezes mesmo de grande escala.

Os materiais e em especial a tecnologia romana de construção suscita a questão da presença dos *tectoria*, isto é, revestimentos de paredes exteriores ou interiores, que eram geralmente compostos por três camadas. A primeira era aplicada directamente sobre o suporte, e compreendia cal e areia, criando uma camada grosseira e rugosa. Os *tectorii* (estucadores) criavam rugosidade nesta camada para permitir a aderência da camada seguinte. Após a aplicação de outras duas camadas, progressivamente mais macias, aplicava-se a camada de estuque, que era então decorado com pinturas, utilizando para tal pigmentos, de origem mineral, num ligante composto à base de cola diluída em água<sup>525</sup>.

Desta técnica é exemplo o estuque recolhido no tanque da área ajardinada do Mileu. Com efeito, nesta estação arqueológica o *opus signinum* regista-se em particular no pequeno tanque de recreio do que chamámos *pátio/palestra* aberto e contíguo ao complexo termal. No mesmo conjunto foram detectados importantes vestígios de estuque, bem como de frisos em relevo.

Mas a presença do *opus caementicium* e do *opus signinum* suscita uma última consideração, a da presença abundante da *cal* na sua composição. Ora, no Mileu, num dos centros do eco-sistema granítico da velha Lusitânia, a presença da cal é digna do maior reparo e demonstra bem a importância do sítio, a riqueza dos seus moradores e a vontade de dignificar e de nobilitar as obras, públicas e oficiais, municipais ou mesmo estatais, bem como as obras privadas, promovidas pelos seus moradores, a título

---

<sup>524</sup> “*Opus Signinum*: obra signina. Mistura argamassada de fragmentos triturados de *tegulae* e tijolos, com areia e cal, que permite criar um bom isolamento para os pavimentos termais e em zonas húmidas”, M. Justino Maciel, Nota 123 a Vitruvius, Maciel, 2006: 199.

<sup>525</sup> Vitruvius da una explicación clara de la forma en que, aún hoy día, se pueden hacer revocos perfectos: la *runderatio*. Los innumerables restos dan fe de que ésta técnica es empleada normalmente alcanzando un alto nivel de calidad. Se trata de tres capas: la primera muy gruesa de regularización de la superficie a revocar, la segunda intermedia, más delgada, encargada de dar un soporte apropiado a la tercera, muy fina y lisa de acabado”: “Revocos y aplacados” (Castro Villalba, 1996: 74).



individual. Com efeito, a cal, vinda de muito longe, tornava-se num óbvio produto de luxo cujo uso em quantidades muito apreciáveis, na constituição de argamassas, nos rebocos e até em caiações era evidente sinal de fartura económica e de vontade explícita de dignificação da arquitectura e, mediante esta, da dignificação urbana e institucional do sítio do Mileu.

Para lá dos vestígios de estuque acabados de referir, cumpre recensear, de entre os materiais de construção de luxo encontrados no Mileu, alguns fragmentos de frisos em mármore<sup>526</sup>. Assim, para lá da estátua de mármore, adiante analisada, este achado mostra também a importância do sítio e até a opulência dos seus moradores. O fragmento em apreço constitui um friso, de mármore. Dado o sítio do achado, o referido fragmento deve ter feito parte de um friso maior de revestimento de paredes.

#### 4.3.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ARQUITECTURA DO MILEU

Apesar do muito que terá sido perdido e do muito que haverá para escavar, do que já conhecemos do Mileu podem já fazer-se algumas considerações relativamente ao papel, às tipologias, à natureza e às características gerais da arquitectura conhecida do Mileu.

Em primeiro lugar, a arquitectura conhecida do Mileu, pela sua simples presença (para lá das suas dimensões, do seu tamanho ou do seu extraordinário nível técnico), apresenta-se como um marco fortíssimo de afirmação e de consolidação do processo de romanização num território do Império tão periférico como o desta região das Beiras. Ora, também aqui a arquitectura – e seguramente o urbanismo, ou melhor, o desenho urbano – desempenhou o seu lugar de, para lá de abrigar as funções inerentes às respectivas tipologias construtivas, proporcionar uma fachada monumental ou monumentalizada não só para essas funções como para a comunidade urbana em que estava integrada, fosse qual fosse o tipo de assentamento populacional patente no Mileu.

Para lá da beleza, do “decoro” – ou da *venustas* – que esta arquitectura detinha ou proporcionava a utentes, moradores, visitantes e viajantes, esta arquitectura romana,

---

<sup>526</sup> São conhecidas diversas oficinas de trabalho de mármore, com especial destaque para a escultura, pois o mármore de há muito que era considerado como um material nobre, símbolo de beleza urbana e monumentalidade (Le Roux, 2004: 22-23).

implantada nas mais diversas partes do Império, por vezes muito afastadas de Roma, detinha, porém, outras funções, políticas e simbólicas. Com efeito, essa dupla função de marco ou de padrão da Romanização e de fachada monumental e simbólica das estruturas construídas tinha como objectivo primeiro provocar o maior impacto nas comunidades autóctones, de um momento para o outro confrontadas com modelos, tipologias e estruturas construídas absolutamente inéditas no território que fora o delas, que elas tão bem conheciam e que milenarmente haviam modelado, no respeito por tipologias, modos de fazer e de construir ao serviço de padrões civilizacionais e de gosto radicalmente afastadas do padrões que os ocupantes romanos ou a cargo de Roma agora impunham.

Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 6) dão-se bem conta do importantíssimo papel simbólico e institucional – para essas mesmas comunidades locais – desempenhado pela arquitectura e o urbanismo impostos pelos Romanos. Com efeito, segundo estes autores, “[...]urbanisme et architecture servent une idéologie, et cette idéologie est impériale. **Comment exalter la majesté de l’empereur, la souveraineté du peuple et du sénat romain en une terre aussi lointaine, sinon en construisant un centre monumental autour du temple du culte impérial!** Comment imposer un rythme de vie romaine à une population indigène si on n’amène pas l’eau par un aqueduc et si l’on ne bâtit pas des thermes avec palestres? Car il s’agit aussi, en même temps qu’on élève les âmes, de satisfaire les besoins de la population. **Idéologie, volonté d’acculturation, sous-tendent l’oeuvre de l’architecte romain, qui tantôt boscule l’urbanisme préexistant et tantôt le respecte.** Partout, il s’agit pour lui d’initier une population au beau: moyen supplémentaire de ravir les esprits, en imposant la vision esthétique de la classe dominante. **Il implante dans ce Finistère une image de Rome**”.

O impacto cultural causado por estes novos programas construtivos e por estas novas linguagens arquitectónicas há-de ter sido esmagador junto das comunidades autóctones. Porém o efeito político e civilizacional não deverá ter sido menor: perante a novidade visual inerente aos novos programas construtivos e urbanos, aos indígenas restava a *rendição* completa e integral. O seu mundo mudava às mãos de Roma e Roma e os seus modelos políticos, administrativos e culturais esmagavam e apagavam, quase de um momento para o outro, os aspectos mais estruturantes de uma civilização milenar

de que, naturalmente sobreviveriam apenas sedimentos sociais, culturais e religiosos particularmente entranhados nas populações locais.

A arquitectura do Mileu já conhecida filia-se plenamente na arquitectura romana essencialmente por *três vias*: pelas *tipologias* em presença, pelo *desenho arquitectónico* e, em terceiro lugar, pela própria via dos *materiais e das tecnologias construtivas*.

A primeira surpresa com que a arquitectura conhecida do Mileu nos defronta é proporcionada pelo seu complexo termal, extremamente cuidado e racional. Com efeito, esta tão importante tipologia arquitectónica enquadrada no que conhecemos como *arquitectura termal*, é materializada no Mileu num complexo de edifícios que, se interpretamos bem as respectivas ruínas, proporcionava um excelente, actualizado e monumental exemplo de romanização.

Deve dizer-se que a presença de um complexo termal simultaneamente tão completo, actualizado e vasto deixa entrever a presença de *componentes monumentais complementares*, em que haverá que incluir a presença de um *templo*, um provável *mercado coberto* e as outras componentes básicas de um qualquer núcleo urbano romano – a componente residencial e os respectivos serviços de apoio (oficinas, celeiros, estrebarias, etc.). A todas estas componentes haveria que somar a indispensável *mansio* ou albergue, também com todas as suas componentes de apoio, ao serviço, como pensamos, de uma pequena *civitas* localizada algures nos confins da Província, servida directamente ou localizada perto de um eixo viário estruturante no quadro da rede de estradas que cruzavam a Lusitânia.

Neste sentido, estamos convictos de que futuramente, com o avanço das escavações irão certamente aparecer restos importantes de pelo menos parte das estruturas acabadas de enunciar, provavelmente organizadas em torno de um espaço mais ou menos central, uma praça ou mesmo um *forum* formalmente organizado, desempenhando as triplas funções políticas, comerciais e religiosas que lhe cabiam no quadro do urbanismo romano<sup>527</sup>.

---

<sup>527</sup> Escrevendo sobre o primeiro *forum* de Conimbriga, Jorge Alarcão e Robert Étienne (1977: 28) puderam dizer: “Le premier forum installé à Conimbriga répond à la triple fonction classique des forums, c’est-à-dire, religieuse, politique et commerçante. La fonction religieuse est assumée au nord par le temple du culte impérial et son cryptoportique. La fonction politique apparaît avec la présence, à l’est, d’une basilique et d’une curie, et la fonction commerçante, à l’ouest, appartient à la série des boutiques, sans doute précédées d’un portique”.

Mas a arquitectura do Mileu já conhecida tem que se entendida também pela via do seu *desenho arquitectónico* global, marcado pela regularidade e pela ortogonalidade, princípios que associamos à arquitectura clássica em geral e à romana, em particular. Com efeito, todas as estruturas conhecidas do Mileu estão alinhadas e organizadas entre si no quadro de uma malha geométrica rigorosa de trama ortogonal<sup>528</sup>, orientada no sentido NNE-SSW e NNW-SEE<sup>529</sup>. Conhecidos os procedimentos e os instrumentos técnicos usados pelos romanos para os traçados, em particular a *groma* e o *corobate*, que permitiam a implantação geométrica das mais diversas estruturas, recorde-se que, em relação à *groma*<sup>530</sup>, esta constituiria um “[...] dispositivo de funcionamento [que] se materializa mediante una cruz de 4 brazos perpendiculares y de dimensiones idénticas, que constituyen la escuadra de dirección; de cada uno de los brazos cuelga una plomada; estos cuatro hilos son los *perpendiculara*, que forman dos a dos los planos de visuales. Com el fin de evitar el obstáculo del pie, la escuadra va sujeta mediante un pasador sobre un *brazo-móvil* que viene a coronar el pie del instrumento” (Adam, 1989: 11).

Ora, foi precisamente um dos *pesos de prumo* de um instrumento desta natureza que detectámos no Mileu. De facto, a peça apresenta 8.5cm x 2.5cm, evidenciando que também no Mileu foi utilizada a *groma* ou um equipamento semelhante, visando o estabelecimento de alinhamentos em linha recta, perpendiculares entre si, para implantação das componentes conhecidas do núcleo urbano. Trata-se de um prumo de forma cónica, em chumbo, com argola de suspensão (fig.<sup>a</sup> 157).

---

<sup>528</sup> Exceptuam-se da orientação dominante os muros circundantes do corredor do *compartimento 2* e os bordos do tanque do pátio/palestra, que apresentam uma orientação divergente da da maioria das estruturas, embora esse nível de divergência seja mínimo e, na prática, não comprometa a regularidade global do conjunto.

<sup>529</sup> Os dados conhecidos mostram-nos que, para o estabelecimento de alinhamentos rectos e para o de traçados perpendiculares entre si – uma das características da arquitectura, do urbanismo e da gestão do território pelos romanos – estes desenvolveram técnicas sistemáticas no âmbito da topografia, utilizando diversos aparelhos para o efeito. Entre estes destacavam-se a *groma* e o *corobate*, que permitiam a implantação de edifícios, calçadas ou aquedutos.

A primeira operação consistia no traçado do alinhamento permitindo traçar o eixo principal, através da colocação de cordas em distâncias curtas, através do qual eram estabelecidos traçados perpendiculares. Assim, o instrumento utilizado para este efeito, a *groma*, teria dois eixos de visualização perpendiculares, dividindo o espaço em quatro quadrantes (Adam, 1989: 11).

Sobre a topografia e os aparatos de goniometria, como a *dioptra*, veja, por exemplo Jean-Pierre Adam, 1989: 9.

<sup>530</sup> O conhecimento deste aparelho advém sobretudo da sua representação em estelas funerárias, de que é exemplo uma encontrada na *Porta de Nocera*, do agrimensor Nicostratus, em Pompeia (Adam, 1989: 11), embora na *Via da Abundancia*, também em Pompeia tenha sido possível recuperar uma *groma* completa, na oficina de *Verus*, proprietário da tenda de fabrico e venda de ferramentas e utensílios afins (Adam, 1989: 11).

Todavia, como vimos, no Mileu os alinhamentos dominantes conhecidos não tiveram como orientação rigorosa os pontos cardiais, mas sim um ligeiro desvio em relação à orientação dos mesmos. Este desvio decorrerá de uma óbvia adaptação à configuração global do terreno de implantação, prática comum no mundo romano<sup>531</sup>. Com efeito, apesar das alterações da topografia das imediações do sítio do Mileu, noramos que as estruturas conhecidas estão implantadas numa pequena elevação planáltica. Foi nesta pequena plataforma, regularizada quando foi necessário, que se se implantaram as estruturas do conjunto arquitectónico conhecido do Mileu, todas elas alinhadas ortogonalmente entre si. O seu alinhamento e o seu traçado global foram o resultado de um programa construtivo planeado e efectuado de acordo com os ancestrais métodos romanos de gestão e de assentamento das mais diversas estruturas, agrárias, urbanas e arquitectónicas, no território<sup>532</sup>.

Da relativa sofisticação da implantação romana do Mileu dirá o facto de a malha cordeada e globalmente rectilínea das estruturas conhecidas articular e integrar sabiamente entre si os elementos rectos com os curvilíneos, quando a tipologia construtiva o exige.

Ora, a regularidade global que se regista no Mileu deveria projectar-se e registar-se em estruturas complementares do assentamento romano, fosse qual fosse a natureza institucional deste. Assim, se a implantação da capela românica não respeita este assentamento – e daí pensar-se que a mesma não corresponda, nomeadamente nas suas fundações, ao *templo romano* que, grande ou pequeno, integraria cremos que obrigatoriamente, o conjunto edificado do Mileu – o mesmo não se pode dizer da pequenina casa rústica e do seu pequenino quintal fronteiro. Com efeito, muito surpreendentemente, a fachada principal da pequena casa, bem como o muro fronteiro do seu minúsculo quintal – orientados no sentido NNW-SEE– são rigorosamente paralelos às estruturas arquitectónicas do Mileu dispostas na mesma direcção (planta n.º 3), o que parece insinuar fundações muito remotas, de época romana. Futuras prospecções no sítio poderão confirmar ou não estas hipóteses e sobretudo revelar novas estruturas construídas da época romana.

---

<sup>531</sup> De facto, são sobejamente conhecidos locais onde a definição do *cardus* e do *decumanus* tiveram como consideração dominante os dados da geomorfologia e da topografia dos terrenos de implantação.

<sup>532</sup> O historiador de arquitectura Marvin Trachtenberg (Trachtenberg e Hyman, 1990: 127) faz notar que “En la arquitectura de la Roma Imperial, las formas griegas se meten dentro de **una matriz controlada; todas las relaciones eran axiales y simétricas, todas las percepciones predeterminadas. No era una arquitectura de formas independientes que se enfrentaba a los hombres individuales y libres, sino que creaba imágenes propagandísticas del poder y la autoridad del estado y los dioses**”, sublinhados nossos.

Mas esta necessidade de ordenar geometricamente o território e de o captar, gerir, dominar e como que “domesticar” nota-se também no próprio traçado planimétrico e volumétrico dos edifícios projectados. Com efeito a articulação das diversas componentes das termas é do maior virtuosismo, ao integrar com a maior felicidade eixos visuais longitudinais e transversais, maiores e mais pequenos, paralelos e perpendiculares entre si. Modelados por esses eixos, os sucessivos compartimentos das termas proporcionavam não só uma gradação doseada do nível de temperatura ambiente mas também, num espaço relativamente tão pequeno, uma sequência de espaços do maior impacto visual que, iniciado no que designámos como *tepidário 1*, com a sua rigorosa planta rectangular, dava acesso a dois espaços de configurações totalmente diferentes, o *tepidário 2*, rigorosamente circular e certamente abobadado e o *caldário*, a Sul, com a “ábside” semi-circular, que tanto tinha confundido e impressionado os arqueólogos em 1951 e 1952. Ora, do *caldário* ao *tepidário 2*, todos esses espaços eram arquitectonicamente muito diferentes entre si, mas todos eles detinham uma fortíssima identidade arquitectónica – que é, aqui no Mileu como por toda a parte, sempre o timbre da boa arquitectura, como vemos.

Enfim, para lá das tipologias e do tão controlado e regular desenho arquitectónico global, a arquitectura do Mileu apresentava uma terceira novidade, a qual era proporcionada pela utilização de *materiais de construção* luxuosos, como as placas ou os frisos de mármore importados de muito longe e que hão-de ter causado grande impacto entre as gentes do eco-sistema granítico local.

Mas a própria utilização do granito, aparelhado em belos silhares, há-de ter sido um motivo de espanto e admiração, tanto de autóctones como de “colonos” vindos de longe, pois os mesmos eram inegáveis fontes de beleza e de resistência construtiva, certamente usados intensivamente nos mais importantes edifícios do sítio. Pensamos que a estação romana do Mileu, localizada a dois passos da Guarda, há de ter funcionado como excelente pedreira a céu aberto, em uso durante séculos, pois fornecia pedra boa e perfeitamente aparelhada. Por isso, desses silhares belamente aparelhados apenas escaparam os que pertenciam às fundações dos edifícios, como os que sobrevivem no hipocausto do complexo termal. Um excelente exemplo da utilização arquitectónica do granito é proporcionado pelo belo fragmento (hoje com localização indeterminada) de moldura de cornija – ou talvez antes do envasamento - de um edifício indeterminado, encontrado e *fotografado* em 1951 ou 1952 junto ao arranque Sul da

curvatura da “ábside” no nível do hipocausto [fig. 60], certamente já então deslocado do seu sítio original.

Para lá do uso do granito aparelhado, a outra grande novidade estava no uso intensivo de *tijolo* e sobretudo de *telha*, que instituíram outra revolução tecnológica e civilizacional, que passava pela produção em grande escala de quantidades verdadeiramente “industriais” destes dois produtos, usados nas coberturas dos mais diversos edifícios em contexto romano. Esta revolução tecnológica é tanto mais notável quanto Duarte d’Armas em 1508 ainda registava coberturas em pranchas de cortiça na região da Idanha (Penha Garcia, por exemplo) e coberturas colmadas nas regiões de fronteira de Trás-os-Montes – coberturas essas que chegaram quase aos nossos dias no coração da Beira Alta (nas aldeias da Serra do Caramulo, por exemplo).

O uso da *cal*, nomeadamente enquanto matéria-prima essencial para argamassas de vários tipos, estruturais e vedantes, materializadas respectivamente nos *opus caementicium* e *opus signinum*, atrás referidos, proporcionava a última e provavelmente mais sofisticada marca da Romanização. O uso do “cimento” nas paredes e sobretudo nas abóbadas, bem como o recurso tão documentado ao *opus signinum*, assumem, assim, o papel de quase manifesto de uma Romanização progressiva e bem sucedida. Evidentemente, nas termas do Mileu estamos nos antípodas da “escala visionária” própria dos “espacios, cubiertos por los techos abovedados” (Trachtenberg, Hyman, 1990: 153) das Termas de Caracala, de Roma – mas essa capacidade sensata, pragmática, da gestão e da utilização dos meios técnicos disponíveis, de acordo com as necessidades e os recursos das comunidades locais era também uma marca evidente da Romanização, afinal tão patente no sítio romano do Mileu, como pretendemos mostrar.

#### 4.4 – A ESCULTURA NO MILEU – O TORSO DO MUSEU DA GUARDA

Para lá dos restos arquitectónicos já exumados e dos materiais recolhidos durante as escavações dos últimos sessenta anos e, em particular, nas campanhas arqueológicas dos últimos dez anos (adiante estudados), o espólio do sítio do Mileu integra uma derradeira componente: o *torso* de uma estátua romana, masculina, *loricata*, (couraçada), de grande porte. Realizado em mármore, o torso foi descoberto em 1953 sob o piso sobradado da Capela do Mileu, durante as obras de restauro então

empreendidas pela DGEMN<sup>533</sup>. A importância do achado foi imediatamente reconhecida e, como tal, a estátua, embora muito mutilada e desgastada, foi oportunamente deslocada para o Museu da Guarda. A importância e a própria raridade da estátua fizeram dela, desde então, uma das principais peças da coleção do referido Museu. A primeira referência científica conhecida à estátua deve-se, salvo erro, a Adriano Vasco Rodrigues, no seu já citado estudo de 1962, “Elementos para o Estudo da Romanização dos Montes Hermínios – I – As Escavações da Póvoa de Mileu – Guarda” (Rodrigues, 1962: 15-16) e por isso aqui se transcreve:

“Torso Imperial

Nas obras de desaterro da capela [do Mileu], no seu interior, foi encontrado um belo torso imperial de mármore. Apareceu também uma estatueta, que devia ter estado ao culto como sendo S. Sebastião (tem os lugares das setas), mas que me parece uma cristianização forçada...

Assemelha-se este torso aos do Teatro de Mérida atribuídos a Trajano e Hadriano (sic). A via de Mérida a Astorga passa próximo do Mileu. O *paludamentum* cai sobre o ombro esquerdo, mas os elementos que a couraça nos podia fornecer, foram destruídos pelo tempo que atacou o mármore”.

A estátua, muito mutilada e muito erodida, perdeu a cabeça e os membros superiores e inferiores. Perdeu-se igualmente a sua base e naturalmente nada sabemos da sua implantação e muito menos da sua funcionalidade originais. O muito mau estado de conservação com que chegou até nós deve-se ao abandono de muitos séculos, em que certamente esteve exposta ao ar livre, onde há-de ter sido agredida quotidianamente pelos elementos e também pelo eventual vandalismo dos homens, desde os invasores, em contexto de guerra, aos agentes religiosos que nela vissem um resquício de paganismo, até aos simples moradores do sítio. Todos eles, em grau maior ou menor, mesmo que involuntariamente, a agrediram, a derrubaram, a pisaram e a degradaram, conscientes ou inconscientes do seu papel celebratório e do seu significado, enquanto estátua monumental, para os cidadãos romanos ou romanizados que financiaram a sua aquisição, o seu transporte e a sua implantação num sítio indeterminado do Mileu.

A estátua, ou melhor, o torso da mesma, foi enterrado pelos moradores no chão da capela do Mileu. Dado que no momento da sua descoberta, em 1954, foram também exumados os fragmentos de uma imagem em pedra de Ançã, de fins do século XV ou dos inícios do século XVI, do mártir S. Sebastião, podemos presumir que o enterramento da estátua pode ter ocorrido no mesmo momento em que se enterraram os restos da imagem do santo, também muito mutilada e portanto fora de uso e, como tal,

---

<sup>533</sup> Capela do Mileu, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* n.º 78, de Dezembro de 1954.



então substituída por uma nova imagem, doravante cultuada na capela e que parece ter chegado até nós. Este duplo enterramento pode ter ocorrido algures nos fins do século XVIII ou em momento indeterminado da primeira metade do século XIX pois, na comunidade local, no momento do seu achado de há muito se perdera a memória da imagem de S. Sebastião em pedra de Ançã, também de há muito enterrada.

Como atrás dissemos, ignoramos a funcionalidade, ou melhor, a invocação original da estátua. Assim, não sabemos se ela figurava um deus mais ou menos marcial ou o próprio Marte ou se, pelo contrário, representava um imperador ou um guerreiro mais ou menos heróico da tradição histórica romana, tão cheia da memória dos grandes generais do passado, que podiam ser objecto de celebrações votivas, literárias, monumentais e escultóricas. Dado o porte marcial da estátua, ela poderia representar, porém, um *imperador*, provavelmente celebrado pelas suas campanhas militares e pelas suas conquistas. Dada a datação da estátua (provavelmente do século II d.C.) e dada a circunstância de o Imperador Trajano ser originário das Espanhas, a estátua tem sido interpretada como uma representação monumental deste Imperador, natural de *Italica*, como a História nos ensina.

A estátua do Mileu apresenta semelhanças com uma outra, detectada na capital provincial, *Emerita Augusta*. Com efeito, uma estátua em tudo semelhante integrava a decoração da frente cénica – *Scena* – do Teatro Romano de Mérida [Fig.<sup>a</sup> 2]. Trata-se, nos dois casos, de estátuas da época de Trajano (Souza, 1990), representando muito provavelmente este imperador. Futuros achados, nomeadamente de epígrafes alusivas ao sítio, poderão um dia esclarecer a questão do enigmático “dedicatário” da estátua do Mileu, de que aparentemente apenas chegou até nós o respectivo torso. No entanto, deve dizer-se que a presença de retratos de Trajano na Lusitânia só poderá ser entendida enquanto propaganda deste imperador natural de *Itálica* e de que se conhecem actualmente dez retratos na Península Ibérica (Ojeda, 2010: 267). De entre estas esculturas, destaca-se o exemplar de *Epora* (Montoro, Córdova) pelas semelhanças com a estátua do Mileu, pois nos dois casos se trata de estátuas de carácter “militar”, relacionadas com a figuração e a celebração do *Optimus Princeps*<sup>534</sup>.

---

<sup>534</sup> Refira-se contudo, que para as duas estátuas encontradas em *Epora*, ambas de carácter militar, David Ojeda (2010: 275) também coloca algumas reservas relativamente à sua eventual representação de Trajano. Com efeito, a inexistência da cabeça – tal como no exemplar do Mileu – poderá ser objecto de reservas quanto à determinação da efectiva invocação destas estátuas, pois poderia tratar-se da representação de personagens desconhecidas, pois, como se sabe, as representações de militares armados, de pé e isolados, não são exclusivas das figurações escultóricas dos imperadores.

Independentemente das questões relativas à identificação da personagem representada na estátua do Mileu, ressalta a semelhança entre esta e as demais estátuas que integram o muito reduzido conjunto de exemplares conhecidos de estátuas de guerreiros couraçados na Península Ibérica, o que constituiu, sem sombra de dúvida, um elemento que demonstra – logo nos inícios do século II d.C. – a presença, na comunidade local, de segmentos sociais profundamente romanizados.

Tal como (apesar da hipótese de identificação acima referida) nada mais sabemos sobre a identidade da personagem representada, também nada sabemos da implantação original da estátua. Não sabemos se integrava o espólio de um templo local, exibida como objecto de culto ou como estátua votiva, ou guardada como troféu ou memorial de algum episódio cujo significado e alcance ignoramos. Dada, porém, a sua monumentalidade evidente, a estátua poderia estar colocada ao ar livre, apoiada num pódio mais ou menos elevado, localizada no meio de uma praça ou fórum ou então, muito mais provavelmente, colocada face a um corpo construído ou mesmo na fachada de um edifício mais ou menos monumental, como a estátua semelhante, que integrava (juntamente com outras estátuas igualmente monumentais), a decoração da *Scena* do Teatro Romano de Mérida, como vimos.

Um estudo aprofundado do dorso da estátua esclarecer-nos-á quanto ao nível do tratamento escultórico dessa parte da escultura. Com efeito, um tratamento dessa face posterior menos elaborado que o das suas partes frontal e lateral denunciaria que a estátua teria sido concebida para ser colocada face *a um muro*, no fundo de um espaço, aberto ou fechado, que seria integralmente dominado pela presença da estátua<sup>535</sup>.

---

<sup>535</sup> O historiador Heinz Kähler nota que o *Augusto de Primaporta*, dependente da tipologia do *Doríforo* de Policeto, como veremos, num aspecto muito importante contradizia ou superava a composição básica da famosa estátua grega, o que decorria nomeadamente da sua *implantação frontal e não central*, isto é, *no topo ou no extremo de um espaço livre* e não no meio de uma praça ou de um pátio:

“Cependant, contrairement au Doryphore, la statue impériale ne se tenait pas dans un espace libre, mais devant le mur de soutènement d’une autre terrasse, auquel elle était fixée par un crampon de fer. Devant elle s’étendait donc le vaste rectangle du terre-plain, avec ses deux côtés bordés de portiques, de même que le temple romain est précédé de la cour. Et pareillement au temple dont l’esplanade est la zone d’action, la statue impériale dominait l’espace qui lui était accordé; elle y intervenait avec le mouvement impérial de la main levée; par ce geste altier, elle soumettait chacun qui y pénétrait à la grave majesté de son visage. Il n’y a qu’à comparer la position des pieds des deux statues, celle du jeune Grec, porteur de lance, et celle de l’empereur romain, pour saisir leur attitude toute différente envers l’espace environnant”, Heinz Kähler, 1963: 26-29.

A estátua, exposta no Museu da Guarda desde 1953, como vimos<sup>536</sup>, é aí designada como “Torso de estátua couraçada”<sup>537</sup> e é datada da época de Trajano. O Museu disponibiliza, no seu sítio electrónico, a seguinte descrição da mesma:

“Torso de estátua que enverga uma couraça. Do ombro direito pende a correia de uma espada, ou gládio, cujo punho é ainda visível. O paludamentum é apertado por uma fibula. Na couraça vê-se, apenas, a representação de um dos vários centauros com que era decorada. Os pterígio conservam uma cabeça de lince visível na fila superior do lado direito”.

Como se vê, a estátua, de grande escala, pois o torso tem 1,25<sup>m</sup> de altura – o que corresponderia a uma altura total de cerca de 2,5<sup>m</sup> – representava uma figura armada, de armadura de aparato e manto a condizer. Como atrás vimos, a estátua está desprovida de cabeça, braços e pernas, de há muito perdidos. Como era prática na escultura romana, a cabeça era esculpida à parte e reintegrada posteriormente no torso a que ficaria a pertencer, adaptado para isso, pois este, no seu topo, continha um rosso onde encaixava o extremo do pescoço da cabeça, devidamente afeiçoado para isso. A cabeça, esculpida à medida e de acordo com as necessidades celebratórias do encomendante, poderia mesmo ser substituída, caso as intenções, as circunstâncias ou as conjunturas – políticas ou outras – mudassem. Esta capacidade de adaptar uma cabeça num corpo previamente esculpido denota uma capacidade verdadeiramente industrial de produção intensiva de estatuária, típica do modo de produção inerente à escultura romana. Este fenómeno permitiu a grande difusão e mesmo a popularidade da escultura monumental – nomeadamente da de pendor evocativo, laudatório ou retratístico – em todo o Mundo Romano e está identificado na Península e muito em particular em Mérida, onde se encontram paralelos para estátuas tão monumentais como a do Mileu, que chegaram até nós também desprovidas de cabeça e de braços.

---

<sup>536</sup> Nas informações relativas à estátua, disponibilizadas no sítio electrónico do *Museu da Guarda* consta a seguinte referência:

“Origem / Historial: A peça foi encontrada, enterrada a pouca profundidade quando se procedia à reconstrução do pavimento da Capela de Nossa Senhora do Mileu - Guarda, aquando das obras de reconstrução da mesma capela levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo sido de seguida transportada para o Museu Regional da Guarda. A data de entrada da peça no Museu foi considerada como anterior ao ano de 1969. Mas segundo o Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais n.º 78 de Dezembro de 1954 a mesma encontrava-se já, nessa data, no Museu Regional da Guarda. Reunião Ordinária da Câmara Municipal da Guarda de 15 de Dezembro de 1954: Autorizações de Pagamento: N.º. 2207 - de transporte de imagem da Póvoa do Mileu para o Museu Regional – 50\$00”.

<sup>537</sup> A estátua surge com as seguintes referências: “N.º de Inventário: 1091; Supercategoria: Arqueologia; Categoria: Escultura; Denominação: Torso de estátua couraçada; Autor: Desconhecido; Local de Execução: Área do Império Romano; Datação: II d.C. – Trajana; Matéria: Mármore; Dimensões (cm): altura: 1250; largura: 60; Incorporação: Outro – Encontrada sob o pavimento da Capela de Nossa Senhora do Mileu; Proveniência: Póvoa do Mileu. Encontrada sob o pavimento da Capela de Nossa Senhora do Mileu”.

Enfim, perdida a cabeça e desconhecidos os “destinatários” destas estátuas, cumpre referir que as estátuas monumentais de Mérida – nomeadamente as da frente cénica do Teatro Romano – estão muito mais bem conservadas que a do Mileu. Com efeito, as esculturas do Teatro de Mérida todas apresentam as pernas e aparentemente a base original. Pelo contrário, a estátua do Mileu apenas conserva um pequeno fragmento da perna direita, embora muito desgastado, abaixo do saio da armadura.

O elemento dominante do torso é a *couraça* que a figura enverga. Muito erodida e desgastada, a couraça, certamente semelhante às couraças de aparato de estátuas semelhantes, ostenta os elementos típicos deste equipamento. A couraça propriamente dita apresenta um típico recorte na sua secção inferior, formando um característico alinhamento côncavo-convexo-côncavo. Este recorte tem um desenho algo diferente do da couraça do guerreiro da frente cénica do teatro de Mérida (aparentemente mais moderno), no qual a secção central do topo inferior da couraça, quase semicircular, é enquadrada lateralmente por dois segmentos quase rectilíneos. Como se sabe, a face anterior das couraças romanas articulava-se, por peças suplementares móveis e por pequenas correias afiveladas, à face posterior das mesmas, de modo a cobrir e a envolver quase integralmente o tronco do portador. Como se sabe também, as couraças, em couro ou em metal, eram decoradas. No caso das couraças de metal, eram decoradas com figurações em relevo, simbólicas, mitológicas ou com motivos meramente decorativos. No caso da couraça da estátua da Guarda, a ficha disponibilizada pelo Museu refere que “Na couraça vê-se, apenas, a representação de um dos vários centauros com que era decorada”. Deve notar-se que a couraça de Mérida que temos vindo a referir ostenta dois centauros afrontados e dispostos simetricamente no lugar correspondente à parte superior do abdómen. Do mesmo modo, tudo indica que também a decoração da couraça do Mileu fosse disposta simetricamente.

A couraça sobrepunha-se a uma espécie de camisa ou saio interior, uma túnica curta cuja orla descia quase até ao cimo dos joelhos e de que se vislumbram vestígios na estátua do Mileu. Nesta vislumbram-se também, embora também muito desgastadas, as restantes componentes das couraças, apostas ou pendentes da sua parte inferior: as correias de cabedal que cobriam o saio e as “escamas” de recorte quase semi-circular, alinhadas horizontalmente entre si e sobrepostas em duas ordens. Estas “escamas” (designadas de “pterígijs” na ficha disponibilizada pelo Museu da Guarda) podiam ser também realizadas em cabedal ou em metal, podendo neste caso ser decoradas com motivos em relevo, como se vê na estátua de Mérida e como acontecia na estátua do

Mileu. Com efeito, na citada ficha do Museu da Guarda, consta explicitamente que “Os pterígios conservam uma cabeça de lince visível na fila superior do lado direito”.

À teoria dupla das “escamas” de protecção sucede-se a roda de correias que cingiam toda a anca do guerreiro e que, com o seu peso e a sua resistência, protegiam a parte inferior da túnica curta interior que integrava a parte inferior do equipamento militar. Dada a sua maleabilidade, o tratamento escultórico das correias que pendiam da parte inferior das couraças, permitia efeitos escultóricos quase virtuosísticos, devido ao movimento e até ao dinamismo que as correias agitadas e desalinhas podiam dar à estátua, em contraste com a relativa massividade da couraça, naturalmente mais pesada e estática. Estes efeitos estéticos notam-se na generalidade das estátuas de guerreiros e, mais uma vez, na estátua de Mérida que nos tem servido de ponto de comparação. Assim, o relevo muito projectado das correias da armadura da estátua do Mileu fez com que estas chegassem até nós particularmente desgastadas, o que inviabiliza a sua própria individualização e a sua contagem. No entanto, a sua realização há-de ter sido muito requintada, pois o escultor procurou efeitos de profundidade e de claro-escuro muito intensos, nomeadamente na zona correspondente à perna direita da estátua, onde o espaço entre as correias deixa entrever as pregas profundas do saio interior. Assim, apesar do desgaste, notam-se sinais evidentes do uso do *trépano*, que permitiu a produção de refegos e rasgos mais profundos na figuração dos espaços entre as pregas e as correias, visando uma maior expressividade e mesmo um maior dramatismo escultórico, conseguido com os efeitos muito intensos e contrastantes de claro-escuro. Com efeito, o uso do *trépano* suscitava zonas de sombra muito acentuada e vincada, bem perceptíveis nas correias e pregas pendentes da armadura, tanto no torso do Mileu como na estátua de Mérida que temos vindo a referir e que, repetimos, nos tem servido de ponto de comparação.

A procura de efeitos de grande requinte expressivo notam-se igualmente no tratamento da face anterior da couraça. Ora, apesar de muito desgastada, esta era poderosamente modelada. Tal como nos seus modelos mais canónicos, o escultor vincou a linha do peito e toda a complexa e subtil musculatura abdominal, polarizada em torno da figuração do umbigo, no respeito pelas melhores tradições na figuração canónica do corpo humano e na do corpo masculino em particular. Com efeito, apesar de a actual iluminação do Museu não valorizar a dimensão anatómica, patente e de algum modo reflectida na couraça, no seu desenho é notória a dimensão simultaneamente articulada e subtil no tratamento das anatomias.

A sutileza no tratamento da couraça está em consonância com a composição geral da estátua, apesar de ignorarmos tanto a disposição da cabeça, dos braços e das mãos (perdidas como na estátua semelhante de Mérida, de que também ignoramos a disposição original) como a disposição das pernas e dos pés da estátua. Com efeito, a figuração dos pés e das pernas da estátua são a chave para a interpretação global do magnífico torso do Mileu. Muito provavelmente estavam dispostos no típico *contraposto*<sup>538</sup> da estatuária clássica, consistente na disposição de uma perna à frente da outra, em posição de descanso – posição de que emerge o subtil movimento interno que anima todo o corpo escultórico. Assim, tal como em Mérida, o joelho direito disposto à frente do esquerdo, que certamente se assinalava na estátua do Mileu – o que é atestado pelo fragmento da perna direita que sobrevive, como vimos – tinha o *contraposto* de uma subtil torsão da anca no sentido oposto, a que se sucedia, em resposta, o *contraposto* de idêntica torsão do tronco no sentido oposto, de modo a fazer projectar o ombro direito para a frente. Este modelo compositivo rompia assim a frontalidade rigorosa da figuração humana e, em particular, da masculina, tão típica da escultura arcaica grega, localizada algures em torno do séc. VII a.C. e de que derivariam os tipos mais puros da escultura clássica do século V, que culminariam no modelo canónico do *Dorífero* de Policleto, de c. 440 a.C.

O *contraposto* visava romper a monotonia e a rigidez da composição escultórica. Assim, à torsão do tronco da estátua correspondiam certamente braços dispostos assimetricamente. O braço direito da estátua do Mileu podia estar erguido em posição de saudação ou na de sustentar ou segurar algo, uma lança, a haste de uma arma ou mesmo um qualquer elemento simbólico ou alegórico (coroa de louros, por exemplo). Dada a projecção do braço, ele foi, tal como a cabeça, esculpido à parte, independentemente do torso, visando a sua maior resistência aos perigos de fractura, nomeadamente na fase da produção e visando ao mesmo tempo uma maior comodidade em termos de transporte da mesma. O braço esquerdo, protegido pelos panejamentos do manto, era mais resistente. Além disso, a sua posição pode ter estado mais próxima do

---

<sup>538</sup> *Contraposto*, “Termo aplicado a poses em que uma parte de uma figura se torce em relação à outra parte. Foi aplicada durante o Renascimento a uma pose relaxada e assimétrica, característica de muitas esculturas gregas e romanas em que o peso do corpo é suportado por uma das pernas [...]” (Silva; Calado, 2005: 109).

Para *contraposto* ver ainda a seguinte definição: “Na pintura e na escultura é o posicionamento do corpo humano de modo que as várias partes resultam equilibradas: se a cabeça está virada numa direcção, a bacia está virada na oposta. O *contraposto* permite distribuir de forma harmoniosa as massas, dando a ideia de movimento sereno mas rico em tensão” (AA.VV., 2006: 108).

torso, o que pode ter permitido que fizesse corpo único e fundido com a estátua a que pertencia.

A configuração geral da estátua, representando um guerreiro numa posição entre o contemplativo, o heróico e o declamatório; o seu tamanho e a sua escala monumental, assim como o próprio material nobre – o mármore – em que foi esculpida, filiam o torso do Mileu numa das mais famosas tipologias da escultura romana, a do guerreiro ou do herói militar isolado e individualizado, armado e em posição erguida, de pé. Esta tipologia tem a sua origem ou, pelo menos, uma das concretizações mais puras e mais intensas, na estátua de Augusto conhecida como o *Augusto de Primaporta*, da vila e do sítio, nos arredores de Roma, onde foi encontrada em 1863<sup>539</sup>.

A famosa estátua do primeiro imperador, de mármore, datável de 14 d.C., e com a altura de 2,04<sup>m</sup>, “qui a sans doute été érigée sur une initiative de l’épouse d’Auguste ou peut-être même sur ordre du sénat, à l’emplacement où elle a été découverte en 1863”<sup>540</sup>, está integrada numa gloriosa genealogia que tem a sua origem nos *koroï* da escultura arcaica grega, e que tem no Doríforo a sua realização plástica mais cimeira, como vimos. Com efeito, o modelo do *Augusto de Primaporta* “emprunte son canon à un modèle grec de l’âge classique, le Doryphore de Polyclète d’Argos: créée vers 440 av. J.-C., cette figure était très populaire à Rome, ainsi que l’attestent de nombreuses copies”<sup>541</sup>. Ora, no âmbito da “romanização” intensiva de modelos estéticos e

---

<sup>539</sup> “C’est une oeuvre qui fut érigée, peu après la mort de l’empereur, sur une terrasse-jardin de la maison de campagne (la célèbre villa *ad gallinas*) que Livie, son épouse, possédait à Primaporta, à quelques milles de Rome” (Kähler, 1963: 26).

<sup>540</sup> Heinz Kähler, 1963: 29.

Sobre a estátua de *Augusto de Primaporta* (a vila de Lúvia, viúva de Augusto, onde foi erigida), a iconografia geral da estátua e a da sua couraça em particular, ver ainda Heinz Kähler, 1963: 64-67.

<sup>541</sup> Heinz Kähler, 1963: 26. Note-se, porém, que este autor assinala muito penetrantemente as grandes diferenças existentes entre estas duas realizações maiores da Escultura da Antiguidade:

“Déjà de la direction du pied droit, posé presque tout droit devant lui, et du pied gauche, ramené étroitement vers l’axe du corps mais appuyé assez loin en arrière, il devient apparent que le Doryphore chemine à grands pas tranquilles, tandis que l’empereur, avec son pas singulièrement raccourci et sa jambe fléchie déplacée assez loin, latéralement, par rapport à sa jambe d’appui, paraît plutôt immobile qu’en mouvement. L’impression de position d’arrêt est encore renforcée par le support flanquant le pied droit. Le modèle grec en était dépourvu, mais ici, sous la forme d’un dauphin chevauché par un petit Eros, il constitue un élément essentiel de la composition d’ensemble. Il rappelle que l’empereur appartient à une lignée se réclamant de la descendance de Vénus née de la mer.

Les grandes surfaces de la cuirasse musclée, le manteau militaire (le *paludamentum* de l’*imperator*) s’enroulant en travers du corps et du bras gauche, ainsi que le sceptre tenu en hauteur accentuent le déploiement d’une composition qui, dans son apparence statuaire, même si elle a été exécutée en ronde bosse et si elle ne figurait pas dans une niche, comme aujourd’hui au Musée du Vatican, comprend pour ainsi dire l’arrière-plan à partir duquel elle exerce son action sur l’espace s’étendant devant elle. Même les traces des pas révèlent que le Grec, ne puisant sa force qu’en lui-même, parcourt le monde avec une calme aisance, mesurant l’espace comme quelque chose qui l’environne sans jamais le

tipológicos gregos – isto é, na celebrada “transposition romaine d’une création grecque” de que fala o autor que vimos citando<sup>542</sup> – a estátua de *Augusto de Prima Porta* suscitará a produção de uma importante família da escultura romana, centrada na figuração do guerreiro ou do herói, armado, isolado e de pé. Enfim, o *Augusto de Prima Porta* integra-se plenamente no nobre e tão romano “género da estátua-retrato”, considerado como uma das grandes criações da escultura romana: “l’art romain aboutit à une authentique création dans le domaine de la statuaire, para exemple dans le genre de la statue-portrait”<sup>543</sup>.

O belíssimo torso da estátua mutilada do Mileu filia-se nesta gloriosa tradição política, cultural e estética e, apesar de perdida a respectiva cabeça, ela integra, de pleno direito, o “género da estátua-retrato” acabado de referir. A presença de uma estátua tão sofisticada, decorrente de um programa estético tão cosmopolita e ao mesmo tempo de um programa celebratório tão ostensivamente ideologizado e mesmo político tem, porém, um significado particular para nós. Com efeito, esta estátua denuncia a muito intensa Romanização senão da globalidade da região e de todos os seus habitantes, pelo menos a de um segmento muito importante dos moradores do sítio do Mileu – um segmento restrito mas intensamente romanizado que era até aqui desconhecido ou não era verdadeiramente reconhecido no Planalto Guarda Sabugal. De grande ou pequena expressão demográfica, este segmento merece ser conhecido melhor pois ele há-de ter deixado outros sinais da sua tão sofisticada cultura e da sua tão intensa Romanização.

---

lier, et dans lequel ce qui est situé derrière lui possède, en s’évanouissant, le même cacatère infini que ce qui s’ouvre devant lui. C’est au contraire avec sa prétension à la domination que le Romain fait face à ce qui s’étend devant lui, à ce qu’il transforme précisément de la sorte en espace fini, obligeant chacun qui y pénètre, par cette relation qu’il a établie à son profit avec la spacialité, à prendre position vis-à-vis de lui-même. L’espace qui précède cette statue lui ayant été attribué, quiconque y accède doit nécessairement se subordonner à elle. Conséquence grandiose de telles modifications, qui paraissent pourtant insignifiantes de prime abord, le modèle grec est devenu quelque chose d’absolument nouveau dans sa transposition romaine, une oeuvre qui, malgré l’adoption du canon hellénique, est typiquement romaine dans sa nature propre, et cela jusque’au détail des mesures et des proportions” (Kähler, 1963: 26-29).

<sup>542</sup> Heinz Kähler, 1963: 26.

<sup>543</sup> Heinz Kähler, 1963: 26.

Relativamente à tão discutida e mesmo à tradicionalmente contestada originalidade da Arte Romana, este autor reconhece explicitamente: “il deviendra manifeste qu’il peut réellement y avoir une véritable originalité romaine dans le domaine de la sculpture, aussi en présence d’un modèle grec, de même que personne ne constatera que l’Énéide de Virgile ne soit une grande oeuvre authentiquement romaine, malgré la circonstance que le poète se soit inspire de l’Odyssée d’Homère pour composer son épopée de l’illustre ancêtre des Romains” (Kähler, 1963: 29).



## 4.5 - AS DUAS FASES DE OCUPAÇÃO ROMANA DO MILEU

Ao longo de dez anos de escavações arqueológicas neste enigmático e complexo sítio arqueológico, talvez um dos mais enigmáticos da Beira Interior, foi possível recolher um elevado manancial informativo, quer em termos construtivos (como acabámos de ver ao longo deste capítulo), quer em termos materiais, permitindo a recolha de um dos mais diversificados conjuntos de materiais arqueológicos da região, elementos que iremos apresentar no capítulo seguinte.

De facto, uma das primeiras conclusões que poderemos desde já evidenciar prende-se com a existência de distintos conjuntos arquitectónicos, cuja cultura material nos permitem afirmar que seriam de períodos distintos, confirmando uma sequência ocupacional desde finais da primeira metade do século I d.C. até à Idade Média Plena, época de construção da Capela dedicada a Nossa Senhora do Mileu e a uma *albergaria*, que as fontes escritas medievais referem<sup>544</sup>.

Todavia, a análise dos testemunhos arquitectónicos e dos materiais arqueológicos permite-nos de momento assinalar hiatos históricos na ocupação do sítio, isto é, períodos para os quais não possuímos evidências ou testemunhos de ocupação, uma vez que – até ao momento – não foram identificados vestígios do longo período que medeia entre o Século V e a Alta Idade Média (Séculos IX/X).

Apresentam-se em seguida os diversos horizontes culturais que marcam a ocupação deste sítio arqueológico, fazendo uma ligação entre os edifícios escavados, a sequência estratigráfica e os materiais arqueológicos recolhidos. O estabelecimento da relação entre estes três elementos permitiu-nos definir *quatro horizontes culturais*: o *horizonte 1* diz respeito ao período do Alto-Império, o *horizonte 2* corresponde à ocupação do Baixo Império, enquanto os *horizontes 3 e 4* correspondem à Idade Média, o primeiro referente ao final da Alta Idade Média (Séculos XI/XII) e o segundo à Idade Média Plena (Séculos XIII/XIV).

### 4.5.1 - Horizonte 1

O primeiro momento construtivo das estruturas arqueológicas presentes no sítio da Póvoa do Mileu parece remontar a finais da primeira metade do Século I d.C. De

---

<sup>544</sup> Confirma-se Rita Costa Gomes, 1987.

facto, neste período foi construído um amplo complexo arquitectónico, marcando a monumentalidade de sítio. Ainda neste período terá sido dado início à construção do conjunto termal, do edifício do peristilo, do jardim e da colunata. Estes dados são aferidos por unidade seladas, detectadas durante a escavação arqueológica, que nos permitem relacionar a existência de materiais arqueológicos daquele que designámos como o grupo de *fabrico 1* da cerâmica comum, correspondente à cerâmica cinzenta polida de tradição indígena, cuja produção não ultrapassa os meados do Século I d.C., maioritariamente recolhidos em unidades estratigráficas assentes sobre o afloramento rochoso e que parecem ter sido depositadas intencionalmente como forma de nivelar o terreno. Tal foi possível confirmar, por exemplo, no *compartimento 6* do conjunto termal, a única unidade que consideramos *in situ* em toda a área intervencionada nos anos 50 do Século XX, onde na abertura da quadrícula E11 foi possível identificar estes materiais na [U.E.3]:

“Camada de terra, de coloração castanha escura, medianamente solta, com algumas pedras de pequena dimensão e materiais arqueológicos. Assenta no afloramento rochoso.”

Dados semelhantes poderão ser aduzidos pela escavação de unidades estratigráficas que preenchem as valas de fundação de diversas estruturas, entre as quais salientamos, por exemplo, a [U.E.26] da quadrícula N7, correspondente à colunata, descrita como:

“Camada de terra, de coloração castanha clara, dispersa por toda a quadrícula, medianamente solta, granulosa, heterogénea, envolvendo pedras de pequena dimensão. Coberta pelas [U.E. 24] e [U.E. 25], assenta sobre a [U.E. 27] e o afloramento rochoso. Esta unidade apresenta elevada quantidade de escória, bem como 1 fragmento de *terra sigillata* sudgálica *marmoreata*, 2 fragmentos de *terra sigillata* itálica, 2 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, 2 fragmentos de cerâmica cinzenta fina e escassa cerâmica comum, destacando-se ainda um peso em chumbo.”

De facto, a escavação arqueológica permitiu-nos a identificação de um elevado número de elementos relacionados com a construção do conjunto arquitectónico, sobretudo a presença de escória, indiciando o fabrico de materiais de construção em ferro, certamente utilizados na construção dos edifícios, como os pregos, também eles abundantes nesta unidade. Por outro lado, estes materiais encontram-se associados a

cerâmica fina, maioritariamente fragmentos de *terra sigillata*, verificando-se a presença de distintos fabricos, havendo um certo balanço entre as distintas produções, ou seja, corresponde a um período de declínio da produção itálica e sudgálica e ao período de início da afirmação da *terra sigillata* hispânica. Certamente os construtores e trabalhadores que estiveram envolvidos na construção deste complexo arquitectónico traziam na sua bagagem estas peças de cerâmica fina.

Do mesmo período cronológico teríamos a construção do edifício do peristilo, como nos foi possível confirmar pela escavação da quadrícula L9, na qual identificámos junto ao *muro 75*, o muro que delimita a nascente a caixa de escadas do edifício, a sua vala de fundação, preenchida por uma unidade de terra, envolvendo três pedras colocadas em cutelo, no meio das quais foi possível identificar escassos materiais arqueológicos, destacando-se os exemplares de cerâmica de paredes finas...

Já no interior do edifício, nomeadamente na área do *compartimento* que classificámos como 9, foi possível confirmar a existência de uma estratigrafia marcada pela existência de uma unidade assente no afloramento rochoso que evidencia elevada quantidade de pregos, certamente material de construção utilizado durante a fase de construção do edifício. É o caso da [U.E. 13]:

“Camada de terra, de coloração castanha clara, medianamente solta, com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão e argamassa de coloração branca. É coberta pelas [U.E. 5], [U.E. 6] e [U.E. 9], e assenta no afloramento rochoso. Localiza-se entre os *muros 38* e *71*. Apresenta fragmentos de *tegulae*, elevada quantidade de pregos e escória, cerâmica comum, destacando-se um fragmento de *dolium*.”

Esta mesma conclusão podemos extrair dos materiais recolhidos na vala de fundação de um dos silhares de apoio das colunas do pórtico, que assentariam em portentosos silhares, num total de oito até já postos a descoberto, alinhados entre si, formando dois alinhamentos paralelos, com quatro silhares de cada lado. A sua construção implicou a escavação do afloramento rochoso, apenas no seu entorno, fundação preenchida, por exemplo, pela [U.E 23] da quadrícula N7, definida como:

“Vala de fundação do silhar [U.E. 20], confinante com esta, coberta pela [U.E. 18] e assente no afloramento rochoso. Corresponde a uma unidade de terra de coloração castanha, semelhante à [U.E. 18], mas de composição mais fina e solta, envolvendo escassas pedras de pequena dimensão. Apresenta escassos materiais

arqueológicos, destacando-se três fragmentos de *terra sigillata* hispânica, um dos quais decorado.”

Este pórtico seria pavimentado com *lateres* de distintas dimensões, como os que foram detectados, por exemplo, na quadrícula N9, onde esta estrutura se encontra melhor preservada. De facto, sobre este pavimento detectámos unidades estratigráficas associadas ao nível de ocupação deste espaço, marcado pela presença significativa de materiais já da segunda metade do Século I d.C., de que é exemplo a [U.E.18] da quadrícula N7, descrita como:

“Camada de terra, de coloração castanha escura, granulosa, medianamente solta, apresentando pedras de pequena dimensão, mas em menor quantidade que a unidade descrita anteriormente, contendo ainda materiais de construção de período romano. Entre os materiais arqueológicos salientamos ainda o aparecimento de fragmentos de cerâmica comum, um fragmento de cossoiro, 17 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, 3 fragmentos de *terra sigillata* hispânica tardia, 10 pregos, 1 fragmento de escória, 8 fragmentos de bordo de cerâmica cinzenta fina alto-imperial, 2 vidros de coloração verde possivelmente do século III/IV d.C. e outros 4 de coloração azul esverdeado. Salientamos ainda, no final desta unidade, na transição para a [U.E. 22], sobre a qual assenta, elevada quantidade de escória e ferros, 5 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, 1 fragmento de *terra sigillata* itálica, 5 fragmentos de cerâmica comum com engobe de coloração branca, 2 fragmentos de lucerna e escassa cerâmica comum. Esta unidade confina com a [U.E. 20], é coberta pela [U.E. 6] e assenta sobre a [U.E. 21].”

A quadrícula M5 permite-nos uma visão distinta das mencionadas anteriormente, uma vez que apresenta unidades estratigráficas relacionadas com a fase de construção da *conduta* de drenagem de águas 4, atestado pela [U.E.29]:

“Camada de terra, de coloração castanha, granulosa, solta, coberta pela [U.E.28], contendo materiais de construção de período romano, misturados com alguns fragmentos cerâmicos, como *terra sigillata* (1 fragmento de *terra sigillata* sudgálica da forma *Drag. 36* com folhas de água à barbotina, 5 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, entre os quais 3 da forma *Drag. 27* e dois decorados), 5 fragmentos de lucerna, um fragmento de cerâmica cinzenta fina, e escassa pedra de pequena dimensão. Unidade confinada pelo afloramento rochoso.”

Todavia, esta unidade é sobreposta por uma outra que está relacionada com o início de utilização dessa conduta, que como vimos possivelmente é proveniente do complexo termal, onde a *terra sigillata* hispânica é maioritária ou exclusiva, nomeadamente a [U.E.28]:

“Camada de terra, de coloração castanha, medianamente solta, granulosa e homogénea, com alguns carvões, localizada sob a [U.E.22], na área Sudoeste da quadrícula. Apresenta material de cobertura de período romano, misturado com 43 fragmentos de cerâmica cinzenta fina, 22 fragmentos de *terra sigillata* (4 decorados), 4 fragmentos de cerâmica de paredes finas, 2 lucernas, 1 vidro e cerâmica comum; com algumas pedras de pequena dimensão. Localiza-se entre o afloramento rochoso, sobre o qual assenta, bem como na [U.E.29].”

Por outro lado, na mesma quadrícula detectámos unidades que se encontram relacionadas com o pleno funcionamento do conjunto termal, ou seja da transição do Século I d.C. para a centúria seguinte, como o atesta a seguinte análise estratigráfica:

[U.E.16]

Camada de terra de coloração castanha clara, heterogénea, localizada na área Oeste da quadrícula, sob a [U.E.12], granulosa, envolvendo pedras de pequena e média dimensão, materiais de construção e cerâmica, destacando-se elevada quantidade de *terra sigillata*, com 66 fragmentos (encontram-se representadas as formas *Drag. 15/17*, *Drag. 29* ou *30*, *Drag. 27*, *Drag. 37A*, *Drag. 36* com a característica folha de água à barbotina, 15 fragmentos decorados), um fragmento de ânfora (?), 5 fragmentos de lucerna, 2 vidros, 56 fragmentos de cerâmica cinzenta fina e cerâmica comum. Esta unidade assenta directamente no afloramento rochoso, e a [U.E. 19], parecendo corresponder a uma unidade de derrube, com pedras de média dimensão e material de cobertura, bem como um peso de tear associado a um cossoiro. Alguns fragmentos de *terra sigillata* parecem quebrados *in situ*.

[U.E.17]

Camada de terra, de coloração castanha escura, granulosa, medianamente compacta, localizada sob a [U.E.13] e [U.E.14] e [U.E.15], com pedras de pequena dimensão, materiais de construção romanos, escassos materiais arqueológicos, entre os quais *terra sigillata* (8 fragmentos, um dos quais exibindo decoração com círculos), um fragmento de cerâmica de paredes finas, 4 fragmento de cinzenta fina, cerâmica comum e um fragmento de estuque. Esta unidade confina a Oeste

com a [U.E.18], sobre a qual também assenta, bem como sobre [U.E. 23] e a [U.E. 25].

[U.E.18]

Camada de terra de coloração castanha, heterogénea, com manchas escuras. Medianamente compacta, localizada sob a [U.E.15] e a [U.E. 17], com pedras de pequena dimensão e alguns materiais de construção e cerâmica, entre a qual se destacam 95 fragmentos de *terra sigillata* hispânica (dos quais 7 decorados), 35 fragmentos de cerâmica cinzenta fina, 2 fragmentos de cerâmica de paredes finas, 7 fragmentos de lucernas, 4 vidros incolores, um fragmento de estuque e cerâmica comum. Confina a Este com a [U.E.17] e a Oeste com a [U.E.16], assente sobre a [U.E. 25], [U.E. 26] e [U.E. 27].

[U.E.19]

Camada de terra de coloração castanha, muito granulosa, com elevada quantidade de pedras de muito pequena dimensão. Coberta pela [U.E.16], assenta sobre o afloramento rochosos e a [U.E.21]. Entre os escassos materiais arqueológicos salienta-se 6 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, 9 de cerâmica cinzenta fina, um fragmento de vidraça (vidro) e dois fragmentos de lucerna.

[U.E.20]

Camada de terra, de coloração castanha, medianamente compacta, granulosa, heterogénea, com areia fina e manchas beiges correspondentes à desagregação de argamassas, com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão. Localizada sob a [U.E.18]. Apresenta *tegula* e elevada quantidade de materiais arqueológicos, de período romano, muito fragmentados, destacando-se 19 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, 21 fragmentos de cerâmica cinzenta fina, um fragmento de lucerna e cerâmica comum.

De facto, como já salientámos anteriormente, o facto de a conduta de drenagem de águas terminar nesta área levou a que neste local se depositassem distintas camadas de terra provenientes do seu interior, de distintos períodos, ao longo do tempo em que esta conduta e o próprio complexo termal esteve em funcionamento. A distinção desses períodos é visível no aumento progressivo de exemplares de *terra sigillata* que se depositaram, em maior número nas unidades superiores e inferior nas unidades mais abaixo.

O grande dinamismo económico do Mileu no período Alto Imperial é testemunhado também pelo elevado número de materiais arqueológicos recolhidos na quadrícula H11, onde detectámos uma conduta de drenagem de águas, associada ao conjunto termal e à área de pátio, onde também foi identificada uma conduta de drenagem de águas de um tanque. Assim, as unidades [U.E. 4] e [U.E. 5] correspondem já ao século II d.C., identificando-se elevada quantidade de materiais arqueológicos, testemunhos que evidenciam elevado número de chegada de *terra sigillata*. Salientamos que estas unidades correspondem a uma fase avançada de ocupação do sítio, sendo os materiais arqueológicos recolhidos na conduta de drenagem de águas 2, marcada pela acção de desactivação da conduta que vem de Norte serem mais antigos.

“[U.E. 118]

Coberto vegetal.

[U.E. 119]

Camada de terra castanha escura, medianamente solta, sem pedras e sem materiais arqueológicos.

[U.E. 120]

Camada de terra bege, compacta, com escassos materiais de construção e algumas pedras.

[U.E. 121]

Terra de coloração castanha escura, solta, com algumas pedras. Apresenta na parte superior *tegulae* e *imbrex*. Exibe uma grande quantidade de materiais arqueológicos, do qual se destaca um número considerável de fragmentos de *terra sigillata* hispânica, lucernas, cerâmica comum, pregos, vidros, uma agulha, um anzol, e uma moeda (em mau estado de conservação). O material surgiu essencialmente no canto Sudoeste da quadrícula. Apresenta ainda alguns fragmentos de argamassa. Na área Norte apresenta pouca expressividade e sem materiais arqueológicos.

[U.E. 122]

Na área Norte, entre o perfil e as pedras surgiu uma unidade muito compacta, identificada como *opus signinum*. Corresponde a uma mistura de cal, pedras de pequena dimensão, cerâmica picada de pequena dimensão. Apresenta ainda fragmentos de carvão. Surgiu a cerca de 0,64m, de profundidade, na camada

castanha escura. Surgiram ainda duas pedras de granito, com dimensões semelhantes ao bloco de *opus* e que correspondiam também à estrutura de cobertura de uma canalização, abaixo identificada.

[U.E. 123]

Muro pertencente a uma conduta de águas, correspondente ao lado Norte da mesma. É constituído, na parte inferior, por pedras de dimensão média/grandes, bem aparelhadas. A esta estrutura deveria pertencer uma pedra de grandes dimensões, aparelhada, que se encontra do lado Sul da estrutura mas que deve ter tombado.

[U.E. 124]

Muro da mesma estrutura, correspondente ao lado Sul, formado por pedras de pequena dimensão, tratando-se de uma estrutura mais débil que a anterior.

[U.E. 125]

Camada de terra castanha escura, quase negra, que se encontrava no interior da conduta, medianamente solta, com poucas pedras à mistura e de pequena dimensão. Exibe grande quantidade de materiais arqueológicos, possivelmente associados ao período de abandono desta estrutura.”

Já na *colunata*, a abertura da quadrícula M17 permitiu confirmar que a sua ocupação poderá ser remetida para a segunda metade do século I d.C., o que é atestado pelos materiais arqueológicos que surgiram na [U.E. 18a], assente sobre a [U.E. 21], correspondendo esta última ao nível de ocupação sobre o qual assentou o nível de derrube de materiais de cobertura caracterizado pela [U.E. 18].

“Camada de terra, de coloração castanha escura, granulosa, medianamente solta, apresentando pedras de pequena dimensão, assente sobre a [U.E. 21], apresentando elevada quantidade de escória e ferros, 5 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, 1 fragmento de *terra sigillata* itálica, 5 fragmentos de cerâmica comum com engobe de coloração branca, 2 fragmentos de lucerna e escassa cerâmica comum.”

Já o período de abandono dos edifícios do sítio do Mileu terá ocorrido na segunda metade do Século II d.C., nomeadamente com o abandono do conjunto termal,



o do edifício do peristilo, o da área ajardinada e o da colunata. De facto, um dos testemunhos desta evidência prende-se com a ausência de materiais arqueológicos posteriores a este período quer nas condutas de drenagem de águas, quer nas unidades seladas por unidades de derrube de cobertura. Deste período salientamos a [U.E. 11] da quadrícula I11, descrita como:

“Camada de terra de coloração castanha escura, solta, existente no interior da conduita de drenagem de águas. Apresenta algumas pedras de pequena dimensão. O material arqueológico corresponde ao período romano, destacando-se *terra sigillata*, vidro e cerâmica comum.”

Destacaremos ainda duas unidades detectadas na quadrícula L5, assentes sobre as lajes de cobertura da conduita de drenagem de águas, sendo que a primeira unidade corresponde ao derrube da cobertura, composta maioritariamente por *tegulae* e a segunda diz respeito ao final de ocupação deste sítio, período imediatamente anterior ao seu abandono, detectando-se entre os fragmentos cerâmicos um prato de *terra sigillata* hispânica, da forma *Drg. 15/17*, com um perfil evasado, testemunhando a ocupação deste espaço na 2.<sup>a</sup> metade do Século II d.C.

[U.E. 114]

Camada de terra castanha, medianamente solta, com pedras, de pequena dimensão e alguns materiais arqueológicos. Corresponde ao nível de derrube de *tegulae* e *imbrex*.

[U.E. 116]

Camada de terra castanha escura, muito solta. Assenta directamente sobre o pavimento, exibindo alguns materiais arqueológicos, todavia, em número reduzido.

No edifício do *peristilo* o número de materiais arqueológicos é muito reduzido, verificando-se por exemplo, que na abertura da quadrícula I9, no *compartimento 14* as *tegulae* que compunham o derrube de cobertura encontravam-se praticamente inteiras<sup>545</sup>, todavia assentaram directamente sobre uma unidade arqueologicamente estéril<sup>546</sup>, não tendo sido identificados vestígios arqueológicos.

---

<sup>545</sup> A [U.E. 9], camada de terra de coloração bege, com elevada quantidade de argamassa. Corresponde a uma camada de derrube de *tegulae*, onde foram encontrados diversos elementos quase inteiros. Uma delas apresenta uma marca de oficina. Sobre as *tegulae* identificaram-se algumas pedras de pequena dimensão.

<sup>546</sup> A [U.E. 10], camada de terra sob o derrube de cobertura, de coloração castanha clara, compacta, com elevada quantidade de pedras, de pequena e média dimensão. Não apresenta materiais arqueológicos.

Foi também a situação que identificámos na quadrícula J7, onde foi possível confirmar que a unidade corresponde ao derrube da cobertura, a [U.E. 9]<sup>547</sup> assentou directamente sobre o pavimento do compartimento, a [U.E. 10]<sup>548</sup>, o que poderá denotar que foi uma acção rápida, ou seja o edifício não esteve abandonado muito tempo até à ruína da cobertura.

#### 4.5.2 - Horizonte 2

Após o abandono do sítio romano do Mileu na segunda metade do Século II d.C. deixamos de possuir evidências de ocupação até meados do Século III, quando o local é novamente ocupado, embora apenas uma pequena área do mesmo tenha sido alvo de construção, na área Sudeste da zona por nós intervencionada. Trata-se da construção do *compartimento 19*, do qual, até ao momento foi recuperada a planta de apenas uma pequena área. Todavia, parece-nos à partida tratar-se de um pequeno espaço, implantado sobre a área da *colunata* do Alto Império.

Assim, do seu período de construção poderão advir os escassos exemplares de *terra sigillata* hispânica tardia. Este momento marca a construção do pavimento do compartimento, correspondente à [U.E.14]:

“Camada de terra de coloração bege, muito compacta, localizada na área Este da quadrícula. Parece corresponder ao nível de circulação do compartimento. Coberta pela [U.E.12], confina a Oeste com a [U.E.13] e a Norte com a [U.E.9]. Sobre esta unidade assentaram escassos elementos de cobertura, nomeadamente *tegula*.”

Sobre esta área de circulação foi identificada uma unidade que consideramos estar já relacionada com a ocupação do espaço, a [U.E.12]:

“Camada de terra de coloração bege/amarelado, heterogénea (com diferentes tonalidades), com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão e fragmentos de cerâmica de construção muito fragmentada. Medianamente compacta, com escassos materiais arqueológicos e escassa *tegula*, envolvendo pedras de média dimensão. Unidade coberta pela [U.E.8] e a [U.E. 10]. Entre os escassos materiais arqueológicos salienta-se *terra sigillata* hispânica tardia no início da camada.”

---

<sup>547</sup> Camada de terra, de coloração castanha clara, compacta, com elevada quantidade de *tegulae* e *imbrex*. Corresponde ao nível de derrube de cobertura deste compartimento.

<sup>548</sup> Pavimento do *compartimento 16*, composto por uma camada de argamassa e pedras de pequena dimensão.

Relacionado com esta ocupação encontrámos outros materiais arqueológicos, descontextualizados e dispersos pelo sítio arqueológico, como os fragmentos de *terra sigillata* norte-africana *Clara D* e os de cerâmica de cozinha africana.

Todavia, este compartimento foi profundamente destruído pelas ocupações da Idade Média, verificando-se a sua quase total destruição pela abertura de fundações do *muro 81*, assentando parcialmente sobre os muros do edifício do Baixo Império.

Sobre a *colunata* de período alto imperial foram construídas as estruturas alto-medievais, assentando as valas de fundação nas unidades de período romano, destacando-se as [U.E. 15], [U.E. 16] e [U.E. 17], onde foi possível recolher fragmentos cerâmicos de cozedura redutora, com características que numa primeira análise poderíamos remeter para este período histórico, nomeadamente um bordo com asa decorada com punções ou fragmentos de parede com aplicação de cordões plásticos, com cozedura redutora.

## 5. OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DO MILEU

A terceira linha de acção desta dissertação corresponde ao estudo dos materiais arqueológicos recolhidos durante das escavações arqueológicas no sítio romano da Póvoa do Mileu, com especial incidência nos considerados de mesa e de luxo, provenientes de longínquas proveniências e que nos permitem compreender questões como a circulação de bens no seio do Império Romano e, mais concretamente, na Península Ibérica, mas que simultaneamente poderão testemunhar o refinado gosto de pelo menos um segmento dos habitantes deste núcleo romano. Assim, propor-se-á em seguida a análise<sup>549</sup> da *terra sigillata*, das *ânforas*, das *lucernas*, mas também dos *vidros romanos* e da *cerâmica de paredes finas*, tendo como objectivo efectuar a sua descrição e o seu estudo, visando a identificação da sua origem e a compreensão do contexto histórico da sua utilização e a sua dispersão no território do Planalto.

Como sabemos, a comercialização das cerâmicas finas, de mesa, desenvolveu-se desde o século IV a.C. Dessa comercialização é testemunho a *cerâmica campaniense*, maioritariamente detectada em contextos arqueológicos das áreas litorais<sup>550</sup>, enquanto a comercialização da *terra sigillata* – num período mais recente (fim do Século I a.C.) – marca uma nova etapa durante a qual se desenvolveu um muito intenso processo de aculturação dos costumes e hábitos da população indígena da Península Ibérica. É então que estes exemplares de *terra sigillata* surgem noutros sítios arqueológicos e em número mais elevado, não só no litoral, mas em quase todo o território da Lusitânia.

Já anteriormente desenvolvemos um estudo em que incluímos uma análise sobre a *terra sigillata* do Mileu, de que resultaria a nossa dissertação de mestrado *Terra Sigillata em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu*, defendida nesta

---

<sup>549</sup> Para a organização do estudo do conjunto cerâmico do Mileu preparámos uma *ficha* com os elementos que considerámos mais relevantes, tendo por base critérios seleccionados como forma de darmos resposta às questões e às hipóteses previamente estabelecidas. Começámos pela referência ao *número de inventário*, seguido pela *referência estratigráfica*, nomeadamente a *quadricula* e a *unidade estratigráfica*. De seguida analisam-se os *factores tipológicos*, nomeadamente *tipo de fragmento* (*cerâmica importada* ou *comum*), *forma e descrição*, os *critérios “estruturais”/morfológicos* e os *critérios ideológicos* (a *decoração*). As fichas possuem ainda outros elementos de natureza informativa, como a *cronologia de produção* e *informações complementares*.

<sup>550</sup> Destacamos todavia o surgimento de alguns fragmentos de *Campaniense B* no Planalto Guarda-Sabugal, mais concretamente no povoado do Cabeço das Fráguas (Santos, Schatter, 2010: 104).

Universidade em 2006. Porém, nesse estudo incluíamos apenas os exemplares resultantes das escavações arqueológicas por nós desenvolvidas no Mileu entre 2000 e 2005, e visava sobretudo estabelecer uma análise comparativa entre *três* importantes centros de consumo de *terra sigillata* na Lusitânia. Com a presente dissertação, optámos por efectuar o estudo dos exemplares de *terra sigillata* recolhida apenas no sítio romano do Mileu, agora entre 2000 e 2008, analisados em conjunto com outros materiais importados, como as *lucernas*, os *vidros*, a *cerâmica de paredes finas* e as *ânforas*, de forma a tentarmos apreender o enquadramento deste núcleo urbano no seio das rotas de comércio que, na Antiguidade, cruzavam o território da Beira Interior. Optámos também pelo estudo da *cerâmica comum*, com uma análise dos seus aspectos morfológicos e tecnológicos, procurando apreender os distintos fabricos inerentes à produção da cerâmica do dia-a-dia, bem como a sua proveniência que – como veremos – nem sempre estaria na olaria mais próxima. Consideramos, com efeito, que o uso de todos estes materiais é um indicador do grau de aculturação da população que residia no Mileu. Mas o estudo deste tipo de cerâmica permite compreender também a circulação, o papel e o lugar destes materiais no seio das rotas terrestres que percorriam o Planalto Guarda-Sabugal.

Neste sentido, no presente capítulo sobre os materiais arqueológicos do sítio romano da Póvoa do Mileu, optámos pela abordagem de materiais de diferentes natureza e tipologias, a começar pela diferenciação entre a *cerâmica*, o *vidro* e os *materiais de adorno*. O subcapítulo da cerâmica foi por sua vez subdividido em *cerâmica de mesa*, *ânforas*, *lucernas* e *cerâmica comum*. No primeiro grupo enquadrámos a *terra sigillata* e a *cerâmica de paredes finas*; no seguinte as *ânforas* e as *lucernas*, diferenciados da cerâmica comum, pois o seu fabrico implicava um certo grau de especialização e, no caso das lucernas, um fabrico a molde; por fim, a *cerâmica comum*, onde incluímos distintos fabricos, como iremos ver.

Tentaremos compreender a proveniência dos materiais em análise, não só a da cerâmica importada, mas também a da cerâmica comum, distinguindo as produções locais ou regionais, bem como as de proveniência mais longínqua. Pretendemos, através da análise dos contextos em que surgem as cerâmicas, compreender o seu papel no seio deste sítio arqueológico e o seu significado cultural, no sentido de encontrarmos respostas para questões relacionadas com os hábitos alimentares e o grau de aculturação desta comunidade, uma vez que o nível construtivo e edificado, como acabámos de ver

no capítulo anterior, parece evidenciar um grau de aculturação relativamente desenvolvido<sup>551</sup>.

Numa análise desta natureza é fundamental a definição de uma metodologia de trabalho capaz de nos aproximar, da melhor forma possível, da realidade histórica vivida pelos povoadores do sítio em estudo. Assim, tendo em conta que a contagem de todos os fragmentos de cada subcategoria não seria o método mais adequado<sup>552</sup>, optámos, como em 2006, no âmbito da dissertação de Mestrado, pela metodologia inerente ao *Número Mínimo de Indivíduos* (NMI)<sup>553</sup>, na qual são *contabilizados apenas os fragmentos que permitem a identificação da forma*, dando seguimento à metodologia proposta por Arcelin e Tuffreau, na *Mesa Redonda de Mont Beuvray* (1998), onde foi definido o que ficaria conhecido como o *Protocole de Beuvray*. Assim, seguindo de perto os principais pressupostos desta metodologia identificámos a categoria formal não só através do *bordo*, sem dúvida um dos elementos que melhor caracterizam as formas, mas também pelos *fundos*, pela *decoreção* ou por um *elemento específico* (como o duplo círculo, no caso da forma *Drag. 27 da terra sigillata*). A análise de cada exemplar será efectuada por unidade estratigráfica e caso numa dessas unidades sejam identificados diversos fragmentos de parede ou de fundo (com atribuição de categoria formal), todos os fragmentos serão contabilizados como um único indivíduo. Optámos por efectuar uma alteração no modelo de metodologia enunciada, integrando nomeadamente a contagem dos fragmentos de bordo que não permitem a sua inserção numa categoria formal definida, mas que – uma vez que apresentam características formais distintas das dos outros bordos identificados – por si sós permitem a identificação de indivíduos independentes, identificando-se nestes casos como indeterminados.

De forma a que nos fosse possível efectuar a análise dos conjuntos cerâmicos e para que diferenciássemos os distintos fabricos, quer da cerâmica de luxo, quer da cerâmica comum, efectuámos a análise dos conjuntos cerâmicos recorrendo a uma lupa com aumento de 30%<sup>554</sup>, o que nos permitiu definir distintos fabricos, compreender

---

<sup>551</sup> Facto também confirmado noutras capitais de *ciuitates* da região Norte da Lusitânia.

<sup>552</sup> O conjunto de materiais do Mileu encontrava-se muito fragmentado e este procedimento poderia levar ao aumento do número real de indivíduos existentes, com o consequente aumento de categorias e formas, e numa última análise, à distorção dos dados relativos aos índices de importação.

<sup>553</sup> Não obstante, temos a noção de que qualquer que seja a metodologia aplicada, “[...] aucune d’entre elles ne permet une visualisation exacte de la réalité ‘historique’ [...]” (Raux, 1998: 12).

<sup>554</sup> Seria desejável a realização de análises petrográficas – que poderiam trazer outras informações relevantes, desde logo comparações com os barreiros locais e identificar quais os que estariam na origem da argila com a qual estas peças foram fabricadas. Todavia, não tendo sido possível a sua realização,

quais os que seriam de produção local ou regional, quais as categorias formais mais representativas em cada fabrico, entre outras características. Temos noção de que a utilização de uma lupa manual poderá acarretar alguns problemas de análise e de individualização de fabricos, em parte devido à proliferação de distintos fabricos, o que dificulta a sua inserção num determinado grupo petrográfico, sobretudo no estudo da cerâmica comum. Ficando a advertência desta limitação, sobretudo no estudo da cerâmica comum do Mileu, tentámos, porém, reduzir as margens de erro, efectuando uma análise dos elementos constituintes de cada fragmento.

## 5.1 A CERÂMICA

### 5.1.1 AS CERÂMICAS FINAS

#### 5.1.1.1 *TERRA SIGILLATA*

A *terra sigillata* constitui, sem dúvida, o elemento de cerâmica de mesa importada mais comum na maioria dos sítios arqueológicos da Lusitânia. Geralmente encontra-se bem representada no conjunto de materiais arqueológicos recolhidos em prospecção ou escavação arqueológica, o que justifica que iniciemos esta análise do conjunto de materiais arqueológicos do Mileu com os exemplares de *terra sigillata*. Trata-se de um produto de distintas proveniências, o que é evidenciado pelas diferenças entre fabricos. Assim, tendo a investigação definido de há muito como grandes grupos tipológicos de *terra sigillata* as produções *itálica*, *sudgálica*, *hispânica* e *norte-africana*, poderemos afirmar desde já que pelos resultados da análise dos exemplares detectados na Póvoa do Mileu, verificámos – como seria de esperar – um predomínio esmagador da produção da Península Ibérica. Com efeito 96,4%, dos achados cabem à produção *hispânica* e, destes, 92,2% são provenientes dos ateliers de *Tritium Magallum*, localizados nas margens do Rio Ebro<sup>555</sup>.

---

optámos pela descrição pormenorizada das diferentes componentes das pastas, definindo distintos fabricos.

555 Na área de influência de *Tritium Magallum*, ao longo das margens do Rio Ebro e seus afluentes, foram já detectados diversos ateliers. De facto, toda esta área apresenta óptimas condições para assentamento de centros de produção oleira: água, argila, combustíveis e vias de comunicação. Actualmente, são conhecidos cerca de cem oleiros (Sáenz Preciado, 1998: 135). Nas suas proximidades existiam outros centros produtores, de menores dimensões, como Arenzana de Arriba, Arenzana de Abajo, Bezares, Baños de Rio Tobía, Camprovín e Manjarrés (Sáenz Preciado, 1998: 137).

Apesar de a área intervencionada no Mileu, até este momento, ser ainda de reduzidas dimensões, ressalta desde já um número muito elevado de achados de fragmentos de *sigillata*, rivalizando este sítio, neste domínio, com capitais de *ciuitates*, como Idanha-a-Velha<sup>556</sup>. Assim, num total de 2512 fragmentos encontrados no Mileu foram contabilizados 1000 indivíduos (NMI), de acordo com a metodologia que acima descrevemos, tendo sido identificadas cinco formas lisas na *produção itálica*, duas na *sudgálica*, dezasseis formas lisas e três decoradas<sup>557</sup> na *produção hispânica*, bem como três lisas e uma decorada na *hispânica tardia*, e duas formas lisas na produção *norte-africana Clara D*.

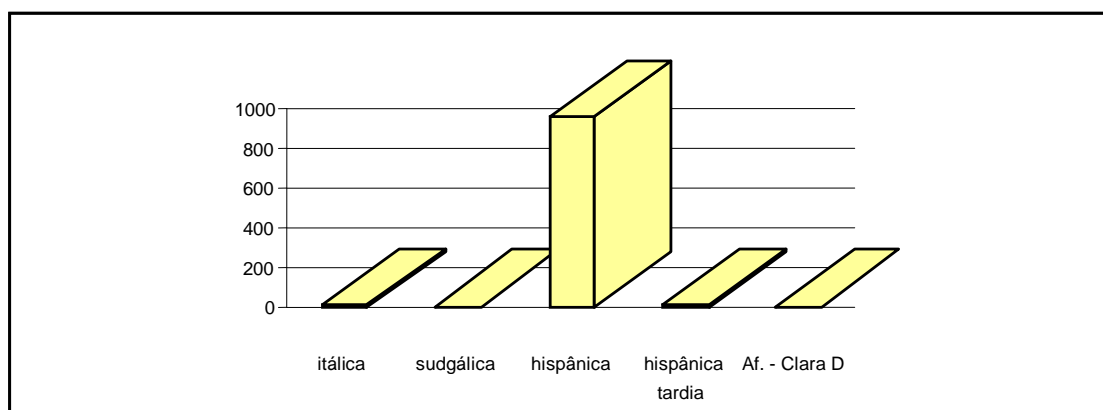


Gráfico n.º 1 – Distribuição dos exemplares (nmi) de *terra sigillata* da Póvoa do Mileu pelas distintas produções.

#### 5.1.1.1.1 *Terra Sigillata* itálica

Como já tivemos oportunidade de referir, tendo em conta o repertório formal e as características produtivas dos exemplares itálicos encontrados no Mileu, estes pertencem a uma fase produtiva relativamente tardia, com materiais já Era Cristã. De facto, entre os escassos exemplares recolhidos foi-nos possível a individualização de dois fabricos distintos: um deles com verniz castanho claro (Munsell, 2,5YR4/8), brilhante e de boa qualidade, produzido desde 10/15 d.C. até ao período de Tibério; e um segundo fabrico, classificado como tardo-itálico, correspondente a uma produção

<sup>556</sup> No âmbito do estudo que realizámos em 2006, em Idanha-a-Velha, identificámos um total de 359 fragmentos de *terra sigillata*, 77,8% correspondentes a *terra sigillata* hispânica. Teremos todavia de efectuar uma ressalva, pois no caso de Idanha efectuámos a análise de materiais arqueológicos de apenas dois espaços desta pequena cidade romana, o primeiro no sítio do Posto de Turismo e o segundo numa habitação romana no exterior do perímetro amuralhado construído no Baixo Império (Pereira, 2006).

<sup>557</sup> Contabilizámos ainda 163 fragmentos decorados para os quais, devido ao seu estado de conservação, não foi possível confirmar a que categoria formal pertenceriam.



que medeia entre o terceiro quartel do século I d.C. e inícios do século II, exibindo pasta alaranjada, com areias e verniz brilhante de boa qualidade, detectando-se seis exemplares no Mileu, de que é exemplo o número 06.17003 da forma *Consp. 21*<sup>558</sup>.

#### 5.1.1.1.1.1 *CONSP. 20*

Pela análise do repertório do Mileu confirmámos que a forma *Consp. 20*<sup>559</sup> é a que apresenta um maior número de exemplares, com três indivíduos (nmi), todos eles inseridos na variante 20.3, caracterizada pela parede exterior com molduras (no topo e no fundo) e lábio destacado, tanto na parede exterior, como na interior. Podemos ainda inserir os números 06.17787 e 06.4164 na variante 20.3.2, semelhantes a um outro proveniente de Conímbriga, o n.º187 (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 18), embora no primeiro não seja visível qualquer elemento decorativo. Esta variante surge a partir do ano 10 d.C. e é substituída pela variante 20.4 por volta do ano 30 d.C. (Ettlinger *et al.*, 1990: 86). Trata-se de um prato de parede vertical, moldurado, representando a evolução da *forma 18*, sendo a distinção baseada no desaparecimento das molduras na parede interna.

#### 5.1.1.1.1.2 *CONSP. 21*

No Mileu também identificámos exemplares de um prato, classificado como *Consp. 21*<sup>560</sup>, de bordo vertical, com fina moldura e meia-cana entre o bordo e o fundo da peça. Tem uma evolução formal muito semelhante à forma *Consp. 20*, com uma produção desde 10 a.C. a 41 d.C., ou seja, desde Augusto a Tibério/Cláudio. Dos dois exemplares do Mileu inseridos nesta forma, um deles classificámo-lo na variante 21.3 (o número 06.17003), a mais comum no Mediterrâneo (e consequentemente na Península), destacando-se, por exemplo, quatro exemplares em Monte Mozinho (Carvalho, 1998: 25), sete em Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 16) e um exemplar em *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 346).

---

<sup>558</sup> No conjunto do Mileu destacam-se ainda três peças às quais não foi possível atribuir uma categoria formal. Foram, porém, contabilizadas, de acordo com a metodologia de trabalho acima enunciada.

<sup>559</sup> Com uma produção de 10 a.C. a 50 d.C., o período de maior comercialização da forma *Consp. 20* ocorreu a partir do reinado de Tibério, considerando-se o prato mais comum da produção itálica no Mediterrâneo, muito bem representado em sítios como Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 18), Monte Mozinho (Carvalho, 1998: 26), entre outros, sobretudo na sua *variante 20.4*.

<sup>560</sup> Sucedânea da *forma 19*, apresenta elevada semelhança com a forma *Consp. 20*, sendo a distinção efectuada a partir da meia-cana.

#### 5.1.1.1.1.3 CONSP. 22

A forma *Consp. 22* encontra-se representada pelo exemplar número 06.416, na sua variante 22.6. Corresponde a uma *tijela* de forma tronco-cónica, de rebordo vertical, finamente moldurada, produzida entre a segunda década do século I a.C. e o fim do reinado de Tibério (Ettlinger *et al.*, 1990: 90).

#### 5.1.1.1.1.4 CONSP. 32

Na forma *Consp. 32*, com uma produção desde finais do reinado de Augusto até Tibério ou posterior (Ettlinger *et al.*, 1990: 108), inserimos o número 06.3635, mais concretamente na variante *Consp. 32.5*: uma taça com bordo virado para o exterior (por vezes aplanado, em alguns exemplares), com 124mm de diâmetro de bordo.

#### 5.1.1.1.1.5 CONSP. 33

Identificámos ainda um exemplar – o número 06.2024 – classificado na forma *Consp. 33*, produzida entre a primeira década do século I d.C. até ao ano 37, na Etrúria e na Campânia (Ettlinger *et al.*, 1990: 110). Com 58mm de diâmetro de bordo, corresponde a uma taça hemisférica, com uma pequena moldura na parede exterior.

#### 5.1.1.1.2 Terra Sigillata sudgálica

Como já havíamos mostrado em estudos anteriores (Pereira, 2006), o número de exemplares encontrados no Mileu e enquadrados nas produções sudgálicas é simplesmente residual<sup>561</sup>. De facto, dos onze fragmentos detectados, apenas nos foi possível recuperar e enquadrar um exemplar nesta produção, neste caso, classificado como pertencente à forma *Herm. 18*, mais conhecido como tinteiro ou *atramentaria*. Trata-se de uma peça extremamente rara nos diversos contextos arqueológicos peninsulares, tendo-se apenas identificado até agora um único exemplar em *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 197).

---

<sup>561</sup> Na classificação das peças desta produção utilizámos a *tipologia de Dragendorff*, apoiando-nos na obra de sistematização deste fabrico, dirigida por Bémont e Jacob, *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantation, produits, relations*.

Na análise das pastas verificámos a existência de dois fabricos distintos: o primeiro possivelmente do *atelier* de La Graufesenque<sup>562</sup>, com produção, muito uniforme, desde o ano 10 d.C. até 250 (Beltrán Lloris, 1990: 89), com pasta de coloração rosa vivo (10R5/8) e verniz de cor vermelho muito vivo (10R5/8), aderente e muito brilhante. O segundo fabrico é classificado como *sigillata marmorata*<sup>563</sup>, e dele fazem parte dois fragmentos de fundos, que não nos permitem a respectiva classificação morfológica, embora pensemos que pertencessem a taças. Esta última produção é caracterizada pela pasta semelhante às outras produções de La Graufesenque, embora com verniz de cor amarela com manchas vermelhas, aplicado a pincel, tentando imitar as peças de mármore. Este último fabrico, produzido apenas nos ateliers de La Graufesenque, a partir de 14 d.C. (Pérez Maestro, 2004: 362), teve o seu máximo esplendor produtivo e de comercialização entre o período de Tibério e de Cláudio-Nero (37 a 68 d.C.). A produção limitada temporalmente e o reduzido poder aquisitivo das populações da Península Ibérica nessa época e o seu afastamento das grandes rotas que integravam a sua distribuição podem ser algumas das justificações para que se encontre escassamente representada na maioria dos sítios, geralmente com exemplares do seu período de esplendor, como *Ossonoba* (Faro) com 10 nmi (Viegas, 2009: 159), cinco peças em Conimbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975) ou Santarém com apenas dois *nmi* num total de 803 peças analisadas (Viegas, 2003: 102). Em conjuntos cerâmicos de outros locais, sobretudo em localidades costeiras, surge em maior número, como em Cartago Nova ou *Baelo*, destacando-se – no interior da Península Ibérica – Mérida como o local onde estas peças estão mais bem representadas<sup>564</sup> (Pérez Maestro, 2004: 362).

---

<sup>562</sup> O Grupo de La Graufesenque é composto por diversos centros: Graufesenque, Banassac, Le Rozier, Aspiran, Jonquières e Saint-Saturnin. Todavia, são conhecidos outros grupos de *ateliers* de produção da Gália, como o Grupo Oeste, composto por quatro centros oleiros: Montans, Crambade, Valéry e Saint-Saveur. O de Montans, por exemplo, é caracterizado por pasta clara *beige* rosada ou branca, e verniz laranja escuro ou quase castanho. A produção recua ao ano 10 d.C. e prolonga-se até 260.

<sup>563</sup> A *sigillata* marmoreada foi produzida entre 14 e 80 d.C. nos ateliers de La Graufesenque (Pérez Maestro, 2004: 362), o que levou a uma escassa representação na maioria dos sítios onde foi identificada.

<sup>564</sup> Veja-se o caso dos materiais encontrados em contexto selado numa lixeira de Mérida da Época Clássica durante as escavações no Quartel/Bairro Hernán Cortés, na área Nordeste da cidade, nas proximidades de grandes edifícios públicos romanos (teatro, anfiteatro e circo), onde foram detectados 81 exemplares, com cronologias entre Tibério e Vespasiano, adquiridas por uma população de maior poder aquisitivo e aí chegadas através da Via da Prata (Pérez Maestro, 2004).

### 5.1.1.1.3 *Terra Sigillata hispânica*

Em qualquer sítio arqueológico romano escavado na Península Ibérica com uma datação que remonte à segunda metade do século I e II d.C., a *terra sigillata* hispânica constitui, em termos quantitativos, uma das categoriais cerâmicas mais presentes, em parte devido à própria localização de centros produtores na Península. Todavia, e apesar de existirem diversas formas e de existir um longo período de fabrico (desde a segunda metade do século I d.C. até ao século V), verificou-se um certo conservantismo nas formas, em oposição a outras produções, como a *terra sigillata* itálica. De facto, verifica-se a conservação das mesmas formas cerâmicas durante o longo período de produção hispânica. Foram estas formas, indefinidamente reproduzidas durante séculos, uma das produções que mantiveram vivas as redes do comércio na Antiguidade, pois parece terem possuído maior aceitação nos centros de consumo, de que são exemplo as tão populares formas lisas *Drag. 15/17*, *Drag. 27* ou a decorada *Drag. 37*. Outras formas, apesar de terem sido produzidas durante o Alto-Império e se encontrarem presentes em alguns sítios, geralmente encontram-se escassamente representadas no repertório da maioria dos assentamentos, deixando mesmo de ser produzidas no Baixo Império.

No caso da *sigillata* hispânica do Mileu, como iremos ver, os dados obtidos para o período alto-imperial não são muito distintos dos outros casos sobjamente conhecidos e publicados, como será o de Conimbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975), *Petavonium* e tantos outros, onde – por entre as centenas de fragmentos cerâmicos – se confirma o peso quantitativo da *sigillata* hispânica, embora com maior incidência em determinadas formas.

A investigação arqueológica, aliada a outras técnicas, como as análises físico-químicas das pastas, nomeadamente por centros produtores, visando definir características de fabricos e rotas de distribuição, permitem obter resultados mais fidedignos. Todavia, face à dificuldade no acesso à realização destas análises, resta-nos a observação à lupa, o que permite distinguir distintos fabricos, com base nas diferenças de pastas e nas características dos vernizes.

Como já foi referido, na produção hispânica registada no Mileu, detectámos distintos fabricos cuja descrição nos poderia dar pistas sobre as suas proveniências (centros produtores). Assim, uma observação mais atenta permitiu-nos confirmar que as pastas da produção hispânica demonstravam algumas diferenças significativas entre si,

sendo possível detectar *seis fabricos distintos*. Os três primeiros correspondem a fabricos que atribuímos às oficinas de *Tritium Magallum*, tendo em conta as características da pasta e do verniz. Apesar de não ser comum a divisão desta produção por diferentes fabricos, considerámos relevante fazê-lo, uma vez que poderia fornecer algumas indicações sobre os *ateliers* produtores, pois embora se conheçam relativamente bem os de *Tritium Magallum*, todos os outros são insuficientemente conhecidos.

Assim, no *fabrico 1* inserimos as peças que apresentam uma pasta muito depurada, de boa qualidade, compacta, de coloração vermelha (2,5YR5/6), com verniz de boa qualidade, de tonalidade laranja avermelhado (2,5YR4/6), brilhante, espesso, aderente e homogéneo. O *fabrico 2* é muito semelhante ao anterior, embora com características de pasta de qualidade média, rosada (2,5YR6/6), com mais nódulos amarelos que o anterior, de textura mediana e compacta, com verniz de coloração avermelhada ou laranja escuro (2,5YR4/8), sendo na maioria dos exemplares brilhante, aderente, espesso e homogéneo<sup>565</sup>. As peças que classificámos como pertencentes ao *fabrico 3* apresentam uma pasta com textura grosseira, com partículas argilo-calcárias de coloração amarela, em elevada quantidade e dimensão, sendo possível observá-las a olho nu. A pasta é geralmente de coloração rosa-claro (2,5YR6/6), medianamente compacta e com um verniz fino, brilhante e aderente, de coloração vermelha ou alaranjada (2,5YR4/6).

Para além destes fabricos detectámos ainda outros dois, cuja origem é desconhecida. Teresa Carvalho (1998: 67) refere-se a materiais com características técnicas semelhantes às do Mileu, provenientes das escavações de Monte Mozinho, colocando a hipótese de uma proveniência das oficinas de Clunia ou Tiermes. Ambos os fabricos apresentam como característica uma pasta esbranquiçada, branda, com um verniz acastanhado. Assim, o *fabrico 4* detectado no Mileu é caracterizado por uma pasta de coloração branca rosada (2.5YR8/4), porosa, com inclusões visíveis a olho nu, um verniz castanho (2.5YR4/6), pouco homogéneo, mate e fino. Neste fabrico detectámos exemplares da forma *Drag. 27* (representada por exemplo pelos números 02.2145, 02.1410, 05.4778 e 02.2018), mas também das formas *Drag. 15/17* (números 06.9998 ou 06.14529), *Drag. 24/25* (números 06.13319, 08.591), *Drag. 33* (número 06.16990), *Drag. 35* (números 05.4061, 05.2862, 06.852, entre outros), *Drag. 36*

---

<sup>565</sup> Apesar de alguns exemplares apresentarem um verniz mais fino e pouco aderente, optámos por integrá-los neste grupo, tendo em conta as semelhanças de fabrico, sobretudo da pasta.

(números 06.3293, 07.4207 ou 07.3885) ou *Drag. 35/36* (números 05.3517, 06.9039, 06.14657), *Hisp. 4* (número 06.5027) e, nas formas decoradas, a *Drag. 29* (números 06.3425, 06.17044, entre outros).

Os exemplares que inserimos no *fabrico 5* ostentam uma pasta ainda mais esbranquiçada (10YR8/3) que a anterior, porosa, com inclusões distintamente visíveis, verniz de coloração vinhosa (entre o 10R3/6 e o 10R3/4), mate, pouco homogéneo e fino, com manchas escuras. Neste fabrico detectámos as formas *Drag. 15/17* (número 02.1833 ou 05.2227), *Drag. 27* (números 02.1865, 02.1864 e 02.2150) e um fragmento decorado (número 06.13292). Inserimos também dois fragmentos com um verniz apresentando as mesmas características, embora de pasta cinzenta (10YR7/2), talvez resultante de um processo pós-deposicional ou, mais provavelmente, de defeito de fabrico.

Detectámos ainda um exemplar, o número 02.2239, que inserimos num novo grupo, o *fabrico 6*, com origem em Trício. É semelhante ao *grupo D* de Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 155), sendo a distinção proposta baseada sobretudo na coloração do verniz, mais alaranjado e claro neste fabrico, em comparação com os demais.

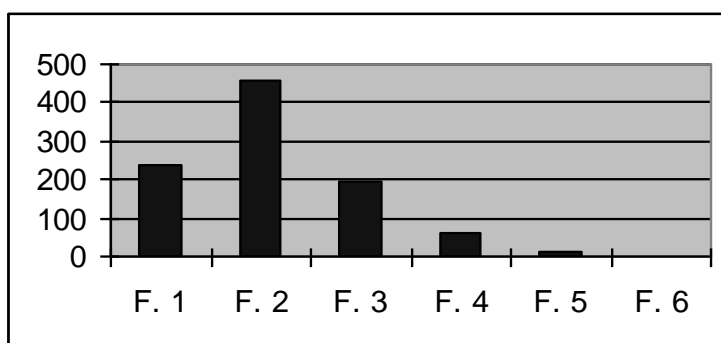


Gráfico n.º 2 – Distribuição dos exemplares de *terra sigillata* hispânica do Mileu pelos distintos fabricos

Como já tivemos oportunidade de referir, confirmámos que a produção dominante é originária das oficinas de *Tritium Magallum* (Vale do Ebro; *fabricos 1, 2 e 3*). Com efeito, daqui provêm 92,2% de todos os exemplares da *terra sigillata* detectada no Mileu. Encontram-se também alguns exemplares das olarias do Douro (*fabrico 4 e 5*) – cujo centro produtor continuamos a desconhecer – aqui representadas por apenas 7,7% dos achados. Como seria de esperar, não detectámos fabricos do centro produtor de Andújar.

Confirmámos ainda que a comercialização da produção das oficinas do Douro foi contemporânea da dos centros produtores de *Tritium Magallum*, encontrando-se atestada no Mileu logo na segunda metade do século I d.C., como o poderão testemunhar os números 06.3425, 06.279 ou 06.3446, da forma decorada *Drag. 29*, produzida desde o ano 55/60 d.C. até aos flávios (Mayet, 1984: 82).

Relativamente aos dados da *sigillata* hispânica presente do Mileu foi possível comprovar dois aspectos. Primeiro o número elevado de exemplares da forma *Drag. 27* - aqui correspondente a 21% das formas hispânicas detectadas, um valor superior ao registado noutras estações arqueológicas para a mesma forma. Valor também elevado apresenta o *serviço flaviano*, com destaque para as taças *Drag. 35*, aqui representadas por 12,4%. De facto, parece evidente que nas categorias formais preferidas pela população do Mileu parece haver uma clara preferência para as taças, situação também detectada por Pedro Carvalho (1998: 217) em *Aeminium*. Relativamente às formas decoradas, verificámos – como seria de esperar – que surgem em número inferior às lisas, com apenas 24,9% dos exemplares, embora esta elevada quantidade se deva sobretudo ao número considerável de fragmentos, os quais não foi possível integrar numa categoria formal, mas nos quais identificámos os mais variados elementos decorativos.

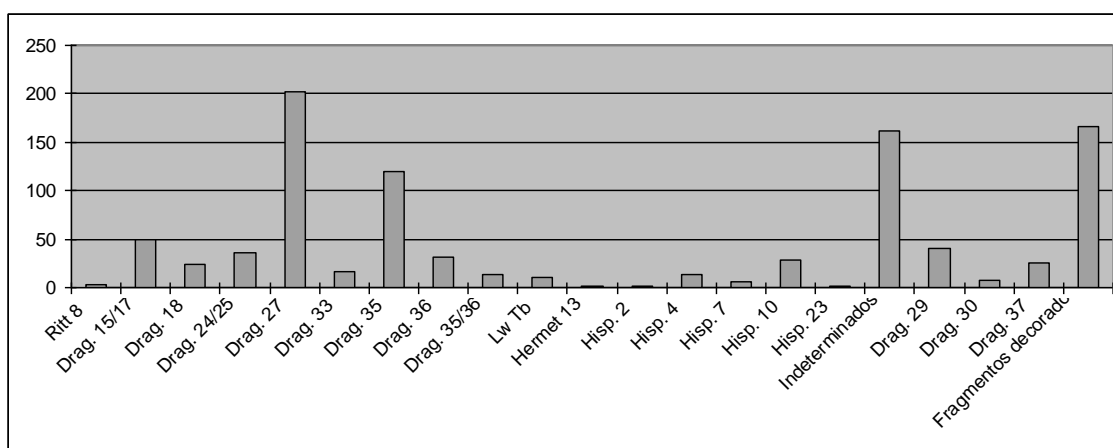


Gráfico n.º 3 – Distribuição dos exemplares recolhidos no Mileu por categoria.

#### 5.1.1.1.3.1 Formas lisas

As formas lisas encontram-se bem representadas no Mileu, com 724 indivíduos (nmi), distribuídos tipologicamente por entre dezanove formas, geralmente taças, embora se encontrem também representados pratos, bem como as formas mais raras na

maioria dos sítios arqueológicos da Lusitânia, como a *Hisp. 2* ou a, ainda mais rara, *Hermet 13*, ambas representadas por escassos exemplares.

#### 5.1.1.1.3.1.1. Ritt 8

Entre o conjunto do Mileu foi possível identificar seis exemplares muito provavelmente inseridos na forma *Ritt. 8*, apesar das reservas relativamente a algumas peças, devido à reduzida dimensão dos fragmentos. Com uma elevada dispersão pela Península Ibérica, esta forma corresponde a uma taça hemisférica, de bordo liso e parede curva, com influência da produção sudgálica. Com uma produção desde o Alto Império até ao Baixo Império<sup>566</sup>, exibindo diferentes variantes, a característica mais comum dos exemplares mais antigos – que remontam à primeira metade do século I d.C. – é o bordo perpendicular ou virado para o interior (Mezquíriz, 1961: 53). Por outro lado, também verificámos – como já havia sido referido por outros autores no estudo das colecções de outros centros arqueológicos – que se trata de uma forma escassamente representada no repertório formal de sítios como Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 183), Monte Mozinho (Carvalho, 1998: 68), *Petavonium* (apenas com seis exemplares; Carretero Vaquero, 2000: 362) ou os dois exemplares de Arcóbriga (Juan Tovar, 1992: 38), ou encontrando-se mesmo ausente, como nos casos de Represas (Conceição, 1994) ou de Idanha-a-Velha (Pereira, 2006).

Entre os exemplares do Mileu destacamos o número 06.8326, caracterizado pela indefinição do fundo, marcado apenas por uma linha, característica herdada da produção gaulesa (Mayet, 1984: 70). Tal como alguns exemplares de Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 183, n.º 191 a 196), também o exemplar acima referido possui ranhuras na parede exterior.

Nas peças para as quais foi possível confirmar o diâmetro do bordo, verificámos que se inserem no grupo de média dimensão, variando entre os 106mm e os 142mm. Françoise Mayet defende que estas dimensões estão relacionadas com a evolução cronológica desta forma, sendo os exemplares mais pequenos de fins do século I d.C., principios da centúria seguinte, caracterizados pela definição do bordo e a existência de ranhuras nas paredes interior e exterior, como num exemplar identificado em *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 242). No caso dos exemplares do Mileu, estas ranhuras,

---

<sup>566</sup> Segundo Mezquíriz de Catalán (1961: 51) “[...] será una de las formas que perdurarán durante más tiempo, llegando sin duda hasta el siglo IV [...]”.



salientando o lábio, não existem, levando-nos a inseri-los nas produções mais tardias, já do século II d.C.<sup>567</sup>

#### 5.1.1.1.3.1.2. Drag. 15/17

Com uma elevada dispersão geográfica, a forma *Drag. 15/17* é uma das mais bem representadas no repertório formal hispânico da Península Ibérica, em locais como Conímbriga, Santarém, Belo, ou *Petavonium*. Corresponde a um prato de paredes oblíquas, com um fundo horizontal, pé baixo, que, no exterior do fundo, apresenta molduras, típicas da produção hispânica, tendo como característica individualizadora, na ligação entre a parede interna e o fundo, uma moldura em quarto de círculo, em “meia-cana”.

As diferenças verificadas no perfil destas peças levaram à definição de três variantes, desde uma mais antiga (da fase de imitação dos produtos itálicos e sudgálicos), até às de perfil tipicamente hispânico. A variante mais antiga<sup>568</sup>, com as suas características paredes quase rectas, molduradas e lábio bem definido, seguindo de perto os produtos sudgálicos<sup>569</sup>, corresponde um fabrico que deverá datar de inícios da segunda metade do século I d.C. No Mileu verificámos que desta primeira fase produtiva surgiram escassos exemplares, caracterizados por apresentarem uma reduzida dimensão de diâmetro de bordo, destacando-se as peças 06.16755 (com um diâmetro de bordo de 180mm), 02.2137 (com 124mm de diâmetro), 05.3533 (com 156mm de diâmetro de bordo), ou os números 05.3935 (com 130mm de diâmetro), 06.16803 (168mm de diâmetro), 06.11702 e 06.14590 (ambos com 140mm de diâmetro).

Possivelmente ainda em finais desta centúria surgem perfis menos emoldurados e ligeiramente mais abertos, tipologia onde inserimos o número 06.15282, mas também os números 05.2811 (138mm de diâmetro de bordo) e 02.2370 (280mm de diâmetro)<sup>570</sup>. No caso destes exemplares, apesar da variedade de diâmetro de bordo das peças, existe

---

<sup>567</sup> Refira-se todavia que existe uma certa dificuldade na atribuição cronológica apenas com base na caracterização formal destas peças pois, como foi possível confirmar na *uilla* romana de Relea (Palência), foram detectados exemplares desta forma com lábio saliente em níveis do século IV (Juan Tovar, 1992: 39).

<sup>568</sup> Segundo Mezquíriz (1961: 55), o fabrico desta forma remonta ao período de Cláudio (41 d.C. a 54).

<sup>569</sup> Corresponde à fase de imitação.

<sup>570</sup> Nesta variante inserimos ainda os números 06.13150 (154mm de diâmetro de bordo), 06.12907 (132mm de diâmetro), 06.18134, 06.16464 (148mm), 06.482 (226mm) e 06.15291 (142mm de diâmetro de bordo).

uma constante em todas elas: o desaparecimento do friso sob o bordo, característica marcadamente da fase anterior.

A partir da primeira metade do século II d.C., os perfis dos exemplares desta forma alteram-se significativamente, levando à sua individualização como integrante de uma *terceira fase produtiva*, dominada pelos contornos hispânicos, quer no aumento do diâmetro de bordo, quer nas paredes, que se tornam mais altas e esvasadas, tornando-se a meia cana mais horizontal. Nesta fase, os diâmetros, apesar de se apresentarem muito divergentes, como no número 05.2788, com 256mm de diâmetro de bordo ou, por oposição, nos números 06.8908 e 06.15674, ambos com 144mm de diâmetro de bordo, verificámos que geralmente se apresentam acima dos 200mm de diâmetro, e deles são exemplo os números 06.7928 e 07.452, o primeiro com 288mm e o segundo com 206mm<sup>571</sup>.

Todavia, quando analisamos as unidades estratigráficas onde estes exemplares surgem, esta hipótese suscita discussão uma vez que surgem exemplares com distintas características nas mesmas unidades.

Relativamente ao tipo de fabrico, verificámos que a maioria das peças desta forma se insere no *fabrico 2* (com 54,6%), embora o *fabrico 1* também se encontre bem representado (com 22,6%), não se confirmando contudo uma relação entre um determinado fabrico e um período cronológico concreto, embora pareça existir uma relação directa entre os fabricos de melhor qualidade com a primeira fase de fabrico. Não obstante, os exemplares da *terceira fase* produtiva surgem também maioritariamente neste fabrico.

#### 5.1.1.1.3.1.3. Drag. 18

Embora seja um prato muito divulgado na produção sudgálica, a forma *Drag. 18* torna-se rara no fabrico hispânico, com diminuta comercialização na Península Ibérica, estando mesmo ausente em determinados locais, como em Santarém<sup>572</sup>. Curiosamente, esta forma encontra-se relativamente bem representada no Mileu, com 24 indivíduos. Trata-se de um prato com paredes curvas, bordo arredondado e uma canelura no

---

<sup>571</sup> Mas também os números 01.1052 (com 192mm de diâmetro de bordo), 05.3115 (com 214mm) ou 05.2788 (com 256mm).

<sup>572</sup> Em Idanha-a-Velha também se encontra escassamente representada, com apenas dois exemplares, resultados semelhantes a Ammaia, com cinco exemplares (Pereira, 2006), por oposição a sítios como Belo, onde surgem 29 exemplares (Bourgeois, Mayet, 1991: 198).

exterior, na ligação da parede ao fundo, geralmente exibindo pequenas dimensões<sup>573</sup> (Bourgeois, Mayet, 1991: 198)<sup>574</sup>.

Em *Pompaelo*, a forma *Drag. 18* foi detectada em níveis da segunda metade dos séculos I e II d.C. (Mezquíz, 1961: 58). Contudo, Françoise Mayet (1984: 72) defende que o seu fabrico não ultrapassou os inícios do século II.

A análise dos exemplares do Mileu permitiu-nos observar que existe uma elevada homogeneidade no conjunto, com diâmetros de bordo entre os 126mm (números 01.1017, 02.2156 e 06.1836) e os 186mm (número 06.13357), não apresentando contudo esta diferenciação qualquer implicação cronológica, uma vez que os exemplares de maiores diâmetros surgem também na fase de imitação da produção sudgálica.

A maioria das peças desta forma insere-se na variante mais antiga desta forma, de lábio boleado e paredes convexas, com ligeira inclinação, características que Santiago Carretero Vaquero defende corresponderem a um fabrico do *atelier* de Arrenzana de Arriba (um dos primeiros centros oleiros produtores). A segunda variante, que terá sofrido influência da forma *Drag. 15/17*, é possivelmente mais tardia, apresentando já um perfil hispânico, proveniente dos *ateliers* de Bezares e Tricio (Carretero Vaquero, 2000: 369)<sup>575</sup>. Salientamos ainda que neste conjunto não encontramos paralelos para o número 02.2156, sobretudo pela existência do friso sob o bordo e, relativamente ao número 02.2170, verificámos que exhibe algumas particularidades, nomeadamente uma incisão sob o bordo, na parede exterior, delineando o lábio. Trata-se de uma variante pouco representada, encontrando paralelos em *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 370, n.º 27).

#### 5.1.1.1.3.1.4. Drag. 24/25

A Forma *Drag. 24/25* corresponde a uma pequena taça introduzida no repertório formal da produção hispânica por influência dos *ateliers* sudgálicos, tendo como

---

<sup>573</sup> Uma vez que esta forma foi produzida num reduzido período temporal, não teve o mesmo grau de evolução, por exemplo, da forma *Drag. 15/17*.

<sup>574</sup> Alguns exemplares desta forma exibem um espessamento do bordo, parede ligeiramente curva e fundo plano.

<sup>575</sup> Por fim, refira-se que a distinção entre os fragmentos desta forma e os da *Drag. 15/17*, tendo em conta o estado fragmentado do conjunto, é extremamente complexa, o que nos levou a não classificar alguns fragmentos. Outros houve que, tendo em conta a curvatura da parede da forma *Drag. 18*, mais convexa, nos levaram a classificá-los como tal, apesar das devidas reservas. Inserimos nesta forma alguns exemplares, também apesar de certas reservas, uma vez que só possuímos fragmentos de bordo, como o número 05.3034, opção que teve por base a inclinação da parede.

principal característica o *guilhoché*, o típico ornato de traços paralelos, na parede exterior, desde o bordo até à moldura, localizada a meio da parede. A partir desta, a parede adopta uma forma curva até atingir o pé. Trata-se de uma forma pouco comum, com um fabrico datável da segunda metade do século I d.C., mas que se prolongou na centúria seguinte (Mayet, 1984: 72), período este no qual o *guilhoché* tende a desaparecer<sup>576</sup>. Esta situação parece confirmar-se em alguns exemplares do Mileu, como os números 02.1989, 05.2839, 06.480, 06.3623 ou 07.1331. Na verdade, no conjunto de materiais do Mileu verificámos que alguns exemplares não apresentam o *guilhoché*, o que poderia indiciar uma datação mais tardia. Todavia, tal como Françoise Mayet (1984:72) já tinha salientado, a presença deste elemento decorativo poderá não representar uma evolução da forma, mas antes diferentes oficinas, como parece atestado no conjunto do Mileu, onde surgem nas mesmas unidades estratigráficas exemplares com *guilhoché* e outros sem esta característica, situação também observada nas diversas variantes desta forma que surgiram associadas na estratigrafia de Conímbriga e de *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 373). De facto, apesar de se encontrar escassamente representada nos diversos sítios da Lusitânia, dificultando a análise da sua evolução, considerava-se que a dimensão do bordo ou a existência de *guilhoché* pudessem fornecer alguns dados sobre a sua antiguidade. Contudo, a estratigrafia do Mileu permite discutir esta hipótese, uma vez que, por exemplo, no mesmo nível estratigráfico da quadrícula H13 foi possível identificar um exemplar sem *guilhoché* (o número 05.2839), associado a outros que possuem este elemento decorativo, como o número 05.3258. A única diferença do fragmento sem decoração em relação aos demais prende-se com o fabrico, sendo o primeiro enquadrado no *tipo 3*. Assim, é possível que esta característica esteja relacionada com o *atelier* de fabrico, certamente contemporâneo dos restantes<sup>577</sup>.

Segundo M. A. Mezquíriz de Catalán, a produção desta forma terá perdurado até aos fins do século I d.C., mas é possível que o seu fabrico tenha decorrido ainda no

---

<sup>576</sup> M. A. Mezquíriz de Catalán (1961: 58) detectou esta forma em níveis do ano 50 d.C. em *Pompaelo*, neste caso com decoração, verificando que a mesma forma em níveis da segunda metade do século I d.C. já não apresenta decoração.

<sup>577</sup> O estudo dos materiais de Ammaia permitiu-nos chegar à mesma conclusão (Pereira, 2006). Também em Chãos Salgados (Mirobriga ?, Santiago do Cacém) foram detectados dois exemplares sem decoração com *roleta*, inseridos no *fabrico 1* e que – segundo José Carlos Quaresma (2009: 86) – não ultrapassariam as primeiras décadas do século II d.C.

século seguinte<sup>578</sup>. Uma vez mais, os exemplares que estudámos do Mileu surgem associados na estratigrafia com outros de características mais tardias, de diâmetro de bordo com maiores dimensões, como o número 02.1989 com 136mm, por oposição aos primeiros, de que é exemplo o número 02.1981, com apenas 102mm de diâmetro.

Embora com uma produção limitada cronologicamente, o conjunto do Mileu é relativamente heterogéneo<sup>579</sup> e amplo (com 37 indivíduos), encontrando-se significativas diferenças entre os diversos exemplares detectados, como o número 05.3946, que apresenta uma ranhura sob o bordo na parede interior, enquanto o número 05.3258 apresenta um *guilhoché* mais grosseiro, ao contrário dos números 05.3234 ou 08.4501, que denunciam um fabrico mais cuidado, com um *guilhoché* mais fino. Assim, exemplares com características tão distintas serão possivelmente provenientes de distintos ateliers de fabrico, o que é atestado também pela presença de exemplares inseridos no *fabrico 4* (como os números 06.13319 e 08.591) e *fabrico 5* (de que é exemplo o número 06.14541).

Relativamente aos diâmetros, foi possível verificar a existência de exemplares com reduzidas dimensões, como o número 07.1331, com apenas 54mm de diâmetro e sem decoração, inserido num *primeiro grupo* constituído por exemplares com diâmetros entre os 54mm e os 76mm. O *segundo grupo* é composto por taças com diâmetros entre os 90mm e os 104mm, de que são exemplo os números 02.1981 ou 06.14541. O *terceiro grupo* é constituído por exemplares de maiores dimensões, desde os 114mm aos 164mm, aqui representado, por exemplo, pelo número 08.877, com paralelos em *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 240, n.º 200). Verificámos ainda que geralmente os exemplares do primeiro grupo, ou seja, os de menores dimensões, se inserem no *fabrico 2*. Todavia, tanto o *fabrico 1* como o *2* se encontram bem representados no conjunto.

#### 5.1.1.1.3.1.5. Drag. 27

Na Península Ibérica a produção da forma *Drag. 27* inicia-se na segunda metade do século I d.C., encontrando-se documentada nos níveis mais antigos de *Pompaelo*,

---

<sup>578</sup> Refira-se que na campanha de escavações arqueológicas no sítio romano da Póvoa do Mileu detectámos um fragmento de bordo desta forma, exibindo características de uma produção do Baixo Império.

<sup>579</sup> Assim, obter paralelos para estes exemplares torna-se uma tarefa complexa. Por exemplo, para o número 05.3543, que exhibe uma parede exterior convexa com *guilhoché* sob a linha do bordo, encontrámos paralelos num exemplar proveniente de Numância (Mayet, 1984: pl. LXII, n.º 72), enquanto que para os números 02.1989 e 05.2839 encontrámos paralelos na Ammaia, embora estes não apresentem *guilhoché* na parede exterior.

mas também em níveis dos inícios já do século IV, no estrato III do sector E (Mezquíriz, 1961: 60)<sup>580</sup>. Corresponde a uma das taças mais bem representadas na produção hispânica, juntamente com a *Drag. 15/17*, com a qual formaria conjunto, sendo muito frequente entre as formas de diversos sítios arqueológicos, como Belo (Bourgeois, Mayet, 1991: 199), Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 184) e Santarém (Viegas, 2003: 142). Apresentando elevada dispersão geográfica, no repertório do Mileu foram detectados 258 fragmentos (NMI) pertencentes a esta categoria, tornando-se evidente que corresponde à forma mais bem representada.

Estes exemplares são caracterizados por possuírem uma articulação na parede, formada por dois quartos de círculo. Na produção hispânica a carena é menos pronunciada que na produção sudgálica, contendo ainda um bordo liso ou com pequeno lábio e a parede superior de menores dimensões que a inferior. O estudo desta forma permitiu concluir que quando uma produção se prolonga durante um longo período a respectiva forma apresenta uma determinada evolução formal. Neste sentido, para os materiais de Belo, Ariane Bourgeois e Françoise Mayet (1991: 199) defendem que os exemplares com lábio destacado e de pequena dimensão possuem maior antiguidade, por oposição ao tipo mais recente, que apresenta bordo liso e maiores dimensões. Ao longo da sua ampla evolução, os dois quartos de círculo começam a ficar com a mesma dimensão e desaparece a canelura sob o bordo. Estas diferenças formais levaram Françoise Mayet (1984) a defender a existência de *quatro grupos distintos*, tendo em conta as suas características. O *primeiro grupo* seria caracterizado pelos exemplares correspondentes à fase de imitação da produção sudgálica, no período flaviano, caracterizado pelo quarto de círculo superior curto, com uma curvatura muito acentuada e uma ranhura sob o bordo, levando ao destacamento do lábio, que era de perfil boleado. Neste grupo inserimos os exemplares do Mileu de pequenas dimensões, como os números 08.357 ou 06.3132, com diâmetros de bordo que variam entre os 66mm e os 90mm<sup>581</sup>, ou os que exibem as mesmas características de perfil, mas com maiores

---

<sup>580</sup> No caso de Ammaia foi possível identificar um exemplar deste último período (Pereira, 2006: 53).

<sup>581</sup> Neste mesmo grupo inserimos os exemplares 02.2144 (com 86mm de diâmetro de bordo), 02.1400 (com 78mm de diâmetro de bordo), 02.2375 (com 110mm de diâmetro de bordo), 05.3261 (com 110mm de diâmetro de bordo), 05.3947 (com 104mm de diâmetro de bordo), 05.2820 (com 120mm de diâmetro de bordo), 05.3527 (com 66mm de diâmetro de bordo), 06.17758 (com 97mm de diâmetro de bordo), 06.957 (com 128mm de diâmetro de bordo), 06.5154 (com 72mm de diâmetro de bordo), 06.8432 (com 114mm de diâmetro de bordo), 06.8807 (com 108mm de diâmetro de bordo), 06.2022 (com 104mm de diâmetro de bordo), 06.3132 (com 82mm de diâmetro de bordo), 06.17009 (com 76mm de diâmetro de bordo), 06.16975 (com 76mm de diâmetro de bordo) e o 06.13176 (com 116mm de diâmetro de bordo), entre muitos outros, num total de 41 exemplares.

dimensões, com diâmetro balizado entre os 112mm (número 06.13325) e os 130mm (08.459). Relativamente aos fabricos verificámos que na sua maioria os exemplares da primeira fase se inserem no *fabrico 1* (43%), encontrando-se também representados os *fabricos 2* e *3*, verificando-se ainda a escassa representação do *fabrico 4* e a inexistência de exemplares do *fabrico 5*.

O *segundo grupo* é caracterizado por um aumento de dimensões do diâmetro de bordo, exibindo uma parede oblíqua e alta, de meio círculo bem pronunciado e sem a definição do lábio. No conjunto do Mileu verificámos, uma vez mais, diâmetros muito variados, desde os mais pequenos com 74mm (número 08.552) aos maiores, com 132mm (05.2806), num total de 61 exemplares, inseridos maioritariamente no *fabrico 2* (54%), apesar de os exemplares do *fabrico 1* também se encontrarem bem representados (26%), ao contrário dos exemplares do *fabrico 4* (com apenas dois exemplares). Uma vez mais, regista-se a inexistência de exemplares que se insiram no *fabrico 5*.

No *terceiro grupo* definido por Françoise Mayet inserimos diversos exemplares que possuem como características principais a elevada dimensão, com paredes mais elevadas e oblíquas, surgindo as duas molduras de divisão da peça (uma na parede interna e outra na externa) praticamente à mesma altura. O diâmetro de bordo das peças, apesar de variado, é superior aos 100mm, destacando-se o número 06.14525 com 134mm.

O *quarto e último grupo* é caracterizado por exemplares com um perfil de quarto de círculo pouco evidenciado, notando-se uma continuidade da parede, sobretudo a exterior. Relativamente ao diâmetro de bordo, verificámos que existem exemplares mais pequenos, como os números 06.3436 com apenas 64mm, ou o 06.3227 com 68mm, ambos caracterizados pela parede do quarto de círculo muito esvasada, mas também os exemplares de maiores dimensões, como o número 06.16028, com 98mm de diâmetro de bordo.

Tendo por base os dados de *Petavonium*, Santiago Carretero Vaquero (2000: 375-376) propôs a atribuição de uma cronologia a estas variantes, efectuando algumas alterações ao modelo proposto por Françoise Mayet. Assim, o primeiro grupo seria atribuído à segunda metade do século I d.C., enquanto o segundo seria uma produção atribuída ao período que vai do fim do século I d.C. até ao fim da primeira metade do século II. O terceiro seria datado da segunda metade do século II. Todavia, quando tentamos confirmar estes dados para o Mileu torna-se difícil estabelecer datações tão lineares, uma vez que exemplares deste último grupo – como o número 02.2368, com

84mm de diâmetro de bordo – surgem na mesma unidade estratigráfica dos exemplares do primeiro grupo, no interior da conduta de drenagem de águas, unidade selada pelas lajes de cobertura. Neste sentido, é possível que num determinado momento a comercialização destas variantes fosse contemporânea.

Por outro lado, propormos uma associação entre uma cronologia mais antiga e os exemplares de menores dimensões é uma tarefa complexa, uma vez que no Mileu podemos constatar que diversas peças de média e grande dimensão exibem a definição do lábio, obtida através da ranhura sob o bordo<sup>582</sup>. Neste sentido, o facto de a maioria destes exemplares se encontrarem presentes nas mesmas unidades estratigráficas levamos a afirmar que as diferenciações entre as dimensões e a existência de lábio boleado e destacado poderão remeter-nos não para uma diferença cronológica, mas sim para diferentes *ateliers* de fabrico. Veja-se o caso do número 02.2144, com definição do lábio e 86mm de diâmetro do bordo, que surge na mesma unidade estratigráfica do número 02.2140 (sem definição do lábio e com 108mm), ou o número 02.2368 (com características do *quarto grupo* de Françoise Mayet), associado na estratigrafia a fragmentos como o número 02.1400, de lábio definido e boleado, com 78mm de diâmetro de bordo<sup>583</sup>.

Assim, tendo em conta os resultados do Mileu, cada vez mais somos levados a pensar que os distintos fabricos não se prendem com períodos cronológicos distintos, mas sim com diferentes *ateliers*.

#### 5.1.1.1.3.1.6. Drag. 33

A identificação da forma *Drag. 33* no Mileu apresenta diversas dificuldades, sobretudo tendo em conta o estado fragmentado do conjunto de materiais recolhidos, restando, em muitos casos, apenas pequenos fragmentos de bordo. Com inspiração na produção sudgálica da época de Cláudio (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975) e com uma produção desde meados do século I d.C. a inícios do século II (Mayet, 1984: 73)<sup>584</sup>, esta forma tipológica corresponde a uma peça de forma troncocónica, de perfil esvasado, com parede ligeiramente côncava e bordo geralmente liso, salvo raras exceções, em

---

<sup>582</sup> Situação também já descrita em *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 375).

<sup>583</sup> O mesmo se poderá afirmar do número 05.3529 (exemplar tardio, com o quarto de círculo superior maior que o inferior), que surgiu na mesma unidade que o número 05.3261, com características da primeira fase produtiva.

<sup>584</sup> Todavia, Roca Roumans e F. García (1999: 287) defendem uma longa produção, desde o ano 50 d.C. a 200.



que apresenta uma ranhura. O facto de ter sido produzida num curto período, poderá ser uma das razões para que se encontre escassamente representada no repertório da maioria dos sítios, como em *Bracara Augusta* ou em Conímbriga, onde está presente – neste último caso – em níveis até à época de Trajano.

Alguns exemplares do Mileu apresentam reduzidas dimensões, com 100mm de diâmetro de bordo, como os números 02.2282 ou 06.15251, de perfil semelhante a um exemplar proveniente de Vaiamonte (Mayet, 1984: pl. LXVI, n.º 123), ou ao número 301 de Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: pl. LII).

No caso do Mileu, identificámos 17 exemplares nesta forma, alguns dos quais<sup>585</sup> com paralelos no número 304, proveniente das escavações arqueológicas de Conímbriga, caracterizados pela inclinação da parede, a inexistência de ranhura na face interna e a presecção de ranhuras, sob o bordo, na parede exterior. Outros exemplares do Mileu<sup>586</sup> apresentam semelhanças com o número 305<sup>587</sup> também ele proveniente de Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 185), caracterizados pela inexistência de ranhura interna, com bordo biselado no exterior e um diâmetro reduzido<sup>588</sup>.

#### 5.1.1.1.3.1.7. Drag. 35

No repertório do Mileu identificámos 136 exemplares (nmi)<sup>589</sup> de taças da forma *Drag. 35*<sup>590</sup>, geralmente caracterizados por pequenas dimensões, com parede curva e bordo revirado para o exterior, em pequena aba, exibindo – na maioria dos exemplares – decoração com folhas de água, recorrendo para tal à técnica de *barbotilha*. Trata-se de uma das formas mais comuns nos sítios romanos alto-imperiais, imitando os exemplares da produção sudgálica<sup>591</sup>. O início da sua produção recua até à segunda metade do século I d.C. (possivelmente ao reinado de Vespasiano; Carretero Vaquero,

<sup>585</sup> Nomeadamente os números 06.9802, 06.13371 e 06.9567.

<sup>586</sup> Como os números 06.13296, 06.8986, 06.18188, 06.16654, 06.5164 e 06.8442.

<sup>587</sup> Tal como em Conímbriga, também nós tivemos dificuldade em classificar determinados exemplares nesta forma, como os números 06.18160, 06.14586 ou 06.15251.

<sup>588</sup> Esta forma encontra-se representada por escassos exemplares em Conímbriga e o facto de se encontrarem muito fragmentados não permite comprovar se os números 304 e 305 correspondem a uma fase produtiva mais avançada desta forma, ou se seriam uma variante da mesma (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 185).

<sup>589</sup> Em sítios com uma ocupação mais antiga surgem escassos exemplares, como é o caso de Santarém (Viegas, 2003: 149). Contudo, em locais como Conímbriga (Delgado, Alarcão, Mayet, 1975: 185) são muito abundantes e, tal como na Ammaia, são a segunda forma lisa mais bem representada (Pereira, 2006: 41). Curiosamente, esta forma encontra-se praticamente ausente do registo arqueológico de Mérida (Mezquíriz, 1961: 65).

<sup>590</sup> Apesar do conjunto cerâmico do Mileu se encontrar muito fragmentado, optámos por efectuar a divisão entre as formas *Drag. 35* e *Drag. 36*, no sentido de se identificarem as formas mais utilizadas.

<sup>591</sup> A qual faria parte do *serviço A* de La Graufesenque (com produção a partir dos flávios).

2000: 379), enquanto o fim da mesma remonta aos fins do século II ou aos inícios do século III (Mayet, 1984: 74).

Nos conjuntos cerâmicos dos diversos sítios arqueológicos já estudados, verificam-se diferenças significativas relativamente a esta forma, uma vez que em alguns locais surge em número muito reduzido, como em Belo<sup>592</sup> ou *Petavonium*<sup>593</sup>, por oposição a sítios como Conimbriga, ou, em particular, no Mileu, onde corresponde à *segunda* forma lisa mais bem representada no conjunto.

Verificámos ainda que existem diferenças significativas relativamente a esta forma (a taça) e o prato, a *Drag. 36*, com o qual formaria serviço, observando-se que em determinados locais existe um predomínio das taças, enquanto noutros se verifica exactamente o oposto. Uma vez mais, dirigimos a nossa atenção para *Petavonium*, onde se destacam 33 peças da forma *Drag. 36* por oposição aos 18 exemplares da forma *Drag. 35*. Mas poderemos também recordar os 228 fragmentos da forma *Drag. 36* e os 134 de *Drag. 35* encontrados em *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 243-244). Noutras situações, como no Mileu, verificámos a situação oposta, ou seja, a forma *Drag. 36* encontra-se escassamente representada (como iremos ver, mais abaixo), com 42 exemplares.

Por outro lado, quando analisamos as diversas publicações sobre o estudo de conjuntos de *terra sigillata* hispânica verificámos que não existe consenso relativamente às diferentes variantes existentes nesta forma. Assim, em Conimbriga foram descritos cinco grupos distintos, tendo por base o perfil do bordo (Delgado, Alarcão, Mayet, 1975: 73 e ss.), enquanto Françoise Mayet, na sua obra sobre *terra sigillata* hispânica, defende a existência de *três grupos* distintos, sendo o *primeiro* composto pelos exemplares de menores dimensões, o *segundo* pelos maiores (com diâmetro do bordo entre os 110/120mm) e o *terceiro* grupo – que designou por *Drag. 35/36*, forma intermédia entre as duas formas – foi caracterizado pelos diâmetros do bordo entre os 120mm e os 130mm e uma altura de 34/35mm (Mayet, 1984: 74). Recentemente, tendo por base os materiais de *Bracara Augusta*, Rui Morais (2005: 243) defendeu também que os exemplares mais antigos eram caracterizados por possuírem menores dimensões, ao contrário dos mais tardios (datados de finais do século I d.C. a inícios do século II), que teriam diâmetro de bordo significativamente maior.

---

<sup>592</sup> Em Belo, segundo Ariane Bourgeois e Françoise Mayet (1991: 197 e 199), surgem em menor número que em Conímbriga, existindo trinta e sete exemplares no primeiro caso, enquanto no segundo foram detectados cento e catorze.

<sup>593</sup> Com dezoito exemplares (Carretero Vaquero, 2000: 378).

Todavia, quando analisamos os exemplares do Mileu, torna-se evidente que o conjunto de peças inserido nesta forma não é homogénio, identificando-se distintos perfis de bordo. Por outro lado, parece-nos ainda que a identificação das peças de menores dimensões com a fase produtiva mais antiga merecerá algumas reservas, uma vez que confirmámos que nas mesmas unidades estratigráficas surgem exemplares com 70mm de diâmetro de bordo associados a outros que apresentam 125mm. A mesma situação já tinha observado Santiago Carretero Vaquero (2000: 379) relativamente ao material de *Petavonium*, o que levou este autor a defender que a “[...] variación del tamaño no constituye en este caso un elemento que evidencie un proceso evolutivo en una forma que, por outro lado, no cuenta com unos límites cronológicos definidos.” Por isso, este autor optou por uma análise do perfil de bordo, considerando que os exemplares mais antigos são os que apresentam bordos espessados virados para baixo e com uma ranhura interna, uma vez que correspondem à fase de imitação dos produtos sudgálicos.

Neste sentido, uma vez que a questão não é consensual, e tendo em conta a heterogeneidade do conjunto do Mileu, optámos por efectuar a análise tendo em conta os critérios definidos na análise dos materiais de Conimbriga, com os quais o nosso conjunto apresenta maiores afinidades.

Assim, de acordo com o que já referimos, teríamos o conjunto dividido em cinco grupos distintos. Os exemplares do primeiro grupo são caracterizados por possuírem um bordo encurvado e revirado sobre si próprio, vertical e paralelo à parede, de que é exemplo o número 06.9282 do Mileu, inserido no *fabrico 2*.

O *segundo* grupo – o mais numeroso no repertório do Mileu – é caracterizado como uma peça com bordo encurvado, mas horizontal, afastado da parede, no qual inserimos peças como os números 08.642, 08.753, 06.789 ou 06.1903. Trata-se de um conjunto pouco homogéneo, quer no perfil de bordo, quer no próprio diâmetro, verificando-se a existência de exemplares de pequenas dimensões, com apenas 54mm (como o número 06.17029), e exemplares de grande diâmetro, como os números 06.1903 (com 130mm) ou 05.3538 (com 140mm). Todavia parece-nos que existe um diâmetro padronizado, possuindo a maioria das peças entre os 70mm e os 90mm, embora tenhamos detectado um segundo subgrupo com diâmetros entre os 100mm e os 120mm. Ao nível dos fabricos, verifica-se que na sua maioria foram produzidas no *fabrico 2* (50%), mas também no *fabrico 1* e *3*, sendo – uma vez mais – o *fabrico 4* o menos representado e o *fabrico 5* inexistente.

O *terceiro* grupo é caracterizado por possuir geralmente um espessamento do bordo, sendo a sua área inferior oblíqua. Encontra-se representado no Mileu por alguns exemplares, destacando-se os de pequena dimensão, como o número 08.5395 com 88mm de diâmetro de bordo, ou o número 06.17023, com 150mm. Apesar de se verificar uma grande variedade de diâmetros, com peças com 64mm de diâmetro, face a outras de maiores dimensões, como o número 06.5227, com 144mm, parece existir uma maior concentração de diâmetros entre os 70mm e os 90mm. Trata-se do segundo grupo mais bem representado na forma *Drag. 35*, com 24% do total de exemplares desta forma, na sua maioria produzidos a partir do *fabrico 2*, mas também com ocorrências do *fabrico 3* e do *fabrico 4*, encontrando-se ausentes o *fabrico 5*, bem como o *fabrico 1*.

O *quarto* grupo corresponde aos exemplares de bordo curto e arredondado, mal se distanciando da parede. Trata-se de um grupo escassamente representado no Mileu, com 8,4% do total de exemplares, que – apesar de apresentar bordos com estas características – é pouco homogéneo, com diâmetro de bordo que varia entre os 64mm e os 118mm.

O *quinto* grupo é caracterizado por um bordo rectilíneo (oblíquo ou horizontal) e é representado apenas por dois exemplares, os números 06.5891 (com 128mm de diâmetro de bordo) e o número 06.17785 (com 60mm), este do *fabrico 1* e o outro inserido no *fabrico 3*. No conjunto do Mileu encontram-se ausentes os exemplares que apresentam ligeira inclinação do bordo no sentido ascendente, considerados os mais tardios.

Neste sentido, é difícil afirmar que estas variantes possuam ou descrevam uma evolução cronológica, pois os exemplares surgem nas mesmas unidades estratigráficas. Ora, se tivermos em conta que o conjunto do Mileu nos remete para uma datação da segunda metade do século I d.C. ou início do século II d.C., torna-se difícil aceitar a hipótese da evolução desta forma através dos indivíduos representados neste sítio, uma vez que, como já referimos, surgem nas mesmas unidades estratigráficas.

Relativamente aos fabricos destas peças, verificámos que, apesar de o fabrico maioritário ser o que definimos como *fabrico 2*, existem muitos exemplares com as características do *fabrico 3*, face a outros integrados no *fabrico 4*, dos quais destacamos os números 06.17023 com 150mm de diâmetro e sem folhas de água, 06.15685 (este com folhas de água e 90mm de diâmetro) ou o 05.2862, com apenas 68mm de diâmetro de bordo.

Por fim, é de mencionar que a grande maioria dos exemplares inseridos nesta forma possui decoração de três folhas de água<sup>594</sup>, aplicadas sob a técnica da *barbotilha*. Na sua maioria as folhas são muito semelhantes entre si, salvo algumas exceções, nomeadamente os números 06.13187, 06.911, 05.2789 e 05.3236 que – apesar de as peças exibirem distintas dimensões de diâmetro de bordo (alguns até de pequena dimensão como o número 06.12333, com apenas 62mm) – apresentam folhas de água de grande dimensão. Destacam-se ainda os números 06.13275, 06.929, 06.14533 e 05.2825, alguns de pequenas dimensões, mas que apresentam folhas de água de forma redonda. São exemplares pouco comuns, escassamente representados no repertório de outros sítios, à exceção de *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 380). Por outro lado, verificámos ainda que as folhas de água surgem na maioria das peças encontradas no Mileu, contrariando a hipótese de Santiago Carretero Vaquero (2000: 380), segundo o qual as peças de um período mais avançado não apresentam folhas de água, nomeadamente as do século II d.C., uma vez que situação semelhante terá ocorrido na produção sudgálica, em resultado do seu processo evolutivo. Todavia, no caso do repertório do Mileu, em quase metade do conjunto (48%) são visíveis folhas de água, surgindo maioritariamente nos exemplares do segundo grupo (59%), embora também se encontrem bem representadas no terceiro grupo (52%), não tendo sido identificados exemplares com folhas de água nos restantes grupos. Quanto aos fabricos, verificámos que, uma vez mais, é nos exemplares inseridos no segundo grupo produtivo que surgem mais indivíduos com folhas de água (61,9%), embora nos restantes grupos também se encontrem presentes, à exceção do *fabrico 5*, do qual possuímos um único exemplar, mas sem folhas de água.

#### 5.1.1.1.3.1.8. Drag. 36

A forma *Drag. 36* formaria conjunto com a taça *Drag. 35* e corresponderia ao prato, geralmente com diâmetro de bordo entre os 140mm e os 170mm, e uma altura aproximada de 40mm, tendo sofrido a influência do *Serviço A* de *La Graufesenque*, com o qual exhibe similares características. É caracterizado pelo bordo encurvado para o exterior e pela existência de folhas de água em *barbotilha* (em número de três ou, mais raramente, de quatro).

---

<sup>594</sup> Mesmo nos exemplares que aparentemente não possuem esta decoração, teremos de considerar algumas reservas, devido à pequena dimensão dos fragmentos.

Pela análise dos materiais do Mileu verifica-se que o conjunto formado pelas formas *Drag. 35* e *Drag. 36* é um dos mais bem representados, contabilizando 42 exemplares nesta última, valores elevados também detectados noutros contextos da Península Ibérica (Mayet, 1984: 73).

Curiosamente, ao contrário de sítios como *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 243) ou *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 378), no Mileu esta forma encontra-se representada por um número muito inferior às taças, com a qual formaria par e que, como vimos, estão aqui muito bem representadas.

Uma das questões desta forma prende-se com a datação de fabrico. Apesar de a sua produção ser contemporânea da forma *Drag. 35*, possivelmente com uma cronologia flaviana e trajana, as dúvidas surgem relativamente ao fim da sua produção, uma vez que M. A. Mezquiriz de Catalán (1961: 64) defende que foi produzida até ao século IV, encontrando-se presente em níveis de *Pompaelo* desse período. Todavia, esta forma não foi detectada em qualquer outro sítio em níveis datados deste último período, o que levou Françoise Mayet (1984: 185) a defender que o fim de produção desta forma recua aos fins do século II d.C. ou princípios do III, pois não se encontra documentada em níveis do Baixo Império<sup>595</sup>.

Françoise Mayet (1984: 185) definiu a existência de dois grupos, tendo o primeiro um bordo largo e folhas de água, enquanto o segundo seria caracterizado por exemplares de bordo curto e encurvado, sem folhas de água. No seguimento desta hipótese, Rui Morais (2005: 244), a partir dos materiais de *Bracara Augusta*, defendeu que dentro da forma *Drag. 36* existem diferenças que permitem distinguir uma cronologia para os distintos grupos. Neste sentido, os exemplares mais antigos, com uma datação correspondente a toda a segunda metade do século I d.C., possuem diâmetros de bordo entre os 150mm e os 279mm, enquanto os exemplares da segunda fase – datados de finais do século I d.C. a inícios do século II – possuem bordo em forma de pequena aba, curta. Por outro lado, Santiago Carretero Vaquero (2000: 380), a partir dos materiais de *Petavonium*, apresenta uma diferente interpretação, datando os exemplares do primeiro grupo do período do último quarto do século I d.C. e da primeira metade do século II. Quanto aos exemplares do segundo, datados de uma segunda fase – representada por escassos exemplares – estes exibem um perfil mais

---

<sup>595</sup> Para tal, teve em consideração os resultados de escavações de sítios como Conímbriga. O mesmo parece confirmar-se no Mileu, onde – apesar de os níveis do Baixo Império se encontrarem escassamente representados – esta forma não foi detectada entre a produção hispânica tardia.

*evoluído*, com bordo virado para o exterior, horizontal ou com ligeira inclinação no sentido ascendente. Segundo o mesmo autor, outro indicador de antiguidade das peças prende-se com a existência de folhas de água, uma vez que estas desaparecem no século II d.C., por influência da produção sudgálica.

Assim, tendo por base as distinções efectuadas pelos diversos autores, consideramos que a maioria dos exemplares do Mileu se insere nos exemplares da primeira fase produtiva desta forma, exibindo bordos em forma de aba larga, com folhas de água. Gostaríamos de salientar o pormenor da peça 02.2006, que possui uma ranhura na parede interna, que marca a ligação entre o bordo e a parede, sinal de maior antiguidade (Carretero Vaquero, 2000: 382).

Na sua maioria os diâmetros de bordo situam-se entre os 146mm e os 230mm, encontrando-se todavia exemplares com 120mm. Quando observamos os distintos fabricos a partir dos quais estas peças são produzidas verificamos que, na sua maioria, se inserem nas características do *fabrico 2* (60%), encontrando-se ausentes os exemplares inseridos no *fabrico 5*.

Relativamente aos exemplares decorados com folhas de água, observámos que estão presentes apenas em 31,7% dos exemplares, destacando-se os exemplares número 06.12914 e 07.4168, que apresentam folhas de água largas, assinalando-se ainda a existência de um exemplar com folhas de água redondas e de pequena dimensão<sup>596</sup>.

#### 5.1.1.1.3.1.9. Drag. 35/36

No repertório do Mileu detectámos ainda um conjunto pouco numeroso mas muito interessante de peças, uma vez que corresponde ao terceiro grupo definido por Françoise Mayet, a forma *Drag. 35/36*, caracterizada por possuir as características da *Drag. 35* (nomeadamente bordo curto e diâmetros de bordo entre os 120/130mm) e da *Drag. 36* (baixa altura, com aproximadamente 35/40mm). De facto, um dos melhores exemplares do Mileu que caracterizam esta variante é o número 06.2277. Ora, apesar de não possuímos o perfil completo desta peça, a mesma apresenta apenas 106mm de diâmetro de bordo. Outras peças, apesar de algumas reservas, poderão ser inseridas nesta variante, como o número 06.9093, que possui um elevado diâmetro de bordo – com 174mm – e aba curta.

---

<sup>596</sup> Trata-se de uma situação já referida anteriormente (na forma *Drag. 35*), para a qual encontramos paralelos apenas em *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 383). É possível que estes escassos exemplares sejam provenientes do mesmo atelier de fabrico.

No grupo de exemplares inseridos na forma *Ludowici Tb* integrámos as taças e os pratos, seguindo de perto os critérios definidos por Françoise Mayet (1984: 76), que defende que não será correcto continuarmos a designar as taças como *Drag. 46* uma vez que existem diferenças entre os exemplares hispânicos e a forma apresentada por Dragendorff<sup>597</sup>.

Os exemplares desta forma, de perfil tronco-cónico, cuja produção deverá recuar ao fim do século I d.C., são caracterizados por possuírem o bordo virado para o exterior, horizontal ou oblíquo, com parede geralmente concáva e o fundo horizontal, influência do *serviço B* de La Graufesenque (Mayet, 1984: 77).

Gostaríamos de salientar a dificuldade na identificação dos exemplares desta forma devido ao elevado estado de fragmentação do conjunto do Mileu. Todavia, foi possível identificar onze exemplares, dos quais um deles, o número 06. 2294, se insere no conjunto de peças do primeiro grupo de fabrico (as mais antigas), enquanto as restantes se inserem em perfis mais avançados (já do século II) e menos comuns, aproximando-se mais do perfil de imitação do *serviço CI* sudgálico (Carretero Vaquero, 2000: 387).

Assim, na nossa tipificação dos materiais do Mileu optámos por incluir as taças nesta forma, pois são caracterizadas por possuírem diâmetros de bordo mais reduzido, diferenciando-se dois grupos: um de menores dimensões, com diâmetros entre os 90mm e os 100mm<sup>598</sup>, no qual incluímos o número 05.2790, face a um segundo grupo, com exemplares de maiores dimensões, com diâmetro de bordo entre os 130mm e os 150mm, no qual incluímos o número 06.12045, com 138mm de diâmetro. Os pratos geralmente possuem um diâmetro de bordo de 158mm, como o número 06.1876.

---

<sup>597</sup> Por outro lado, a esta forma Dragendorff fez corresponder o prato *Curle 15* (que nada tem a ver com as peças de fabrico hispânico). Pelo contrário, Santiago Carretero Vaquero (2000: 386) optou por manter a designação de *Drag. 46* para as taças e de *Ludowici Tb* ou *Hispanica 17* para os pratos. Este autor considera que a taça formaria serviço com o prato classificado como *Ludowici Tb*, sofrendo influência da produção sudgálica, nomeadamente dos *serviços B* e *C* (Romero Carnicero, 1985: 210-212). Romero aborda a evolução da forma *Drag. 46*, sendo os exemplares mais antigos (de fins do século I d.C.) caracterizados por possuírem o bordo horizontal e parede recta, enquanto os exemplares mais evoluídos (do século II) possuíam perfil campanular e bordo curto. Por outro lado, Rui Morais (2005: 248) optou por classificar as taças na forma *Ludowici Tb*, de influência da forma *Hermet 28* do Sul da Gália (tipo 1 do *serviço B* de La Graufesenque), enquanto que os pratos foram classificados como *Hispanica 17* (de influência do tipo 2 do *serviço B* de La Graufesenque).

<sup>598</sup> Como é o caso dos números 05.2790, 06.10065 ou os números 05.2796 e 06.9752 (estes dois últimos exemplares de dimensões ligeiramente maiores).



5.1.1.1.3.1.11. Hermet 13

Forma de imitação da produção sudgálica, a forma *Hermet 13*, pouco comum nos diversos sítios da Lusitânia<sup>599</sup>, teve uma produção com início na segunda metade do século I d.C., perdurando até fins do século II. Corresponde a um cantil, estreito, de duas asas, com verniz apenas no exterior da peça e na face interna do bordo, tendo sido identificadas duas variantes, a decorada e a lisa, sendo esta última típica da produção hispânica, uma vez que todos os exemplares conhecidos da produção sudgálica exibem decoração.

No Mileu, apesar de não possuímos nenhum fragmento de bordo, identificámos dois fragmentos de parede e uma asa, possivelmente todos da mesma peça. Inserida no *fabrico 1*, apresenta um verniz de boa qualidade, brilhante e aderente, enquanto na parede interna possui escorrimento de verniz<sup>600</sup>, características que poderão remeter para uma primeira fase produtiva, ou seja, da segunda metade do século I d.C.

5.1.1.1.3.1.12. Hisp. 2

A forma *Hispânica 2* é caracterizada por apresentar um perfil globular, pé baixo, colo estrangulado e bordo virado para o exterior. Corresponde a uma imitação da *terra sigillata* sudgálica *Déchelette 67* e da produção de cerâmica de paredes finas (nomeadamente das formas *Mayet XL* e *XLV*), produzidas nas oficinas da Bética e nas emeritenses, apresentando alguns exemplares em *terra sigillata* uma decoração à *barbotilha*, semelhante à representação de mamilos, folhas de água ou outros elementos decorativos. É uma forma relativamente comum, amplamente difundida, desde Numância a Mérida, identificada nas escavações de *Pompaelo* em níveis de meados do século I d.C., mas também dos séculos II e III e nos inícios do século IV, com maior incidência nos estratos do século II (Mezquíriz, 1961: 74), embora esteja representada por escassos exemplares. Por seu lado, Françoise Mayet considera que esta forma não

---

<sup>599</sup> Corresponde a uma forma pouco comum, não tendo sido identificado em locais como Santarém, ou Belo. Em Conímbriga foi encontrada uma forma semelhante, mas sem paralelos na produção hispânica, uma vez que não apresenta asas. Françoise Mayet refere ainda um exemplar em Numância (Mayet, 1984: 76). Em Idanha-a-Velha foi possível identificar um fragmento desta mesma forma, lisa, muito semelhante a um outro identificado em Ammaia. Em *Bracara Augusta* foram detectados quarenta exemplares (Morais, 2005: 249).

<sup>600</sup> No caso do fragmento de asa, o número 06.16096, optámos por não o contabilizar como *nmi* uma vez que poderá fazer parte do mesmo exemplar e porque não temos a certeza de pertencer a esta forma, embora tal seja muito provável, tendo em conta a sua curvatura.

atingiu o século III, tendo em conta a produção muito homogénea do conjunto e o facto de apenas ter surgido um fragmento em *Pompaelo*, num nível datado do século IV (Mayet, 1984: 79).

Apesar da sua ampla dispersão, encontra-se ausente em locais como Santarém, ou escassamente representada noutros, como em Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 154), em Arcóbriga (apenas com seis exemplares), em Belo e em Idanha-a-Velha (onde foram detectados apenas quatro fragmentos; Bourgeois, Mayet, 1991: 200) ou em Ammaia (dois exemplares; Pereira, 2006: 43-44)<sup>601</sup>.

Sabe-se ainda que foi produzida em diversos ateliers do Norte da Península Ibérica, nomeadamente em Bronchales, Bezares e Trício (Juan Tovar, 1992: 36), com início de produção em época flávia (Mayet, 1984: 79).

Relativamente aos dois exemplares encontrados no Mileu, os números 06. 5861 e 08. 1217, verificámos que ambos correspondem a produções alto-imperiais, estando inseridos no conjunto de exemplares de pequena dimensão com diâmetro de bordo entre os 60mm e os 70mm, com bordos curtos e voltados para o exterior, com características produtivas dos *fabricos 1 e 2*. O facto de possuímos apenas o bordo não nos permite afirmar se seriam lisos ou decorados.

#### 5.1.1.1.3.1.13. Hisp. 4

A forma *Hispanica 4* corresponde a um produto original dos ateliers hispânicos, tendo como elemento identificador o seu bordo em aba com decoração em *guilhoché*. Apesar de sofrer a influência de diversos serviços de La Graufesenque, este prato apresenta traços morfológicos que nos permitem afirmar que se trata de um produto original dos ateliers hispânicos, sendo o elemento mais original o bordo, horizontal ou ligeiramente oblíquo, exibindo quase sempre decoração em *guilhoché*.<sup>602</sup>

---

<sup>601</sup> Na Ammaia foram detectados dois fragmentos da produção de Trício, com *fabrico tipo 2*, ambos encontrados na mesma quadrícula, um deles com folhas de água na parede exterior, associado a um fragmento itálico, evidenciando a antiguidade deste exemplar, possivelmente correspondente ao período de início de fabrico e comercialização desta forma, entre o ano 65 e 70 d.C. Por sua vez, em Idanha foi possível identificar quatro indivíduos (NMI) desta forma, com decoração na parede exterior: mamilos associados a pérolas, sob a técnica da *barbotilha*, exibindo elevada afinidade com a produção de cerâmica de paredes finas (Pereira, 2006: 95).

<sup>602</sup> Freqüente em Conímbriga e Represas (Beja), na Ammaia surgiu apenas um exemplar e em Idanha-a-Velha não foi identificado nenhum exemplar no conjunto por nós analisado (Pereira, 2006).

M. Romero Carnicero (1985) descreve os exemplares de Numância integrando-os em três fases. Da *primeira fase*, cujo início de produção recua a 70/80 d.C.<sup>603</sup>, são testemunho os exemplares de pequena dimensão, com bordo inclinado no sentido descendente ou horizontal, alguns exibindo caneluras a rodearem o *guilhoché*. Nesta variante mais antiga inserimos o número 05.4195 do Mileu. De facto, no conjunto do Mileu foi possível verificar a existência de pratos de pequenas dimensões, com diâmetro de bordo entre os 128mm e os 160mm, exibindo todos eles *guilhoché*, delimitado por uma ou duas caneluras, e bordos com uma certa inclinação no sentido descendente.

Na *segunda fase*, produzida entre finais do século I d.C. e ao longo de toda a centúria seguinte, os exemplares apresentam maiores dimensões, com bordo horizontal, caneluras a rodearem o *guilhoché* e generalizam-se as asas em forma de laço, de que é exemplo o número 08.5978. Teria sido este o período de maior difusão, com especial incidência na primeira metade do século II d.C., de que é exemplo o número 05.2805<sup>604</sup> do Mileu. Embora apresente grande dimensão, com 466mm de diâmetro de bordo e sem vestígios de decoração com *guilhoché*, consideramos que este exemplar pertence à fase de desenvolvimento desta forma, tendo em conta o bordo, com inclinação no sentido descendente. Curiosamente os exemplares que possuem maiores dimensões apresentam elevada semelhança com os do primeiro grupo.

A análise do conjunto do Mileu permite-nos afirmar que na sua maioria apresentam características do *segundo grupo* definido por M. Romero Carnicero, datado da primeira metade do século II d.C.

A *última fase*, com produção nas últimas décadas do século II até ao fim da produção desta forma, no século III, é marcada pelos bordos ascendentes, com uma suave canelura interna entre o bordo e a parede. Segundo Maria A. Mezquíriz de Catalán (1961: 75), a produção desta forma prolonga-se até ao século III e mesmo até ao século IV, embora se admita que nesta fase produtiva já estivesse representada muito residualmente.

---

<sup>603</sup> Foi com base nas semelhanças desta forma com os primeiros exemplares da forma *Drag. 36* que se generalizou a datação de 70/80 d.C.

<sup>604</sup> Não encontramos paralelos para o número 05.2805, tendo em conta as suas características, nomeadamente a elevada dimensão do diâmetro do bordo, com 466mm, e a inexistência de *guilhoché*. Com efeito, Françoise Mayet (1984: 78) refere como diâmetro máximo para esta forma os 300mm. Apesar de, inicialmente, termos colocado a hipótese de este exemplar não pertencer a esta forma, optámos por integrá-lo aqui, tendo em conta o bordo horizontal, com uma pequena ranhura, apresentando semelhanças com um exemplar proveniente da necrópole de Pere Martell, Tarragona, (Mayet, 1984: pl. LXXVI, n.º 233), embora este tenha diâmetro de bordo inferior.

5.1.1.1.3.1.14. Hisp. 7

A forma designada como *hispânica 7* compreende peças com distintas características mas com a mesma finalidade: a de servirem de tampas ou testos. Como tal, as diferenças de perfil nestas peças estariam relacionadas com os recipientes onde iriam ser aplicados. É possível que alguns exemplares servissem para tapar copos e pequenos pratos, enquanto outros serviriam para cobrir ou tapar pratos de maiores dimensões, de que são exemplo as que tapavam as peças da forma *Drag. 44*, como o exemplar que identificámos em Idanha-a-Velha (Pereira, 2006: 94). Trata-se de uma produção praticamente exclusiva dos ateliers hispânicos, identificando-se – fora desta produção – apenas em *Montans* (Carretero Vaquero, 2000: 393)<sup>605</sup>.

No Mileu detectaram-se seis exemplares desta forma, dos quais apenas dois permitem o cálculo do respectivo diâmetro de bordo, os números 05.3585 e 08.5811, destacando-se as suas reduzidas dimensões, pois o primeiro tem 76mm de diâmetro de bordo e o outro apenas 70mm.

5.1.1.1.3.1.15. Hisp. 10

Identificada como um pequeno copo de perfil troncocónico, a forma *Hispânica 10* possui bordo espessado, virado para o exterior, parede oblíqua e uma base plana (sem o pé elevado, característico das restantes formas hispânicas). Todavia, como salienta Luis Juan Tovar (1992: 39) relativamente aos materiais de Arcóbriga -e como nos foi possível confirmar no Mileu - o fundo é geralmente côncavo, sendo o apoio efectuado no ângulo de união entre este e a parede. Apesar de a variante inicial desta forma sofrer a influência da produção sudgálica<sup>606</sup>, no seu conjunto constitui uma criação hispânica, identificada em *Pompaelo* nos níveis da segunda metade do século I d.C. e durante todo o século II (Mezquíriz, 1961: 79).

Apesar de os exemplares conhecidos se encontrarem limitados geograficamente ao Norte da Península Ibérica, à excepção de dois exemplares encontrados em Mérida, correspondentes a uma variante desta forma (tendo em conta os elementos decorativos

---

<sup>605</sup> Apesar de se encontrar ausente em diversos locais, como Repesas ou Santarém, está bem representada em *Petavonium*, com vinte e dois exemplares (Carretero Vaquero, 2000: 393), em Idanha-a-Velha com três exemplares, cinco na Ammaia (Pereira, 2006: 45) e em *Bracara Augusta* quinze exemplares (Morais, 2005: 225).

<sup>606</sup> Nomeadamente da forma *Hermet 10* sudgálica ou da *pyxide* do *serviço de mesa A* (Juan Tovar, 1992: 40).

que possui) e de se encontrarem escassamente representados na maioria dos sítios<sup>607</sup>, no Mileu identificámos dezanove exemplares. Confirma-se a existência de dois grupos: o primeiro com diâmetro de bordo entre os 66 e os 80mm (números 05.4193 e 02.2161) e o segundo entre os 104 e os 106mm (números 05.4767 e 05.4692)<sup>608</sup>.

Os fragmentos de fundo detectados no Mileu apresentam um diâmetro que se poderá associar ao primeiro grupo, tendo em conta que se encontram entre os 32mm e os 42mm.

No geral, os exemplares do Mileu são semelhantes aos da primeira variante, como os que foram identificados em Palência, Numância ou *Pompaelo*, sem qualquer elemento decorativo (ao contrário dos dois exemplares de Mérida, decorados<sup>609</sup>). Dois dos exemplares do Mileu exibem caneluras na parede interna (na ligação entre o bordo e a parede), os números 08.5840 e 06.16506, com um fabrico de excelente qualidade e diâmetro de 146mm no primeiro caso e de 66mm no segundo, o que poderá indiciar pertencerem a uma primeira fase deste fabrico, possivelmente de fins do século I d.C. Para estes exemplares há a considerar a hipótese de a canelura corresponder ao assentamento de uma tampa, da forma *hisp. 7*. Relativamente ao número 06.16446 observámos uma ranhura na parede interior, denotando uma cronologia mais antiga, curiosamente do *fabrico 5*, indiciando que estes ateliers poderão ter iniciado a sua produção logo em inícios da segunda metade do século I d.C.

Santiago Carretero Vaquero (2000: 396) coloca ainda a hipótese de a primeira fase de fabrico desta forma corresponder aos exemplares que possuem verniz espesso e brilhante, com canelura na parede interna (influência da produção sudgálica) e diâmetro de bordo entre os 108mm e os 126mm., exemplares datados do período flaviano.

O conjunto do Mileu é relativamente homogéneo, exibindo as mesmas características acima evidenciadas. Todavia, esta semelhança desaparece quando abordamos os sucessivos momentos históricos de produção, uma vez que se inserem nas fases entre o *fabrico 1* e o *3*, este último caracterizado por um engobe fino e alaranjado. Todavia, tendo por base as dimensões dos bordos e do tipo de fabrico é possível que os

---

<sup>607</sup> Em Conímbriga conhecem-se poucos exemplares (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 154), em Belo apenas um exemplar (Bourgeois, Mayet, 1991: 200), em Santarém é desconhecida, assim como em Idanha-a-Velha, mas em *Petavonium* é comum, com quinze indivíduos (Carretero Vaquero, 2000: 395), enquanto na Ammaia foram detectados quatro exemplares (Pereira, 2006: 45).

<sup>608</sup> Curiosamente, no Mileu encontram-se ausentes os exemplares de maiores dimensões, como os detectados em *Petavonium*, com diâmetro de bordo entre os 120mm e os 126mm.

<sup>609</sup> Confirma-se Mayet, 1984: 78, n.ºs 254 e 255, onde esta autora defende que esta variante seria proveniente de um único *atelier*.

de *fabrico 1* se insiram na primeira fase produtiva desta forma, datada do período entre a época flaviana até ao fim do século I d.C.

#### 5.1.1.1.3.1.16. Formas indeterminadas

No conjunto de *terra sigillata* do Mileu foi possível analisar dois fragmentos de bordo, os números 06.3519 e 05.2828, que apresentam elevada semelhança entre si, mas cuja classificação é dificultada, devido à pequena dimensão dos fragmentos e ao facto de se enquadrarem num conjunto de formas pouco documentadas. Consideramos que estes dois exemplares se poderão inserir na forma *hispânica 23*, da qual conseguimos encontrar apenas três paralelos, nomeadamente num exemplar proveniente de Mérida (Mezquiriz, 1961: est. 27; Mayet, 1984: 79) e em dois de Braga (Morais, 2005: 252). Correspondem a formas fechadas, pequenas jarrinhas sem asas, de pé baixo, bordo inclinado para o exterior, com colo estreito e alto. No caso dos últimos exemplares referidos, foram datados do período de entre fins do século I d.C. e inícios da centúria seguinte (Morais, 2005: 252).

#### 5.1.1.1.3.2 As formas decoradas

Como já referimos, o número de exemplares decorados encontrados no Mileu é reduzido, correspondente a apenas 24,9% do conjunto de *terra sigillata* hispânica recolhida (240 fragmentos). Estes exemplares estão distribuídos pelas três formas decoradas identificadas, salientando-se todavia o número elevado de fragmentos decorados aos quais ainda não nos foi possível atribuir uma classificação formal.

Ao longo da nossa análise sobre a descrição dos estilos decorativos da *terra sigillata* hispânica seguimos de perto as descrições de Françoise Mayet (1984), actualizadas com os dados de Sáenz Preciado (1998: 154), que reconheceu mais dois estilos, e outros dois de transição<sup>610</sup>. Todavia, nos diversos estudos realizados sobre os

---

<sup>610</sup> O *primeiro estilo* corresponde à fase de imitação da produção de La Graufesenque, com produtos cuja proveniência será possivelmente da oficina de *VLLLO*, recuando o início da produção a 40/50 d.C. (Mayet, 1984: 86), sendo os motivos decorativos mais comuns as *grinaldas*, as *cruzes de Santo André*, os *festões*, as *arcadas* e os *galões*. Entre os dois primeiros estilos, Sáenz Preciado (1998: 154) apresenta um estilo de transição, onde surgem duas bandas, apresentando a primeira os motivos de imitação referidos e a segunda uma decoração com métopas.

O *segundo estilo* decorativo é caracterizado pela *utilização de métopas*, por vezes com representação de animais no interior, com motivos separados por elementos verticais, com maior incidência sobretudo na forma *Drag. 29* (Mayet, 1984: 87). Sáenz Preciado (1998: 155) identifica *um novo estilo de transição* entre as métopas e os círculos, ou seja, com a conjugação de ambos.

materiais decorados verificou-se que não foi possível estabelecer uma cronologia para os mesmos, uma vez que, como refere Françoise Mayet (1984: 87), numa mesma peça podem surgir motivos do primeiro estilo associados a motivos do terceiro.

#### 5.1.1.1.3.2.1 Drag. 29

A forma *Drag. 29* decorada é uma das mais relevantes na maioria dos sítios para os quais se conhecem os estudos da respectiva *terra sigillata* hispânica. Com efeito, esta forma é das que surgem em maior número, apesar de a sua produção ter sido limitada cronologicamente. Disso é exemplo o conjunto do Mileu, com 41 indivíduos, correspondentes a 17,9% do total de peças decoradas.

Esta forma corresponde a uma taça carenada, com bordo ligeiramente virado para o exterior, lábio destacado, parede interior marcada por ranhuras, decorada com duas bandas de motivos, tendo como protótipo a mesma forma da produção sudgálica<sup>611</sup>, com um fabrico que recua aos anos 55/60 d.C. e se prolonga até aos flávios, com apogeu no período entre 80/85 (Mayet, 1984: 82), quando foi substituída pela *Drag. 37*. Os exemplares analisados noutros locais indicam que eram fabricados com engobe brilhante, homogéneo e pasta compacta, o que parece corresponder ao nosso *fabrico 1*.

Apesar de o diâmetro de bordo destes exemplares se encontrar geralmente entre os 170mm e os 190mm, no caso de sítios como o Mileu ou *Bracara Augusta*, aqueles diâmetros são muito variáveis<sup>612</sup>, abarcando tanto peças de pequenas dimensões, com 102mm, como peças muito maiores, com 234mm. Assim, no Mileu estabelecemos dois grupos tendo em conta o diâmetro de bordo. O primeiro possui diâmetros entre 102mm e 114mm<sup>613</sup>, caracterizados pela existência de ranhuras na parede interna na maioria dos exemplares. Neste grupo insere-se o número 06.16993 que apresenta decoração com

---

O *terceiro estilo* – denominado *de Círculos* – é caracterizado por frisos compostos por *círculos simples, concêntricos*, associados a motivos vegetais e verticais, e que podem ter no seu interior motivos alternados com métopas. Pode surgir na forma *Drag. 29*, no interior de métopas, como é o caso de algumas peças de *Petavonium*, onde surgem círculos concêntricos de grandes dimensões, associados a elementos vegetais, rodeados por palmetas (lembrando os exemplares sudgálicos). O investigador Sáenz Preciado (1998: 155) descreve ainda *um novo estilo*, pouco difundido, caracterizado por frisos, correspondentes a um motivo ou dois, alternados, que se repetem ao longo de diversos frisos.

<sup>611</sup> Ao contrário dos exemplares sudgálicos, a maioria das peças hispânicas não possuem o bordo decorado com roda, salvo raras exceções, de que é exemplo uma peça proveniente de *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 404, n.º 184) e os dois exemplares do Mileu.

<sup>612</sup> Deve notar-se que apenas foi possível confirmar o diâmetro de bordo de vinte exemplares.

<sup>613</sup> Embora com um diâmetro pouco comum, Mayet apresenta também um exemplar com 115mm (Mayet, 1984: 82).

roda sob o bordo, com *fabrico do grupo 4*, o que implica que este fabrico é contemporâneo do início de produção de *terra sigillata de Tritium Magallum*. O mesmo acontece com o número 06.5501, este do *fabrico 1*, decorado com *roleta*. Também neste grupo se insere o número 06.13354, com 102mm de diâmetro, ranhuras na parede interna e decorado no primeiro friso com uma linha de folhagem bífida horizontal.

Como já tivemos oportunidade de referir, o conjunto do Mileu é pouco homogéneo, tendo em conta que apenas dois exemplares se inserem no subgrupo com diâmetros de maiores dimensões, entre os 180mm a 200mm, como o número 02.2239, com 174mm. Os restantes apresentam medidas díspares. Outros exemplares ainda apresentam maiores dimensões, como o número 02.1605 ou o número 08.635, este último tendo como decoração elementos vegetais, o primeiro com 217mm de diâmetro de bordo e o segundo com 234mm.

Neste conjunto não possuímos nenhum exemplar inserido no *primeiro estilo decorativo* definido por Françoise Mayet, composto por grinaldas, festões ou arcos. De facto, a reduzida dimensão dos fragmentos permite-nos apenas afirmar que possuímos um exemplar do estilo das métopas, não havendo certezas relativamente aos restantes, devido ao elevado estado fragmentado do conjunto. O número 06.481 insere-se no segundo estilo decorativo, exibindo no primeiro friso uma linha de triângulos e um elemento vegetal trifoliado, com elementos verticais a separar as métopas, neste caso folhagem bífida (que se prolonga para o friso inferior, onde é visível uma rosácea) ladeada por duas linhas onduladas de cada lado.

Ao terceiro estilo decorativo pertence o número 08.1783, observando-se no primeiro friso círculos concêntricos, os dois primeiros segmentados e os outros lisos. Do mesmo estilo decorativo faria parte o número 06.1909, exibindo no primeiro friso dois círculos concêntricos lisos.

Por fim parece ser de referir dois exemplares que apresentam uma decoração semelhante entre si, nomeadamente os números 05.4711 e 06.12330, ambos exibindo no primeiro friso uma linha horizontal de folhas de palma arredondadas, com múltiplos ramos, colocadas na lateral<sup>614</sup>. Destaca-se ainda o número 05.4828, que exhibe um friso superior de curta dimensão, encontrando-se uma linha de óvulos dispostos na

---

<sup>614</sup> Foi possível identificar alguns paralelos, mas nunca na lateral. Em Conímbriga, por exemplo, o n.º 65, correspondente à forma *Drag. 37B*, com bordo amendoado, possuindo um friso de palmetas (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975).



horizontal, rodeada por duas caneluras, situação para a qual não encontramos paralelo<sup>615</sup>.

#### 5.1.1.1.3.2.2 Drag. 30

Forma de imitação da produção sudgálica, com um perfil cilíndrico, a forma *Drag. 30* apresenta um bordo vertical, parede perpendicular e fundo oblíquo, geralmente com uma moldura de quarto de circunferência na zona de ligação entre a parede e o fundo, bem como ranhuras na parede interna, sob o bordo. Com uma ampla difusão<sup>616</sup>, a sua produção é contemporânea da forma *Drag. 29*, ou seja, vai de meados do século I d.C. até ao fim da centúria, dados que têm por base a estratigrafia de *Pompaelo* (Mezquíriz, 1961: 100) e o facto de os exemplares desta forma não apresentarem a decoração com círculos, típicos já do século II d.C.

No Mileu foram identificados oito fragmentos pertencentes a esta forma, apesar das devidas reservas devido à pequena dimensão dos fragmentos. Possuem de diâmetro de bordo reduzidas dimensões, como o número 06. 17024 com apenas 114mm ou o 06.16993 com 128mm.

Escassos são também os dados que possuímos face aos elementos decorativos destes exemplares do Mileu, verificando-se que o número 02.1138 se insere no estilo de métopas, sendo estas delimitadas por três linhas verticais onduladas, rodeadas de cada lado por folhagem bífida. É também o caso do número 08.6239, onde é possível observar folhagem bífida horizontal, ou o número 02.2239, com folhagem bífida vertical, este último com um fabrico distinto das outras peças (o fabrico 6), com um verniz de boa qualidade, embora se observem poucos e pouco nítidos elementos decorativos<sup>617</sup>.

---

<sup>615</sup> Apenas foi possível identificar um exemplar em Conímbriga, com linhas de óvulos invertidos (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: pl. XXXV, n.º 24).

<sup>616</sup> Apesar de os exemplares desta forma se encontrarem escassamente representados na maioria dos sítios, em *Petavonium* surgiram doze exemplares (Carretero Vaquero, 2000: 407), onze em *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 224), cinco na Ammaia (Pereira, 2006: 46-47) e em Idanha-a-Velha um exemplar (Pereira, 2006: 87).

<sup>617</sup> A escassez decorativa e o tipo de fabrico, com um engobe muito alaranjado, remetem para um exemplar mais tardio, inserindo-se no segundo estilo decorativo, dominada pelas métopas.

A forma *Drag. 37* é uma taça com filiação na sua congénere gaulesa, apresentando bordo vertical e lábio arredondado, cujo início de fabrico é datado por M. A. Mezquíriz de Catalán (1961: 110) de entre os anos 60 e 70 d.C. Por seu lado, Françoise Mayet (1984: 84) defende que o início de produção deverá remontar ao fim do século I d.C. e terminar no fim da primeira metade do século II. Tendo em conta o resultado de estudos em diversos sítios sabemos que esta corresponde à forma decorada mais difundida na Península Ibérica<sup>618</sup>.

García Fernández e M. Roca Roumens (1999: 288) dividiram esta forma em duas variantes, a *Drag. 37A* e a *Drag. 37B*, com diferentes cronologias de fabrico, integrando-se na primeira peças de diâmetro de bordo de menores dimensões (entre os 110mm e os 200mm), com uma cronologia produtiva desde os fins do século I d.C., até ao século III, enquanto a *Drag. 37B* representa peças com diâmetro de bordo entre os 250 e os 300mm, com um característico bordo amendoado e uma produção apenas entre 70 d.C. e fins do século I<sup>619</sup>.

No Mileu esta forma encontra-se relativamente bem representada, com vinte e oito indivíduos, dispersos pelas duas variantes, dez na forma *Drag. 37A* caracterizados por um bordo sem espessamento, enquanto os da *Drag. 37B* são exemplares com bordos amendoados, identificando-se nesta variante onze exemplares. Entre as peças da primeira variante destacamos o número 07.1727, com motivos decorativos do estilo de métopas, com a representação de um cervídeo, rodeado por linhas verticais e folhagem bífida, com um friso sobre a métopa, decorado com meio-círculos. Também inserido neste grupo formal enquadrámos os números 06.519 (com 145mm de diâmetro de bordo) e o 06.12279 (com 108mm de diâmetro de bordo), que apresentam finas molduras acima da área decorada, cuja fractura não nos permite a sua observação. Outros exemplares apresentam diâmetros de bordo semelhantes, como o número 06.8423, com 156mm, ou o número 06.13359, com 105mm, ou ainda menores, como os

---

<sup>618</sup> Apesar de corresponder à forma decorada mais comum na maioria dos sítios arqueológicos, na Ammaia foi possível identificar, com segurança, apenas dois fragmentos, inseridos na variante de bordo simples, a mais comum. Em Idanha-a-Velha possuímos um exemplar inserido na segunda variante, de grandes dimensões, com 372mm de diâmetro de bordo, observando-se uma linha horizontal de folhagem bífida (Pereira, 2006).

<sup>619</sup> Segundo Luis Juan Tovar (1992: 68) a forma *Drag. 37B* corresponde a uma especialização da forma *Drag. 37*, sob influência da forma *Hisp. 40*.

90mm do número 06.2724 ou os 100mm do número 02.2163<sup>620</sup>. Também fracturada acima da área de decoração, no número 02.1575 podemos apenas observar uma linha de folhagem bífida horizontal, sendo de destacar neste exemplar o elevado diâmetro de bordo, com 210mm.

Em maior número surgiram os exemplares da variante *Drag. 37B*, embora também aqui o elevado grau de fractura das peças não nos permita observar os motivos decorativos que fariam parte destas peças, à excepção do número 06.12389, que corresponde a um fundo, com um *fabrico tipo 3*, inserido no estilo de métopas, com a representação de uma divindade, possivelmente *Minerva* e, noutra métopa, um elemento arbóreo rodeado por pequenos círculos. Também o número 06.13151, com 222mm de diâmetro de bordo, se insere no estilo de métopas, observado-se apenas a folhagem bífida horizontal e vertical, bem como linhas onduladas verticais. Motivos semelhantes podem observar-se no 06.1823, salientando-se um fino *guilhoché* sob o bordo, tal como no número 05.2827, embora neste caso o *guilhoché* seja mais imperfeito. Geralmente as peças desta variante apresentam maiores dimensões, como o número 06.15277, com 268mm, sendo os exemplares de menores dimensões mais raros, de que é exemplo o número 02.2135, com apenas 180mm, ou o, ainda mais pequeno, número 05.2827, com os seus 138mm de diâmetro de bordo.

Por fim, numa última referência ao tipo de fabrico dos exemplares identificados, verifica-se que se encontram representados os *tipos 1, 2 e 3*, destacando-se o número 06.12389, com motivos decorativos muito nítidos, demonstrando elevada perfeição, mas exibindo, pelo contrário, um fabrico de pior qualidade, com verniz pouco brilhante.

#### 5.1.1.1.3.2.4 Fragmentos decorados

Como já tivemos oportunidade de referir, os materiais do Mileu encontram-se muito fragmentados, dificultando a análise e classificação formal dos fragmentos decorados de acordo com as formas ou a descrição dos diversos estilos decorativos. Assim, optámos por efectuar a descrição e análise dos fragmentos, sendo certo que uma das conclusões possíveis de estabelecer desde já foi a escassez de peças que se inserem no primeiro estilo, de imitação da produção sudgálica, caracterizado pelos festões, grinaldas ou *cruzes de Santo André*, situação comum noutros locais, como *Bracara*

---

<sup>620</sup> Apesar das devidas reservas, optámos por integrar este exemplar nesta forma, não tendo sido possível definir se corresponde a um indivíduo sem decoração.

*Augusta* (Morais, 2005: 226) ou Ammaia (Pereira, 2006), encontrando-se ausente de locais como Santarém (Viegas, 2003), Belo (Bourgeois, Mayet, 1991) ou Idanha-a-Velha (Pereira, 2006). No Mileu detectámos um único exemplar, o número 06.834, que apresenta um festão com motivos vegetais. Todavia, o facto de apresentar no friso inferior círculos separados por um elemento vegetal e uma fiada de vegetação bífida a separar os dois frisos, leva-nos a questionar a sua inserção neste estilo, pois a associação do motivo de festões (de imitação sudgálica) com motivos circulares repetidos e concêntricos, rodeando quatro pérolas, poderá antes remeter-nos para o estilo de transição entre os motivos de imitação e os motivos originais dos ateliers hispânicos.

Outros fragmentos decorados do Mileu inserem-se no estilo de métopas, caracterizados pela representação de elementos de fauna ou flora entre as métopas, de que é exemplo o número 06.11696, onde surge a representação de uma cena de caça, com um cão a perseguir uma lebre, motivo que, repetido, deveria integrar um friso, criando uma ilusão de movimento. A dividir o elemento central encontram-se elementos vegetais, como a folhagem bífida, e a cena é delimitada superiormente por pequenos círculos. Neste mesmo estilo poderemos integrar outros exemplares, como o 06.15278 ou o 06.3252, com a representação de motivos vegetais ladeados de linhas onduladas verticais. Mas encontrámos também representações de figuras humanas, como no número 05.3110, onde se observa uma divindade rodeada por folhagem bífida vertical, ou o número 05.2785, onde uma figura humana e um elemento vegetal constituem o motivo central, ladeados por linhas verticais onduladas.

Todavia, o estilo mais bem representado corresponde ao terceiro, onde os círculos constituem o motivo central, exibindo as mais variadas formas, por vezes associados a motivos vegetais e verticais. Assim, entre os fragmentos que exibem decoração mas que não foi possível classificar, detectámos 71 exemplares, entre os quais se destaca o número 06.3647 que, apesar das reduzidas dimensões do fragmento, permite observar um elemento vegetal, rodeado por dois círculos concêntricos, o interior liso e o segundo segmentado, observando-se à esquerda uma linha ondulada. Salientamos ainda o número 06.7822, onde se observa uma roseta rodeada por um círculo denteado. Noutros exemplares observámos a representação de animais no interior de círculos, de que é exemplo o número 06.15275, com um animal virado para a direita, mas com a cabeça virada para a esquerda, ladeado por dois círculos, concêntricos, o interior segmentado e o segundo liso.

No conjunto de formas e fragmentos decorados do Mileu verificámos que existe um leque muito diversificado de elementos decorativos, desde os verticais de separação de motivos, sobretudo inseridos no estilo de métopas, com linhas onduladas verticais ou folhagem bífida vertical. Surgem porém outros motivos, mais escassos, como os *candelabros* (de que é exemplo o número 06.3547), os círculos, ou mesmo as pequenas pérolas (como o número 06.13302). Verificámos ainda que na parte superior da peça, no início da área decorada – no sítio onde na *terra sigillata* sudgálica é comum a presença de óvulos – no caso do Mileu (onde estes elementos decorativos se encontram praticamente ausentes, à excepção do número 05.4828), surgem outros elementos decorativos. Registam-se, entre estes, linhas de círculos ou mesmo a representação de *palmetas* onde estas surgem dispostas horizontalmente, ou o no número 06.481, decorado com com triângulos. O elemento mais comum é, porém, a representação de uma linha de folhagem bífida horizontal (08.6239 ou 06.12308, classificado como *Drag. 29*).

Também na base da área decorada das peças verificámos como elemento mais comum o surgimento de uma linha de folhagem bífida horizontal, efectuando a delimitação entre o fundo e o início do pé.

Relativamente aos motivos vegetais mais comuns no conjunto do Mileu destacam-se as rosetas, com distintas dimensões e formatos, geralmente representadas no interior de círculos, de que é exemplo o número 06.3441 ou o número 06.7822. Destacam-se ainda os motivos arbóreos, como no número 06.3252 ou no número 06.12389, mais elaborado, semelhante a um outro identificado em *Bracara Augusta* e que Rui Morais (2005: 259) atribui às oficinas de Bezares.

Menos frequentes são as representações de animais, destacando-se, mesmo assim, a presença de aves e mamíferos, estes últimos sobretudo no interior de métopas, de que são exemplo os números 06.11696 e 06.15275, com a representação de cervídeos. Destaca-se ainda o 06.8443, com a representação de uma girafa, com a cabeça e os pequenos chifres entre as orelhas. Animal africano, a sua presença enquanto elemento decorativo é extremamente rara, registando-se um mosaico com a representação de uma girafa ou dromedário, actualmente integrada na colecção do Hotel Villa Real de Madrid, mas proveniente do Oriente (Blázquez Martínez, 2007: 485)<sup>621</sup>.

---

<sup>621</sup> Este mosaico foi comprado em Riehen, Suíça e era proveniente da Síria, sendo aplicado no hotel, como decoração. Este mosaico, que faria parte de um maior, apresenta a representação de um animal de pescoço comprido, com dois chifres pequenos, corpo horizontal, com pança peluda, levando à sua

Todavia, a representação de girafas é muito rara, destacando-se nas fontes escritas a menção de que Cómodo (180-192) terá matado uma ou a referência de que existiam dez girafas no “parque dos animais” em Roma, no tempo de Gordiano III (reinado 238 a 244) (Blázquez Martínez, 2007: 485).

Detectámos apenas um fragmento com representação de aves, o 05.4244, onde se observa a repetição de um motivo de patos virados à direita, com cabeça virada no sentido contrário.

A representação de figuras humanas é também rara no conjunto do Mileu, à excepção de exemplares como os números 05.2785 ou 02.2143. Destaca-se ainda a representação de divindades, como as presentes nos números 05.3110 e 06.12395. Este último, onde se observa a representação de uma divindade feminina, possivelmente a deusa *Minerva*, é uma peça exibindo uma produção muito elaborada, que permite observar os motivos decorativos com elevado pormenor. Também o número 06.1941 apresenta grande pormenor, observando-se a representação de três Vitórias, no que parece ser uma cena de dança, assim criando a ideia de movimento - motivo que segundo José Carlos Caetano seria inédito, como já referimos quando abordámos os materiais das escavações dos anos 50 do Século XX no Mileu.

#### 5.1.1.1.3.3 Marcas de Oleiro

Foram detectados apenas 28 fragmentos de fundo com marca de oleiro, o que corresponde a 2,9 % do número de peças de *terra sigillata* hispânica do Mileu, percentagem que se encontra de acordo com os valores apresentados para outros locais, como *Bracara Augusta* com 95 fragmentos com marca de oleiro (Morais, 2005: 260) ou *Petavonium* com dez fragmentos (Carretero Vaquero, 2000: 435). Daquele alargado conjunto, entre marcas perceptíveis e outras incompreensíveis, quer pela reduzida dimensão dos fragmentos, pela fractura ou mesmo pela escassa legibilidade das marcas, identificámos materiais provenientes das oficinas de nove oleiros.

Da oficina de *Sempronius* (um dos oleiros de *Tritium Magallum* mais conhecidos) seria proveniente o nosso exemplar número 06.14551, bem como o número 05.4036. Aqui surge a marca *SEM* ou *SLM*, observando-se a inexistência da típica fórmula introdutória “*Ex officina*”. Identificámos ainda uma outra peça, reutilizada como

---

identificação como girafa ou dromedário. É possível que esta confusa representação se possa dever ao facto de o mosaísta nunca ter visto uma girafa, efectuando a representação de um animal com base em descrições orais (Blázquez Martínez, 2007: 485).

malha de jogo, onde se pode observar a marca “[...] MPR [...]”, possivelmente correspondente a este mesmo oleiro (número 06.2764).

Em 2006<sup>622</sup> referimo-nos a outros dois oleiros do centro de produção de La Rioja, um deles de Arenzana de Arriba, limite de La Puebla (Fernandéz García, 1998:137), tendo como referência o número 02.2132, que detém a marca do oleiro *L(ucius) MARCIUS*, no interior de uma cartela de forma rectangular, com 13 x 2mm. O nome do oleiro é apresentado com a fórmula introdutória *EX O(ficina)*, característica mais frequente nas oficinas de *Tritium Magallum*. Saliente-se que o *O* possui reduzidas dimensões e o *L* é apresentado na sua forma arcaica, com a barra oblíqua<sup>623</sup>.

O número 05.3512 apresenta características semelhantes à marca de oficina anterior, nomeadamente com a fórmula introdutória *EX O(ficina)*, o *L* apresentado com barra oblíqua, o *O* mais pequeno e o *M* e *A* em nexos. Este exemplar provém da oficina do oleiro *L(ucius) MARCEL(us)*. Pelas semelhanças desta marca com o número 02.2132, que inicialmente supusemos pertencer a *Lucius Marcius*, bem como as semelhanças com uma outra, apresentada por Françoise Mayet (1984: pl. CCXIII), também fracturada, proveniente de Arenzana de Arriba, não será possível que estes três exemplares pertençam ao *atelier* de *Lucius Marcellus*? Relembramos que as duas últimas marcas se encontram fragmentadas no final e não identificámos qualquer outra marca deste oleiro. Resta-nos, para já, aguardar por novos achados de peças desta oficina para o cabal esclarecimento da fórmula.

Já no número 05.3109 identificámos o oleiro *SURIUS*, possivelmente com oficina em *Tritium Magallum*, com exemplares conhecidos em *Italica*, Torre de Palma e Conímbriga (Béltran Lloris, 1990: 115). Apresenta o *V* com hastes oblíquas e de elevada dimensão, tendo como fórmula introdutória um *O* e entre esta e o *S* encontra-se um ponto. Trata-se de uma marca semelhante a uma outra encontrada em Conímbriga (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 209, n.º 406).

Detectámos ainda uma peça proveniente da oficina de *Accunicus* ou *Accunicus* (número 06.3317) também com oficina em *Tritium Magallum*, com exemplares dispersos por diversos sítios, como Conímbriga (Mayet, 1973 – Conímbriga: 7), *Italica*, Mérida, entre muitos outros sítios (Mayet, 1984: 116). Tal como no exemplar detectado em Tricio, a peça não apresenta fórmula introdutória e o *A* não apresenta barra

---

<sup>622</sup> Pereira, 2006.

<sup>623</sup> O que por si só poderá não implicar maior antiguidade.

horizontal (característica de todas as marcas deste oleiro), apresentando letras altas e finas, à excepção dos *CC*.

O número 06.16444 poderá ser proveniente da oficina de *VALERIUS PATERNUS*, embora com algumas reservas, uma vez que temos apenas a parte inicial da inscrição *OF VA[...]*. Trata-se de um dos mais difundidos da produção hispânica, com oficina em Trício e com materiais dispersos por Alcácer do Sal, Ampurias, Bilbilis, *Caetobriga* (Tróia de Setúbal?), Conimbriga, entre muitos outros (Mayet, 1984: 184-185).

Também o oleiro *MATERNUS BLANDUS* se encontra representado no conjunto do Mileu, com o número 06.14531, com uma marca muito semelhante a uma outra identificada em Rabat, nomeadamente *MAT BLOF*, no interior de uma cartela com elevado desgaste, com 19 x 5cm, cantos arredondados, caracterizada por letras muito próximas, mas pouco perceptíveis. Com oficina em *Tritium Magallum*, os seus materiais encontram elevada dispersão, sinalizada em Alcácer do Sal, Represas, Belo, entre muitos outros sítios (Mayet, 1984: 151).

No número 06.17759 identificámos a marca de *FES*, que poderia corresponder ao oleiro *Festus*, também representado em Represas e Rabat (Mayet, 1984: 132), embora com algumas diferenças, uma vez que a marca do Mileu se encontra *in planta pedis*, para a qual não foi possível identificar paralelos.

Por sua vez, é possível que o número 06.13273 apresente a marca de *MICCIO*, oleiro de *Tritium Magallum*, com materiais dispersos por diversos sítios, desde Ampúrias, Ammaia, Belo, Conimbriga, entre outros, destacando-se as semelhanças do nosso exemplar com um outro de Castulo, actualmente no Museu Arqueológico de Linares (Mayet, 1984: 153), com letras de alturas irregulares, o *C* pequeno e o *I* muito alto e fino, na sua variante *MICCIONIS*.

Entre os restantes exemplares com marca irreconhecível, destaca-se a cartela do número 05.5146, em *tabula ansata*, embora o nome do oleiro seja ilegível devido à fractura.

#### 5.1.1.1.3.4 Grafitos

No caso do Mileu os grafitos, pela sua reduzida dimensão e pela fractura das peças, não permitem qualquer análise, pois geralmente correspondem a uma simples letra, salvo raras excepções, como no número 06.2764, onde se observa a inscrição



*MRP*, ou no número 06.5613, com *TCA*. Salientamos ainda o número 06.10984, que apresenta um grafito na parede interna (*MA*), mas também na exterior (*VE*). Trata-se de exemplares que, pelo seu pequeno número e por surgirem muito fragmentados, no seu conjunto não permitem maiores ilações.

#### 5.1.1.1.4 *Terra Sigillata* Hispânica Tardia

No âmbito da produção de *terra sigillata* na Península Ibérica no Baixo Império, Françoise Mayet (1984) definiu *dois fabricos* distintos, caracterizando-se o *primeiro* por uma pasta alaranjada, com abundância de desengordurantes, verniz alaranjado, fino e mate, por vezes apresentando manchas castanhas, ou cinzentas, brilhantes, quase metalizadas, possivelmente devido à cozedura. O *segundo fabrico*, o mais comum, engloba os exemplares com uma pasta cor de laranja vivo, com aspecto folheado, verniz laranja intenso, brilhante, de boa qualidade, mas pouco aderente e com possibilidades de escamar mais facilmente, grupo onde se inserem todos os exemplares do Mileu, embora salientamos, desde já, a existência de escassos fragmentos inseridos nesta produção, com apenas catorze exemplares (nmi), o que representa 1,4% do conjunto de *terra sigillata* registada neste sítio arqueológico.

##### 5.1.1.1.4.1 As formas lisas

###### 5.1.1.1.4.1.1 Drag. 15/17 T

Como já tivemos oportunidade de mencionar, a forma *Drag. 15/17* é uma das mais bem representadas na maioria dos sítios arqueológicos, com uma produção desde meados do século I d.C. até ao Baixo Império. De acordo com as escavações de Pamplona é possível encontrar esta forma a partir de níveis datados de 50 a 100 d.C. (Mezquíriz, 1961: 55)<sup>624</sup>. Com uma produção abrangendo um tão longo período, a forma foi evoluindo, desde a fase de imitação dos exemplares sudgálicos até aos perfis mais evoluídos, com paredes tendencialmente mais inclinadas, oblíquas, com fundo horizontal, um pé geralmente baixo e, no ângulo entre a parede e o fundo, a meia-cana,

---

<sup>624</sup> Nas escavações de Pamplona, nos níveis superiores – estratos III e IV dos *sectores F e G* – foram encontrados exemplares exibindo as características tardias desta forma, atribuídos ao período entre os séculos III e IV (Mezquíriz, 1961: 55).

um quarto de circunferência em relevo, de que é exemplo o número 06.905 do Mileu, já inserido na forma *Drag. 15/17 tardia*.

Detectámos ainda uma peça, o número 08.225, que inserimos no grupo de *pequenos pratinhos* definido por Françoise Mayet (1984: 253), semelhante a um outro, encontrado em Conimbriga, de perfil carenado, com bordo ligeiramente convexo e com 200mm de diâmetro de bordo.

#### 5.1.1.1.4.1.2 Hisp. 5

Identificámos também um fragmento de bordo da forma *Hispânica 5*, o número 07.3857, taça que formaria serviço com a *Hispânica 4*, neste caso o prato. A taça tinha como peculiaridades o bordo plano e reduzidas dimensões, verificando-se no caso da peça do Mileu um diâmetro de bordo de apenas 82mm. Apesar de no conjunto do Mileu não termos identificado nenhum exemplar alto-imperial desta forma, ela surge representada no Baixo Império, exibindo *guilhoché* na aba, embora – como é comum nos exemplares deste período – seja muito tosco (Mezquiriz, 1961: 75).

#### 5.1.1.1.4.1.3 Hisp. 6

Detectámos ainda um exemplar da forma *Hispânica 6*, o número 08.225, correspondente a um prato de parede oblíqua, com elevado diâmetro de bordo, de 202mm, exibindo características técnicas de uma produção do Baixo Império<sup>625</sup>, ou seja um verniz pouco espesso e uma pasta de cozedura em *modo A*. Como se torna evidente neste exemplar, trata-se de uma forma que sofreu a influência dos grandes pratos da produção norte-africana *Clara D*.

---

<sup>625</sup> Segundo M. A. Mezquiriz de Catalán (1961), é uma forma escassamente representada no repertório, detectada em níveis do Baixo Império em *Pompaelo* (Pamplona).

#### 5.1.1.1.4.2 As formas decoradas

##### 5.1.1.1.4.2.1 Drag. 37t

Uma das poucas formas decoradas presentes na maioria dos sítios arqueológicos do Baixo Império corresponde à *Drag. 37 tardia*<sup>626</sup>, caracterizada pelo seu perfil curvo, tendencialmente aberto, com paredes finas, de que são exemplo os números 00.33 e 08.6076 do Mileu, este com 216mm de diâmetro de bordo, enquanto o primeiro exhibe como elementos decorativos folhagem bífida horizontal.

##### 5.1.1.1.4.2.2 Fragmentos decorados

Detectámos ainda quatro fragmentos de parede com decoração, destacando-se os números 06.9698 e 06.3359, este exibindo linhas verticais e o anterior uma linha ondulada horizontal e folhagem bífida vertical, motivos que apresentam grande difusão, com semelhança aos do Alto Império, mas com uma representação mais estilizada. Também os números 08.6797 e 08.9530 apresentam decoração, desta vez efectuada com *roleta*, um dos motivos mais comuns nestas peças do Baixo Império, como detectámos em fragmentos encontrados em Idanha-a-Velha (Pereira, 2006), com paralelos em Conimbriga (Mayet, 1984: pl. CCL, n.º 85 e 86).

#### 5.1.1.1.5 Terra Sigillata Norte Africana Clara D

O conjunto de materiais arqueológicos do Mileu detém também exemplares de *terra sigillata* norte-africana *Clara D*, embora escassamente representada, com apenas quatro fragmentos (nmi). De facto, na maioria dos sítios que apresentam ocupação no Baixo Império, a presença de *terra sigillata* diminui fortemente (salvo raras excepções, como nos foi possível confirmar na Ammaia<sup>627</sup>).

---

<sup>626</sup> Esta forma demonstra uma elevada difusão, desde Cespedosa de Tormes (Salamanca), Monte de S. Francisco e Monte de S. Pedro, ambos no Concelho de Fronteira (Carneiro, Sepúlveda, 2004), *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 439), Santarém (Viegas, 2003: 198), Ammaia e Idanha-a-Velha (Pereira, 2006), entre outros.

<sup>627</sup> Na Ammaia verifica-se que os níveis de importação continuam elevados, pelo que a presença de material do Baixo Império (*terra sigillata* africana *clara C, D* e *hispânica tardia*) perfazem um total de 36,1%, indiciando que a Ammaia se encontrava, ainda neste período, em franca expansão e integrada nas redes de trocas comerciais à qual não deverá ser alheia a sua localização, no percurso da estrada de ligação de *Emerita Augusta* a *Olisipo* (Pereira, 2006).

Os fragmentos do Mileu inserem-se no *fabrico D2*, com uma produção que compreende os fins do século IV e os inícios do século VI. Caracterizam-se por uma pasta de textura grosseira, sobretudo nos exemplares mais tardios, com espessura de 6mm a 9mm, geralmente com um engobe brilhante, muito polido, algo espesso, embora não revestindo toda a superfície da peça.

#### 5.1.1.1.5.1 Hayes 59

No conjunto do Mileu detectámos dois exemplares, os números 06.17795 e 06.6226, que se inserem na forma *Hayes 59B*, um prato com parede curva, baixa, bordo horizontal ou inclinado, com pequenas caneluras no lábio superior, com engobe fino e mate, apenas presente na superfície interior da peça e no exterior do bordo. A produção desta variante situa-se entre 320 d.C. e 415, segundo Hayes (1972: 100), tendo sido identificada em contexto estratigráfico em Piazza Armerina, Ventimiglia, Ostia e Cartago (Carandini *et al.*, 1981: 83).

#### 5.1.1.1.5.2 Hayes 99

Detectámos ainda um fragmento que classificámos como *Hayes 99*, o número 07.2421, exemplar de uma taça de perfil hemisférico, com bordo boleado e espessado, possivelmente inserida na *variante C*, tendo em conta o perfil do bordo. Esta variante foi datada por Michael Bonifay (2004: 181) de entre o fim do século VI até inícios do século VII<sup>628</sup>. Apresenta semelhanças com os exemplares números 111 e 113 detectados em Conímbriga, (Delgado, Mayet, Alarcão, 1975: 266) ou com um exemplar encontrado na Ammaia (Pereira, 2006).

#### 5.1.1.1.5.3 Fragmento decorado

Identificámos ainda um fragmento de fundo de um prato de grandes dimensões, o número 06.8195, com decoração estampilhada, característica desta produção, contendo nomeadamente um quadrado reticulado - grelhas quadradas *tipo 67* (Hayes, 1972: 241) - datado de um período que compreende os fins do século IV e os inícios do século V.

---

<sup>628</sup> Um dos *ateliers* principais de fabrico desta forma é o de Oudhna (Bonifay, 2004: 181).

### 5.1.1.2 Cerâmica de Paredes Finas

De entre os conjuntos cerâmicos de período romano desde cedo foi reconhecida a excepcionalidade da produção da cerâmica de *paredes finas*, em parte devido à beleza das peças, marcada pela reduzida espessura das suas paredes, mas também pelo cuidado tratamento das superfícies. Coube a Nino Lamboglia, chamar a atenção da comunidade científica para a importância de demarcar estas peças como uma produção de serviço de mesa romano. Desde então, e com o desenvolvimento de diversos estudos sobre a cerâmica de paredes finas definiram-se várias características que actualmente permitem individualizar estas cerâmicas, a começar pelos estudos de Françoise Mayet, que os definiu como recipientes para beber, destacando-se – entre as formas mais comuns – os copos e as taças<sup>629</sup>, mas possuindo também outras funções, como guardar e servir líquidos, integrando, como tal, o conjunto do serviço de mesa. O desenvolvimento dos estudos desta cerâmica permitiu ainda definir outras características, pois para lá dos seus perfis delgados, estas peças são caracterizadas pelo alisamento e brunimento das superfícies exteriores, bem como pela utilização de engobes, prática que se generaliza a partir das primeiras décadas do século I d.C. A associação de determinadas formas com certos tipos de decoração permite remeter a sua produção para uma oficina específica e estabelecer uma cronologia mais fina. Tendo em conta estas características, no âmbito dos estudos sobre o Império Romano, o surgimento desta produção é extremamente relevante, sobretudo quando surge em contextos selados. Desde já, pelo seu carácter excepcional, pois por se tratar de uma produção efectuada *ao torno* (o que certamente encarecia a produção), tornaram-se produtos mais raros na maioria dos sítios arqueológicos. Por outro lado, o seu conhecimento tipológico permite aferir cronologias distintas para os níveis onde surge, definindo-se como um *fóssil director*.

Para além do clássico problema do estudo dos materiais de contextos habitacionais, nomeadamente devido à elevada fragmentação das peças, o estudo das *paredes finas* possui um problema acrescido, resultante do desconhecimento da maioria dos centros produtores (em parte devido à ausência de escavações de contextos selados), mas também da inexistência de análises químicas dos distintos fabricos detectados nos centros de consumo. Outra dificuldade acrescida no estudo que desenvolvemos está

---

<sup>629</sup> Nas fontes clássicas surgem referenciados como *calix*, *cymbium* e *poculum*.

relacionada com o facto de se tratar de uma produção sobretudo comercializada no âmbito do comércio marítimo<sup>630</sup>, pois surge escassamente em locais do interior da Península Ibérica, sobretudo em áreas menos romanizadas da Lusitânia, como parece ter sido o caso do Planalto Guarda-Sabugal<sup>631</sup>.

Como já tivemos oportunidade de referir, o desconhecimento genérico dos centros produtores torna a tarefa de compreender os sistemas de trocas no seio do qual a comercialização destas peças se insere extremamente complexo de analisar. Todavia, no conjunto do Mileu foi possível observar a existência de distintos fabricos, sobretudo ao nível das pastas, levando-nos a descrevê-los e a caracterizá-los visando definir grupos que nos permitissem compreender a sua origem.

Desde já, parece-nos que, tendo em conta a estratigrafia onde estas peças surgem no sítio do Mileu, os fabricos e as suas características, os exemplares de cerâmica de paredes finas correspondem a produções alto-imperiais, destacando-se dois grupos distintos. No primeiro enquadrámos os exemplares denominados “casca de ovo”, de pastas claras e engobe cinzento claro (Munsell 10YR 7/1). Apesar de desconhecermos a sua proveniência, pelas razões que acima mencionámos, não podemos deixar de referir a sua possível produção em Mérida<sup>632</sup> (López Muller, 2008: 368), onde cerâmica deste tipo terá sido fabricada no período entre Tibério e os primeiros decénios do período flaviano. No caso dos exemplares do Mileu o facto de não possuímos nenhum fragmento que permita uma classificação formal dificulta ainda mais a sua análise.

No segundo grupo, no qual se insere a maioria dos exemplares do Mileu, foi possível observar distintos fabricos, indiciando oficinas diversas, tendo todavia em comum o engobe, por vezes com reflexos metálicos. Assim, consideramos possível que apesar das distintas características destes exemplares, envolvendo diversas tonalidades de pastas, todas elas de tons ocre, entre o esbranquiçado, o amarelado e o rosado, com

---

<sup>630</sup> A produção Bética, por exemplo apresenta uma distribuição sobretudo marítima e costeira, surgindo em escassos sítios do interior, de que é exemplo o conjunto de Conímbriga.

<sup>631</sup> Não podemos deixar de referir, uma vez mais, a falta de publicação dos conjuntos materiais de diversos sítios da Beira Interior, o que dificulta a nossa percepção das rotas terrestres nas quais estas peças estariam inseridas, pois parece-nos que – tal como a *terra sigillata* – a comercialização de cerâmica de paredes finas possuiria um carácter parasitário nas cargas terrestres. Assim, também estes materiais deveriam percorrer as calçadas de todo o interior da Lusitânia, tendo como ponto de origem as capitais de *conuentus*.

<sup>632</sup> Todavia, dado que possuímos apenas fragmentos de escassa dimensão, teremos de mencionar que também se poderiam enquadrar no grupo de exemplares produzidos no período da época republicana até ao principado de Augusto, genericamente caracterizados pela ausência de engobe e pelas superfícies polidas, originários da Província itálica (Arruda, Sousa, 2003: 238). A nossa opção pela sua classificação como alto-imperiais prendeu-se unicamente com a sua posição estratigráfica no sítio do Mileu e com a análise dos materiais de distintas produções.

alguns elementos não plásticos visíveis a olho nu, e engobe laranja ou amarelado, estes materiais são identificados como fabricos da *Baetica*, possivelmente do vale do Guadalquivir, onde estes exemplares surgem em maior número (López Mullen, 2008: 365), com uma produção que se inicia a partir do reinado de Tibério.

De facto, numa análise mais atenta verificámos que é possível individualizar diversos fabricos: um primeiro com uma pasta muito depurada, com aspecto arenoso, com microfósseis, grog acastanhado, poucos cristais de quartzo e muitas lamelas de mica; e um segundo com uma pasta com mais inclusões que o fabrico anterior, com um aspecto esponjoso, exibindo nódulos de barro e óxido de ferro, possivelmente do vale do Guadalquivir.

Verificámos ainda a existência de alguns exemplares que consideramos provenientes das oficinas de Andújar, caracterizados por um fabrico menos cuidado, com pasta mais grosseira, de cor rosada (Munsell, 5YR 8/4), com engobe de má qualidade, produzidos na segunda metade do século I d.C., mais concretamente no seu terceiro quartel (López Mullor, 2008: 368), grupo no qual inserimos, por exemplo, os números 06.4977 ou 06.6827 do Mileu.

Identificámos ainda um outro fabrico, possivelmente produzido em Mérida, com pasta de coloração ocre rosado (Munsell, 5YR 8/4), do qual foi possível individualizar alguns exemplares, como os números 06.4749 ou 06.4840<sup>633</sup>.

No Mileu reconhecemos ainda alguns exemplares que apresentam uma pasta com distintas tonalidades, também denominadas *bicolores* ou de *sanduíche*, possivelmente provenientes de Ibiza, onde se encontra uma produção com estas características, de que são exemplo os nossos números 06.14000 e 06.462.

Relativamente às formas detectadas, uma vez mais os dados são coerentes com os conjuntos de cerâmica de paredes finas detectados noutros locais, uma vez que no Mileu há um predomínio da forma *Mayet XXXVII*, tornando-se evidente que o conjunto de copos e tigelas é claramente dominante no serviço de mesa, como iremos ver de seguida.

---

<sup>633</sup> De facto, em Mérida foram detectados três fabricos distintos: o primeiro, com pasta de coloração branca - ocre; o segundo de coloração ocre amarelada e o terceiro fabrico com pasta rosada clara (Martín Hernández, Rodríguez Martín, 2008: 386). Recentemente foi ainda detectado um quarto fabrico em Mérida, caracterizado por exemplares de pasta de coloração laranja, compacta, com engobe laranja, classificada de fraca qualidade, fabricada para um mercado pouco exigente.

#### 5.1.1.2.1 Mayet VIII

A forma *Mayet VIII* engloba diversos tipos de copos globulares, com bordo virado para o exterior e com afunilamento do colo. As distintas variantes desta forma estão relacionadas com o perfil do bordo, encontrando-se o exemplar do Mileu número 06.3424 na última categoria, *Mayet VIIC*, ou seja, peças onde a dimensão do bordo é maior que a restante peça, apresentando uma certa curvatura. Com uma produção datada de fins do século I a.C até o período Tibério-Claudio (relativamente à *variante VIIB*), a *variante VIICa* é datada deste último período, tendo sido detectados diversos exemplares na Andaluzia e em algumas áreas de Portugal (Lópes Mullor, 2008: 365-368). Apesar de esta forma não ter uma datação consensual, relativamente ao exemplar do Mileu (do qual possuímos apenas um fragmento de bordo e com características de produção da Bética) é possível que o mesmo tenha sido comercializado ainda nas primeiras três décadas do século I d.C. (Carretero Vaquero, 2000: 457), ressaltando a posição estratigráfica no Mileu, junto de peças de *terra sigillata* hispânica. Destacamos ainda neste exemplar de paredes finas a má qualidade do engobe, de coloração laranja, irisado.

#### 5.1.1.2.2 Mayet XXXIV

A forma *Mayet XXXIV* compreende distintas variantes de um copo carenado, de perfil troncocónico, com diâmetro de bordo inferior à altura da peça. No caso do Mileu, apesar de possuímos apenas um fragmento de bordo, o número 06.12295, pelas suas características inserimo-lo, com as devidas reservas, na sua *variante XXXIVB*, pois possui um lábio saliente. Colocamos ainda a hipótese de inserir nesta forma o número 05.2642, tendo em conta o perfil carenado da parede. Os dois exemplares apresentam o mesmo tipo de fabrico, ou seja, uma produção na Bética<sup>634</sup>, com a característica pasta de coloração ocre esbranquiçado e engobe laranja, irisado. O primeiro exemplar apresenta decoração com círculos, o que não será muito típico nesta forma.

---

<sup>634</sup> Possivelmente em Cádiz, nas suas proximidades ou no curso médio ou baixo do Guadalquivir, tendo em conta o elevado número de exemplares encontrados nesta região, as características do fabrico e a carga do navio de Port-Vendres II, que naufragou entre 41 e 42 d.C., à saída de um porto no Sudoeste da Bética, transportando produtos desta região, nomeadamente lingotes de chumbo, cobre, estanho, ânforas de vinho, de azeite e de preparados de peixe, amêndoas e cerâmica de paredes finas, das formas *Mayet XXXIV* e *XLII* (Carretero Vaquero, 2000: 465).



A definição de uma cronologia de fabrico e distribuição desta forma é geralmente consensual: aceitável a partir do reinado de Tibério até início dos Flávios, com auge de produção nos decénios centrais do século I d.C., tornando-se escassamente representada em níveis a partir de Nero ou Vespasiano (Carretero Vaquero, 2000: 466).

#### 5.1.1.2.3 Mayet XXXVII

A forma *Mayet XXXVII*<sup>635</sup>, sob a influência da forma *itálica XXXV*, corresponde a um copo de perfil hemisférico, de lábio curto e arredondado, virado para dentro e separado da parede por uma fina ranhura. Com uma carena pouco acentuada, com bordo e pé destacado, exhibe motivos decorativos entre o bordo e a inflexão inferior da parede<sup>636</sup>, geralmente com diâmetro de bordo entre os 90 e os 100mm, de que é exemplo o número 05.3293 do Mileu. Geralmente estas peças possuem engobe alaranjado, com reflexos metálicos, como nos foi possível confirmar em quase todos os exemplares do Mileu. A forma parece surgir na época tibério-claudiana até ao período dos flávios, geralmente entre 25 a 60 d.C. Todavia, dados resultantes de recentes investigações têm permitido concluir que poderão atingir a década de 80 do século I d.C., embora o seu auge de comercialização tenha ocorrido entre os anos 40 e 50 (López Mullor, 2008: 369).

A forma *Mayet XXXVII* corresponde à forma com que se deu início à produção de paredes finas na Bética, com fabrico também noutras oficinas, desde o Vale do Guadalquivir, a Andújar, mas também em Lyon, La Graufesenque, entre outros (López Mullor, 2008: 368). Todavia, verificou-se que apresenta uma distribuição eminentemente costeira ou fluvial, podendo contudo atingir áreas mais interiores da Península Ibérica, de que são exemplo as peças do Mileu. A análise de distribuição destas peças tem permitido constatar que estas peças não possuíam um circuito comercial próprio, encontrando-se a sua distribuição ligada à comercialização de azeite bético, sobretudo à presença das ânforas *Dressel 20* (Carretero Vaquero, 2000: 473).

Em período imperial esta é a forma predominante em diversos sítios, como Santarém (Arruda, Sousa, 2003: 279), mas também em Conimbriga (Alarcão *et al.*,

---

<sup>635</sup> Carretero Vaquero (2000: 470), no seu estudo sobre os materiais do acampamento romano da *Ala II Flavi*, optou por efectuar o estudo conjunto da forma *Mayet XXXVII* com a *Mayet XVIII*, uma vez que é quase impossível efectuar a distinção entre os exemplares, dado que surgem com as mesmas pastas, tratamento de superfícies e motivos decorativos similares.

<sup>636</sup> Apesar de não terem sido identificadas asas no conjunto do Mileu, os exemplares desta forma e da anterior poderão apresentá-las, bem como caneluras na área inferior da parede, na zona de inflexão.

1976) e em Torre de Ares (Nolen, 1994: 57), resultado de uma maior comercialização no período posterior a Tibério nestes dois últimos sítios, enquanto que em Santarém neste período há poucos materiais importados (como já tinha sido notado em relação à *terra sigillata*; Viegas, 2003).

De facto, esta forma, juntamente com as formas *Mayet XXXVIII* e *Mayet XLII*, faziam parte do conjunto de peças de paredes finas com maior produção e difusão, como também verificámos no conjunto do Mileu, onde se apresenta como a forma mais bem representada, com dezanove exemplares (nmi), quase todos exibindo decoração<sup>637</sup>.

Entre os elementos decorativos nesta forma destacamos a decoração *com roda* (*motivo 3a*), de que são exemplo os números 05.3293, 06.13430 e mesmo o número 06.8933.

Outros exemplares apresentam decoração arenosa, como o número 06.4968, onde surge apenas no exterior da peça, característica geralmente atribuída aos exemplares da forma *Mayet XXXVIII*, mas que aqui surge num *copo*, da forma *Mayet XVIII B*, encontrando paralelos no número 46 de *Petavonium*, a qual o autor (Carretero Vaquero, 2000: 474) data do período de entre inícios do reinado de Cláudio ou da época entre Cláudio e Nero.

Entre os exemplares à *barbotilha*, os elementos decorativos como as pérolas e os merlões – de que são exemplo os números 07.1890 e 08.6269, entre outros – foram os mais profusamente utilizados nesta forma e os que melhor se encontram representados no conjunto do Mileu, também com datação do reinado de Cláudio até aos fins da centúria, sendo o momento auge da sua comercialização localizado entre Nero e os primeiros Flávios (Carretero Vaquero, 2000: 477).

Quase todos os exemplares do Mileu inseridos nesta forma são provenientes da Bética, apresentando pastas de coloração ocre esbranquiçada ou amarelada, com engobe de coloração laranja, brilhante e, na maior parte dos casos, irisado. Apenas existe um exemplar que apresenta um fabrico distinto, com pasta de coloração ocre rosado, também ele com engobe laranja irisado, possivelmente proveniente de Mérida, onde esta forma foi produzida entre Tibério-Cláudio até inícios do século II (Rodríguez Martín, 1996).

---

<sup>637</sup> Deveremos mencionar que os exemplares se encontram muito fragmentados e, por vezes, como possuímos apenas um fragmento de bordo, não é possível sabermos se apresentariam decoração.

#### 5.1.1.2.4 Mayet XXXVIII

No Mileu detectámos apenas dois fragmentos inseridos na forma *Mayet XXXVIII*, os números 06.10295 e 07.1463, embora esta identificação suscite uma vez mais algumas reservas, por se tratar de fragmentos muito reduzidos. Verificámos, no entanto, que são produções da Bética, com pasta ocre esbranquiçada, engobe laranja, irisado, de boa qualidade. No caso do número 07.1463 destacam-se os motivos à *barbotilha* com folhas de água. Apesar de não podermos confirmar que os dois exemplares acima referidos correspondam a esta forma, os motivos à *barbotilha* que ostentam correspondem aos motivos à *barbotilha* mais bem representados, por exemplo no conjunto de *Petavonium*<sup>638</sup>. Teria uma produção entre Cláudio (quando este tipo de decoração primeiro surge nesta forma) e finais do século I d.C., com apogeu no período compreendido entre Nero e os Flávios (Carretero Vaquero, 2000: 476). A peça do Mileu apresenta uma canelura inferior na área de inflexão, semelhante ao exemplar n.º 19 de *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000: 554).

#### 5.1.1.2.5 Mayet XLII

A forma *Mayet XLII* corresponde a um vaso alto, de perfil ovóide ou globular, com bordos oblíquos e extrovertidos, genericamente atribuída à segunda metade do século I d.C., produzida até c. 100 d.C., embora seja admissível que a sua produção recue ao ano 30 d.C. (Arruda, Sousa, 2003: 281). No caso do Mileu possuímos três exemplares inseridos nesta forma, os números 08.3058, 08.4953 e 06.14006, embora a integração deste último neste grupo se faça com algumas reservas, uma vez que possuímos apenas uma reduzida porção de bordo. O primeiro exemplar apresenta diferenças relativamente aos restantes, por se tratar de uma peça de pasta ocre acastanhado, mas sem engobe e com decoração com pérolas na parede. Os outros exemplares correspondem a fabricos da Bética, com pasta de coloração ocre esbranquiçado e com engobe laranja irisado.

---

<sup>638</sup> Comparando o exemplar do Mileu com os de *Petavonium* é possível estabelecer a hipótese de o exemplar do Mileu se inserir nesta forma, cuja parede possui um perfil mais vertical e cuja carena é mais acentuada que na forma anterior.

#### 5.1.1.2.6 Fragmentos decorados

No conjunto do Mileu detectámos ainda alguns exemplares a que não foi possível atribuir uma classificação formal, devido à reduzida dimensão dos fragmentos. Estes apresentam, porém, motivos decorativos distintos, levando-nos a classificá-los como nmi, num total de 27 exemplares, dispersos por seis tipos decorativos. Assim, entre as peças que apresentam decoração com *roda*<sup>639</sup> (motivo 3b), destacamos os números 05.3299, 06.12131, 07.1443, 07.3435 ou o 08.807. Detectámos ainda exemplares que apresentam *pérolas* como elemento decorativo (motivo 8a), um motivo próprio do período Cláudio-Nero (López Mullor, 2008: 369), mas também *folhas de água* (motivo 8m), utilizadas entre 40 e 70 d.C., de que é exemplo o número 07.1463, inserido na forma *Mayet XXXVIII*, ou *lúnulas* (motivo 8f), escassamente representadas no repertório das produções da Bética, mas datáveis essencialmente do período entre Cláudio e Vespasiano (López Mullor, 2008: 369), de que são exemplo os números 07.1798 ou 07.3437.

Confirmámos ainda a existência de diversas peças que apresentam decoração areada, mas às quais não foi possível atribuir uma categoria formal, embora seja certo que correspondam a um tipo decorativo que poderá surgir em diversas formas. Neste sentido destacam-se os números 07.4728, 06.17741, ou mesmo o número 06.3652 (que não apresenta engobe), confirmando também que este tipo decorativo pode surgir em peças de distintos fabricos.

#### 5.1.2 Lucernas

Um outro elemento típico do mundo romano, que revolucionou a vida das comunidades das diversas províncias do Império, foi a produção e generalização das pequenas lamparinas de barro, com a função de iluminação dos ambientes familiares ou religiosos e que fácil e rapidamente se dissiparam pelo Império. De facto, entre o conjunto de materiais arqueológicos de qualquer sítio as *lucernas* destacam-se pela sua graciosidade e beleza e pela função utilitária que desempenhavam enquanto objectos de uso quotidiano. Assim, a individualização e estudo dos vestígios lucernários de um

---

<sup>639</sup> No caso da forma *Mayet XXXVIIA*, este tipo decorativo é datado do período entre os anos 30-40 e os primeiros flávios.

determinado sítio arqueológico podem informar-nos não só do grau de aculturação das respectivas populações, mas também dos seus gostos artísticos, verificando-se a sua presença mesmo nas áreas mais recônditas do Império Romano<sup>640</sup>.

Tal como a *terra sigillata*, também as lucernas constituem “fósseis directores”, sendo conhecidos diversos locais de produção, com distintos fabricos e pastas. Actualmente, através do estudo dos materiais encontrados nos locais de produção, é possível conhecermos o local de proveniência dos exemplares encontrados nos locais de consumo, entre os quais se encontra o Mileu.

Por se tratar de um elemento do quotidiano, do dia-a-dia das populações, à medida que o uso das lucernas se generalizava, ter-se-á verificado certamente a necessidade de aumentar a respectiva produção. Esta, facilitada pela utilização de moldes, poderá ter sido uma das razões pelas quais, de tempos a tempos, vão surgindo notícias sobre a descoberta de moldes de lucernas, como é o caso não só de *Emerita Augusta*<sup>641</sup>, mas também de *Bracara Augusta*<sup>642</sup>.

No caso das lucernas encontradas em *Emerita* verificou-se que sua maioria foi produzida nas sucursais das oficinas-mãe, através da técnica do *sobremolde* (o que justifica a má leitura das marcas e a fraca visibilidade dos motivos decorativos), situação que ocorre entre finais do século I d.C. e inícios do século II, entre os reinados de Trajano e Adriano.

Nesta rápida dissiminação das lucernas pelo Império não podemos deixar de voltar a fazer referência ao papel fundamental das legiões romanas no processo de aculturação das populações indígenas. Com efeito, os acampamentos militares constituíram um centro de divulgação das inovações romanas e provinciais, tornando-se num dos expoentes máximos no processo de dissiminação não só de materiais, mas também da cultura, da religião e dos principais símbolos de Roma.<sup>643</sup>

---

<sup>640</sup> Como se sabe, o isolamento geográfico e a inexistência de vias marítimas ou fluviais não foram obstáculos à importação e à utilização de lucernas, como se comprova pelo elevado número de sítios arqueológicos onde surgiram vestígios lucernários.

<sup>641</sup> As primeiras referências de Mérida como possível centro de produção de lucernas surgem no século XIX (Rodríguez Martín, 2002: 17). Veja-se o caso da lixeira histórica da época romana encontrado na Rua Constantino em *Emerita Augusta* (Rodríguez Martín, 1996: 8).

<sup>642</sup> Veja-se, por exemplo, a identificação de moldes de cerâmica para produção de lucernas em *Bracara Augusta*, possivelmente para fabrico da forma *Loes. IV*, talvez da oficina de *Domitius* (Morais, 2005: 361), comprovando que também esta capital de *conuentus* terá produzido lucernas, neste caso encontradas em associação a fornos cerâmicos, indiciando certamente que a produção destes produtos não terá sido efectuada unicamente numa única oficina e que estas teriam uma produção variada e portanto não especializada na produção exclusiva daqueles mesmos produtos.

<sup>643</sup> Num contexto mais próximo do Planalto Guarda-Sabugal, vejam-se as lucernas republicanas detectadas no acampamento romano de Lomba do Canho (Nunes; Guerra; Fabião, 1990).

Quando iniciámos o estudo dos vestígios lucernários do Mileu deparámo-nos, logo à partida, com diversos problemas que limitavam a sua análise. Por um lado, a elevada quantidade de tipologias existentes para o estudo das lucernas, pois na publicação de distintas colecções verificámos que são apresentadas diferentes denominações ou classificações daquilo que, no fundo, correspondia à mesma tipologia de base<sup>644</sup>. Como tal, havia necessidade de recorrermos a uma tipologia mais usual, apoiando-nos, sempre que necessário, noutras classificações tipológicas. Neste sentido, optámos pela tipologia definida por Loeschcke<sup>645</sup>, com o recurso subsidiário às tipologias de Deneauve<sup>646</sup> e de Dressel<sup>647</sup>, quando necessário. Optámos ainda por efectuar a referência às equivalências entre as distintas tipologias, como forma de facilitarmos a sua análise comparativa com os materiais de outros locais<sup>648</sup>.

O segundo problema está relacionado com a falta de estudo e consequente publicações dos vestígios lucernários (bem como dos restantes materiais) encontrados na região da Beira Interior. De facto, para compreendermos o fenómeno da comercialização destes produtos seria importante a divulgação dos materiais resultantes de intervenções em sítios arqueológicos deste período, sobretudo de distintas tipologias de *habitat*. Esta divulgação permitiria compreender as rotas de distribuição destes produtos, os gostos estilísticos e artísticos do grupo étnico demograficamente dominante entre a população que residia na região em que o Mileu estava inserido, os *Lusitani*, ou mesmo compreender o grau de romanização destas comunidades, certamente perceptível não só pelo número de exemplares detectados, mas também pela análise iconográfica patente nas lucernas, como a representação de determinadas divindades clássicas. De facto, o estudo e a divulgação dos materiais arqueológicos tornou-se relevante até como forma de compreendermos as ausências detectadas, pois como se

---

<sup>644</sup> Sobre as distintas tipologias de lucernas romanas, veja-se, por exemplo Angel Morillo Cerdan (1990) – en torno a la tipologia de lucernas romanas: problemas de nomenclatura. *CuPAUAM*. 17: 143-167.

<sup>645</sup> Loeschcke definiu e criou – em 1919 – uma tipologia para os materiais provenientes de Vindonissa.

<sup>646</sup> Deneauve criou uma tipologia a partir da análise dos materiais lucernários de Cartago.

<sup>647</sup> Dressel efectuou, em 1899, a primeira sistematização de lucernas, com base nas peças provenientes das escavações, por si dirigidas, em Roma.

<sup>648</sup> Desde cedo os temas associados às lucernas chamaram a atenção dos investigadores e já no século XIX havia referências à existência de um centro produtor de lucernas em *Emerita Augusta* (Rodríguez Martín, 1996). Para além de diferentes tipologias e trabalhos publicados, destaca-se o colóquio denominado *Nouveautés Lychnologiques*, organizado pelo *Museu Romano de Nyon*, cujas *Actas* foram editadas em 2003, inteiramente dedicadas ao tema, onde foram apresentados os mais recentes resultados sobre a investigação lucernária.

verificou no caso da capital de *ciuitas* dos Cobelcos (Albuquerque, 2005)<sup>649</sup>, os vestígios lucernários não surgem em todos os sítios.

Por outro lado, apesar de se conhecerem diversos sítios onde foram detectadas lucernas, como o Mileu, em Idanha-a-Velha, na Coriscada (Meda) ou em Marialva (Meda), entre vários outros, permanecem por estudar e / ou por divulgar os vestígios lucernários detectados.

O estudo e a análise do conjunto de lucernas do Mileu apresenta um outro problema, bastante condicionador, pois, tratando-se de um sítio ocupado em períodos históricos posteriores, como o atesta a Capela Românica contígua, os materiais arqueológicos encontram-se – de uma forma geral – muito fragmentados, dificultando a análise do conjunto.

Por todas estas questões torna-se mais difícil dar resposta a questões (que noutros sítios estão já mais esclarecidas) relacionadas com o grau de aculturação que terão sofrido regiões como a Beira Interior, aparentemente à margem das grandes rotas comerciais do Império Romano – ou questões afins a esta. Assim, torna-se também difícil determinar com algum rigor o período a partir do qual se generalizou a comercialização e a utilização destes elementos de proveniência alheia e mais ou menos sumptuários, ou mesmo a existência, no sítio ou nas suas imediações, de elites culturais perfeitamente romanizadas, e que viam na posse e no uso destes elementos exógenos uma forma de reforçarem o seu poder social e económico.

Propõe-se em seguida, a apresentação, análise e divulgação dos elementos lucernários detectados no Mileu, pois para lá do seu interesse intrínseco, a sua divulgação contribuiu para o conhecimento efectivo da Romanização desta região, progressivamente integrada nas rotas comerciais que, numa escala mais reduzida, atravessavam as periferias da Península Ibérica, no contexto das grandes rotas que atravessavam todo o Império.

Consideramos que a análise das lucernas não deve ser realizada apenas pela peça em si e por aquilo que representa, mas sim enquanto integrada num conjunto cujo estudo poderá dar resposta a diferentes questões. Desde logo, quanto às rotas comerciais que se estabeleceram na Península Ibérica e mais concretamente no *conventus*

---

<sup>649</sup> Como refere Morillo Cérdan (2003: 196) é possível que nestes locais, onde não se detectaram vestígios de lucernas, fossem utilizados sistemas de iluminação mais primitivos, com suportes grosseiros para a fonte de iluminação, à base de cera ou de sebo, e por isso certamente difíceis de identificar no registo arqueológico. Todavia, tratando-se de uma capital de *ciuitas*, onde estão presentes diversos materiais importados, não deixa de ser estranha a ausência de lucernas.

*emeritensis*. Em seguida, quanto à questão da forma como terá sido iniciado o processo de aculturação das comunidades locais, tendo em conta que – após a pacificação do território e a conseqüente partida das legiões e tendo em conta a relativa fraca colonização da região – desconhecemos os agentes responsáveis pela comercialização destes materiais, na sua maioria fabricados na capital do *conventus emeritensis*, mas também provenientes da *Baetica*, da Província Itálica ou do Norte de África, como iremos ver.

O estabelecimento de tipologias ou de classificações tipológicas das lucernas deu lugar à definição de distintas séries, que agrupam lucernas com determinadas afinidades e semelhanças tipológicas e cronológicas. Foram assim constituídas diversas séries, incluindo as de produção exterior à Península Ibérica e as de fabrico em oficinas hispânicas. As lucernas do Mileu, num total de 1253 fragmentos, dos quais apenas foi possível identificar 286 nmi, inserem-se nas séries de volutas e nas tardo-antigas<sup>650</sup>.

Como seria de esperar, com um número tão elevado de fragmentos, foram detectados distintos fabricos de lucernas, que podem reflectir não só diferentes períodos históricos de produção, mas sobretudo distintas proveniências e centros produtores. Enfim, aqueles fragmentos contituem um conjunto marcado pela presença de lucernas de fabrico local e regional, pelas de fabrico provincial e pelas de fabricos provenientes do exterior da Península Ibérica.

A análise do conjunto do Mileu permitiu verificar uma presença maioritária de lucernas fabricadas a partir de pastas mais finas, por oposição a outras de pior qualidade, possivelmente correspondentes a fabricos locais ou regionais, cujos centros produtores não foram ainda localizados. Será que também estes exemplares seriam provenientes de *Emerita Augusta*, onde este fabrico também se encontra documentado<sup>651</sup>?

Da análise dos exemplares chegados até nós, é incontestável que durante o século I d.C. as lucernas fabricadas em *Emerita* são mais finas e de melhor qualidade (Rodríguez Martín, 2002: 209), com pastas de tonalidade ocre-branca ou ocre-amarelo,

---

<sup>650</sup> Neste número mínimo de indivíduos inserimos não só os fragmentos que permitiam uma identificação formal, mas também os fragmentos decorados. Contabilizámos ainda todos os fragmentos de parede com volutas, uma vez que – embora de uma forma genérica – serão inseridos na série de volutas, apesar de termos a noção de que poderemos correr o risco de aumentar artificialmente o número de peças.

<sup>651</sup> Confira-se Rodríguez Martín, 2002: 209.



com verniz amarelo ou alanrajado, geralmente brilhante e irisado. Este corresponde ao que definimos como o *fabrico 1* do conjunto de lucernas do Mileu.

Todavia, detectámos ainda outros fabricos, nomeadamente o *fabrico 2*, de lucernas fabricadas com uma pasta de cor ocre esbranquiçada, geralmente sem engobe, representado por exemplo por lucernas da forma *Dressel 3*, possivelmente também elas provenientes de Mérida.

O *fabrico 3*, que identificámos também em exemplares da forma *Dressel 3*, apresenta uma pasta de cor ocre amarelo-esverdeado, geralmente sem engobe, características geralmente atribuídas a materiais provenientes de Andújar.

O *fabrico 4*, o mais comum no conjunto do Mileu, corresponde a peças com pasta de cor ocre esbranquiçada ou ocre amarelada, com engobe de cor laranja, geralmente irisada, muito possivelmente proveniente da Bética.

No conjunto de lucernas do Mileu detectámos ainda outros fabricos que consideramos exteriores à Península Ibérica, como o *fabrico 5*, que engloba lucernas de pasta de coloração *beige*, com engobe castanho, de que é exemplo o número 07.1940 do Mileu, e que possivelmente poderá ser proveniente da Província Itálica.

O *fabrico 6* corresponde a exemplares caracterizados por uma pasta de coloração cinzenta clara, possivelmente de produção local ou regional.

Detectámos ainda exemplares com distintas características e de cronologia mais tardia, que classificámos como *fabrico 7*, com uma pasta de coloração castanha avermelhada, com origem no Norte de África e o *fabrico 8*, no qual inserimos os exemplares da forma *Deneauve XIB*, de pasta e engobe de coloração *beige*. Esta última fase produtiva decorreu desde a segunda metade do século II d.C. até ao início da centúria seguinte, marcada pelas peças do oleiro GES, com lucernas fabricadas com pastas de pior qualidade, de tonalidade cinzenta, identificando-se um exemplar com estas características e com a marca de GES nas proximidades do Planalto Guarda-Sabugal, em Centum Celas (Leitão; Ponte, 1980: 151 e ss)<sup>652</sup>.

---

<sup>652</sup> Para além desta lucerna foi detectada uma outra, inserida na forma *Loescheke IV* (Leitão; Ponte, 1980: 151 e ss.).

### 5.1.2.1 As séries documentadas

#### 5.1.2.1.1 A Série de Volutas

Entre as séries documentadas no conjunto do Mileu destacam-se, pelo elevado número de exemplares detectados, as *lucernas de volutas*<sup>653</sup>, correspondendo a 46,1 % do total. São identificadas como o produto que durante o Alto Império marca uma nova perspectiva face à produção e divulgação destes materiais, com uma presença em larga escala no comércio, facto possivelmente inerente às suas características, pois eram definidas como as *lucernas de imagens*, uma vez que o seu disco apresenta decoração na maior parte da superfície (Carretero Vaquero, 2000: 755), de grande aceitação entre os consumidores. Entre as características destas lucernas destaca-se o facto de possuírem apenas um *rostrum* e as volutas, simples ou duplas, que adornam o bico, com uma função meramente decorativa. Tal como noutros fabricos, com a evolução produtiva das peças, as lucernas vão ganhando novas características, nomeadamente a tendência de fundo passar de pé anelar a plano, o surgimento das *asas* (em meados do 3º quarto do século I d.C.) e o surgimento de marcas de oleiro a partir da segunda metade do século I d.C.

Como em tantos outros sítios, trata-se da série mais bem representada no Mileu, não só em termos de materiais, onde são visíveis as características volutas, mas também pelos fragmentos que exibem decoração, dos quais certamente a grande maioria está inserida nesta série. Assim, detectámos cinco formas distintas, na série de lucernas de volutas, nomeadamente exemplares das formas *Loeschcke IA*, derivadas de *Dressel 3* ou de Andújar, *Dressel 11 / Loeschcke IV*, derivada de *Dressel 9* e *Deneauve VG*.

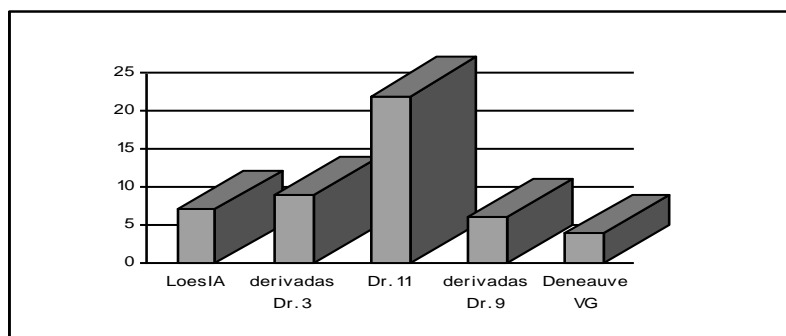


Gráfico n.º 4 - Distribuição de lucernas pelas distintas formas da série de volutas

<sup>653</sup> As volutas são um elemento decorativo característico das lucernas do século I d.C. (Amante Sánchez, 1994<sup>2</sup>: 132).

#### 5.1.2.1.1.1. Forma Loes. IA

Os exemplares da forma *Loeschcke IA*<sup>654</sup>, com o seu característico bico triangular, apresentam volutas, um *rostrum* com extremidade triangular, orla estreita e plana, com uma decoração diversificada no disco e geralmente não possuem asas. Apesar das distintas cronologias indicadas para o seu fabrico, considera-se que a sua produção decorreu entre Augusto e os Flávios (Rodríguez Martín, 2002: 23). No caso do Mileu foi possível concluir que o número de exemplares desta forma é escasso, tendo sido identificados seis exemplares, como os números 07.1940, 06.13981, 06.8530, 02.2363, 06.8530, 06.13857 ou 07.1949, esta última com vestígios de utilização. Todos os exemplares possuem pasta *beige* e verniz de cor castanha, inseridos no que classificámos como *fabrico 5*.

#### 5.1.2.1.1.2. Forma derivada de Dr. 3

No conjunto do Mileu identificámos ainda nove exemplares inseridos na forma derivada de *Dr. 3* ou de Andújar<sup>655</sup>, produzidas neste centro produtor, mas também em *Emerita Augusta*<sup>656</sup>. Trata-se de uma lucerna com bico em forma de bigorna, com volutas simples, caracterizada pela presença de aletas laterais, que também podem apresentar decoração, como ovúlos ou incisões. Apesar de se conhecerem exemplares sem decoração, no Mileu identificámos outros onde o único tema representado é uma vieira, de que são exemplo os números 06.17091, 06.6777, 06.9576 ou 05.3589 (neste último observa-se o início do arranque da aleta esquerda). Também os números 05.3591 e 02.2432 se inserem nesta forma, exibindo volutas simples e sem engobe nas superfícies, características comuns nos exemplares desta forma.

A produção desta forma perdura desde o período júlio-claudiano até aos flávios (Maia, Maia, 1997: 32), tendo a difusão dos fabricos hispânicos conhecido uma maior dispersão durante o reinado de Cláudio (Morillo Cérdan, 2003: 190).

---

<sup>654</sup> Corresponde à forma *Dr. 9*. Trata-se de uma forma difícil de identificar devido ao estado fragmentado do conjunto lucernário, sendo necessária a presença do respectivo *rostrum* para a sua identificação.

<sup>655</sup> *Sotomayor D-I, Deneauve III, Alarcão-Ponte AII*.

<sup>656</sup> Os exemplares de Andújar são produzidos numa pasta mais compacta, amarelo-azeitonada, enquanto que as dos ateliers de Mérida são produzidas a partir de uma pasta ocre esbranquiçada (Rodríguez Martín, 2002: 24). Entre os exemplares do Mileu produzidos em Andújar salientam-se os números 05.3589 e 05.3591, enquanto em Mérida foram produzidos os exemplares 02.2425, 02.2432, 05.3605, 06.6777, 06.9576 e 06.17091 ou 06.12272.

Estes exemplares encontrados no Mileu seriam maioritariamente provenientes de *Emerita*, integrando o grupo dos produtos comercializados no contexto do comércio terrestre de pequena escala, possivelmente através da *Via da Prata*. Não deixa de ser curioso o surgimento destes exemplares no Planalto Guarda-Sabugal uma vez que a presença de exemplares desta forma se circunscreve essencialmente à região da Alta Andaluzia, salvo raras exceções no Norte Peninsular (Casasola, 1993: 208). A sua presença em áreas mais setentrionais da Península<sup>657</sup>, parece estar associada ao fim da importação de azeite itálico e à produção e afirmação do azeite bético (Morillo Cérdan, 2003: 190).

#### 5.1.2.1.1.3. Forma Dr. 11/Loes. IV

A lucerna *Dr. 11 / Loes. IV*<sup>658</sup> é muito comum nos contextos arqueológicos da maioria dos sítios arqueológicos nos quais se conhecem os vestígios lucernários, o que denuncia uma elevada aceitação desta forma pelas comunidades. Uma das características destes exemplares é a heterogeneidade das peças, exibindo distintas dimensões entre si e uma elevada variedade de motivos decorativos. Todavia, possuem como característica comum um bico em ogiva, ladeado por volutas duplas, sendo também usual a presença de orifícios de arejamento, de pequenas dimensões, localizados entre as volutas, como comprovámos em diversos exemplares encontrados no Mileu<sup>659</sup>, destacando-se o número 06.6640 pelo facto de este orifício não ter sido realizado até à parede interna, não servindo, como tal, o intuito para o qual foi realizado.

Também a definição da cronologia de produção destes exemplares não é consensual, tendo Loeschcke proposto um fabrico desde Augusto até ao período flaviano, enquanto Deneauve, bem como Ponsich, propuseram como data final de produção os fins do século I d.C. (Maia, Maia, 1997: 33).

Geralmente os exemplares inseridos neste grupo apresentam um fabrico cuidado, com paredes finas, produzidos a partir de uma pasta de coloração branca (o nosso fabrico 1) e um engobe irisado. Entre os exemplares do Mileu que inserimos neste grupo salientamos o número 06.784, que apresenta a marca de oficina de COPPIRES.

---

<sup>657</sup> Tal como um outro exemplar encontrado em Itália, actualmente no *Museo Nazionale de Roma*, de contexto desconhecido. Este exemplar chegou a Roma possivelmente associado ao comércio de azeite bético, a partir da Bacia do Guadalquivir, tendo sido produzido nas oficinas de Córdova (Casasola, 1993: 208).

<sup>658</sup> Deneauve VA, Ponsich IIB1 ou Bailey B.

<sup>659</sup> Como os números 06.12398, 06.16447 ou 05.3290.

#### 5.1.2.1.1.4. Forma derivada de Dr. 9

As lucernas de forma *derivada de Dr. 9*<sup>660</sup> inserem-se numa forma evoluída da *Dr. 9*, produzida no Sudoeste da Península, também conhecidas como *Rio Tinto / Aljustrel* ou *lucernas mineiras*. A cronologia de fabrico desta variante vai desde meados do reinado de Cláudio a meados do século II d.C. (Maia, Maia, 1997: 32)<sup>661</sup>, sendo os exemplares caracterizados por um fabrico com pasta branca-esverdeada, sem verniz e com asa. Os materiais do Mileu não apresentam decoração no disco, mas apresentam volutas e uma base plana, salientando-se os números 06.9480, 08.353, 06.17069, 06.10013, mas também os números 08.352 e 08.391.

#### 5.1.2.1.1.5. Forma Deneauve VG

A forma *Deneauve VG*<sup>662</sup> insere-se no grupo de lucernas de volutas com aletas laterais, tipo laço com extremidades bicudas, caracterizadas por paredes finas, fabricadas a partir de uma pasta de cor ocre-esbranquiçada e verniz alaranjado, com uma produção desde o período Tibério-Claúdio até aos inícios do século II d.C. (Rodríguez Martín, 2002: 31). No Mileu identificámos dois exemplares desta forma - apesar das devidas reservas, tendo em conta a sua fragmentação - nomeadamente os números 06.4727, que possui uma incisão circular no arranque da aleta<sup>663</sup>, e o número 06.10476, do qual possuímos apenas o *rostrum*. É possível que também os números 05.2766 e 02.2294 se insiram nesta forma, embora tenhamos detectado apenas as respectivas aletas.

### 5.1.2.1.2 A Série de Lucernas Tardo-Antigas

#### 5.1.2.1.2.1 Forma Deneauve XIB

Detectámos ainda lucernas que integrámos na série das tardo-antigas, nomeadamente os números 06.11973, 06.16502, 06.13686 e 06.14001, caracterizadas

---

<sup>660</sup> *Loeschke IC, Deneauve IVA.*

<sup>661</sup> Uma vez mais, a datação de produção desta forma varia de autor para autor, defendendo Rui Morais (2005: 342) que corresponde a um fabrico correspondente ao século II d.C. e inícios da centúria seguinte.

<sup>662</sup> *Bailey G, Alarcão-Ponte BII2.*

<sup>663</sup> Este exemplar apresenta semelhanças com um outro, encontrado em *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 330, n.º 70).

por possuírem um bico redondo, que classificámos como pertencentes à forma *Deneauve XIB*, embora com algumas reservas devido à pequena dimensão dos fragmentos. Trata-se de um grupo de lucernas já de fins do século III ou de inícios do século IV (2002: 42). Dos exemplares do Mileu possuímos apenas a área do disco, geralmente curto, com o orifício de alimentação no centro (que preenche praticamente todo o disco), com uma moldura em relevo, donde partem diversas caneluras. Os dois primeiros exemplares referidos possuem orifícios circulares. No número 06.11973 é possível observar o arranque de asa. Relativamente às pastas verificámos que este último exemplar apresenta uma pasta castanho avermelhada (fabrico 7), enquanto os números 06.16502 e 06.13686 apresentam pastas de cor *beige* (fabrico 8), ao contrário do número 06.14001, que exhibe uma pasta de cor ocre esbranquiçada (fabrico 4). Todos os exemplares apresentam aguada de coloração *beige*.

#### 5.1.2.2 - Fragmentos Decorados

Detectámos ainda um elevado número de fragmentos de disco, aos quais não foi possível atribuir uma classificação tipológica, mas que possibilitam uma análise iconográfica, seguindo de perto as temáticas tipificadas por Loeschcke, seguido na maioria dos estudos publicados sobre lucernas: *religião e mito, personagens históricas, vida quotidiana e fauna e flora*. Apesar de na sua maioria não ter sido possível associar os exemplares decorados com uma forma específica, a análise iconográfica das lucernas detectadas no Mileu permite algumas observações e considerações que contribuem para um melhor conhecimento daqueles que as utilizavam.

Numa primeira análise dos exemplares que exibem decoração destacam-se oito exemplares com motivos no primeiro tema e dez lucernas com motivos alusivos à fauna, enquanto no tema da vida quotidiana enquadrámos seis exemplares.

##### 5.1.2.2.1 - A Religião

O tema da religião constitui um dos mais relevantes na iconografia das lucernas, uma vez que daí poderemos retirar algumas considerações sobre temáticas relacionadas com a espiritualidade e o grau de aculturação destas comunidades do Planalto Guarda-Sabugal. Assim, foi possível identificar a representação de duas divindades, sendo a

personificação divinizada de Vitória<sup>664</sup> a mais bem representada, pois está presente em seis exemplares. Os motivos são semelhantes entre todos, destacando-se o elevado grau de nitidez, o que nos levou a considerá-las lucernas originais. Em cinco dos exemplares (números 01.330, 02.2330, 05.3593, 06.9292 e 08.751) a divindade encontra-se em posição frontal, de pé, virada para a esquerda, com apenas uma grande asa visível. A mão esquerda encontra-se sobre o ventre e o braço direito, flectido, segurando o *clipeus virtutis* (o escudo redondo)<sup>665</sup>. No número 08.597, a divindade segura, na outra mão, uma palma caída, semelhante à figuração de um outro exemplar encontrado em Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 87, n.º 265) ou à de um outro, proveniente de Mérida (Rodríguez Martín, 2002: 306, n.º 81). Ora, o exemplar do Mileu destaca-se também pela nitidez dos motivos, distinguindo-se o *peplos* e o *apotygma* que enverga<sup>666</sup>. Não podemos deixar de evidenciar ainda o número 06.16508 do Mileu que, ao contrário dos outros exemplares inseridos nesta temática, apresenta um motivo pouco nitido, com a divindade sobre o *Orbis*, bem como características que nos levaram a inseri-la no *fabrico* 6, o que poderá significar que se trata de uma lucerna produzida local ou regionalmente.

Entre os exemplares do Mileu existe ainda um fragmento que exhibe uma representação da deusa Diana, o número 06.927, onde se salientam os seus atributos de caçadora<sup>667</sup>. Destaca-se a nitidez da decoração, sobretudo o drapejado do *chitón* (curto), de uma figura virada para a direita, com o braço esquerdo flectido, em posição de quem

---

<sup>664</sup> Este tema foi muito apreciado no mundo romano e é uma das representações mais comuns por entre os materiais de *Emerita Augusta*, presente em lucernas desde a época flaviana até ao século IV d.C., indiciando que este motivo tenha tido uma elevada aceitação na Península Ibérica (Rodríguez Martín, 2002: 217). Estes exemplares surgiram também em locais como Faro, Alcácer do Sal, Tossal de Manises, *Bracara Augusta*, entre muitos outros. Disso são exemplo os 54 exemplares identificados em Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 83). “A personificação da Vitória é também usual em lucernas. Mercedes Vegas (1966: 81) e Amaré Taffala (1984: 29 e 1987: 46) sugerem que a representação da Vitória – tal como surge nos exemplares em estudo (Museu de Évora) – se inspirou num modelo colocado por Octaviano na Curia Iulia depois da vitória de *Actium*, posteriormente reproduzida em denários do Príncipe.” (Morais, 2011: 33).

<sup>665</sup> Salienta-se o número 05.3593 com grande semelhança com um exemplar proveniente de Tossal de Manises (M. Olcina, H. Reginard, J. Sanchez, 1990: 30, n.º 18).

<sup>666</sup> A lucerna de volutas da forma *Loeschke III* do Museu de Évora, datada da 1.ª metade do séc. I / inícios do séc. II (com cume da produção na 1.ª metade do séc. I), apresenta o disco “[...] decorado com uma Vitória de pé, sobre o *orbis*, com asas abertas elevadas à altura da cabeça. A Vitória enverga um *peplos* com *apotygma* e segura no seu braço esquerdo uma palma até cima e, com o braço direito levantado, ostenta uma pequena coroa de louros” (Morais, 2011: 41).

Para a caracterização destas e de outras formas de vestuário da Época Clássica ver, por exemplo, “Clothing in ancient Greece”, in [http://en.wikipedia.org/wiki/Clothing\\_in\\_ancient\\_Greece](http://en.wikipedia.org/wiki/Clothing_in_ancient_Greece).

<sup>667</sup> “A representação da deusa Diana é também muito frequente em lucernas. A imagem de Diana caçadora com cão aparece também em moedas de Antonino Pio (Cohen 204) e, ligeiramente diferente, em denários de Nerva (Cohen 40; RIC, 11), datados de 96 (Boube 1999: 108, 179)” (Morais, 2011: 33).

está a disparar uma flecha<sup>668</sup>. Corresponde, sem dúvida, a uma peça original, encontrando paralelos, por exemplo, em Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 47) ou em Mérida (Rodríguez Martín, 2002: 303, n.º 38), de onde este exemplar do Mileu poderá ser proveniente<sup>669</sup>.

Existe ainda um outro exemplar que inserimos nesta temática, apesar de grandes reservas na interpretação/identificação da respectiva figuração, devido ao estado de fragmentação da peça. Trata-se do número 05.4074, que apresenta semelhanças com uma lucerna de Santa Bárbara<sup>670</sup> e que representa um génio alado (Maia, Maia, 1997: 170). Ambas as peças possuem elevada nitidez, distinguindo-se o umbigo do génio, personagem virada para a direita, com a perna direita flectida e com o buraco de alimentação localizado à direita da figura.

#### 5.1.2.2.2 - A Vida quotidiana

O segundo grupo de elementos decorativos do Mileu insere-se na temática da *vida quotidiana*, com três exemplares que representam a figura de um *actor*<sup>671</sup>, com destaque para os seus trajes e a existência de um gorro/capuz na cabeça. Em dois dos fragmentos apenas é visível a roupa do actor (números 06.1907 e 06.2050), enquanto no número 06.16434 se pode observar a sua face, possivelmente coberta por uma máscara. Sabemos que os actores tinham um papel relevante na sociedade romana<sup>672</sup>, surgindo

---

<sup>668</sup> No Museu de Évora existem exemplares da forma *Loeschcke IV* de lucerna de volutas, datada do período Nero / Flávios – meados do séc. II, destacando-se o exemplar n.º 4, proveniente da Itália Central, com o disco “[...] decorado com a deusa Diana com chiton drapejado, de perfil e virada à direita, com o braço esquerdo estendido segurando o arco e o direito dobrado por detrás da cabeça para tirar uma seta da aljava. A acompanhá-la, e à sua frente, junto aos pés, um cão em corrida à direita. *Rostrum* triangular, com volutas pouco destacadas, com orifício de iluminação ausente por fractura. Orifício de arejamento assinalado junto à voluta esquerda, mas sem perfuração.” (Morais, 2011: 45).

<sup>669</sup> Veja-se o exemplar apresentado por Rodríguez Martín (1996: 84), datado por Bailey entre 40 a 80 d.C. Refira-se que estes materiais de Mérida foram encontrados em escavação, na Rua Constantino, n.º 64, associados a cerâmica comum, fragmentos de molde, tubos de aquecimento, cinzas e carvões, bem como a materiais com defeito de cozedura, o que levou à interpretação desta estrutura escavada na rocha como a lixeira de materiais defeituosos de uma oficina de oleiro das vizinhanças (Rodríguez Martín, 1996: 8).

<sup>670</sup> No caso de Santa Bárbara sobressai a imagem do génio alado a caminhar, com a perna direita à frente, o umbigo, o pénis, o braço esquerdo flectido, sendo visível apenas o cotovelo, o animal pendurado na vara e o orifício de alimentação sob a ave. Esta peça apresenta a marca de AGATOP (Maia, Maia, 1997: 170).

<sup>671</sup> Em *Emerita Augusta* estas representações ligadas ao mundo do teatro são produzidas entre fins do século I d.C. até meados da centúria seguinte e depois desaparecem (Rodríguez Martín, 2002: 221).

<sup>672</sup> As origens do teatro romano são desconhecidas, mas as primeiras referências recuam aos jogos de 364 a.C., sob imitação do teatro grego. A presença de *teatros* era frequente nas cidades, sendo numa primeira fase construídos em madeira e só algures a partir de 55 a.C. *Pompeu* ordenou a construção do primeiro teatro em pedra (Pereira, 2009: 72).



por vezes representados em mosaicos<sup>673</sup>. As duas primeiras lucernas apresentam paralelos com peças encontradas em Mérida (como o n.º 147, Rodríguez Martín, 2002: 99) ou o n.º 318 de Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 97), todas elas apresentando uma moldagem muito nítida. Todavia, no último exemplar referido do Mileu observa-se uma moldagem pouco nítida, destacando-se o que se assemelha a um gorro, semelhante a um outro exemplar encontrado em Mérida (Rodríguez Martín, 2002: 99).

Neste mesmo grupo de elementos do quotidiano inserimos os jogos de anfiteatro, locais onde se realizavam diversos espectáculos, entre os quais cenas de caça, denominadas *venatio*, que no caso do número 06.18123 do Mileu interpretámos como a representação de um leão a atacar outro animal<sup>674</sup>. Embora seja um fragmento de reduzidas dimensões, o mesmo motivo parece repetir-se no número 05.3319, revelando a pata dianteira do leão sobre o animal atacado, com uma nitidez tal que é possível observar pormenores anatómicos como as costelas do leão. Ambos encontram paralelos em Mérida (Rodríguez Martín, 2002: 126) e com o n.º 294 de Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 91). A diferença destes exemplares diz apenas respeito à moldagem – muito mais nítida – dos exemplares do Mileu, por oposição ao exemplar de Santa Bárbara.

As cenas de caça também se encontram representadas nas artes figurativas romanas, surgindo em mosaicos e sarcófagos<sup>675</sup>, identificando-se como um símbolo de *status* social dos grandes proprietários rurais<sup>676</sup>, que desempenhavam um relevante papel na sociedade (Blázquez Martínez, 2007: 409).

---

Sobre o teatro e em particular a dramaturgia no contexto da literatura latina ver P. G. M<sup>c</sup>C. Brown, “The First Roman Literature”, in John Boardman, Jasper Griffin e Oswin Murray, *The Roman World*, Oxford University Press, 6.ª Reimpressão, Oxford/Nova Iorque, 1995, pp. 60-72.

<sup>673</sup> Um excelente exemplo de mosaico com figurações de actores foi identificado numa casa localizada a Sul do teatro, em Esparta, observando-se Dionisos a oferecer uma *phiale*. Trata-se de um mosaico mais tardio que estas lucernas, datado da segunda metade do século III (Blázquez Martínez, 2007: 391), mas que permite compreender o relevante papel que desempenhavam os actores na sociedade romana.

<sup>674</sup> Este é um motivo comum nas lucernas de Mérida, evidenciando uma grande aceitação pela população de todo o Império, sobretudo entre meados do século I d.C. e a segunda metade do século III (Rodríguez Martín, 2002: 222). Em Santa Bárbara surgiram dois exemplares com motivos semelhantes, correspondendo o animal inferior a um burro (Maia, Maia, 1997: 91).

<sup>675</sup> Os temas de caça, de circo e de anfiteatro difundem-se sobretudo a partir dos Antoninos (Blázquez Martínez, 2007: 409).

<sup>676</sup> Actividade desempenhada pelas elites grega e romana.

### 5.1.2.2.3 A Fauna

Um tema também muito comum no conjunto do Mileu diz respeito à fauna, em que se integram cinco fragmentos com a representação de quatro animais distintos. O primeiro, representado nos exemplares 05.4219 e 05.2777, é um *javali*, em ambos os casos virado à direita, com uma moldagem muito nítida, de tal forma que no primeiro exemplar se observa a representação do pêlo do animal e no segundo a sua parte traseira. Encontrámos paralelos em Balsa (Nolen, 1994, est. 3, n.º 6), em Tossal de Manises (Olcina, Reginard, Sanchez, 1990: 35, n.º 25) e, uma vez mais, em Mérida, onde se torna num motivo popular a partir da segunda metade do século I d.C. (Rodríguez Martín, 1996: 105) e de onde poderão ser provenientes os exemplares do Mileu. Foi ainda detectado um fragmento com a representação de um urso, o número 06.16816, observando-se o focinho do animal, virado à direita, exibindo uma moldagem também muito nítida, com o orifício de alimentação sob a figuração do animal<sup>677</sup>.

Entre os mamíferos salienta-se ainda o número 06.16837, onde se encontra a representação da parte traseira de um carneiro, exibindo uma moldagem muito nítida, com paralelo no n.º *Lu 328* de Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 160). Em ambos os casos, pode-se observar o animal a deslocar-se para a direita e o orifício de alimentação entre as patas dianteiras e traseiras.

Identificámos ainda o número 06.6753 que, embora de pequenas dimensões, parece corresponder à representação de um *pavão*, com a cauda aberta, observando-se as penas finais a terminarem em incisões circulares. Trata-se de um exemplar com uma moldagem muito nítida, uma vez mais com paralelos em Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 104, 363).

Relativamente à *fauna marinha* encontram-se representados no Mileu apenas as *vieiras*<sup>678</sup>, motivo decorativo muito utilizado, por exemplo, nos exemplares de lucernas *derivadas de Dr. 3*, cuja decoração se resume a este motivo. No Mileu possuímos cinco exemplares com este motivo, como o número 05.3589 ou o número 06.9576, com diversos gomos e charneira virada para baixo. Encontrámos exemplares semelhantes em Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 111) e Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1976), entre outros.

---

<sup>677</sup> Também os ursos eram utilizados em jogos de anfiteatro ou nos espectáculos circenses. Na colecção do *Museu de Évora* Rui Morais (2011: 35) identificou “[...] a possível representação de um urso (n.º 9) e de uma vieira (n.º 11), figurações frequentes em lucernas”.

<sup>678</sup> A vieira é dos temas mais comuns do século I d.C. (Rodríguez Martín, 2002: 223).

Foi ainda possível identificar outros motivos nos discos. Todavia devido à fractura das peças e à reduzida nitidez das moldagens, não nos foi possível a identificação da figuração representada.

Observámos ainda a existência de elementos decorativos na orla, destacando-se os exemplares 02.1531, 05.3598, 06.16892, 08.4922, com frisos de óvulos, mas também em torno das molduras, ou com apenas pequenas incisões, no caso dos números 05.2723, 06.12272 ou 06.10748.

### 5.1.2.3 Marcas de Oleiro

Uma das formas de conhecermos o centro de produção das lucernas é a realização do estudo das marcas de oficina, localizadas geralmente no fundo exterior das peças. A presença no Mileu de alguns exemplares com marcas *in planta pedis*, testemunhos dos oleiros que as fabricaram, é deveras relevante, uma vez que nos permite identificar a sua proveniência, compreender o circuito de transporte e de comércio que as envolvem, desde o local de fabrico até ao local onde foram encontradas. Todavia, o facto de oficinas locais efectuarem a reprodução de lucernas provenientes de oficinas maiores, uma vez tratar-se de um fabrico a partir de moldes, dificulta esta tarefa de identificação do local de origem. Como forma de minorarmos este problema, optámos por utilizar como critério a nitidez das marcas.

Por outro lado, como já Morillo Cerdán (2003: 193) havia referido, o número de exemplares com marca de oficina é muito reduzido nos conjuntos de materiais, com geralmente apenas cerca de 6% do total<sup>679</sup>. Também no Mileu o número de exemplares com marca é muito reduzido, resumindo-se a dezanove marcas de oleiro, constituindo 6,6% do conjunto. Por outro lado, devido ao elevado estado de fragmentação do conjunto, verificámos ainda que geralmente não nos foi possível a associação com uma qualquer tipologia.

Nos sezanove exemplares temos referência a quatro oleiros, bem como a diversas marcas anepígrafes. Desde já, salientamos o número 05.5098<sup>680</sup>, produto da oficina do oleiro *AGATOP*, marca cavada com grande nitidez, proveniente da oficina

---

<sup>679</sup> Esta percentagem é muito inferior à média que Balil havia estabelecido para a Península Ibérica (Morillo Cerdán, 2003: 193).

<sup>680</sup> Não podemos deixar de referir que este exemplar apresenta defeitos de fabrico, indiciando que possivelmente foi comercializado já neste estado.

localizada em *Italica*, na Bética, com uma produção desde Vespasiano até à primeira metade do século II (Morillo Cerdán, 2003: 211), surgindo lucernas da sua oficina em diversos sítios, como Conimbriga, Santa Bárbara ou Mérida.

Outro oleiro testemunhado no Mileu, cujos produtos apresentam elevada difusão pelo mundo romano (em parte porque este oleiro produziu lucernas em larga escala), foi *Caius Oppius Restitutus*, surgindo a sua marca incisa em duas lucernas do Mileu, os números 05.3958 e 06.784, esta última da forma *Dr. II*. Apesar de a primeira peça mencionada estar fracturada, apresentando a inscrição [...]PIRE[...], consideramos que pode ser da oficina de *C(aius) OPPI(vs) RES(titvtvs)*, que surge frequentemente com a representação, por exemplo, de COPPIRES. Trata-se de uma oficina cuja localização continua a suscitar muitas dúvidas, sendo communmente aceite que a oficina mãe estivesse em Roma<sup>681</sup>. Contudo – pelo facto de apresentar uma elevada dispersão e pelas diferentes marcas da mesma oficina – é possível que existissem diversas sucursais, de que parece ser testemunho o exemplar 06.784 do Mileu, com um *fabrico 4*. O exemplar 05.3958 do Mileu faz parte do conjunto de lucernas que não apresentam o ponto entre o *I* e o *R*, semelhante a um outro proveniente de Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 132, número 304).

O período de fabrico é também alvo de discussão entre investigadores, supondo-se um fabrico entre o último quartel do século I d.C. e meados do século II ou mesmo inícios da centúria seguinte (Maia, Maia, 1997: 131).

Tal como refere Rodríguez Martín (2002: 193), oleiros como *C. OPPI RES* e *AGATOP* tiveram uma sucursal em *Emerita Augusta*. De facto, sabemos ainda que *Emerita* teve um papel fundamental no abastecimento de locais como *Italica*, *Olisipo*, *Conimbriga*, entre outros, num período entre a primeira metade do século I d.C. e meados do século II (Rodríguez Martín, 2003: 217)<sup>682</sup>. Abastecendo grande parte do território da Província, sobretudo numa primeira fase, à qual pertencem os materiais do

---

<sup>681</sup> Existe uma elevada disparidade de opiniões, pois Morillo Cerdán (1999: 300) localiza a oficina no *Janículo* (Roma), enquanto Balil e Bailey a localizam no Norte de África. Como refere Rui Morais (2011: 32), referindo-se à colecção de lucernas romanas do *Museu de Évora*: “O oleiro *C. Oppius Restitutus* foi um dos mais profícuos fabricantes de lucernas, com os seus produtos difundidos por todo o Império. O mesmo se pode dizer das imitações, fruto de remoldagens, feitas por pequenas oficinas provinciais que reproduziam os seus produtos. A sua oficina situava-se no Monte Janículo, em Roma (Bailey 1980: 99), embora se pense que tenha existido uma sucursal da sua oficina no norte de África (em especial Bailly 1962: 91-92). A abreviatura presente no exemplar n.º 13 é habitual naquele tipo de lucernas, em particular nas produções do actual território português (Morais 2005) com destaque para a região alentejana em torno de Évora (Caetano 2005: 105, n.º 56)”.

<sup>682</sup> Esta foi a primeira fase de produção e comercialização dos ateliers de *Emerita Augusta*, sendo a segunda etapa marcada pelos produtos do oleiro GES, com produção desde meados do século II até ao século III (Rodríguez Martín, 2003: 217).

Mileu, dominada pelas lucernas de volutas - as que surgem em maior número no registo arqueológico - consideramos que a sua difusão terá sido rápida, em parte pelo facto de ser muito prática e certamente mais acessível em relação às tipologias mais antigas (Grassi, 2003: 101) e de proveniência mais longínqua.

Detectámos ainda uma outra marca, no fragmento número 06.813, que faz referência à *gens* dos *OPPI*. A diferença em relação às anteriores corresponde ao facto de esta ser incisa, o que levou diversos investigadores a relacionarem esta marca com a oficina de *C. AIUS OPPIUS*, como Maria Maia e Manuel Maia (1997: 143) que registaram alguns exemplares semelhantes em Santa Bárbara<sup>683</sup>. A oficina deste oleiro teve uma produção balizada entre o segundo quartel do século I d.C. e o fim do período dos Flávios (Maia, Maia, 1997: 143). No caso do Mileu temos de referir que a marca não é muito legível, encontrando-se as duas primeiras letras pouco pronunciadas, o que levanta a hipótese de se tratar de uma cópia.

Relativamente às outras duas marcas, temos dificuldade em interpretá-las, uma vez que não encontramos paralelos para as mesmas. A primeira, número 08.696, é uma marca em relevo com a referência *VAT*, com V e A em nexos. A segunda é uma marca cavada, com boa nitidez e a referência a *PES* (número 06.13434), ambas possivelmente provenientes de *Emerita Augusta*, tendo em conta o fabrico das peças.

Verificámos ainda que no conjunto do Mileu existe um número elevado de exemplares que apresentam marca *in planta pedis*, anepígrafas, simples ou duplas. Trata-se da representação da *sola dos pés*, uma simbologia típica nos diferentes fabricos cerâmicos, como o número 06.17759 de *terra sigillata* hispânica do Mileu, salientando-se a representação dos dedos dos pés, semelhante à marca presente na lucerna número 06.12297. Apesar da hipótese de estes exemplares corresponderem a remoldagens de peças, como foi defendido para as marcas detectadas em Santa Bárbara (Maia, Maia, 1997: 146), no caso do Mileu salientamos a nitidez dos motivos, o que parece afastar esta explicação para estes exemplares em concreto. Verificámos ainda que estas marcas podem surgir tanto em lucernas de melhor fabrico (correspondentes aos que definimos como *fabrico 1*, de que é exemplo o número 06.13428), como nas que definimos de produção local ou regional (o *fabrico 6*, como observámos no número 06.12297). Segundo os mesmos autores do estudo das lucernas de Santa Bárbara (Maia, Maia,

---

<sup>683</sup> Com paralelos decorativos com duas outras, uma patente no *Museu do Louvre* e a outra no *Museu Britânico*, ambas com a marca de *C. OPPIRES* (Maia, Maia, 1997: 143).

1997: 146), estas marcas são comuns no período que medeia entre meados do século I a.C. e a centúria seguinte.

Uma outra marca presente em três exemplares do Mileu, os números 06.16530, 05.2766 e 02.2294, corresponde a uma pequena folha em forma de coração, a molde, que pode surgir na base das peças (Rodríguez Martín, F. Germán, 2005: 50), mas também – como é o caso dos exemplares do Mileu – nas aletas laterais. A produção das peças que apresentam este tipo de marcas anepígrafes resume-se a Andújar, Córdoba e Mérida, estando a sua presença patente em muitos outros sítios enquanto locais de consumo, entre os quais destacaremos *Italica*, Sevilha, Fuente de León (Badajoz).

### 5.1.3 Ânforas

A abordagem do material anfórico do Mileu é complexa, não só porque o número de exemplares é reduzido (limitando-se a três fragmentos de bordo e uma asa), mas também porque os fragmentos cerâmicos exibem reduzidas dimensões. Desta forma, apenas para o primeiro exemplar, o n.º 01.1040 há uma classificação segura, sendo hipotética a classificação dos outros dois exemplares.

Assim, o número muito reduzido de exemplares, com três fragmentos, não nos permite grandes conclusões quanto a ritmos de importações de ânforas. Não obstante, os fragmentos detectados são importantes como indicadores de presença.

O primeiro exemplar corresponde a um fragmento da *Dressel 7/11*, com proveniência da Bética, para transporte de *garum* e preparados de peixe. Estes exemplares surgem em número considerável pelo facto de ser a mais antiga e pela própria qualidade, denunciando uma presença notável em estações arqueológicas da Lusitânia. Esta forma aparece no século I a.C. e será produzida ao longo de todo o século I.

A característica que nos permite atribuí-la a uma produção da Bética corresponde à pasta, de tonalidade *beige* clara, fina. Corresponde a um fragmento superior, com lábio extrovertido de fita, ligeiramente pendente e com o topo em aba larga. O perfil de bordo desenha um ressalto no início do colo.

O segundo exemplar corresponde a um fragmento superior de uma *Dressel 20*, proveniente também ela da Bética, e que se destinaria ao transporte de azeite. Apresenta um bordo quase vertical, triangular, face externa inclinada. No interior apresenta uma

saliência para assentamento de tampa. Apresenta uma pasta de tonalidade *beige* clara, branda, característica dos exemplares béticos.

Por fim, o último exemplar pertence à forma *Dressel 14*, de proveniência lusitana (Vale do Tejo ou Sado). Embora se possa confundir com a homóloga bética (*Beltran IV*), uma das diferenças remete para a pasta, sendo o exemplar do Mileu de tonalidade alaranjada, compacta, com imperfeições. Servia para o transporte de preparados de peixe da área litoral ocidental, denunciando uma proveniência distinta da dos anteriores. Pelo tipo de bordo, arredondado simples, com colo inferior ao tamanho do bordo, será uma produção do século II.

Embora com um carácter de presença, podemos afirmar que as ânforas bem como o transporte/comércio dos produtos que transportavam e conservavam não possuíam como único destino o comércio de longo curso, nem as rotas marítimas.

#### 5.1.4 Cerâmica comum do Mileu

Constituindo o grupo cerâmico que surge em maior quantidade em qualquer sítio arqueológico de período romano<sup>684</sup>, a análise e estudo destes materiais poderão fornecer informações muito relevantes, sobretudo em territórios como o da Beira Interior, onde os materiais importados parecem ser quase residuais, como é o caso das ânforas ou mesmo a *terra sigillata* (à excepção do Mileu, como vimos). Neste sentido, o estudo da cerâmica comum poderá constituir uma mais-valia para a investigação de período romano nesta região em concreto, pois – como iremos ver – poderá também ser transformada em elemento cronológico, uma vez que ao estabelecermos critérios cronológicos para os distintos fabricos de cerâmica comum detectados no Mileu será possível datar os níveis arqueológicos, sobretudo em contextos onde estes materiais sejam praticamente exclusivos.

Temos noção de que o número de exemplares de cerâmica comum recolhido em níveis selados no Mileu é muito reduzido, dificultando a distinção dos fabricos e a sua consequente atribuição cronológica. Este fenómeno deve-se, em parte, à longa diacronia de ocupação, também ela marcada por uma fundação do Século I d.C., e que seria

---

<sup>684</sup> Por oposição às cerâmicas finas, como a *terra sigillata* ou a cerâmica de paredes finas.

continuamente ocupado até ao Século XII/XIII<sup>685</sup>. Todavia, efectuando a análise dos materiais arqueológicos que surgem em contextos selados, bem como a conjugação de dados das diferentes produções, sobretudo as que permitem aferir uma cronologia mais fina, como a *terra sigillata*, consideramos possível atingir este propósito.

Por outro lado, temos também a noção de que – como refere Inês Vaz Pinto (2003: 568) quando se refere à cerâmica comum de S. Cucufate – a identificação, em determinados níveis estratigráficos, de materiais de um determinado fabrico em elevada proporção, poderá indiciar o período de maior consumo dos mesmos, ou seja, a maior frequência num determinado período histórico poderá indicar-nos a sua presença, fabrico e utilização. Desta forma, a cerâmica comum poderá considerar-se não como um elemento que permita aferir cronologias finas, mas pelo menos para individualizar fabricos do Alto Império e do Baixo Império<sup>686</sup>.

O estudo da cerâmica comum permite-nos ainda apreender outras informações que consideramos essenciais na compreensão de quem seriam os habitantes do sítio romano do Mileu. Com efeito, ele permite analisar questões relacionadas com factores sociais, como o grau de aculturação, pois para lá da importação de cerâmica de um contexto mais afastado, de que é exemplo a cerâmica da Bética (como iremos ver), as novas categorias formais que surgem neste período – e inexistentes em épocas anteriores (Pinto, 2003: 65) – fornecem dados muito relevantes sobre o tipo de alimentação desta comunidade. Mas estas novas categorias formais fornecem também elementos sobre o quadro mental<sup>687</sup> em que se inserem estas alterações, uma vez que exemplares de pratos, almofarizes ou bilhas<sup>688</sup> presentes no Mileu indiciam alterações nos hábitos alimentares destas populações<sup>689</sup>. Como refere Inês Vaz Pinto (2003: 14):

---

<sup>685</sup> Situação semelhante ter-se-á verificado, por exemplo, nas *uillae* de S. Cucufate. Correspondente a um sítio de carácter habitacional, com níveis arqueológicos desde o século I d.C. até aos séculos XII/XIII, verificaram-se profundos revolvimentos e a contaminação de níveis estratigráficos, dificultando em muito a análise cronológica da cerâmica comum (Pinto: 2003: 547).

<sup>686</sup> Inês Vaz Pinto (2003: 568) não deixa contudo de salientar que existem fabricos que surgem em todos os períodos históricos do Império.

<sup>687</sup> Como refere Vítor Dias (2002: 25), num estudo pioneiro sobre a cerâmica comum da capital da *ciuitas Igaeditanorum*, intitulado *A cerâmica comum da casa da porta sul de Idanha-a-Velha*, o estudo da cerâmica comum permite “[...] chegar até ao oleiro, à sua forma de pensar e fazer as peças, e em simultâneo conseguir ser, por momentos, consumidor, entendendo o quê, e como se cozinha, come e bebe”.

<sup>688</sup> A cozinha romana é caracterizada por uma alimentação à base de cereais, destacando-se as papas (de trigo) e o pão, ambos preparados em almofarizes, tigelas ou alguidares, acompanhados por peixe, carne e legumes (Pinto, 2003: 35), entre os quais se destacavam a fava, a beterraba, o tremçoço, as lentilhas, o grão, as ervilhas, as couves, o alho francês, as acelgas e os bredos (Dias, 2002: 32).

<sup>689</sup> O grau de aculturação da população romana do Mileu poderá ser apreendido não só através da cerâmica importada, mas também pela presença de formas tipicamente romanas de cerâmica comum, algumas das quais inexistentes no período histórico que antecede a Romanização, tais como o prato, o



“[...] esse tipo de material, quando consistentemente estudado e quantificado, tem um grande potencial de informação relativo à vida sócio-económica, neste caso da *villa* em que foi utilizado e, possivelmente, da região em que esta se integra”.

O estudo da cerâmica comum do sítio romano do Mileu<sup>690</sup> terá como objectivo a análise das distintas produções e formas. Visa-se conhecer melhor a cerâmica utilizada pelos seus habitantes e, ao mesmo tempo, tentar atribuir uma cronologia aos distintos fabricos. Com efeito, numa região como a do Planalto Guarda-Sabugal, onde escasseiam estudos desta natureza e onde o volume de cerâmica importada é reduzido, estes dados poderão desempenhar um papel fundamental na compreensão do fenómeno da Romanização desta região.

Por todas estas questões, consideramos que a abordagem da cerâmica comum do sítio romano da Póvoa do Mileu deve ter um lugar garantido no presente estudo.

#### 5.1.4.1 - Questões metodológicas prévias

No início deste capítulo fizemos alusão ao método de análise que adoptámos no estudo do material cerâmico detectado no sítio romano do Mileu. Urge agora definir algumas questões metodológicas subsidiárias que adoptámos na análise da cerâmica comum, pois para além da metodologia inerente ao estudo do *número mínimo de indivíduos* (nmi), será necessária a apresentação dos distintos fabricos e das categorias formais detectadas.

Optámos por analisar a cerâmica comum do Mileu como um conjunto, ou seja, após a separação dos fragmentos de formas tipificadas – ânforas, lucernas e cerâmica de paredes finas<sup>691</sup> – todo o restante material foi analisado em conjunto, permitindo estabelecer relações entre materiais de produção local ou regional e de proveniência mais longínqua, de que são exemplo os fabricos de cerâmica comum da região da *Baetica*. A realização de tais comparações poderá eventualmente dificultar a visão de

---

almofariz, o tacho, o jarro ou a bilha (Pinto, 2003: 65). Como refere Vítor Dias (2002: 31) os “[...] recipientes e as características das formas e pastas são o reflexo tecnológico de determinada sociedade e civilização.”

<sup>690</sup> Como de resto efectuámos com os outros materiais arqueológicos.

<sup>691</sup> Por corresponderem a uma cerâmica comum de fabrico especializado, que exigia conhecimentos distintos no seu fabrico.

conjunto de certos fabricos, como será o caso destes últimos<sup>692</sup>. Todavia, para minimizarmos o risco de equívoco iremos descrever as variantes e os distintos fabricos dentro de cada categoria formal. A vantagem de uma análise seguindo esta metodologia, quer do conjunto geral, quer dos fabricos em particular dentro de cada categoria formal, permite-nos compreender quais os fabricos mais comuns e quais os escassamente representados, sendo certo que um número elevado de peças de um determinado fabrico poderá significar que se trata de uma produção local, por oposição a um fabrico mais longínquo que certamente se encontra representado por um conjunto cerâmico com um número de peças mais reduzido<sup>693</sup> e com um menor leque de formas (Pinto, 2003: 573).

Ao longo da análise da cerâmica comum do Mileu iremos estabelecer comparações entre fabricos e formas que surgiram noutros locais, numa procura de paralelos e evidências presentes noutras regiões da Península Ibérica, mas tendo sempre presente que a maioria dos fabricos que surgem no Norte da Lusitânia, região na qual se insere o Mileu, serão certamente distintos dos de outros sítios arqueológicos, sobretudo porque na sua maioria correspondem a fabricos locais e regionais. Assim, tendo em conta a excelente qualidade do estudo efectuado sobre a cerâmica romana das *villae* de S. Cucufate – seguindo de perto a metodologia e categorias formais apresentadas por Inês Vaz Pinto (2003) – iremos estabelecer paralelos desta estação arqueológica com os materiais do Mileu. Iremos também efectuar comparações com outros sítios, desde logo com os materiais arqueológicos de Conímbriga, apresentados num pioneiro estudo de referência em Portugal, por Jorge de Alarcão (1974), e os de locais mais próximos do Mileu, como os de Idanha-a-Velha, apresentados num recente estudo de Vítor Dias (2002) e os de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo; Albuquerque, 2005)<sup>694</sup>. Todavia, tratando-se de regiões mais ou menos independentes e afastadas entre si e distantes do Mileu, o estabelecimento de paralelos remete-nos quase exclusivamente para a categoria morfológica e não para o tipo de fabrico, uma vez que nesta última característica o

---

<sup>692</sup> Salientamos que após a publicação da obra de Inês Vaz Pinto, *A cerâmica comum das Villae romanas de São Cucufate* (2003), a autora optou pela publicação de um artigo, em 2006, intitulado *A cerâmica comum bética das villae romanas de São Cucufate: uma revisão*, precisamente pelo receio de não ter sido possível individualizar este fabrico no conjunto ceramológico analisado. Com este artigo a autora pretendia “[...] valorizar estas cerâmicas dando uma visão do seu conjunto e enriquecendo o seu estudo com alguns novos dados relativos a materiais entretanto publicados e recolhidos nos actuais territórios português e espanhol.” (Pinto, 2006: 167-168).

<sup>693</sup> Como refere Inês Vaz Pinto (2003: 573) uma produção local é a que é produzida no próprio local ou suas imediações, enquanto a cerâmica regional será produzida nos territórios da própria *ciuitas*; a produção de regiões próximas é de proveniência da Lusitânia e as distantes são do exterior da Província.

<sup>694</sup> Pontualmente e sempre que se justifique iremos apresentar paralelos com regiões mais longínquas, pois poderão servir para compreendermos melhor questões relacionadas com determinados fabricos ou formas.

estabelecimento de semelhanças seria de comprovação muito difícil ou mesmo impossível, pois na sua maioria a cerâmica comum encontrada corresponde a fabricos de produção local e regional, utilizando por isso as argilas dos barreiros mais próximos, certamente de características muito distintas de região para região.

Assim, após a inventariação de todos os fragmentos, resultantes das campanhas de 2000 a 2008, incluindo todas as tipologias de materiais arqueológicos<sup>695</sup>, a análise de 9780 fragmentos de cerâmica comum, foi possível, após a colagem dos fragmentos, reduzir o seu número e individualizar 883 indivíduos (nmi), dos quais apenas 539 nos permitiram recuperar a respectiva forma. Distinguem-se, assim, no conjunto de cerâmica comum romana do Mileu, *dezasseis categorias formais*, dispersas por *onze grupos de fabrico distintos*.

Após a separação dos fragmentos por grupos de fabrico, efectuámos a inserção dos fragmentos numa tipologia morfológico-funcional. Ao contrário da cerâmica fina, como a *terra sigillata* ou a cerâmica de paredes finas, para a cerâmica comum não existe uma tipologia de base e comumente utilizada nos estudos desta natureza, apesar de, entre nós, os investigadores normalmente seguirem as indicações do notável estudo empreendido por Jorge de Alarcão (1974) *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Assim, na análise da cerâmica comum do Mileu considerámos que seria relevante o seu enquadramento tendo por base uma tipologia morfológico-funcional abrangente, que pudesse abarcar diversas categorias e as suas variantes, mesmo aceitando que aquele fosse o resultado de um contexto afastado do Planalto Guarda-Sabugal. Neste sentido, optámos pelos referenciais constantes do estudo de Inês Vaz Pinto (2003) sobre a cerâmica comum romana das *uillae* de S. Cucufate que, para lá de apresentar diversas formas e as suas variantes, muitas das quais apresentam paralelos com a cerâmica comum do Mileu, apresenta também materiais não só do Alto Império, mas também do Baixo Império, permitindo abarcar questões como a evolução das formas, a sua longa utilização (por vezes mais de cinco séculos), entre muitas outras questões. Como refere a autora (2003: 72), a “[...] tipologia global da cerâmica comum de São Cucufate irá abarcar uma realidade muito complexa, pois o material de uma *villa* que foi habitada desde meados do século I até ao final do período romano, e que tinha relações comerciais bastante intensas, será inevitavelmente muito heterogéneo e compreenderá peças feitas por muitas dezenas de oleiros, de vários centros de produção

---

<sup>695</sup> Desde a cerâmica comum à *terra sigillata*, desde os vidros aos materiais de construção.

diferentes, alguns muito afastados entre si, e que trabalharam ao longo de vários séculos”.

Assim, ao longo do presente subcapítulo iremos apresentar as distintas categorias morfológico-funcionais identificadas no Mileu, agrupadas de acordo com a sua função e a sua utilização no mundo romano. Neste sentido, entre as formas que tinham funções de *loija de cozinha* e de *servir à mesa* destacamos os *pratos*, as *tigelas*, as *terrinas*, os *potinhos*, os *púcaros*, os *jarros* e as *bilhas* (Pinto, 2003: 79); os *tachos* e as *panelas* serviam na cozinha, para ir ao fogo, embora também os *pratos* e os *pratos covos* pudessem ter essas funções (Pinto, 2003: 76); os *almofarizes* e os *alguidares* serviam para a preparação dos alimentos (Pinto, 2003: 83); as *talhas* e os *potes* serviam para armazenamento e conservação (Pinto, 2003: 79). As *tampas* não teriam funções tão específicas, uma vez que serviam para tapar distintos recipientes, quer fossem de ir ao lume ou que servissem de armazenamento ou conservação. Certamente estas funções não seriam estanques, ou seja, as peças poderiam ter tido outras funções, pois certamente uma bilha poderia ter sido utilizada para armazenar e conservar líquidos, tal como um prato poderia ter sido utilizado na preparação de comida, embora essa não fosse a sua função principal. Optámos ainda por incluir também os *unguentários*, com funções distintas destas e representados apenas por três exemplares.

Não podemos deixar de referir que a classificação dos fragmentos de cerâmica comum do Mileu apresenta diversos problemas, inerentes ao elevado estado de fragmentação do conjunto. De facto, quando possuímos apenas uma pequena porção de bordo torna-se difícil atribuir à peça perdida de que o mesmo fazia parte, uma categoria morfológico-funcional. Por outro lado, se em determinados casos o perfil do bordo não nos permitiu a sua classificação numa determinada categoria tipológica, outros houve em que esta foi efectuada com muitas reservas, embora, pelas suas características dominantes, a categoria proposta fosse aquela onde o fragmento melhor se integrava. Essas dificuldades foram mais notórias em determinadas formas, que apresentam características semelhantes, como as panelas e os potes, sendo a distinção efectuada sobretudo por particularidades tipológicas como o colo alto, a existência de engobe exterior, elementos decorativos ou pormenores que indiquem um acabamento mais cuidado destes últimos, características que não se coadunavam com a função de ir ao lume. Tratar-se-ia, assim, de potes com função de armazenamento de líquidos ou sólidos, não apresentando por isso evidências de fogo. Todavia, também na distinção

tipológica entre as painéis e os tachos tivemos algumas dificuldades, pois os pequenos fragmentos de bordo que possuímos no Mileu dificultam a sua classificação numa ou noutra categoria. Neste caso, possuindo a mesma função enquanto loiça de ir ao lume, a diferenciação foi estabelecida pela configuração do bojo, que no caso dos últimos teria a mesma largura que o diâmetro de bordo (Pinto, 2003: 78).

#### 5.1.4.2 – Os Fabricos

Na definição dos distintos fabricos tivemos em consideração diversos factores. Desde logo o tipo de argila em que essas peças foram produzidas, em pasta calcária ou não calcária<sup>696</sup>, sendo certo que – e como seria de esperar – a inexistência de barreiros de exploração calcária na região do Planalto Guarda-Sabugal implicaram uma presença residual das peças fabricadas nesta pasta, resultante de contactos comerciais com outras regiões mais ou menos afastadas onde as mesmas seriam produzidas.

Efectuámos ainda a divisão dos fragmentos cerâmicos por distintos fabricos, tendo em conta diversas características dos mesmos, desde logo a natureza das inclusões, a sua forma e proporções com que surgem na pasta, bem como a sua coloração, o tipo de cozedura aplicada, a sua compactidade e textura, entre outras características, visando o agrupamento dos fragmentos que apresentassem particularidades similares, definindo assim os respectivos grupos de fabrico.

A observação da cerâmica comum do Mileu permitiu-nos identificar *onze grupos de fabrico* distintos, tendo em conta as características acima descritas. Alguns destes grupos exibem pequenas variações que nos levaram a individualizá-los como fabrico distinto dentro de um determinado grupo, demarcando-os com uma letra maiúscula.

O *grupo I*, com uma cozedura em *modo B*, é caracterizado por uma pasta não calcária, fina e compacta, apresentando diversas inclusões: quartzo, feldspato e bastante mica. Embora a maioria das peças do Mileu que integrámos neste grupo apresentem uma coloração cinzenta (Munsell 10YR 6/1), identificámos também alguns exemplares com superfície cinzenta escura, embora produzidos com uma argila de

---

<sup>696</sup> No Mileu identificámos apenas fragmentos de uma peça produzida numa pasta caulinítica, de cor muito branca, com uma textura compacta. Todavia, pelo facto de não ter sido possível recuperar a sua forma, optámos por não a incluir no estudo que agora apresentamos, ficando contudo a referência à sua presença.

coloração amarelo-avermelhada (Munsell 5YR 7/6). Este grupo corresponde ao *fabrico* 9 de Conímbriga, classificado como cerâmica fina cinzenta, de tradição indígena. Trata-se de um fabrico de boa qualidade, possivelmente com muitas peças fabricadas a molde, com superfícies geralmente alisadas (Alarcão, 1974: 58), e – no caso das peças do Mileu – quase todas com polimento, sobretudo na área superior da face interna, enquanto a face externa das peças apresenta um simples alisamento. Trata-se de uma produção local, na tradição da cerâmica indígena, com uma produção entre os séculos II/I a.C. até à primeira metade do século I da nossa era (Alarcão, 1974: 62).

O grupo 2<sup>697</sup> da cerâmica comum do Mileu corresponde a um fabrico em pasta não calcária, cozida em *modo A*, de coloração castanho claro (Munsell 10YR 5/6), embora algumas peças – sobretudo as talhas e as peças com paredes de maior espessura – apresentem cerne de coloração cinzenta clara (indicando uma cozedura em *modo B* e pós-cozedura oxidante). Apresenta diversas inclusões, geralmente de pequenas dimensões, à excepção das presentes nas peças de maiores dimensões, em maior quantidade e tamanho, destacando-se o quartzo de média dimensão, o feldspacto e uma elevada quantidade de mica. As superfícies destas peças exibem um tratamento muito cuidado, habitualmente alisadas com um trapo húmido, apresentando alguns exemplares um forte polimento, de que é exemplo o número 06.10647. Segundo os dados resultantes da análise da cerâmica comum de Tongobriga, trata-se de uma produção local do século I d.C., possivelmente de período dos Flávios e que terá perdurado durante o século II (Dias, 2002).

O grupo 3, proveniente da Bética, apresenta elevada semelhança com o fabrico seguinte, embora de melhor qualidade<sup>698</sup>. Trata-se de uma pasta calcária, cozida em *modo A*, de coloração amarela pálida (Munsell 2.5YR 8/3 e 2/2), muito fina e porosa, apresentando escassas inclusões visíveis à lupa, nomeadamente quartzo arredondado, pequenas inclusões cor de laranja escura, ferruginosas, e alguns minerais negros.

O grupo 4 corresponde a uma pasta calcária, pouco dura, porosa, cozida em *modo A*, de coloração esbranquiçada, amarelo-pálido (Munsell 2.5YR 8/2 e 8/3), embora alguns exemplares apresentem também coloração cinzenta esverdeada clara (Munsell 1 GLEY 8/10Y), resultante de uma sobrecozedura (Pinto, 2006: 168). Trata-se de um fabrico que surgiu em S. Cucufate, caracterizado como *fabrico* 9 (Pinto, 2003: 134-135), proveniente da Bética.

---

<sup>697</sup> Corresponde ao *fabrico* 3 de Tongobriga (Dias, 1997).

<sup>698</sup> Foi classificado em S. Cucufate como grupo 10 (Pinto, 2003: 136-137).

O *grupo 5* abrange dois fabricos distintos, embora com elevada semelhança entre si, o *fabrico 5* e o *fabrico 5A*. São ambos de produção local ou regional, de pasta não calcária, cozidas em *modo A*, representados por elevada quantidade de peças, sobretudo o primeiro. Assim, o *fabrico 5* corresponde a uma pasta de coloração castanha clara (Munsell 10YR 5/3), com elevada presença de inclusões, de pequenas dimensões, nomeadamente quartzo arredondado, feldspacto e mica. As superfícies apresentam um simples alisamento. O *fabrico 5A* é muito semelhante, embora com uma coloração de castanho pálido (Munsell 10YR 6/3), com maior presença de inclusões. A distinção entre os fabricos, para lá das diferenciações físicas, parece evidenciar uma diferenciação cronológica, pois o primeiro será do Alto Império e o segundo do Baixo Império, destacando-se ainda a existência – no registo arqueológico do Mileu – de peças da Alta Idade Média produzidas a partir desta pasta (de que é exemplo o número 06.11638).

O *grupo 6* corresponde a um fabrico em *modo A*, de pasta não calcária, de coloração laranja (Munsell 5YR 7/6 ou 7/8), com elevada quantidade de inclusões, denotando uma pasta grosseira<sup>699</sup>. De facto, apresenta elevada presença de feldspacto, mica e sobretudo de quartzo, este visível não só no cerne das peças, mas também na sua superfície.

O *grupo 7* corresponde a uma pasta cozida em *modo A*, não calcária, apresentando elevada quantidade de inclusões, de pequenas dimensões, entre as quais se salientam quartzo, feldspacto, cerâmica moída e alguma mica. Apresenta uma coloração *beige* ou castanho muito pálido (Munsell 10YR 7/4), embora algumas denotem uma coloração mais clara. A maioria das peças apresenta um simples alisamento da superfície e muitas aparentam acção de fogo, com as superfícies queimadas, possivelmente decorrente da sua funcionalidade, a de se tratar de peças de irem ao lume.

O *grupo 8* corresponde a uma pasta cozida em *modo A*<sup>700</sup>, não calcária, muito fina e compacta, de coloração laranja (Munsell 5YR 6/8 ou 2.5YR 6/8), embora algumas peças possuam uma coloração de laranja-acastanhado (2.5YR 6/6)<sup>701</sup>. Trata-se de um fabrico de boa qualidade, com escassas inclusões visíveis a olho nu, destacando-se quartzo, de pequena dimensão, e mica. A superfície destas peças é sempre alisada e algumas apresentam engobe ou aguada, como o número 06.5216; outras apresentam

---

<sup>699</sup> Identificada em Conímbriga como *fabrico 13*, alaranjada grosseira (Alarcão, 1974).

<sup>700</sup> Escassas peças apresentam o cerne cinzento, denotando uma cozedura em *modo B*, mas pós-cozedura oxidante, de que são exemplo os números 06.787 ou o 06.17784.

<sup>701</sup> Corresponde ao *fabrico 22* de Conímbriga (Alarcão, 1974).

polimento em toda a superfície, como o número 06.11703. Verificámos ainda que alguns exemplares apresentam motivos decorativos, na parte superior da pança, muito semelhantes aos motivos da cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial (o *grupo 10* da cerâmica comum do Mileu): bandas verticais paralelas, em espinha ou *carretilha*, de que são exemplo os números 02.1417, 06.9874, 02.2397 ou 06.15427. Outros ainda, apresentam restos de pintura a branco, sobretudo na parede interna, de que é exemplo o número 06.13726.

O *grupo 9*, um fabrico pouco cuidado, em pasta não calcária, cozida em *modo A*, de coloração em castanho escuro (Munsell 7.5YR 5/1), que é marcada pela presença de elevada quantidade de inclusões, como quartzo de média dimensão ( $\leq 5\text{mm}$ ), feldspacto e elevada quantidade de mica, o que fornece à superfície um aspecto muito brilhante, certamente resultado de alisamento das peças durante o seu fabrico.

O *grupo 10* corresponde ao fabrico de cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial<sup>702</sup>, de feição romana, classificada em Conímbriga como *grupo 20* (Alarcão, 1974: 87). Trata-se de uma produção muito cuidada, em *modo B*, de pasta não calcária, com peças bem alisadas com trapo e exibindo geralmente polimento como padrão, sobretudo na pança e ombros. As pastas são de coloração cinzenta ou cinzento escuro (Munsell 2.5YR 5/1 ou 4/1).

O *grupo 11*<sup>703</sup>, apresenta elevadas semelhanças com o *grupo 6* do Mileu, mas corresponde a uma pasta mais fina, de coloração laranja (Munsell 2.5YR 6/8 ou 5YR 6/8). Trata-se de uma pasta não calcária, com cozedura em *modo A*, com diversas inclusões visíveis, embora de pequena dimensão, como o quartzo, feldspacto e mica. As peças apresentam superfícies alisadas, denunciando um certo cuidado no seu fabrico.

Foram ainda identificados alguns exemplares, embora em número muito reduzido, num total de sete fragmentos (dos quais apenas um corresponde a um fragmento de bordo), de uma produção sobejamente conhecida e divulgada em diversos sítios, nomeadamente a *cerâmica comum africana*, de pasta alaranjada, com escassas inclusões, como o quartzo, com a superfície externa enegrecida (Quaresma, 2010).

---

<sup>702</sup> Este grupo apresenta dois fabricos muito semelhantes entre si, um dos quais de melhor qualidade, com um fabrico mais cuidado e paredes de menor espessura, com inclusões de pequena dimensão, visíveis apenas com a lupa, nomeadamente quartzo, feldspacto e mica. Sobre estes dois fabricos veja-se Pereira, Marques, 2005.

<sup>703</sup> Denominado em Conímbriga como cerâmica alaranjada média e classificado como *fabrico 14* (Alarcão, 1974).



#### 5.1.4.3 - A tipologia morfológica

Como já tivemos oportunidade de referir - e seguindo de perto a análise desenvolvida por Inês Vaz Pinto (2003) sobre a cerâmica comum das *uillae* de S.Cucufate - optámos por adoptar a classificação morfológico-funcional apresentada por esta autora, analisando a cerâmica comum do Mileu de acordo com *XVI categorias*: pratos, pratos covos, tigelas, almofarizes, alguidares, terrinas, tachos, panelas, potes, potinhos, púcaros, jarros, bilhas, talhas, tampas e unguentários. Estas categorias foram divididas em distintas variantes, de acordo com as características das peças, classificadas sobretudo a partir dos fragmentos de bordo.

A aplicação desta metodologia, na qual se analisam as peças que faziam parte do mesmo tipo, embora de distintos fabricos, incide na relevância da sequência das formas, apresentando diversas vantagens em relação a outras, pois como refere Inês Vaz Pinto (2003: 155), o “[...] objectivo é triplo: mostrar a sequência quase contínua das formas, dar uma ideia da evolução das formas desde as mais antigas até às mais tardias, e facilitar a consulta das estampas [...]”. Assim, no caso da cerâmica comum do Mileu, o facto de possuímos escassos materiais do Baixo Império não nos permite compreender a evolução formal dos diversos tipos cerâmicos. No entanto, a análise proposta terá como vantagem a percepção de todas as peças pertencentes à mesma categoria morfológica, fornecendo uma imagem de conjunto do que chamamos de cerâmica comum no contexto das periferias da Lusitânia.

##### 5.1.4.3.1 – Prato

Os exemplares desta categoria integram as formas de louça de cozinha denominadas nas fontes antigas como *patina*<sup>704</sup>. Caracterizados como recipientes baixos, de forma aberta, de paredes curvas, rectilíneas ou rectas e fundo plano ou côncavo, apresentam diâmetro de bordo quatro vezes superior à sua altura. Teriam como função ir ao lume ou ao forno, para a confecção de certos alimentos sólidos, como certas variedades de pão ou de preparados de farinha, mas também enquanto recipiente de servir ou de ir à mesa (Pinto, 2003: 76). A dificuldade de distinção entre pratos, frigideiras, travessas e pratéis no conjunto do Mileu, tendo em conta que geralmente

---

<sup>704</sup> Embora Inês Vaz Pinto (2003: 76) identifique esta denominação com a forma de *prato*, outras interpretações têm sido atribuídas a esta forma, como *discus* ou *catinus* (Alarcão, 1974: 33).

possuímos apenas fragmentos de bordo, levou-nos a englobar, tal como ocorrera em S. Cucufate, estas formas na categoria de prato, uma vez que – como refere Inês Vaz Pinto (2003: 77) – correspondem à mesma forma geral, apenas com diâmetros distintos.

Este grupo – e também de acordo com a tipologia adoptada em S. Cucufate – encontra-se dividido em distintas variantes, identificando-se no Mileu apenas dois tipos: o de bordo voltado para o interior e o de bordo virado para o exterior. Assim, no conjunto de materiais do Mileu foi possível observar a existência de quinze exemplares, com diferentes variantes.

No grupo de pratos de *fabrico 1*, de cerâmica fina cinzenta, destacam-se quatro exemplares, todos eles inseridos na mesma variante, de bordo virado para o exterior, em aba alongada horizontal ou levemente descaída e paredes rectas<sup>705</sup>, de que é exemplo o número 06.1322, com 209mm de diâmetro de bordo e paredes polidas, evidenciando um certo cuidado e apuro no tratamento das superfícies<sup>706</sup>.

Embora seja uma forma que perdure por muito tempo, o facto de surgir neste grupo de *fabrico 1* significa que surge ainda na primeira metade do século I d.C., mantendo-se por todo o período do Alto Império e surgindo ainda em contextos do Baixo Império<sup>707</sup>, de que se deduz a sua produção com distintos grupos de fabrico.

Também no *grupo 5* identificámos exemplares desta categoria, nomeadamente oito indivíduos: mais de metade dos exemplares do repertório do Mileu. Entre estes, destacam-se os que apresentam bordo voltado para o exterior, como os da variante de parede muito esvasada, levemente arqueada, com bordo arredondado, de que é exemplo o número 06.6765, com 246mm de diâmetro de bordo<sup>708</sup>, mas também os números 06.6270 e 06.13870<sup>709</sup>, que possuem o bordo voltado para o exterior, embora com algumas diferenças em relação ao exemplar anterior, uma vez que estes possuem parede oblíqua, quase recta e bordo em pequena aba, levemente espessada e descaída.

---

<sup>705</sup> Corresponde à forma *I-C-2* definida em S. Cucufate, por Inês Vaz Pinto (2003: 202). Como refere esta autora, estes exemplares possuem paralelos também na forma *III-C-1*, tigelas que apresentam perfis muito semelhantes, com as quais os pratos formariam conjunto. A distinção é efectuada a partir do diâmetro do bordo, tendo estes últimos diâmetros acima dos 21cm.

<sup>706</sup> Os números 05.3891 e 06.3847 apresentam as mesmas características, não tendo sido possível confirmar o seu diâmetro. Também a peça 06.2523 se insere nesta variante, embora não apresente polimento nas superfícies.

<sup>707</sup> Por exemplo no *horizonte 4* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 204).

<sup>708</sup> Semelhante a um outro identificado em S. Cucufate, classificado com o número 82.3149 (Pinto, 2003: 166).

<sup>709</sup> Apesar de não ter sido possível identificar o seu diâmetro de bordo, tendo em conta a espessura das paredes optámos por classificar este indivíduo na categoria de prato. Todavia, apresenta paralelos com um outro – o número 82.4265 – identificado e classificado como raro em S. Cucufate, da forma *I-C-Fr. 3* (Pinto, 2003: 207).

O número 06.10782 insere-se na variante de prato de parede aberta e arqueada, com bordo boleado, muito semelhante aos exemplares da forma *I-C-2-a* de S. Cucufate, mas sem a aba descaída. Embora os exemplares de S. Cucufate se possam ter inspirado na forma *Drag. 36* de *terra sigillata*, o nosso exemplar apresenta maiores semelhanças com a forma *Drag.35/36* de *terra sigillata*, exibindo pequena aba.

Os números 05.3881 e 08.10998<sup>710</sup> possuem paredes oblíquas e bordo simples ou levemente boleado. Conseguimos recuperar a forma completa do primeiro exemplar, verificando-se que apresenta 230mm de diâmetro de bordo, enquanto o fundo, plano, apresenta 168mm de diâmetro.

Destacam-se também os exemplares de bordo voltado para o interior, com parede oblíqua, com bordo plano e reentrante, de que são exemplo os números 06.12830 e 06.7994<sup>711</sup>.

No *grupo 5A* detectámos um exemplar de prato, o número 08.11257, de perfil distinto de todos os outros exemplares até aqui apresentados, pois apesar de possuir o bordo voltado para o exterior, possui uma canelura interna, semelhante à de um exemplar identificado em S. Cucufate e classificado por Inês Vaz Pinto (2003: 192) como da forma rara *I-B-Fr. 3*<sup>712</sup>. É possível que a saliência interior, mais do que um sentido estético, tivesse como funcionalidade o assentamento de uma tampa.

Também no *grupo 7* detectámos apenas um exemplar de prato, o número 06.6734, com bordo simples, voltado para o exterior, de parede oblíqua, com 225mm de diâmetro do bordo.

O número 06.9964 insere-se já no *grupo 8*, com 228mm de diâmetro de bordo e 182mm de fundo, exibindo parede oblíqua e recta, com bordo reentrante, semelhante ao número 82.5352 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 193).

#### 5.1.4.3.2 – Prato covô

Esta categoria corresponde a um recipiente aberto e fundo, de paredes levemente arqueadas ou rectas, fundo plano, com diâmetro de bordo de duas a quatro vezes superior à altura, denominada nas fontes escritas como *patella*. Seria um prato fundo, utilizado sobretudo na confecção de alimentos menos sólidos, como os estufados e

---

<sup>710</sup> Semelhantes ao número 84.5827 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 180).

<sup>711</sup> Com semelhanças com os exemplares da forma *I-B-6* de S. Cucufate, como o número 81.2192 (Pinto, 2003: 193).

<sup>712</sup> Corresponde ao número 86.251 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 192).

guisados, ou seja, teria a função de ir ao lume ou ao forno. Todavia, também poderia ter sido utilizado enquanto recipiente de servir alimentos (Pinto, 2003: 77).

Nesta categoria detectámos apenas dois exemplares, de distintos grupos de fabricos, em pastas locais ou regionais. Assim, temos os números 06.11679 e 02.1584, este produzido com uma pasta do *grupo 1* e o primeiro no *grupo 2*, apresentando este último elevado diâmetro de bordo, com 280mm<sup>713</sup>, inserido na variante de bordo voltado para o interior, espessado e amendoado, com parede oblíqua, pouco esvasada. Na mesma variante se insere o exemplar do *grupo 1*, com apenas 136mm de diâmetro de bordo.

#### 5.1.4.3.3 – Tacho

Embora na maioria dos estudos efectuados sobre a cerâmica comum romana esta categoria seja identificada como *panela*, Inês Vaz Pinto (2003: 78) optou pela sua individualização, pois “[...] nem sempre é fácil distinguir os tachos das panelas quando o material está muito fragmentado, mas tendo em conta que têm uma história e um significado cultural diferentes, é importante tentar separá-los.” De facto, quando possuímos um conjunto muito fragmentado, como é o caso dos materiais do Mileu, é muito complexo distinguir entre estas duas categorias, até porque alguns exemplares poderão apresentar na parte superior uma forma aberta, semelhante a frigideiras, enquanto outros teriam uma forma mais fechada, levando à sua confusão com as panelas<sup>714</sup>. Inês Vaz Pinto (2003: 78) engloba nesta forma tachos e caçarolas, mas também as panelas baixas e largas.

Trata-se de uma forma que apresenta como características o bojo esférico, ovóide ou carenado, fundo plano ou convexo, sendo o diâmetro de bordo não muito mais largo que o do bojo e sendo igual ou superior até duas vezes a sua altura.

Tal como os pratos covos, também os tachos - surgindo mencionados nas fontes escritas como *caccabus* (Pinto, 2003: 78) - teriam a função de ir ao lume, para a confecção de estufados e guisados, mas também de sopas e purés.

---

<sup>713</sup> Estes valores aproximam-se dos de muitos exemplares desta variante de *pratos covos* detectados em S. Cucufate, classificados com a forma *II-B-1* (Pinto, 2003: 213).

<sup>714</sup> Uma das distinções entre estas duas formas prende-se com o bojo, uma vez que no tacho este é mais baixo e largo (Pinto, 2003: 79).

No repertório do Mileu detectámos apenas cinco exemplares desta categoria<sup>715</sup>, distribuídos por 3 grupos de fabrico distintos, possivelmente todos eles de produção local ou regional. Entre estes destacam-se os exemplares inseridos no grupo 6, nomeadamente o número 06.14105, com 112mm de diâmetro de bordo e o número 08.11275, com apenas 90mm de diâmetro, todavia apresentando variantes distintas: o primeiro é de bordo anguloso voltado para fora, formando uma aba horizontal<sup>716</sup>, enquanto o último se insere na variante de bordo dobrado sobre o ombro, em forma de coração, atestando a utilização de tampas nestes recipiente, possivelmente com bojo ovóide<sup>717</sup>. Tratando-se de um fabrico local ou regional, estes exemplares surgem associados na estratigrafia a exemplares de *terra sigillata* alto-imperial<sup>718</sup>.

Semelhante ao primeiro exemplar apresentado desta forma, mas efectuado a partir do grupo de *fabrico* 2, o número 07.2855 do Mileu apresenta o bordo voltado para o exterior, formando aba oblíqua deslocada da pança e tem 214mm de diâmetro de bordo, sensivelmente a largura da pança, com paralelos com os exemplares da variante VII-B-3 de S. Cucufate, nomeadamente o número 83.4493 (Pinto, 2003: 332). Do mesmo grupo, mas de maiores dimensões, com 262mm de diâmetro de bordo, o número 06.11284 insere-se na mesma variante do exemplar anterior, semelhante ao número 83.2366 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 332).

Já o número 01.1053, do grupo 5, insere-se na variante de bordo oblíquo, amendoado e voltado para o exterior, exibindo 138mm de diâmetro de bordo.

#### 5.1.4.3.4 – Panela

Uma das formas mais bem representadas na maioria dos sítios arqueológicos de função habitacional, este recipiente – denominado nas fontes escritas como *olla* – teria funções de ir ao lume, para a confecção de sopas, caldos, carnes e verduras (Pinto, 2003: 79). Assim, teria um perfil fechado, bordo largo, geralmente virado para o

---

<sup>715</sup> Apesar de possuímos apenas pequenos fragmentos de bordo e parede dos exemplares apresentados, a nossa classificação teve por base as características desta categoria, nomeadamente um diâmetro de bordo semelhante à largura do bojo.

<sup>716</sup> Semelhante ao número 82.5785 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 334).

<sup>717</sup> Semelhante aos exemplares da forma VII-A-I-c de S. Cucufate, como o número 82.6346 (Pinto, 2003: 325).

<sup>718</sup> Apesar de exemplares desta forma surgirem em S. Cucufate em níveis do Baixo Império, Inês Vaz Pinto (2003: 325) considera que é possível que os exemplares da forma VII-A-I-c possam recuar ao século I ou a inícios do século II d.C., sensivelmente a mesma cronologia dos exemplares do Mileu.

exterior, e com diâmetro inferior à altura e ao bojo, este de forma ovóide ou piriforme, apresentando fundo plano e podendo ter duas asas ou mesmo estar desprovida delas.

Como já tivemos oportunidade de referir, em conjuntos cerâmicos demasiado fragmentados é difícil distinguir determinadas formas e uma vez que as panelas são genericamente semelhantes aos potes também a sua distinção deverá ser baseada em determinados critérios não relacionados com a forma em si, mas sobretudo pela sua utilização, pois as panelas teriam uma função exclusivamente de cozinha, enquanto os potes teriam funções de armazenamento ou conservação. Assim, as primeiras apresentam frequentemente sinais de fogo no exterior, enquanto os segundos – como veremos no conjunto do Mileu – teriam um fabrico mais cuidado, apresentando superfícies polidas ou com engobe, sendo mesmo marcadas pela presença de elementos decorativos (Pinto, 2003: 79).

Iniciamos a descrição desta categoria com os exemplares do *fabrico 2*, de que se detectaram apenas dois indivíduos. O primeiro, correspondente ao número 07.3244, apresenta 266mm de diâmetro de bordo e insere-se na variante de bordo triangular, formando pequena aba horizontal voltada para o exterior<sup>719</sup>. O segundo exemplar, o número 06.16396, com 148mm de diâmetro, apresenta sinais de fuligem no exterior e insere-se na variante de bordo oblíquo alongado, levemente espessado e voltado para o exterior<sup>720</sup>.

Todavia, é no *fabrico 5* que vamos encontrar um maior número de exemplares (com 65 panelas), dispersos por diversas variantes, destacando-se a panela de bordo oblíquo voltado para o exterior, geralmente amendoado, com quarenta exemplares, como os números 06.4426. com 136mm de diâmetro, o número 08.4541<sup>721</sup>, com 140mm; o número 05.4266. com 136mm<sup>722</sup>; o número 06.14183, com 280mm; o número 07.3371, com 146mm e de bordo afilado, ou o número 06.6092, com 138mm, e o número 08.12996 com 122mm<sup>723</sup>, mas também de bordo oblíquo alongado como o número 08.5495, com 124mm de diâmetro.

---

<sup>719</sup> Corresponde à forma *VIII-B-6-b* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 370).

<sup>720</sup> Corresponde à forma *VIII-B-3-a* de S. Cucufate (Pinto, 2003:355).

<sup>721</sup> Semelhante ao número 84.831 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 348).

<sup>722</sup> Semelhante ao número 83.4363 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 348).

<sup>723</sup> Mas também os números 06.13969 (com 152mm), 06.11519, 06.3349 (com 140mm), 06.634 (com 118mm) (06.17803, 06.10817, 06.3147 (com 164mm), 06.11116 (com 244mm), 05.4309 (com 154mm), 07.476 (com 148mm), 08.5498 (com 124mm), 06.3574 (com 194mm), 06.11754 (com 194mm), 06.10075, 06.8191 (com 212mm), 06.618 (com 122mm), 05.4461 (com 136mm), 05.4469 (com 144mm), 06.3189 (com 166mm), 05.4448 (com 154mm), 06.1934 (com 148mm), 02.1986 (com 132mm), 08.581, 07.2761 (com 222mm), 07.2748 (com 190mm), 05.3005 (com 160mm), 07.2854 (com 168mm), 06.6119 (com 140mm), 06.6144 (com 120mm), 06.3740 (com 140mm), 07.3759 e 06.1270.

Detectamos ainda exemplares da variante de bordo em pequena aba oblíqua, voltada para o exterior, com garganta funda, de que são exemplo o número 05.5251, com 140mm de diâmetro, ou os números 06.3396<sup>724</sup> e 06.3403, ambos com 152mm de diâmetro de bordo; o número 06.17819, com 142mm; o número 08.1852, com 190mm e o número 08.8906, com 172mm de diâmetro<sup>725</sup>.

Salientamos ainda o exemplar 06.5138, com 124mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de bordo arqueado muito alto, formando garganta interna<sup>726</sup>, como o número 06.6018<sup>727</sup>, com 202mm e o número 05.3772<sup>728</sup>, com 112mm e ainda o número 07.3161/3163, com 150mm de diâmetro, estes dois últimos com sinais de fuligem.

Destacam-se ainda diversos exemplares de panela de *perfil em S*, com bordo virado para o exterior, de que é exemplo o número 06.228<sup>729</sup>, mas também 06.16393, com 122mm, o número 05.4622, com 101mm e ainda o número 05.4637. Já o número 06.6779, com 144mm de diâmetro de bordo, insere-se na variante de bordo triangular formando pequena aba horizontal voltada para o exterior<sup>730</sup>, a mesma onde inserimos o número 07.3754, com 178mm.

Detectámos ainda um exemplar inserido na variante de bordo sub-rectangular, levemente voltado para o exterior, de que é exemplar único o número 06.6130, com 130mm de diâmetro.

No grupo de *fabrico 6* detectámos escassos exemplares desta categoria, dispersos por variantes pouco conhecidas nos fabricos anteriormente descritos. Assim, iniciamos a sua recensão com a variante de panela de bordo terminando em lábio triangular e garganta interna pouco pronunciada<sup>731</sup>, de que é exemplo o número

---

<sup>724</sup> Semelhante ao número 84.5557 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 363).

<sup>725</sup> Nesta variante inserem-se ainda os números 06.9762 (com 214mm), 06.16381, 06.2935, 06.5899 (com 138mm), 08.9492 (com 170mm), 06.17812, 06.9793 e 06.1850.

<sup>726</sup> Corresponde à forma *VIII-C-1* de S. Cucufate, exibindo o nosso exemplar semelhanças com o número 83.1517 (Pinto, 2003: 382).

<sup>727</sup> Semelhante ao número 82.1653 da forma *VIII-B-7* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 371).

<sup>728</sup> Semelhante ao número 84.446 da forma *VIII-C-2* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 382).

<sup>729</sup> Semelhante ao número 80.606 da forma *VIII-B-9* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 374).

<sup>730</sup> Corresponde à forma *VIII-B-6* de S. Cucufate, exibindo o nosso exemplar semelhanças com o número 80.1168 (Pinto, 2003:367).

<sup>731</sup> Semelhante ao número 84.2103 da forma *VIII-C-2-a* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 348). Embora nesta *uilla* tenham sido identificados escassos exemplares, encontram-se dispersos pelos horizontes do Alto e do Baixo Império.

06.18273. O número 06.1759 insere-se numa variante representada por um único exemplar, a variante de bordo facetado voltado para o exterior e de pança esférica<sup>732</sup>.

Todavia, na sua maioria, os exemplares deste fabrico inserem-se na variante de bordo oblíquo voltado para fora, de que são exemplo o número 06.14515, com 284mm; o número 02.2467 com 152mm e sinais de fuligem, e o número 08.9150, com 128mm e de bordo afilado.

Na mesma variante, mas com bordo simples, formando garganta interna pouco pronunciada, detectámos o número 06.11196, com 120mm de diâmetro de bordo. Ainda com semelhanças com esta variante, mas com bordo em aba oblíqua, voltada para o exterior e garganta curta, salientamos o número 06.11864, com 144mm de diâmetro de bordo e o número 06.12239, com 132mm.

No *grupo 7* esta categoria encontra-se relativamente bem representada, com vinte exemplares, destacando-se os da variante de bordo formando pequena aba oblíqua e garganta curta, de que é exemplo o número 02.2353, com 140mm de diâmetro de bordo, mas também o número 06.10964; o número 02.1411, com 134mm; o número 08.9182, com 190mm; o número 07.3246, com 122mm e sinais de fuligem no bordo<sup>733</sup>. Também o número 05.3802, com 164mm, se insere nesta variante, embora apresente pequena aba horizontal voltada para o exterior e garganta pronunciada<sup>734</sup>.

Detectámos ainda seis exemplares da variante de bordo oblíquo, geralmente amendoado, como o número 01.1083, com 190mm; o número 06.19468, com 144mm; o número 01.124, com 132mm; o número 07.4682, com 180mm e sinais de fuligem no bordo; o número 07.4770, com 126mm; o número 05.3436, com 114mm e o número 05.3044<sup>735</sup>, com 102mm de diâmetro, todos eles exibindo sinais de fuligem, mas também o número 07.3357, com 130mm e o número 08.7313, com 180mm.

O número 06.17822, com 108mm, insere-se na variante de bordo oblíquo formando garganta interna pouco pronunciada, como o número 08.6333, o número 05.2925, com 102mm e o número 06.857, com 120mm de diâmetro e exibindo sinais de fuligem.

No *grupo 9* detectámos oito exemplares, dois dos quais inseridos na variante de bordo oblíquo voltado para fora, de que é exemplo o número 08.11840, com apenas

---

<sup>732</sup> Corresponde à forma *VIII-B-4-a* de S. Cucufate, apresentando o nosso exemplar semelhanças com o número 82.4620 (Pinto, 2003: 360).

<sup>733</sup> Nesta variante detectámos ainda os números 06.11132 e 07.3248, com 110mm.

<sup>734</sup> Corresponde à forma *VIII-B-5-b*, apresentando o nosso exemplar semelhanças com o número 80.1691 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 364).

<sup>735</sup> Semelhante ao número 82.6198 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 351).



124mm de diâmetro de bordo<sup>736</sup>. Nesta mesma variante inserimos o número 06.1263, com apenas 100mm de diâmetro, apresentando sinais de fuligem<sup>737</sup> e o número 07.2352<sup>738</sup>, com 140mm de diâmetro, mas com bordo oblíquo amendoado e voltado para o exterior.

Detectámos ainda um exemplar de bordo oblíquo alongado, arredondado, virado para o exterior, o número 05.4273<sup>739</sup>, com 224mm de diâmetro. Nesta mesma variante inserimos o número 06.469, com 140mm de diâmetro e apresentando linhas incisivas pouco pronunciadas no início da pança, o número 06.6030, com 180mm de diâmetro e o número 05.3177, com 126mm.

Na variante de bordo em pequena aba oblíqua, voltada para o exterior, com garganta funda, detectámos apenas um exemplar, o número 06.1298<sup>740</sup>, com apenas 106mm de diâmetro e sinais de fuligem.

#### 5.1.4.3.5 – Tigela

Tratando-se de uma das formas mais bem representadas no repertório de cerâmica comum da maioria dos sítios arqueológicos, também no Mileu se verificou um elevado número de exemplares inseridos nesta categoria, nas suas mais diversas variantes. Nas fontes antigas surge com a denominação de *acetabulum*, *caucus*, *formella*, *gustatorium*, *panna* ou *scutella* (Alarcão, 1974: 34), sendo caracterizada como um recipiente aberto, mais fundo que os pratos, com dimensões semelhantes ao prato covo, mas de fundo mais estreito relativamente ao diâmetro do bordo, podendo este atingir duas a quatro vezes a altura, mas não atingindo mais de 200mm de diâmetro (Pinto, 2003: 80). Seriam peças de uso individual, no consumo de líquidos ou de alimentos menos sólidos à mesa, mas que poderiam ter sido também utilizadas na preparação de alimentos (Nolen, 1988: 105). Geralmente apresentam paredes rectas e esvasadas ou carenadas, de fundo simples, anelar, plano ou côncavo, geralmente de fabrico cuidado, exibindo superfícies alisadas, engobadas ou decoradas<sup>741</sup>.

---

<sup>736</sup> Semelhante ao número 84.831 da forma VIII-B-2 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 348).

<sup>737</sup> Nesta variante englobámos ainda os números 07.2744 (com 124mm de diâmetro) e 08.9373 (com 160mm).

<sup>738</sup> Semelhante ao número 83.4363 da forma VIII-B-2 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 347).

<sup>739</sup> Semelhante ao número 84.1488 da forma VIII-B-3-a de S. Cucufate (Pinto, 2003: 356).

<sup>740</sup> Semelhante ao número 84.5557 da forma VIII-B-5-a de S. Cucufate (Pinto, 2003:363).

<sup>741</sup> Abrangendo diversas variantes e dimensões, nesta categoria incluem-se as *taças* e as *tigelas* (Pinto, 2003: 80).

Assim, no conjunto de cerâmica comum do Mileu detectámos 67 exemplares de tigelas, de distintas variantes, dispersos por quase todos os grupos de fabricos.

Iniciamos a recensão das tigelas com um dos exemplares desta categoria do grupo de *fabrico 1*, o número 07.879, com diâmetro de bordo de 166mm, inserido na forma de tigela com paredes contracurvadas, formando carena a meio da parede, com a parte superior voltada para o exterior, semelhante ao número 80.1124 de S. Cucufate, inserido na forma *III-C-5* (Pinto, 2003: 257) ou com o número 228 de Conimbriga, este último integrado num fabrico em tudo semelhante à tigela do Mileu (Alarcão, 1974: 67). Neste grupo integra-se também o número 08.8195.

Apesar de Inês Vaz Pinto (2003: 256-257) considerar que esta variante de S. Cucufate corresponderia a exemplares de uma fase tardia, surgindo no *horizonte 6* e como imitação da forma *Drag. 37* de *terra sigillata* hispânica tardia, o facto de no Mileu e em Conímbriga surgirem num fabrico que não se terá prolongado muito para lá da primeira metade do século I d.C. permite-nos afirmar que esta variante apresenta uma cronologia mais antiga.

No *grupo 2* surgiram também escassos exemplares integráveis na categoria de tigela, resumindo-se a cinco indivíduos, dois deles da mesma forma acima descrita, nomeadamente os números 06.11129 e 06.1293, a primeira com 172mm de diâmetro de bordo<sup>742</sup> e a segunda com 144mm de diâmetro de bordo<sup>743</sup>. Identificámos ainda três exemplares inseridos da categoria de tigela carenada, com carena alta e com a parte superior levemente oblíqua, com bordo espessado<sup>744</sup>, de que são exemplo o número 07.3206, com 122mm de diâmetro de bordo; o número 06.8184 com 80mm e o número 08.9244, com 194mm.

Uma vez mais é no *fabrico 5* que vamos encontrar mais exemplares desta categoria, com 34 tigelas, distribuídos por distintas variantes, desde as mais comuns, às mais raras, todas de bordo virado para o exterior, dispersas por nove variantes.

A primeira variante corresponde à tigela de parede arqueada, com bordo amendoado e descaído<sup>745</sup>, de que é exemplo o número 06.2941, com 178mm de

---

<sup>742</sup> Semelhante ao número 81.970 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 257).

<sup>743</sup> Semelhante ao número 81.1532 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 257).

<sup>744</sup> Corresponde à forma *III-A-4-a* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 234).

<sup>745</sup> Inês Vaz Pinto (2003: 245) classifica esta variante como *III-C-1*, muito semelhante à *I-C-2*, correspondente à forma de prato, sendo a distinção efectuada na dimensão das peças, pois as que teriam diâmetro de bordo inferior a 200mm seriam tigelas. É uma forma bem representada no repertório de S. Cucufate, com 138 exemplares, surgindo sobretudo nos *horizontes 1* e *2*, ou seja no Alto Império, embora também surja nos *horizontes 3* e *4*, evidenciando uma forma que perdura no tempo (Pinto, 2003: 246-247).

diâmetro de bordo. Inês Vaz Pinto (2003: 202) considera que esta tigela teria como protótipo a forma *Drag. 35* de *sigillata*<sup>746</sup>. Também o número 08.8906 se insere nesta variante, embora seja de menores dimensões, com 138mm de diâmetro de bordo<sup>747</sup>. Destacamos ainda o número 06.6043, com 104mm de diâmetro, mas que apresenta um bordo em aba descaída, semelhante ao número 82.4639 de S Cucufate (Pinto, 2003: 245).

No conjunto do Mileu destacam-se ainda os exemplares de tigela de parede aberta e recta, de bordo simples, levemente espessado e arredondado, de que é exemplo o número 06.18495, com apenas 148mm de diâmetro de bordo, ou o número 06.7745, com apenas 118mm, com parede oblíqua, bordo plano e reentrante. Também o número 08.5286 apresenta bordo virado para o exterior, levemente boleado e paredes pouco esvasada, com 156mm de diâmetro de bordo.

Identificámos ainda um exemplar de tigela de parede aberta e recta, com bordo ligeiramente espessado ou simples, com caneluras na parede exterior, o número 06.6442, muito semelhante à forma rara *III-A-fr 2* de S. Cucufate, embora o exemplar do Mileu não apresente indícios de decoração a *guilhoché* (Pinto, 2003: 227).

Também a variante de tigela com paredes contracurvadas e carena a meio da pança, com a parte superior voltada para o exterior se encontra bem representada neste grupo do repertório do Mileu, com onze indivíduos, como o número 08.5656<sup>748</sup>, com 124mm, o número 06.232<sup>749</sup>, o número 06.5831<sup>750</sup>, mas também o número 06.6465, o número 08.7035, com 88mm de diâmetro de bordo e o número 06.12578, com 96mm de diâmetro<sup>751</sup>.

Detectámos ainda um exemplar inserido na forma de tigela de parede duplamente arqueada, com um perfil de imitação da forma *Drag. 27* da *terra sigillata*, neste caso dos perfis alto-imperiais, o número 06.5067<sup>752</sup>.

Entre as tigelas carenadas destaca-se ainda um exemplar raro, o número 08.7336, semelhante a um outro identificado em S. Cucufate com o número 79.219 e

---

<sup>746</sup> Apesar das semelhanças com esta forma, Inês Vaz Pinto (2003: 247) identificou no conjunto desta forma algumas peças que poderão ser imitação da cerâmica comum africana.

<sup>747</sup> Nesta variante integrámos ainda os números 07.4786 (com 166mm de diâmetro), 06.5054 e 06.14516 (com 110mm de diâmetro).

<sup>748</sup> Semelhante ao número 91.970 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 257).

<sup>749</sup> Semelhante ao número 81.1532 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 257).

<sup>750</sup> Semelhante ao número 84.6259 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 232).

<sup>751</sup> Nesta variante destacamos ainda os números 06.8465, 06.18250, 02.1487, 06.14345 e 08.9355, com 152mm de diâmetro.

<sup>752</sup> Semelhante ao número 84.4566 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 231), classificada na forma *III-A-3*.

classificada na variante *A-III-fr 4* (Pinto, 2003: 235), onde também foi identificado apenas um exemplar. A diferença entre os dois indivíduos relaciona-se com a reduzida dimensão do nosso exemplar, com apenas 94mm de diâmetro de bordo.

Identificámos ainda oito exemplares de tigela carenada, de carena alta, sendo a parte superior ligeiramente virada para o exterior, levemente oblíqua, de bordo simples<sup>753</sup>, de que é exemplo o número 06.6259<sup>754</sup> com 162mm de diâmetro de bordo, ou o número 06.9907 com 100mm de diâmetro<sup>755</sup>, bem como outras quatro peças para as quais não conseguimos definir o diâmetro de bordo, nomeadamente os números 06.14336, 06.6418, 06.5018 e 06.4495. Segundo Inês Vaz Pinto (2003: 234) esta forma já era produzida na segunda metade do Século I d.C. ou no primeiro terço do Século II.

O número 06.14050, com 106mm de diâmetro de bordo, insere-se na variante de parede arqueada e bordo espessado, formando face interna oblíqua – integrada na forma *II-B-1-a* em S. Cucufate – com o topo aplanado, inclinado para o interior que, segundo Inês Vaz Pinto (2003: 240), corresponderia a uma variante do Alto Império.

Salientamos ainda um exemplar, o número 08.861, com parede pouco esvasada e bordo canelado, com 166mm de diâmetro de bordo. Apesar de não termos encontrado paralelos para esta variante dentro da forma das tigelas, foi possível encontrar uma variante de prato com características semelhantes, classificado por Inês Vaz Pinto (2003: 178) como a forma *I-A-9-a*, na qual identificou seis exemplares, embora nenhum deles recolhido em contexto datado. Todavia, um exemplar semelhante encontrado em Santo André (Montargil; Ponte de Sor) foi datado da segunda metade do Século I ou inícios do Século II d.C. (Pinto, 2003: 178).

Na variante de bordo amendoado, com ressalto no exterior<sup>756</sup>, detectámos ainda um exemplar de tigela, o número 06.6173, com 168mm de diâmetro de bordo, com bordo virado para o exterior, de parede recta e esvasada. Todavia, não conseguimos detectar qualquer paralelo para esta forma devido ao perfil do bordo.

No grupo de *fabrico 5A* detectámos um indivíduo, o número 06.11655, que corresponde a um exemplar de parede duplamente arqueada, imitação da forma *Drag. 27 da terra sigillata* hispânica tardia, com 162mm de diâmetro de bordo. Como já Inês

---

<sup>753</sup> Corresponde à forma *III-A-4-a* identificada em S. Cucufate com 15 exemplares (Pinto, 2003: 234).

<sup>754</sup> Semelhante ao número 84.4437 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 234).

<sup>755</sup> Bem como os números 08.3254 (com 178mm de diâmetro), 06.11926 (com 154mm de diâmetro) e 06.6353 (com 110mm de diâmetro de bordo).

<sup>756</sup> Apesar de este exemplar apresentar muitas semelhanças com alguns exemplares de almofarizes, optámos por integrá-la na forma de tigela, com as devidas reservas, devido à pequena dimensão do diâmetro de bordo e à inexistência de estrias na parede interna.

Vaz Pinto (2003: 228) tinha salientado, trata-se de uma forma com uma produção desde o Alto Império ao Baixo Império, sendo o exemplar do Mileu testemunho deste último período. Neste fabrico identificámos ainda uma tigela de parede oblíqua, muito esvasada, com bordo levemente boleado, o número 08.10998, com 126mm de diâmetro de bordo<sup>757</sup>.

No *grupo 6* detectámos apenas um exemplar, o número 06.18504, uma tigela carenada, de carena alta, sendo a parte superior ligeiramente virada para o exterior, levemente oblíqua, de bordo simples.

No repertório de cerâmica comum do Mileu detectámos ainda nove exemplares do *grupo 7*, destacando-se novamente os exemplares carenados como a variante que surge mais bem representada. Disso são exemplo os quatro exemplares de tigelas de parede duplamente arqueadas, como o número 06.10993, com 110mm de diâmetro de bordo, imitando a forma *Drag. 27* de *terra sigillata*, possivelmente de um período tardio, semelhante ao número 06.5110, com 124mm de diâmetro e o número 08.5896, com 107mm. Apenas o número 08.7205, com 121mm de diâmetro, parece imitar a forma alto-imperial da *Drag. 27*.

Também as tigelas com paredes contracurvadas e carena a meio da pança, com a parte superior voltada para o exterior, se encontram relativamente bem representadas neste fabrico, de que são exemplo os números 06.8194 e 06.6178, este com 80mm de diâmetro e o número 06.6274, com 104mm.

A variante de tigela de parede arqueada, com bordo amendoado e descaído, surgindo como imitação da *Drag. 35* de *terra sigillata*, encontra-se representada por dois exemplares, o número 06.4429, com 114mm de diâmetro de bordo<sup>758</sup> e o fragmento 08.4574.

No *grupo 8* detectámos também diversos exemplares desta categoria, num total de doze, na sua maioria inseridos na variante de tigela de parede aberta e recta, de bordo simples e arredondado, num total de oito indivíduos, como o número 06.14254<sup>759</sup>, com 112mm de diâmetro de bordo, que apresenta aguada alaranjada nas duas superfícies, muito semelhante ao número 06.3554, com 148mm, ao número 08.5940, com 138mm e ao número 05.3480<sup>760</sup>, com 112mm, estes sem aguada, ao contrário do número 06.350, com aguada apenas na superfície interna, situação que também identificámos no número

---

<sup>757</sup> Semelhante ao número 81.1983, da forma *I-A-II* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 180).

<sup>758</sup> Semelhante ao número 82.1865 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 245).

<sup>759</sup> Semelhante ao número 79.695 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 221), da forma *III-A-I*.

<sup>760</sup> Semelhante ao número 83.2306 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 221).

08.551, com 150mm. Também os números 05.3176 e 08.11276 se inserem nesta variante, apresentando este 152mm de diâmetro de bordo e o primeiro 166mm de diâmetro, dimensões pouco menores que o número 06.3163, com 178mm de diâmetro.

Destacamos ainda um exemplar de uma tigela carenada, o número 06.6378, com 140mm de diâmetro de bordo<sup>761</sup>, de carena alta, sendo a parte superior ligeiramente virada para o exterior e levemente oblíqua, de bordo simples.

Também a tigela de parede duplamente arqueada, imitando a forma *Drag. 27 de terra sigillata*, se encontra representada no *grupo 8* do conjunto de cerâmica comum do Mileu, mas apenas por um exemplar, o número 05.2693, com apenas 68mm de diâmetro<sup>762</sup>.

Todavia, é na variante de tigela de parede arqueada, com bordo em aba horizontal levemente descaída que vamos encontrar um perfil completo. Trata-se do número 08.6358, com 144mm de diâmetro de bordo e fundo anelar, com 70mm de diâmetro. Corresponde a uma peça com um fabrico cuidado, com engobe e decoração em *guilhoché* no fundo interno. É uma variante que surge como imitação da forma *Drag. 35/36 de terra sigillata* (Pinto, 2003: 250) e, como tal, do Alto Império.

Também no grupo de *fabrico 8A* detectámos um exemplar da variante de tigela hemisférica de bordo simples e arredondado, o número 06.787, com apenas 104mm de diâmetro de bordo.

A mesma variante foi identificada no *grupo 11*, com o número 07.3775, com apenas 80mm de diâmetro de bordo. Mas neste grupo identificámos ainda um exemplar de imitação da forma *Drag. 27 de terra sigillata*, ou seja, de parede duplamente arqueada, o número 05.4044<sup>763</sup>, com 118mm de diâmetro de bordo.

#### 5.1.4.3.6 – Terrina

Denominados de *patina* e de *operculum* nas fontes latinas (Alarcão, 1974: 34), os exemplares desta categoria tinham as superfícies exteriores cuidadas, quer fosse através de alisamento, quer pela aplicação de engobe ou mesmo pela presença de decoração. Esta preocupação com o seu fabrico prende-se com a sua função, pois era louça de mesa, utilizada para servir alimentos, apresentando dimensões de diâmetro de bordo geralmente superiores a 200mm. Trata-se de uma forma que pode apresentar

---

<sup>761</sup> Semelhante ao número 84.4437 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 234).

<sup>762</sup> Semelhante ao número 84.4566 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 231).

<sup>763</sup> Semelhante ao número 82.3294 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 231).

diversas variantes, com peças de forma aberta, mas também outras fechadas, de perfil fundo, com paredes arqueadas, carenadas ou esvasadas, por vezes com asas horizontais.

No conjunto da cerâmica comum do Mileu detectámos dez exemplares inseridos nesta categoria, sete dos quais produzidos em pastas de fabrico local ou regional e apenas dois do *grupo 8*, caracterizado como cerâmica alaranjada fina, classificados em formas raras, distintas das do fabrico local, como iremos ver.

Verificámos que a maioria dos exemplares do Mileu corresponde a formas hemisféricas, fechadas, de que são exemplo o número 06.11710, do *grupo 2*, com bordo virado para o exterior, em aba amendoada, horizontal<sup>764</sup>, com 240mm de diâmetro de bordo, ou o número 08.6326, do mesmo fabrico, mas da variante de bordo em aba oblíqua levemente arqueada e pança também ela arqueada<sup>765</sup>, com um diâmetro de 270mm. Detectámos ainda um exemplar – o número 06.3165, do mesmo grupo de fabrico, de maiores dimensões, com o bocal muito aberto, com 340mm de diâmetro de bordo, em aba oblíqua, formando lábio externo, possivelmente com parede em S, semelhante ao número 80.117 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 299).

Os três recipientes desta categoria, produzidos no grupo de *fabrico 5* apresentam um perfil distinto, inserindo-se em variantes de bordo reentrante e de pequenas dimensões. O primeiro – número 06.4637 – com bordo reentrante espessado, na continuidade da pança ovóide e com 144mm de diâmetro de bordo, é muito semelhante ao número 08.6817, este com apenas 94mm, e com paralelos nos exemplares da forma *VI-B-1* de São Cucufate (como o número 80.122; Pinto, 2003: 305). Já o número 06.14296, com 200mm de diâmetro de bordo, apresenta um bordo dobrado sobre o *ombro* e colado à pança esférica<sup>766</sup>.

Identificámos ainda um exemplar muito semelhante aos anteriores, mas produzidos no grupo de *fabrico 5A*, de cronologia mais tardia, possivelmente do Baixo Império. Corresponde ao número 06.9429, com 274mm de diâmetro de bordo, apresentando uma aguada na superfície exterior.

De uma variante distinta e produzido no *grupo 7*, o número 05.4832, com 94mm de diâmetro de bordo, apresenta bordo voltado para o interior, reentrante e paredes muito finas<sup>767</sup>, inspirado na forma *Drag. 24/25* de *terra sigillata*.

---

<sup>764</sup> Semelhante ao número 84.1974 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 297).

<sup>765</sup> Semelhante ao número 81.1913 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 303).

<sup>766</sup> Semelhante ao número 84.6881 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 309).

<sup>767</sup> Semelhante ao número 81.2123 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 304).

Da mesma variante do recipiente anterior, mas produzido a partir do *grupo 8*, o número 07.423 do Mileu, com 300mm de diâmetro de bordo, apresenta o bordo na continuidade da parede, virado para o interior, com ressalto na parede exterior, à altura do ombro<sup>768</sup>. Apesar de surgir em diversos contextos do Baixo Império<sup>769</sup>, tendo em conta o tipo de fabrico e a estratigrafia do Mileu, acreditamos que corresponda a uma peça do período alto-imperial.

Neste grupo detectámos ainda uma outra terrina, o número 06.11889, possivelmente da mesma variante que as anteriores, com 146mm de diâmetro de bordo e com aguada de coloração castanha na superfície exterior.

#### 5.1.4.3.7 – Potinho

De perfil semelhante aos potes, a diferenciação entre estas duas categorias, *pote* e *potinho*, decorre das suas dimensões, uma vez que – como a própria designação indica – esta última categoria se refere a potes de pequenas dimensões, que poderiam ter asas. A sua função principal seria a de servir bebidas, funcionalidade que poderá ser aduzida pela semelhança entre alguns exemplares desta categoria e a cerâmica de paredes finas (Pinto, 2003: 81). Funções semelhantes teriam os *púcaros* descritos por Jorge de Alarcão (1974: 34) no seu estudo sobre a cerâmica comum de Conímbriga, ou os *púcaros* das necrópoles norte-alentejanas estudados por Jeannette Nolen (1985: 187 e ss), levando Inês Vaz Pinto a englobar neste tipo ambas as formas. Esta proposta de classificação teve ainda em consideração a dificuldade de classificar as peças apenas pela existência de *asas* no *púcaro* e a sua inexistência nos *potinhos*, como havia defendido Jeannette Nolen (1985: 113). Todavia, no caso do conjunto do Mileu – e seguindo as propostas de classificação desta autora – optámos por distinguir duas categoriais, pois parece-nos que apresentam diferenças significativas de perfil, como iremos ver.

Refira-se ainda que os *potinhos* são caracterizados por possuírem um diâmetro de bordo inferior à altura, embora em alguns casos possa ser igual ou duas vezes o seu valor (Pinto, 2003: 81). No caso dos exemplares do Mileu, essa poderá ser também uma

---

<sup>768</sup> Semelhante ao número 80.189 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 304).

<sup>769</sup> Em S. Cucufate diversos exemplares desta variante surgem em contextos do Baixo Império, nomeadamente no *horizonte 4*, embora em diversos sítios do Alentejo surja em contextos datados do Século I d.C. até inícios do Século II d.C. (Pinto, 2003: 306-307).



diferenciação entre potinhos e púcaros, como iremos ver, uma vez que estes parecem apresentar diâmetros de bordo de maiores dimensões.

Neste sentido, dispersos por *10 grupos* distintos, detectámos 152 exemplares, com distintas características, levando-nos a individualizar doze variantes.

Assim, iniciamos esta descrição com os exemplares de potinhos produzidos a partir do *grupo 1*, verificando-se a existência de dezasseis exemplares, maioritariamente inseridos na variante de colo alto, de que é exemplo o número 06.1429, com 130mm de diâmetro de bordo, a mesma dimensão do número 06.3879, este com a face interna polida, tal como o número 06.3894, que tem 116mm de diâmetro. Identificámos ainda exemplares de menores dimensões, como o número 06.3732, com 100mm de diâmetro, o número 06.3927, com 108mm, ambos com parede interna polida, mas também o número 06.3849<sup>770</sup> com 112mm e o número 06.14791, com 114mm de diâmetro de bordo<sup>771</sup>. Nesta variante inserimos ainda o número 01.1089, que corresponde a um fragmento de parede de colo, com decoração polida, formando linhas verticais paralelas.

Neste grupo de fabrico detectámos ainda três exemplares que inserimos na variante de potinho de bordo oblíquo, caracterizado por possuir o colo afunilado e o bordo virado para o exterior. Entre estes exemplares salientamos o número 08.11840, com apenas 114mm de diâmetro de bordo ou o número 06.3734, com 96mm de diâmetro. Outros ainda apresentam a parede interna brunida, como tantas outras formas neste fabrico, como o número 06.3928. Detectámos ainda um exemplar, o número 08.1843, com 114mm de diâmetro de bordo, tendo como característica o bordo na continuidade da pança, voltado para fora, formando aba arredondada.

No *grupo 2* identificámos escassos exemplares, pois apenas nove se inserem nesta forma, dispersos por quatro variantes. Na variante de bordo em aba amendoada, levemente inclinada e de colo alto, inserimos o número 06.4267, com 130mm de diâmetro. Detectámos ainda quatro exemplares inseridos na variante de bordo oblíquo e de pança ovóide<sup>772</sup>, como o número 07.3519, com 132mm de diâmetro de bordo<sup>773</sup>.

Já o número 06.2718 insere-se na variante de colo alto e bordo simples, bem como o número 05.3475. Detectámos ainda um exemplar – número 02.2057 – inserido na variante de bordo pequeno amendoado, com vinco à altura do ombro e pança

---

<sup>770</sup> Semelhante ao número 258 de Conímbriga (Alarcão, 1974: 69).

<sup>771</sup> Na mesma variante inserimos os números 06.15152 (com 83mm de diâmetro), 08.2520 (com 114mm) e os números 08.2522 e 08.8193.

<sup>772</sup> Corresponde à forma *X-A-3-a* de S. Cucufate.

<sup>773</sup> Incluímos também nesta variante os números 06.9739, 06.18004 e 06.5829, este com 108mm.

esférica, com 138mm de diâmetro de bordo e ainda um outro, inserido na variante de bordo triangular virado para o exterior, o número 06.3490, com 132mm.

No grupo de *fabrico 4*, com proveniência da Bética, inserimos quatro exemplares, todos eles da mesma variante, de bordo virado para o interior, com pança ovóide, de que é exemplo o número 06.9880, com 104mm de diâmetro, ou os números 06.15313 e 08.9269. Já o número 06.12278, com 90mm de diâmetro de bordo, também no *fabrico 4*, insere-se na variante de bordo virado para o exterior.

Esta categoria encontra-se bem representada no *grupo 5*, com 39 exemplares, apresentando elevada uniformidade produtiva e formal, identificando-se apenas três variantes: os potinhos de bordo virado para o exterior, simples e de colo alto; os exemplares de bordo virado para o exterior, oblíquo e os potinhos de bordo curto e levemente arqueado, formando garganta interna.

Na primeira variante inserimos quinze exemplares, com distintas dimensões, exibindo bordo simples ou levemente espessado<sup>774</sup>, como o número 06.4336, com 100mm, ou o número 06.14294<sup>775</sup>, com 78mm de diâmetro e o número 08.5788, com 108mm de diâmetro e decoração com polimento, criando bandas verticais, semelhante aos exemplares do *grupo 10*, como iremos ver<sup>776</sup>.

Na segunda variante identificámos 23 indivíduos, uns com bordo levemente espessado, como os números 05.5280<sup>777</sup>, com 110mm de diâmetro de bordo, ou o número 06.5208<sup>778</sup>, com 90mm<sup>779</sup>; outros apresentam bordo afilado, como o número 06.9917, com 82mm de diâmetro, ou o número 06.5828, com 74mm e o número 02.1323, com 104mm de diâmetro e polimento na parede interna; outros ainda apresentam bordo amendoado, como o número 06.12086, com 100mm; o número

---

<sup>774</sup> Correspondente à *forma X-A-1*, a que pertence o número 86.262 que apresenta semelhanças com o nosso exemplar.

<sup>775</sup> Semelhante ao número 82.6470 da *forma X-A-1* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 397).

<sup>776</sup> Nesta variante incluímos ainda os números 06.197 (com 108mm), 06.14509, 06.3322 (com 104mm), 05.4472 (com 102mm), 08.3068 (com 84mm), 08.7281 (com 96mm), 08.9246 (com 92mm), 06.6939 (com 90mm), 06.197 (com 108mm), 06.210, 06.6060 (com 86mm) e 08.9243.

<sup>777</sup> Semelhante ao número 80.626 da *forma X-A-3-a* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 401).

<sup>778</sup> Semelhante ao número 83.4673 da *forma X-A-8* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 408).

<sup>779</sup> Nesta variante incluímos ainda os números 06.10107, 06.4482, 06.5951 (com 114mm), 05.5214 (com 124mm), 06.210 (com 76mm), 05.4483 (com 90mm), 06.12024, 08.6431 (com 120mm), 08.4897 e 07.1601.

06.631<sup>780</sup>, com 86mm de diâmetro de bordo, ou o número 06.594, com 118mm<sup>781</sup>; outros ainda apresentam bordo boleado, como o número 06.4463<sup>782</sup>, com 112mm.

Na terceira variante registámos apenas um exemplar, o número 08.6914<sup>783</sup>, com 80mm de diâmetro de bordo.

No *grupo 6* identificámos três exemplares de potinhos, um de bordo oblíquo, simples, virado para o exterior, o número 06.10968, com apenas 75mm de diâmetro. O número 05.4022, com 78mm de diâmetro, insere-se numa variante de bordo virado para o exterior, em forma de pequena aba horizontal. Por fim, o número 06.17835, com bordo curto, levemente arqueado, formando garganta interna, apresenta 95mm de diâmetro.

Também no *grupo 7* identificámos um reduzido número de indivíduos, com apenas onze exemplares, inseridos em três variantes distintas: potinhos de bordo voltado para o exterior, simples ou arredondado, com colo alto; bordo oblíquo virado para o exterior; bordo curto, levemente arqueado, formando garganta interna.

Entre os exemplares da primeira variante salientamos o número 06.446, com 68mm, o número 06.12788, com 78mm e o número 06.14327, com 96mm<sup>784</sup>.

Na segunda variante, de bordo oblíquo virado para o exterior destacamos os números 06.8080 e 05.4177, ou o número 06.15422, este com bordo amendoado<sup>785</sup>.

Na última variante detectámos apenas um exemplar, o número 06.13762<sup>786</sup> com 88mm.

O grupo de *fabrico 8* apresenta um número de indivíduos semelhante ao grupo anterior, com dez exemplares, dispersos por três variantes: potinhos de bordo voltado para o exterior, simples ou arredondado, com colo alto; bordo oblíquo virado para o exterior; bordo virado para o interior, com pança ovóide.

Na primeira variante salientamos o número 06.11703, com 94mm, o número 06.5216, com 116mm, apresentando aguada de cor laranja na superfície exterior; o número 06.7607, com 100mm; o número 02.1417, com 71mm de diâmetro

---

<sup>780</sup> Semelhante ao número 84.3392 da forma *X-A-3-b* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 403).

<sup>781</sup> Mas também os números 02.2357 (com 94mm), 08.8520 (com 64mm), 05.4583 (com 100mm) ou 07.926 (com 84mm).

<sup>782</sup> Semelhante ao número 82.4674 da forma *X-A-1* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 397).

<sup>783</sup> Semelhante ao número 81.3052 da forma *X-B-3* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 418).

<sup>784</sup> Mas também pelos números 06.3004, 05.4369 (com 88mm), 06.13979 e 02.2074 (com 128mm de diâmetro).

<sup>785</sup> Inserido na forma *X-A-3-b* de S. Cucufate, apresentando o nosso exemplar semelhanças com o número 82.6128, de S. Cucufate (Pinto, 2003: 401).

<sup>786</sup> Semelhante ao número 82.3146 da forma *X-B-1* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 415).

apresentando decoração com bandas polidas verticais no colo, ou o número 06.15321, com 82mm e aguada na superfície exterior<sup>787</sup>.

Entre os exemplares da segunda variante destacamos os números 06.15348 e 08.3302, ambos com 94mm de diâmetro de bordo.

Destaca-se ainda um potinho de bordo virado para o interior, com pança ovóide, o número 08.9269.

No *grupo 9* inserimos o número 06.4421<sup>788</sup>, com 104mm de diâmetro de bordo, na variante de bordo alto e oblíquo, com pança larga. Nesta mesma variante classificámos o número 06.6077, com 106mm de diâmetro e o número 05.4641, com 114mm.

Já na variante de colo alto, de bordo simples, virado para o exterior, inserimos o número 01.1050, com 90mm de diâmetro, e outros dois de bordo levemente espessado, o número 06.6251<sup>789</sup>, com 78mm de diâmetro e o número 05.4630, com 82mm.

O *grupo 10*, correspondente à cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial, é o que apresenta um maior número de exemplares, detectando-se 53 nmi, dispersos por seis variantes.

A variante que apresenta um maior número de indivíduos corresponde aos potinhos de bordo voltado para o exterior, simples ou arredondado, de colo alto, com 31 indivíduos<sup>790</sup>. Entre estes destacaremos o número 06.1665, com uma asa e apenas 56mm de diâmetro de bordo, ou o número 06.4828, com 97mm de diâmetro e decoração polida com linhas verticais no colo. Por outro lado, o número 06.1001 apresenta também o arranque de uma asa, decoração polida criando linhas paralelas verticais no colo e 62mm de diâmetro, dimensão próxima à do número 02.1815, que tem apenas 56mm de diâmetro. Mas também o número 06.2734 (com 78mm de diâmetro) e o número 06.753 possuem decoração polida de linhas paralelas verticais no colo. Todavia este último (que tem 66mm de diâmetro) apresenta os traços muito finos e oblíquos,

---

<sup>787</sup> Nesta mesma variante incluímos os números 06.8315 e 06.9025, com 106mm de diâmetro.

<sup>788</sup> Semelhante ao número 81.233 da forma X-A-8 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 408).

<sup>789</sup> Semelhante ao número 86.262 da forma X-A-1 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 397).

<sup>790</sup> Salientamos ainda o exemplar A, com 48mm de diâmetro de bordo e decoração de linhas brunidas paralelas oblíquas, semelhante aos números 06.555 (com 52mm), 06.7465 (com apenas 44mm), 06.8920 (com 76mm), 06.1939 (com 80mm de diâmetro e linhas muito finas), 06.8602 (com 62mm de diâmetro), 08.5994 (com apenas 50mm), 02.2497 (com 58mm) e 06.13618 (com 76mm). Outros exemplares apresentam decoração com linhas brunidas paralelas verticais, como o número 05.3974, com decoração a iniciar sob o bordo e a terminar numa canelura de ligação entre o colo e a pança; o número 06.14798, o número 02.1985, com 80mm, o número 06.16655, o número 06.10011, com 62mm, o número 06.539, com 60mm, o número 06.10699, com 84mm de diâmetro, o número 06.6727, com 70mm e decoração linhas polidas paralelas verticais a terminarem em duas faixas horizontais, seguidas por linha oblíquas paralelas já na pança e o número 12942, com 62mm.

bem como a superfície interna polida, junto ao bordo. Destacaremos ainda o número 06.7345 pelas suas pequenas dimensões, com apenas 42mm de diâmetro de bordo e decoração polida criando linhas verticais, paralelas no colo a terminar numa canelura existente entre este e a pança. Destacamos ainda o número 07.3364, uma vez que é muito semelhante aos exemplares de pequena dimensão que apresentámos, com apenas 56mm de diâmetro de bordo, mas confirmámos que não exhibe a característica decoração polida destes exemplares<sup>791</sup>.

Verificámos também a existência de três exemplares de uma variante caracterizada pelo bordo amendoado cavado<sup>792</sup>, de que são testemunho o número 02.2193, com 72mm de diâmetro de bordo, o número 06.13514, com 92mm e o número 02.2356, com 88mm de diâmetro.

Uma outra variante, que engloba apenas um exemplar, o número 01.1078, com 112mm de diâmetro, apresenta como características o colo pronunciado e largo<sup>793</sup>.

Entre os exemplares de bordo oblíquo amendoado<sup>794</sup> salientamos o número 02.1984, com 110mm de diâmetro, mas também uma das peças mais completas neste fabrico, o número 06.1753, com 67mm de diâmetro, sendo possível observar a decoração polida não só no colo, mas também na pança, com linhas paralelas oblíquas, seguidas por uma linha ondulada também polida. O mesmo tipo de decoração surge no número 05.3679, com 57mm de diâmetro de bordo. Pelo contrário, o número 06.14814, com 64mm de diâmetro, não apresenta decoração no colo, como outros exemplares deste fabrico. Nesta variante inserimos ainda o número 02.2515, com 72mm de diâmetro, com linhas polidas oblíquas paralelas, assente sobre uma faixa horizontal também polida<sup>795</sup>.

Entre os exemplares deste fabrico destacamos ainda o número 06.933, com 108mm de diâmetro, com bordo em pequena aba levemente oblíqua<sup>796</sup>, semelhante ao número 05.3391, este com 78mm de diâmetro. Embora com um perfil de bordo distinto

---

<sup>791</sup> Outros exemplares não apresentam esta característica decoração, como os números 06.8414 (com 62mm de diâmetro de bordo), 06.3275 (com 68mm), 06.4813 (com 100mm), 06.6732 (com 96mm) e 06.17180 (com 92mm de diâmetro).

<sup>792</sup> Semelhante à forma rara *X-A-fr 1* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 410), do *horizonte 1*.

<sup>793</sup> Apresenta semelhanças com o número 82.6639, da forma *X-A-2* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 399).

<sup>794</sup> Corresponde à forma *X-A-3-a* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 401).

<sup>795</sup> Nesta variante inserimos ainda o número 06.12046, com 88mm de diâmetro e decoração com linhas paralelas verticais, seguidas por duas linhas horizontais no fim do colo, seguida por linhas paralelas oblíquas. Semelhante é o número 06.6651, com 64mm, ou o o número 06.15186, com 64mm, o número 02.2083, com 100mm, o número 06.12404, o número 06.8502, com 62mm e sem decoração e o número 08.6093, com 80mm.

<sup>796</sup> Corresponde à forma *X-A-4* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 404).

do anterior, evidenciando a pouca uniformidade nesta variante, inserimos o número 02.2356, com 84mm de diâmetro e o número 05.2557, com 94mm.

Classificámos ainda o número 02.1411, com 104mm de diâmetro, na variante de bordo formando pequena aba oblíqua e fina, com paredes da pança finas<sup>797</sup>, não apresentando a característica decoração polida deste grupo de fabrico nem qualquer outro tipo de elemento decorativo.

Neste grupo detectámos ainda um exemplar da variante de bordo direito, com colo alto e cilíndrico, o número 02.1417<sup>798</sup>, com 74mm de diâmetro.

No *grupo 11* detectámos apenas um exemplar, o número 06.8828, com 86mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de potinhos de bordo voltado para o exterior, simples ou arredondado, com colo alto.

#### 5.1.4.3.8 – Púcaro

No repertório de formas de cerâmica comum do Mileu optámos por individualizar esta categoria da dos potinhos (ao contrário do que foi adoptado em S. Cucufate), por considerarmos que teriam uma função distinta, nomeadamente a possibilidade de terem sido utilizados no consumo individual de líquidos (água e vinho), à mesa e fora dela, embora também possam ter sido utilizados para servir molhos e outros alimentos líquidos como leite e preparados afins (Nolen, 1988: 110). São caracterizados por possuírem colo contracurvado, de *perfil em S*, quase vertical, e um diâmetro de bordo largo, com uma ou duas asas, possivelmente denominados como *flasco* ou *poculum* (Alarcão, 1974: 34).

Tal como no caso dos copos, todos os exemplares de púcaros foram produzidos apenas no grupo de *fabrico 10*, correspondente à cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial. Pelo facto de fabricos semelhantes terem sido encontrados em Conímbriga, “[...] em estratos claudianos, flavianos e trajânicos, permite atribuí-lo à segunda metade do século I d.C., sem excluir, todavia, a manutenção do mesmo fabrico ainda por boa parte do século II d.C.” (Alarcão, 1974: 88).

Num total de 26 peças, nesta categoria destacam-se duas variantes: os púcaros de colo pronunciado e bordo oblíquo, com ressaltado no lábio interno e os púcaros de bordo oblíquo simples, sendo estes últimos representados apenas por dois exemplares, o

---

<sup>797</sup> Corresponde à forma X-A-6 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 406).

<sup>798</sup> Semelhante ao número 80.2139, da forma rara X-C-fr 1 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 419). Apresenta semelhanças também com o número 134 de Torre de Ares (Nolen, 1994: est. 32).

número 05.4203, com 93mm e o número 06.13541, com 100mm, semelhantes ao número 468 de Conímbriga (Alarcão, 1974: pr. XXII).

Os 24 exemplares de púcaros de bordo oblíquo e colo pronunciado apresentam elevada semelhança entre si, com diâmetros de bordo de pequenas dimensões, como o número 06.17149 com apenas 92mm, ou o 06.15151 com 78mm, as mesmas dimensões do número 06.14817 e do o número 06.8566, ou mesmo o número 06.4812, este com apenas 62mm. Todavia, a maioria dos exemplares para os quais foi possível definir o diâmetro de bordo encontra-se centrada entre os 90mm e os 120mm<sup>799</sup>. Todos eles apresentam um ressalto no lábio interno, característica também comum em exemplares de Conímbriga, como no número 472 (Alarcão, 1974: pr. XXII).

Apesar de possuímos apenas fragmentos de bordo e de colo, verificámos que na sua maioria as peças desta forma não apresentam a característica decoração polida no colo, ao contrário de outras formas deste fabrico, como os potinhos.

Foi possível observar a existência de alguns exemplares de asas associadas a esta forma, verificando-se que na sua maioria correspondem a asas de fita, arrancando a partir do bordo até ao bojo, com canelura longitudinal, de que é exemplo a asa completa do número 06.7702, com 98mm de diâmetro de bordo. Apenas um exemplar, o número 06.12992, com 98mm de diâmetro, apresenta duas caneluras paralelas.

#### 5.1.4.3.9 – Copo

Optámos também por individualizar a categoria de *copo*, uma vez que no conjunto de materiais do Mileu destaca-se um pequeno grupo de peças, de pequenas dimensões, semelhantes aos exemplares de cerâmica de paredes finas ou mesmo de vidro<sup>800</sup>. Os exemplares desta forma apresentam características que permitem a sua individualização face aos potinhos, uma vez que o diâmetro de bordo é semelhante ao

---

<sup>799</sup> Nesta variante inserem-se também o número 08.5846, com 105 mm de diâmetro de bordo e arranque de asa, de fita; o número 02.2034, com 68mm; o número 02.1425, com 68mm de arranque de asa; o número 02.2519, com 116mm; o número 06.8566, com 84mm e arranque de asa; o número 06.7400, com 94mm e arranque de asa; o número 05.3703, com 94mm e sem decoração; o número 06.8312, com 98mm de diâmetro; o número 07.3934, com 102mm de diâmetro e arranque de asa de fita com canelura longitudinal; o número 07.1559, com 100mm de diâmetro; o número 06.15211, com 72mm de diâmetro e arranque de asa; o número 06.14802, com 118mm e arranque de asa; o número 06.13486, com 108mm de diâmetro; o número 08.6064, com 120mm; o número 06.13020, com 94mm de diâmetro; o número 05.3850, com 122mm; o número 06.1899, com 76mm; o número 02.2083, com 90mm e o exemplar B, com 107mm.

<sup>800</sup> Cuja presença poderá estar associada à escassez ou ausência destes materiais em determinados sítios, como foi defendido para o conjunto de materiais da *uilla* romana do Alto da Cidreira, Cascais (Nolen, 1988: 113).

diâmetro do bojo, ou de maiores dimensões, tal como se pode verificar, por exemplo, no número 462 de Conímbriga (Alarcão, 1974: pr. XXII) ou no número 06.14858 do Mileu, de paredes mais verticais.

No caso do conjunto de cerâmica comum do Mileu foi possível individualizar cinco exemplares, todos eles produzidos com pastas do *grupo 10*, correspondente à cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial, caracterizados por um diâmetro de bordo de pequenas dimensões<sup>801</sup>, de que é exemplo o número 06.12437, com apenas 62mm, bordo oblíquo, virado para o exterior e paredes rectas. O elevado estado de fragmentação destes exemplares não nos permite compreender se teriam paredes decoradas com motivos efectuados através da técnica de polimento, como é comum na maioria das peças deste fabrico e como foi possível confirmar nos referidos exemplares de Conímbriga, ou no número 06.4205, com linhas polidas verticais, paralelas entre si, ou no número 06.13624, que possui 78mm de diâmetro de bordo.

#### 5.1.4.3.10 – Jarro

Os exemplares desta forma, denominada em Latim por *lagoena* (Alarcão, 1974: 34), são descritos como fechados, de colo largo, com uma asa, de altura maior que o diâmetro do bordo (Pinto, 2003: 82). Apresentando um perfil algo semelhante ao dos potes, os jarros apresentam por vezes um bocal trilobado, indiciando uma funcionalidade associada à mesa: permitiam servir líquidos, nomeadamente água e vinho.

No caso do conjunto de cerâmica comum do Mileu que, como já referimos, se encontra muito fragmentado, optámos por diferenciar os exemplares desta categoria dos de bilhas, pelo facto de apresentarem o colo mais largo. De facto, dos doze exemplares que identificámos desta forma, seis deles, nomeadamente os números 06.193 (inserido no *grupo 9*), 06.1886, 06.4962, 06.5707 e 06.1763 (inseridos no *grupo 5*) foram identificados pelo bocal trilobado largo. Este último apresenta o bordo virado para o exterior, levemente amendoado, pouco evasado e de colo alto, semelhante ao número 83.3777 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 426), enquanto o anterior apresenta um bordo oblíquo, com reentrância na parede interior e colo curto, semelhante ao número 82.3858 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 425). Mas também o número 08.616, inserido no *grupo 7*,

---

<sup>801</sup> O número 05.5398, por exemplo, possui apenas 52mm de diâmetro de bordo e não aparenta possuir decoração no colo, como outros exemplares de diferentes categorias produzidos neste grupo de fabrico.



foi identificado apenas pelo seu bocal largo. Apenas o número 06.14110 corresponde a um fragmento de bordo, de que nos foi possível recuperar a forma e o diâmetro de bordo, com 108mm, sendo semelhante a um outro, identificado com o número 83.1248, de S. Cucufate, inserido na variante de bordo evasado e levemente espessado, com colo largo (Pinto, 2003: 422).

Também o número 06.12047, este já produzido a partir do *grupo 6*, se insere nesta variante, embora seja possível que o colo fosse levemente côncavo, apresentando semelhanças com um outro, o número 83.777, de S. Cucufate (Pinto, 2003: 426). O exemplar número 06.3302, fabricado no mesmo grupo que o anterior, corresponde a um jarro de bordo oblíquo, observando-se o arranque de apenas uma asa e detendo um diâmetro de bordo de 68mm<sup>802</sup>, sendo semelhante ao número 07.3419, com apenas 53mm de diâmetro de bordo, ou com o número 05.2683, com 70mm.

Já o número 07.3261, com 110mm de bordo e arranque de asa insere-se na variante de jarro de bordo evasado e levemente espessado, com colo relativamente largo, produzido em pasta do grupo de *fabrico 7*.

#### 5.1.4.3.11 – Bilha

A bilha tinha funções de transporte, armazenamento e serviço de uso comum para líquidos, na mesa e fora dela, características aduzidas pelo facto de possuir um bocal, mas também pelo seu colo estreito e bojo largo, e pela presença de uma ou duas asas. O elevado estado fragmentado do conjunto de cerâmica comum do Mileu dificulta em muito a identificação dos exemplares desta categoria, sobretudo pelas suas paredes pouco espessas, levando certamente a um maior nível de fragmentação. Assim, em diversos casos a identificação foi feita a partir dos bocais e pelo afunilamento do colo, tão característicos desta forma.

No conjunto de cerâmica comum do Mileu detectámos a presença de 38 exemplares inseridos na categoria de bilha, dispersos por diversas variantes e grupos de fabricos. Contudo, verificámos que a maioria dos exemplares integra-se no *grupo 10*, no *grupo 5* e no *grupo 8*, embora também tenhamos detectado exemplares dos *grupos 2* e *7*.

No grupo de *fabrico 2* identificámos apenas um exemplar, de bordo virado para o exterior, de colo alto, com apenas 52mm de diâmetro de bordo, o número 06.13808.

---

<sup>802</sup> Este exemplar apresenta semelhanças com o número 80.127 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 423).

Identificámos ainda quatro exemplares desta categoria, fabricados no *grupo 4*, um dos quais – o número 07.4085 – inserido na variante de bordo evasado duplamente amendoado, com apenas 48mm, semelhante ao número 85.461<sup>803</sup> de S. Cucufate (Pinto, 2003: 427). Também o número 07.1877 se insere nesta variante, embora não tenhamos recuperado o diâmetro de bordo. Neste fabrico detectámos ainda o número 06.14230, com 86mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de bordo direito com *colo em L*, classificados em S. Cucufate como forma *XII-C-2*, do período alto-imperial. Destacamos ainda um exemplar de bordo horizontal, de colo cilíndrico<sup>804</sup>, o número 06.8356.

Da mesma variante anterior, mas sem o bordo espessado, e já produzido no grupo de *fabrico 5*, identificámos o número 06.1066, com 60mm de diâmetro de bordo, evidenciando o arranque de asa. Neste mesmo fabrico identificámos um exemplar inserido na variante de bordo oblíquo evasado, formando face interna oblíqua, com colo estreito, o número 06.6374, com 66mm de diâmetro<sup>805</sup>. Destacamos ainda um fragmento de bico, com bordo oblíquo virado para o exterior, o número 06.1805, bem como dois exemplares, os números 06.35014 e 05.4377, o primeiro de bordo oblíquo em forma de pequena aba descaída, com 64mm de diâmetro de bordo e o outro de colo com dobra, formando ressalto exterior pouco pronunciado, com bordo em aba descaída<sup>806</sup> e com 82mm de diâmetro de bordo.

Ainda nesta categoria, mas com uma produção no *grupo 6*, o número 05.4366, com 108mm de diâmetro de bordo, insere-se numa variante de bordo oblíquo, virado para exterior com ressalto, semelhante ao que foi identificado por Inês Vaz Pinto (2003: 442) em S. Cucufate e classificado na forma *XII-C-fr 3*, o número 83.5312.

Já no *grupo 7* identificámos quatro exemplares de bilha. Destes, o exemplar número 05.4233, com 60mm de diâmetro de bordo, está inserido na variante de colo alto e cilíndrico muito estreito<sup>807</sup>, com bordo virado para o exterior, simples, destacando-se a espessura da parede e o arranque de asa. É semelhante ao número 06.15424, que tem paredes menos espessas, ou ao número 05.3813, com apenas 44mm de diâmetro. Já o número 02.1328 insere-se na variante de colo com dobra pouco

---

<sup>803</sup> Corresponde à forma *XII-A-1* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 427).

<sup>804</sup> Corresponde à forma *XII-A-2-a* de S. Cucufate, tendo o exemplar do Mileu semelhanças com o número 84.3599 (Pinto, 2003: 430).

<sup>805</sup> Semelhante a um outro identificado em S. Cucufate, o número 81.2564, da forma *XII-A-2* (Pinto, 2003: 429).

<sup>806</sup> Ambos semelhantes ao exemplar número 84.1196 da forma *XII-B-1* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 435).

<sup>807</sup> Semelhante ao exemplar número 83.3433 da forma *XII-C-3* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 443).

vincada e bordo horizontal formando lábio espessado<sup>808</sup>, mas de grandes dimensões, com 146mm de diâmetro.

Todavia, é no *grupo 8*, fabrico que exhibe um cuidado especial no tratamento de superfícies, que vamos encontrar um maior número de exemplares desta categoria, nomeadamente nove indivíduos, entre os quais se destaca um – o número 08.3441 – devido ao seu perfil quase completo e ao alisamento de superfícies, inserido na variante de bilha de colo com dobra formando ressalto externo pronunciado, e uma só asa, com duas caneluras longitudinais. Da mesma variante identificámos um fragmento de colo, o número 05.3759.

Neste grupo identificámos ainda um exemplar inserido na variante de bordo horizontal, de colo cilíndrico<sup>809</sup>, com 72mm de diâmetro, o número 06.12249.

Já inserido numa variante de colo cilíndrico, mas com bordo em aba descaída<sup>810</sup>, identificámos o número 06.13726 como uma bilha, com 73mm de diâmetro e com superfície interna exibindo pintura branca. Possivelmente nesta mesma variante poderemos classificar o número 06.6767, com 80mm de diâmetro, também ele exibindo vestígios de pintura branca.

O número 06.17115 insere-se na variante de bordo oblíquo evasado, formando face interna oblíqua, com colo estreito<sup>811</sup>, com apenas 48mm de diâmetro.

Inserimos ainda o número 01.195 (com apenas 42mm de diâmetro de bordo) na variante de bordo muito evasado, plano, de colo muito estreito e com arranque de asa – e para o qual não identificámos paralelos<sup>812</sup>.

Identificámos ainda um exemplar da variante de bordo simples voltado para o exterior, o número 08.6361, com arranque de asa e 58mm de diâmetro.

Foi ainda possível identificar um exemplar semelhante ao número 81.2155 de S. Cucufate, que Inês Vaz Pinto (2003: 429) classificou como a forma rara *XII-A-fr 7*, de que identificou apenas dois exemplares, um dos quais do Alto Império. Trata-se do número 02.2394 do Mileu, com apenas 64mm de diâmetro, de bordo virado para o exterior, amendoado.

---

<sup>808</sup> Semelhante ao exemplar número 81.855 da forma *XII-B-2* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 436).

<sup>809</sup> Semelhante ao exemplar número 84.808, da forma *XII-A-2-a* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 436).

<sup>810</sup> Algo semelhante ao número 83.2431, que Inês Vaz Pinto (2003: 446) classificou como a forma rara *XII-C-fr 14* de S. Cucufate.

<sup>811</sup> Semelhante ao exemplar número 83.52, da forma *XII-A-2* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 429).

<sup>812</sup> Todavia, pelo tipo de bordo e colo muito estreito apresenta algumas semelhanças com o número 81.2418, da forma rara *XII-C-fr 15* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 446).

No *grupo 9* identificámos apenas um exemplar de bilha, o número 05.4610, com 66mm de diâmetro de bordo, inserido numa variante de bordo simples espessado e voltado para o exterior<sup>813</sup>.

Entre os exemplares do grupo de fabrico de cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial detectámos seis indivíduos, dispersos por três variantes: as bilhas de bordo oblíquo, as de bordo direito duplamente amendoado e as de bordo em forma de aba. Na primeira variante inserimos oito exemplares, destacando-se os números 06.13505 e 06.11898, ambos com bordo oblíquo, plano e virado para fora, de colo alto, com boca trilobada, situação também identificada nos números 06.3562 e 06.7661<sup>814</sup>.

Neste fabrico detectámos ainda outros dois exemplares, um inserido na variante de bordo horizontal, o número 05.3660, com 74mm de diâmetro de bordo, o outro, o número 06.9743, inserido na variante de bilha de bordo direito com *colo em L*<sup>815</sup>.

Também no *grupo 11* identificámos apenas três exemplares, o número 06.8825, inserido na variante de colo alto e cilíndrico muito estreito<sup>816</sup>, com bordo simples virado para o exterior, com 50mm de diâmetro, destacando-se a espessura da parede e o arranque de asa. No mesmo grupo identificámos o número 06.6767, inserido na variante de colo cilíndrico, mas com bordo em aba descaída<sup>817</sup>, com 80mm de diâmetro, também ele exibindo vestígios de pintura branca, características que também surgem no número 06.13726.

#### 5.1.4.3.12 – Almofariz

Inserido no grupo de materiais, equipamentos e utensílios relacionados com a preparação de alimentos (e de outros produtos oubens, comestíveis ou não), surge o almofariz, denominado no mundo clássico como *mortarium*. Os exemplares desta categoria possuíam forma aberta e como principal característica as estrias na parede interna, que serviam para moer e desfazer produtos alimentares, de que é exemplo o fragmento de fundo número 07.1256 com 68 de diâmetro, produzido no grupo de

---

<sup>813</sup> Semelhante ao exemplar número 81.1847 da forma rara *XII-A-fr 22* (Pinto, 2003: 434).

<sup>814</sup> Nesta variante incluímos ainda o número 02.2485, com 56mm de diâmetro de bordo e arranque de asa de fita, com canelura longitudinal, mas também o número 06.15205, com 66mm de diâmetro e o número 06.918, com 48mm de diâmetro, decorado com linhas polidas oblíquas paralelas no colo e ainda com uma faixa horizontal junto ao bordo, na superfície interna e arranque de asa.

<sup>815</sup> Corresponde à forma *XII-C-2* de S. Cucufate, com semelhanças com o número 84.4665 (Pinto, 2003: 441-442).

<sup>816</sup> Semelhante ao exemplar número 83.3433, da forma *XII-C-3* (Pinto, 2003: 443).

<sup>817</sup> Algo semelhante ao número 83.2431, que Inês Vaz Pinto (2003: 446) classificou como a forma rara *XII-C-fr 14*.

*fabrico 4*. As paredes seriam esvasadas e o bordo seria marcado, por vezes, com bico ou vertedouro.

No mesmo grupo de fabrico identificámos o número 08.4702, com 232mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de bordo em aba amendoada, voltado para o exterior, semelhante ao número 06.2483, mas este com ressalto interno e pasta muito cozida, de coloração esverdeada<sup>818</sup>.

#### 5.1.4.3.13 – Alguidar

Também com funções relacionadas com a preparação de alimentos, nomeadamente para amassar pão ou lavar e preparar legumes e outros alimentos, o alguidar, normalmente de grandes dimensões, tinha um perfil aberto, com paredes rectas e esvasadas ou arqueadas. Segundo Jeannette Nolen (1988: 107), poderiam também, tal como até quase aos dias de hoje, ter tido outras utilizações, como na lavagem da louça ou mesmo da roupa.

No conjunto da cerâmica comum do Mileu detectámos um reduzido número de exemplares, num total de doze recipientes, todos eles produzidos a partir de pastas locais ou regionais, das quais mais de metade apresentam um fabrico cuidado, inserido no *grupo 2*.

Tendo em conta as características desta forma, os exemplares do Mileu apresentam dimensões consideráveis, como o número 08.3930, com 285mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de bordo virado para fora, com aba alongada levemente descaída e com paredes pouco esvasadas<sup>819</sup>. De facto, confirmámos que todos os exemplares do Mileu apresentam esta característica do bordo virado para o exterior, destacando-se a variante de bordo alongado, descaído, de que também é exemplo o número 06.13155, com 399mm de diâmetro de bordo. Também o número 08.3930, com 200mm de diâmetro, se insere nesta categoria.

Inseridos na mesma variante encontrámos três exemplares de *fabrico 5*, os números 05.3450, 07.928 e 06.4834, para os quais não foi possível confirmar o diâmetro, mas que, tendo em conta a espessura das paredes, teriam elevadas dimensões. O mesmo se passa com o número 08.4700, este já do grupo de *fabrico 6*, com 240mm

---

<sup>818</sup> Semelhante aos exemplares da forma *IV-A-2* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 260).

<sup>819</sup> Estes exemplares são semelhantes ao que Inês Vaz Pinto (2003: 293) classificou como *V-B-1*, como o número 80.2321, embora datados do Baixo Império, ao contrário dos exemplares do Mileu, cujas características de fabrico e cuja estratigrafia nos permitem fazer remontar a proposta da respectiva datação para o Alto Império.

de diâmetro de bordo, semelhante ao exemplar número 80.2321 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 293).

Colocámos ainda como hipótese a integração nesta tipologia dos números 06.6706 (com 258mm de diâmetro de bordo) e 06.2928 (com 202mm de diâmetro), que provavelmente pertencem, porém, a uma variante distinta, de bordo arqueado voltado para fora, formando uma carena, tendo em conta o seu perfil, com paralelos nos exemplares da variante *V-B-2* de S. Cucufate, como o número 80.91 (Pinto, 2003: 294). Também inserido nesta variante, mas de maiores dimensões temos o número 06.590, com 316mm de diâmetro de bordo, mas também o número 07.4760, com apenas 158mm de diâmetro, inserido no *fabrico 2*, bem como o número 05.3994, com 300mm de diâmetro.

#### 5.1.4.3.14 – Pote

Os exemplares desta categoria apresentam grande afinidade formal com as painelas (como já tivemos oportunidade de referir), sendo a distinção estabelecida com base na sua função, uma vez que os potes se inserem no grupo de louça de armazenamento ou conservação de alimentos. Trata-se de uma forma fechada, de colo alto e exibindo frequentemente um fabrico cuidado. Assim, num total de 62 potes, destacam-se os exemplares do grupo de *fabrico 2*.

Iniciamos a nossa descrição com os doze exemplares produzidos a partir do *grupo 1*, a cerâmica fina cinzenta, de tradição indígena, entre os quais se destacam os exemplares da variante de bordo virado para o exterior, em aba amendoada ou espessada e colo alto<sup>820</sup>. Nesta variante inserimos exemplares como o número 06.4833, com 150mm de diâmetro de bordo, exibindo polimento na parede interna, junto ao bordo, muito semelhante ao número 06.3849, com 112mm, ou o número 06.3863<sup>821</sup> com 120mm. Detectámos ainda outros exemplares de maiores dimensões, de que são exemplo o número 08.8916, com 240mm de diâmetro de bordo e o número 08.8907, com 172mm, de bordo boleado.

Detectámos ainda sete exemplares inseridos na variante de bordo oblíquo, como o número 08.2510, com 166mm de diâmetro, o número 08.8193, ou o número 06.3906,

---

<sup>820</sup> Apesar das semelhanças com os potinhos, sobretudo ao nível do diâmetro de bordo de alguns exemplares, optámos por classificar estes exemplares como *potes*, em parte devido à elevada espessura das paredes. Estes exemplares são semelhantes a outros que surgiram em S. Cucufate e classificados na forma *IX-A-1* (Pinto, 2003: 385).

<sup>821</sup> Semelhante ao número 258 de Conimbriga (Alarcão, 1974: 69).

este com 146mm de diâmetro e superfície interna polida. Esta situação também se confirmou no número 07.983, com 137mm de diâmetro, e o número 06.3848, este último com bordo oblíquo alongado e com 174mm de diâmetro de bordo<sup>822</sup>.

No *fabrico 2* detectámos 23 exemplares inseridos na categoria de pote, dispersos por cinco variantes, entre as quais se destaca a de bordo oblíquo alongado, com dez exemplares. Destes, pela elevada dimensão em relação aos demais, destacamos o número 08.9150, com 218mm<sup>823</sup>, ou o número 06.17309, com 180mm e bordo levemente espessado, semelhante ao número 06.11040. Pelo contrário, o número 06.6716, com 202mm de diâmetro, apresenta bordo virado para o exterior, colo estreito e bordo levemente afilado.

Destacaremos ainda os exemplares número 06.1310, com 140mm de diâmetro, já inserido na variante de bordo em aba amendoada, levemente oblíqua, com colo alto, o número 06.4386, com 138mm, o número 06.7074, com 164mm de diâmetro<sup>824</sup>, o número 01.452, com 174mm e o número 08.1852, com 198mm e aba alongada horizontal, levemente descaída.

Apresentando algumas semelhanças com esta variante, detectámos os números 07.2933 e o número 07.3416, este com bordo espessado, semelhante ao número 84.7165 da forma rara *IX-A-fr 6* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 388).

Neste fabrico salientamos ainda um fragmento de bordo arqueado e truncado, virado para fora, o número 06.3453, semelhante ao número 80.1060 da forma *IX-A-3* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 387), embora num fabrico muito diferente.

No grupo de *fabrico 3* detectámos apenas um exemplar, o número 06.6808, com 154mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de pote de pança ovóide.

No *grupo 5* destacamos os exemplares de bordo oblíquo alongado, de que é exemplo o número 06.10412, com os seus 150mm de diâmetro, ou o número 06.11253, com 164mm ou o número 02.1732, com 194mm<sup>825</sup>. Um outro exemplar, mas de bordo boleado corresponde ao número 06.7401, de paredes pouco espessas e 232mm de

---

<sup>822</sup> Semelhante ao número 06.10902, com 132mm de diâmetro e superfície interna polida. O número 07.1477, com ambas superfícies polidas e com 224mm de diâmetro de bordo, insere-se na variante de bordo oblíquo alongado.

<sup>823</sup> Na mesma variante incluímos os números 07.3426 (com 160mm), 07.2760 (com 148mm), 06.6951, 06.452 (com 162mm) e 06.17710 (com 148mm), 06.10647 (com 128mm) e 06.5829 (com 108mm).

<sup>824</sup> Mas também os números 06.6113 (com 146mm), 07.862 (com 246mm), 06.9986 (com apenas 138mm) ou os números 05.4678 e 06.4386 (com 138mm), bem como o número 06.10647, com 128mm de diâmetro.

<sup>825</sup> Mas também o número 08.9363, com 216mm e o número 08.6283, com 314mm de diâmetro e arranque de asa de fita.

diâmetro. Pelo contrário, o número 08.8204 possui paredes espessas e 148mm de diâmetro.

Detectámos ainda dois exemplares de uma variante, de bordo arqueado, espesso e alto, formando garganta interna<sup>826</sup>, de que são exemplo o número 06.11749, com 130mm de diâmetro de bordo e o número 06.17328, com 212mm de diâmetro.

Um outro exemplar insere-se nas *formas raras* definidas por Inês Vaz Pinto (2003), de que é exemplo o nosso número 06.12792, com bordo espessado na continuidade da pança, semelhante ao número 81.2668, da forma rara *IX-A-fr11* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 389).

Já no grupo de *fabrico 6* detectámos apenas dois exemplares: o primeiro – o número 05.4447, com 165mm de diâmetro – insere-se na variante de bordo oblíquo alongado, enquanto o número 06.4268, com apenas 98mm de diâmetro, se insere na variante de bordo em aba amendoada, levemente oblíqua, com colo alto.

Também no *fabrico 7* detectámos apenas um exemplar, o número 08.4572, com 148mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de bordo oblíquo alongado.

No *grupo 8*, produção que exhibe um fabrico cuidado, detectámos também escassos exemplares, num total de três. O número 05.3806 insere-se na variante de bordo na continuidade da pança, voltado para o exterior, formando aba arredondada, com 146mm de diâmetro de bordo. Já o número 08.564, com 152mm de diâmetro insere-se na variante de bordo oblíquo alongado, enquanto o número 06.17784 se integra na variante de bordo arqueado, espesso e alto, formando garganta interna, com 218mm de diâmetro de bordo.

Embora com um fabrico mais especializado na produção de peças de pequena dimensão, também no *grupo 10*, de cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial, surgem exemplares de pote, de que é exemplo o número 05.2557, com 138mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de bordo na continuidade da pança, voltado para o exterior, formando aba arredondada. Nesta mesma variante insere-se também o número 02.2452, com 208mm de diâmetro, enquanto o número 06.9989 apresenta colo alto e bordo amendoado, com 138mm de diâmetro, sem decoração.

Já na variante de bordo oblíquo inserimos o número 07.3659, com 196mm de diâmetro, o número 06.3100, com 128mm de diâmetro, exibindo linhas paralelas

---

<sup>826</sup> Semelhante ao número 84.6972, da forma *IX-C-I* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 394).



oblíquas polidas logo abaixo do bordo, o 05.3379, com 114mm e o número 02.1427, com 112mm.

Numa variante distinta, salientamos o número 02.2057, com 185mm de diâmetro, apresentando bordo arqueado e truncado para fora.

Os números 06.3419 e 08.4711 inserem-se já no *fabrico 11*, este último inserido na variante de bordo oblíquo e curto, enquanto o primeiro, com 134mm de diâmetro, se insere na variante de bordo na continuidade da pança, voltado para o exterior, formando aba arredondada.

#### 5.1.4.3.15 – Talha

Também inserida nas formas de armazenamento e conservação, a talha, denominada nas fontes escritas como *dolium* ou *seria*, seria muito semelhante ao pote, embora de maiores dimensões, com paredes espessas, caracterizando-se pelo elevado diâmetro do bojo, geralmente superior à altura (Pinto, 2003: 84). Servia para o armazenamento de cereais, frutos, azeite, vinho e certamente outros produtos agrícolas e alimentares.

No conjunto de cerâmica comum do Mileu esta forma encontra-se fracamente representada, com apenas dez exemplares, na sua maioria inseridos no *grupo 2* e apenas um exemplar do grupo de *fabrico 5*, o número 00.36, com apenas 190mm de diâmetro de bordo.

Verificámos que quase todos os exemplares de talha se inserem na mesma variante, de bordo horizontal, amendoado, levantado em relação à pança, semelhantes, por exemplo, ao número 82.6283 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 453). Disso são exemplo o número 07.1700, o número 08.5138, com 252mm de diâmetro<sup>827</sup>, mas também o número 08.6317, inserido na variante de talha de bordo reentrante muito espessado, horizontal, com parede mais fina e 370mm de diâmetro de bordo. Destaca-se ainda o número 08.10437, com 276mm de diâmetro, inserido na variante de bordo reentrante muito espessado, oblíquo descendente.

O número 06.11682, do *grupo 2*, apresenta elevadas dimensões, com 300mm de diâmetro e a particularidade da superfície interna polida, inserindo-se na variante de bordo virado para o exterior, com colo estreito e bordo levemente afilado.

---

<sup>827</sup> Nesta variante inserem-se ainda os exemplares número 05.4108 (com 264mm), 06.13156 (com 206mm), 05.3428 (com 260mm), 06.11395 (com 286mm) e 08.4006 (com 224mm de diâmetro de bordo).

#### 5.1.4.3.16 – Tampas

Com uma função de cobertura dos mais diversificados recipientes, as tampas apresentam, também por isso, formas muito diversas, desde as que se aproximam de tigelas invertidas de paredes abertas, às de paredes muito esvasadas, facilmente identificáveis, mesmo quando possuímos apenas pequenos fragmentos de bordo.

Tendo em conta que teriam como função cobrir peças de outras categorias, sobretudo as que tinham como função a confecção de alimentos ao lume, surgem em diversos grupos de fabrico, embora no Mileu em número muito reduzido. Todavia, um testemunho da relação entre as tampas e os recipientes de confecção de alimentos ao fogo poderá ser o facto de não possuímos exemplares no *grupo 10*, de cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial, cuja forma mais representada corresponde a pequenos potinhos. Todavia, não deixa de ser curioso o surgimento de dois exemplares do grupo de *fabrico 4*, cujos materiais seriam provenientes da Bética, mas também integráveis no grupo 8. Trata-se de peças produzidas em pasta de coloração alaranjada fina, também elas correspondentes a materiais com uma funcionalidade relacionada com o serviço de mesa<sup>828</sup>. Assim, e como já Inês Vaz Pinto (2003: 84) havia salientado, os testos também serviam para tapar bilhas e talhas, ou seja, recipientes que não teriam funções de confecção de alimentos. De facto, os dois exemplares do *grupo 4* do Mileu apresentam diâmetro de bordo de média dimensão<sup>829</sup>, incompatíveis com os pequenos recipientes que detectámos neste fabrico, à excepção, por exemplo, de um pote (número 08.11004, com 174mm de diâmetro de bordo).

Uma vez mais, surgem mais exemplares desta forma no grupo de *fabrico 2*, pois num total de treze exemplares, praticamente metade inserem-se neste fabrico. Curiosamente possuímos dois exemplares de cerâmica de tradição indígena inseridos no *fabrico 1*, de que é exemplo o número 05.3890, com a parede interior polida, ou o número 05.2537, com 180mm de diâmetro de bordo, que certamente serviu como testro de uma peça de grandes dimensões. Também os números 07.4756 e 08.7014, esta com

---

<sup>828</sup> Todavia, penso que não nos podemos esquecer que também algumas formas na cerâmica fina, como a forma *Drag. 44* da *terra sigillata* hispânica, teriam tampa. Delas são exemplo as duas peças desta forma que registámos em Idanha-a-Velha (Pereira, 2006: 93). Também em S. Cucufate surgiram duas tampas, do *fabrico 9*, inseridas na forma *XIV-A-1*, ou seja a mesma forma dos exemplares do Mileu, provenientes da Bética (Pinto, 2003: 464).

<sup>829</sup> O número 06.13787 possui 118mm, enquanto o número 07.57 teria 124mm de diâmetro de bordo.

320mm de diâmetro de bordo, ambos inseridos no *fabrico 2*<sup>830</sup>, teriam a função de vedar peças de grandes dimensões, possivelmente grandes talhas ou mesmo alguidares.

Na sua maioria, as tampas detectadas no conjunto da cerâmica comum do Mileu correspondem a exemplares muito semelhantes entre si, de bordo simples, levemente espessado, com paredes rectas e muito esvasadas. Deles são exemplo os números 07.1941 e 06.3115, o primeiro do grupo de *fabrico 2*, com 228mm de diâmetro de bordo, ou o número 06.14185, com 152mm, inserido no *grupo 5* e o número 05.3490 com 124mm, do *fabrico 7*. A única tampa que apresenta algumas diferenças em relação às demais corresponde ao número 06.10429, inserido no *fabrico 8*, de proveniência longínqua, e que apresenta uma canelura logo após o bordo<sup>831</sup> e uma aguada de coloração castanha, o que indicia um tratamento mais cuidado da sua superfície, encontrando paralelos noutros exemplares deste fabrico.

#### 5.1.4.3.17 – Unguentário

Denominado de *olfactariolum* (Alarcão, 1974: 35), servia para guardar perfumes ou “bálsamos”, tendo como características um gargalo cilíndrico alto e um reservatório mais ou menos elipsóide.

Inserido no grupo de *fabrico 4*, com proveniência da Bética, temos o número 06.3735, em cerâmica, com apenas 30mm de diâmetro de bordo, tendo como particularidade a decoração com *carretilha* no colo. Semelhante a esta peça, identificámos ainda outros dois exemplares, o primeiro no mesmo fabrico, o número 08.4037, também com decoração em *carretilha*, e um exemplar em *fabrico 5*, de bordo horizontal e colo cilíndrico, com 40mm de diâmetro, o número 08.7010, com decoração muito semelhante aos exemplares anteriores.

#### 5.1.4.4 - A caracterização morfológica dos fabricos

Como referimos no início da descrição da cerâmica comum do Mileu, interessa-nos identificar e compreender os grupos de fabrico mais bem representados, pois essa

---

<sup>830</sup> Também o número 02.1813 se insere neste grupo de fabrico, bem como o número 06.3115, de bordo simples, levemente espessado.

<sup>831</sup> Algo semelhante ao número 81.2427 de S. Cucufate, embora este seja uma produção local (Pinto, 2003: 463).

poderá ser uma das formas de distinguirmos, nos materiais do Mileu, os fabricos locais e regionais dos de outras origens, de proveniência mais longínqua, no sentido da compreensão do que Inês Vaz Pinto define como as *produções* de regiões *próximas* e *distantes*. Assim, e como refere esta autora (Pinto, 2003: 573) quando se refere aos materiais das *uillae* de S. Cucufate: “A cerâmica local será aquela que foi feita na própria *villa*, enquanto as produções regionais serão aquelas que têm origem na região em que São Cucufate se situa e que se poderá circunscrever ao território da *civitas* de Pax Iulia (Beja), ainda que o desconhecimento de qualquer centro de produção nesta região ou noutras circundantes nos dispense de o delimitar. As cerâmicas de regiões próximas serão aquelas originárias de uma região mais alargada que poderá corresponder à província romana da Lusitânia, e as produções de regiões distantes serão aquelas importadas de regiões exteriores à Lusitânia.”

As peças produzidas no local ou nas suas imediações seriam certamente adquiridas a um preço mais acessível. Como tal, esses fabricos estariam mais bem representados no repertório da cerâmica, com uma maior variedade de formas, por oposição aos de proveniência mais longínqua, dependentes de circuitos comerciais, que neste caso percorriam as vias terrestres, o que certamente encarecia o seu preço e dificultava a sua aquisição.

Por outro lado, a análise e descrição dos diferentes grupos de fabrico permitem-nos compreender quais os que seriam de regiões distantes. Estava neste caso a distribuição e a comercialização da cerâmica da Bética ou a da cerâmica comum africana.

Assim, o *quadro* que de seguida apresentamos, com o número de indivíduos detectados, permite-nos compreender quais os grupos de fabrico e as formas mais bem representadas. Optámos por incluir nesta análise apenas os fragmentos que nos permitem identificação formal e tipológica, no sentido de compreendermos não só qual o grupo mais bem representado, mas também as categorias formais presentes. Embora não correspondam à totalidade dos indivíduos analisados, consideramos que a amostragem proposta proporciona uma representação muito fidedigna do conjunto da cerâmica comum do Mileu.

Categorias	Fab. 1	Fab. 2	Fab. 3	Fab. 4	Fab. 5	Fab. 5A	Fab. 6	Fab. 7	Fab. 8	Fab. 8A	Fab. 9	Fab. 10	Fab. 11	Total
Prato	4				8	1		1	1					15
Prato covo	1	1												2
Tacho		2			1		2							5
Panela		2			65		8	20			8			103
Tigela	1	5			34	2	1	9	12	1			2	67
Terrina		3			3	1		1	2					10
Potinho	16	9		4	39		3	11	10		6	53	1	152
Púcaro												26		26
Copo												5		5
Jarro					4		4	3			1			12
Bilha		1		4	5		1	4	9		1	10	3	38
Almofariz				3									1	4
Alguidar		8			3		1							12
Pote	12	23	1		10		2	1	3			8	2	62
Talha		9			1									10
Tampas	2	7		2				1	1					13
Unguentário				2	1									3
Total	36	70		15	174	4	22	51	38	1	16	102	9	539

Quadro n.º 1: Cerâmica comum - ocorrência de formas/tipologias e respectivos fabricos.

Através da observação do quadro apresentado, verificamos que os grupos de fabrico mais bem representados correspondem aos *grupos 2, 5 e 10*, correspondendo a 64,2% da amostra global, tornando-se evidente que estes materiais são de produção local ou regional. Por oposição, os *grupos 3, 4, 8 e 8A* correspondem a fabricos de proveniência longínqua, pois sabemos pelo tipo de fabrico que os dois primeiros são provenientes da região da Bética. Quanto aos últimos, apesar de não sabermos da sua proveniência, pelo tipo de fabrico e pelo cuidado aplicado na sua execução, consideramos que deverão resultar de contactos comerciais com outras regiões da Península Ibérica. Pela mesma razão, consideramos que também os exemplares do *grupo 11* deverão ser provenientes de outras regiões, embora neste caso da Lusitânia, ou seja de regiões mais próximas. Tendo em conta as semelhanças entre estes exemplares e o fragmento de ânfora número 3 do Mileu, é possível que estas peças de cerâmica comum sejam uma produção do Vale do Sado.

Por outro lado, outros fabricos apresentam-se muito pouco representados, situação que consideramos estar relacionada com questões cronológicas do próprio sítio, pois, como decorre da observação do *quadro* anterior, é evidente o grupo de *fabrico 1*

encontra-se representado apenas por 6,5% do conjunto, situação que se deve ao facto de o sítio do Mileu apenas ser ocupado no período final da produção deste grupo, ou seja fins da primeira metade do Século I d.C.

Situação semelhante defendemos para o caso dos *fabricos* 5A, 7 e 9, que consideramos serem fabricos locais ou regionais, mas cuja produção poderá ser remetida para um período de ocupação tardia do Mileu, possivelmente do Baixo Império, época histórica em que, como vimos, este sítio apresenta uma reduzida ocupação, cingindo-se os vestígios que conhecemos ao edifício localizado na área Nascente e a alguns achados arqueológicos descontextualizados.

Assim, tendo em conta os dados apresentados, consideramos que 88,1% dos exemplares analisados constituem materiais de produção local ou regional, cingindo-se a materiais do território da *ciuitas* do Planalto Guarda-Sabugal, enquanto 8,8% são provenientes de regiões próximas, ou seja do território da Lusitânia, enquanto 3,1% são provenientes do exterior da Lusitânia, havendo mesmo casos de materiais provenientes do exterior da Península Ibérica, de que são exemplo os fragmentos da cerâmica comum africana.

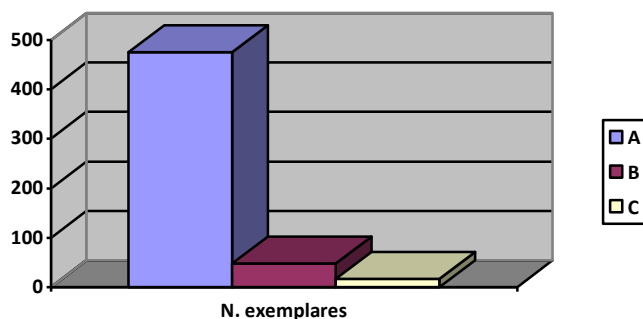


Gráfico 5 - Origem e proveniência da cerâmica comum do Mileu, por grupos de fabrico: Fabricos locais ou regionais (A); Proveniência próxima(B); Proveniência longínqua(C)

Torna-se assim evidente que o Mileu apresenta um perfil de consumo típico dos sítios localizados nas periferias do território da Lusitânia. Como vemos, uma percentagem tão elevada de cerâmica local e regional resulta da dificuldade de acesso aos grandes centros produtores ou exportadores de cerâmica, devido às distâncias relativamente ao centro de consumo, neste caso muito periférico.

Quando se efectuam comparações com outros sítios onde foram efectuados estudos sobre a respectiva cerâmica comum, verifica-se que os resultados são

semelhantes, mesmo em casos de implantações nas proximidades de vias fluviais ou marítimas, de que são exemplo sítios como o castelo de Alcácer do Sal, a Praça do Bocage (Setúbal), ou a *uilla* do Alto da Cidreira, de Cascais (Pinto, 2003: 582).

No interior da Lusitânia a situação seria idêntica, como se comprovou no estudo de Inês Vaz Pinto (2003: 579) com o estudo da cerâmica comum de S. Cucufate, com 89,6% de produções locais ou regionais. De facto, segundo esta autora, as “[...] regiões do interior tendem a produzir a sua própria loiça, devido certamente à menor circulação dos produtos por via terrestre, e ao preço acrescido por esse transporte, enquanto as regiões costeiras mais facilmente se abastecem de cerâmica comum vinda de fora, a não ser quando se situam em regiões produtoras de grande dinamismo, como é o caso dos vales do Tejo e do Sado” (Pinto, 2003: 583).

O quadro apresentado permite-nos ainda discutir a existência de fabricos especializados em determinadas categorias ou se, pelo contrário, todos os grupos de fabrico produziram as formas de utilização comum no dia-a-dia da comunidade do Mileu. De facto, a análise das categorias morfológico-funcionais permitem-nos observar algumas particularidades nos grupos, indiciando a possibilidade da existência de alguns centros produtores especializados na produção de determinadas formas ou tipologias.

Parece existir uma certa especialização de determinados centros produtores na produção de certas categorias morfológico-funcionais, pois, segundo os elementos apresentados, o *grupo 10* parece ser especializado na produção de peças de pequenas dimensões, de que são exemplo os potinhos ou, em exclusividade, os púcaros e os copos. Salvo raras exceções, nenhuma destas tipologias detinha funções na confecção de alimentos. Por outro lado, o *fabrico 2*, exibindo uma certa especialização e cuidado no tratamento de superfícies parece especializar-se na produção de potes, alguidares e talhas, enquanto no *fabrico 5* parece haver uma especialização no fabrico de painéis, com superfícies exibindo naturalmente um aspecto grosseiro. Todavia, neste fabrico verifica-se também a produção de tigelas, certamente pertencentes ao serviço de mesa. Verificámos ainda que é precisamente neste último fabrico que vamos encontrar uma peça rara no repertório de muitos sítios da Lusitânia, o unguentário, semelhante ou imitado de um outro, proveniente da Bética, que exhibe o mesmo tipo de decoração.

Por outro lado verificámos que não existe na produção local ou regional qualquer evidência de terem sido produzidos almofarizes, pois os únicos exemplares

que possuímos são provenientes da Bética, em pastas claras, situação análoga, por exemplo a Balsa (Nolen, 1994: 136).

A análise por grupos de fabrico mostra-nos que no *grupo 1*, com 36 exemplares, a forma de pote é a mais bem representada, logo seguida dos potinhos, encontrando-se representadas seis categorias. Situação semelhante foi possível confirmar no *grupo 2*, com 62 exemplares, possivelmente o fabrico local ou regional que deu continuidade às produções de tradição indígena. Neste grupo as categorias mais bem representadas são os potinhos, mas sobretudo as peças de maiores dimensões, como os potes e os alguidares, encontrando-se também as talhas bem representadas, na sua grande maioria produzidas a partir deste grupo de fabrico. Apesar de surgirem exemplares de quase todas as categorias, verificámos a ausência de cerâmica que poderia exigir algum tipo de especialização, como os copos, os púcaros, os almofarizes ou os unguentários.

Já o *grupo 5*, o que se encontra mais bem representado, com 174 indivíduos, dispersos por quase todas as categorias, à excepção das tampas, e de peças mais pequenas, como os copos ou os púcaros, corresponde a uma produção local ou regional, certamente na continuidade do *grupo 1*. Este *grupo 5* parece evidenciar profundas transformações na dieta alimentar, uma vez que a categoria mais bem representada corresponde às panelas, seguida pelas tigelas e os potinhos.

De proveniência mais longínqua, os grupos de *fabricos 3 e 4*, possivelmente com origem nas oficinas da *Baetica*, encontram-se representados por escassos exemplares, o primeiro apenas por um exemplar de pote, enquanto quinze outros se inserem no segundo.

Por outro lado, os *grupos 6 e 7*, também de produção local ou regional, parecem evidenciar como categorias mais comuns as panelas, as tigelas e os potinhos, tal como o *grupo 5*. O *grupo 6*, que apresenta escassos exemplares, com apenas 22 indivíduos, vê como categoria mais bem representada a panela. Situação semelhante foi identificada no *grupo 7*, onde a categoria mais bem representada é a panela, embora também as tigelas e os potinhos se encontrem bem representadas. Curiosamente, em termos de categorias formais, este grupo de fabrico apresenta elevada semelhança com o *grupo 5*, sendo possível que corresponda a uma continuidade produtiva, uma vez que este último grupo é do Alto Império, enquanto o primeiro nos parece corresponder já a uma produção do Baixo-Império.



Por outro lado, o *grupo 9*, representado apenas por dezasseis indivíduos, demonstra uma vez mais um tipo cerâmico grosseiro. Embora apresente as mesmas categorias morfológicas dos restantes grupos de fabrico, poderá ser do mesmo período histórico do anteriormente descrito, como tivemos oportunidade de referir, encontrando-se ausentes as categorias de menores dimensões, como as tigelas, sendo as categorias mais produzidas a panela e os potinhos.

O *grupo 10*, embora represente um fabrico local ou regional, é sem dúvida um fabrico diferente, de excelente qualidade, especializado em peças de pequenas dimensões, onde dominam os potinhos, os púcaros, os copos e as bilhas, ou seja, o serviço de mesa, num total de 102 indivíduos.

Estes grupos de fabrico, quer de proveniência próxima ou longínqua, apresentam o serviço de mesa também entre as categoriais mais bem representadas. Disso é exemplo o *grupo 8*, possivelmente proveniente da Lusitânia, destacando-se os potinhos e as bilhas. De facto, o papel destas três categorias é equivalente, nomeadamente a tigela (representada por doze exemplares), o potinho (com dez) e a bilha (com nove indivíduos). Curiosamente, todos eles exibem um cuidado extremo no tratamento de superfícies (como de resto também os outros indivíduos deste grupo de fabrico), indiciando que seriam peças que teriam uma utilização essencialmente enquanto serviço de mesa.

Já o *fabrico 11*, também de proveniência próxima, representado por nove indivíduos, apresenta sobretudo peças vocacionadas para a função de servir à mesa, como a tigela e a bilha, embora os potes também estejam presentes.

De facto, parece haver um fabrico especializado de certas categorias morfológico-funcionais, pois algumas formas, cuja função seria servir à mesa, surgem representadas apenas em determinados grupos de fabrico, sobretudo os de proveniência exterior ao Planalto Guarda-Sabugal, mais distante, como os *fabricos 3 e 4*, ou de locais da Lusitânia, como o *fabrico 8* ou *11*.

Podemos assim concluir que, como seria de esperar, no Mileu se verificou uma certa tendência para importar peças do serviço de mesa, enquanto a maioria das peças utilizadas no dia-a-dia eram produzidas localmente. É o caso da bilha, das tigelas e dos potinhos provenientes de locais afastados. Todavia, nesta função de servir à mesa também se procurou utilizar alguns materiais de superfícies cuidadas de produção local ou regional, como os potinhos do *grupo 10*, a cerâmica cinzenta fina da época alto-

imperial. Pelo contrário, para as actividades do dia-a-dia, de preparação de alimentos, foram utilizados maioritariamente materiais de produção local ou regional, como era o caso das talhas, dos potes, dos alguidares e das panelas.

#### 5.1.4.5 - As categorias identificadas

De seguida iremos apresentar as categorias identificadas na cerâmica comum do Mileu, no sentido de compreendermos as características de cada uma delas e de conhecermos melhor a sua produção e utilização.

Assim, na categoria de *prato*, relativamente às variantes detectadas, salientam-se os exemplares de bordo virado para fora, com aba horizontal, descaída, num total de sete indivíduos, valor semelhante aos de bordo simples, também voltado para o exterior, num total de cinco indivíduos. Menos indivíduos foram identificados na variante de bordo virado para o interior: um total de 3 exemplares.

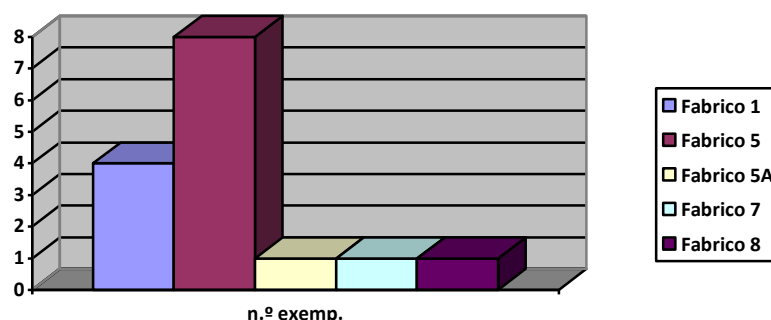


Gráfico 6 - Número de exemplares da categoria de *pratos* por fabrico

Apenas nos foi possível recuperar o diâmetro de bordo de sete exemplares, verificando-se que apresentam dimensões muito semelhantes, geralmente de pequenas dimensões, entre os 200mm e os 230mm.

Relativamente ao *prato covo*, verificámos que se encontra mal representado no conjunto de cerâmica comum do Mileu, situação que se poderá dever ao facto de corresponder a uma categoria que possui maior representação no Baixo Império (Pinto, 2003: 630), na tradição dos grandes pratos de *terra sigillata* tardia. Neste sentido, identificámos apenas dois indivíduos, ambos de fabrico alto-imperial, um dos quais, curiosamente, foi produzido no *grupo 1*.

Situação semelhante foi identificada na categoria dos *tachos*, representados por apenas quatro exemplares, dois do grupo de *fabrico 2* e outros dois do *grupo 6* estes últimos de produção local ou regional.

Na análise da categoria de *panela* foi-nos possível concluir que num universo de 103 exemplares, os materiais do Mileu, na sua maioria inserem-se na forma de bordo oblíquo voltado para fora, amendoado ou espessado, num total de 55 panelas, enquanto numa variante semelhante, de bordo oblíquo alongado detectámos apenas cinco indivíduos. Verificámos ainda a existência de diversos exemplares inseridos na variante de bordo em pequena aba oblíqua, voltada para o exterior, com garganta curta, num total de 25 exemplares, dispersos pelos diversos grupos de fabricos.

Por fim, verificámos a existência de outras variantes que, como seria de esperar, estão representadas por escassos exemplares, de que são exemplo os oito indivíduos de bordo arqueado alto e com garganta interna; quatro de *panela de perfil em S*, três exemplares inseridos na variante de bordo triangular de aba horizontal ou exemplares de bordo sub-rectangular, de bordo facetado, ou de bordo de lábio triangular, todos representados apenas por um único exemplar.

Panela-tipologias do bordo	Fab. 2	Fab. 5	Fab. 6	Fab. 7	Fab. 9	Total
Bordo oblíquo		40	3	9	3	55
Bordo em pequena aba oblíqua		14	2	8	1	25
bordo oblíquo alongado	1				4	5
bordo arqueado alto		4	1	3		8
perfil em S		4				4
bordo sub-rectangular		1				1
bordo facetado			1			1
bordo triangular	1	2				3
Bordo lábio triangular			1			1
Total	2	65	8	20	8	103

Quadro n.º 2 - Tipologia dos bordos de panelas por fabrico.

Relativamente ao diâmetro de bordo dos exemplares desta categoria verificámos que estes são muito díspares mesmo dentro de cada variante. Assim, efectuando a análise dos exemplares da variante mais representada – a de bordo oblíquo – confirmámos que no *grupo 5* cerca de 20% dos exemplares apresentam diâmetros de bordo entre os 131mm e os 140mm. De facto, quase metade dos exemplares desta categoria possuem diâmetro de bordo entre os 118mm e os 154mm, enquanto 40% possuem um diâmetro entre os 221mm e os 280mm.

Todavia, quando efectuamos a análise do diâmetro de todos os indivíduos desta categoria verificamos que 54% dos exemplares apresentam diâmetro de reduzidas dimensões, entre os 100 e os 160mm de diâmetro.

A *terceira* categoria no conjunto de cerâmica comum do Mileu corresponde às tigelas, bem representadas no repertório, com 67 indivíduos, distribuídos por distintas variantes, sendo as mais bem representadas as de parede aberta e recta, de bordo simples e arredondado, bem como as tigelas de paredes contracurvadas e carena a meio da pança, com a parte superior voltada para o exterior e, por fim, as tigelas carenadas, de carena alta, sendo a parte superior ligeiramente virada para o exterior, levemente oblíqua, de bordo simples.

Perfis da forma <i>tigela</i>	Fab.1	Fab. 2	Fab. 5	Fab. 5a	Fab. 6	Fab. 7	Fab. 8	Fab. 8a	Fab. 11	Total
Carena a meio	2	2	11			3				18
Carena em cima		3	8		1		1			13
<i>Drag. 35</i>			6			2				8
Hemisférica			4				8	1	1	14
Face interna oblíqua			1	1						2
Aba descaída							1			1
<i>III-A-fr 2</i>			1							1
<i>Drag. 27</i>			1	1		4			1	7
<i>III-A-fr 4</i>			1					1		2
Bordo almofariz			1							1
Total	2	5	34	2	1	9	10	2	2	67

Quadro 3 - Tipologia dos bordos das tigelas por fabrico

Relativamente ao diâmetro de bordo dos diversos exemplares que identificámos no repertório do Mileu verificámos que apresentam algumas diferenças relativamente às variantes detectadas. Assim, na variante das tigelas de paredes contracurvadas e carena a meio da pança, com a parte superior voltada para fora confirmámos que na sua

maioria os diâmetros de bordo se inserem entre os 88mm e os 96mm, à exceção de um indivíduo, que possui 172mm. Comparativamente ao repertório de cerâmica comum de S. Cucufate verificamos que os exemplares do Mileu apresentam dimensões muito inferiores (Pinto, 2003: 256).

Na variante de tigela carenada, de carena alta, com a parte superior ligeiramente virada para o exterior, verificámos que existe um grupo que se insere entre os 100mm e os 110mm e um segundo grupo com diâmetro entre os 140mm e os 178mm, sendo estas últimas as dimensões médias identificadas em S. Cucufate (Pinto, 2003: 234).

Relativamente às tigelas de parede arqueada, com bordo amendoado e descaído, surgindo como imitação da *Drag. 35* de *terra sigillata*, verificámos que a maioria dos exemplares se inserem entre os 104mm e 114mm de diâmetro de bordo, uma vez mais se confirmando que os exemplares do Mileu apresentam menores dimensões que os de S. Cucufate (Pinto, 2003: 246).

Na variante de tigela de parede duplamente arqueadas imitando a forma *Drag. 27* de *terra sigillata*, variante na qual identificámos sete exemplares, verificámos que a maioria dos indivíduos se insere no grupo de diâmetro de bordo entre os 107mm e os 124mm - uma vez mais dimensões muito inferiores às dos exemplares de S. Cucufate, que têm diâmetros entre os 15 e os 30cm (Pinto, 2003: 230).

Por fim, uma última nota sobre as tigelas de parede aberta e recta, de bordo simples e arredondado, que apresentam maiores dimensões que as restantes variantes, pois um maior número de exemplares apresenta dimensões entre os 148mm e os 152mm, sendo a exceção um exemplar com 80mm de diâmetro de bordo.

No repertório de cerâmica comum do Mileu verificámos ainda que as *terrinas* se encontram representadas por escassos exemplares, com apenas dez indivíduos, maioritariamente de produção local ou regional, à exceção de um exemplar do *grupo 8*.

Como já tivemos oportunidade de referir, os *potinhos* correspondem à categoria mais bem representada, com 152 indivíduos, dos quais quase metade (nomeadamente 78 exemplares) estão inseridos na variante de bordo simples com colo alto, dispersos por 8 grupos de fabrico distintos, destacando-se os do *grupo 10*, em cerâmica cinzenta polida alto-imperial, mas também os exemplares do *fabrico 5, 7 e 8*, este de um contexto próximo, aqueles de produção local ou regional. Destacaremos ainda os exemplares

produzidos no *fabrico 1*, que integram a cerâmica cinzenta fina de tradição indígena, representados por dezasseis exemplares.

Assim, relativamente às diversas variantes detectadas nesta categoria, apresentamos o quadro com os valores reais, destacando-se os do grupo de *fabrico 10*, onde a variante de potinho de colo alto se destaca.

Tipologias da forma <i>Potinhos</i>	Fab.1	Fab.2	Fab.4	Fab.5	Fab. 6	Fab. 7	Fab. 8	Fab. 9	Fab.10	Fab.11	Total
Potinhos de colo alto	12	2		15		7	7	3	31	1	78
Potinhos de bordo oblíquo, amendoado	3	4	1	23	1	3	2	3	12		52
Potinhos de bordo amendoado, cavado									3		3
Potinhos de colo pronunciado e largo									1		1
Potinhos de aba oblíqua fina									5		5
Potinhos de aba horizontal					1						1
Potinhos de aba amendoada	1	1									2
Potinhos de bordo triangular		1									1
Potinhos de vinco no ombro		1									1
Potinhos de bordo virado para o interior			3				1				4
Potinhos de bordo curto, arquado				1	1	1					3
Potinhos de bordo direito									1		1
Total	16	9	4	39	3	11	10	6	53	1	152

Quadro 4 - Tipologia dos perfis dos *potinhos* por fabrico

Relativamente aos diâmetros de bordo, na primeira variante verificámos que apresentam grande diversidade, desde os 42mm aos 138mm. Todavia, na sua maioria os diâmetros situam-se entre os 62mm e os 100mm.

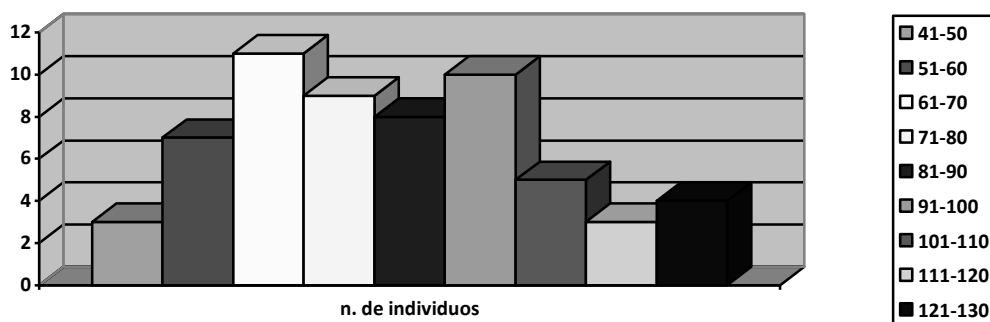


Gráfico 7 – Potinhos de colo alto: número de indivíduos por diâmetro de bordo

Como vimos, encontram-se também presentes outras variantes no conjunto de potinhos do Mileu, como os exemplares de bordo oblíquo amendoado ou espessado, com 52 exemplares, na sua maioria inseridos no *fabrico 5*, de produção local ou regional, com diâmetros entre os 64mm e os 148mm, mas com maior incidência entre os 104mm e os 120mm.

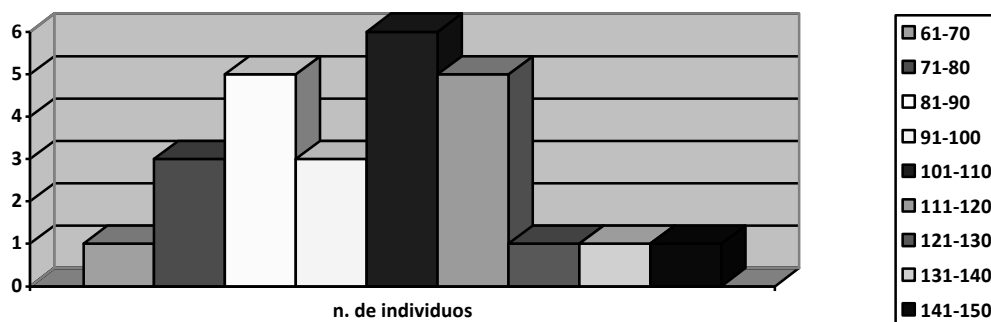


Gráfico 8 – Potinhos de bordo oblíquo amendoado: número de indivíduos por diâmetro de bordo

Embora com um menor número de exemplares, outras variantes de potinhos se encontram representadas, como os de bordo amendoado e cavado, os de bordo apumado oblíquo ou mesmo um exemplar de bordo direito. Geralmente apresentam diâmetro de bordo de pequenas dimensões, entre os 64 e os 138mm.

Os *púcaros* encontram-se apenas no *grupo 10*, tendo como variante principal os exemplares de colo pronunciado e bordo oblíquo, com ressaltado no lábio interno, e diâmetros de bordo entre os 62mm e os 122mm, sendo os mais comuns os que entre os 72mm e os 100mm.

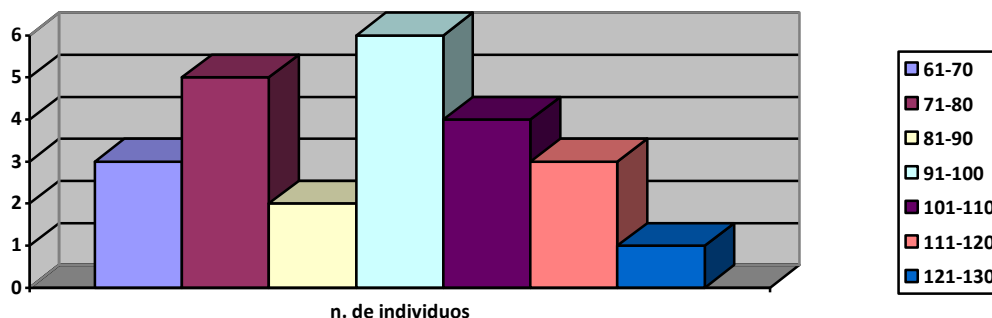


Gráfico 9 – Púcaros de colo pronunciado e borod oblíquo: número de indivíduos por diâmetro de bordo

Situação semelhante foi detectada na categoria dos *copos*, com a identificação de apenas cinco indivíduos, do *grupo 10*, todos de pequenas dimensões.

Também os *jarros* se encontram representados por escassos exemplares: apenas doze.

Relativamente às *bilhas*, concluímos que, num total de 38 exemplares, foi possível obter o diâmetro de bordo de 21 indivíduos, dispersos por dez variantes distintas, destacando-se a de bordo oblíquo como a variante que apresenta um maior número de indivíduos, com onze exemplares, mas também as variantes que apresentam aba descaída e as de colo alto e cilíndrico.

Bilhas – tipologias do gargalo	Fab. 2	Fab. 4	Fab. 5	Fab. 6	Fab. 7	Fab. 8	Fab. 9	Fab.10	Fab. 11	Total
Colo alto, cilíndrico	1				3	1	1		1	7
Bordo horizontal		1	1		1	1		1		5
Bordo direito, colo L		1						1		2
Evasado duplam. Amendoado		2								2
Oblíquo			2			1		8		11
Aba descaída			2			2			2	6
Fr 3				1						1
Fr c 15						1				1
Fr 7						1				1
Ressalto externo						2				2
Total	1	4	5	1	4	9	1	10	3	38

Quadro 5 - Bilhas: ocorrência de variantes tipológicas por fabrico



Entre as diversas variantes verificámos que os diâmetros de bordo são muito semelhantes entre si, pois na sua maioria (nomeadamente dezoito exemplares), situam-se entre os 42mm e os 80mm de diâmetro. Apenas um dos exemplares apresenta uma dimensão de diâmetro de bordo mais elevada, o número 02.1328, com 146mm, inserido na variante de colo com dobra pouco vincada e bordo horizontal formando lábio espessado.

Por outro lado não podemos deixar de referir o número elevado de exemplares desta categoria inseridos num fabrico de proveniência longínqua, o *fabrico 8*, enquanto outros dez se inserem no *grupo 10* de cinzenta fina polida alto-imperial, embora também integrada no *fabrico 5*, de produção local ou regional, esta forma se encontre relativamente bem representada.

O *almofariz* é uma das categorias menos representadas no conjunto de cerâmica comum do Mileu, tendo-se identificado apenas quatro indivíduos, três dos quais provenientes da *Baetica*.

Também a categoria de *alguidar* se encontra mal representada no repertório, com apenas doze exemplares, com diâmetros de bordo de pequenas dimensões, em comparação com exemplares de outros sítios arqueológicos, identificando-se um exemplar de 158mm de diâmetro, embora o exemplar maior tenha 399mm.

Relativamente aos *potes* verificámos que é uma das categorias mais bem representadas, num total de 62 exemplares, na sua maioria inseridos no grupo de *fabrico 2*, uma produção local ou regional, mas cujas peças apresentam um cuidado extremo no tratamento de superfícies. De facto, neste fabrico detectámos 23 peças, dispersas por duas variantes, como vimos. Todavia, também os exemplares fabricados a partir do *grupo 1*, de cerâmica cinzenta fina de tradição indígena se encontram relativamente bem representados, com doze potes, na sua maioria apresentando a superfície interna polida, junto ao bordo.

Tipologia da forma <i>potes</i>	Fab.1	Fab. 2	Fab.3	Fab. 5	Fab. 6	Fab. 7	Fab. 8	Fab. 10	Fab. 11	Total
Bordo oblíquo alongado	7	10		7	1	1	1	5	1	33
Bordo na continuidade da pança, voltado para o exterior, formando aba arredondada	5	9			1		1	2	1	19
Bordo arqueado, espesso e alto, formando garganta interna				2			1			3
Bordo arqueado e truncado para fora		2						1		3
<i>Rara IX-A-fr 11</i>				1						1
<i>Rara IX-A-fr 6</i>		2								2
Pança ovoide			1							1
Total	12	23	1	10	2	1	3	8	2	62

Quadro 6 - Potes: ocorrência de variantes tipológicas por fabrico

A variante mais bem representada corresponde aos exemplares de bordo oblíquo, alguns dos quais apresentam bordo alongado, virado para o exterior, embora também se encontrem bem representados os da variante de bordo na continuidade da pança, voltado para o exterior, formando aba arredondada.

Relativamente aos diâmetros de bordo – tendo em conta os que foi possível identificar – verificámos que alguns exemplares apresentam pequena dimensão, entre os 112 e 120mm na primeira variante, confundindo-se com a forma dos potinhos, sendo a sua distinção efectuada sobretudo pela espessura das paredes. Todavia, encontram-se também representados os exemplares de maiores dimensões, de que é exemplo um pote da mesma variante, com 224mm de diâmetro de bordo. Entre os exemplares da segunda variante destacamos um pote com apenas 98mm de diâmetro de bordo, por oposição a um outro com 246mm.

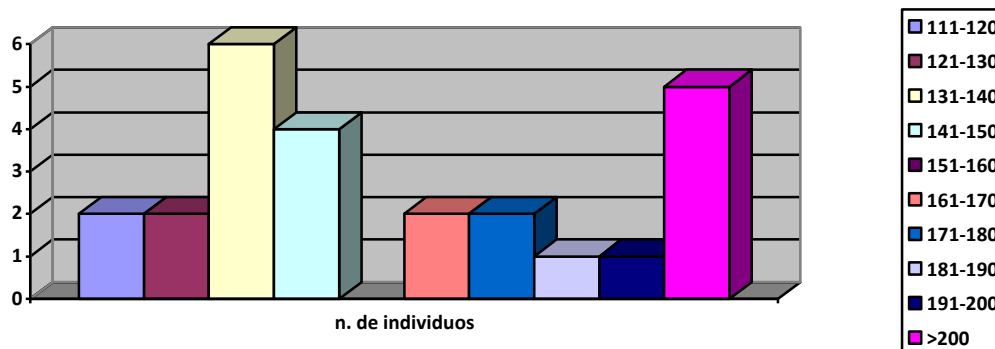


Gráfico 10 – Potes de bordo oblíquo: diâmetro de bordo dos exemplares

Tal como se verificou em S. Cucufate (Pinto, 2003: 455), também os exemplares do Mileu foram produzidos a partir de pastas locais ou regionais, embora os exemplares do Mileu apresentem paredes exteriores cuidadas, evidenciando um cuidado extremo no seu fabrico. Tendo em conta a estratigrafia destes exemplares, bem como o tipo de fabrico, podemos afirmar que correspondem a exemplares do Alto Império, surgindo associados estratigraficamente a exemplares de *terra sigillata* hispânica.

Dados semelhantes podem ser deduzidos da análise das *talhas*, maioritariamente produzidas no grupo de *fabrico 2* e geralmente de pequenas dimensões, destacando-se o exemplar do *fabrico 5* com apenas 190mm, mas também o número 06.13156, com 206mm, ou o número 08.4006, com 224mm. Os restantes exemplares possuem maiores dimensões, embora raramente ultrapassem os 286mm de diâmetro<sup>832</sup>, como é o caso do número 08.10437<sup>833</sup>. A exceção é o número 08.6317, com 370mm de diâmetro de bordo, inserido na variante de bordo reentrante, muito espessado, horizontal e parede fina, semelhante aos exemplares da forma *IX-B-2* de S. Cucufate (Pinto, 2003: 391).

Relativamente aos escassos exemplares de *tampas* identificadas, tendo em conta os dados agora apresentados, conclui-se que na sua maioria os exemplares desta forma são produzidas em olarias locais ou regionais, à exceção de três peças, duas delas provenientes da Bética. Conclui-se ainda que, pelos fabricos representados nesta forma, correspondem a exemplares do Alto Império, embora a sua utilização recue a meados do

<sup>832</sup> O diâmetro interior de bordo mais comum nos exemplares desta forma em S. Cucufate ronda os 300 a 330mm, embora também se encontrem representados os exemplares mais pequenos, por oposição a outros com mais de 400mm (Pinto, 2003: 455).

<sup>833</sup> Mas também os números 07.1770, 07.2745 (com 260mm), 08.5138 (com 252mm), 05.3428 (com 260mm), 06.11395 (com 276mm) e 05.4108 (com 262mm).

século I d.C., tendo em conta os dois exemplares de fabrico de cerâmica cinzenta fina, de tradição indígena<sup>834</sup>.

#### 5.1.4.6 - O papel e o significado da cerâmica comum do Mileu

Para compreendermos melhor a questão da funcionalidade das categorias, de seguida apresentaremos os dados relativos à funcionalidade de cada categoria dentro das funções principais da cerâmica comum: a *louça de cozinha* (que compreende panela, tacho, prato e prato covado), a de *preparação de alimentos* (almofarizes e alguidares), a de *ir à mesa* (tigelas, terrinas, potinhos, púcaros, copos, jarros e bilhas) e, por fim, a de *armazenamento e conservação* (potes e talhas). Neste sentido, a análise da cerâmica comum do Mileu permite-nos o seguinte quadro<sup>835</sup>:

Cerâmica comum	Cozinha	Preparação	Mesa	Armazenamento
Ocorrências	125	16	310	72
Percentagens	23.9%	3%	59.3%	13,8%

Quadro 7 - Ocorrências funcionais de cerâmica comum no Mileu

Podemos concluir que 59,3% da cerâmica comum do Mileu tinha como função principal uma funcionalidade ligada ao *serviço de mesa*, situação pouco comum na maioria dos sítios analisados na Península Ibérica, uma vez que certamente os materiais mais bem representados nestes sítios, os de cozinha, pelas funções a que estavam afectos, nomeadamente o ir ao lume ou ao forno para cozinhar alimentos, levava à sua frequente fractura, sendo como tal necessário proceder-se frequentemente à sua substituição. Situação oposta deverá ter ocorrido com os materiais de armazenamento - aqui representados por 13,8% - que, pela elevada espessura das suas paredes e pelo facto de não serem deslocados frequentemente, facilitavam a sua muito maior durabilidade.

Como explicar aquele número tão elevado de peças do serviço de mesa? Para respondermos a esta questão teremos de apresentar um novo gráfico, onde iremos

<sup>834</sup> Esta forma encontra-se também atestada neste fabrico em Conímbriga, de que é exemplo o número 287 (Alarcão, 1974: 71).

<sup>835</sup> Optámos por não incluir neste quadro os exemplares de unguentários (com funções distintas destas), mas também as próprias tampas pois, como referimos anteriormente, estas tinham como função servir ou complementar outros recipientes. Ora, se estes recipientes detinham as mais diversas funções, não é possível afirmar a funcionalidade específica de cada tampa ou testro nem atribuir a cada recipiente uma tampa individualizada.

representar a cerâmica e o vidro detectados no registo arqueológico do Mileu, nomeadamente *terra sigillata*, ânforas, lucernas, cerâmica de paredes finas, cerâmica comum e vidro.

<i>Terra sigillata</i>	Ânforas	Lucernas	Paredes finas	Vidro	Cerâmica comum e de mesa
1000	3	286	54	134	883
42.3%	0.1%	12.1%	2.2%	5.6%	37.4%

Quadro 8 – Percentagem de cerâmica e vidro do Mileu

Devemos adiantar antes de mais que nos interessam sobretudo os dados da análise da *terra sigillata*, cerâmica de *paredes finas* e do *vidro* e a sua comparação com a *cerâmica comum*, pois as três primeiras categorias correspondem a louça de mesa, com funções muito específicas. Temos em consideração que os dados apresentados para estes distintos fabricos possuem também cronologias distintas, ou seja, a cerâmica de paredes finas, por exemplo é certamente mais antiga que os vidros e mesmo no conjunto de *terra sigillata* existem peças mais antigas e outras mais tardias, não tendo sido todas produzidas e utilizadas ao mesmo tempo. Todavia, estes dados permitem-nos compreender que a elevada percentagem da louça de mesa de cerâmica comum está de acordo com os dados das restantes produções, uma vez que – ao contrário do que seria de esperar – no Mileu estas funções são precisamente as que se encontram mais bem representadas.

Curiosamente, não deixa de ser significativa uma presença maioritária de *terra sigillata* sobre as restantes produções cerâmicas - algo que já durante as escavações arqueológicas tínhamos verificado.

Na nossa opinião esta questão deverá estar relacionada com o facto de estes materiais arqueológicos se cingirem praticamente a uma zona específica do sítio arqueológico, o edifício termal. De facto, tratando-se de um conjunto maioritariamente proveniente do espaço das termas, sobretudo das condutas de drenagem de águas, ficamos com uma ideia genérica do tipo de materiais que aí seriam utilizados. Ou seja, nos consumos correntes do complexo termal seriam utilizados materiais muito distintos dos utilizados em ambientes habitacionais e residenciais. O uso daqueles materiais, compreendidos no que poderemos designar de cerâmica fina, é testemunhado não só pelos exemplares de *terra sigillata*, onde se destacam as formas relacionadas com a ingestão de bebida, com as formas *Drag. 27* e *Drag. 35*, muitas de pequenas dimensões, mas também com a presença de exemplares, por exemplo, da forma *Mayet XXXVII* de

cerâmica de paredes finas, que teria também funções de ingestão de líquidos. Neste grupo integram-se também os exemplares de púcaros, copos e potinhos do grupo de *fabrico 10* de cerâmica cinzenta fina polida alto-imperial<sup>836</sup>.

Por outro lado, não podemos deixar de referir o número elevado de potinhos, sobretudo os produzidos a partir do *grupo 10*. Tratando-se de um fabrico de superfícies muito cuidadas, cuja função poderia ser a de contentor de molhos e preparados afins, poderão também ter sido utilizados com outras funcionalidades, servindo como recipientes de produtos em uso nas termas (como óleos aplicados nas massagens, por exemplo), funções semelhantes aos unguentários, que continham perfumes ou bálsamos.

Verificámos ainda que a cerâmica fina possui uma maior representatividade que a cerâmica comum de mesa, o que – uma vez mais – poderá estar de acordo com o contexto do achado dos materiais.

O sítio arqueológico do Mileu apresenta um conjunto de materiais específico de um determinado contexto, certamente distinto do de contextos habitacionais como o de S. Cucufate, onde a cerâmica de cozinha tem um peso muito significativo em relação aos restantes materiais cerâmicos. Os dados obtidos com a análise dos materiais arqueológicos de S. Cucufate são muito próximos dos que foram registados na Casa de *C. Iulius Polybius*, em Pompeia<sup>837</sup>. Estes dados denotam também grande semelhança com outros contextos mais próximos, como as *uillae* romanas do Alto da Cidreira ou de Balsa, cuja análise comparativa, elaborada por Inês Vaz Pinto, permitiu verificar perfis de consumo muito semelhantes aos de S. Cucufate, sobretudo no primeiro caso - facto relacionado com o facto de, em ambos os casos, os respectivos sítios corresponderem a implantações semelhantes, no caso a *uillae* romanas.

Por contraste, apenas a análise de contextos funerários apresenta resultados semelhantes aos do Mileu, uma vez que, em contexto sepulcral, o serviço de mesa

---

<sup>836</sup> Num ambiente como as termas, que proporcionavam e representavam o ócio dos seus utentes, encontravam-se presentes as marcas e os equipamentos inerentes às actividades que aí se desenrolavam. Assim, enquanto espaço de lazer, associadas às termas encontram-se pedras de jogo e dados de jogar. No Mileu, chegaram-nos vestígios dessa actividade, como *pedras de jogo* e um *dado de jogar* de osso.

<sup>837</sup> Note-se que na Casa de *C. Iulius Polybius* se registaram 968 exemplares de vidro e cerâmica, sendo na sua maioria cerâmica comum – face a 38 indivíduos em bronze e quatro em mármore.

Como já anteriormente Inês Vaz Pinto (2003: 642) tinha realçado, não podemos deixar de referir que se trata de períodos cronológicos distintos, bem como de contextos muito díspares, pois como refere esta autora, aquela análise “[...] compara um contexto urbano itálico com um contexto rural de uma província distante”.

O vidro corresponde a 13% (131 indivíduos), a *sigillata* a 5,8% (56 exemplares), as paredes finas a 10% (97 exemplares) e a cerâmica comum a 70,7% (684 peças). (Morelli *apud* Pinto, 2003: 642).

ostenta a maior representatividade, embora também aqui num contexto diferente pois este serviço seria então utilizado no contexto da recriação ritual de um banquete funerário (Pinto, 2003: 643).

Resta-nos, pois, comparar os dados do Mileu com assentamentos que, segundo pensamos, seriam da mesma natureza, ou seja, teriam o estatuto de capital de *ciuitates*. Assim, embora num contexto limitado - por corresponder à análise de um espaço restrito, o da capital de *ciuitas* dos *Igaeditani*, um espaço habitacional - verifica-se que 38% da cerâmica comum detectada teria como função o armazenamento, enquanto o serviço de mesa e de cozinha teriam apenas 25% cada (Dias, 2002: 154).

Por outro lado, efectuando uma comparação com a cerâmica comum de Monte Molião<sup>838</sup>, num contexto geográfico muito distinto do do Planalto Guarda-Sabugal, verificamos uma vez mais um peso significativo do serviço de cozinha, confirmando um peso muito elevado das categorias potes/panela e pratos. Como referem as investigadoras daquele sítio, Ana Arruda, Catarina Viegas e Patrícia Bargão (2010: 291): “No conjunto da cerâmica comum produzida em Monte Molião, dominam os potes/panelas, os pratos, as tampas e os copos. Uma série relativamente abundante de potinhos/copos/púcaros, para utilização à mesa é também de considerar. Entre as formas minoritárias, cabem as formas para a preparação de alimentos relacionadas com processos culinários a frio, como os almofarizes e alguidares.”

## 5.2 OS VIDROS

Um dos índices que melhor nos permitem compreender o grau de aculturação de uma comunidade na Antiguidade prende-se com a presença de materiais produzidos a partir de vidro nas respectivas colecções arqueológicas. A importância desses materiais no contexto do Império Romano levou a que o vidro fosse referido, por diversos autores clássicos, como a melhor forma de conservar determinados produtos, como perfumes, unguentos e certos alimentos. O vidro era, por isso, um dos elementos presentes em habitações romanas, pelo menos nas mais abastadas. Com efeito, o período entre a segunda metade do século I d.C. e a centúria seguinte, é aquele no qual “[...] passamos

---

<sup>838</sup> O sítio de Monte Molião (Lagos) foi identificado com a antiga *Laccobriga*, um núcleo urbano com ocupação desde a Idade do Ferro ao século II d.C., onde a investigação arqueológica tem identificado diversos vestígios, entre os quais um edifício público de grandes dimensões (Arruda, 2007: 20).

para o vidro omnipresente nas casas romanas, ombreando com os recipientes de cerâmica, metal ou madeira” (Cruz, 2009: 282). Todavia, apesar de se tornar corrente o surgimento de peças em vidro nas habitações romanas não nos podemos esquecer que as mesmas não seriam acessíveis a todos. Com efeito a origem do vidro – enquanto matéria-prima – estaria noutras Províncias do Império, como é o caso de alguns exemplares moldados incolores cuja proveniência seria o Egipto<sup>839</sup>, depois trabalhado nas oficinas de carácter regional da Península Ibérica, como *Astorga* ou *Bracara Augusta* (Cruz, 2009, II: 35).

Para além das suas funções enquanto contentor de armazenamento de alimentos e bebidas, o vidro foi utilizado também noutros contextos. Assim, o vidro foi usado no transporte de substâncias preciosas – sendo, como tal, utilizado por exemplo na medicina, na perfumaria ou na cosmética, sendo o exemplo mais bem conhecido os unguentários – ou como matéria-prima de peças de adorno pessoal (de que são exemplo as contas de colar). Mas o vidro conheceu ainda outras utilizações no Mundo Antigo, como matéria-prima no fabrico de peças, “pedras” ou dados de jogar, tesselas de mosaico ou mesmo de “vidraças” usadas na arquitectura, como veremos.

Apesar do reduzido número de vidros detectados no Mileu, o facto é que neste sítio foram encontrados vidros a que foram dadas diversas funcionalidades. Assim, o estudo destes materiais constitui mais um dos elementos que nos permitem compreender a relevância deste sítio no contexto territorial dos *Lancienses Trancudani* e no contexto regional da Beira Interior.

Como é sabido, numa primeira fase de distribuição e comercialização deste tipo de materiais sofisticados (tal como com outros produtos de luxo, como a *terra sigillata*), consomem-se apenas produtos provenientes de ateliers exteriores da Península Ibérica. Só numa segunda fase de consumo desse tipo de materiais se substituem os exemplares importados doutras áreas do Império pela aquisição e consumo de produtos locais. Com efeito, o sucesso da comercialização de produtos sofisticados importados levou à implantação de oficinas de produção de “réplicas” dos mesmos em diversas áreas da Península Ibérica, tornando-se a aquisição destes produtos mais comum e acessível à população<sup>840</sup>.

---

<sup>839</sup> Corresponde ao grupo 4 dos vidros do Noroeste Peninsular (Cruz, 2009, II: 35).

<sup>840</sup> Na análise que Mário Cruz desenvolveu para as colecções de vidro do Noroeste Peninsular, o autor estabeleceu *quatro fases* distintas na produção e comercialização de vidros, desde a sua importação à produção do mesmo em *Bracara Augusta*.



Por outro lado, não queremos aqui deixar de fazer uma referência às dificuldades que tivemos na realização da análise dos vidros romanos do Mileu, em parte devido ao elevado estado fragmentado da colecção<sup>841</sup> e em parte devido à falta de referências ou de paralelos publicados na região da Beira Interior, o que dificulta a compreensão da forma, dos processos de distribuição e comercialização destes produtos.

No caso do Mileu recolhemos 1073 fragmentos de vidro, tendo sido possível apenas classificar 134 indivíduos<sup>842</sup>.

Relativamente à tipologia utilizada ao longo deste estudo optámos por utilizar a classificação – descrição dos vidros, nas suas diversas características, desde as cores às formas – estabelecida por Mário Cruz<sup>843</sup>, no estudo dos materiais do Noroeste Peninsular.

A presença dos vidros romanos num sítio arqueológico possui um duplo significado. Por um lado, são relativamente comuns as informações relativas ao seu aparecimento em diversos contextos no actual território português, apesar de, na maioria das vezes, a sua descrição ser muito sucinta, dificultando a análise destas produções num contexto mais abrangente. Por outro, por serem elementos exógenos, surgem com uma relativa baixa frequência, sobretudo no contexto da Beira Interior.

Ao longo das diferentes fases de produção e comercialização de materiais em vidro foram utilizadas distintas técnicas de fabrico, pois à medida que a produção aumenta certamente foram criadas e utilizadas novas técnicas produtivas. Assim, entre as diversas técnicas utilizadas, no Mileu destacam-se as peças fabricadas por *moldagem*

---

<sup>841</sup> O conjunto de vidros da Póvoa do Mileu encontra-se muito fragmentado, ao contrário do de outros sítios arqueológicos onde surgem peças inteiras. Esta última ocorrência está certamente relacionada com a tipologia de sítio, quase sempre relacionada ou afim a contextos de enterramento, que proporcionam muitas vezes a sobrevivência de peças intactas, de vidro ou de cerâmica (de que são exemplo alguns dos materiais patentes no catálogo da exposição *Vita Vitri*). Pelo contrário, em contexto habitacional torna-se muito mais difícil a recolha de peças de vidro em bom estado de conservação.

<sup>842</sup> Na contagem de *nmi* excluímos os fragmentos de vidraça de uso construtivo (janelas e aberturas), sendo estes contabilizados em kg., como adiante veremos.

<sup>843</sup> Apesar de efectuarmos a equivalência com as formas da tipologia de Casina Isings - a classificação geralmente referida na maioria das publicações sobre vidros - optámos por seguir de perto a tipologia proposta por Mário Cruz, pois, como este autor refere, a obra de Isings não se refere aos vidros da Península Ibérica que, apesar das afinidades e semelhanças com a produção das demais regiões do Império, ignora e não reflecte as especificidades das produções da Península Ibérica (Cruz, 2009: 165). Assim, optámos por seguir de perto a metodologia de Mário Cruz (2009): por um lado, por se tratar de uma obra actual, completa e exaustiva; por outro lado, porque existem poucos estudos desta natureza efectuados em Portugal com a publicação de análises químicas dos mesmos, definindo a origem de determinadas peças. Temos consciência de que a realidade geográfica e cultural do Noroeste Peninsular, onde se encontra documentada a produção secundária, é muito distinta da do território onde o Mileu se insere. Com efeito, no Noroeste verifica-se a presença de mais formas e de um número de exemplares muito mais elevado e variado do que no Mileu. Todavia, pelos resultados obtidos, a metodologia e a tipologia de Mário Cruz parece ser a que melhor se aplica ao estudo dos materiais do Mileu.

de vidraça (a estiragem sobre o molde), mas também as produzidas por *sopro livre* e por *sopro em molde* (Cruz, 2009: 197-207). É possível encontrar também bordos com distintos acabamentos em *vidro soprado*<sup>844</sup>, para os quais Mário Cruz definiu uma tipologia, associada a elementos cronológicos, facilitando a utilização destas peças enquanto fósseis directores.

Por outro lado, os elementos decorativos possuem uma grande importância não só no conhecimento dos gostos das comunidades, mas também enquanto indicador cronológico. Como iremos ver, entre o conjunto do Mileu teremos exemplares que exibem a técnica de deformação da parede, mas também a aplicação de fios brancos ou a gravação e abrasão, estes cronologicamente mais tardios.

Embora aqui genericamente descritos, foram estes os elementos metodológicos e informativos que nos serviram de base para esta primeira abordagem, visando compreender as características dos vidros que surgiram no Mileu. Assim, procurámos conhecer e compreender o contexto inerente à presença dos vidros neste território, quer no âmbito da circulação de bens e produtos pelo interior da Lusitânia, quer enquanto indicador privilegiado para o nosso melhor entendimento dos gostos da população que residia no Mileu.

## 5.2.1 Formas identificadas

### 5.2.1.1 Taça canelada

Iniciamos a nossa análise com seis fragmentos (nmi) de taça canelada<sup>845</sup>, moldada a torno, de perfil hemisférico, com bordo vertical e boleado. Apesar de ser conhecida no Mileu apenas por fragmentos de parede, a identificação teve por base a sua característica decoração, com gomos verticais, com início junto ao bordo e esbatendo-se no fundo. No caso do Mileu os exemplares detectados apresentam uma certa uniformidade cromática, com predomínio do azul esverdeado. Com uma produção que decorreu de Augusto a Trajano, ou seja, do último quartel do século I a.C. até aos inícios do século II (Cruz, 2009, II: 20), no caso dos exemplares do Mileu é possível

---

<sup>844</sup> Como refere Mário Cruz (2009: 209), o acabamento dos bordos “[...] é uma característica morfológica de imediata identificação, mesmo em pequenos fragmentos, e um útil indicador cronológico”. Assim, e de uma forma genérica, os bordos dobrados de formas fechadas (como as garrafas e os boiões) são, segundo este autor, datados dos séculos I e II d.C., tal como os bordos em aresta polida. Pelo contrário os bordos engrossados apenas se tornam comuns apenas a partir do século II (Cruz, 2009: 209).

<sup>845</sup> Corresponde à forma *Isings 3*, com quatro variantes (Cruz, 2009, II: 20).

que pertençam a um fabrico mais avançado, que decorreu desde os Flávios a inícios da centúria seguinte, tendo em conta a tendência cromática. O fabrico nesta segunda fase já seria efectuado maioritariamente em oficinas implantadas na Península Ibérica, encontrando-se a sua produção atestada em diversos locais, como *Asturica Augusta*, *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti* (Cruz, 2009, II: 21), tornando-se aquela uma das formas mais comuns do Alto Império, representada em diversos sítios, com alguma frequência, desde povoados fortificados romanizados a cidades.

#### 5.2.1.2 Louça moldada

No grupo da louça moldada de vidro de perfil cerâmico, cuja inspiração adveio sobretudo da *sigillata* itálica, detectámos apenas dois exemplares, os números 06.8202 e 06.8087, peças monocromáticas, translúcidas (verde e azul) típicas do segundo quartel do século I d.C. (Cruz, 2009, II: 23), embora possam chegar ao período dos Flávios. Apesar de não serem formas que surjam com muita frequência, podem encontrar-se em sítios de ocupação augustana ou Flávia. No caso do Mileu correspondem a taças, de perfil tronco-cónico, de coloração azul esverdeada, inspiradas na forma de *terra sigillata* itálica *Consp. 14.1*, exemplares caracterizados por exibirem bordo de lábio e pé anelar em bisel. Provenientes de Itália (Roma e Campânia), foram produzidas entre Augusto e Nero (ou seja de 27 a.C. a 68 d.C.), encontrando-se a sua presença pouco difundida (Cruz, 2009, II: 33). Apesar de inserirmos, com algumas reservas, os dois exemplares detectados no Mileu nesta forma, verificámos que o número 06.8087 apresenta um diâmetro interno de 90mm, valores típicos nesta forma.

No grupo da louça moldada incolor detectámos apenas uma forma, a taça de bordo em aba oblíqua. As formas incolores feitas a partir de molde, apresentam um repertório pouco diversificado, maioritariamente correspondente a taças, pratos e travessas, com pé anelar, lisas, com ampla difusão, presentes na maior parte dos sítios, sobretudo em cidades e com uma produção que decorre desde fins do século I d.C. até meados do século III (Cruz, 2009, II: 35). No Mileu detectámos dois exemplares de taça de bordo em aba oblíqua, nomeadamente os números 06.13224 e 06.15802, com o seu característico bordo a terminar em aba, com diâmetro entre os 60mm e os 104mm.

### 5.2.1.3 Vidro soprado livremente

Foi no grupo do vidro soprado livremente que detectámos um maior número de exemplares e de formas, nomeadamente com exemplares de bordo em aresta (copos incolores lapidares) e bordos polidos / engrossados ao fogo.

#### 5.2.1.3.1 Copos ou Cálices

Na forma dos copos ou cálices, onde incluímos os números 06.12968 ou 05.3416, destacam-se os copos incolores lapidados, de perfil tronco-cónico, com bordo em aresta polida e paredes decoradas por lapidação. Esta forma é caracterizada por exibir decoração em alto-relevo, nomeadamente facetas lapidadas que geralmente formam padrões em favo de mel, mas também facetas ovais contíguas (como o número 02.147), surgindo após pequena moldura. Observámos ainda dois exemplares que apresentam lapidação circular encaixada (os números 06.9114 e 06.15004).

No caso dos exemplares do Mileu, verificámos que são todos incolores, característica do período correspondente à segunda metade do século I d.C. e a toda a centúria seguinte (Cruz, 2009, II: 69). Uma vez mais, dado que os fragmentos que possuímos são de pequena dimensão, não podemos afirmar qual a forma específica de cada exemplar. Todavia, pela orientação da parede dos fragmentos parece-nos que se inserem na forma de copos. Trata-se da forma mais bem representada entre os vidros detectados nas escavações do Mileu, embora os copos sejam raros no contexto arqueológico da maioria dos sítios, talvez pelo facto de serem produtos de importação, possivelmente do Norte da Europa (Cruz, 2009, II: 71). Assim, destacam-se os números 06.18432, 06.9104, 06.8473, 05.4082 e 06.13079.

#### 5.2.1.4 Formas de bordos polidos/engrossados ao fogo

Nas formas de bordos polidos / engrossados ao fogo inserimos alguns exemplares do Mileu, por apresentarem os característicos bordos engrossados, com perfil boleado. Uma vez mais por corresponderem a pequenos fragmentos de bordo, não nos é possível inseri-los numa forma específica. Todavia, a análise dos exemplares que possuímos no Mileu, nomeadamente a partir do diâmetro das peças, leva-nos a considerar que seriam peças de pequenas dimensões, possivelmente cálices com diâmetros de bordo de 44mm (número 06.1179) e de 84mm (número 06.227).

#### 5.2.1.5 Frascos e Boiões

No conjunto do Mileu também se encontram representadas formas de vasos para guardar alimentos, nomeadamente os frascos ovóides de bordo dobrado e os boiões de bordo em aba. Na primeira forma foi possível confirmar a existência de dois exemplares, caracterizados por possuírem o bordo em aresta dobrado sobre si mesmo, com afunilamento do colo, curto. Os diversos exemplares deste grupo apresentam diâmetros de bordo muito semelhantes, entre os 30mm e os 50mm, encontrando-se os exemplares do Mileu, ambos incolores, entre os 32mm (número 05.3655) e os 41mm (número 08.902). Esta forma foi produzida entre os fins do século I d.C. e toda a centúria seguinte (Cruz, 2009, II: 193), sendo pouco comuns na maioria dos sítios arqueológicos.

Outra forma do grupo de vasos para guardar alimentos diz respeito aos boiões de bordo em aba, com bordo engrossado ao fogo e esvasado, formando uma aba oblíqua, com caneluras na parede interna, onde inserimos o número 05.4752, tendo em conta o perfil do bordo. Trata-se de uma forma globular, com diâmetros de bordo entre os 60mm e 80mm, com uma datação provável do século IV-V d.C. (Cruz, 2009, II: 200). Geralmente esta forma tardia surge em vidro de cores mais carregadas, ao contrário do exemplar do Mileu, incolor esverdeado.

#### 5.2.1.6 Unguentos

Os recipientes para unguentos, óleos, cosméticos e perfumes são das formas mais bem conhecidas no Império, em parte pelos seus característicos perfis, embora sejam sempre encontrados em número reduzido. Veja-se o caso do estudo do vidro no Noroeste Peninsular, onde foram apenas identificados seis exemplares, sendo quatro deles provenientes de um contexto de sepultura em *Bracara Augusta*. Como refere Mário Cruz (2009: 147) estas peças em vidro estariam reservadas a uma minoria da população, fortemente aculturada. No caso do Mileu, apesar das dificuldades de classificação devido ao estado fragmentado da colecção, foi-nos possível identificar diversos exemplares (embora com algumas reservas em relação a algumas peças), com três formas distintas: *unguentários*, *aríbalos* e *cânulas*.

No caso dos exemplares de unguentários (e uma vez que possuímos apenas fragmentos de bordo) não é possível inseri-los numa categoria, sendo certo que os exemplares do Mileu poder-se-iam inserir no grupo dos tronco-cónicos ou dos piriformes. Verificámos que apresentam como característica o bordo de lábio enrolado, com o típico gargalo tubular estreito (característica desta forma), com diâmetros de bordo entre os 10mm e os 50mm. As cores dos exemplares provenientes do Mileu oscilam entre o verde, o verde azulado e o azul esverdeado, de que são exemplo no primeiro grupo cromático o número 05.3641, no segundo grupo os números 06.3550 e 06.15029 e, no último, o número 06.16923. Esta forma foi produzida durante um amplo período, entre os séculos I e II d.C. (Cruz, 2009, II: 209-216).

Os *aríbalos* serviam para o transporte de óleos utilizados nas termas. Detinha asas, que poderiam servir para a sua suspensão. Encontram-se bem representados no conjunto da Póvoa do Mileu, como de resto noutros locais da Península Ibérica, tendo sido detectados dois exemplares no sítio em estudo. Tiveram elevada aceitação no mundo romano e, como tal, um longo período de produção, desde meados do século I d.C. até meados do século III<sup>846</sup> (Cruz, 2009, II: 217).

Os exemplares desta forma apresentam corpo globular, com bordo dobrado e virado para o interior, com diâmetro de bordo reduzido (6mm no número 06.15025 do Mileu e 14mm no número 06.3550) e duas pequenas asas, em argola, também conhecidas como *delfiniformes*, devido ao seu desenho tão característico<sup>847</sup>. Os exemplares do Mileu poderão ser de uma cronologia de fabrico mais avançada, inseridos no grupo de menores dimensões e de paredes mais espessas (Cruz, 2009, II: 217), sendo o primeiro de coloração azul esverdeada e o segundo incolor esverdeado.

#### 5.2.1.7 Cânula

As *cânulas* estão geralmente associadas aos recipientes para armazenamento e conservação de unguentos. Trata-se de pequenas varetas em vidro, produzidas entre os séculos I e II d.C., que serviam para misturar ou esmagar e macerar os unguentos, (Cruz, 2009, II: 219). No caso do exemplar do Mileu, trata-se de um fragmento de parede, com 3mm de espessura, incolor.

---

<sup>846</sup> Segundo Jorge de Alarcão *et al.* (1976: 170), os exemplares com asas delfiniformes foram produzidos desde Nero até Constantino, tendo sido identificado um exemplar com estas características numa canalização das Termas de Trajano de Conimbriga.

<sup>847</sup> O nome advém das características de alguns exemplares, que apresentam as extremidades das asas repuxadas, que de algum modo evocam certas figurações de um golfinho (Cruz, 2009, II: 217).

#### 5.2.1.8 Garrafas

Outro grupo de peças bem representado no conjunto do Mileu diz respeito aos vasos para guardar e servir bebidas, como as *garrafas*, forma na qual inserimos alguns exemplares do Mileu que apresentam como característica o bordo dobrado sobre si mesmo, formando uma dobra oblíqua, com gargalo estreito e colo horizontal, de que são exemplo os números 06.18418 ou 06.15127, com diâmetros de bordo entre os 74mm e os 50mm (respectivamente). Estes exemplares apresentam uma asa, geralmente de fita larga e grossa, com caneluras verticais, de que é exemplo o número 05.4456 do Mileu.

A aceitação destas peças pelas comunidades é confirmada pela sua presença em quase todos os sítios com ocupação alto-imperial (Cruz, 2009, II: 224) e implicou uma longa produção, que ocorreu desde o século I d.C. até ao século III, com apogeu na Época Flávia e durante todo o século II. As cores dos exemplares do Mileu vão desde o azul esverdeado ao verde azulado.

Ainda neste grupo incluímos os jarros de bocal afunilado, cuja função seria servir bebidas, onde inserimos o número 06.10688, um pequeno jarro, com bordo revirado para o exterior, no qual se observa ainda o arranque de asa. Dois outros exemplares, os números 06.1179 e 06.13198, seriam também jarros de bocal afunilado. Todos estes exemplares são de pequenas dimensões, tendo em conta o diâmetro de bordo: o primeiro com 30mm, o segundo com 44mm e o último com 24mm. Em todos os exemplares é possível observar o bocal afunilado, bordo engrossado, paredes finas, incolores, apresentando o último exemplar finas caneluras horizontais sob o bordo e no colo, uma das características desta forma. Com uma longa produção, desde o século II até inícios do século IV, é uma forma de rara difusão (Cruz, 2009, II: 225).

#### 5.2.1.9 Fragmentos com decoração

Não queremos deixar de abordar aqui a existência de alguns exemplares que apresentam decoração por gravação e abrasão, como o número 06.11280, de coloração verde translúcido. Estes exemplares são comuns em Braga, associados a uma produção de taças arqueadas paleocristãs, já do século IV d.C., destacando-se entre os elementos decorativos as espirais (Cruz, 2009, II: 235), como se pode verificar no exemplar do Mileu.

#### 5.2.1.10 Ficha de jogo

Detectámos ainda outras peças em vidro, com funções muito diferentes das que acabámos de analisar, de que é exemplo uma “ficha” de jogo. A prática de jogos era comum na Antiguidade e as fichas eram elementos comuns em qualquer sítio com ocupação em período romano, sendo conhecidos diversos materiais nos quais eram fabricadas, desde a cerâmica comum aos exemplares feitos a partir de peças fracturadas de *terra sigillata*, como os que foram documentadas no Mileu. Assim, também foi detectada no registo arqueológico deste sítio uma pequena ficha em vidro, para jogos de tabuleiro, neste caso em forma de botão cego, de cor preta, a que se atribuiu o número 08.703. Torna-se evidente que foi uma peça produzida com esta funcionalidade, ao contrário de outras improvisadas a partir de material cerâmico fragmentado.

#### 5.2.1.11 Vidro de uso Arquitectónico

No conjunto de materiais da Póvoa do Mileu identificámos ainda um elevado número de fragmentos de vidro usado na construção, em arquitectura. A sua função foi a de servir enquanto cobertura ou protecção de óculos, lucarnas, ou aberturas de qualquer natureza e eventualmente até de janelas, protegendo do frio, mas permitindo sobretudo a entrada de luz nos compartimentos em que fosse aplicado. A sua utilização encontra-se documentada nas fontes clássicas, e atestada em diversos contextos arqueológicos. O vidro de uso arquitectónico resulta de um fabrico distinto do restante material em vidro, em parte devido ao tipo de produção, tendo como características a espessura variável (com espessamento das bordas) e uma superfície inferior mate e rugosa, por oposição à superior, mais lisa. De facto, o fabrico é conhecido como *estiragem sobre molde*, ou seja, o vidro fundente era deitado num molde que no fundo teria areia (de forma a não aderir ao molde), fornecendo à superfície inferior rugosidade e irregularidade. A parte superior seria depois estirada (estendida) deixando esta acção marcas no vidro devido à acção dos equipamentos usados, como se pode verificar nas peças do Mileu, como no número 02.2121. Esta acção de estender o vidro levava a que as bordas ficassem mais espessas que o centro, apresentando extremidades em perfil arredondado (Cruz, 2009: 201).



Apesar de serem conhecidos diversos exemplares de forma circular (como os que foram detectados em Braga, Cruz, 2009a: 98), os mais conhecidos e difundidos são de forma quadrangular plana, de que são exemplo os diversos fragmentos do Mileu.

Por outro lado, Mário Cruz (2009: 155) estabelece uma relação directa entre a aplicação de vidraças e os edifícios termais. Uma vez que o vidro era um produto dispendioso e pouco abundante não seria utilizado em todos os edifícios. Assim, devido ao carácter público dos espaços termais e ao comportamento térmico do interior das termas (ambientes quentes e húmidos) é aí que vão ser encontradas maiores quantidades de vidro cuja função seria a de vedar os caixilhos das janelas e em particular as lanternas superiores ou os óculos de algumas abóbadas. Todavia, vão surgir também noutros contextos, certamente em ambientes de aculturação mais pronunciados, como parece ter sido o caso da Ínsula das Carvalheiras<sup>848</sup> (Braga) que incluiria também um edifício termal privado (2009: 155) e, como agora se mostra, também no Mileu, onde detectámos elevada quantidade de fragmentos de vidraça. Não sendo possível quantificar nem associar estes fragmentos a um *número mínimo de indivíduos* (uma vez que contabilizar os fragmentos de borda encontrados daria um número muito elevado de indivíduos, certamente muito afastado da realidade), optámos por seguir a metodologia adoptada em Braga, nomeadamente mediante a *pesagem dos fragmentos de vidraça*. Assim, verificámos que no caso do Mileu foi possível verificar a existência de 0.600kg, valor que se aproxima muito, por exemplo, do que foi recuperado na Ínsula das Carvalheiras e muito superior ao que foi recolhido nas Cavalariças<sup>849</sup> (2009: 155).

Numa primeira leitura do conjunto de vidros do Mileu ressalta a elevada percentagem de peças de pequena dimensão. Era esse o caso das peças de vidro que estavam ligadas ao transporte e conservação de unguentos, como os dois *aríbalos* encontrados, materiais por vezes associados a contextos termais. Mesmo nos casos em que foi possível recuperar a forma de alguns fundos ressaltam as pequenas dimensões

---

<sup>848</sup> Trata-se do único exemplar de arquitectura doméstica de *Bracara Augusta* de que foi possível recuperar a planta integral, descrita por Manuela Martins (2009: 199) como “[...] um protótipo da habitação urbana corrente de *Bracara Augusta* e do modo como se deveriam organizar as áreas residenciais, oferecendo características urbanísticas e arquitectónicas que vêm sendo registadas noutros locais de Braga.” Localizada perto do fórum, foi construída na época flávia e remodelada na primeira metade do século II d.C.

<sup>849</sup> As escavações arqueológicas nas antigas Cavalariças do Regimento de Braga permitiram a identificação de várias estruturas de natureza habitacional e oficial que faziam parte de três *insulae* (Morais, 2005: 75).

dos respectivos objectos originais, possivelmente pequenos boiões, de que são exemplo os números 07.90 ou 06.805.

Do conjunto ressalta ainda a escassez de representação de exemplares de algumas formas, como as garrafas, geralmente em número elevado na maioria dos sítios arqueológicos. De facto, como refere Mário Cruz (2009: 138) “[...] um contexto estratigráfico-tipo do séc. I d.C. seria constituído necessariamente por fragmentos de garrafas quadrangulares e de taças caneladas, em vidro verde azulado [...]”<sup>850</sup>.

Pela análise do conjunto do Mileu verificámos que o número de exemplares decorados não é muito elevado e, entre os decorados, geralmente a temática decorativa é muito repetitiva, resumindo-se à lapidação em alto relevo, nomeadamente com facetas lapidadas formando padrões em favo de mel, com uma produção que vai dos flávios ao primeiro terço do século II d.C. É o caso dos números 08.905, 06.18432 e 06.9104. Pelo facto de se tratar de fragmentos de parede não nos é possível definir a forma em que se integravam. Todavia, consideramos possível – tendo presente a inclinação da parede – que correspondam à forma de copo incolor com lapidação em alto relevo.

#### 5.2.1.12 - Elementos de Adorno pessoal

Através do material recolhido em escavações arqueológicas conhecemos um pouco melhor o quotidiano e os gostos da sociedade romana, elementos que poderão ser apreciados também na iconografia antiga, como nos mosaicos ou na pintura mural, como nos frescos de Pompeia, onde frequente surgem representados elementos da aristocracia romana local, sobretudo mulheres, representadas com diversos elementos de adorno, onde se destacavam os colares e as pulseiras.

Desta forma, a análise destes materiais permite-nos compreender um pouco melhor a sociedade romana e no caso particular do Mileu – inserido numa região ainda pouco conhecida – compreender o grau de aculturação dos seus habitantes. Como referem Michael Gagarin e Elaine Fantham. (2010: 120): “Women bedecked themselves in earrings, necklaces, bracelets, and rings and fastened their clothing with

---

<sup>850</sup> Todavia, não podemos deixar de realçar, uma vez mais, que os valores do Mileu se poderão alterar significativamente se forem analisados os fragmentos de parede, pois – apesar das devidas reservas – diversos fragmentos poderão corresponder a garrafas quadrangulares, tendo em conta o seu perfil.

pins or brooches, called fibulae. Men regularly wore finger rings and the same clothing ornaments as women, and occasionally they draped a pendant around their neck.”.

De facto, sabemos que sobretudo a mulher romana de estatuto mais elevado tinha uma elevada preocupação com a aparência, surgindo em público, bem vestida, penteada e maquilhada, pois o seu arranjo pessoal correspondia e decorria da sua afirmação social e política<sup>851</sup>.

Neste grupo de objectos de adorno incluímos os anéis, os colares e o alfinete de cabelo, que como o próprio nome indica, tinham como função adornar o seu proprietário e utente, pois a sua utilização poderia ter implicações de estatuto social e significado de riqueza<sup>852</sup>. De facto, como refere César Pociña López (2012: 28): “La joyería ha sido desde los inicios de la Humanidad un método de ostentación de la clase social a la que se pertenece, a través de objetos de decoración personal desprovistos generalmente de funcionalidad práctica, pero con una gran belleza estética y elaborados con materiales nobles y de gran valor.”

Assim, iniciamos a nossa apresentação com os exemplares de *contas* de colar encontrados no sítio romano do Mileu, tendo sido possível identificar diversos exemplares, produzidos em pasta de vidro, em distintas colorações<sup>853</sup>. De facto, sabemos que “La pasta vítrea era muy utilizada, sobre todo para elaborar cuentas de collar. Estas solían tener formas cilíndricas, aunque eran muy habituales las cuentas gallonadas, haciendo estrías. Muchas veces se recurría a la pasta vítrea como recurso para imitar las gemas. Las joyas de las clases sociales bajas frecuentemente eran cuentas de pasta vítrea unidas por hilos de tejido o cuero.” (Pociña López, 2012: 29).

Sabemos ainda que os colares usados na Antiguidade poderiam apresentar apenas uma variedade de contas de colar ou a apresentação de distintas contas, com dimensões e cores diferentes, podendo incluir outro tipo de materiais como medalhões

---

<sup>851</sup> “Además de teñirse el pelo, las matronas romanas gustaban de adornar su peinado con complementos como diademas y joyas, redecillas de hilo de oro, tiaras, cintas, peinetas, alfileres, etc. Entre los objetos de tocador podemos encontrar peines, espejos, rizadoros y horquillas, que podían ser de madera, hueso, marfil, carey y metales como bronce, plata o incluso oro, pues muchas veces estos objetos de tocador, más que ser simples útiles de uso cotidiano, mostraban la riqueza de una determinada señora o familia.” Ruiz López; Ramírez Ruiz (2012: 26).

<sup>852</sup> “Las joyas más empleadas por la mujer romana eran los collares, pendientes, anillos y pulseras. También se usaban diademas, redecillas de oro para el cabello, fíbulas de vestimenta, y otras piezas más exclusivas como finas cadenas cruzadas en X sobre el torso con la función de resaltar los senos.” (Pociña López, 2012: 30).

<sup>853</sup> Como vimos, este assunto foi apresentado e desenvolvido no subcapítulo dos materiais em vidro da presente dissertação, pois integram o estudo do conjunto dos materiais em vidro recolhidos no Mileu.

ou moedas (Pociña López, 2012: 30), aplicados num fio, que poderia ter uma ou várias voltas.

A maioria dos exemplares do Mileu são *contas de forma cilíndrica*, de pequena dimensão e coloração azul-escuro.

Como referimos, para além do vestuário, a mulher romana tinha também elevada preocupação com o cabelo, sendo um dos exemplos mais comuns as representações femininas nas moedas romanas, onde as imperatrizes são representadas com penteados elaborados<sup>854</sup>, ou a representação na estatuária tumular, por exemplo de Mérida. Esta importância dos penteados na sociedade romana é testemunhada nos sítios arqueológicos de várias formas, destacando-se sobretudo na recolha de *alfinetes de cabelo*<sup>855</sup>, denominados nas fontes como *acus comatoria* ou *crinalis* (Silva, 1999), produzidos em distintos materiais e com as mais diversas formas.

Essa preocupação encontra-se testemunhada no Mileu pela peça número MIL 02 1513, um alfinete de cabelo, em bronze, com 79mm de comprimento e 3mm de espessura, com cabeça espalmada, com pequeno espessamento rectangular ao centro decorado por finas ranhuras. Este alfinete apresenta a extremidade do pé com secção rectangular pontiaguda.

Todavia, também os alfinetes detectados no Mileu poderiam ter funções enquanto alfinete de cabelo, pois tratar-se-ia de peças em *ouro*, apropriadas para uma utilização no penteado de um mulher romana do Mileu.

Sabemos ainda que os alfinetes de cabelo poderiam ser fabricados em distintos materiais, desde os de *osso* (muito comum por exemplo no Noroeste Peninsular<sup>856</sup>), mas também em *bronze*, *ferro* e em *materiais mais nobres*, em *marfim*, *prata*, ou como acabámos ver, com os exemplares do Mileu, em *ouro*.

Este elemento é de grande importância histórica, pois, como é visível na representação de imagens femininas ao longo dos tempos, os penteados foram-se alterando e o estudo destes materiais poderá constituir também um elemento cronológico, pois como refere Maria Antónia Silva (1999), estes adereços são de

---

<sup>854</sup> Como referem Ildefonso David Ruiz López y Carmen Ramírez Ruiz (2012: 22): “De hecho, sabemos que los peinados de las emperatrices que aparecen en las monedas – áureos, denarios o monedas en bronce – se difundían por la sociedad y eran modelo para las mujeres.”

<sup>855</sup> “Estes alfinetes de cabelo (*acus comatoria* ou *crinalis*) serviam para segurar os longos cabelos, normalmente presos na nuca, (...) ou auxiliarem as *ornatrix* na elaboração de complicados penteados que, segundo Pierre Grimal, na época dos Flávios chegavam “[...] a formar um verdadeiro diadema, subindo sobre a cabeça e completando um trabalho bastante complexo de caracóis justapostos”, Silva, 1999.

<sup>856</sup> Confira-se Maria Antónia Silva, 1999.

extrema importância para a interpretação arqueológica porque a sua variedade morfológica, é indicadora da moda e dos progressos técnicos.

Um segundo grupo de objectos de adorno recolhidos no Mileu prende-se com os *alfinetes*, que teriam distintas utilizações. As mais comuns e conhecidas seriam as *fibulae*, que serviam para prender o vestuário. A fíbula é definida como um objecto metálico com a função de prender o vestuário, encontrando-se as suas características relacionadas não só com a indumentária, mas também com a posição económica do proprietário, tornando-se rapidamente num objecto de adorno, decorado com as mais diversas técnicas.

As fíbulas de período romano encontradas no Mileu inserem-se na tipologia de *fíbula em ómega*, com arco semicircular e secção circular, permitindo que a agulha circule em toda a volta. A forma em ómega é conseguida quando as extremidades são dobradas para o exterior, apresentando remate em botão. Surge em diversos locais do Império, mas com maior incidência na Grã-Bretanha, na Escandinávia e na Península Ibérica, tornando-se comum já em meados do século II a.C., como os exemplares datados de Numância, atingindo o Baixo Império. Assim, neste grupo detectámos 4 exemplares, todos eles em bronze, de entre os quais, em relação às restantes, destacamos o número MIL 06 18510 pelas suas elevadas dimensões, uma vez que possui 39mm. Como já referimos, nas escavações dos anos 50 do Século XX, foi identificado um outro exemplar muito semelhante, até pelas dimensões. Trata-se de uma Fíbula anular, produzida entre o Século I a.C. até ao Século IV d.C., com arco de secção circular, aberto, em forma de ómega, com fusilhão afiado e com as extremidades decoradas com rebites cilíndricos virados para o exterior e revirados.

Já o número 06 18511 corresponde a uma fíbula anular, com arco de secção circular, aberto, em forma de ómega, com fusilhão afiado e com as extremidades decoradas com dois sulcos anulares. Com 25mm de diâmetro, esta variante foi produzida no Século I a.C. e no Século II d.C.

Todavia, o anel e as pedras de anel constituem, até agora, os elementos de adorno mais nobres e chamativos no conjunto de materiais do Mileu, pela sua beleza, pela técnica aplicada e pelas dimensões, constituindo um dos melhores exemplos da

aculturação da população que residia no Mileu<sup>857</sup>, sendo certo que estas peças poderiam ser usadas por homens ou mulheres.

Assim, iniciamos pelo número MIL 01 715, um anel em ouro em Liga de Cobre, banhado a ouro, com aro maciço de secção circular, espessando na parte superior, onde se apresenta um alvéolo quadrangular para incrustação da pedra. Apresenta de comprimento de 23mm, por 20mm de largura.

Identificámos ainda seis pedras de anel, quatro das quais apresentam gravação, todas elas identificadas na mesma unidade estratigráfica, nas proximidades do conjunto termal.

Iniciamos com a descrição de uma representação de imagem masculina metade humana e metade animal (fig. 130), pois corresponde uma divindade com chifres (pouco perceptíveis), pernas de pés de cabra e cauda curta. Identificamos esta representação com *Faunus*, identificado na mitologia grega como *Pan*<sup>858</sup>, divindade que “[...] was depicted as a man with the horns, legs and tail of a goat, and with thick beard, snub nose and pointed ears. He was often appears in the retinue of Dionysos alongside the other rustic gods”<sup>859</sup>.

A observação de uma outra (fig. 131) permite-nos afirmar que constitui também uma representação de uma divindade romana, pois parece corresponder a uma mulher ajoelhada, sobreposta a um elemento aquático. De facto, embora com muitas reservas, pensamos que poderá corresponder à representação da *Brisa do Mar* (Aura), semelhante a um friso inicialmente localizado no Campo de Marte, em Roma, dedicado a *Tellus* ou *Gaia*.

---

<sup>857</sup> “Los metales podían usarse solos, pero muy habitualmente eran complementados con el uso de gemas, piedras preciosas, vidrio y pasta vítrea, o materiales de procedencia animal y vegetal como ámbar, perlas, concha, marfil, o hueso. Algunas gemas empleadas eran la cornalina, amatista, jaspes, derivados del cuarzo, lápis lázuli y berilos o esmeralda. No se utilizaba normalmente el diamante, como en nuestros días. (Pociña López, 2012: 29).

<sup>858</sup> “PAN was the god of shepherds and flocks, of mountain wilds, hunting and rustic music. He wandered the hills and mountains of Arkadia playing his pan-pipes and chasing Nymphs. His unseen presence aroused feelings of panic in men passing through the remote, lonely places of the wilds.

The god was a lover of nymphs, who commonly fled from his advances. Syrinx ran and was transformed into a clump of reeds, out of which the god crafted his famous pan-pipes. Pitys escaped and was turned into a mountain fir, the god's sacred tree. Ekho spurned his advances and fading away left behind only her voice to repeat forever the mountain cries of the god.” (<http://www.theoi.com/Georgikos/Pan.html> accedido a 08 de Junho de 2012)

<sup>859</sup> <http://www.theoi.com/Georgikos/Pan.html> accedido a 08 de Junho de 2012.

Identificámos ainda outras duas pedras de anel com gravação. A primeira, o número 06 18520, corresponde a uma pedra de anel oval, de coloração alaranjada, com representação de cena de caça, com figura humana e cão. Possui de comprimento 11mm e 9mm de largura.

Já o número 06 18519 corresponde a uma pedra de anel, oval de cor verde com representação de duas águias, com as cabeças viradas para o centro, segurando com o bico um ramo, apresentando 10mm de comprimento e 8mm de largura.

Possuímos ainda outros elementos que poderão testemunhar o elevado grau de aculturação da população romana do Mileu, de que são exemplo as peças vocacionadas para o *otium*. Estão neste caso as peças ligadas à prática do jogo, como o *dado de jogar* (número 06 18517), apresentando 11mm de comprimento e 8mm de largura e feito a partir de osso, com forma de paralelepípedo gravado em todas as suas seis faces, com círculos incisos de 1 a 6, todos com um ponto no centro.

Através das fontes escritas e iconográficas, sabemos que os dados, denominados *tesserae*, era um jogo muito popular entre os romanos, que faziam apostas com dinheiro. Assim, encontrámos ainda outras peças de jogo, como um exemplar produzido em vidro (anteriormente descrito).

Mas, a maioria dos exemplares que possuímos no Mileu eram produzidos a partir de cerâmica fragmentada. Tratava-se de peças do dia-a-dia, cuja fractura levava a uma utilização posterior como malha de jogo, numa prática que chegou quase aos nossos dias, nomeadamente no âmbito dos jogos tradicionais infantis. Disso são exemplo diversas peças detectadas no Mileu, uma das quais feita a partir de *terra sigillata*, ou as mais comuns, feitas a partir de cerâmica comum.

## 6. AS VIAS DE COMUNICAÇÃO E O COMÉRCIO NA ANTIGUIDADE

Com a chegada das legiões romanas ao território do Planalto Guarda-Sabugal a construção de comunicações terrestres que permitissem a movimentação das tropas, facilitando a conquista, foi uma das prioridades do Império, implicando a construção de uma ampla rede de estradas<sup>860</sup>. Eram verdadeiras obras de engenharia, vencendo todas as adversidades impostas pela natureza, sendo um dos melhores exemplos a Via Domitiana, um dos ramais da Via Ápia, que passava por pântanos, rios de fortes correntes, bosques e os pontos mais altos de uma cadeia montanhosa, desde Cumas até *Puteoli* (Pozzuoli) e Nápoles (Grant, 1967: 45)<sup>861</sup>.

Tal como em tantas outras áreas e domínios do Império Romano, Augusto foi o grande impulsionador da construção de calçadas por todo o Império, acção seguida por Tibério<sup>862</sup> e Cláudio, mas também pelos imperadores da dinastia Flávia e da dinastia Constantiniana, de que são exemplo os miliários encontrados no percurso da Serra da Estrela da via *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta* (Alvarez Martinez; Nogales Baserrate, 2004: 271 e ss.).

Sobretudo graças às acções de Augusto e Trajano a Hispânia foi dotada de uma complexa rede de vias, percorridas não só por pessoas, mas também por programas e ideias, facilitando a romanização e aculturação das sociedades locais. Eram autênticos *corredores de romanização*, por onde circulavam pessoas e mercadorias, mas também ideias e modos de vida (Alvarez Martinez; Nogales Baserrate, 2004: 276).

Como iremos ver, a construção destas calçadas levou ao desenvolvimento de muitas regiões, desde logo a *Britannia*, mas também das províncias da Península

---

<sup>860</sup> Este fenómeno não foi só ibérico, mas ocorreu por todas as províncias do Império e, como exemplo, Michael Grant (1967: 45) salienta que só “[...]na província da Bretanha foram construídas 6500 milhas de estradas em cem anos, após as primeiras conquistas do ano 43 d.C., e destas, não menos que umas 6000 milhas foram completadas durante as primeiras quatro décadas deste período[...]”.

<sup>861</sup> Michael Grant faz notar que “[...]por sólidas e bem construídas estradas [...], feitas inicialmente para movimentos de tropas, César percorreu 800 milhas em oito dias, Galba, em Espanha, a 332 milhas de Roma, recebeu a notícia da morte de Nero em 36 horas. Sobre a “assombrosa e ampla rede de excelentes estradas que se estendiam por toda a Itália e a todas as províncias do Império” ver Michael Grant, 1967: 45.

<sup>862</sup> Este imperador demonstrou uma elevada preocupação com a construção e sobretudo a recuperação de calçadas, de que são testemunho os diversos miliários que lhe são dedicados em diversas províncias do Império (Blázquez Martínez, 2007: 82).



Ibérica<sup>863</sup>, como a *Baetica* e a *Lusitania*, da qual o Planalto Guarda-Sabugal seria um bom exemplo.

De facto, após o período de conquista das diversas regiões da Península Ibérica, a principal preocupação do Estado era a movimentação de produtos para o abastecimento Roma e das legiões<sup>864</sup> estacionadas nas fronteiras. Como refere Paul Reynolds (1995: 123) “[...]using the income (in kind and cash) from taxes and rents, the Roman state had limited goals in terms of economic policy. It was principally concerned with providing food supplies and pay for the Army and the civil service (e.g. provincial governors and their staff; the state bureaucracy) and for guaranteeing the supply of cheap and, to a privileged group, free foodstuffs to the population of Rome.”

Todavia, como por todo o Império, também nas províncias ibéricas rapidamente estas vias se tornaram veículos de desenvolvimento económico destas regiões, permitindo-lhes integrar as vastas redes de comércio que cruzavam o Império, activamente participando no complexo sistema comercial tão característico do Império Romano.

No contexto do interior da Lusitânia, e após a pacificação do território, ter-se-á verificado uma necessidade emergente não só na manutenção das infra-estruturas viárias existentes, mas também na construção de outras, cujo objectivo se encontrava directamente relacionado com a recolha da *annona* e o transporte dos produtos daí resultantes para os centros urbanos. Este complexo sistema viário, para lá de permitir o desenvolvimento das actividades mercantil e artesanal, proporcionava também o desenvolvimento de muitas outras, como o *cursus publicus*<sup>865</sup>.

Assim, “[...]the Roman empire became a vast common market with no internal barriers to trade[...]

 (Peacock; Williams, 1986: 54). Roma converte-se no centro deste vasto Império, possuindo à sua disposição uma elevada variedade de produtos e

---

<sup>863</sup> Como refere Victor Chapot (1927: 187-188), “Le réseau routier fut activement poussé dès l’origine; Mommsen l’a justement remarqué, l’Espagne est la seule province d’Occident où l’ont ait retrouvés des bornes milliaires remontant à la fin de la République (...). De Carthagène, Auguste conduisit une route sur Cadix, par Cordoue et Séville; ces deux dernières cités, ainsi que Saragosse et Merida, étaient bien plus de carrefours; il partait jusqu’à huit grands chemins du chef-lieu de la Lusitanie. Cette province avait aussi sa ligne côtière, interrompue seulement sur la rive cantabrique, où suffisaient les relations par l’eau”.

<sup>864</sup> Como refere Pedro Funari (2008: 277-279) o volume “[...]de la production et du commerce de l’huile de olive espagnole était stimulé et organisé par un système de redistribution contrôlé politiquement.”, permitindo o abastecimento das legiões não só de determinados produtos típicos da cultura romana, como o azeite, mas também de outros, elementares à sua subsistência, provenientes dos território envolventes ao acampamento.

<sup>865</sup> O *cursus publicus*, o serviço regular do correio, foi instituído por Augusto, tendo como apoio as *mutationes* e as *mansiones*, utilizando correios a cavalo (*speculatores*) ou carros para o transporte de mercadorias (Benévolo, 2007: 188).

matérias-primas, importando, quando se justificava, outros mesmo fora dos limites do Império através das vias terrestres e marítimas estabelecidas, destacando-se – segundo as fontes escritas – o âmbar do Báltico, a pimenta e as jóias da Índia ou as sedas da China (Grant, 1967: 83).

De facto, embora inicialmente com uma preocupação preponderantemente militar<sup>866</sup>, certamente após a pacificação do interior da Hispânia as vias terrestres rapidamente ganharam uma elevada relevância sobretudo ao nível do funcionamento administrativo romano, mas beneficiaram também a actividade mercantil, permitindo a difusão de diversos produtos. Era através destas calçadas que as mercadorias e os produtos chegavam aos confins do Império, originando profundas reformas e com elevadas repercussões não só ao nível económico, mas também social, cultural e religioso<sup>867</sup> (Pastor Muñoz, 2004: 197).

Situação semelhante ter-se-á verificado num contexto próximo da área por nós analisada, nas regiões por onde passaria a Via da Prata (ligação entre Cádiz e Gijón). Numa primeira fase seria importante enquanto via militar, utilizada na conquista do interior da Hispânia (nas incursões contra Tartessos e os povos da Meseta Ibérica), e – após a pacificação destes territórios – passou a ter elevada relevância na circulação de bens e pessoas, sobretudo durante o período do Alto Império. Enquanto via de penetração no interior da Lusitânia, desempenhou um relevante papel, sobretudo na comercialização de certos produtos de proveniência bética, como o azeite, o vinho ou a cerâmica, mas também de elementos mais luxuosos, como o mármore, utilizado quer na arquitectura, quer nas esculturas e muitos outros produtos encomendados pelas elites locais (Pastor Muñoz, 2004: 205)<sup>868</sup>. De facto, quando analisados os materiais arqueológicos encontrados em capitais de *ciuitates* ao longo desta via facilmente nos apercebemos dos produtos em circulação entre regiões. Disso é exemplo o *garum*, o pescado salgado e os preparados de peixe (produzidos nas regiões litorais da Bética e da Lusitânia) transportados por comerciantes, denominados nas fontes como *mercatores*,

---

<sup>866</sup> Veja-se o caso da via de ligação entre Córdova e Mérida, construída no período das guerras celtibéricas e lusitanas, que – após o fim da fase de conquista – se transformou numa via comercial, permitindo o escoamento da produção mineira, visto se tratar de uma área rica em minerais, a Serra Morena (Pastor Muñoz, 2004: 199).

<sup>867</sup> Como já tivemos oportunidade de mencionar quando abordámos a temática da religião no Planalto Guarda-Sabugal.

<sup>868</sup> O comércio ao longo da Via da Prata parece estar relacionado com o escoamento de azeite bético, transportado em odres. O comércio nesta via parece ter sido mais intenso a partir do segundo terço do século I d.C., de que são testemunho os dados de León e Astorga, onde as lucernas béticas, derivadas de Dr. 3 estão presentes, pelo menos até ao fim da primeira metade do século II d.C. (Quaresma, 2010-11: 94).

*negotiatores* e *circitores*, e adquiridos no interior da Lusitânia, como o atestam os exemplares de ânforas Dr. 14 de Castro Marim encontrados em Mérida (Pastor Muñoz, 2004: 214).

Por todo o Império deveriam existir três tipos de vias terrestres. As mais importantes e que apresentavam uma melhor construção, as vias principais, tinham como função efectuar a ligação viária entre capitais de *ciuitates*. Neste grupo inseria-se a via *Emerita Augusta*<sup>869</sup> a *Bracara Augusta*, uma via de ligação entre a capital de Província da Lusitânia e a capital do *conventus* Bracarense, da Província Tarraconense, dois locais centrais, pontos relevantes na estrutura administrativa da Península Ibérica (Mantas, 2004: 435). Estas vias eram caracterizadas por possuírem mais de quatro metros de largura, permitindo a passagem de carros. Teriam as distâncias marcadas por miliários e o pavimento seria lajeado nas áreas de montanha ou nas zonas pantanosas, através da construção de quatro camadas: a primeira, depois de aberto um fosso, correspondia ao seu preenchimento com pedras (*statumen*); seguida por uma outra de argamassa compactada (*rudus*); uma terceira de pedras, telha e argamassa; e por fim a *summa crusta*, pavimentação efectuada com grandes lajes de granito, com mais de um metro de comprimento e 0,60 / 0,70m de largura, sendo o espaço entre as lajes preenchido com areão compactado (Ramón Mélida, 1952: 331).

As vias secundárias tinham como função a ligação entre povoações que possuíam elevada importância no seio de um determinado território. Geralmente eram construídas recorrendo a terra batida ou uma simples camada de argamassa.

As vias vicinais seriam mais precárias, geralmente com tradição nos antigos caminhos da Proto-História, com 2m a 2,5m de largura, extremamente difíceis de identificar no terreno.

A imponência destas estradas, sobretudo as vias principais, levou a que desde longa data tenham sido efectuados diversos estudos sobre os seus itinerários e a importância do transporte terrestre na Península Ibérica, com destaque para as regiões mais interiores do território.

---

<sup>869</sup> Para além das muitas calçadas que passavam por Mérida, nove delas foram mencionadas nos itinerários oficiais, comprovando o seu cosmopolitismo e centralidade enquanto grande mercado no seio do comércio da Península Ibérica (Alvarez Martinez; Nogales Baserrate, 2004: 262). De facto, Mérida foi o maior centro urbano da Província, com uma economia capaz de satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, com destaque para os agentes da administração romana, que possuíam um elevado poder económico (Edmondson, 2004: 356).

Através das fontes antigas, sabemos que o transporte pelas vias terrestres era efectuado de duas formas: no lombo de animais de carga (mulas e burros de preferência, embora também o cavalo tenha sido utilizado) e de carro.

Um estudo pioneiro efectuado por Carreras Monfort (1994: 15), tendo por base as informações das fontes clássicas, salienta a relação entre a análise de tempos e distâncias no transporte terrestre, destacando a frequente utilização dos animais de carga, pois estes permitiam uma deslocação de 50 milhas por dia, em terreno plano e com uma carga ligeira, o que resultaria em 3,34km por hora<sup>870</sup>.

Mas, no transporte terrestre também eram utilizados os carros<sup>871</sup>, como a *birota* (carro de duas rodas) ou *raeda*, utilizada sobretudo em cargas pesadas, puxada por uma junta de bois. Apesar de atingirem uma velocidade inferior à dos animais de carga, nomeadamente 25 a 30 milhas por dia, em terreno plano (ou seja 1,14 milhas por hora / 1,6km por hora<sup>872</sup>), e apenas 0,25 milhas / 0,4km por hora em regiões montanhosas, teriam a vantagem de transportar um volume de carga superior, tornando-se o veículo de transporte terrestre favorito.

Apesar de ser sabido que o transporte costeiro era o mais rápido, o estudo de Carreras Monfort veio demonstrar que, em termos de tempo de percurso, o transporte com animais de carga atingia também elevada velocidade, comparada com os demais meios de transporte. De facto, os mais lentos seriam os barcos em percurso fluvial ascendente, seguido pelos carros. A análise do autor concluiu ainda que mesmo em percursos adversos, como as zonas montanhosas, os animais de carga conseguiam atingir uma certa velocidade e em terrenos planos conseguiam atingir velocidades quase equiparáveis aos barcos costeiros<sup>873</sup>.

As maiores diferenças entre os diferentes meios de transporte utilizados estavam sobretudo relacionadas com o volume de mercadoria transportada, pois no caso dos animais de carga, embora atingissem uma certa velocidade, apenas poderiam carregar uma média de 90kg, enquanto um carro poderia atingir os 482,75kg, razão pela qual este seria o transporte terrestre favorito. Por outro lado, barcos – como a *caudicaria* –

---

<sup>870</sup> Os mesmos estudos indicam que em territórios montanhosos, e como seria de esperar, a distância percorrida seria inferior, aproximadamente 2,65km por hora.

<sup>871</sup> As fontes epigráficas, como as placas de Vindolanda (na *Britannia*), referem diversos veículos terrestres, como o *covinnus*, o *carrum*, o *carrulum* e a *raeda* (Pearce, 2007).

<sup>872</sup> Uma vez mais, segundo o mesmo estudo efectuado por César Carreras Monfort, 1994: 15.

<sup>873</sup> Estes atingem 3,7km por hora, enquanto os primeiros, em terrenos planos conseguiam atingir cerca de 3,34km por hora (Carreras Munfort, 1994: 25).

poderiam transportar em média 60 a 70 toneladas<sup>874</sup>, enquanto os barcos costeiros poderiam atingir as 92 toneladas.

Com os dados apresentados torna-se assim evidente que o comércio terrestre não poderia atingir os mesmos valores de lucro do transporte marítimo e mesmo em determinados casos (de que exemplo o comércio de azeite), mediante estes valores, dificilmente a sua comercialização seria rentável quando tivessem de ser percorridas elevadas distâncias. De facto, o transporte terrestre com o uso de carro custava em média, por cada milha, onze vezes mais que o transporte fluvial (Mantas, 2004: 439) e estudos recentes demonstraram que 1km de via terrestre correspondia a 47km de transporte de mercadorias por via fluvial (Curchin, 2004: 460), certamente em percurso descendente.

Todavia, a deslocação de produtos para sítios afastados de vias fluviais foi uma realidade e teria um certo peso na economia local, mesmo no interior da Lusitânia. Só assim se percebe a presença de ânforas em determinadas regiões do interior, quer servidas por via fluvial, quer somente por vias terrestres. Um dos melhores exemplos, amplamente registado nas fontes epigráficas, diz respeito à presença de ânforas no *limes* da *Britannia*, onde ao serviço da *annona*, com a necessidade de fazer chegar azeite às legiões aí instaladas, transportado em ânforas, os comerciantes deslocavam estes produtos por via marítima até determinados centros estratégicos e daí até aos acampamentos o transporte era efectuado através das vias terrestres, como o comprovam as tabuinhas de Vindolanda<sup>875</sup> (Carreras Munfort, Funari, 2001: 8). Situação semelhante teria ocorrido mesmo na Lusitânia, como em Conímbriga, onde os

---

<sup>874</sup> Dados semelhantes foram obtidos com a escavação subaquática de navios naufragados, que poderiam atingir cerca de 52 toneladas (Carreras Monfort, 1994: 26).

<sup>875</sup> O acampamento de Vindolanda ficava localizado num vale a duas milhas de distância da muralha de Adriano. Após a deslocação das legiões para a fronteira do Danúbio, em 105 d.C., o acampamento foi abandonado e as tabuinhas deitadas fora. Embora correspondentes a documentos relacionados com o dia-a-dia do acampamento, como o número de homens no acampamento, os oficiais e a sua alimentação, ou notas e contas, constituem uma das melhores fontes clássicas do estudo dos acampamentos romanos.

“The Vindolanda ink tablets excavated in the 1970s and 1980s have been published in two volumes by Alan Bowman and David Thomas. The first volume, *Vindolanda: the Latin writing tablets* (1983, Society for the Promotion of Roman Studies), published the tablets excavated in the 1970s (numbers 1 to 117). In 1994 the second, *The Vindolanda Writing Tablets (Tabulae Vindolandenses II, abbreviated to Tab. Vindol. II)* (British Museum Press) published the tablets excavated in the 1980s (numbers 118- 573). The tablets (nos. 574-850) from excavations of the 1990s will be published by the British Museum Press in 2003 (*Tab. Vindol. III*)” (Alan Bowman and David Thomas, *Vindolanda: the Latin writing tablets* London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1983, pp. 19-24 in <http://vindolanda.csad.ox.ac.uk/tablets/TVI-1-1.shtml>).

produtos chegavam por via fluvial até *Aeminium*, local onde passava a via *Olisipo* a *Bracara Augusta*<sup>876</sup>, sendo então transbordados e daí redistribuídos por via terrestre.

Mesmo em sítios afastados de vias fluviais, no contexto do interior da Península Ibérica, as ânforas de azeite também se encontram presentes no registo arqueológico, como será o caso de *Asturica Augusta* (Astorga), onde as dificuldades de transporte terrestre e a inexistência de vias fluviais não impediram estes centros urbanos de serem abastecidos de azeite e preparados de peixe da Bética, como o comprovam os achados de ânforas tipo Dr. 7-11, Dr. 10 e Dr. 2-4 orientais, identificados entre os 613 fragmentos de ânforas (Carreras Monfort, 2006: 215). Certamente a presença destes materiais em *Asturica Augusta* não poderá ser dissociada do seu papel enquanto centro militar, surgindo estes materiais ao serviço da *annona*<sup>877</sup>.

O número de capitais de *ciuitates* do interior da Hispânia onde têm sido detectados pela investigação arqueológica vestígios anfóricos é relevante, facto relacionado com o papel de determinadas vias, como a Via da Prata, eixo de penetração destes produtos no interior, detectando-se fragmentos de Dr. 20, Dr. 25 e Dr. 26 em cidades como *Emerita Augusta*, *Metellinum*, *Capara*, *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo ?) e muitas outras localizadas nas proximidades desta via (Pastor Muñoz, 2004: 208). A mesma situação terá ocorrido em *Salmantica* (Salamanca), a cidade mais importante do Norte da Lusitânia, implantada nas proximidades da Via da Prata, cuja relevância no seio do Império estaria relacionada com a riqueza metalífera e ganadeira do seu território (Mantas, 2004: 452). Como materiais de retorno teríamos sobretudo *terra sigillata* (Ariño Gil; Rodriguez Hernández, 1997).

Certamente a presença de produtos como o azeite e sobretudo a *terra sigillata* no Mileu, cuja deslocação através das rotas terrestres encarecia a sua aquisição, estará também relacionada com o papel da capital de província, *Emerita Augusta*, pois – como já anteriormente defendemos (Pereira, 2006) – esta teve um papel preponderante na

---

<sup>876</sup> Sobre o percurso desta via e o seu cruzamento com o Mondego veja-se Vasco Mantas, 2004: 440. Localizada na faixa atlântica da Lusitânia, entre o mar e a serra, Conímbriga rapidamente se transformou num dos centros viários mais importantes da via *Olisipo* a *Bracara*, centro produtor e difusor de produtos cerâmicos (Correia *et al.*, 2004: 314).

<sup>877</sup> Pelo menos até inícios do século I d.C., altura em que sofreu profundas reformas com a sua conversão em estabelecimento civil. Situação idêntica terá ocorrido em Ost Mauer (Xanter), a *Colonia Ulpia Trajana Xanten*, que numa primeira fase de ocupação apresenta um elevado número de ânforas, sobretudo Dr. 7-11, Haltern 70 e Dr. 20, num total de 2386 fragmentos (Carreras Monfort, 2006: 216).

dispersão e divulgação dos produtos de *Tritium Magallum*, percorrendo amplas distâncias pelas vias terrestres<sup>878</sup>.

Por outro lado, a presença de ânforas da Bética, mesmo que em número residual, em locais onde a produção de azeite se encontra comprovada, como seria o vale do Zêzere<sup>879</sup>, apenas poderá significar que para lá de corresponder a um bem de prestígio, considerado necessário para demonstrar um certo estatuto sócio-económico perante os outros da comunidade<sup>880</sup>, poderá também significar que deveria ser apreciado como um gosto diferente (Pons Pujol, 2006: 69). Não podemos deixar de mencionar que o azeite seria considerado um produto de ostentação, símbolo de poder de compra, com as mais diversas aplicações na sociedade romana, desde a medicina aos hábitos higiénicos e culturais, mas também essencial na iluminação (Funari, 2008: 299), de que são exemplo as lucernas encontradas no Mileu. Os fragmentos de ânforas encontrados em *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo ?), onde a produção de azeite se encontra comprovada – através da epigrafia - pela presença de famílias provenientes de *Itálica*<sup>881</sup> (Pastor Muñoz, 2004: 210), testemunham a comercialização de azeite.

Todavia, em contextos populacionais distintos, de que o Mileu será um dos melhores exemplos, e como vimos no capítulo anterior, apesar dos elementos anfóricos se encontrarem no registo arqueológico, a sua presença é apenas residual.

A escassez de vestígios anfóricos em determinadas regiões e sobretudo após a transformação dos acampamentos militares em colónias civis poderá ser explicada pela utilização de outros contentores no transporte de azeite e de preparados de peixe nas rotas terrestres, que não as ânforas e que não deixaram vestígios no registo arqueológico. Um dos melhores exemplos na Península Ibérica é o complexo produtor de azeite de Aurgi (Jaén), cuja escavação – como já referimos – permitiu identificar um lagar de azeite, cujos excedentes seriam comercializados a partir das vias terrestres.

---

<sup>878</sup> Por oposição à produção de *terra sigillata* de Andújar, cuja comercialização foi apoiada essencialmente na navegação por cabotagem, com fraca presença em zonas do norte da Lusitânia.

<sup>879</sup> Como já tivemos oportunidade de referir, no sítio de Terlamonte, cf. Silva; Carvalho, 2004.

<sup>880</sup> As famílias mais abastadas exibiam e ostentavam certos elementos de destaque, como o consumo de produtos refinados, entre os quais o azeite e os preparados de peixe seriam o melhor exemplo (Chic García, 2005). Contudo, outros autores, defendem que apesar de ser considerado um bem de prestígio, desejo de algumas elites urbanas em consumirem um azeite com um gosto diferente, o facto de se tratar de um produto massivamente exportado e tendo em conta a rusticidade dos seus contentores é possível que a sua qualidade não fosse a melhor (Pons Pujol, 2006: 70). Neste sentido, mais do que a qualidade do produto, as elites locais estariam interessadas na ostentação de um produto transportado de outras províncias do Império, claramente um sinal de estatuto e poderio económico.

<sup>881</sup> Relacionadas com a produção de azeite, com possíveis ligações a *diffusores olearii*, intermediários entre os produtores de azeite da região e comerciantes que deslocavam estes produtos para Roma, através da Bética (Pastor Muñoz, 2004: 210).

Todavia, nesta região não foram – até ao momento – identificados vestígios de centros produtores de ânforas, o que parece testemunhar que no sistema terrestre o azeite deveria ser transportado em odres, contentores mais apropriados para o transporte de carro (Serrano Peña, 2004: 174).

A mesma situação ter-se-á verificado com a comercialização dos excedentes de vinho e outros produtos, que deveriam ser transportados noutros contentores, como as barricas ou os *dolia*, possivelmente produzidos nas proximidades das explorações agrícolas, como descreve Varro, na sua obra *De Res Rusticae, I, 22.1* (Peacock, 1991: 39). De facto, os *dolia* seriam os contentores preferidos no transporte terrestre, de que poderão ser exemplo aqueles que encontramos no Mileu, explicando desta forma a escassez de ânforas na maioria dos sítios da Beira Interior, por oposição e como tivemos oportunidade de confirmar no estudo dos exemplares de talhas do Mileu, onde identificámos exemplares de pequenas dimensões, o que poderá sugerir que não foram produzidos especificamente para o armazenamento e que podem ter tido funções sobretudo no transporte terrestre<sup>882</sup>.

Por outro lado, o facto do comércio marítimo ser dominado pelos produtos da Bética, certamente os produtores de preparados de peixe da Lusitânia terão visto no interior deste território um mercado a explorar e como defendem Robert Étienne e Françoise Mayet (1994: 216) o surgimento de ânforas que transportavam estes produtos em S. Cucufate poderá indiciar as potencialidades de um mercado desta natureza, apesar das dificuldades de percorrer as vias terrestres. Não obstante, os mesmos mercados do interior da Lusitânia foram também abastecidos pelos comerciantes ao serviço da distribuição do azeite bético (Reynolds, 1995: 17), como o comprovam os fragmentos de ânforas na região que agora analisamos e regiões limítrofes, talvez através de Mérida, como terá sucedido com os exemplares de *terra sigillata* hispânica.

Percorrendo vastas áreas nas vias terrestres do interior da Lusitânia, questionamo-nos sobre a forma como ocorreria esse transporte. A resposta a essa questão provem, uma vez mais, das fontes antigas, sobretudo epigráficas, mas também do resultado de diversas escavações arqueológicas realizadas nas últimas décadas neste território. Desta forma, sabemos que ao longo das vias terrestres existiam estruturas

---

<sup>882</sup> Mesmo no transporte marítimo existe a referência nas fontes que os *dolia* eram utilizados para o transporte de vinho, que depois seria mudado para ânforas quando chegavam a um porto de destino (Chic García, 2004: 50).



arquitectónicas de apoio a viajantes, as *mansiones* e as *mutationes*. Assim, estes edifícios seriam instalações oficiais associadas às principais vias do Império Romano, sobretudo com uma função de apoio ao *cursus publicus*, quer fosse na muda de cavalos ou bois, quer no transporte de pessoas, correio e mercadorias pertença do Estado, mas também no transporte de carácter comercial<sup>883</sup>, ou mesmo de simples deslocações.

Dispersas ao longo das vias mais relevantes, em distâncias regulares, as *mansiones* encontravam-se geralmente de 20 a 24 milhas (30 a 36km), distância correspondente àquela que uma legião poderia percorrer num dia (Carreras Monfort, 1994: 15). Certamente, estes valores deveriam variar de acordo com a orografia do terreno, pois em regiões montanhosas as distâncias entre estas estações viárias seriam menores.

Estas estações de apoio tinham como objectivo apoiar os viajantes e teriam assim todas as estruturas necessárias ao seu bem-estar, nomeadamente os *stabula* com cerca de 40 cavalos e bois para o transporte de carros, instalações para os viajantes pernoitarem, bem como oficinas metalúrgicas e edifícios termas (Núñez Marcén; Sáenz de Urturi, 2005: 200).

Todavia, dado que as distancias entre *mansiones* era muito elevada certamente em determinados territórios existiriam ainda outras estruturas de apoio aos viajantes, as *mutationes*, a distâncias de 7 a 12 milhas (10 a 17 km). Seriam estruturas menos monumentais que as anteriores, presentes em maior número no território e que permitiam apenas a troca de animais.

Recentes escavações arqueológicas têm permitido reconstituir a disposição construtiva e organização interna destas estruturas. Assim, um dos melhores exemplos resulta da escavação arqueológica da *mutatio* de Mariturri, localizada na *Via AB Asturica Burdigalam*, na região de Vitoria, Álava, sítio com vestígios arqueológicos dispersos por uma área de 26.000m<sup>2</sup>, identificado como um *uicus*, mas que integrava nos seus domínios um grande recinto de gado e uma *mutatio*. Esta última, implantada no alto de uma colina, era composta por três áreas funcionais distintas: o edifício de habitação (do encarregado da estação, dos funcionários<sup>884</sup> e dos escravos, todos eles

---

<sup>883</sup> Também os particulares poderiam usufruir dos serviços prestados por estas estruturas de apoio, efectuando para tal o pagamento de serviços.

<sup>884</sup> *Muliones* e artesãos. Os primeiros tinham como função devolver os animais às suas estações de origem, enquanto os últimos estavam encarregados de funções nas diversas actividades desta estrutura, como a forja (Núñez Marcén; Sáenz de Urturi, 2005: 205).

referidos como *familiae praesunt*) e de armazenamento (*horrea*<sup>885</sup>), os estábulos e o pátio da forja, abrangendo no total uma área de 1.080m<sup>2</sup>, dos quais 400m<sup>2</sup> seriam ocupados pelo pátio central (Núñez Marcén; Sáenz de Urturi, 2005: 201).

Tratando-se de instalações públicas, de apoio ao *cursus publicus*, questionamo-nos sobre os responsáveis pela construção destes equipamentos?

Apesar do promotor ser o Estado e possuindo um carácter público, recentemente Júlio Núñez Marcén e Paquita Sáenz de Urturi (2005: 204) defenderam que os responsáveis pela construção destas estruturas seriam as comunidades locais, fazendo parte das funções dos magistrados locais a manutenção das estações viárias, nomeadamente a aquisição dos carros, dos animais e do seu sustento, certamente utilizando parte dos impostos recolhidos no território da *ciuitas* para o efeito. Tal como se encontra atestado na Ponte de Alcântara, onde uma inscrição denuncia os responsáveis pela construção desta monumental infra-estrutura viária, também é possível que a construção e manutenção das estações viárias, bem como os arranjos das vias fossem algumas das funções dos *Municipia* ou mesmo de indivíduos particulares num claro sinal de evergetismo, de que é testemunho a acção de *Marcus Fidius Macer* que mandou construir um *tetrapylon* sobre a Via da Prata, nas proximidades de *Capera* ou mesmo a construção do templete nas proximidades da aludida Ponte de Alcântara, dedicado a Trajano e seus antecessores, mandado construir por *Caius Iulius Lacer* (Alvarez Martinez; Nogales Baserrate, 2004: 275-276).

O comércio entre regiões e províncias seria animado e promovido pelos municípios e as suas capitais, como forma de colocarem em movimento os excedentes produtivos do seu território de influência, quer fossem excedentes resultantes da agricultura<sup>886</sup>, quer das pescas ou mesmo e principalmente o das minas (Género Chic, 2002: 18).

Todavia, para além destas estruturas viárias de carácter público, outras deveriam existir, pois as fontes antigas mencionam outras, de carácter privado, que surgem referidas como *deversorium*, *hospilatium*, *receptaculum*, *stabulum*, entre outras.

---

<sup>885</sup> Os *horrea*, como noutros contextos, serviam para guardar cereais, como o trigo, mas também serviam para guardar outros produtos agrícolas, como fruta, azeite, vinho ou as forragens dos animais.

<sup>886</sup> Como exemplo da dinâmica das capitais de *ciuitates*, destacamos os estudos efectuados na zona de Jaén, que permitiram confirmar que a fundação do Município de *Aurgi*, já em época flávia, implicou um incremento da ocupação rural e uma maior produtividade agrícola, excedentes dirigidos para os mercados, com especial destaque dos cereais, do olival e das videiras. Os resultados encontraram fundamentação na escavação de um complexo produtor de azeite, com a identificação de seis pedras de contrapeso, num edifício com uma área de 500m<sup>2</sup> de superfície construída (Serrano Peña, 2004: 162-164).

Por outro lado, não podemos deixar de referir que existiam ainda outras formas de povoamento teriam funções no apoio aos viajantes, como os *uici*, como já tivemos oportunidade de mencionar, no capítulo 3. De facto, no caso da região do Planalto Guarda-Sabugal a existência de um elevado número de *uici*, sobretudo na região Sul do território, nas proximidades de importantes vias de comunicação, tornam viável o seu papel de apoio aos viajantes. Como já Pedro Carvalho (2010a) havia defendido para os *uici* da Cova da Beira, como o da Capinha e o da Meimoa (*uicus Venia*), esses núcleos urbanos secundários, afastados das capitais de *ciuitates*, teriam funções administrativas, de desenvolvimento dos mercados locais, de controle de recursos mineiros e práticas religiosas, mas também de apoio àqueles que percorriam as vias. Seriam assim lugares ao serviço do comércio oficial que percorria a via imperial *Emerita-Bracara*, ou na sua ligação à via da Prata, no âmbito de uma política territorial do Estado (Carvalho, 2010a).

Mas, no Planalto Guarda-Sabugal quais seriam os assentamentos identificados como estruturas de apoio aos viajantes?

De facto, uma das características que parecem ressaltar da análise do povoamento deste território está relacionada com a aparente ausência de estações de apoio – *mansiones* ou *mutationes* – a viajantes ao longo das importantes calçadas que atravessavam este território. À excepção dos exemplos isolados, como a Quinta da Taberna<sup>887</sup> ou a hipotética *mansio* sob o convento de Famalicão<sup>888</sup>, não parecem existir outros assentamentos com estas características. Esta aparente ausência poderá estar relacionada com a presença de diversos *uici*<sup>889</sup> ao longo das vias, dispersos pelo itinerário por onde passava a calçada de ligação entre o Planalto e *Salmantica*, de que são exemplo o *uicus* do Sabugal<sup>890</sup> e o *uicus* de Alfaiates<sup>891</sup>, mas também o de Moradios<sup>892</sup> na via que se dirigia para Norte, em direcção à *ciuitas* dos *Cobelci*, ou o *uicus* da Quinta de S. Domingos<sup>893</sup> nas proximidades de uma possível via de ligação entre o *uicus Equotule* (Sabugal) e o Mileu.

---

<sup>887</sup> Sítio n.º 16 do inventário de sítios arqueológicos, em anexos.

<sup>888</sup> Sítio n.º 34 do inventário de sítios arqueológicos, em anexos.

<sup>889</sup> Tal como foi identificado na já referida *mutatio* de Mariturgi, estas estações de apoio poderiam estar associadas a outro tipo de assentamentos, desde logo os *uici*.

<sup>890</sup> Sítio n.º 80 do inventário de sítios arqueológicos, em anexos.

<sup>891</sup> Sítio n.º 100 do inventário de sítios arqueológicos, em anexos.

<sup>892</sup> Sítio n.º 86 do inventário de sítios arqueológicos, em anexos.

<sup>893</sup> Sítio n.º 35 do inventário de sítios arqueológicos, em anexos.

Todavia, numa região do interior da Lusitânia como é o caso do Planalto Guarda-Sabugal, para além das vias terrestres, também as vias fluviais deveriam ter desempenhado um papel fundamental no Império, unindo cidades e o seu território às vias marítimas, constituindo “[...]dans l’Antiquité dès avenues de communications” (Curchin, 2004: 455). Desta forma, as cidades implantadas nas margens de rios navegáveis teriam a vantagem de escoamento dos seus excedentes para outros mercados, trazendo produtos doutras regiões do Império e escoando os produtos aí produzidos e explorados, onde certamente os minérios, transformados em lingotes para o transporte, teriam um peso relevante. Por outro lado, seria também – em contexto do interior – o meio de transporte mais cómodo e barato<sup>894</sup>, especialmente para cargas maiores ou mais frágeis, como seria o caso de transporte de azeite em ânforas (Chic García, 2003) ou *dolia*.

Os rios seriam certamente locais de passagem privilegiados, merecendo uma menção especial pelos autores clássicos, como *Estrabão*, que refere que a Lusitânia possuía muitos rios, indicando quais os navegáveis, as distâncias a percorrer, e aqueles que permitiam uma navegação muito reduzida, como o *Mundas* (Mondego) ou o *Vacua* (Vouga), navegáveis em curtas distâncias (García y Bellido, 1978: 114). Assim, os melhor descritos são aqueles que permitiam a navegação em longas distâncias e que teriam assim maior relevância para o Império, pois permitiam o escoamento dos produtos das Províncias e as trocas de âmbito comercial. Um desses rios, descrito por *Estrabão*, é o rio Douro, indicando que seria navegável por barcos de grande porte por 800 *stadia*, aproximadamente 150km<sup>895</sup> (García y Bellido, 1978: 114).

Estas referências, para além do relevante carácter histórico-geográfico, denunciam também uma preocupação económica, pois certamente estas informações demonstram que já neste período a descrição do território era relevante e o seu percurso bem conhecido.

Todavia, sobre as rotas comerciais da Península Ibérica desenvolvidas através das vias fluviais pouco sabemos. A escassa informação que possuímos das fontes escritas poderá ser complementada pela observação de outras fontes, desde logo a iconografia presente nos mosaicos, denunciando que a navegação fluvial teria uma

---

<sup>894</sup> Como refere M. Finley (1973: 126) quando se refere aos territórios da Gália, nem as calçadas romanas “[...]built for military and political, not commercial reasons, made any significant difference, since the means of traction remained the same. It was the many rivers of Gaul, not the roads, that elicited comment from roman writers and facilitated the growth of inland cities.”

<sup>895</sup> Actualmente o Douro é navegável por diversos barcos em cerca de 145km e depois disso por barcos pequenos (Curchin, 2004: 456).

importância fundamental na economia da Lusitânia, permitindo o acesso ao interior do território. Entre as representações conhecidas, Vasco Mantas (1998c: 206), destaca um mosaico, encontrado na Alcazaba de Mérida, onde surge a representação de um navio de transporte de ânforas a subir um rio, puxado por um grupo de homens, os *helciarri*<sup>896</sup>.

Em contexto fluvial a principal força de propulsão destas embarcações seria a força de homens ou de animais, mas também quando possível, o remo, as velas ou a força da corrente, quando em percurso descendente.

Sabemos ainda que na rede fluvial existiam barcos de distintas tipologias e características, de que são testemunho as diferentes denominações com que surgem identificados nas fontes. Uma das que surge mais vezes referenciada é a *caudicaria*<sup>897</sup>, embarcação que servia para o transporte em contexto fluvial, representada em baixo-relevos em diversos sítios do Império, tendo como principal característica um casco redondo, que facilitava a deslocação em águas pouco profundas.

Para além das representações iconográficas, recentes dados fornecidos pela Arqueologia Subaquática têm permitido relevantes informações sobre as distintas tipologias de barcos, destacando-se – para os barcos que percorriam as vias fluviais – os vestígios do Lago Neuchâtel (Suíça) denominado *barca de Bevaix* ou a *barca de Zwammerdam* (Países Baixos), tendo ambas como característica os 20 a 23m de comprimento, por 2,8/2,9m de largura, o que as aproxima das dimensões que possuía a *caudicaria* (Curchin, 2004: 460).

Constituindo percursos naturais de penetração no interior do território, estes rios eram vias privilegiadas. Assim, consideramos possível que o desenvolvimento de certas regiões, bem como as profundas alterações urbanísticas e sociais, atestadas pelos resultados de recentes investigações arqueológicas, podem ter tido como principal causa a sua proximidade às vias fluviais, sobretudo aquelas que permitiam a passagem de grandes barcos, como será o caso dos sítios encontrados e estudados na região de Marialva e de Foz Côa.

A descrição pormenorizada do rio Douro por Estrabão indicando que o seu percurso era já bem conhecido nesse período, indicia que a navegação fluvial do rio

---

<sup>896</sup> Curiosamente e como refere Leonard Curchin (2004: 460) ainda no século XVIII era usado um barco semelhante, puxado por bois, para subir o rio Douro.

<sup>897</sup> As fontes escritas referem ainda outras embarcações, como o *linter* (pequeno bote), a *stalatta* (pequena barca) e a *lusoria* (embarcação de recreio) (Carreras Monfort, 1994: 15).

Douro por 150 km terá levado ao desenvolvimento de vastas regiões em torno do rio, facilitando o acesso de produtos ao interior da Beira Interior e a regiões como o Mileu?

A ser verdade e a comprovar-se esta questão, tendo por base paralelos noutras regiões, como o Guadalquivir, onde ao longo das suas margens existiriam portos fluviais (Blázquez Martínez, 2007: 84), é possível que as capitais de *ciuitates* dos Meidubrigenses (com capital em Freixo de Numão ou Numão), dos *Araui* (Marialva) e dos *Cobelci* (Almofala)<sup>898</sup> tivessem um elevado dinamismo comercial, abastecidas com produtos de longínquas proveniências através do Rio Douro<sup>899</sup>. Dessa localização privilegiada poderia resultar também a evolução e dinamismo dos Arabrigenses e dos *Coilarni*, bem como – já na margem direita do Rio Douro – dos Banienses<sup>900</sup>, embora a falta de dados arqueológicos ou epigráficos possam camuflar essa mesma realidade. Apesar de não haver um claro indício sobre esta via de penetração no interior Norte da Lusitânia, não deixa de ser relevante que esta área seria um centro de exploração de minério, sobretudo chumbo e estanho, de que é testemunho a referência de Plínio aos *Meidubrigenses de plumbarii* (os exploradores de Chumbo) (Perestrelo, 2003: 131).

Neste sentido, uma das hipóteses que aqui colocamos prende-se com a distribuição de determinados produtos para a região do Mileu ao longo das margens do Douro<sup>901</sup>, levando ao desenvolvimento de capitais de *ciuitates*, como parece evidente na capital da *ciuitas* dos *Araui*, onde Sá Coixão escavou o *podium* de um templo romano dedicado a Júpiter, destacando-se ainda dois fustes de coluna (Coixão, 2007: 224)<sup>902</sup>. De facto, sob o solo de Marialva foram já encontrados diversos elementos de destaque neste território interior da Lusitânia, desde logo uma inscrição que refere a presença de um liberto (atestado numa inscrição encontrada na parede da Capela de N. Senhora dos Remédios, em Marialva, o que poderá indiciar um ambiente evoluído culturalmente e economicamente dinâmico (Coixão, 2007: 224). Semelhantes indícios foram

---

<sup>898</sup> Embora, como refira Pedro Carvalho (2010: 135): “[...]estas capitais – no quadro das respectivas *ciuitates* – destacar-se-iam não tanto pela sua extensão urbana e aparato monumental mas sobretudo pelas actividades de natureza administrativa, jurídica e mesmo religiosa que nelas tinham assento.”

<sup>899</sup> Uma vez mais a análise das fontes e as informações delas extraídas poderão auxiliar-nos nesta questão, sobretudo quando Estrabão faz menção às mercadorias transportadas do interior para a cidade de *Karchedón* (Cartagena), aí comercializadas e trocadas por aquelas que vinham dos navios (García y Bellido, 1978: 134). Certamente estes produtos daí seriam transportados e comercializados para o interior do território.

<sup>900</sup> Para mais informações sobre estas *ciuitates* veja-se Jorge de Alarcão, 2005 e Sabino Perestrelo, 2003: 132-133.

<sup>901</sup> Por outro lado, verifica-se a existência de diversas *ciuitates* na margem esquerda do Rio Douro, com reduzidos territórios, sendo a navegabilidade do rio uma das possíveis razões para a sua implantação e dinamismo comercial.

<sup>902</sup> Infelizmente, à excepção de escassas imagens de fragmentos de *terra sigillata* encontrada nesta escavação (Coixão, 2007: 225) pouco ou nada se conhece dos materiais arqueológicos exumados.

identificados também na Torre de Almofala, sede da capital dos *Cobelci*, cidade identificada pela presença de um templo romano e uma inscrição dedicada a Júpiter, onde se destaca ainda uma “[...] estátua de mármore, da qual foi encontrada a mão esquerda, segurando uma caixa de grãos de incenso e corresponderia, possivelmente, a Pietas.” (Albuquerque, 2005: 8).

## 6.1 AS VIAS TERRESTRES NO PLANALTO GUARDA-SABUGAL

Tratando-se de um capítulo extremamente difícil de escrever, pois o elevado grau de destruição das calçadas romanas, bem como a sua contínua utilização e reconstrução em período medieval e moderno<sup>903</sup>, tornam árdua e complexa a tarefa de classificar quais as calçadas que remontam ao período romano. Assim, iremos apresentar o traçado das vias que percorriam o Planalto Guarda-Sabugal, descrevendo-as, discutindo os traçados propostos por diversos investigadores e apresentando os dados que obtivemos através da prospecção que realizámos, articulando-os com a rede de povoamento romano, tendo sempre em presença que os itinerários das vias certamente passariam pelos corredores naturais, alguns dos quais conhecidos e percorridos desde o período da Proto-História ou mesmo de períodos anteriores.

Por outro lado, para além das evidências que se podem observar no terreno, como a presença de troços lajeados ou trilhos visíveis sobretudo em regiões montanhosas, também os dados extraídos da epigrafia permitem-nos conhecer a existência, a cronologia de construção ou as acções de conservação destas vias, ilações de suma importância para compreendermos a relevância de um determinado território. De facto, sobretudo os miliários, quando encontrados nas proximidades das vias, testemunham o seu traçado e permitem algumas considerações sobre o período da sua construção ou posteriores reconstruções. É o caso da via imperial de ligação entre *Emerita Augusta* e *Bracara Augusta*, sem dúvida a calçada mais importante que passaria no território agora analisado, na qual se identificaram – ao longo do seu traçado – diversos miliários, alguns dos quais datados de época de Augusto, o que nos permite remeter a sua construção para esse período. Disso é exemplo o miliário encontrado em

---

<sup>903</sup> Períodos históricos nos quais também se construíam novas calçadas utilizando métodos construtivos semelhantes aos da Antiguidade Clássica.

Alcafozes, entre Segura e Idanha-a-Velha (Mantas, 1992: 170; Mantas, 1994), mas também um outro encontrado em Famalicão da Serra (Guarda)<sup>904</sup>, dado a conhecer por José Ruivo e Pedro Carvalho (1996: 83), que – apesar das devidas reservas pelo seu elevado desgaste – poderá atestar a data de construção desta via imperial, recuando ao período entre Augusto e Tibério. Outros miliários encontrados entre Valhelhas e Famalicão da Serra, na via *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta* são já datados dos séculos III e IV d.C., testemunhando não só a requalificação da calçada neste período, mas também denunciando a relevância desta região e do comércio que a partir dela seria realizado, permitindo – ainda no contexto do Baixo-Império – a continuidade da exportação de minério, cereais, produtos agrícolas e gado (Pastor Muñoz, 2004: 213).

Esta calçada romana que passava pela região da Beira Interior, uma zona metalífera por excelência, teria, sem dúvida, uma elevada relevância para o Império. A sua importância e a das diferentes regiões que atravessava viram o seu papel reafirmado com a construção da Ponte de Alcântara<sup>905</sup>, uma das obras de arte viárias mais importantes da Hispânia, cuja construção para lá das razões puramente honoríficas, deve-se sobretudo a motivos preponderantemente económicos. Construída em 106 d.C. por *Caius Julius Lacer*, e dedicada a Trajano, os responsáveis pela sua construção foram os 10 *Municipia* servidos por esta via, identificados numa inscrição presente no arco triunfal:

*Municipia / provinciae / Lusitaniae stipe / conlata quae opus / pontis  
perfecerunt / Igaeditani / Lancienses Oppidani / Talori / Interannienses /  
Colarni / Lancienses Transcudani / Aravi / Meidubrigenses / Arabrigenses /  
Banienses / Paesures* (Alarcão, 1988: 35)

Todavia, os *municipia* apresentados nesta inscrição colocam desde logo um problema: a ordem pela qual estão apresentados pois, uma vez que os seus territórios não foram ainda identificados, supõe-se que a sua organização deveria ser por ordem geográfica, ou seja, de acordo com a sua localização ao longo da passagem da estrada. Assim, o primeiro povo mencionado seriam os *Igaeditani*, com sede em Idanha-a-Velha, comprovado pelas diversas epígrafes detectadas no local e com um território

---

<sup>904</sup> Epígrafe n.º 17 do catálogo de epígrafes.

<sup>905</sup> Com 194 metros de comprimento, possui 6 arcos, tendo 194 metros de comprimento, 61 metros de altura e 8 metros de largura (Ramón Mélida, 1952: 332).



delimitado pelos *termini augustales*<sup>906</sup> de S. Salvador (entre *Igaeditani* e *Lancienses Oppidani*) e de Pêro Viseu (onde surgem mencionados os *Igaeditani* e os *Lancienses*).

O segundo povo mencionado seriam os *Lancienses Oppidani*, possivelmente com sede em Salvaleón ou Valdelospozos, dúvida inerente à escassez de evidências arquitectónicas, epigráficas ou arqueológicas, que dificultam a identificação da capital deste *populus* (Carvalho, 2005; Ruiz Moro, 2001).

De seguida na inscrição da Ponte de Alcântara surgem os *Tapori*, possivelmente localizados na área de Castelo Branco, talvez na área de N. Senhora de Mércules. Todavia, outros investigadores têm defendido que este povo estaria já do lado ocidental da Serra da Estrela, sob a actual aldeia de Bobadela (Carvalho, 2007a: 152).

Seguem-se os *Interanienses* e os *Coilarni*, com sede em Lamego, junto ao Rio Douro, mencionados no *terminus augustal* de Goujoim, que refere ainda os *Arabrigenses* (Carvalho, 2007a).

Ora, esta apresentação dos primeiros 5 *populi*, distancia-se daquele que seria o conhecido itinerário da calçada *Emerita* a *Bracara* desde a década de 50 do Século XX, e que de Idanha-a-Velha se dirigia às imediações do Planalto Guarda-Sabugal, cuja passagem estaria comprovada pelos miliários de Famalicão da Serra. Recentemente Pedro Carvalho (2010a) defendeu que – seguindo uma ordem geográfica – é possível que a calçada apresentasse um *diverticulum* em Capinha, dirigindo-se a Unhais da Serra e daí efectuando a travessia para a vertente Poente da Serra da Estrela, passando pelos *territoria* dos povos acima mencionados.

Após a menção aos *Coilarni*, a apresentação dos *populi* na inscrição da Ponte de Alcântara voltaria ao itinerário principal, seguindo-se os *Lancienses Transcudani*, desde longa data localizados no Planalto Guarda-Sabugal, muito possivelmente com sede no Mileu. De seguida surgem mencionados os *Araui*, sedeados em Marialva (como o comprova uma inscrição aí encontrada<sup>907</sup>), seguidos dos *Meidubrigenses* (localizados na área de Freixo de Numão), os *Arabrigenses* (possivelmente sedeados em Moimenta da Beira, Sernancelhe ou Quintela), os *Banienses*, estes já na margem Norte do Douro (possivelmente em Adeganha, Torre de Moncorvo) e por fim os *Paesuri*, que confinam a Oriente com os *Coilarni* (Carvalho, 2007a).

---

<sup>906</sup> Os *termini augustales* deveriam estar colocados nos limites entre *ciuitates*, ao longo das estradas, semelhantes aos miliários, mas possivelmente integrados em monumentos, talvez um arco honorífico (Alarcão, 2005b: 120).

<sup>907</sup> Confira-se Sabino Perestrelo, 2003: 55-57.

O facto de diversos *populi* não serem mencionados nesta inscrição, como os *Cobelci* (Almofala) coloca a hipótese de ter existido uma outra inscrição, do outro lado do arco honorífico, com outros *municipia* também servidos por esta via, mas que desapareceu<sup>908</sup>.

Apesar das referências epigráficas e da existência de troços de calçada comprovadamente romanos na região, de que é exemplo um troço em Celorico da Beira (imagem de Helena Frade em Mantas, 1994: 214), a passagem desta via no território actualmente português continua a questionar a comunidade científica quanto ao seu traçado, dificuldade acrescida pelo facto de não ser referida no Itinerário de Antonino<sup>909</sup> ou qualquer outro itinerário.

Assim, tendo em conta os vestígios arqueológicos e epigráficos, após passar na Ponte de Segura a calçada dirigia-se a Idanha-a-Velha, percorrendo a Cova da Beira, por Bemposta (Penamacor), Torre dos Namorados (Fundão), Capinha (Fundão) e Caria (Belmonte). Passaria depois nas proximidades de Centum Celas, Ribeira do Colmeal<sup>910</sup>, e daí – contornando a linha do rio Zêzere – inflectia a ocidente, em direcção a Valhelhas, subindo o vale da Ribeira de Famalicão, rumando a Barrelas. Ao longo deste último troço foram identificados diversos miliários<sup>911</sup>, ao longo da subida da serra, para quem se dirigia para Norte.

Recentemente Pedro Carvalho (2007a) apresentou um outro miliário, descoberto por Fernando Patrício Curado, encontrado em Castelão<sup>912</sup>, o que coloca dúvidas sobre um traçado que estava descrito desde 1964, por Ricardo Belo. Assim, numa proposta mais recente, Pedro Carvalho (2007a), defendeu que a calçada – passando nas

---

<sup>908</sup> Sobre as várias hipóteses para a *ciuita* dos *Cobelci* não ser mencionada na ponte de Alcântara veja-se Sabino Perestrelo (2003: 132), destacando o autor a possibilidade desta civitas ser servida por outra via que não a proveniente da ponte de Alcântara, que passava por Ciudad Rodrigo, Iruña em direcção a Mérida, e outra hipótese de haver uma outra inscrição na ponte com a indicação dos municípios da região a leste do Côa (Perestrelo, 2003: 132).

<sup>909</sup> O itinerário de Antonino registou 372 calçadas, entre as quais 34 na Hispânia (Ramón Mélida, 1952: 331).

<sup>910</sup> Onde foram identificados dois miliários, um dedicado a Constâncio Cloro (305/306 d.C.) e o outro anepígrafo. Na Lameira, entre Centum Celas e Valhelhas foram encontrados outros dois miliários, um dedicado a Tácito (275/276 d.C.) e o outro anepígrafo.

<sup>911</sup> Nesta área foram recolhidos 5 miliários, um em Famalicão dedicado a Constantino (306/334), outro na Quinta da Eira dedicado a Constâncio Cloro (292/305) e Galério (Pires, 1928), um terceiro no Cadoço dedicado a Tácito (275/276) (Pires, 1928), outro em Barrelas, dedicado ao mesmo Imperador (Jalhay) e do mesmo período; e o último encontrado na Capela de Santo Antão, em Famalicão da Serra, dedicado a Tibério (Ruivo, Carvalho, 1996).

<sup>912</sup> Inscrição n.º 121 do inventário de sítios arqueológicos.

proximidades de Centum Celas – se dirigia à *uilla* romana da Quinta da Granja<sup>913</sup> e à *quinta* romana de N. Senhora da Misericórdia<sup>914</sup>, iniciando então um percurso de serra, por Quintas da Mora, Quinta do Quetrote e Castelão, onde foi encontrado o referido miliário, dedicado a *Marco Aurelio Probo* (imperador entre 276 a 282). Como traçado alternativo, Pedro Carvalho propôs que após o sítio de Castelão, a via descia novamente ao vale, a Norte de Valhelhas<sup>915</sup> (Guarda) e nas proximidades de Famalicão da Serra (Guarda) iniciaria a subida da serra, no sítio do Sendão.

A nosso ver, tendo em conta a orografia do território em questão, parece-nos que seria mais lógico que a calçada depois de passar nas proximidades da *uilla* romana da Granja percorresse a área do Vale do Zêzere até chegar a Valhelhas. Este seria o caminho mais rectilíneo e com menor esforço para os viajantes, não sendo necessário subir a elevação onde foi encontrado o miliário de Castelão. De facto, consideramos que este miliário, bem como aquele outro que foi encontrado na margem oposta a Valhelhas, no sítio de Galrado<sup>916</sup>, poderiam pertencer a uma outra via, como iremos ver.

Do troço de Famalicão da Serra, onde se iniciava a difícil travessia da Serra da Estrela, a quem se dirigia para Norte, a calçada é referenciada nas *Memórias Paroquiais* de Gonçalo como a *estrada de Viriato*, percorrendo a serra desde a Cova da Beira até à bacia de Celorico da Beira. Já nesse período – segundo o pároco de Gonçalo que responde ao inquérito do Marquês de Pombal – esta calçada se encontrava em mau estado de conservação, referindo que não tem conhecimento da sua utilização<sup>917</sup>.

No sítio do Sendão, através da fotografia aérea, Vasco Mantas (1992) identificou uma estrutura quadrangular, com 30m de lado, que interpretou como uma *mutatio*. Seria uma estrutura localizada a meia encosta, entre Centum Celas e Barrelas, a 3km deste e a 8km do primeiro. Infelizmente, profundamente afectado pela acção de surribas, os vestígios desta estrutura desapareceram.

Da nossa parte e tendo em conta a prospecção que realizámos, parece-nos que do Sendão, onde o grau de inclinação é muito elevado, a calçada deveria dirigir-se a Nordeste. Seguindo terrenos mais planos, com um percurso rectilíneo, passaria pelo Vale da Casa, e a ocidente da actual aldeia de Famalicão da Serra. E seria nessa área que se iniciava a subida da serra até Barrelas. A nossa hipótese apoia-se na presença de

---

<sup>913</sup> Sítio n.º 17 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>914</sup> Sítio n.º 14 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>915</sup> Segundo Jorge de Alarcão (1998b: 147) em Valhelhas existiria uma *mutatio*.

<sup>916</sup> Inscrição n.º 18 do Inventário de epígrafes e sítio n.º 60 do inventário de sítios arqueológicos.

<sup>917</sup> Chorão, 2002: 131-132.

dois núcleos de sepulturas escavadas na rocha, sendo comum a sua implantação junto de antigos caminhos<sup>918</sup>. Tivemos ainda em presença a identificação de uma calçada lajeada subindo a serra nesta área, com passagem nas proximidades de locais onde foram encontrados os miliários referidos, como os topónimos de Calçada da Tapada da Eira e Cadoiço. Não queremos com isto dizer que o troço de calçada que encontrámos possa corresponder à via Imperial, até porque apresenta um elevado grau de destruição e em certos locais possui apenas 2m de largura. Todavia, poderá corresponder ao resultado de sucessivas reconstruções e alterações efectuadas ao longo dos tempos, podendo em alguns pontos haver correspondência de traçados.

Caso aceitemos esta hipótese, a calçada passaria nas proximidades, embora na margem oposta da Ribeira de Famalicão, ao convento de Famalicão<sup>919</sup>, que – como defendemos – poderia ter correspondido a uma *mansio*, exibindo uma planta rectangular, tendo na base imponentes silhares almofadados. Estaria localizada nas proximidades da via, mas afastada o suficiente, por questões de segurança. A distância em relação a Centum Celas é de 9km, local onde Vasco Mantas (1992: 170) havia defendido a existência de uma *mutatio*<sup>920</sup>, sendo a próxima estação viária o convento. Deste edifício até Barreiras seriam aproximadamente 2km (em linha recta), onde uma vez mais poderia ter existido uma estação de apoio aos viajantes nesta árdua travessia da Serra da Estrela. Esta curta distância poderia prender-se com a inclinação do terreno, não permitindo percorrer a mesma distância que o troço anterior, este em área plana, de vale.

A via imperial dirigia-se então à Quinta da Taberna<sup>921</sup>, local onde identificámos escassos fragmentos de *tegulae*, mas que foi interpretada como uma *taberna diversoria* e identificada com a *Albergaria do Mondego* no percurso da *carreira velha*, ambas mencionadas no foral da Guarda (Ruivo, Carvalho, 1996).

Esses mesmos estudos referem que após a passagem pela Quinta da Taberna a calçada continuaria a subir a serra, até chegar à sua vertente poente, seguindo por

---

<sup>918</sup> “A perceptibilidade dos monumentos funerários na paisagem tem sido defendida por diversos investigadores, para os quais a escolha do local era norteada por preocupações de destaque ou de localização junto a caminhos, seguindo a tradição romana. Não parece que tenham sido tidas em conta as preocupações de destaque paisagístico, já que a maioria das sepulturas se localizam em lugares sem proeminência espacial. No entanto, as sepulturas situam-se comumente nas proximidades de caminhos (na sua maioria de difícil integração cronológica) ou perto de locais de habitação.” (Tente, 2007: 106).

<sup>919</sup> Sítio n.º 34 do Inventário de Sítios Arqueológicos.

<sup>920</sup> Qualquer que fosse a tipologia de assentamento de Centum Celas, uma *uilla* ou um *uicus*, cuja existência se encontra confirmada numa das inscrições aí detectadas, não podemos deixar de referir que também os *uici* teriam funções de apoio a viajantes.

<sup>921</sup> Sítio n.º 16 do Inventário de Sítios Arqueológicos

Prados ou Salgueirais, entrando na Bacia do Mondego. Daí dirigia-se a Abrunhosa-a-Velha, nas proximidades da qual foram detectados 3 miliários (Carvalho, 2007a: 136). Todavia, tendo em conta a dificuldade na travessia da Serra neste ponto, acreditamos que a via principal deveria seguir para Nordeste, em direcção à Guarda, percorrendo áreas de suaves encostas, em terrenos de fraca pendente, numa cota regular de 800/900m de altitude. Seguindo pelos topónimos Misericórdia, Soito, Fernão Joanes, Meios, Corujeira, onde atravessaria a Ribeira da Corujeira, dirigia-se ao Mileu, pelos topónimos de Portela e Maçainhas de Baixo. Apesar não possuímos nenhuma evidência concreta ou vestígios arqueológicos deste período, a nossa hipótese baseia-se sobretudo na existência de sepulturas escavadas na rocha, isoladas ou em conjunto<sup>922</sup>.

Todavia, nas proximidades de Barrelas deveriam passar outras vias, estas secundárias. Ainda antes de chegar às proximidades de Barrelas, 800m a Sul da passagem da ribeira do Quessêre, a via imperial cruzaria uma outra via romana, 1100m a sudoeste de Barrelas (Mantas, 1992: 172), que passaria pela Senhora de Assedasse (Folgosinho), e tomaria a direcção da calçada dos Galhardos<sup>923</sup>, onde ainda se pode observar um considerável troço de via lajeada, seguindo depois para Abrunhosa-a-Velha e Viseu Pedro Carvalho (2007a: 136). Antes do sítio de Abrunhosa-a-Velha, passaria em Olas (Nabais, Gouveia) onde entroncaria com uma outra via proveniente da cidade romana actualmente sob Bobadela, que Pedro Carvalho (2007a: 152) identifica como a sede dos *Tapori*.

Relativamente ao miliário de Castelão, atrás referido, consideramos que estaria relacionado com um *diverticulum* da via imperial, na sua passagem pelo Vale do Zêzere. Aqui, a via imperial seria cruzada por uma via secundária, cujo percurso estaria também assinalado por miliários que se dirigia para Norte, em direcção ao Mileu e ao território dos *Araui*<sup>924</sup>. Para Sul esta calçada poderia estar também relacionada com o miliário de Galrado<sup>925</sup> (Brandão, Rodrigues, 1957-58) e corresponder à via que Pedro Carvalho (2007a, 140) traçou como vindo de Orjais, mais concretamente da Senhora das

---

<sup>922</sup> Para mais informações sobre estes espaços de enterramento medievais veja-se Bueno, Pereira, 2004.

<sup>923</sup> Confira-se Alarcão, 1988: 105; Osório, 2005: 28-29.

<sup>924</sup> Pedro Carvalho (2010: 133) defende a passagem de uma via imperial a Norte do Mileu, ligando esta capital ao vale do Côa. Após a passagem pelo Mileu passaria por MENOITA (Guarda) e Argomil (Pinhel), em direcção à capital dos Meidubrigenses (localizados em Freixo de Numão ou Numão?). Também Amílcar Guerra defende que da via imperial sairia um *diverticulum* que passaria pelo território dos *Transcudani*, em direcção à capital dos *Araui*, passando pelo território dos *Medubrigensis* e dos *Arabrigensis*. Este mesmo *diverticulum* é mencionado por Alain Tranoy (1990: 19), descrevendo um traçado que ligaria a região de Moncorvo a Idanha-a-Velha, percorrendo o interior Este da Lusitânia, passando por Lamego e Guarda.

<sup>925</sup> Inscrição n.º 18 do Catálogo de epígrafes e sítio n.º 60 do catálogo de sítios arqueológicos.

Luzes, local que o autor identifica como a sede dos *Ocelenses Lancienses* (Carvalho, 2005).

Por outro lado, o miliário encontrado em Alagoas (Sabugal)<sup>926</sup>, datado do reinado de Tácito e um outro encontrado em S. Estêvão, poderão atestar a existência de um outro *diverticulum* da calçada *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta* (Guerra, 2007: 174), a partir do *uicus Venia*, em direcção a Santo Estêvão, Sabugal, Alfaiates. Todavia, esta via poderia ter tido um papel ainda mais relevante, pois faria a ligação entre a via imperial *Emerita-Bracara* e *Salmantica*, a capital de *ciuitas* mais importante da Meseta Norte, localizada sobre a Via da Prata (Sastre Prats, Árbol Moro, 2005: 141).

Para além destes dois miliários, penso que não nos poderemos esquecer que o traçado desta via, proposto por Marcos Osório (2006: 120) corresponde a uma área que apresenta um povoamento romano muito específico, pois é sem dúvida a maior concentração de *uillae* do Planalto Guarda-Sabugal e, como é sabido, existe uma certa tendência para a implantação desta tipologia de assentamento junto a terrenos férteis para a agricultura, mas também nas proximidades de calçadas, como forma de escoarem os seus excedentes produtivos para os centros de consumo.

Após Alfaiates esta via poderia ter tido um *diverticulum*, em direcção a Norte, à *ciuitas* dos *Cobelci* (Alarcão, 1998b: 150). Consideramos que passaria também nas proximidades de Moradios (Almeida)<sup>927</sup>, possível *vicus*, percorrendo aquele que definimos como o limite nascente da *ciuitas* dos *Transcudani*<sup>928</sup>.

Como vimos, a Capinha (Fundão) seria um local de bifurcação de diversas vias e da calçada *Emerita-Bracara* sairia um *diverticulum* que passaria por Santo Estêvão, que como vimos poderia ser um *uicus* que poderia ter na sua estrutura interna uma área cuja função seria o apoio aos viajantes enquanto *mutatio*, situação análoga à identificada no *uicus* referido na região de Álava.

Mas, esta via poderia ainda ter outro *diverticulum*, pois assim que entra no Planalto Guarda-Sabugal um outro ramal poderia dirigir-se para Noroeste, passando no *uicus* da Quinta de S. Domingos, no sopé do Cabeço das Fráguas, e na aldeia romana de

---

<sup>926</sup> Local identificado no Catálogo de Sítios Arqueológicos com o n.º 107 e inscrição n.º 44 do Catálogo de epígrafes.

<sup>927</sup> Sítio n.º 86 do Catálogo de Sítios Arqueológicos.

<sup>928</sup> Como já tivemos oportunidade de referir, a passagem desta via neste local poderá confirmar o limite da *ciuitas* do Planalto Guarda-Sabugal, pois é comum a passagem de vias nos limites entre *ciuitates*.

Ferrarias<sup>929</sup>, em direcção ao Mileu. A importância desta calçada seria justificada pois permitiria o escoamento dos metais dos centros de extracção desta região e o seu transporte para o Mileu, ou mesmo para Idanha-a-Velha<sup>930</sup>.

À parte dos diversos percursos que as vias romanas poderiam ter seguido nesta região do Planalto Guarda-Sabugal, interessa-nos ainda abordar uma outra questão sugerida pelos miliários, nomeadamente as distâncias que algumas epígrafes apresentam. Perto de Barrelas, por exemplo, foi encontrado um miliário de Tácito, que refere a milha IIII (aproximadamente 6km), possivelmente contado a partir do Mondego ou do Zêzere, aludindo ao limite territorial dos *lancienses*, no Zêzere, junto a Valhelhas (Carvalho, 2007a) ou a um outro elemento importante para aqueles que percorriam a via.

Apesar de ser defendido por diversos autores que estas distâncias se deveriam referir aos limites de *ciuitates*, parece-nos mais provável que as milhas mencionadas sejam referentes a outros elementos, certamente mais importantes para os viajantes. Não nos devemos esquecer que os limites das *ciuitates* já seriam assinalados pela presença dos *termini augustales*, que estariam também nas proximidades das calçadas (Alarcão, 2005b: 120). Assim, como já foi defendido noutras situações, consideramos credível que as milhas apresentadas se referiam à distância que os viajantes teriam que percorrer até chegarem a locais de descanso, quer fosse em contexto urbano (capitais de *ciuitates*, *uici* ou *castella*), quer fosse em contexto rural (*mansiones* ou *mutationes*). Disso parecem ser um bom exemplo os miliários de Santo Estêvão e Alagoas, o primeiro que apresenta a milha IIII, enquanto o outro refere a milha III (4,5km), distâncias que, aproximadamente, medeiam entre o local de achado e o *uicus Equotule* (Sabugal) (Osório, 2006: 131), onde certamente existiria uma estação de apoio a viajantes, integrada no *uicus*.

Mais difícil seria explicar a referência às milhas mencionadas no miliário de Barrelas. Poderá referir-se à distância até à Quinta da Taberna, a Norte ou ao convento de Famalicão, a Sul, este distante 2km (em linha recta) e a primeira a 4km?

---

<sup>929</sup> Sítio n.º 15 do Catálogo de sítios arqueológicos.

<sup>930</sup> Esta via foi descrita no *Roteiro Terrestre de Portugal* de João Bautista de Castro, escrito em 1748, e o seu autor descreve um traçado que teria antecedentes numa calçada romana, e que passaria em Santo Estêvão, Pousafoles, contornava o Cabeço das Fráguas a Oriente, seguindo pela Quinta da Erva, Santa Ana d'Azinha e Panóias (Osório, 2006: 128).

## 6.2 OS SISTEMAS DE TROCAS E OS PRODUTOS EM CIRCULAÇÃO

Segundo D.P.S. Peacock e D.F. Williams (1986: 54 e ss) existiam três tipos de sistemas de trocas. O primeiro seria referente à reciprocidade, ou seja a troca directa; o segundo sistema seria a redistribuição, de que é exemplo o fenómeno do evergetismo, ou seja a entrega de bens em troca de prestígio social; e por fim o sistema de mercado, ou seja a troca de bens por lucro, de que são exemplo os numismas encontrados no Mileu (Parente, 2002). Numa sociedade complexa, onde integraríamos a do Mileu, estariam presentes os três sistemas de trocas.

A actividade comercial seria realizada em diversos espaços das cidades, desde os *macella*, mercados construídos em cidades (de que é exemplo aquele identificado na Ammaia<sup>931</sup>), mas também nos *fora*<sup>932</sup>, bem como em contexto rural, como deveria ocorrer no *uicus* romano da Quinta de S. Domingos, nas imediações do santuário das Fráguas. A estes mercados acorriam vendedores, *mercatores*<sup>933</sup> e compradores, membros de distintas comunidades e de várias áreas da *ciuitas*, locais onde seriam vendidos os excedentes agro-pecuários e metalíferos, mas também os mais diversos produtos, desde os de primeira necessidade aos de luxo e prestígio.

Integrada nos circuitos do comércio da Antiguidade, e como refere Vasco Gil Mantas (1998c: 200), a “[...]situação geográfica da Lusitânia, as características da sua economia, fortemente marcada pela exportação de minérios e de produtos alimentares[...]”, eram os principais factores que permitiram que na Lusitânia existissem diversos portos de entrada e saída dos mais variados produtos, encontrando-se perfeitamente integrada nas grandes rotas do comércio do Império, quer fluviais (de entrada e saída de produtos), quer marítimas, através da cabotagem, servindo como ponto de passagem na rota do Atlântico. Todavia, esta rota seria dominada pelos portos da Bética, quer pela sua localização geográfica, entre a rota do Atlântico e a rota do

---

<sup>931</sup> Para mais informações sobre o *macellum* de Ammaia confira-se Sérgio Pereira, 2009.

<sup>932</sup> Os mercados locais desenvolvidos nos *fora* ou nas praças públicas principais das cidades, seriam centros de representação do poder de Roma (Chic García, 2005: 315).

<sup>933</sup> Como refere Género Chic García (2002: 16), o comerciante estará “[...]hoy como antaño, al servicio de unos y de otros, facilitando el flujo de mercancías y la comunicación entre las personas y haciendo evolucionar, insensiblemente, el marco de las relaciones sociales.” Os *mercatores* actuavam sobretudo a nível local, enquanto os *negotiatores*, que compravam os excedentes agro-pecuários ou mesmo produtos manufacturados (Chic García, 2005: 328), estivessem presentes sobretudo em contextos urbanos mais romanizados de regiões prósperas, mercados caracterizados sobretudo como locais de redistribuição de bens.



Mediterrânico, quer pelo papel controlador desempenhado pelos *navicularii*<sup>934</sup> (proprietários dos grandes navios de comércio) e comerciantes aí instalados, quer mesmo pela qualidade e fama dos seus produtos.

Todavia, também da Lusitânia foram exportados muitos produtos, como nos é testemunhado pelos autores clássicos, entre os quais destacamos Plínio, que – como já tivemos oportunidade de mencionar – registou a qualidade das lãs de *Salacia* (Alcácer do Sal<sup>935</sup>) ou a riqueza dos minérios de diversas regiões da Lusitânia. Mas, os produtos melhor conhecidos e documentados no Império, em parte devido aos contentores nos quais eram transportados, as ânforas, eram os preparados de peixe. De tal forma apreciados no Império, em pouco tempo se tornaram frequentes e foram consumidos nas principais cidades do Ocidente (Carreras Monfort, 2006: 215).

Outros produtos, como os cereais, entre os quais se destacava o trigo, seriam transportados noutra tipo de contentores, como barricas ou sacas, e *dolia*, elementos perecíveis e que não deixaram vestígios no registo arqueológico, não nos permitindo conhecer a importância da sua comercialização na economia do Império.

Outros produtos, como a cerâmica fina, de que é exemplo a *terra sigillata*, não seriam rentáveis no comércio de longa distância e assim corresponderia a carga complementar ou frete de retorno. Era um produto pouco relevante no sistema da *annona*<sup>936</sup> e mesmo nas trocas de longo curso nunca teria tido elevada importância (Mantas, 1998c: 210). Todavia, não deixa de ser curioso que, no caso da *terra sigillata*, embora a sua comercialização denotasse um carácter parasitário nas cargas transportadas, a sua relevância económica e social levou a que fosse produzida por mais de oito séculos, embora com diversas fases de fabrico.

Apesar de termos noção que os produtos comercializados por via marítima possuíam uma maior rentabilidade e diversidade, optámos por aceitar que também no comércio terrestre se aplicariam os conceitos da hierarquia entre os distintos produtos comercializados, tendo por base os conceitos de lucro e as premissas de mercado de

---

<sup>934</sup> Uma vez que o Estado não possuía barcos para efectuar o abastecimento de Roma e das legiões que se encontravam nas fronteiras, auxiliou-se dos *navicularii*, que efectuavam o transporte nos seus navios ao serviço da *annona*, sob um contracto com o Estado (Reynolds, 1995: 107), recebendo em troca parte dos impostos e a possibilidade de transportarem outras mercadorias, de que são exemplo o surgimento de paredes finas da Bética em diversas regiões do Impero (Reynolds, 1995: 16).

<sup>935</sup> Confirma-se António Faria, 2002.

<sup>936</sup> A *annona* incluía o abastecimento de diversos produtos não só às legiões que se encontravam nas regiões de fronteira, mas também ao povo de Roma, com especial destaque para os cereais e o azeite, embora sob o domínio de Aureliano (270-275) se instituísse a distribuição de porco e de vinho (Reynolds, 1995: 107).

oferta e procura (Reynolds, 1995: 127). Assim, entre os produtos primários teríamos o azeite, os cereais, os preparados de peixe, o vinho, o linho, os materiais de construção, como os tijolos<sup>937</sup>, os metais em bruto e o mármore<sup>938</sup>. Entre os produtos secundários destacavam-se os produtos de menor qualidade, como os preparados de peixe da Tunísia, o vinho do Egipto, bem como as cerâmicas finas, o vidro e os têxteis. Entre os produtos terciários destacava-se a cerâmica a torno, nomeadamente de cozinha e os *mortaria*.

Assim, se tivermos em atenção os produtos importados presentes na actual região da Beira Interior (confira-se mapa 10 em anexos) torna-se evidente que os materiais presentes correspondem sobretudo aos secundários, ou seja às cerâmicas finas. Podemos assim evidenciar que a presença destes materiais poderá ser resultado de complementos de carga e sobretudo materiais de retorno daquilo que seria o comércio dominado pela exportação de produtos, entre os quais os metais desempenhavam um papel de relevo, recebendo em troca cerâmica fina de mesa e outros produtos que detectámos no Mileu, como o vidro ou os *mortaria* da Bética.

Por outro lado, como foi defendido para os sítios abastecidos pelo comércio marítimo, e como verificou Paul Reynolds (1995: 129), em locais onde surge apenas cerâmica fina e não ânforas do mesmo centro produtor é possível que as cargas principais fossem os cereais, acompanhados da cerâmica fina. No caso do Planalto Guarda-Sabugal, tratando-se de um local de produção de cereais, como o trigo, questionamo-nos se a *terra sigillata* proveniente de Mérida – enquanto centro distribuidor – não seria material de retorno do comércio de cereais e metais desta região da Lusitânia<sup>939</sup>. De facto, se tivermos em atenção, por exemplo, os materiais de Conímbriga, também abastecida por via terrestre<sup>940</sup>, verificamos um número elevado de cerâmica fina, tornando-se certamente um elemento de troca ou retorno. No caso do

---

<sup>937</sup> Vejam-se os materiais produzidos em olarias de Conímbriga, como a da família dos *Allii Aviti* encontrados na *uilla* do Rabaçal (Penela) ou em Alhadas (Figueira da Foz), ou de outras oficinas da *ciuitas* com materiais presentes em *Aeminium*, Soure e *Seilium* (Correia *et al.*, 2004: 306).

<sup>938</sup> A presença de mármore, por exemplo no sítio romano do Mileu e na região da Beira Interior, só poderá ser entendido enquanto fragmentos que fariam parte de grandiosos programas construtivos, promovidos pelas elites locais, como já tivemos oportunidade de evidenciar, no capítulo anterior.

<sup>939</sup> Também os cereais produzidos na Lusitânia seriam enviados para a Bética – possivelmente em sacas, como parece ter sido recorrente na exportação de trigo – e daí para Roma (Pastor Muñoz, 2004: 213).

<sup>940</sup> Como já referimos, abastecida por via fluvial através de *Aeminium*, não devemos esquecer que seria um transporte difícil, pois seria um percurso contra a corrente e como referem os autores antigos, o Mondego seria navegável apenas poucas milhas.

Mileu, com um elevado número de exemplares recebidos por ano<sup>941</sup>, poderemos também defender que o comércio destes materiais seria de alguma forma viável.

Os produtos que aqui temos vindo a referir, cujo comércio se encontra testemunhado não só pelas fontes escritas, mas também pelos vestígios arqueológicos e sobretudo no caso do azeite, pela inexistência de olarias de ânforas, permitem-nos colocar a questão dos portos da Bética terem funcionado como entreposto comercial entre os produtos da Lusitânia e Roma. Como já tivemos oportunidade de referir, não tendo sido identificados centros produtores de ânforas em Álava, e encontrando-se a produção de azeite atestado pelas escavações arqueológicas, é possível que muitos destes produtos, como o azeite, os minérios e o trigo produzidos e explorados em determinados locais da Lusitânia, sobretudo em centros de larga escala, pudessem ser transportados para os portos da Bética, transbordados então para contentores produzidos para o comércio marítimo, e integrassem as cargas dos navios dos *navicularii* da *Baetica*. Assim, a sua comercialização a partir destes portos permite atribuir-lhes uma origem concreta, embora o seu local de produção e exploração fosse outro<sup>942</sup>.

### 6.3 O LUGAR DA PÓVOA DO MILEU NAS REDES COMERCIAIS DO IMPÉRIO

O estudo de materiais arqueológicos provenientes de contextos selados de escavações arqueológicas, sobretudo aqueles de outras proveniências ao sítio intervencionado, como as ânforas e os exemplares de *terra sigillata*, permite uma certa aproximação à economia antiga, compreender as diversas e distintas dinâmicas que se terão estabelecido entre os territórios, bem como apreender os ritmos de consumo e hábitos alimentares destas comunidades (Filipe, 2008: 302). Assim, ao longo do presente capítulo iremos descrever o perfil de importação que se terá verificado no Mileu, efectuando comparações com diferentes sítios da Lusitânia, que evidenciam

---

<sup>941</sup> Tal como foi defendido para o comércio marítimo, o Mediterrâneo seria percorrido por barcos sobretudo nos meses entre a primavera e o final do Outono, pois no restante período seria demasiado perigoso (Peacock, Williams, 1986: 63). Também no comércio terrestre seria sobretudo nos meses de verão que este comércio seria realizado. No cálculo de materiais importados optámos pelo método referido por Catarina Viegas, 2003.

<sup>942</sup> Também para os preparados piscícolas da Lusitânia Maurício Pastor Muñoz (2004: 215) defendeu uma comercialização através dos portos e dos comerciantes da Bética. Todavia, muitos outros produtos deveriam ser comercializados, destacando-se entre os produtos primários o vinho, com um transporte muito possivelmente efectuado em cubas de madeira. Esse vinho seria também consumido nos mais diversos centros urbanos, embora tais vestígios não se tenham preservado no registo arqueológico.

distintos perfis de importação, mas também analisar a tipologia e cronologia dos materiais arqueológicos detectados no Mileu.

Como já antes tínhamos defendido (Pereira, 2006), a análise dos materiais arqueológicos do Mileu, sobretudo os exemplares de *terra sigillata*, permitem-nos desde já afirmar que apenas a partir da segunda metade do século I d.C. começam a surgir indícios da integração das populações do Planalto Guarda-Sabugal no quadro urbano, social e económico imposto pelas grandes rotas comerciais do Império, que partindo de *Emerita Augusta* – e tendo certamente como pontos de apoio capitais secundárias, como a capital da *Ciuitas Igaeditanorum* – abasteciam a região do Mileu com produtos provenientes não só das mais diversas regiões da Península Ibérica (como as ânforas, a *terra sigillata* hispânica, a cerâmica de paredes finas ou as lucernas), mas também de produtos de proveniências mais longínquas, como o comprovam os exemplares de *terra sigillata* itálica ou sudgálica analisados no capítulo anterior. Este período é descrito por Rui Morais (2007: 137) como a *segunda fase de um mesmo itinerário*<sup>943</sup>, marcado pela afirmação da produção das oficinas da Península Ibérica, sobretudo da região da *Baetica*, que se sobrepõe à importação dos produtos itálicos<sup>944</sup> ou de outras regiões do Império.

Este momento inicial de participação do Mileu no seio das rotas de comércio, pautado pela afirmação das oficinas peninsulares, parece testemunhado pelo perfil de importação de exemplares de *terra sigillata*. De facto, numa análise do gráfico apresentado torna-se evidente a escassez de exemplares de *terra sigillata* itálica, o que aliado à quase inexistência de produtos sudgálicos nos permite afirmar que apenas a partir da segunda metade do século I d.C. o Mileu parece denunciar uma participação nas grandes rotas de trocas comerciais, facto também atestado pela inexistência de exemplares de cerâmica campaniense, tão comum noutras regiões, de que são exemplo certos sítios localizados junto à costa atlântica, como *Scallabis* (Arruda, Sousa, 2003).

---

<sup>943</sup> A primeira fase tem início ainda no século I a.C. até Augusto, correspondente à pacificação da Hispânia, sendo os seus centros urbanos abastecidos por produtos produzidos sobretudo em oficinas itálicas.

<sup>944</sup> Como refere Rui Morais (2007: 137), é um período em que “[...]se assiste ao florescimento do comércio em todo o império e se dá uma inversão das tendências exportadoras, traduzidas numa gradual substituição dos produtos itálicos pelos produtos fabricados nas províncias.”

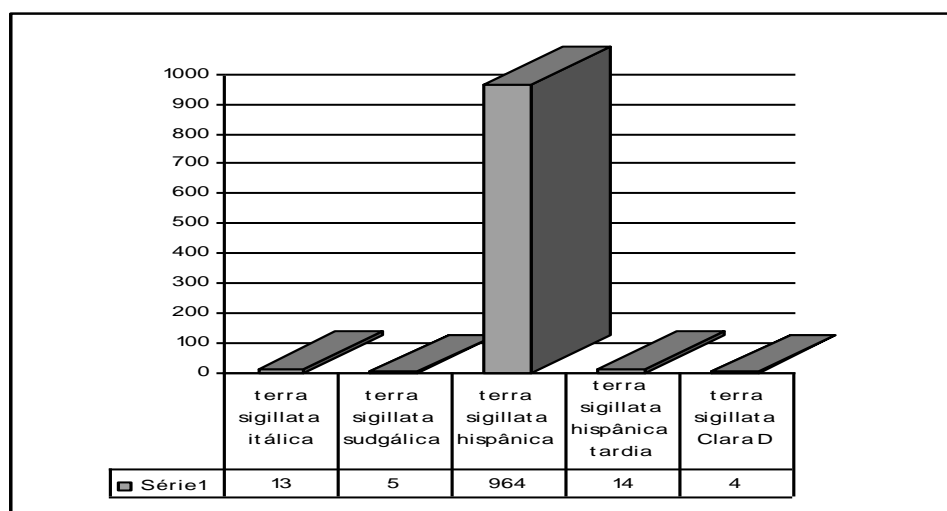


Gráfico 11 - Distribuição de exemplares de *terra sigillata* por produção.

Da produção aretina<sup>945</sup> surgiram apenas 13 exemplares (nmi), correspondentes a 1,3% do conjunto de *terra sigillata* encontrada no Mileu. Identificando-se apenas cinco formas distintas, cuja comercialização parece recuar a finais da primeira metade do século I d.C., ou seja um período tardio, confirmou-se que é uma situação comum na maioria das estações arqueológicas da Lusitânia, sobretudo nos sítios localizados no interior<sup>946</sup>.

Estudos efectuados em diversos sítios da Lusitânia confirmaram ainda que o período áureo das importações da *sigillata* itálica ocorre entre 10 e 20 d.C., tendo a produção tardoitálica pouca relevância na Hispânia, identificando-se escassos exemplares, uma vez mais com maior incidência nas áreas costeiras, mas presente também em sítios como Represas (Lopes, 1994), Conímbriga (Delgado; Mayet; Alarcão, 1975), Briteiros ou Córdoba (Beltrán Lloris, 1990: 81).

A escassez de *sigillata* itálica neste período foi consequência do aumento progressivo da concorrência das produções sudgálica e, sobretudo, da hispânica,

<sup>945</sup> Um dos locais mais relevantes de fabrico localizava-se em Arezzo, com produção desde o ano 50 a.C. até ao ano 70 d.C. (Beltrán Lloris, 1990: 64), sendo conhecidos outros *ateliers* para além deste, como Putéolos, Pisa, Vale do Pó, entre outros. Este último teve um fabrico entre o reinado de Augusto a Trajano. Contudo, a identificação da proveniência desta cerâmica constitui uma tarefa complexa, uma vez que foi produzida também na área de Lion (Gália), mais concretamente em *La Mulette*, onde *Ateius* instalou uma unidade de produção, sendo os moldes utilizados provenientes de Arezzo (Beltrán Lloris, 1990: 67).

<sup>946</sup> A observação da distribuição da *sigillata* itálica na Hispânia permite confirmar naturalmente uma elevada concentração de materiais nas áreas costeiras, mas também no interior, sobretudo em núcleos urbanos, como Mérida, Évora, Idanha-a-Velha, Ammaia (Pereira, 2006), entre outros. Pelo contrário, em certas regiões do litoral, onde surge com maior incidência, a sua comercialização recua a finais do século I a.C.

verificando-se a perda de importância da comercialização da produção aretina, sobretudo a partir do reinado de Tibério. Este fenómeno foi detectado não só no contexto do interior da Lusitânia, em sítios como o Mileu, Terlamonte ou Almofala, mas também – num contexto mais afastado – por exemplo, *Ossonoba* (Faro; Viegas, 2009).

Como já referimos, também a produção sudgálica, com início de produção no reinado de Tibério, apresentando formas de imitação da *sigillata* itálica, manifesta um período áureo de produção e comercialização sobretudo entre os anos 20 e 40 d.C. É neste período que ocorre uma elevada difusão desta produção por todo o Império Romano, desde a Alemanha a África, surgindo em contextos arqueológicos modestos (Picón, 2002: 155), não sendo privilégio de famílias com elevado poder económico. Todavia, os dados do Mileu e de outros sítios desta região da Lusitânia, como Terlamonte (Carvalho, 2007a) ou Almofala (Albuquerque, 2005: 49), permitem concluir que esta produção na região Norte da Província é praticamente inexistente. Assim, uma vez mais consideramos possível que a sua reduzida presença nos sítios da Beira Interior, situação análoga às produções norte africanas de período imperial, se deva à concorrência das produções hispânicas, que – como nos foi possível confirmar no estudo dos materiais do Mileu – atingem 96,4% dos exemplares de *terra sigillata*, claramente dominantes no comércio terrestre no interior da Península Ibérica, sobretudo nas áreas mais setentrionais. É uma situação que já tínhamos tido oportunidade de evidenciar em trabalhos anteriores (Pereira, 2006), e que também seria comum noutros locais da Hispânia, como se terá verificado em Monte Mouzinho, em *Petavonium*, em Arcóbriga<sup>947</sup> e Numancia ou mesmo na capital da *ciuitas Igaeditanorum* (Pereira, 2006), sítios com perfis de consumo muito semelhantes, marcados por uma clara e evidente participação activa na rede de trocas comerciais do Alto-império.

Tal como foi defendido para a região de León, embora num contexto distinto, por se tratar de um assentamento de carácter militar, acampamento da *legio VI Victrix* (Martín Hernández; Rodríguez Martín 2008: 403), é provável que a presença dos exemplares itálicos e sudgálicos mais antigos encontrados no Mileu possam testemunhar a chegada de habitantes vindos de outras regiões e que traziam na sua

---

<sup>947</sup> Apesar de se encontrarem documentados diversos fragmentos de *terra sigillata* sudgálica em Arcóbriga, a maior percentagem de *sigillata* pertence à produção hispânica, cujos valores são muito mais elevados em relação à primeira (Juan Tovar, 1992: 75).

bagagem estes materiais, possivelmente os homens responsáveis pela construção dos edifícios que faziam parte desta capital de *ciuitas*, como vimos. De facto, conhecedores das técnicas construtivas romanas, poderiam ter trazido estas peças de carácter doméstico, talvez fazendo parte de uma primeira vaga de colonos, como defendeu Pedro Carvalho (2010: 132) e que no contexto urbano do Mileu poderiam estar ligados ao dinamismo económico da região ou à organização da administração imperial.

O mesmo resultado sobre a participação do interior Norte da Lusitânia no seio das redes de comércio num período de instalação de oficinas de diversas produções na Península Ibérica, parece poder ser deduzido por outros materiais encontrados no Mileu, como as lucernas, a cerâmica de paredes finas ou os vidros, embora esporadicamente se encontrem, também representadas peças produzidas no exterior da Península Ibérica.

Torna-se porém necessário estabelecer aqui uma ressalva relativamente aos perfis de consumo que se podem observar no Mileu no Alto-império, pois – como já tivemos oportunidade de mencionar – este sítio apresenta escassos indícios de participação nas redes de comércio previamente a meados do século I d.C., facto que deverá ser analisado em termos de evolução da política administrativa do Império. Embora saibamos que a definição dos limites das *ciuitates* desta região deverá recuar à primeira metade desta centúria, de que é exemplo a instalação dos *termini augustales* no território, verificou-se uma presença extremamente rara de materiais importados deste período. Apesar de *Emerita Augusta* se tornar um centro de consumo e de redistribuição entre finais do século I a.C. e inícios da centúria seguinte, a criação das rotas comerciais (de maior amplitude geográfica que desta capital irradiavam) que se dirigiam à área Norte da Província deverão remeter-nos para o período entre Tibério e Cláudio, de que é testemunho a presença de *terra sigillata* em *Aeminium* (Carvalho, 1998: 60), Represas (Lopes, 1994: 33), Ammaia ou Idanha-a-Velha (Pereira, 2006). No caso do Mileu, confirmámos ser a partir de meados do século I d.C. que se poderão observar evidências da sua participação nesta rede de trocas comerciais que irradiam de Mérida, período marcado pela instalação de oficinas na Península Ibérica, não só de *terra sigillata*, mas também de outras produções, como as lucernas, os vidros ou os exemplares de cerâmica de paredes finas. Neste contexto o consumo de produtos de proveniência mais longínqua é escasso, como a *sigillata* e as lucernas provenientes da província itálica.

Por outro lado, é possível que a presença de alguns destes elementos possa estar associada à comercialização de *terra sigillata* hispânica de *Tritium Magallum*. Vejam-se os exemplares de *sigillata* itálica produzidos entre os anos 30 e 50 d.C. (das formas

*Consp. 20 e Consp. 21*), variantes já tardias da produção aretina, período a partir do qual as oficinas hispânicas estavam já instaladas e em fase marcada por um aumento produtivo, que vai atingir o seu auge no período seguinte, ou seja entre finais do século I d.C. e a primeira metade da centúria seguinte.

Já a quase inexistência de produtos sudgálicos no Mileu poderá estar relacionada com a forte concorrência dos produtos hispânicos, uma vez que o auge da comercialização dos primeiros deverá ter ocorrido entre os anos 40 e 60 d.C., quando os mercados ibéricos se encontravam já a ser inundados por produtos hispânicos<sup>948</sup>, de que é exemplo o elevado número, por exemplo, de peças da forma decorada Drag. 37B, com uma produção entre 70 d.C. e finais do século I, ou a presença também ela significativa dos produtos hispânicos lisos inseridos na fase de imitação das formas sudgálicas.

Conclusões semelhantes poderemos retirar do estudo e análise do conjunto de cerâmica de paredes finas do Mileu. A produção em reduzida escala e o difícil acesso da maioria da população a este tipo cerâmico serão algumas das razões que levaram a uma necessidade de criação de oficinas por todo o Império. Esta fase avançada de fabrico, aquilo que poderá ser denominado como a *provincialização* ou *regionalização*, levou à criação de oficinas, com as suas características próprias, o que se torna visível na variedade de formas, decorações e fabrico (Carretero Vaquero, 2000: 453).

Tal como se verificou na produção de *terra sigillata* e tendo em conta as características de fabrico dos exemplares de cerâmica de paredes finas encontrados no Mileu, quase todos eles correspondem já a uma fase de implementação de oficinas em diversos contextos do Império, neste caso na Hispânia, imitando os produtos itálicos, inserindo-se num contexto de produção local e regional destes materiais, período durante o qual se vai generalizar a sua comercialização e utilização por toda a Península Ibérica, conhecendo-se fabricos em Ibiza<sup>949</sup>, Nordeste da *Tarraconense* (López Mullor, 2008: 359), Melgar de Tera (Zamora), Valentia (Valença), na *Baetica*, entre muitos outros fabricos ibéricos<sup>950</sup>. Graças a recentes investigações, outros centros produtores têm vindo a ser apresentados, permitindo-nos conhecer melhor esta produção e a sua comercialização no contexto alto-imperial.

---

<sup>948</sup> Os primeiros fabricos hispânicos parecem decorrer das oficinas de *Ullo*, *Asiaticus*, *Maternus* ou *MRC*, quando começam a marcar presença em extensas áreas geográficas (Juan Tovar, 1992: 76).

<sup>949</sup> As produções de Ibiza são caracterizadas como possuindo a maioria dos exemplares cores escuras, dominando o cinzento, mas também oxidantes, bicolores e outras de “sanduiche” (López Mullor, 2008: 344).

<sup>950</sup> Mas também em Fos-sur-Mer (Bouches-du-Rhône), sul da Gália e no limes germânico, num contexto imperial.



Entre as conclusões possíveis, apesar da dificuldade de análise destes exemplares, sobretudo devido ao seu elevado estado de fragmentação, ressalta o facto de corresponderem – na sua maioria – a exemplares alto-imperiais, o que estará de acordo com o restante material detectado no Mileu e ao qual está estratigraficamente associado<sup>951</sup>. De facto, parece-nos que poderemos atribuir estes exemplares, maioritariamente produzidos na Bética, a uma fase já adiantada de fabrico de cerâmica de paredes finas, com produção possivelmente até finais do século I d.C., tendo atingido o auge de comercialização na dinastia Flávia, período no qual o Mileu recebe muitos materiais de *Emerita Augusta*, de que são exemplo os vestígios lucernários. De facto, como parece atestado pela inexistência de materiais republicanos, numa primeira fase de comercialização de cerâmica de paredes finas, onde eram predominantes os fabricos itálicos, o Mileu não parece ainda estar inserido nos seus percursos de comercialização. Só na fase de implantação das oficinas de cerâmica de paredes finas na Península Ibérica é que começaram a surgir estes produtos no Mileu, possivelmente a partir da segunda metade do século I d.C. (Carretero Vaquero, 2000: 474), quando a produção deste fabrico tem início em *Emerita Augusta*.

Resultados similares foram obtidos na análise das lucernas encontradas no Mileu, tornando-se evidente que a presença destes materiais marca uma primeira etapa de importação de lucernas e o início de participação deste sítio romano nas grandes redes de comércio na Antiguidade.

De facto, o estudo dos exemplares de lucernas detectados no Mileu, permitiu-nos confirmar que se trata de uma comercialização já tardia no quadro da romanização da Península Ibérica, nomeadamente da segunda metade do século I d.C., dados que parecem estar em sintonia cronológica com os exemplares de *terra sigillata* identificada e da cerâmica de paredes finas, encontrando-se ausentes os exemplares da primeira série, as lucernas tardo-republicanas.

Este mesmo período traduz o início da produção hispânica de lucernas, pois os dados sobre *Emerita Augusta* parecem apontar que as primeiras lucernas produzidas na capital de *Província* devem recuar ao período entre Cláudio e Nero.

Uma das questões que nos foi possível confirmar, tendo por base os vestígios lucernários do Mileu, foi a elevada presença de exemplares que classificámos como *Dr.*

---

<sup>951</sup> Ao contrário de sítios que apresentam maiores níveis de importação em período anterior, como é o caso de Santarém, onde – no conjunto de 704 fragmentos de cerâmica de paredes finas – apenas foram detectados 52 exemplares alto-imperiais (Arruda, Sousa, 2003: 249).

*11 / Loes IV*<sup>952</sup>, ou seja, uma das produções mais comuns na série de volutas, curiosamente relativamente bem representada nesta região, no Douro e no território a Norte da Cordilheira Cantábrica (Morillo Cérdan, 2003: 189). A presença destes exemplares deverá ser analisada em conjunto com outros materiais arqueológicos detectados, ou seja, no caso da *terra sigillata* confirmámos que na sua grande maioria é comercializada entre a segunda metade do século I d.C. e a primeira metade da centúria seguinte. E, de facto, esta será genericamente a cronologia que poderemos aferir para as lucernas detectadas no Mileu, sobretudo da forma *Dr. 11 / Loes. IV*, ou seja, desde Augusto até finais do século I d.C. Neste sentido, tendo em conta as características das lucernas do Mileu consideramos que é sobretudo a partir da segunda metade do século I d.C. que o comércio e a chegada destes produtos se iniciam na região do Planalto Guarda-Sabugal, e possivelmente por toda a região da Beira Interior.

Outra das formas que se generaliza a partir deste período é a *Dressel III*, agora sob a forma de variantes, produzidas na Península Ibérica, sobretudo entre os anos centrais do reinado de Cláudio e os inícios do período flaviano (Morillo Cérdan, 2003: 190), de que são exemplo os nove exemplares desta forma detectados no registo arqueológico do Mileu.

Relativamente aos dados obtidos pela análise dos vidros romanos encontrados no Mileu apesar das dificuldades em determinar a sua proveniência parece-nos que apenas dois dos exemplares detectados se inserem nas produções exteriores à Península Ibérica, nomeadamente os números 06.12548 e a asa número 05.3632, com cores fortes, translúcidas, de coloração azul com fios brancos, apresentando características que nos permitem enquadrá-la entre Augusto e Nero (ou seja, de finais do século I a.C. e o terceiro quartel do século I d.C.), possivelmente proveniente de uma área entre o Norte de Itália, do Adriático ou do Norte ou Sul da actual Suiça (Cruz, 2009, vol. I: 66). Na sua maioria os vidros encontrados no Mileu deverão ser de oficinas da Península Ibérica, já da segunda metade do século I d.C., ou seja de uma segunda fase produtiva, marcada pela instalação de oficinas na Península Ibérica.

---

<sup>952</sup> Esta forma foi uma das adoptadas e mais produzida pelos oleiros hispânicos, sendo – como tal – uma das mais divulgadas (Morillo Cérdan, 2003: 190). Trata-se da primeira produção imperial que apresenta volutas (Morillo Cérdan, s.d.), muito apreciadas tendo em conta o elevado número que surge no registo arqueológico.

Assim, posto isto podemos, desde já, concluir – pelos dados resultantes da análise da cerâmica e do vidro – que é sobretudo no terceiro quartel do século I d.C.<sup>953</sup> que se vão verificar profundas alterações no comércio terrestre do interior Norte da Lusitânia, com uma importação *massiva* de *terra sigillata* hispânica e de outros produtos, que apesar das dificuldades inerentes ao seu transporte, devido à sua fragilidade, foram amplamente comercializados nesta região. Este facto só pode ser visto como uma activa participação do Mileu e da região envolvente no seio das grandes rotas comerciais, exibindo um elevado dinamismo ao nível da economia, surgindo estes materiais talvez como elementos de retorno comercial.

Parece-nos evidente que ou por emergir neste período como novo assentamento romano ou porque toda esta região ganha um novo fôlego económico resultante da sua inserção nas rotas comerciais, é a partir desta época que se inicia a chegada de distintos materiais<sup>954</sup>.

O estudo dos materiais arqueológicos provenientes das escavações no Mileu tem permitido confirmar que durante a segunda metade do século I d.C. e durante toda a centúria seguinte este território se encontrava plenamente integrado nas grandes rotas de comércio que atravessavam a Península Ibérica, denunciando a existência de lugares centrais, onde as mercadorias chegavam para, de seguida, serem comercializadas pelos *mercatores* pelas regiões envolventes.

Como já antes afirmámos, o Mileu integra-se no grupo de sítios onde se realizavam intensas trocas comerciais e seria um centro de consumo de produtos próprios do comércio inter-provincial, tendo já sido possível identificar uma elevada quantidade de exemplares de *sigillata* hispânica, associada à cerâmica de paredes finas, lucernas (duas delas com marca da oficina de *Agatop*), pedras de anel, cerâmica comum e ânforas da Bética e do Vale do Tejo, entre muitos outros.

Como refere António Poveda Navarro (1999: 219), “[...]la comercialización de la sigillata tritiense parece ser un fenómeno litoral seguro y de posible tendencia urbana[...]”. De facto, entre a segunda metade do século I d.C. e ao longo de toda a centúria seguinte podemos afirmar que a região Norte da Lusitânia se encontrava perfeitamente integrada nos circuitos terrestres do comércio antigo, denunciando

---

<sup>953</sup> No território do Planalto Guarda-Sabugal este modelo de comercialização e inserção de novos territórios nesta lógica de economia e comércio do mundo antigo será adoptado num período um pouco mais tardio que as regiões litorais ou localizadas nas proximidades de vias fluviais da Lusitânia.

<sup>954</sup> Como refere Morillo Cérdan (2003: 190), provenientes sobretudo dos centros de fabrico da Hispânia, é a partir de meados do século I d.C. que se dá início à generalização da comercialização das lucernas, desta vez produzidas na Península Ibérica.

contudo perfis muito distintos dos centros abastecidos por via marítima, estes marcados pela presença de fabricos de diversos centros produtores do Império, enquanto os outros, localizados em regiões afastadas da influência de populosas cidades, evidenciam que certamente as produções de proveniência mais longínqua teriam dificuldades acrescidas em competir com as produções peninsulares, sobretudo do centro produtor de *Tritium Magallum* (no caso da *terra sigillata*), cujo sucesso de distribuição se deveu, certamente a uma massificação da sua produção, permitindo a aquisição por parte de uma população que não tinha acesso a outros produtos. Com uma produção específica para o comércio terrestre, de qualidade mediana e com preços inferiores a outras produções, eram factores que dificultavam a acção das oficinas e dos *negotiatores* das produções norte-africanas em participar nas rotas terrestres do interior da Península Ibérica e conquistar os mercados desses centros de consumo.

Prova da comercialização de peças para uma comunidade menos exigente são os exemplares de cerâmica de paredes finas do Mileu que evidenciam defeitos de fabrico e, apesar de apresentarem as características de um fabrico cuidado, com engobe de boa qualidade e brilhante, surgem, por vezes, marcas de dedadas, como é o caso dos números 08.558, 07.3211, 02.2317, entre muitos outros. Verificámos ainda a existência de um conjunto de materiais que apresentam um fabrico menos cuidado, caracterizado por engobes de fraca aderência ou mesmo exibindo as superfícies queimadas, claro testemunho de defeito na cozedura das peças, de que são exemplo os números 05.2642 ou 06.692. Como já tinham referido Martín Hernández e Rodríguez Martín (2008), os três fabricos detectados em Mérida indiciam diferentes clientelas, com distinto poder aquisitivo ou condições sociais. A mesma situação foi identificada em alguns exemplares de lucernas encontradas no Mileu, que apresentam um aspecto negro, indiciando problemas de fabrico. O facto de serem desconhecidos - no panorama regional - fornos de produção de lucernas, poderá indiciar que também as lucernas com defeito de fabrico seriam comercializadas nas rotas de comércio provincial, certamente compradas por utilizadores menos exigentes e possivelmente vendidas a um preço mais acessível.

Como por todo o Império, as redes de comércio terrestre eram marcadas pela existência de um entreposto comercial central que, no caso da Lusitânia seria *Emerita Augusta*, a partir do qual, através da acção dos *negotiatores* e *mercatores*, os produtos eram distribuídos por toda a Província, apoiando-se naturalmente nas pequenas capitais

de *ciuitates* localizadas ao longo das grandes estradas da Península<sup>955</sup> – em cujo grupo há fortes probabilidades de o Mileu ter estado incluído.

Essas exportações hispânicas vão atingir o seu auge a partir da dinastia flávia (Chic García, 2005: 324), o que parece concordante com a datação presente na maioria dos miliários encontrados na via *Emerita a Asturica*, datados da dinastia júlio-cláudia e antonina, confirmando que será a partir do século II d.C. que se dá um desenvolvimento social e económico das cidades da Lusitânia Oriental (Salinas de Frias, 1990: 261), que a própria construção da ponte de Alcântara parece denunciar.

No caso do Mileu o momento *floruit* da comercialização parece testemunhado pelos exemplares de *terra sigillata*, com elevadas quantidades de peças da forma Drag. 35 hispânica, do período Nero-flaviano, período em que estas peças foram adquiridas em elevada quantidade. De facto, noutros locais, como na Ammaia, verificou-se que é sobretudo a partir de Vespasiano que o comércio de *terra sigillata* se torna mais elevado, decorrendo até à primeira metade do século II d.C. (Quaresma, 2010-2011: 89).

A elevada presença de exemplares de *terra sigillata* hispânica parece marcar o período a partir do qual os habitantes do Mileu teriam poder de compra, permitindo-lhes participar activamente nestas redes de comércio que cruzavam o interior da Lusitânia. Pela análise desses materiais, cujos dados poderemos extrapolar para a área Norte da Lusitânia, foi sobretudo a partir da segunda metade do século I d.C. que os mercados começaram a ser inundados por *terra sigillata* produzida em diversas oficinas da Hispânia, entre as quais se destacariam as do vale do Ebro, com um maior número de oficinas integradas no centro oleiro de *Tritium Magallum*. Mas encontram-se ainda representados materiais de outros centros oleiros, de que são testemunho os materiais das oficinas do Douro<sup>956</sup>, embora com escassos exemplares. Curiosamente, estas últimas oficinas – tendo em conta o repertório do Mileu – produziram sobretudo formas inseridas no período de imitação da produção sudgálica, o que poderá denunciar uma produção balizada na segunda metade do século I d.C.

Todavia, seriam as oficinas de *Tritium Magallum* que desempenhariam um papel mais relevante no abastecimento dos mercados da Península Ibérica. Na sua área de

---

<sup>955</sup> Segundo Carlos Fabião (1994: 238), as ânforas de azeite da Bética eram distribuídas através de Mérida, tendo por base as *ciuitates* do interior.

<sup>956</sup> As oficinas do Douro continuam por identificar. Teresa Carvalho (1998: 67) refere-se a eles no caso de Monte Mozinho, colocando a hipótese de uma proveniência das oficinas de Clunia ou Tiermes. Ambos apresentam como característica uma pasta esbranquiçada, branda, com um verniz acastanhado.

influência, ao longo das margens do Rio Ebro e seus afluentes, foram já detectados diversos *ateliers*. De facto, toda esta área apresenta óptimas condições para o assentamento de centros de produção oleira: água, argila, combustíveis e vias de comunicação, conhecendo-se actualmente cerca de 100 oleiros<sup>957</sup> (Sáenz Preciado, 1998: 135). Nas proximidades deste centro produtor existiam outros, de menores dimensões, como Arenzana de Arriba, Arenzana de Abajo, Bezares, Baños de Rio Tobía, Camprovín e Manjarrés (Sáenz Preciado, 1998: 137).

A distribuição da produção do Vale do Ebro na Península teve como principal vantagem – em relação a outros centros oleiros – a rede de calçadas, tendo dois centros distribuidores: *Caesaraugusta* (para a Província *Tarraconenses*) e *Emerita Augusta* (para a Lusitânia). Neste último caso, a Via da Prata certamente desempenhou um papel crucial, permitindo suplantar a produção de Andújar, mesmo em áreas do Sul da Península Ibérica (de que são exemplo o repertório de Belo, S. Cucufate, Represas e Ammaia). Como referem Maria Sáenz Preciado e Carlos Sáenz Preciado (1999: 71) “[...]los productos provenientes de *Tritium* alcanzaron una distribución mucho más amplia de lo que pudiéramos pensar en el sur peninsular.”

Durante o longo período que marca a ocupação do Mileu no Alto-império, ou seja, entre a segunda metade do século I d.C. e a centúria seguinte, consideramos que este núcleo urbano recebeu, de uma forma contínua, *terra sigillata* hispânica, encontrando-se representados exemplares de distintos períodos históricos dentro de cada fabrico. Como nos foi possível confirmar, por exemplo, na forma Drag. 15/17, as suas características produtivas levaram à individualização de duas fases distintas: a primeira de imitação da produção sudgálica e uma segunda – já no século II d.C. – com exemplares de perfis tipicamente hispânicos, caracterizados pela elevada inclinação das paredes. O período de transição entre as duas variantes desta forma poderá corresponder ao momento auge das importações do Mileu, momento que marca uma participação activa deste núcleo urbano nos circuitos comerciais e que poderá indiciar também uma elevada prosperidade de toda esta região.

---

<sup>957</sup> Quando Serra Vilaró descobriu os *ateliers* de Abella e Solsona em 1924, deu-se início à investigação da *sigillata* hispânica. Todavia, é com a obra *Terra Sigillata Hispânica*, de Maria Angeles Mezquíriz de Catalán, que se sistematiza toda a informação disponível sobre a *sigillata* produzida na Península Ibérica. É então criada uma tipologia e atribuída uma cronologia, categorizando 37 formas hispânicas, para além daquelas da fase de imitação (empregando as tipologias de Dragendorff, Ritterling, Hermet e Ludowici). Sobretudo a partir dos estudos de Maria Angeles Mezquíriz em Andión e *Pompaelo* (Pamplona), e de Atrián no *atelier* de Bronchales verifica-se um novo incremento no estudo da *sigillata* hispânica e, como refere Roca Roumens (1998: 17), “[...] constituye el punto de partida de la investigación sistemática.”

Os dados que apresentámos no capítulo anterior, com a descrição dos materiais arqueológicos encontrados no Mileu e após o que acabámos de descrever, parece ter existido uma forte relação comercial entre as capitais de *ciuitates* localizadas ao longo da calçada *Emerita* a *Bracara*. Como é sabido, a capital de Província teve uma importância fundamental na distribuição de *terra sigillata* de Tricio, mas também dos restantes materiais importados pela população do Mileu, como a cerâmica de paredes finas, e as lucernas. Como notou José Carlos Quaresma (2010-2011: 93) em relação aos materiais de Ammaia, *Emerita Augusta* foi o grande centro fornecedor de cerâmica de paredes finas e lucernas, e redistribuidora de *terra sigillata* hispânica de La Rioja. Teremos também de acentuar o papel de *Emerita Augusta*, não só na distribuição de produtos pela província, mas também na própria produção de peças que depois integravam as redes de intercâmbio imperial.

Por outro lado, tendo em consideração as características da cerâmica de paredes finas, sobretudo a sua fragilidade, certamente estas não permitiam uma distribuição massiva pelo Império. À excepção de sítios como *Petavonium* (Carretero Vaquero, 2000) onde surgiram 730 fragmentos (em parte devido à proximidade do centro *Melgar de Tera*), na maioria dos sítios arqueológicos surgem escassos exemplares, como em Almofala ou Idanha-a-Velha.

Assim, entre os materiais do Mileu não podemos deixar de referir que o conjunto de cerâmica de paredes finas surge em número muito reduzido, detectando-se 54 exemplares (nmi), dispersos por cinco formas, observando-se ainda fragmentos com distintos motivos decorativos. Esta questão terá de ser analisada conjuntamente com os exemplares de vidro, pois – como se sabe – a utilização desta produção no consumo de líquidos foi substituída pelos recipientes em vidro. Todavia, no caso do Mileu verificou-se também que o número de exemplares em vidro é muito reduzido. Teremos assim de analisar estes dados no contexto mais vasto dos centros de consumo da Beira Interior. Apesar da informação, relativamente a esta produção, ser muito escassa sobretudo no âmbito territorial próximo do Mileu, os dados publicados evidenciam a sua existência em sítios como Idanha-a-Velha (Carvalho, 2009a: 121) ou Almofala, com 5 fragmentos (Albuquerque, 2005: 49), sempre em baixas quantidades. Num contexto mais lato, surgem também no vale do Ebro, mas também em reduzido número (López Mullor, 2008: 372). Esta análise deverá ser assim observada à luz dos conhecimentos da presença de cerâmica de paredes finas no comércio terrestre, sobretudo ao longo das vias que percorriam a região onde se insere o Planalto Guarda-Sabugal.

Podemos desde já afirmar que a maioria dos exemplares detectados no Mileu é proveniente da Bética, comercializada a partir de Mérida, que também foi um centro produtor destes materiais. Não podemos deixar de fazer referência ao facto dos exemplares de cerâmica de paredes finas genericamente atribuídas à Bética, apresentarem elevadas semelhanças com as lucernas que detectámos no Mileu, quer ao nível das pastas, quer dos engobes, destacando-se os exemplares irisados.

Também as lucernas teriam a mesma origem da cerâmica de paredes finas. Apesar de exibirem distintas variantes, a generalização do seu fabrico e comercialização terá de ser analisado sob a perspectiva da instituição de circuitos comerciais desde o Sul, onde se produzia o azeite mais fino, até ao interior mesetano da Península Ibérica.

Temos ainda em consideração que a aquisição de lucernas estava relacionada com a generalização do uso e consumo do azeite, do qual dependia o seu funcionamento e cujo comércio também dele estaria subordinado, pois certamente as lucernas eram comercializadas e transportadas no âmbito da mesma actividade (Morillo Cérdan, 2003: 190). No entanto, duas questões parecem-nos chamar a atenção nesta hipótese. A primeira prende-se com a quase inexistência de ânforas no Mileu, sendo o número de exemplares da forma Dr. 20 quase irrisória<sup>958</sup>. Poder-se-ia defender que o transporte terrestre seria efectuado com outro tipo de contentores distinto daquele utilizado no transporte marítimo e essa seria a razão pela qual o material anfórico surge nesta região em escassa quantidade. Porém, será que não teríamos detectado vestígios desses contentores nas escavações, partindo do pressuposto que seriam em número elevado (como o são os exemplares de *terra sigillata* e lucernas do Mileu)? Seriam esses contentores em materiais perecíveis, como couro?

De facto, sobre estas e outras questões continuamos a possuir mais dúvidas que certezas. Poderemos nós associar o comércio das lucernas não com as ânforas, mas sim com a *terra sigillata*, enquanto materiais de retorno?

Relativamente aos vidros, a questão é um pouco diferente, pois o conjunto do Mileu diz-nos ainda que mesmo após o período de instalação de oficinas de carácter local, a produção e difusão de materiais em vidro (sobretudo durante o Alto Império) deverão ter sido muito restritas e “[...]não há motivos para continuar a falar-se numa importação maciça, mas sim numa importação selectiva e refinada.” (Cruz, 2009: 267). De facto, os vidros correspondem a um comércio distinto, pois como defendeu Mário

---

<sup>958</sup> A mesma questão coloca-se em relação a sítios como Astorga e Leão, onde a presença de ânforas é residual (Morillo Cérdan, 2003: 196).



Cruz (2009: 269) parece existir uma ligação directa entre as peças em vidro e os produtos que estas transportavam, ou seja no comércio não seriam os vidros (sobretudo os de carácter industrial) que justificariam a sua participação nas rotas comerciais, mas sim os produtos que transportavam, de que são exemplo os unguentários e os boiões<sup>959</sup>.

No século II d.C. parece que se verificou uma alteração na produção e comercialização das lucernas, com uma profunda diminuição dos exemplares provenientes de longínquos centros produtores e uma plena afirmação das oficinas locais e regionais (Morillo Cérdan, 2003: 191). Para tal salientamos que a criação de moldes bivalvos de lucernas era efectuada a partir de uma lucerna e a criação de moldes a partir de outras lucernas já assim criadas levava a uma falta de nitidez dos motivos decorativos e das próprias características das lucernas, o que foi possível confirmar em alguns exemplares do Mileu, como os números 02. 2230, 05.3590, 02.2330 ou 06.907, denunciando uma profusão dos centros produtores.

Esta situação não se verificou só na área Norte da Lusitânia, mas também em inúmeros sítios, sobretudo aqueles localizados nas proximidades das vias terrestres, entre *Emerita* e *Olisipo*, *Emerita* e *Conimbriga / Aeminium*, e *Emerita* e *Bracara*, onde foi possível detectar lucernas produzidas em *Emerita*, vestígios também detectados nas rotas para Sevilha e Cádiz (Rodríguez Martín, 2002: 225).

Assim, podemos desde já concluir que, por exemplo, as lucernas do Mileu seriam provenientes de *Emerita Augusta*, algumas produzidas nas oficinas desta capital, outras produzidas na Bética, mas todos os exemplares seriam comercializados a partir da capital da Lusitânia. De facto, pela análise dos sítios onde surge referência ao surgimento de materiais de *Emerita* destaca-se – como vias de distribuição principais – a via para Oeste, em direcção a *Olisipo*, o porto marítimo de *Emerita*, mas também para Este, apresentando elevada distribuição nas zonas envolventes de *Emerita*, com especial destaque para a área num raio de 50km (Rodríguez Martín, 1996: 50).

Partindo do pressuposto que, embora produzidos no Vale do Ebro, nas oficinas de *Tritium Magallum*, a *terra sigillata* era comercializada a partir de *Emerita Augusta*, será que à comercialização deste produto não estariam também associados outros

---

<sup>959</sup> Estes, sobretudo os de produção local, não deveriam participar nas grandes rotas comerciais, mas sim nos circuitos internos, que no caso da região do Noroeste Peninsular seriam produzidos em diversas oficinas ao longo das vias de comunicação ou nas capitais de *conuentus* (Astorga, Braga e Lugo) e daí abasteceriam toda a região.

elementos cerâmicos, como as lucernas, a cerâmica de paredes finas (estes em muito menor número) e a cerâmica comum da Bética?

Lembramos que os exemplares de lucernas produzidas nas oficinas de Andújar, como a forma Dressel III – também ela presente no Mileu e em locais como *Astorga* (Morilo Cérdan, 2003: 193) – evidenciam uma vez mais o papel de *Emerita Augusta* como “[...]centro de redistribuição e comercialização regional de bens de consumo e produtos manufacturados” (Morillo Cérdan, 2003: 194). De facto, as capitais de Província e de *conuentus* teriam também essas funções de centros de redistribuição, cabendo a *Astorga*, capital do *conuentus Asturum*, a mesma função, quer através do comércio de produtos de longínquas proveniências – como as ânforas – quer através da comercialização de bens produzidos nas próprias capitais, como as lucernas<sup>960</sup>.

Apesar de não nos ser possível dar resposta a esta e outras questões, com base no conhecimento que actualmente possuímos, poderemos contudo afirmar que durante a segunda metade do século I d.C. e todo o século II ao Mileu chegaram produtos de diferentes proveniências e de distintos centros de produção, definindo este núcleo urbano como mais um dos locais de passagem das grandes rotas comerciais do Império.

Mas, tendo em conta a localização do Planalto da Guarda-Sabugal, nas proximidades da Via da Prata e da Via *Emerita a Bracara*, qual seria a rota através da qual este território seria abastecido: a via da Prata (via Salamanca) ou a via imperial que ligava *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta*?

Segundo um estudo efectuado por Morillo Cérdan, ao longo da via da Prata não existem muitos sítios arqueológicos que incluam nas suas colecções lucernas de Mérida, fornecendo o autor duas explicações: ou porque esta via não possuía uma actividade comercial muito intensa ou porque estas lucernas não seriam muito apreciadas (Rodríguez Martín, 2002: 225). Não nos parece que a resposta resida na preferência das comunidades, tendo em conta que no Mileu e em determinados sítios da Hispânia se encontram presentes. Assim, e ainda seguindo o raciocínio do autor, a via da Prata teve essencialmente uma função militar, permitindo a deslocação das legiões (Rodríguez Martín, 2002: 226). A partir do período de pacificação da Península Ibérica esta via deixa de ser percorrida com a mesma intensidade e sobretudo a partir do primeiro quarto

---

<sup>960</sup> Também em *Astorga* foram encontrados os moldes de lucerna da forma Loeschcke X (século II), pertencentes à oficina de *Virillius*, com distribuição regional e local, certamente mais baratos que os exemplares provenientes doutras regiões (Morillo Cérdan, 2003: 195).

do século I d.C. a deslocação dos *negotiatores* diminui consideravelmente, sendo a presença de materiais emeritenses nos sítios localizados ao longo desta via muito reduzida<sup>961</sup>.

Assim, cada vez mais se torna evidente que a via da Prata teve um papel secundário na distribuição destes e outros produtos, tendo em conta os escassos materiais detectados no seu itinerário. Este facto levou os investigadores a defenderem que esta via não estava integrada nos circuitos de distribuição de Mérida, talvez devido a um povoamento mais rarefeito ou menores recursos económicos, como se veio a comprovar pelos resultados do estudo de materiais de *Norba*, *Caurium* ou *Capera* (Rodríguez Martín, 1996: 51). É possível que os materiais produzidos em Mérida fossem dirigidos para outros mercados, nomeadamente *Olisipo*, *Conimbriga*, *Aeminium*, *Bracara Augusta*, Sevilha, Cádiz, entre outras, seguindo distintas rotas (Rodríguez Martínez, 2002: 226)<sup>962</sup>.

Todavia, para compreendermos melhor qual a rota que abastecia o Mileu de produtos de luxo, seria necessária a sua comparação com o repertório de outros sítios implantados ao longo destas vias, para se compreender a dispersão e proveniência destes materiais.

Com o período do Baixo Império embora a produção de *terra sigillata* tenha continuado na Península Ibérica, verificaram-se profundas alterações no sistema produtivo e de comercialização, perceptíveis não só em distintos tipos de fabrico e no repertório formal, mas também pela reduzida presença destes materiais nos sítios que continuavam ocupados, denunciando uma menor comercialização destes produtos, certamente em parte devido à concorrência da *terra sigillata* norte-africana. Todavia, a escassez de materiais de luxo poderá também ter estado relacionado com a perda de importância dos núcleos urbanos e certamente das rotas comerciais no interior Norte da Lusitânia. De facto, sabemos que os *ateliers* do Norte da Península Ibérica continuaram a produzir *sigillata*, embora apenas em algumas oficinas. Centros como Nájera, *Tritium*,

---

<sup>961</sup> Manuel Salinas de Frías (2001: 121) refere que a importância atribuída a esta via no Século XX estava relacionada com o seu bom estado de conservação.

<sup>962</sup> Todavia, a nosso ver, parece-nos que não podemos deixar de referir que poderá existir uma outra explicação, que corresponde aquilo que já aqui assinalámos, a possível falta de estudo e publicação dos exemplares lucernários destas vastas regiões, pois se em *Asturica* surgem exemplares de Dressel 3 produzidas em Mérida e Andújar, certamente estes produtos seriam comercializados ao longo da via, como parece atestado pelos exemplares do Mileu, que embora não se localize junto à via da Prata teria certamente uma ligação directa, como já referimos.

Clunia e Tiermes<sup>963</sup> continuaram a produzir *terra sigillata*, mas desta vez com um fabrico caracterizado por uma pasta de coloração vermelha clara ou alaranjada, granulosa e porosa, com um verniz brilhante, escuro, mas pouco aderente.

A análise das áreas de dispersão deste fabrico é interessante, uma vez que surge em diversos locais em torno dos Rios Ebro e Douro, mas também no interior da Lusitânia, em sítios como Conímbriga, Castro de las Merchanas (Salamanca), Ciudad Rodrigo, Mérida, Torre de Palma (Monforte), entre outros (Mayet, 1984: 284)<sup>964</sup>.

Contudo, este período é marcado pela comercialização da *sigillata* norte-africana clara D, com elevada dispersão na Península Ibérica e uma presença claramente maioritária em relação à produção hispânica<sup>965</sup>.

Através do resultado das escavações de *Pompaelo*, sabemos que a comercialização destes produtos do Baixo Império têm início em fins do século III d.C. (Mayet, 1984: 263), surgindo associados estratigraficamente em diversos sítios a exemplares de *terra sigillata* norte-africana Clara D, como é o caso de Conímbriga, em níveis já do século IV (Mayet, 1984: 264). Será sobretudo neste período que se verificou um ressurgimento da produção hispânica<sup>966</sup>, com algumas alterações, quer ao nível produtivo, com temperaturas de cozedura mais reduzidas, com um verniz mais delgado e menos aderente, quer ao nível do repertório formal<sup>967</sup>, surgindo a decoração de estampilhas impressas e o segundo estilo da forma Drag. 37 tardia.

Por outro lado, a reduzida presença de exemplares de *terra sigillata* hispânica tardia (apenas por 1,4%) e norte-africana Clara D (com apenas 0,4%), parecem testemunhar que no Baixo Império apesar do Mileu continuar a apresentar vestígios de

---

<sup>963</sup> É possível que existam outros centros produtores, embora se encontrem ainda por identificar.

<sup>964</sup> Não nos podemos esquecer que os locais referidos são aqueles que tiveram intervenções arqueológicas até à data de publicação da obra de Françoise Mayet (1984). Desde então não existe nenhuma obra de síntese, que certamente iria aumentar significativamente esta lista.

<sup>965</sup> Apesar de em diversos locais, como em Mérida ou Conímbriga, a produção hispânica ser minoritária em relação à Clara D, mesmo esta seguindo os percursos terrestres para o interior da Lusitânia, noutros sítios do interior, como na Ammaia a presença desta produção é equivalente, indiciando uma aguerrida concorrência entre ambos os fabricos (Pereira, 2006).

<sup>966</sup> Apesar de surgir em menor número que as outras produções do mesmo período, escavações em Tarragona permitiram confirmar que havia uma certa regularidade na sua comercialização (Beltrán Lloris, 1990: 118).

<sup>967</sup> As formas lisas são tendencialmente abertas, com predomínio dos pratos de grandes dimensões, paredes pouco espessas e fundos planos, certamente sofrendo influência da *terra sigillata* norte-africana clara D, facto também visível na decoração a estampilhado. Françoise Mayet (1984) efectuou uma divisão do fabrico por formas abertas e fechadas, incluindo no primeiro grupo taças, pratinhos e grandes pratos, enquanto no segundo observou um repertório homogéneo, composto sobretudo pela Drag. 37 tardia. A decoração pode ser a molde, com três estilos: motivos verticais de pequena dimensão (imitação de motivos do Alto Império), os grandes círculos, que preenchem a parede exterior das peças e os pequenos motivos geométricos. Existem ainda exemplares com decoração efectuada a torno: o guilhoché e o estampilhado.

ocupação, encontra-se já muito afastado do esplendor comercial que possuía na fase anterior, sendo o registo arqueológico marcado pela escassa presença de materiais importados.

Sítios como o Mileu, *Petavonium* ou Arcóbriga parecem denunciar que no período histórico imediatamente subsequente estes centros perdem o seu poder aquisitivo e deixam de participar no dinamismo comercial tão característico das várias regiões do Império Romano, denunciando um certo *apagamento* destes núcleos urbanos ou a perda de relevância das rotas comerciais em que estavam integrados.

Conclui-se desta forma que neste período o Mileu perdeu o seu papel de centro redistribuidor destes materiais, função que defendemos para o período histórico anterior. Uma vez mais estes dados possuem paralelos em sítios como Arcóbriga, onde surgiram apenas 3 fragmentos deste período ou Represas (Beja) com apenas 1,37% (Lopes, 1994).

É possível que esta questão se prenda com o abandono ou perda de relevância deste sítio arqueológico, na rede de povoamento do Planalto Guarda-Sabugal.

Não obstante, a presença no Mileu destes produtos do Baixo Império, que correspondem a 1,8% do conjunto de *terra sigillata*, indiciam que ainda neste período os circuitos terrestres continuavam activos, permanecendo como tal até princípios do século V d.C., embora em valores muito inferiores ao período que o antecedeu.

Esta presença residual de materiais faz-nos questionar se o Mileu neste período ainda possuiria o estatuto de núcleo urbano, pois outros, como Idanha-a-Velha ou Ammaia evidenciam valores mais elevados (embora também em percentagens muito inferiores às do Alto-império; Pereira, 2006).

As diferenças nos perfis de trocas comerciais entre a região onde o Mileu se insere e outras mais meridionais, parecem evidenciar que a zona Norte da Lusitânia ficou, neste período e uma vez mais, isolada, deixando de participar nos grandes percursos de trocas comerciais que cruzavam a Península Ibérica. Por oposição, outros locais, como a região da *ciuitas ammaiensis*, cuja localização privilegiada<sup>968</sup> lhe permitia um fácil acesso aos produtos quer ibéricos, quer norte-africanos, ou como *Bracara Augusta*, onde foram detectadas 888 peças de *terra sigillata* hispânica tardia, até ao momento, destacam o seu papel enquanto centros redistribuidores da produção dos vales dos Rios Ebro e do Douro (Morais, 2010).

---

<sup>968</sup> Localizada no percurso da calçada *Emerita Augusta* a *Olisipo*, o porto marítimo da capital de província.

Dados semelhantes podem ser extraídos do estudo do material lucernário do Mileu, pois verificámos que os exemplares mais tardios surgem também em número muito residual.

Os exemplares mais tardios do Mileu correspondem ao fim do século III ou inícios século IV d.C., período durante o qual parece haver um ressurgimento das relações comerciais, todavia mais restrito que na fase anterior, marcado por um menor número de exemplares lucernários.

Todavia, não nos podemos esquecer que o século III d.C. é marcado por um período de crise económica e o fim das grandes rotas comerciais que atravessavam o Império<sup>969</sup>. De facto, esta é uma situação comum a muitos sítios arqueológicos, período durante o qual os testemunhos lucernários desaparecem (Morillo Cérdan, 2003: 195).

Terá o período de recessão do século III d.C. ocorrido devido à decadência da exploração mineira, afectando o dinamismo económico e comercial da região onde se insere o Planalto Guarda-Sabugal?

Para além do decréscimo de exemplares comercializados (Morillo Cérdan, 2003: 195), o Mileu parece inserir-se no grupo de sítios cuja importância regional decaiu consideravelmente em relação ao período anterior (o Alto Império), atestado pela presença pouco significativa de materiais importados.

Não obstante, pelo facto de os apresentar comprova que o sítio ou parte dele continuava a ser ocupado e que ainda no século IV se encontrava inserido nas rotas comerciais que cruzavam a Península Ibérica, para aí deslocando lucernas e *terra sigillata* hispânica tardia e de fabrico Norte Africano. Penso que não nos podemos esquecer que ainda no século IV a capital de Província, *Emerita Augusta*, detinha um papel preponderante na redistribuição de bens e produtos, ganhando um novo fôlego neste domínio (Vázquez de la Cuenca, 1985).

Apesar do renascimento económico que se verificou entre o início do século IV e ao longo da centúria seguinte, conduzindo à circulação de produtos nas velhas rotas, de que são testemunho os exemplares de *terra sigillata* no Mileu, certamente não se terá verificado o esplendor das trocas comerciais do período anterior.

A situação não é novidade, pois como Morillo Cérdan (2003: 196) havia defendido nos sítios mais pequenos e núcleos urbanos de menores dimensões os

---

<sup>969</sup> Os dados resultam também da análise do comércio de *terra sigillata*, de que são exemplo o estudo de *terra sigillata* africana de Vipasca, que realça que – que neste território – entre a segunda metade do século II e a primeira metade da centúria seguinte se verificou um interregno nas trocas entre a Província Proconsular e a Hispânia (Bustamante Álvarez; Pérez Macías; Martins 2008: 178).

vestígios surgem em menor número. Apesar da presença de materiais deste período representar que mesmo no século IV o isolamento da área e a dificuldade de circulação nas vias terrestres não impediu o transporte destes produtos, no caso do Mileu surgem em percentagens irrisórias.

Parece-nos assim lícito concluir que a partir do Baixo Império as áreas a norte da *ciuitas Igaeditanorum* deixaram de receber as elevadas quantidades de *terra sigillata* do período anterior. É possível que nesta fase as rotas comerciais que partiam de *Emerita Augusta* e percorriam o interior da Península Ibérica tenham perdido a sua importância, sendo o material encontrado na capital da *ciuitas Igaeditanorum* reduzido e no Planalto Guarda-Sabugal ou na Cova da Beira quase esporádico, denunciando não só alterações na rede de povoamento, mas também o fim das grandes redes de trocas comerciais, nesta região em concreto.

## CONCLUSÃO

Apresentados e discutidos os mais relevantes elementos já conhecidos, relativos à presença romana no território do *Planalto Guarda-Sabugal* é tempo de tirarmos algumas conclusões e de avançar com algumas hipóteses para projectos de investigação futuros. Assim, o levantamento exaustivo dos vestígios da presença romana neste território e em particular no sítio do Mileu mostra-nos que desde a primeira metade do Século I d.C. ter-se-á verificado um amplo programa de ocupação e exploração do *Planalto*, com a implantação que podemos considerar intensiva de diversos núcleos populacionais, com diversas tipologias, em resposta a distintas funcionalidades mas todos eles com vocações económicas muito próprias.

Os indícios patentes no território, as prospecções efectuadas, os programas de escavação sistemáticos e a análise dos assentamentos localizados no *Planalto* permitiram-nos identificar e caracterizar com algum grau de fiabilidade uma rede populacional dispersa por núcleos urbanos de vários graus de grandeza, de vários níveis de riqueza e também de vários graus de importância administrativa. Na trama humana inerente ao povoamento do *Planalto* cruzaram-se colonos estrangeiros, vindos de longe, alguns do próprio solo itálico, com outros vindos de outras regiões do Império, num quadro geral em que, porém, seriam dominantes os habitantes provenientes das várias regiões da Península e em especial de vários lugares da Província da Lusitânia. Como pano de fundo, uma maioria de moradores de origem indubitavelmente autóctone que, por esses anos fulcrais de meados do século I D.C. iniciavam, forçada ou voluntariamente, um mais ou menos longo processo colectivo de aculturação. Com efeito, numa região tão periférica do Império como o era a do *Planalto*, os habitantes autóctones viam-se, de um momento para o outro, obrigados a partilhar um território - que fora secular ou milenarmente o seu - com uma minoria de intrusos, que exibiam ostensivamente todas as marcas exteriores de uma supremacia militar, técnica, administrativa e cultural, e que se soube impor e dominar o território - aqui no *Planalto* como em todos os confins do Império.



O sítio do Mileu, bem como todos os assentamentos contíguos já conhecidos, apesar da sua provável modéstia demográfica ou da sua pequenez territorial, testemunha bem das novidades e da autêntica ruptura civilizacional que a Romanização provocou neste território. A paisagem mudou, os modos de vida mudaram e com eles os padrões civilizacionais em que todos os residentes – autóctones ou colonos, residentes ou visitantes e viajantes - foram obrigados a mover-se e a integrar-se. Mudaram as paisagens, com as velhas pastagens a serem rasgadas por estradas, a serem modeladas por arroteamentos intensivos que davam lugar a campos cultivados com produtos agrícolas de várias naturezas. Mas a paisagem ficaria ainda singularmente marcada pela presença dos assentamentos urbanos verdadeiramente inéditos neste território, servidos por um desenho urbano e por complexos arquitectónicos novos, modelados rigorosa e mesmo geometricamente, erguidos segundo técnicas novas, cobertos com materiais artificiais de presença também inédita nestas paragens, decorados com materiais e técnicas de uso igualmente inédito. Ora, estes assentamentos – pelo menos os mais importantes – foram por certo marcados pela vontade de celebração e de sinalização manifestada, pelo menos num caso, pela presença de uma escultura de desenho clássico – também inédito nestas paragens. Do mesmo modo, tanto o espaço urbano como os espaços rústicos, linhas de estradas ou sítios naturais carismáticos, foram pontualmente sinalizados com aras, altares, inscrições votivas e funerárias e outras manifestações de culto e de religiosidade, de que resultou uma renovada sacralização do espaço.

Ora, a sacralização e a própria monumentalização dos espaços colectivos, atesta bem o requinte dos níveis de Romanização conseguidos no espaço de quatro ou cinco gerações de Romanização. Com efeito, no Planalto esta terá ocorrido essencialmente algures entre aproximadamente o ano 50 até ao ano 150 d.C. Neste período de cerca de cem anos fora possível afinal, erguer um padrão político e administrativo básico mas sumamente funcional, ao serviço de um Estado organizado, presente e actuante, que tanto se materializava na recolha eficiente de impostos como - pela via dos seus agentes de toda a natureza e de todas as hierarquias - se materializava na construção e aperfeiçoamento de infra-estruturas básicas como estradas, pontes ou fontes, como no desenho urbano global de pelo menos os assentamentos demográficos mais importantes, que replicariam sem grandes variações o essencial de assentamentos urbanos de pequena escala, implantados um pouco por todo o Império.

Facilmente se entrevê o papel sumamente “exemplar” de todas estas estruturas – que para lá da sua função prática tão evidente, se constituíam em padrões objectivos e

materiais de divulgação de um modo de vida radicalmente diferente e novo, mas também da afirmação, se não da própria propaganda de um regime, de uma ordem de coisas, de um poder estatal ausente ou distante mas sumamente actuante e cuja superioridade organizativa era facilmente apreendida por todos, a começar pelas populações autóctones. Com efeito, pensamos que a intensidade e a própria velocidade do ritmo, relativamente acelerado, da Romanização do Planalto terá decorrido muito da visibilidade extrema dos grandes marcos e dos grandes sinais da presença romana por todo este território. Estradas e pontes ou campos cultivados e recursos mineiros explorados sistemática e racionalmente, exibiam uma superioridade civilizacional que não dava lugar a discussão nem a dúvida. Do mesmo modo, a presença de autênticas “indústrias” de exploração de inertes como pedreiras ou barreiros, com a consequente criação de olarias ao serviço da produção de materiais de construção como o tijolo e a telha – nunca vistos neste território (para lá da produção de utensílios de barro cozido de uso quotidiano), ao serviço de técnicas construtivas também elas absolutamente inéditas hão-de ter vincado bem a afirmação da Romanização das paisagens e constituído um factor perene e monumental de surpresa, de encantamento e até de adesão junto das comunidades autóctones, assim rendidas às vantagens dos modos de vida tornados possíveis com a romanização gradual de todos os aspectos da vida quotidiana.

A aderência dos povos peninsulares e em particular dos do Planalto aos novos modos de vida era óbvia e rápida e a Romanização do território – uma vez conquistado e pacificado - deve ter sido realizada sem grandes traumas colectivos ou tribais e sem convulsões sociais de maior. Sinal disso é a sobrevivência secular de velhos cultos e rituais locais e a sua perfeita convivência, conforme pensamos, com novas formas de religiosidade e de espiritualidade.

Esta romanização progressiva mas intensa e sistemática, de que tantos sinais sobreviveram e chegaram até nós, a começar pela mais imaterial das suas formas – a própria *língua* – foi apoiada, como sabemos por uma rede de circunscrições administrativas sabiamente dispostas ao longo do território. Tratava-se das *civitas*, de que aparentemente nos chegou a designação oficial de todas elas. Porém, em alguns casos perdeu-se o sítio de implantação urbana das respectivas capitais, soterradas pelo peso denso da História e pelo passar compassado e lento das gerações e por camadas e camadas de sedimentos acumulados ao longo dos séculos. Deve dizer-se que, identificadas quase todas as capitais de *civitas*, no âmbito dos recentes progressos da

investigação histórica e arqueológica em Portugal e em particular na Beira Interior, uma velha dúvida subsiste: onde se localizaria a capital dos *Lancienses Transcudani*?

Pensamos ter contribuído para a delimitação do respectivo território mas confessamos faltar-nos ainda a prova epigráfica, documental, testemunhal da localização rigorosa da respectiva capital. Pelos motivos longamente expostos na presente dissertação, parece ser de encarar cada vez mais intensamente a hipótese de a capital dos *Lancienses Transcudani* se localizar no sítio romano do Mileu. Vários motivos apontam para reforçar esta hipótese: a extensão do campo arqueológico, de que só está estudada uma pequeníssima parte; a sua ocupação continuada e, a seu tempo, sacralizada pela erecção de uma ermida de óbvia e intensa devoção popular; a presença de estruturas arquitectónicas de inegável pendor urbano como as do complexo termal que procurámos conhecer melhor e de que propusemos uma hipótese de reconstituição, bem como a própria dimensão e até a monumentalidade das estruturas construídas já conhecidas. Enfim, como pano de fundo desta implantação urbana, o requinte geral das soluções construtivas, no respeito por alinhamentos ortogonais de articulação e integração urbana tipicamente romanos. Para completar todo este enunciado de estruturas de óbvio carácter urbano, deveremos aduzir ainda a presença inesperada mas sintomática de uma estátua colossal, de mármore, plenamente actualizada e confinante com o que de mais padronizado se fazia na estatuária romana ao serviço da celebração do guerreiro e do herói romano armado, como procurámos mostrar.

Enfim, o próprio requinte dos padrões de consumo, registado no Mileu, parece confirmar a condição de “capitalidade” do sítio. Com efeito, aquele requinte regista-se e está bem patente nos bens de consumo *importados*, desde os de uso quotidiano aos objectos de adorno ou mesmo aos autênticos luxos proporcionados pelo uso de vidraças em janelas e em óculos de iluminação de espaços arquitectónicos.

No território em estudo não se conhece nenhum sítio que, de perto ou de longe, se aproxime destes padrões urbanos, construtivos e de consumo. A continuação dos estudos e, em particular, o prosseguimento das escavações (presentemente suspensas devido aos problemas de financiamento conhecidos) esclarecerá um dia a mais difícil questão posta pelo estudo da Romanização nas Beiras – a da enigmática localização da capital dos *Lancienses Transcudani*.

Estamos convencidos que as páginas que precedem estas linhas podem constituir um bom contributo para o achamento da resposta que há tanto tempo se procura. Por isso, sentimos que esta dissertação é não um fim, mas um degrau, um passo,

provavelmente muito pequeno, para a descoberta da solução para uma das questões mais difíceis levantadas pela história da Romanização do actual território português e em particular pela história da Romanização do território das Beiras.

## BIBLIOGRAFIA

- AA.VV (1983) – *Monografia: T.S.H. Terra Sigillata Hispânica*. Boletín del Museo Arqueológico Nacional (Madrid). Madrid: Ministério de Cultura. T I. 2.
- AA.VV (2006) - *Dicionário de Termos Artísticos e Arquitectónicos [A Grande História da Arte, n.º 18]*. Porto: Público Comunicação Social, S.A.
- ABASCAL PALAZÓN, Juan M. (1992) Una officina lapidaria en Segobriga. El taller de las series de Arcos. *Hispania Antiqua*. Valladolid. XVI, p. 309-343.
- ABASCAL PALAZÓN, Juan M. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad de Murcia.
- ABRANTES, José (1996) – Formas de modelado granítico na região da Guarda. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra (policopiado)
- ACKERMAN, James (1990) – *The Villa: Form and ideology of Country Houses*. Princeton: Bollingen series. XXXV.
- ADAM, Jean-Pierre (1989<sup>2</sup>) - *La construcción romana. Materiales y técnicas*. Madrid: Ed. de los oficios.
- AGUIAR, Carlos (1942) – As origens da cidade da Guarda. *Altitude*. Guarda.
- ALARCÃO, Adília, coord. (1997) – *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge de (1988<sup>3</sup>) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, Jorge (1990a) – Divindades da Beira: Ensaio da geografia religiosa. *Arqueologia Hoje*. Faro: Universidade do Algarve, p. 146–169.
- ALARCÃO, Jorge de (1990b) – O domínio romano. In Serrão, J.; Marques, A. H. O., dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 1, p. 343-489.
- ALARCÃO, Jorge de (1993) – *Arqueologia na Serra da Estrela*. Manteigas: P.N.S.E./ICN.
- ALARCÃO, Jorge de (1995) – Aglomerados Urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho. *Biblos*. Coimbra. LXXI: p. 387-401.
- ALARCÃO, Jorge de (1996) – As origens do povoamento da região de Viseu. *Conimbriga*. Coimbra. XXXV, p. 5 – 35.

- ALARCÃO, Jorge de (1998a) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. XXXVII, p. 89-119.
- ALARCÃO, Jorge de (1998b) – On the civitatis mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. O, p. 143-157.
- ALARCÃO, Jorge de (1999) – Os arredores das cidades romanas de Portugal. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 72: 31-37.
- ALARCÃO, Jorge de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4: 2, p. 293-350.
- ALARCÃO, Jorge de (2004) – “As Cidades da Lusitânia: Imagens de um Processo Cultural”, in Trinidad Nogales Basarrate (Editora Científica), *Augusta Emerita – Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana (Monografías Emeritenses)*. Mérida: Secretaria General Técnica, Ministério de Cultura.
- ALARCÃO, Jorge de (2005a) – Povoações Romanas da Beira Transmontana e Alto Douro”. *CôaVisão*. 7, p. 9-18.
- ALARCÃO, Jorge de (2005b) – Ainda sobre a localização dos povos referidos na ponte de Alcântara. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia (Actas das IIas Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: CEI/ARA, p. 119-132.
- ALARCÃO, Jorge de (2006) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 1, p. 131-147.
- ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1966/67) – Achados na Villa romana de Cardílio (Torres Novas). *Arquivo de Beja*. Beja. 23-24, p. 292-320.
- ALARCÃO, Jorge; *et al.* (1976) – Céramiques divers et verres. *Fouilles de Conimbriga*. VI. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert (1977) – L’Architecture. *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard. I.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990) – *Les Villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria Lurdes (1976) – La antroponimia prerromana en la Península Ibérica. *Separata de actas del I coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Peninsula Iberica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 57-86.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria Lurdes (1977) – La mujer hispanorromana a través de la epigrafia. *Separata de la revista de la Universidad complutense*. Coimbra. XXVI: 109, p. 180-198.

- ALBERTOS FIRMAT, Maria Lurdes (1982) – Los antropónimos indígenas de las inscripciones romanas de la región de Penamacor. *Actas e memórias do 1º colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*. Penamacor, p. 53-54.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria Lurdes (1985) – La onomástica personal indígena de la región septentrional. *Veleia*. Vitória. 2-3, p. 155-194.
- ALBUQUERQUE, Elisa M. M. A. (2005) – *Entre sigillata e faiança: primeiro estudo sobre a cerâmica da Torre de Almofala*. Dissertação de mestrado em Arqueologia Regional apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALONSO CEREZA, Eduardo (2005) – Vidrios. *Antigüedades romanas* (catálogo del Gabinete de Antigüedades. 3). Madrid. Real Academia de la Historia.
- ALMEIDA, João de (1945): *Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*. Lisboa.
- ALONSO SANCHEZ, Á.; M. DE CÁCERES, E. C.; FERNÁNDEZ CORRALES, J. M. (1994) – Tres ejemplos de poblamiento rural romano en torno a ciudades de la vía de la Plata: *Augusta Emerita, Norba Caesarina y Capara*. *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du sol et habitats* (Collection de la Casa de Velásquez. 47). Madrid-Salamanque, p. 67-87.
- ALVAREZ MARTÍNEZ, J. M.<sup>a</sup>; NOGALES BASARRATE, Trinidad (2004) – Calzadas de Lusitania: Programación e ideología imperial. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*. Madrid: Ministério de Cultura, p. 255-276.
- AMANTE SANCHEZ, M. (1994<sup>2</sup>) “Las lucernas de Begastri”, *Antigüedad y cristianismo*, p. 131-138. <http://www.exofficinahispana.org>
- ÂNGELO, Maria J.; RIBEIRO, Carla A. (2008) – Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Fundão). Historiografia e perspectivas de investigação. *Actas das I Jornadas de Belmonte*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte, p. 112-144.
- ÁRBOL MORO, María Ruiz del (2001) – *Organización y explotación del territorio en el noreste de Lusitania en época altoimperial*. Memoria para optar al grado de Doctor da Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense de Madrid. Madrid (policopiado).
- ÁRBOL MORO, Maria Ruiz del (2005) – Aspectos teóricos y metodológicos del estudio arqueológico del Nordeste de Lusitania. La organización del territorio en época

- alto imperial. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitana (Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: CEI /ARA, p. 215-227.
- ARCELIN, P. (1998) – Quantifier les céramiques d’un site. Choix préalables et traitements de l’information archéologique. *La quantification des céramiques, conditions et Protocole*. Glux-en-Glenne: Mont Beuvray. Bibacte. 2, p. 37-46.
- ARIÑO GIL, Enrique; RODRIGUEZ HERNANDEZ, José (1997) - El poblamiento Romano y Visigodo en el territorio de Salamanca. Datos de una prospección intensiva. *Zephyrus*. Salamanca. 50: 225-245.
- ARRUDA, M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 207-292.
- ARRUDA, Ana Margarida (2007) - *Laccobriga: A ocupação romana da Baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de (2003) - Cerâmica de paredes finas da alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 1, p.235-286
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2007) - A cerâmica comum de produção local do Monte Molião. *Xelb* (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves - 22, 23 e 24 Outubro 2009). Silves. 10, p. 285-304.
- ARRUDA, Ana M.; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2010) - A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. *Xelb*, 10, p. 285-304
- AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, Joaquín (2007) - Las armaduras segmentadas (*loricae segmentatae*) en los yacimientos romanos de la Provincia de León: un estudio de conjunto. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 80, págs. 153-182.
- BELO, A. R. (1964) – Dois marcos miliários, inéditos, do troço Centum Cellae – Valhelhas, da via militar romana Mérida-Viseu-Braga. *Arqueologia e História*. Lisboa. XI, p. 129-192.
- BELTRÁN FORTES, José (2004) – *Monvmenta sepulcrales en forma de altar com pulvinos de los territorios hispanorromanos: revisión de materiales y estado de la cuestión*. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 77, p. 101-141.
- BELTRAN LLORIS, M. (1990) - *Guía de la cerâmica romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.
- BEMONT, C.; JACOB, J. P. (1986) – *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: Implantations, produits, relations*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme (Documents d’Archéologie française; 6).



- BENÉVOLO, Leonardo (2007<sup>4</sup>) – *História da Cidade*. S. Paulo: Perspectiva.
- BERNARDES, João Pedro (2002) – *Civitas Collipponensis*. Dissertação de Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).
- BIODESIGN (2006) – *Estudo de impacte ambiental da PLIE da Guarda*. Relatório síntese (policopiado)
- BIROT, Pierre (1946) – *Contribution a l'étude morphologique de la région de Guarda*. Lisbonne.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2002) – Cultos e devoções de cariz aquático no Ocidente em contextos Paleohispânicos. *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa; Museu Nacional de Arqueologia, p. 21-24.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2006) – La Hispania en época de Augusto vista por los escritores contemporáneos. Estrabón y Trogo Pompeyo. *Gerión*: Madrid. 24: 237-249.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2007) – *Arte e religión en el Mediterráneo antiguo*. Madrid: Cátedra (Colección Historia. Serie Mayor).
- BONIFAY, M. (2004) – Etudes sur la céramique romaine tardive d'Afrique. *BAR International séries*. Oxford. 1302.
- BONNAUD, Christophe (2002) – Les divinités indigenes de Vettonnie sous le Haut-Empire Romain: essai d'inventaire et interpretation. *Conimbriga*. XLI, p. 63–103.
- BORGES, Dulce Helena (2010) - *Guarda – Roteiros Republicanos.*, Matosinhos: QUIDNOVI, QN – Edição e Conteúdos, p. 30-33.
- BOURGEOIS, Ariane; MAYET, Françoise (1991) – *Les sigillées. Fouilles de Belo*. VI. Madrid: Colletion de la Casa de Velázquez. 34 (Archéologie, XIV).
- BOWMAN, Alan; THOMAS, David (1983) - *Vindolanda: the Latin writing tablets* London: Society for the Promotion of Roman Studies, <http://vindolanda.csad.ox.ac.uk/tablets/TVI-1-1.shtml>.
- BRANDÃO, D. de; RODRIGUES, A. V. (1957-58) – Inscrições romanas de Valhelhas. *Humanitas*. Coimbra. VI/VII, p. 167-171.
- BROWN, P. G. M<sup>c</sup>C. (1995<sup>6</sup>) - The First Roman Literature. *The Roman World* (Coord. John Boardman, Jasper Griffin e Oswin Murray). Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press, p. 60-72.
- BUENO, Haley Jovi; PEREIRA, Vitor (2004) – Sepulturas escavadas na rocha entre o Rio Mondego e a Ribeira do Caldeirão (Guarda). *Praça Velha*. Guarda. 15, p. 55-70.

- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio; MARTINS, Artur (2008) – Sigillatas claras de Aljustrel: a crise do século II d.C. nas minas do Sudoeste ibérico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 1, p. 163-181.
- CABRAL, Francisco; TELLES, Gonçalo R. (1999) – *A árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- CABRAL, J. (1995) – Neotectónica em Portugal Continental. *Memórias do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 31.
- CALDERÓN FRAILE *et al.* (2000) – Sociedad y territorio: la evolución de los habitats desde la Segunda Edad del Hierro a la romanización en la provincia de Cáceres. *Sociedad y cultura en Lusitânia. (IV Mesa redonda internacional)*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 53-71
- CAMEJO, Maria Alcina (2009) – *Dar voz às pedras: a musealização do conjunto patrimonial do Mileu (Guarda)*. Dissertação de mestrado em museologia e Património cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).
- CARANDINI, Andrea (1997) – *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*. Barcelona, Crítica.
- CARANDINI, A. *et al.* (1981) – Cerâmica Africana. *Atlante delle forme ceramiche I*. Enciclopédia dell'Arte antica e orientale. Roma.
- CARNEIRO, André; SEPÚLVEDA, Eurico de (2004) – *Terra sigillata hispânica tardia do Concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7: 2, p. 435-458.
- CARRERAS Monfort, César (1994) – *Una reconstrucción del comercio en cerâmicas: la red de transportes en Britannia*. Barcelona: Cátedra de Historia de la Universidad de Barcelona.
- CARRERAS Monfort, César (2006) – Consumo de salazones béticos desde época de Augusto a los Julio-Claudios: mercados emergentes en Asturica Augusta (Astorga), Barcino (Barcelona) y Oppidum Cugernorum (Xanten). *B.A.R. int. ser. (Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsa y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad)*. Oxford, p. 215-220.
- CARRERAS Monfort, César; FUNARI, Pedro P.A. (2001) – Estado y mercado en el abastecimiento de bienes de consumo en el imperio romano: un estudio de caso de la distribución de aceite español en Britannia. *História Econômica & História de Empresas*. 3 (2), p. 105-121.

- CARRERAS Monfort, César; FUNARI, Pedro Paulo A. (2007) - El aporte de la arqueología para el estudio del abastecimiento militar: la Britannia romana. *Guerra e paz no mundo antigo*. Pelotas (Brasil): Instituto de memória e património, p. 63-74
- CARRETERO VAQUERO, Santiago (2000) – El *campamiento romano del Ala II Flavia en Rosinos de Vidriales (Zamora)*. *La cerámica*. Zamora: Universidad de Valladolid.
- CARVALHO, António (1999) – Evidências arqueológicas da produção de vinho nas *uillae* romanas do actual território português: alfaias vitícolas e lagares de vinho. *Economie et Productions en Lusitanie Romaine*. Actes e Travaux réunis et présentés par Jean-Gérard Gorges et Fernando Germán Rodríguez Martín. Madrid: Casa Velázquez. (Collection de la Casa de Velázquez, nº 65), p. 361-390.
- CARVALHO, Pedro (1998) – *O Forum de Aeminium*. Maia: Instituto Português de Museus.
- CARVALHO, Pedro (2003) – O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural. *Conimbriga*. Coimbra. 42, p. 153-182.
- CARVALHO, Pedro (2005) – Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: CEI, p. 155-170.
- CARVALHO, Pedro (2007a) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão/Coimbra: CMF/IAFLUC (*Conimbriga*. Anexos 4).
- CARVALHO, Pedro (2007b) – “Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã). Uma quinta romana no interior norte da Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. XLVI, p. 207-250.
- CARVALHO, Pedro C. (2009a) – O Forum dos Igaeditani e os primeiros tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 82, p. 115-131.
- CARVALHO, Pedro C. (2009b) – Há 2000 anos em Celorico da Beira (entre as encostas da Estrela e o vale do Mondego ao tempo dos Romanos). *Celorico da Beira através da História*. Celorico da Beira: Câmara Municipal, p. 33-49.
- CARVALHO, Pedro C. (2010) – Construções em terra da época Augustana na capital da civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Portugal). 6 ATP. 9 *Siacot*.

- CARVALHO, Pedro C. (2010a) – A caminho do Douro na época romana. Da capital da “ciuitas igaeditanorum” aos” territoria” dos “Lancienses”, “Araui”, “Meidubrigenses” e “Cobelci”. *Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos “sin pasado”. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero*. Salamanca: Ediciones Universidad, p. 125-138
- CARVALHO, Pedro; *et al.* (2002) – Povoamento rural romano ao longo da ribeira da Meimoa – Fundão (1ª campanha de prospecção intensiva). *Conimbriga*. Coimbra. 41, p. 127-152.
- CARVALHO; Pedro C.; ENCARNAÇÃO, José d' (2009) - O monumento romano da Quinta da Caneca (Salgueiro, Fundão). *Eburobriga*. Fundão. 4, p. 91-98.
- CARVALHO, Pedro C.; *et al.* (2010) – Caminhando em redor do fórum de Aeminium (Coimbra, Portugal). *Studia Lusitana*. Mérida. 4, p. 69-88 (Actas de Ciudad y foro en Lusitânia Romana).
- CARVALHO, Teresa (1998) – *A terra sigillata de Monte Mozinho. (Contributo para a história económica do povoado)*. Penafiel: Museu Municipal. 3.
- CARVALHO, Teresa (2002) – Monte Mozinho: A terra sigillata recuperada do sector B. *Portugália*. XXIII, p. 117-154.
- CASASOLA, Darío Bernal (1993) – Una pieza excepcional del Museo Nazionale de Roma y el problema de las lucernas tipo Andújar. *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie II. H.<sup>a</sup> Antigua. T 6, 207-220.
- CASTRO, J. O. G. (1902) – *Diocese e Districto da Guarda*. Porto: Typographia Universal.
- CASTRO VILLALBA, Antonio (1996<sup>3</sup>) - *Historia de la Constucción Arquitectónica*. Barcelona: Edicions UPC – Universitat Politècnica de Catalunya.
- CERRILLO MARTÍN, E.; FERNÁNDEZ CORRALES, J. M.; HERRERA GARCÍA, G. (1990) - Ciudades, territorios y vías de comunicación en la Lusitania meridional española. *Les villes de Lusitanie romaine*. Paris: CNRS. 4: 2, p. 51-72.
- CHAPOT, Victor (1927) - *Le Monde Romain*. Paris: La Renaissance du Livre (Bibliothèque de Synthèse Historique – L'Évolution de L'Humanité, N.º 22).
- CHIC GARCÍA, Genaro (2000) - Trajano y el arte de comerciar. *Trajano, emperador de Roma* (Congreso internacional). 1. Sevilla, pag. 71-101.
- CHIC GARCÍA, Genaro (2002) - El comerciante y la ciudad. *Estudio sobre las ciudades de la Bética*. Granada, p. 115-147.

- CHIC GARCÍA, Genaro (2003) - Navegación fluvial por el Guadalquivir. El baetis-guadalquivir, puerta de hispania. *Actas del I ciclo de estudios sobre Sanlúcar*. Sanlúcar de Barrameda, pp. 39-88.
- CHIC GARCÍA, Genaro (2004) - Medios y modos del transporte marítimo en época antigua. *Fortunatae insulae. canarias y el mediterráneo*. Santa Cruz de Tenerife, p. 49-59.
- CHIC GARCÍA, Genaro (2005) - El comercio de la bética altoimperial. *Habis*. 36, p. 313-332 (<http://institucional.us.es/revistas/habis/36/21%20chic.pdf>, consultado a 11 de Agosto de 2012).
- CHORÃO, Maria José M. B. (2002) – *Memórias paroquiais: retrato do Concelho da Guarda em 1758*. Guarda: Câmara Municipal.
- COELHO, M. H. C. (1999) – *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal.
- COIXÃO, António N. Sá (2007) – Estudo da presença romana nas áreas das freguesias de Marialva e Coriscada (concelho de Meda). *Côavisão*. Vila Nova de Fôz Côa. 9, p. 211-236.
- COIXÃO, António N. Sá; SILVINO, Tony (2006) – O sítio Arqueológico de Rumansil I. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 8, p. 118-137.
- COLMENERO, Antonio Rodríguez (1985) – Un importante grupo de nuevos teónimos galaicos. *Veleia*. Vitória. 2-3, p. 327-354.
- CORREIA, Virgílio H.; *et al.* (2004) - Produção e difusão de cerâmicas industriais em Conimbriga e territórios limítrofes. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones (Cáceres 7-9 Novembro 2002)*. Madrid, p. 297-320.
- CORREIA, Virgílio Hipólito; DE MAN, Adriaan (2010) – Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território. *Changing Landscapes. The impact of Roman towns in the Wester Mediterranean*. Bologna: Ante Quem, p. 299-309.
- CÔRTE-REAL, A. (1991) – Póvoa do Mileu – um património a conservar. *Oppidana*. Guarda. 25.
- CÔRTE REAL, A.; ABRUNHOSA, M. J. (1994) – Estação Arqueológica de Póvoa do Mileu (Guarda): Estudo, recuperação e valorização de património em espaço urbano. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (20, 21 e 22 Maio de 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 145-160.
- CORTIJO CEREZO, M. L. (1993) – Algunos aspectos sobre el médio rural en la Bética romana: pagi y vici. *Hispania Antiqua*. Valladolid. XVII, p. 197-214.

- CRUZ, Mário (2009) – *O vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. 2 vols. (policopiado).
- CRUZ, Mário (2011) – *Vita Vitri – o vidro antigo em Portugal* (Catálogo de exposição). Braga: Museu D. Diogo de Sousa.
- CURADO, Fernando Patrício (1979) – Epigrafia das Beiras. *Conimbriga*. Coimbra. XVIII, p. 145-148
- CURADO, Fernando Patrício (1982) – A viação romana no Concelho de Penamacor. Contribuição para o estudo da via de Mérida a Braga. *Actas e memórias do 1º colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*. Penamacor: ARCINPE, p. 83–98.
- CURADO, Fernando Patrício (1984) – Aras a LAEPVS procedentes de Pousafoles, Sabugal (Conventus Scalabitanus). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 7: 28.
- CURADO, Fernando Patrício (1987) – Ara a Aelva, de Famalicão (Guarda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 22: 98.
- CURADO, Fernando Patrício (1988a) – Ara fragmentada de Fóios (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 27: n.º122.
- CURADO, Fernando Patrício (1988b) – Estelas funerárias de Vila Boa (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 27: n.º123.
- CURADO, Fernando Patrício (1988c) – Fragmento de epígrafe de Malhada Sorda (Almeida). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 27: n.º125.
- CURADO, Fernando Patrício (1989) – As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do Cabeço das Fráguas, Pousafoles (Sabugal): duas teogonias, diferente etnogénese? *Actas do I colóquio arqueológico de Viseu*. Viseu, p. 349-370.
- CURADO, Fernando Patrício (1995) – A inscrição indígena do Cabeço das Fráguas. *Oppidana*. Guarda. VIII: 34, p. 42–45.
- CURCHIN, Leonard A. (2004) – Communications fluviales en Lusitanie. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones (Cáceres 7-9 Novembro 2002)*. Madrid, p. 455-164.
- DAVEAU, Suzanne (1969) – Structure et relief de la Serra da Estrela. *Finisterra*. Lisboa. 4, p. 30-63; 159-195.

- DAVEAU, Suzanne (1981) – A Expedição Científica à Serra da Estrela, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em Agosto de 1881. *Finisterra*. Lisboa. 32, p. 314-318.
- DAVEAU, Suzanne (1988) – Progressos recentes no conhecimento da evolução Holocénica da cobertura vegetal em Portugal e nas regiões vizinhas. *Finisterra*. Lisboa. XXIII, p.101-115.
- DAVEAU, Suzanne (1987) – *Geografia de Portugal. Comentários e actualizações*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
- DAVEAU, Suzanne (1995) – A Cordilheira Central e os seus sopés. *Portugal Geográfico*. Lisboa: ed. João Sá da Costa.
- DAVIDSON, I; BAILEY, G. N. (1984) – Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid. 2, p. 25-43.
- DELGADO, M., MAYET, F., ALARCÃO, A. (1975) – Les sigillées. *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard. IV.
- DELGADO, M. (1985) – Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. II. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. II: 2, p. 9-40.
- DIAS, Lino T. (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.
- DIAS, Maria Manuela Alves; COELHO, Luís (1995-97) – Endovélico: caracterização social da romanidade dos cultuantes e do seu santuário (São Miguel da Mota, Terena, Alandroal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV: 13-15. 233-265.
- DIAS, Vítor (2002) - *A cerâmica comum romana da casa da porta sul de Idanha-a-Velha*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).
- DGEMN (1954) – Capela de Nossa Senhora do Mileu. *Boletim da DGEMN*. Porto.
- EDMONDSON, Jonathan (2004) – Inmigración y sociedad local en Augusta Emerita, 25 A.C. – 250 D.C. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*. Madrid: Ministério de Cultura, p. 321-368.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1985a) – Divindades indígenas da Lusitânia. *Os Portugueses e o Mundo*. Porto. VI, p. 103–115.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1985b) – Omissão dos teónimos em inscrições votivas. *Veleia*. Vitória. 2-3, p. 305-310.

- ENCARNAÇÃO, José d' (1986) – Indigenismo e romanização na Lusitânia. *Biblos*. LXII, p. 452–464.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1987) – A população romana do Nordeste alentejano. *Las Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Castelo de Vide, p. 167-170
- ENCARNAÇÃO, José d' (1996) – Libertos no termo da Egitânia romana. *Materiais*. Castelo Branco. 1: 0, p. 13-19.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2000) – Os indígenas na epigrafia da Beira Interior. *Beira Interior: História e Património (Actas das Las Jornadas da Beira Interior)*. Guarda: Ferreira Ed., p. 151–158.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2001<sup>2</sup>) – *Roteiro Epigráfico romano de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2004) – As manifestações religiosas, fonte para o estudo das comunicações – três exemplos. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*. Madrid, p. 293-296.
- ENCARNAÇÃO, José d'; RODRIGUES, Adriano V. (2009) – Altar votivo a Banda Brialeacus, do Castro dos Castelos Velhos (Guarda). *Praça Velha*. Guarda. 25, p. 228-238
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1994) – La place de la Lusitanie dans le commerce méditerranéen. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 201-218.
- ETTLINGER, E.; *et al.* (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Itálico Modo Confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH (Materialen zur romisch-germanischen Keramik 10).
- FABIÃO, C. (1994) – O azeite da Bética na Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, Carlos (2008) - Las Ánforas Romanas de Lusitania. *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Uiversidade de Cádiz, p.501-521.
- FABIÃO, Carlos (2010) – Modelos forenses nas Cidades da Lusitania: Balanço e Prespectivas. *Stvdia Lusitana*. Mérida. 4, p. 343-359 (Actas de Ciudad y foro en Lusitânia Romana).
- FARIA, António M. (1985) – Subsídios para um inventário dos achados monetários do Distrito da Guarda. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*. Vol I. Lisboa, p. 679-694.
- FARIA, João Carlos L. (2002) – *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Lisboa: Edições Colibri / C.M. Alcácer do Sal.



- FERNANDES, I. C. (1982) - Vestígios proto-históricos e romanos do Verdugal. *Actas e Memórias do I Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*. Penamacor, p. 57-64.
- FERNANDES, Luís da Silva; *et al.* (2006) – Vicus e Castellum na Província Lusitânia. Notas epigráficas e arqueológicas. *Conimbriga*. XLV, p. 165-198.
- FERNÁNDEZ-ALBALAT, Blanca G. (1990) – *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Coruña: Edición do Castro.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., ed. (1998) – *Terra sigillata hispânica: Estado actual de la investigación*. Jaén: Universidade de Jaén.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M.<sup>a</sup> Isabel; ROCA ROMENS, Mercedes (2008) – Producciones de Terra Sigillata Hispânica. *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 307-332.
- FERREIRA, António de Brum (1978) – *Planaltos e montanhas do Norte da Beira. Estudo de geomorfologia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, Ana Paula (2000) – Sobre a dispersão dos Tapori: algumas notas de reflexão. *Conimbriga*. Coimbra. 39, p. 153-189.
- FERREIRA, Ana Paula (2004) – Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 34.
- FERREIRA, Maria do Céu C. (2000) – Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho de Trancoso. *Beira Interior: História e Património (Actas das Ias Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: Ferreira eds, p. 361-374.
- FERREIRA, Maria do Céu C.; OSÓRIO, Marcos; PERESTRELO, Manuel S. (2004) – Ara votiva a Amma de Vale de Azares. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 77: 347.
- FERREIRA, Narciso; VIEIRA, Gonçalo (1999) – *Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela*. Lisboa: Parque Natural da Serra da Estrela.
- FILIFE, Victor (2008) – *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- FINLEY, M. I. (1973) – *The ancient economy*. Berkeley/Los Angeles: University of California press.
- FRADE, Helena (2002) – *Centum Celas. Uma villa romana na Cova da Beira*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Policopiado).

- FRADE, Helena (2002a) – O Lararium da Villa Romana de Centum Celas. *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa (Catálogo da exposição)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 189-191.
- FRADE, Helena (2005) – Torre de Centum Celas: uma villa, uma família, quatro séculos. *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda, CEI/ARA, p. 251-266.
- FRADE, Helena; CAETANO, José Carlos (2002) – Os cultos na Civitas Cobercorum. *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa (Catálogo da exposição)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 227-230.
- FUNARI, Pedro P. A. (2008) – La contribution d’une approche postprocessual pour la compréhension de la consommation d’huile d’olive en Bretagne romaine. *Stud. Hist., Historia Antigua*. Salamanca. 26, p. 271-302.
- GARCÍA BROSÁ, Gloria (1999) - Mercadores y negociadores: ¿simples comerciantes? *Pyrenae*. Barcelona. 30, p. 173-190.
- GARCÍA GARRIDO, Manuel J. (2001) – *El comercio, los Negocios y las Finanzas en el Mundo Romano*. [s.l.]: Fundación de Estudios Romanos.
- GARCIA, José M. (1991) – *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às religiões da Lusitânia de Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. [Lisboa]: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GARCÍA VARGAS, Enrique; LÓPEZ ROSENDO, Ester (2008) - El alfar de Rabatún (Jerez de la Frontera, Cádiz) y la producción de ánforas y cerámica común en la campiña del Guadalete en época altoimperial romana. *Spal*. 17, 281-313.
- GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1978<sup>6</sup>) – *España y los Españoles hace Dos Mil años (según la “Geografía” de Strábon)*. Madrid: Espasa-Calpe.
- GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1982<sup>4</sup>) – *La España del siglo primero de nuestra era (según P. Mela y C. Plinio)*. Madrid: Espasa-Calpe.
- GAGARIN, Michael; FANTHAM, Elaine, ed. (2010) — *The Oxford Encyclopedia of Ancient Greece and Rome*. Londres: Oxford University Press. 4.
- GENIN, M.; HOFFMANN, B.; VERNHET, A. (2002) – Les productions anciennes de la Graufesenque. *Céramiques de la Graufesenque et autres productions d’époque romaine. Nouvelles recherches*. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl, p. 45-104.

- GENTY, P. Y. (1986) – Aspiran. *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du haut empire: Implantation, produits, relations*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archéologie Française; 6), p. 113-116.
- GOMES, Rita Costa (1987) – A Guarda medieval (1200-1500). *Revista de História Económica e Social*. Lisboa. 9-10.
- GORGES, J.-G. (1989) – Villes et villas de Lusitanie. *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires*. Paris: CNRS, p. 91-114.
- GRANT, Michael (1967) – *O Mundo de Roma*. Lisboa: Arcádia [coleção *História das Civilizações*, /Vol. II].
- GRASSI, Elisa (2003) – Milano: elementi per un inquadramento cronológico e produttivo delle lucerne rinvenute negli scavi nell'area dell'Università Cattolica. *Nouveautés lychnologiques*. [www.chaman.ch/lychnos](http://www.chaman.ch/lychnos).
- GRENIER, Albert (1925) - La Connaissance et L'Idée Impériale – La Géographie et L'Histoire A Rome. *Le Génie Romain dans la Religion, la Pensée et l'Art, La Renaissance du Livre*. Paris: Bibliothèque de Synthèse Historique – L'Évolution de L'Humanité. 17.
- GRIMAL, Pierre (2003) – *As Cidades Romanas*. Lisboa: Edições 70 (Coleção o Lugar da História).
- GRIMAL, Pierre (2010) – *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70 (Coleção o Lugar da História).
- GUERRA, Amílcar (1996) – Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramanha. Dos antiquários à Historiografia actual. *A Cidade*. Lisboa. 11, p. 7-33.
- GUERRA, Amílcar (2007) – Sobre o território e a sede dos *Lancienses (Oppidani e Transcudani)* e outras questões conexas. *Conimbriga*. Coimbra. XLVI, p. 161-206.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1996) – A Ocupação romana do Cabeço do Crasto, S. Romão, Seia. *Ophiussa*. Seia. 0, p. 133-159.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2006) – O sítio arqueológico da Quinta dos Bons Ares, Sebadelhe, Vila Nova de Foz Côa. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 8, p. 17-24.
- HANOUNE, Roger; SCHED, John (2003) – *Os romanos nossos antepassados*. Lisboa: Quimera.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.

- HAYES, J. W. (1997) – *Handbook of Mediterranean Roman Pottery*. London: British Museum Press.
- Hep - *Hispania Epigraphica*. Madrid.
- HOMO, Léon (1927) – *Les Institutions Politiques Romaines – De La Cite Á l'État*. Paris: La Renaissance du Livre (Bibliothèque de Synthèse Historique – L'Évolution de L'Humanité, N.º 18).
- HOPKINS, Keith (1980) – Taxes and trade in the Roman Empire (200 B.C. – A.D. 400). *The Journal of Roman Studies*. 70, p. 101-125.
- ISABEL PANOSA, Maria (1996) – Elementos sobre la fase de bilingüismo y latinización de la población ibérica. *La Hispania Prerromana. Actas del VI coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca, p. 217-246.
- JALHAY, Eugénio (1950) – Inscrições romanas do Museu da Guarda. Guarda. *Brotéria*. 50, p. 3-15.
- JANSEN, Jan (2002) – *Guia Geobotânico da Serra da Estrela*. Lisboa: ICN.
- JANSEN, C. R.; WOLDRINGH (1981) – A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from de Serra da Estrela, Portugal. *Finisterra*. Lisboa. 32, p. 299-309.
- JUAN TOVAR, L.C. (1990) – Alfares y vías de comunicación en la Hispania Romana. Acercamiento a una relación. *Simposio sobre la red viária en la Hispania romana*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, p. 293-299.
- JUAN TOVAR, Luis C. (1992) – *Arcóbriga II. Las cerámicas romanas*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.
- KOCH, Michael (2010) - Postoloboso, Cabeço das Fráguas, Monte do Facho: tres ejemplos de la romanización en la parte indoeuropea de la hispania antigua. *Iberografias*. Guarda. 6, p. 55-62.
- LE ROUX, Patrick (1992-1993) - Vicus et castellum en lusitanie sous l'empire. *Studia Historica. Historia Antigua*. 11Salamanca. 10-11,p. 151-160.
- LE ROUX, Patrick (1996) – Las ciudades de la Callaecia romana durante el Alto Imperio. *Gerión*: Universidad Complutense. 14, 363-379.
- LE ROUX, Patrick (1999) -La ville romaine en Hispanie. *Actas da mesa redonda emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica* . Porto: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 233-250.
- LE ROUX, Patrick (2004) – Mérida capitale de la Province romaine de Lusitanie. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 17-31.

- LE ROUX, Patrick; Tranoy, Alain (1983-1984) – Villes et fonctions urbaines dans le nord-ouest hispanique sous domination romaine. *Portugália*. Porto. 4-5, p. 199-208.
- LE ROY, Max (1965) - *Initiation À L'Archéologie Romaine*. Paris: Payot.
- LEITÃO, M.; Ponte, Maria Salette da (1980) – Lucernas romanas do Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco). *Conimbriga*. Coimbra. 19, p. 151-158.
- LOBÃO, João C., MARQUES, António C. e NEVES, Dário (2005): Povoamento romano na área da Torre de Almofala (*ciuitas Cobelcorum*). *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, CEI / ARA, Guarda, p. 171-188.
- LOBÃO, J.; MARQUES, A. C.; NEVES, D. (2006) – Património Arqueológico do Concelho de Celorico da Beira: Subsídios para o seu inventário e estudo. *Praça Velha*. Guarda. 19, p. 15-38.
- LOPES, M. C. (1994) – *A sigillata de Represas (Coleção F. Nunes Ribeiro)*. *Tratamento Informático*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra / Instituto de Arqueologia.
- LOPES, Maria Conceição (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Conimbriga / Anexos 3).
- LÓPEZ MULLOR, Alberto (2008) - Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares. *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Uiversidade de Cádiz, p. 343-384.
- LUGINBUHL, Thierry (1998) – Exemples d'études chrono-quantitatives à Bibracte et en Suisse. *La quantification des céramiques, conditions et Protocole*. Glux-en-Glenne: Mont Beuvray. (Collection Bibracte, 2), p. 79-84.
- LUJÁN, E. R. (2009) – Pueblos celtas y no celtas de la Galicia Antigua. Fuentes literarias frente a fuentes epigráficas. *Actas do XXII Seminario de Linguas y Epigrafía antigas*. Valencia: Real Acadèmia de Cultura Valenciana. 9, p. 219-250.
- KÄHLER, Heinz (1963) - *Rome et son Empire*. Paris : Éditions Albin Michel [série *L'Art dans le Monde – Fondements Historiques, Sociologiques et Religieux*], p. 26-29.
- MACHADO, L.S. (1920) – Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1: 24, p. 266-267.

- MAIA, G. P.; MAIA, M. (1997) *Lucerna de Santa Bárbara*, Núcleo de Arqueologia da Cortiçol. Castro Verde.
- MANTAS, Vasco Gil (1982) – Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*. Coimbra. 21, p. 5-99.
- MANTAS, V. (1988) – *Orarivm donavit Igaiditanis*: Epigrafia, e funções urbanas numa capital regional Lusitana. *Actas do I Congresso de Historia Antigua*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. II, p. 415-439.
- MANTAS, V. (1992) – Teledeteccção e vias romanas. *Jornadas sobre teledetectcion y geofísica aplicadas a la Arqueologia*. Madrid: Ministério de Cultura, p. 165-174.
- MANTAS, V. (1993a) – *A rede viária romana da faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).
- MANTAS, V. (1993b) – As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra, p. 467-500.
- MANTAS, Vasco Gil (1994) – A rede viária romana do território português. In Medina, J. (dir.) - *História de Portugal: dos tempos Pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube. II, p. 213-230.
- MANTAS, V. (1998a) – O espaço urbano nas cidades do norte da Lusitânia. *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico*. Lugo: Facultad de Humanidades. I, p. 355-391.
- MANTAS, V. (1998b) – Colonização e aculturação no Alentejo Romano. *Arquivo de Beja*. Beja. VII/VIII, p. 33-53.
- MANTAS, Vasco Gil (1998c) – Navegação, Economia e Relações interprovinciais. Lusitânia e Bética. *Hvmanitas*. Coimbra. L, p. 199-239.
- MANTAS, V. (2000) – A sociedade luso-romana do município de Ammaia. *Sociedade y cultura en Lusitânia Romana. IV Mesa redonda internacional*. Mérida. (Série Estudos Portugueses), p. 391-420.
- MANTAS, V. (2002) – Libertos e Escravos na Cidade Luso-Romana de Ammaia. *Ibn Maruán*. Marvão. 12, p. 49-68.
- MANTAS, Vasco Gil (2002a) – C. Cantius Modestinus e seus templos. *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa; Museu Nacional de Arqueologia, p. 231-234

- MANTAS, Vasco Gil (2002b) – O mundo religioso dos viajantes e comerciantes. *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa; Museu Nacional de Arqueologia, p. 157-164.
- MANTAS, Vasco Gil (2004) – Vias e portos na Lusitânia romana. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lvsitania Romana: Las Comunicaciones*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 427-453.
- MANTAS, Vasco Gil (2008-09) – A rede viária romana em Portugal. Estado da questão e prespectivas futuras. *Anas*. 21-22, p. 239-255.
- MAR, Ricardo (2002) – “La Construcción de Edificios Termales”, Prefácio a Paula Araújo Pereira da Silva, *As Termas Romanas de Barcara Augusta*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- MARQUES, António (2011) – *A ocupação Romana na Bacia de Celorico*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).
- MARQUES, Carlos A. (1936) – *A bacia hidrográfica do Côa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- MARQUES, Carlos A. (1996) – *A Serra da Estrela: Estudo Geográfico*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- MARTÍN-BUENO, Manuel *et al.* (2007) - “Baños y Letrinas en el Mundo Romano: El Caso del *Balneum* de la *Domus* 1 del Barrio de las Termas de *Bilbilis*”. *Zephyrus*. 60.
- MARTÍN HERNÁNDEZ, Esperanza; Rodríguez Martín, Germán (2008) - Paredes finas de *Lusitania* y el cuadrante noroccidental. *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 385-406.
- MARTÍN, Fernando (1994) - *Las constituciones imperiales de hispania. Roma y las Provincias: realidad administrativa*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- MARTÍN HERNÁNDEZ, Esperanza (2008) – Cerâmica romana de paredes finas de época Julioclaudia en el campamento de la Legio VI Victrix. *Estúdio preliminar de los materiales procedentes del polígono de la Palomera*. León.
- MARTINS, Alfredo F. (1940) – *O esforço do Homem na bacia do Mondego*. Lisboa.
- MARTINS, Carla M. B.; COSME, Susana R. (2000) – O contributo do espólio cerâmico na interpretação da estação arqueológica de Aldeia Nova / Olival dos Telhões (Freguesia de Almendra, Concelho de Vila Nova de Foz Côa). *Beira Interior: História e Património (Actas das Ias Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: Ferreira eds., p. 159-170.

- MARTINS, Manuela (2009) - Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In Dopico Caínzos, D., Villanueva Acuña M. e Rodríguez Alvarez (eds), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*. Lugo, p. 181-211.
- MATEOS CRUZ, Pedro (2001) – Augusta Emerita. la investigación arqueológica en una ciudad de época romana. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 74, p. 183-208.
- MATEUS, José Eduardo; QUEIROZ, Paula F. (1994) – Lagoas e Turfeiras. Arquivos naturais a História da Paisagem – e o seu estudo em Portugal. *II seminário técnico conservação da natureza na Serra da Estrela*. Guarda: Parque Natural da Serra da Estrela, p. 115-140.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (1997) – Beira. *Portugal – o sabor da terra*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MAYET, F. (1973) – Marques de potiers sur sigillée hispanique a Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. 12, p. 5-65.
- MAYET, F. (1978) – Les importation de sigillées à Mérida au Ier siècle de notre ère (Sigillées italique et gauloise). *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 80-100.
- MAYET, F. (1984) – *Les Céramiques Sigillées Hispanique. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire romain*. Paris: Dif. de Boccard.
- MAYET, F. (1990) – Mérida: capital économique? *Les Villes de la Lusitanie Romaine, Hiérarchies et territoires. Table ronde internacional du Centre Nacional de Recherche Scientifique*. Paris: Centre Nacional de la Recherche Scientifique, p. 207-212.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) – Les amphores de São Cucufate (Beja). *Itinéraires Lusitaniens*. Paris: E. de Boccard, p. 69-110.
- MEZQUIRIZ, M. A. (1961) – *Terra sigillata hispánica*. Valencia: The William L. Bryant Foundation.
- MEZQUIRIZ IRUJO, M. A. (1983) – Cerámica Sigillata Hispánica. Historia y Criterios Tipológicos. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* (Madrid). 1: 2.
- MORAIS, Rui (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (*Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*. 2).



- MORAIS, Rui (2007) – Contributo para o estudo da economia na Lusitania Romana. *Sagvntvm*. 39, 133-140.
- MORAIS, Rui (2010) – Estudio preliminar de la *terra sigillata* hispánica tardía de *Bracara Augusta*. *XXVI Congress of the Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz, p. 437-461.
- MORAIS, Rui (2011) – A coleção de lucernas romanas do Museu de Évora. *Classica Instrumenta – Monografias de História de Arte e Arqueologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MORAIS, Rui; FABIÃO, Carlos (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. *BAR int. ser. 1686 (Actas del Congreso Internacional CETERIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente la Antigüedad)*. Cádiz, p. 127-133.
- MORILLO CERDÁN, Angel (1990) – En torno a la tipología de lucernas romanas: problemas de nomenclatura. *CuPAUAM*. 17: 143-167
- MORILLO CERDÁN, Ángel (1999). “Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica: contribución al conocimiento de la implantación romana en Hispania”. *Monographies Instrumentum*. Éditions Monique Mergoïl, 8/2: I e II. Montagnac.
- MORILLO CERDÁN, Ángel (2003) – Implantación romana y asimilación cultural en la hispania septentrional a través de los testimonios lucernarios. *Nouveautés Lychnologiques. Lychnological News*. Suisse: LychnoServices, 187-206.
- MORILLO CERDÁN, Ángel (s.d.) – Consideraciones sobre las lucernas romanas de Villanueva de la Fuente (Ciudad Real). <http://www.estudio-arqueologia.es/pdfs/publicaciones/mentesa7.pdf> (accedido a 10 de Agosto de 2012).
- MORILLO CERDÁN, Ángel; RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2008) – Lucernas hispanorromanas. *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. 407-428.
- MORILLO CERDÁN, Ángel; SALIDO DOMÍNGUEZ, Javier (2010) - *Labrum Romano* Procedente de las Termas del Campamento de la *Legio VII Gemina* en León. *Zephyrus*. Salamanca. LXV.
- MOSCARDÓ SABATER, Emili (2008) – El poblamiento rural romano en el territorio norte de Dianium. La comarca de la Safor-Valldingna (Valencia). *Sagvntum*. 40, p. 177-192.

- MULLER, Werner; VOGEL, Gunther (1992) – *Atlas de Arquitectura I*. Madrid: Alianza Ed.
- MUMFORD, Lewis (1998) – *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- NAVEIRO LOPEZ, J. L. (1991) – *El comercio antiguo en el NW Península. Lectura Historica del registro arqueológico*. La Coruña: Museo Arqueológico. 5.
- NEVES, J. C. (1972) – Uma colecção particular de materiais romanos de Aramanha. *Conimbriga*. Coimbra. XI, p. 5-33.
- NOLEN, Jeannette (1985) – *A cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, Jeannette (1988) – A Villa romana do Alto da Cidreira (Cascais) – Os materiais. *Conimbriga*. Coimbra. XXVII, p. 61-140.
- NOLEN, J. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre d' Ares. Balsa*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- NUNES, Adélia J.N. (2001) – *Incêndios florestais no Parque Natural da Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras (policopiado).
- NUNES, Adélia (2008) – *Abandono do espaço agrícola na “Beira Transmontana”. Extensão, causas e efeitos ambientais*. Lisboa: Campo das Letras.
- NUNES, Adélia (2010) – As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal. *Iberografias*. Guarda. 16
- NUNES, João de Castro; GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1990) – As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). *Conimbriga*. Coimbra. XXIX, p. 69-90.
- NÚÑEZ HERNÁNDEZ, Sara Isabel (2008) - “Conjuntos Termales Públicos en Ciudades Romanas de la Cuenca del Duero”. *Zephyrus*. LXII.
- NÚÑEZ MARCÉN, Julio; SÁENZ DE URTURI, Paquita (2005) – Una *mutatio* de la *vía ab asturica burdigalam* en Mariturri (Vitoria / Álava). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 78, p. 189-207.
- OJEDA, David (2010) - Las representaciones estatuarias y los retratos de Trajano en Hispania: una revisión. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 83, p. 267-280.
- OLCINA, M.; REGINARD, H.; SANCHEZ, M. J. (1990) – *Tossal de Manises (Albufereta, Alicante)*. *Fondos antiguos: lucernas y sigillatas*. Alicante: Diputacion Provincial de Alicante.

- OLIVEIRA, J.; FERNANDES, I. C.; CAEIRO, J. (1999) – Cidade romana de Ammaia, S. Salvador de Aramanha, Marvão, Portugal. *II Congresso de Arqueologia Peninsular*. Tomo IV. Zamora: Universidad de Alcalá, p. 129-134.
- OLIVEIRA, Manuel Ramos de (1997): *Celorico da Beira e o seu concelho através da história e da tradição*. Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- OSÓRIO, Ana Bica (2005) – A Calçada dos Galhardos. *Catálogo da exposição 25 Sítios arqueológicos da Beira Interior*, Trancoso, ARA/CMT, p. 28-29.
- OSÓRIO, M. (1999a) – Ara dedicada a Vordo Talaconio de Sortelha (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 61: 276.
- OSÓRIO, M. (1999b) – Estela funerária de Vila do Touro (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 61: 281.
- OSÓRIO, M. (2002a) – Ara votiva encontrada no Sabugal. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 69: 309.
- OSÓRIO, M. (2002b) – *Dois aras da Quinta de São Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal)*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 69: 310.
- OSÓRIO, M. (2002c) – *Estela funerária da Quinta da Erva (Santana da Azinha, Guarda)*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 69: 312.
- OSÓRIO, Marcos (2003) – Resultado das escavações arqueológicas de emergência em S. Domingos (Benespera, Guarda). *Praça Velha*. Guarda. 13, p. 45-54.
- OSÓRIO, Marcos (2005) – Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia (Actas das II Jornadas de Arqueologia da Beira Interior)*. Guarda: CEI/ARA, p. 35-65.
- OSÓRIO, M. (2006) – O Povoamento romano do alto Côa. *Territoria*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda. 1.
- OSÓRIO, M. (2006a) – *Placa funerária de Aldeia de Santa Madalena (Guarda)*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.82: 365.
- OSÓRIO, Marcos (2008) – O povoamento do I milénio a.C. na transição da Meseta para a Cova da Beira (territórios e áreas de influência). *Actas das I Jornadas de Património de Belmonte*. Belmonte: Câmara Municipal, p. 39-66.
- OSÓRIO, Marcos (2008a) – Catálogo. *Museu do Sabugal. Colecção Arqueológica*. [s.l.]: Pró-Raia/Município do Sabugal.
- OSÓRIO, M. (2009) – *Uma nova ara votiva do Sabugal*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 61: 281.

- OSÓRIO, Marcos; *et al.* (2008) – O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa. *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. 3: 98-115.
- OSÓRIO, Marcos; RODRIGUES, António S. (2009) – *Duas Aras da Aldeia Nova (Ramela, Guarda)*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 87: 396-397.
- OZCÁRIZ Gil, Pablo (2006-2007) – Los iuridici de la provincia Hispânia citerior: cuestiones acerca de su origin y naturaleza. *Espacio, Tiempo y Forma*, Série II, Historia Antigua. T. 19-20, p. 525-533.
- PARENTE, J. (2002) – *As moedas romanas do Museu da Guarda*. Guarda: IPM.
- PASTOR MUÑOZ, Maurício (2004) – Vias de comunicación y relaciones comerciales entre Bética y Lusitânia. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*. Madrid: Ministério de Cultura, p. 195-222.
- PAZ PERALTA, J. A. (1991) – *Cerâmica de mesa romana de los siglos III al VI d.C. en la Provincia de Zaragoza*. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F (1986) - Amphorae and the Roman economy: an introductory guide. London: Longman archaeology series.
- PEREIRA, Carlos Samuel (2008). *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).
- PEREIRA, A. V. (1980) – Argomil: algumas notas etnográficas e históricas. *Altitude*. Guarda. II: 1, p. 53-57.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (2009<sup>4</sup>) – *Estudos de História da Cultura Clássica*. II (Cultura romana). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRA, Sérgio (2009) – A Cidade romana de Ammaia. Escavações Arqueológicas 2000-2006. *Ibn Maruan*. Marvão.
- PEREIRA, Vitor (2003): O povoamento no I milénio a.C. na bacia hidrográfica do Alto Mondego (Guarda). *Encuentro de jóvenes investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica*. Universidad de Salamanca, p. 336-353.
- PEREIRA, Vitor (2005) – Intervenção Arqueológica na Póvoa do Mileu (Guarda). *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia* (Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior). Guarda: CEI, p. 229-248.

- PEREIRA, Vítor (2006) – *Terra Sigillata em três locais da Lusitania: Ammaia, Idanha, Mileu*. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).
- PEREIRA, Vítor (2008) – A romanização da região da Guarda. *Roteiro arqueológico da Guarda. Territórios, paisagens e artefactos*. Guarda: Câmara Municipal, p. 29-36.
- PEREIRA, Vítor (2010) – O povoamento romano no concelho da Guarda. *Iberografias*. Guarda. 6, p. 27-44
- PEREIRA, Vítor; MARQUES, António (2005) – Cerâmica cinzenta fina Alto-imperial da Póvoa do Mileu (Guarda). Breves apontamentos. *Praça Velha*. Guarda. 18, p. 19-36.
- PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina; MARQUES, António (2011) - Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da Intervenção no Torreão. *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*, Cascais, 25-27 Setembro de 2008.
- PERESTRELO, Manuel S. (1998a) – Inscrição rupestre de Santa Eufémia (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 271.
- PERESTRELO, Manuel S. (1998b) – Fragmento de placa de Cidadelhe (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 272.
- PERESTRELO, Manuel S. (1998c) – Marca de oleiro do Manigoto (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 273.
- PERESTRELO, Manuel S. (2003) – *A romanização na bacia do rio Côa*. [s.l.]: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- PERESTRELO, Manuel Sabino (2005) – O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no Médio Côa. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia (actas das II Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: CEI/ARA, p. 67-94.
- PERESTRELO, Manuel S.; FERREIRA, Maria do Céu (2000) – O povoamento romano na bacia da ribeira de Massueime (Guarda) – alguns subsídios. *Beira Interior: História e Património (Actas das Ias Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: Ferreira eds., p. 97-120.
- PÉREZ LOSADA, Fermín (1998) – Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. *O Arqueólogo Português*. IV: 16, p. 157-174.

- PÉREZ MAESTRO, Carmen (2004) – Análisis de la *terra sigillata marmorata* documentada en un vertedero de época Altoimperial en *Augusta Emerita. Memoria. 7*: 361-367.
- PICÓN, M. (2002) – Les modes de cuisson, les pâtes et les vernis de la Graufesenque: une mise au point. *Céramiques de la Graufesenque et autres productions d'époque romaine. Nouvelles recherches*. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl, p. 139-163.
- PINTO, Inês Vaz (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada (Coleção Teses).
- PINTO, Inês Vaz (2006) – A cerâmica comum bética das villae romanas de São Cucufate: uma revisão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 1, p. 167-184.
- PIRES, C. Azevedo (1928) - Miliários inéditos. Sua descrição e interpretação. *Arqueologia e História*. Lisboa. VI, p. 151.
- PIZZO, Antonio (2010) - El opus testaceum en la arquitectura pública de Avgvsta Emerita. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 83, p. 147-174.
- POCIÑA LÓPEZ, César (2012) - Signos de distinción sobre la piel. *Stilus*, p. 28-30
- PONS PUJOL, Lluís (2004) – La annona militaris en la Tingitana: observaciones sobre la organización y el abastecimiento del dispositivo militar romano. *L'Africa romana*. Roma. XV, 1663-1680.
- PONS PUJOL, Lluís (2006) – L'importation de l'huile de Bétique en Tingitane et l'exportations des salaisons de Tingitane (Ier-IIIe siècle après J.-C.). *Cahiers Glotz*. XVII, 61-77.
- PONS PUJOL, Lluís (2008) - The annona militaris in the Tingitana: observations on the organization and provisioning of roman troops. *New perspectives on the ancient world modern perceptions, ancient representations* (BAR international series 1782). Oxford, p. 145-153.
- PONTE, Maria Salete da (1986) – Análise de uma fíbula inédita. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV: 4, p. 203-208.
- PONTE, Maria Salete da (2001) – *Corpus signorum das Fíbulas Proto-Históricas e romanas em Portugal*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra (policopiado).
- PONTE, Maria Salete da (2004) – Arqueologia. *Roteiro do Museu da Guarda*. Lisboa: IMP/Museu da Guarda, p. 21-40.

- POVEDA NAVARRO, A. (1999) – Las producciones de terra sigillata hispânica y su comercialización en el sureste de Hispania. *Terra sigillata Hispânica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Jaén e Málaga: Universidad de Jaén / Universidad de Málaga, p. 209-225.
- PRÓSPER, Blanca M. (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- PRÓSPER, Blanca M. (2010) - Cabeço das Fráguas y el sacrificio indoeuropeo. *Iberografias*. Guarda. 6, p. 63-69
- QUARESMA, José Carlos (1999a) – Terra sigillata Africana D e Foceense tardia das escavações recentes de *Mirobriga* (Santiago do Cacém). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 69-81.
- QUARESMA, José Carlos (1999b) – Terra sigillata Africana, Hispânica, Foceense Tardia e cerâmica africana de cozinha de *Mirobriga* (Santiago do Cacém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 137-200.
- QUARESMA, José Carlos (2003) – Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (*Mirobriga?*). *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 30.
- QUARESMA, José Carlos (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão cronomorfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 1, p. 149 – 166.
- QUARESMA, José Carlos (2009) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- QUARESMA, José Carlos (2010-11) – Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal) no âmbito dos intercâmbios de bens e de gentes com o norte peninsular durante o alto-império. *Oppidum*. Segovia. 6-7, p. 85-102
- QUARESMA, José Carlos (2010) - Les importations de céramique culinaire africaine à Chãos Salgados, Santiago do Cacém (*Mirobriga?*), Portugal. *Lrcw3 late roman coarse wares, cooking wares and amphorae in the mediterranean archaeology and archaeometry comparison between western and eastern mediterranean* (BAR international series 2185), p. 157-166.

- QUARESMA, José Carlos; CALAIS, Cristina (2005) – S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e Júlio-claudiana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 429-447.
- RAMON MELIDA, José (1952<sup>2</sup>) - *Arqueologia clásica*. Barcelona: Editorial Labor.
- RAUX, S. (1998) – Méthodes de quantification du mobilier céramiques. Etat de la questione et pistes de réflexion. *La quantification des céramiques, conditions et Protocole*. Glux-en-Glenne: Mont Beuvray. (Collection Bibacte, 2), p. 37-46.
- REIS, Maria Pilar (2004) – Las termas y balnea romanos de Lusitânia. *Studia Lusitana*. Madrid. 1.
- REIS, Maria Pilar (2010) – Tanques, fontes e espelhos de água nos fora lusitanos. *Studia Lusitana*. Mérida. 4, p. 285-314 (Actas de Ciudad y foro en Lusitânia Romana).
- REIS, Maria Pilar, SANTOS, Fernando (2006) - A villa romana do Prado Galego. Breves notas sobre a campanha de 2006. *Proto-História e Romanização. Guerreiros e Colonizadores. III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Pinhel: PAVC/ACDR/CNAR. 3, p. 81-84.
- REMENSAL RODRIGUEZ, José (2008) – *La villa como sistema económico*.  
<http://ceipac.gh.ub.es>
- REMENSAL RODRÍGUEZ (2000) – *Oleum Baeticum*. Consideraciones y propuestas para su estudio. *Actas do Congreso Internacional ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Écija, p. 373-392.
- REMENSAL RODRÍGUEZ, José (2002) - *Baetica and Germania*. Notes on the concept of ‘provincial interdependence’ in the roman empire. *The roman army and the economy*. Amsterdam, p. 293-308
- REMENSAL RODRÍGUEZ, José (2004) – El abastecimiento militar durante el alto imperio romano. Un modo de entender la economía antigua. *Boletim do CPA. Revista de estudos filosóficos e históricos da antigüidade*. São Paulo. 17, p. 163-182.
- REMENSAL RODRÍGUEZ; José (2004a) - Promoción social en el mundo romano a través del comercio. *Vivier em Terra Extraña: emigración e integración cultural em el mundo antiguo* (coleccion instrumenta). Barcelona. 16, 125-136.
- REVILLA CALVO, Victor (1995) – *Producción cerámica, viticultura y propiedad rural en Hispania Tarraconenses (siglos I a.C. – III d.C.)*. Barcelona: Edicions Servei del Llibre (Cuadernos de Arqueologia, 8).
- REVILLA CALVO, Víctor (2004) - El poblamiento rural en el noreste de Hispania entre los siglos II a.c. y I d.c.: organización y dinámicas culturales y socioeconómicas.



- Torres, atalayas y casas fortificadas. Explotación y control del territorio en Hispania.* Jaén-Madrid: Universidade de Jaén-Casa de Velázquez, p. 175-204.
- REVILLA CALVO, VÍCTOR (2007) - Production céramique, systèmes agraires et peuplement dans le territoire de Tarraco. *Pottery workshops and agricultural productions. Studies on the rural world in the roman period – 2.* Girona, p. 83-113.
- REYNOLDS, Paul (1995) – Trade in the western Mediterranean, AD 400-700: the ceramics evidence. Londres. *Bar International Series.* 604.
- REYNOLDS, Paul (2007) – Cerámica, comercio y el Imperio Romano (100-700 d.C): perspectivas desde Hispania, Africa y el Mediterraneo oriental. *Primer taller sobre la ceramica tardorroman.*,. Universidad de Granada. A. Malpica and J.C. Carvajal Lopez. 13-82
- RIBEIRO, Orlando (1990) – O fosso do médio Zêzere. *Opúsculos Geográficos.* III. Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1987) – *Geografia de Portugal.* II. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- ROCA ROUMENS, M. (1998) – Historia de la investigación de la terra sigillata hispanica. *Terra sigillata hispánica: estado actual de la investigación.* Jaén: Universidad de Jaén, p. 13-30.
- ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., Coord. (1999) – *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales.* Jaén e Málaga: Universidad de Jaén / Universidad de Málaga.
- RODRIGUES, A. V. (1957) – *As ferrarias do Marmeleiro. Subsídios para o estudo da metalurgia na região da Guarda.*
- RODRIGUES, A. V. (1958) – A propósito de uma lápide romana do Mileu (Guarda). *Humanitas.* Coimbra. VI-VII, p. 96-99.
- RODRIGUES, A. V. (1959a) – O Castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações. *Beira Alta.* Viseu. XVIII: I e II, p. 111–128.
- RODRIGUES, A. V. (1959b) – Inscrição tipo «porcom» e aras anepígrafes do Cabeço das Fráguas (Guarda). Sep. *Humanitas.* Coimbra. VIII, p. 71-75.
- RODRIGUES, A. V. (1962) – Elementos para o estudo da romanização nos Montes Hermínios. Sep. *Lucerna.* Porto. II: 1/2, p. 5-16.
- RODRIGUES, A. V. (1977) – *Monografia artística da Guarda.* Anadia: Cisial.

- RODRIGUES, Adriano Vasco (1989), “Mileu – nascimento de uma estação arqueológica”, *Oppidana*, Ano III, n.º 8, Guarda, Câmara Municipal da Guarda.
- RODRIGUES, A. V. (2001) – Há cinquenta anos foram descobertos os testemunhos arqueológicos do Mileu mas persistem as interrogações... *Praça Velha*. Guarda. 10, p. 57-62.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1996) – Materiales de un alter emeritense. Paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas. *Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 11.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (2002) – Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida). *Monografías Emeritenses*. Madrid. 7.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco G. (2003) – Las lucernas romana de la villa de Torre Águila: las marcas de alfarero. *Nouveautés lychnologiques*. [www.chaman.ch/lychnos](http://www.chaman.ch/lychnos).
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (2005) – Lucernas. *Antigüedades romanas* (catálogo del Gabinete de Antigüedades. 2). Madrid. Real Academia de la Historia.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G.; GORGES, J. G. (2001) – Prensas de aceite y de vino en una villa romana de la cuenca media del Guadiana (Torre Águila, Barbaño, Badajoz). *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du sol et habitats* (Collection de la Casa de Velásquez. 47). Madrid-Salamanque, p. 403-425.
- ROLDÁN GÓMEZ, Lourdes (2008) - El material constructivo latericio en *Hispania*. Estado de la cuestión. *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Uiversidade de Cádiz, p. 749-774.
- ROMERO CARNICERO, M. V. (1985) – *Numancia I. La Terra sigillata*. Madrid: EAE. 146.
- RUIVO, José; CARVALHO, Pedro C. (1996) – Uma via romana na Serra da Estrela: O troço Valhelhas – Mangualde. *Materiais*. Castelo Branco. Ano 1: 0 (2). II série, p. 77-88.
- RUIZ LÓPEZ, Ildefonso David; RAMÍREZ RUIZ, Carmen (2012) – Peinadas y elegantes. *Stilus*, p. 22-27
- SÁ, Ana Marques de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- SAA, Mário de (1960): *As Grandes Vias da Lusitânia: O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo II. Lisboa: Tip. Sociedade Astória.

- SAÉNZ PRECIADO, M. (1998) – El complejo alfarelo de Tritium Magallum (La Rioja): alferes altoimperiales. *Terra sigillata hispánica: estado actual de la investigación*. Jaén: Universidad de Jaén, p. 123-164.
- SAÉNZ PRECIADO, M.; SAÉNZ PRECIADO, C. (1999) – Estado de la cuestión de los alfares riojanos: La terra sigillata hispánica altoimperial. *Terra sigillata hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Jaén, Málaga: Universidad de Jaén, Universidad de Málaga, p. 61-78.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (1990) – Las ciudades romanas de Lusitania oriental: su papel en la transformación del territorio y la sociedad indígena. *Actas da Table ronde internationale du CNRS: Les villes de Lusitanie Romaine*. Paris: CNRS, p. 255-263.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (2000) – La religiosidad de las poblaciones antiguas de Salamanca y el Norte de Cáceres. *Beira Interior: História e Património (Actas das Ias Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: Ferreira eds., p. 139-150.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (2001) – *Los Vettones. Indigenismo y romanización en el Occidente de la Meseta*. Salamanca: Ediciones Universidad (*Estudios Históricos & Geográficos*, 34).
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (1992-93) – El poblamiento rural antiguo de la provincia de Salamanca: modelos e implicaciones históricas. *Studia Historica - Historia Antigua* (Actas de la mesa redonda internacional *El medio rural en Lusitania romana, formas de habitat y ocupación del suelo*). Salamanca: Universidad. 4-5:1, p. 177-188.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (2010) - la epigrafía latina de la provincia de Salamanca como fuente para el estudio de los santuarios rurales. *Iberografías*. Guarda. 6, p. 45-54.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel; RODRIGUEZ CORTÉS, Juana (2004) – Corrientes religiosas y vías de comunicación en Lusitania durante el Imperio Romano. *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana (Cáceres-2002): Las comunicaciones*, Madrid: Min. Cultura, p. 277-292
- SÁNCHEZ PALENCIA, F. Javier; PÉREZ GARCÍA, Luís Carlos (2005) – Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges / Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacor-Meimoa. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*

- (Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior). Guarda: CEI, p. 267-308.
- SANTOS, Filipe João C. (2009) - *A villa romana da quinta da Fórnea I – Belmonte. Relatório de progresso* (policopiado).
- SANTOS, Filipe João Carvalho; CARVALHO, Pedro C. (2008) – Aspectos do mundo funerário romano na Beira Interior. As estruturas funerárias monumentais da Quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem. *Conimbriga: Coimbra*. 47: 127-143.
- SANTOS, Maria João Correia (2010) - O Cabeço das Fráguas e a concepção de espaço sagrado na hispania indo-europeia. *Iberografias*. Guarda. 6, p. 131-148
- SANTOS, M. J.; SCHATTNER, T.; PEREIRA, V. (2008) – Cabeço das Fráguas (Quinta de S. Domingos, Guarda) 2006: O contributo da primeira campanha de escavações. *Praça Velha*. Guarda. 24, p. 175 – 202.
- SANTOS, Maria João Correia; Schattner, Thomas G. (2010) - O santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia. *Iberografias*. Guarda. 6, p. 89-108
- SARMENTO, F. Martins (1883): *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Secção de Archeologia*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa.
- SASTRE PRATS, Inés (1999) – Estrutura de explotación social y organización del territorio en la civitas Zoelarum. *Gerión*: Madrid. 17: 345-359.
- SASTRES PRATS, Inés (2007) – Campesinado, escritura y paisaje: algunas cuestiones sobre el mundo provincial romano occidental. *Gerión*: Madrid. Vol. Extra: 375-381.
- SASTRE PRATS, Inés; ÁRBOL MORO, Maria R. del (2005) – Las civitates del sector nordoriental de Lusitânia: arqueologia y epigrafia. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia* (Actas das 2as Jornadas do Património da Beira Interior). Guarda: CEI, p. 135-154.
- SCHATTNER, Thomas G. (2010) - Breve observação sobre a representação processional no ocidente hispânico. *Iberografias*. Guarda. 6, p. 109-130
- SCHEIDEL, Walter (2010) - *Approaching the roman economy*. Princeton/Stanford working papers in classics. Stanford. Stanford University.
- SEPÚLVEDA, E. de; FARIA, J. C.; FARIA, M. (2000) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 1: terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 119-152.

- SEPÚLVEDA, Eurico de; *et al.* (2002) – A cronologia do circo de Olisipo: a terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5: 2, p. 245-275.
- SEPÚLVEDA, Eurico de; SOUSA, E. M.; SOUSA, V. C. (2003) – Cerâmicas finas romanas do Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras), II: a terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 1, p. 299-321.
- SEPÚLVEDA, Eurico de; GOMES, N.; SILVA, R. B. (2003) – Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores/Rua de S. Nicolau (Lisboa), 1: a terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 401-414.
- SEPÚLVEDA, Eurico de, *et al.* (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 383-399.
- SERRANO PEÑA, José Luis (2004) – Consideraciones sobre la producción de aceite en el alto Guadalquivir: el caso de Aurgi (Jaén). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 77, p. 159-176.
- SILVA, António J. M.; CARVALHO, Pedro C. (2004) - À porta duma quinta do alto império. Resultados preliminares do estudo intra-sítio do assentamento romano de “Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã). *Conimbriga*. Coimbra. XLIII, p. 99-147.
- SILVA, A. R. Pinto da; TELES, A. N. (1999<sup>3</sup>) – *A flora e a vegetação da Serra da Estrela*. [s.l.]: Parque Natural da Serra da Estrela.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro: Porto romano da Costa Alentejana*. [s.l.]: Instituto de Conservação da Natureza.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de Produção de salga de peixe de época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 315.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida (2005) - *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença.
- SILVA, Maria Antónia – Os Bronzes do Museu da Sociedade Martins Sarmiento: Alfinetes de Toucado, *Revista de Guimarães*, Volume Especial, II, Guimarães, 1999, pp. 561-586
- SILVA, Paula Araújo Pereira da (2002) – *As Termas Romanas de Barcara Augusta*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

- SOLANA SAINZ, J. M. (1993) - Centros urbanos y administración del territorio en la Submeseta Septentrional de Hispania (s. I-II d.C.). *Hispania Antiqua*. Valladolid. XVII, p. 159-182.
- SOLANA SÁINZ, José María; HERNÁNDEZ GUERRA, Liborio (2000) – *Religión y sociedad en época romana en la Meseta Septentrional*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- SOUZA, V. de (1990) – *Corpus signorum imperii romani corpus der skulpturan der römischen welt*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TEIXEIRA, Carlos (1963) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1 / 50000. Notícia Explicativa da folha 18-C. Guarda*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- TEIXEIRA, Carlos; *et al.* (1981) – *Geologia de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1.
- TEIXEIRA, R. (1998) – O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente. In *Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Guarda: Estrela – Côa, p. 85-99.
- TENTE, Catarina (2007) – A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 47.
- TRACHTENBERG, Marvin; HYMAN, Isabelle (1990) - *Arquitectura – De la Prehistoria a la Postmodernidad*. Madrid: Akal.
- TRANOY, Alain (1984) – Ateliers lapidaires et niveaux de culture dans le nord du Portugal. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 7-8, p. 269-274.
- TRANOY, Alain (1990) - L'organisation urbaine dans le Conventus Scallabitanus. *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires*. Paris: C.N.R.S., p. 11-20.
- TRANOY, Alain (1995-96) – La route, image et instrument du pouvoir imperial dans le nord-ouest ibérique. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II: 12-13, p. 31-37.
- TRIÃES, R.; CORREIA, H.; COROADO, J. (2002) – A utilização dos materiais cerâmicos de construção em Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. 41, p. 153-164.
- UNTERMANN, Jurgen (1965) – *Elementos de un atlas antroponimico de la Hispania Antigua*. Madrid: Universidad de Madrid.
- VALERA, António Carlos; MARTINS, Ana M. (1994) – Levantamento arqueológico do concelho de Celorico da Beira. Relatório do trabalho de campo. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa: Colibri. 2, p. 272-282.
- VASCONCELOS, Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. III, p. 618-620.

- VÁZQUEZ DE LA CUENCA, A. (1985) – *Sigillata Africana en Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (*Monografías Emeritenses*, 3).
- VERNHET, A. (1986) – Centre de production de Miliou. Atelier de la Graufesenque. *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: Implantation, produits, relations*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme (Documents d’Archéologie Française, 6), p. 96-103.
- VEYNE, Paul (2001<sup>2</sup>) – *La société romaine*. Paris: Éditions du Seuil.
- VIEGAS, Catarina (2003) – A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 26.
- VIEGAS, Catarina (2009) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- WATKIN, David (2011<sup>5</sup>) - *A History of Western Architecture*. Londres: Laurence King Publishing.
- WEBER, Max (1994) – *História agrária romana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wheeler, Mortimer (1965) - *L’Art Romain*. Paris: Librairie Larousse.
- WITCZAK, Krzysztof T. (1999) – On the indo-european origin of two Lusitanian theonyms (LAEBO and REVE). *Emerita*. Madrid. LXVII: 1, p. 65–74.

### **Webgrafia**

[www.theoi.com/Georgikos/Pan.html](http://www.theoi.com/Georgikos/Pan.html)

[www.matriznet.imc-ip.pt](http://www.matriznet.imc-ip.pt)

[www.estudio-arqueologia.es/pdfs/publicaciones/mentesa7.pdf](http://www.estudio-arqueologia.es/pdfs/publicaciones/mentesa7.pdf)

[www.theoi.com/Georgikos/Pan.html](http://www.theoi.com/Georgikos/Pan.html)

[http://en.wikipedia.org/wiki/Clothing\\_in\\_ancient\\_Greece](http://en.wikipedia.org/wiki/Clothing_in_ancient_Greece)

<http://www.exofficinahispana.org>

### **Cartografia**

CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL (1963) – Folha 18-C. esc. 1: 50 000. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos – Serviços Geológicos.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL (1999<sup>4</sup>) – Folha 193. esc. 1: 25 000. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral.